CÁTIA CILENE FARAGO

A BATALHA DA COPEL: GOVERNO, PARLAMENTO E MOVIMENTO SOCIAL EM AÇÃO

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Sociologia, Curso de Pós-Graduação em Sociologia, Setor de Ciências Humanas Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira

CURITIBA
2006

Catalogação na publicação
Sirlei do Rocio Gdulla – CRB 9ª/985
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Farago, Cátia Cilene
A batalha da Copel: governo, parlamento e movimento social em ação / Cátia Cilene Farago. – Curitiba, 2006.
359 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa de Oliveira
Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Copel - privatização - movimentos sociais – 1998 – 2002. 2. Paraná – política e governo – poder executivo – poder legislativo. 4. Movimentos sociais – Brasil. 5. Neoliberalismo – Brasil. I. Título

CDD 981.62
CDU 981(816.2)

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar-sala 906 Fone e Fax: 360-5173

PARECER

A banca examinadora, instituída pelo colegiado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná, após argüir o(a) mestrando(a) **CÁTIA CILENE FARACO**, em relação ao seu trabalho de dissertação intitulado "A BATALHA DA COPEL: GOVERNO, PARLAMENTO E MOVIMENTO SOCIAL EM AÇÃO", é de parecer favorável à .....APROVAÇÃO..... do(a) acadêmico(a), habilitando-o(a) ao título de *Mestre* em Sociologia, linha de pesquisa "Instituições e Poder" da área de concentração em CULTURA E PODER. Curitiba, 11 de julho de 2006.

Dr Ricardo Costa de Oliveira
(Orientador e presidente da banca examinadora)

Dr Ângelo José da Silva

Dr Dennison de Oliveira

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
Rua General Carneiro, 460 - 9º andar sala 906 Fone e Fax: 3360 5173

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Aos 11 dias do mês de julho de dois mil e seis, às nove horas, nas dependências do Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca examinadora designada pelo Colegiado do Curso de Pós-Graduação em Sociologia, composta pelos Professores Doutores Ricardo Costa de Oliveira - UFPR, orientador e presidente da banca examinadora, Ângelo José da Silva -UFPR e Dennison de Oliveira – UFPR, com a finalidade de julgar a dissertação do(a) candidato(a) **CÁTIA CILENE FARAGO**, intitulada "A BATALHA DA COPEL: GOVERNO, PARLAMENTO E MOVIMENTO SOCIAL EM AÇÃO", para obtenção do grau de mestre em Sociologia. O desenvolvimento dos trabalhos seguiu o roteiro de sessão de defesa estabelecido pela coordenação do curso, com abertura, condução e encerramento da sessão solene de defesa feitos pelo orientador Dr Ricardo Costa de Oliveira. Após haver analisado o referido trabalho e argüido o(a) candidato(a), os membros da banca examinadora deliberaram pela "...APROVAÇÃO....." do(a) acadêmico(a), habilitando-o ao título de Mestre em Sociologia, linha de pesquisa "Instituições e Poder" na área de concentração em CULTURA E PODER, desde que apresente a versão definitiva da dissertação conforme regimento interno do programa. Curitiba, 11 de julho de 2006.

Dr Ricardo Costa de Oliveira
(Orientador e presidente da banca examinadora)

Dr Ângelo José da Silva

Dr Dennison de Oliveira

DEDICATÓRIA
Ao sonho de um mundo melhor.

A utopia está no horizonte: me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos.
Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos.
Por mais que eu caminhe, jamais a alcançarei.
Para que serve então a utopia?
Serve para isso: para caminhar! ...

Eduardo Galeano

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Ricardo Costa de Oliveira que com paciência e orientação contribuiu para a realização e incentivo deste trabalho. A ti coube, não só a orientação em todas as suas fases, como também lhe devo o despertar de meu interesse no estudo da política paranaense e brasileira.
Aos Professores Dennison de Oliveira e Ângelo Silva que sem medirem esforços, esclareceram muitas dúvidas e possibilitaram a realização deste trabalho.
Aos meus pais (*in memoriam*), Miguel e Conceição aos quais credito tudo que sou e não os esqueço jamais.
Às minhas irmãs, Márcia e Edna, o carinho de sempre.
Ao Carlos Magno, marido, amigo e companheiro de todas as horas, presente em todos os momentos de alegria e dúvida. Seu incondicional apoio é sempre fundamental.
Aos meus grandes pequenos homens, Vinícius, Gabriel, Vítor e Francisco, todo o meu amor e pesar pelos momentos ausentes.

“Somos o que fazemos
Mas somos, principalmente,
O que fazemos para mudar
O que somos.”
Eduardo Galeano

RESUMO

A presente dissertação é resultado de uma pesquisa bibliográfica e documental, que trata a relação entre o ideário neoliberal, presente no Brasil, sobretudo no governo presidencial de Fernando Henrique Cardoso e do governador Jaime Lerner. Bem como a sua relação com o movimento social em defesa da Copel entre os anos de 1998 e 2002. A rigor, o pensamento neoliberal orientou as ações políticas do governo do Estado e serviu de fundamento teórico, político, econômico e cultural para o planejamento das ações de governo em relação aos movimentos sociais no Estado do Paraná no período pesquisado. A presente dissertação está estruturada em três capítulos: no primeiro capítulo analisamos o Estado brasileiro a partir de suas características e especificidades, à luz das transformações estruturais do capitalismo, sobretudo, do neoliberalismo, culminando com o impacto das privatizações como política de governo desse período; no segundo capítulo, tratamos mais especificamente das relações entre os poderes Executivo e Legislativo paranaense, enfocando os dilemas e as controvérsias que os envolveram, destacando as manobras políticas no caso da votação da privatização da Copel; já no terceiro capítulo, partimos de um marco teórico sobre os movimentos sociais Latino-americano até o caso paranaense de formação do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, tendo como ápice a votação do Projeto de Iniciativa Popular na Assembléia Legislativa do Paraná. A partir deste panorama histórico, social, político e econômico, torna-se clara a percepção da presença e influência neoliberal sobre as políticas adotadas pelo governo brasileiro, bem como a importância dos movimentos sociais como frente de resistência as mesmas.

PALAVRAS CHAVES: Neoliberalismo. Movimento Social. Privatização. Copel.

ABSTRACT

The present dissertation is the result of a bibliographic and documentary research which discuss the relation between the neoliberal ideary – current in Brazil especially in the of Fernando Henrique Cardoso's presidential government and the Jaime Lerner's state government – and the social movement in defense of COPEL between the years 1998-2002. Precisely, the neoliberal thought oriented the political actions of state government and served as political, economical and cultural footing for the planning of governmental actions in relation to social movements in the state of Parana in the searched period. In this direction, the work meets structuralized in three chapters: in the first chapter, it has been analyzed the Brazilian State from its characteristics and specifities, to the light of the structural transformations of the capitalism, specially of the neoliberalism, culminating with the impact of the privatizations as government politics of this period; in the second chapter, it has been discussed more specifically the relations between the Executive and Legislature of Parana, focusing the quandaries and the controversies that had involved them, detaching the political maneuvers in the case of the voting of the COPEL privatization; following the third chapter, it has been left of a theoretical landmark on the Latin American social movements until the formation case of Popular Forum Against the Sale of COPEL, having as apex the voting of Project of Popular Initiative in the State Legislature of Parana. From this historical panorama, the neoliberal influence becomes clear on the politics adopted for the Brazilian government, as well as the importance of the social movements as resistance front of them.

KEY WORD: Neoliberalism. Social Movements. Privatizations. Copel.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....08

CAPÍTULO I

DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO NEOLIBERAL.....13

1. O ESTADO BRASILEIRO.....13

1.1. O caso brasileiro: características e especificidades.....14

1.2 As transformações estruturais do capitalismo: do fordismo à acumulação flexível.....20

1.3 Neoliberalismo: fundamentos do liberalismo e do neoliberalismo.....27

1.3.1 O conceito: neoliberalismo.....34

1.3.2 A sustentação político-ideológica do neoliberalismo.....39

1.4 Privatizações: estratégia do neoliberalismo.....43

1.4.1 O impacto das privatizações.....52

CAPÍTULO II

DILEMAS E CONTROVÉRSIAS: CONTEXTO GERAL EM TORNO DO LEGISLATIVO E EXECUTIVO NO BRASIL.....55

2..PANORAMA DO DEBATE TEÓRICO SOBRE O LEGISLATIVO E EXECUTIVO NA PERSPECTIVA HISTÓRICO BRASILEIRO.....55

2.1 O PODER EXECUTIVO NO ESTADO DO PARANÁ: A INSERÇÃO DE JAIME LERNER NA ESFERA POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ.....68

2.2 Jaime Lerner: O Desempenho Frente ao Poder Executivo no Estado do Paraná.....76

2.3 A COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.....83

2.3.1 As Manobras Políticas entre Deputados de Oposição e Deputados Governistas**.....85**

CAPÍTULO III

MOVIMENTO SOCIAL EM DEFESA DA COPEL.....95
3. MARCO TEÓRICO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS.....95
3.1 CARACTERISTICAS E ESPECIFICIDADES DOS MOVIMENTOS LATINO-AMERICANOS..... 97
3.2 Uma Proposta Teórico-Metodologica para a análise dos Movimentos Sociais na América-Latina – O Que é um Movimento Social?.....99
3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO.....107
3.4 UMA PROPOSTA PARA ANÁLISE DO MOVIMENTO SOCIAL EM DEFESA DA COPEL: ELEMENTOS E CATEGORIAS BÁSICAS.....109
3.5 O FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL.....115
3.5.1 A votação do Projeto de Iniciativa Popular como o ápice do Fórum Contra a Venda da Copel.....147
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....161
REFERÊNCIAS.....167
ANEXOS.....186

INTRODUÇÃO

No Brasil em especial nas últimas décadas na esfera política redundam os debates e polêmicas em torno da crise do Estado. Debruçar-se sobre o estudo das relações políticas, sobretudo no nosso caso brasileiro, é cair nos ecos da tão aludida "crise capitalista". Em meio a essa crise, evidenciam-se também os discursos que procuram caracterizar de um lado política econômica, e de outro, política social. O que queremos ressaltar é que nossa análise entende que esta distinção só pode ocorrer do ponto de vista didático, "porque não existe nada mais econômico que o social e não existe nada mais social que o econômico". (VIEIRA: 2001, p. 18)

Portanto, ao nos referirmos às políticas (social, econômica, fiscal, tributária, de saúde, habitacional, previdenciária, educacional, etc.) estamos falando de estratégias governamentais. Essas estratégias governamentais pretendem intervir nas relações de produção ou intervir no campo dos serviços sociais. E neste trabalho esperamos ter contribuído para uma análise crítica, ainda que parcial, sobre as estratégias, as políticas implementadas no Brasil e, especificamente no Estado do Paraná entre o período de 1998 e 2002, bem como a relação dessas políticas no que se refere aos Movimentos Sociais.

Para tanto no primeiro capítulo buscamos uma compreensão da crise do sistema capitalista em Harvey, numa esfera de literatura mais geral, e, numa esfera mais específica em relação ao caso brasileiro, a caracterização deste Estado por Bresser Pereira. Busca-se, como se observará nesse capítulo, demonstrar a sustentação político-ideológica que geriu o neoliberalismo a "*la brasileira*", e aproximá-lo às políticas desenvolvidas pelo governo brasileiro, sobretudo quando se destaca o impacto das privatizações como meio de implementação das políticas neoliberais.

Harvey, por exemplo, ao tratar da crise do sistema capitalista destaca que principalmente no período de 1965 a 1973 tornou-se cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. "Na superfície, essas dificuldades podem ser melhor apreendidas por uma palavra: rigidez". (2001, p. 135) Para ele, a profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo retirou o mundo capitalista da estagflação (estagnação da produção de bens e alta inflação de preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em conseqüência as décadas de 70

e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político que resultaram em um novo sistema de regulamentação política e social bem distinta: a chamada acumulação flexível.

Na Segunda metade do século XX, ocorreram importantes mudanças políticas e econômicas na América Latina. Nos anos de 1960 e 1970, chegaram ao Brasil, com a Ditadura Militar, as primeiras investidas neoliberais. Mas o seu ápice fica por conta dos anos 1980 e 1990, com a eleição de Fernando Collor e, posteriormente, com as duas gestões de governo de Fernando Henrique Cardoso.

> Só depois do episódio de hiperinflação, em 1990, no final do governo Sarney, que a sociedade abrirá os olhos para a crise. Em conseqüência, as reformas econômicas e o ajuste fiscal ganham impulso no governo Collor. Será esse governo contraditório – que afinal se perdeu em meio à corrupção generalizada -, que dará os passos decisivos no sentido de iniciar a reforma da economia e do Estado. É nesse governo que, afinal, ocorre a abertura comercial – a mais bem-sucedida e importante reforma que o país conheceu desde o início da crise. É nele que a privatização ganha novo impulso. É no governo Collor que o ajuste fiscal avançará de forma decisiva, não apenas por meio de medidas permanentes, mas, também, de um substancial cancelamento da dívida pública interna. (BRESSER PEREIRA: 2002, p. 178)

O assim chamado neoliberalismo representou o liberalismo radical: um conjunto de idéias expostas pelo economista austríaco Frederich Hayek que começou a desenvolvê-lo no apogeu da social-democracia e do Keynesianismo. Nessa época, Hayek exaltou a eliminação de barreiras entre os mercados, submetendo a economia e os direitos sociais às suas leis. Para ele, o mercado era entendido como mercado natural, criação da natureza e não criação da sociedade. A lei da oferta e da procura fazia parte da essência humana e a naturalização do mercado se incumbia de dar racionalidade à sociedade.

No Brasil, o PSDB (Partido da social Democracia Brasileira) se vinculou não só ao capitalismo, como vem sucedendo em grande parte do século XX, mas se vinculou também aos setores mais conservadores do capitalismo no Brasil. Os argumentos que ecoam desse grupo, sobretudo na voz de Bresser é de que:

> Muitos pensaram que o país não estava ainda preparado para a proposta de reforma, que as forças patrimonialistas e corporativistas eram ainda muito fortes a ponto de derrotá-la, mas aos poucos foi ficando claro que isto não era verdade – o país estava maduro para a mudança. O fato de as reformas terem ocorrido principalmente no reino Unido, durante o governo Thatcher, levava a essa confusão, embora outros países com governos social-democratas tenham empreendido e continuem a levar adiante reformas gerenciais. Aos poucos, entretanto, foi ficando claro que a pecha de neoliberal ou neoconservadora não se aplicava à reforma brasileira: uma reforma neoconservadora da

> administração pública é aquela que se limita a propor a redução do aparelho do Estado, a promover o *downsizing*; não reconhece a especificidade da administração pública, pretendendo reduzi-la à administração de empresas; não dá um papel decisivo ao controle social dos serviços públicos; e, ao adotar os princípios da teoria da escolha racional, nega ou reduz ao mínimo a possibilidade de cooperação, acentuando apenas os controles rígidos. (2002, p. 19)

E, com isto demonstrar, também, que o neoliberalismo se apresentou e vêm se apresentando como uma saída estratégica à crise capitalista, sobretudo como forma de superação do capitalismo keynesiano, amparado por um quadro teórico fortemente elaborado.

No segundo capítulo procuramos estabelecer um panorama geral sobre os dilemas e controvérsias sobre o contexto geral em torno do Legislativo e Executivo no Brasil, e mais especificamente no Estado do Paraná. Para tanto, nos debruçamos sobre algumas discussões que envolvem o Legislativo e Executivo no cenário político brasileiro após a Constituição de 1988. Entre a literatura cabe destacar Grohmann, Fabiano Santos, Mainwaring, Abrúcio, Figueiredo e Limongi, Leôncio Martins Rodrigues. As questões abordadas por estes autores passam pela legitimidade da Constituinte em Faoro, questões de governabilidade e de representação democrática, análise sobre partidos, políticos e sistemas eleitorais, a capacidade de influência de um poder sobre o outro, análise da produção legal do executivo e legislativo, e por fim a própria idéia de “Ultrapresidencialismo” abordada por Abrucio.

Em um segundo momento, ainda neste capítulo, tratamos de demonstrar a inserção de Jaime Lerner na esfera política do Estado do Paraná, sobretudo em meio ao tradicionalismo político de Munhoz da Rocha, e, por outro lado, embalado pela ideologia desenvolvimentista industrialista do grupo liderado por Ney Braga. Trazemos dados que demonstra o seu desempenho frente ao poder executivo do Estado do Paraná em suas duas gestões de governo, ao lado do então governo Fernando Henrique Cardoso, apontando já aqui alguns desgastes na imagem do governador Jaime Lerner como conseqüência da sua relação nada harmoniosa com os movimentos sociais organizados.

Característica, quanto ao relacionamento do governo com os movimentos sociais, inclusive presente tanto no governo de Jaime Lerner quanto no governo Fernando Henrique Cardoso. Comportamento que se reflete nas manobras políticas

utilizadas, sobretudo na votação do primeiro Projeto de Iniciativa Popular do Poder Legislativo que pretendia barrar a privatização da Copel desejada pelo então governo de Jaime Lerner. É, sobretudo, a partir desta disputa, entre governo e o movimento contrário à Venda da Copel, que procuramos demonstrar o desgaste político do Poder Executivo e Legislativo.

Por último, no terceiro capítulo passamos a tratar especificamente do Fórum Popular Contra a Venda da Copel. Em um primeiro momento definimos o que é um movimento social: nós os vemos como ações sociais coletivas de caráter sócio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas

> Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações, etc.), até as pressões indiretas. Na atualidade, os principais movimentos sociais atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais, e utilizam-se muito dos novos meios de comunicação e informação, como a internet. Por isso, exercitam o que Habermas denominou como agir comunicativo. A criação e o desenvolvimento de novos saberes são produtos dessa comunidade. (GOHN: 2003, p 13)

Na realidade histórica, os movimentos sempre existiram e cremos que sempre existirão. Isto porque eles representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas não como força-tarefa, de ordem numérica, mas como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações culturais.

Ainda, é importante apontar que o referido Fórum, como movimento social por nós concebido, que é vislumbrado de forma a caracterizar um associativismo de processo de mobilização pontual, onde a mobilização se faz a partir de um apelo feito por alguma entidade plural, fundamentada em objetivos humanitários. E nesse sentido, apontamos neste capítulo para formação do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, inserindo-o no movimento denominado por alguns de globalização, portanto, ao procurar se impedir uma privatização pode-se sim estar voltado a princípios humanitários de uma determinada população, comunidade, país ou nação.

O que queremos apontar é que ao lado das ações desse associativismo, pode-se vincular o conceito de participação cidadã que fundamenta-se também numa concepção democrática radical que objetiva fortalecer a sociedade civil no “sentido de

construir ou apontar caminhos para uma nova realidade social – sem desigualdades, exclusões de qualquer natureza. Busca-se a igualdade, mas reconhece-se a diversidade cultural. Há um novo projeto emancipatório e civilizatório por detrás dessa concepção que tem como horizonte a construção de uma sociedade democrática e sem injustiças sociais". (GOHN: 2003, p 18)

Portanto, daí ser relevante ao considerarmos a formação deste Fórum, a atuação e o depoimento dos agentes que nele atuaram de forma direta ou indireta, as teias que se formaram no jogo de articulações, os objetivos e as conseqüências deste Fórum para a sociedade paranaense, e para o Brasil. Sobretudo, informando os bastidores da votação do Projeto de Iniciativa Popular como o ápice do Fórum Contra a Venda da Copel. Com certeza se verificará que este episódio marcou um claro "divisor d'águas na história da Assembléia Legislativa do Paraná" (OLIVEIRA, R: 2002, p.321), bem como caracterizou-se no imaginário cultural paranaense enquanto episódio político, episódio de luta, de resistência de uma população contra os arbítrios dos seus representantes por ela instituídos.

Como já observava Locke, quando o Legislativo ou o príncipe age em desacordo com a confiança nele depositada pode e deve aqueles que o instituíram através do consentimento, dissolver o Parlamento.

> Cada vez que os legisladores tentam tomar ou destruir a propriedade do povo, ou reduzi-lo a escravidão sob um poder arbitrário, estão se colocando em um estado de guerra contra o povo, que fica, portanto, dispensado de qualquer obediência e é então deixado ao refúgio comum que Deus deu a todos os homens contra a violência. Sempre que o legislativo transgredir esta regra fundamental da sociedade, e, seja por ambição, por medo, por tolice ou por corrupção, tentar dominar a si mesmo ou pôr as mãos em qualquer outro poder absoluto sobre as vidas, as liberdades e os bens do povo, por este abuso de confiança ele confisca o poder que o povo depositou em suas mãos, para fins absolutamente contrários, e o devolve ao povo, que tem o direito de retomar sua liberdade original, e pelo estabelecimento de um novo legislativo (o que ele considerar adequado) promover sua própria segurança e tranqüilidade, que é o objetivo pelo qual estão em sociedade. (LOCKE: 1994, p. 219)

Assim, procuraremos demonstrar que o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, representou o interesse da sociedade paranaense em face do arbítrio do poder Executivo e Legislativo do Estado do Paraná, bem como se tornou frente de luta e de resistência a uma política neoliberal.

CAPÍTULO I

DO ESTADO LIBERAL AO ESTADO NEOLIBERAL

> ***As reformas indiscriminadamente chamadas neoliberais – o ajuste fiscal, a privatização, a liberalização comercial, a desregulação, a reforma da administração pública – são, na verdade, quando bem sucedidas, reformas que fortalecem o Estado ao invés de enfraquecê-lo, devolvendo-lhe a governança democrática.***
>
> ***Bresser Pereira***

1. O ESTADO BRASILEIRO

Se é verdade, como já afirmara Locke, que a sociedade funda o Estado, também é inegável que o Estado é constitutivo dela. “As forças sociais que predominam na sociedade, em dada época, podem não só influenciar a organização do Estado como incutir-lhe tendências que influenciam o jogo das forças sociais e o conjunto da sociedade”. (IANNI: 1989, p. 7) Neste jogo o Estado pode ser levado, por direções determinadas pelos desígnios dos que detém o poder. Parece-nos, plausível afirmar, que as forças sociais que predominam na sociedade tendem a predominar o poder estatal, determinando os rumos que a sociedade deve seguir.

Em primeiro lugar, faz-se mister levarmos em conta as análises de Marx sobre o Estado, quando este afirma que as origens do Estado encontra seu núcleo na necessidade de controlar os conflitos sociais entre os diferentes interesses econômicos, e que esse controle é realizado pela classe economicamente mais poderosa na sociedade. O Estado capitalista é uma resposta à necessidade de mediar o conflito de classes e manter a “ordem”, uma ordem que reproduz o domínio econômico da burguesia. Posto que o próprio Estado brasileiro não foge a este ciclo.

> O Estado não é pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro; tampouco é “a realidade da idéia moral”, nem “a imagem e a realidade da razão”, como afirma Hegel. É antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que esta sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas

> classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da "ordem". Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2002, p. 191)

> Como o Estado nasceu da necessidade de conter o antagonismo das classes, e como, ao mesmo tempo, nasceu em meio ao conflito delas, é, por regra geral, o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante, classe que, por intermédio dele, se converte também em classe politicamente dominante e adquire novos meios para a repressão e exploração da classe oprimida. Assim, o Estado antigo foi, sobretudo, o Estado dos senhores de escravos para manter os escravos subjugados; o Estado feudal foi o órgão de que se valeu a nobreza para manter a sujeição dos servos e camponeses dependentes; e o moderno Estado representativo é o instrumento de que se serve o capital para explorar o trabalho assalariado. (ENGELS, 2002, p. 194)

Como já apontamos acima, o caso brasileiro não foge às críticas levantadas por Marx. Historicamente, o Estado brasileiro, serviu aos interesses de grupos dominantes (latifundiários, empresários, etc), e as suas análises no campo político, econômico, social, sempre apontaram, na maioria das vezes para uma "crise de Estado", estado característico presente no sistema capitalista[1].

Para nossa análise consideramos relevante em primeiro momento caracterizar o Estado brasileiro, sobretudo, tendo como foco o século XX, a partir das análises de Bresser Pereira. A partir de uma breve apresentação deste autor, esperamos nos aproximar do caso brasileiro. Em um segundo momento, consideramos ser oportunas as análises fornecidas por David Harvey sobre a transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX, uma vez que podem nos fornecer indícios e balizas para compreendermos os movimentos próprios do capitalismo, que se estruturou nas últimas décadas, tendo em vista o viés da constituição do Estado brasileiro.

1.1. O CASO BRASILEIRO: CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES

Bresser trata da crise econômica que tomou conta do Brasil e da América Latina e dos seus desdobramentos políticos e das reformas econômicas. Sua análise parte das interpretações e estratégias que se sucederam no tempo a partir do desencadeamento de cada crise: da Segunda Guerra Mundial, da crise dos anos de 1960, da crise do autoritarismo e da grande crise dos anos de 1980.

Para ele, no caso brasileiro, o caráter cíclico e mutável da intervenção do Estado é bastante claro. No passado, dos anos de 1930 aos de 1970, o Estado desempenhou um papel decisivo na promoção do crescimento econômico; nos anos de 1980, devido à crise fiscal, o Estado perdeu sua capacidade de promover o crescimento econômico e tornou-se um obstáculo fundamental para isso.

No Brasil, economistas e empresários, quer anteriormente, apoiaram a intervenção do Estado na proteção à indústria doméstica e na criação de empresas estatais nos setores em que o capital privado se revelava incapaz ou não tinha interesse em investir, são, hoje, favoráveis à liberalização comercial e à privatização. Isto não significa, para Bresser, que eles tenham se tornado conservadores. "Significa apenas que o Brasil está em outra fase do ciclo de intervenção do Estado – na qual é necessário reduzir, compactar, contrair a estrutura do Estado para superar a crise fiscal e criar condições para um novo estágio de desenvolvimento econômico. Nessa nova fase, o Estado terá um diferente, mas importante papel econômico a desempenhar". (1996, p.70)

Entre os anos de 1930 e de 1970, no Brasil, o padrão de intervenção do Estado alterou-se continuamente e, não obstante, foi efetivo na promoção do desenvolvimento econômico. Dados sobre o crescimento do PIB nesse período demonstram isso claramente. Nos anos de 1930, o Estado dá início a uma política industrial de longo prazo de substituição de importações, que foi inicialmente bem-sucedida. Nos anos de 1940 e de 1950, foram criadas empresas estatais para atuarem em setores básicos da economia: indústria siderúrgica, petrolífera, energia elétrica, transporte.

Os anos de 1960 foram um período de transição e de ajuste fiscal, mas as alterações ocorridas na política industrial foram bastante limitadas. A inovação fundamental do governo autoritário e tecnicoburocrático da época foi a adoção de uma política claramente orientada às exportações. O objetivo era exportar bens manufaturados. Mas, a proteção à indústria doméstica – a característica essencial da industrialização com substituição de importações – foi mantida. E, foram retomados os investimentos diretos de responsabilidade do Estado, na medida em que foi estatizado

[1] Como exemplo, pode-se notar que Décio Saes ao falar sobre a formação do Estado burguês no Brasil destaca que foi "a luta de classes que levou num contexto político marcado por uma crise de Estado, à liquidação do Estado escravista moderno e à sua substituição por um Estado burguês". (1985, p. 345)

o setor de telecomunicações e complementou-se a estatização do setor produtor de energia elétrica.

Finalmente, os anos de 1970 foram os anos do milagre econômico (1968-1978) e os anos do II PND (Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento: 1974-1979). Este plano caracterizou-se pela promoção de nova onda de substituição de importações em setores básicos da economia (indústria siderúrgica, de produção de metais não-ferrosos, petrolífera, petroquímica) sob controle direto das empresas estatais, e também pela decisão de promover total substituição de importações na indústria de bens de capital, que era de propriedade privada e, em sua maior parte, nacional. Os anos de 1970 foram também o período em que o Brasil acumulou a sua grande dívida externa e começou a carregar uma elevada dívida (pública) interna.

Durante esses 50 anos, pode-se distinguir dois ciclos. O primeiro chegou ao fim em meados da década de 1960, quando os governos militares provenientes do golpe de 1964 foram capazes de superar a crise fiscal e a recessão que se seguiram aos excessos cometidos durante o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Entre 1964 e 1967, o Estado brasileiro foi submetido a um ajuste fiscal macroeconômico e as reformas estruturais (sistema de indexação, reforma tributária, reforma financeira, reforma bancária) que recuperaram a capacidade do Estado de promover a poupança forçada e de canalizá-la para investimentos diretos estatais ou para investimentos privados subsidiados. O segundo ciclo, que começou nos anos de 1970, ainda não se completou, pois o país não foi capaz de superar a crise fiscal e econômica dos anos de 1980.

Para Bresser, toda a ferramenta para entender a crise econômica da América Latina parte da interpretação da crise do Estado. Esse instrumental teórico, somente ganhará pleno poder explicativo se adicionar a ele a hipótese do caráter cívico da intervenção do Estado. De acordo com essa hipótese, o Estado cresceu demasiadamente em todo o mundo entre a década de 1930 e a de 1970. A crítica neoliberal foi uma reação a esse crescimento, à medida que ele se tornava cada vez mais distorcido. Desde os anos de 1980, reformas orientadas para o mercado – particularmente a privatização, a desregulamentação e a liberalização comercial – estão reduzindo o aparelho do Estado. No entanto, se o processo é intrinsecamente cíclico, assim que a crise “purgar” o Estado, surgirão novas formas de relacionamento entre o

Estado e o mercado, já que o Estado voltará, de novo, a se expandir relativamente ao mercado.

Sobretudo, a partir dos anos 1990, Bresser Pereira apresenta em sua obra "Reforma do Estado para a Cidadania – A reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional", as principais características do Estado brasileiro sob o governo Fernando Henrique Cardoso. Para este autor a "Reforma Gerencial da administração pública, que tem início em 1995 está voltada para a afirmação da cidadania no Brasil, por meio da adoção de formas modernas de gestão no Estado brasileiro, que possibilitem atender de forma democrática e eficiente as demandas da sociedade". (2002, p. 17) Esta Reforma Gerencial[2] tem como documento básico no Brasil o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado[3], de setembro de 1995. Por meio desse documento o governo procurou definir as instituições e estabelecer as diretrizes para implantação de uma administração pública gerencial.

Segundo Bresser a reforma é gerencial porque busca inspiração na administração das empresas privadas, e porque visa dar ao administrador público profissional condições efetivas de gerenciar com eficiência as agências públicas. Ainda,

> É democrática porque pressupõe a existência de um regime democrático, porque deixa claro o caráter especifico, político da administração pública, e principalmente porque nela os mecanismos de controle, de caráter democrático, são essenciais para que possa haver delegação de autoridade e controle *a posteriori dos resultados*. É social-democrática porque afirma o papel do Estado de garantir os direitos sociais e lhe fornece os instrumentos gerenciais para fazê-lo, de forma não apenas mais democrática, mas, também, eficiente do que faria o setor privado. É social-liberal porque acredita no mercado como um ótimo, embora imperfeito, alocador de recursos; porque utiliza a estratégia da competição administrada em quase-mercados, para controlar as atividades sociais financiadas pelo Estado, por intermédio de entidades descentralizadas: as organizações públicas não-estatais; e porque, embora reafirmando o dever do Estado de

[2] O Plano Diretor da reforma do Aparelho do Estado, aprovado pela Câmara da reforma do Estado em setembro de 1995, definia três dimensões para a Reforma Gerencial da administração pública brasileira: institucional, cultural e de gestão.

[3] Este projeto listava os seguintes projetos prioritários, todos seguindo as diretrizes do Plano diretor: "a reforma da Constituição no capítulo da administração pública, a elaboração de projetos de leis complementares à reforma constitucional, programa de reestruturação e qualidade dos ministérios, programa de organizações sociais, programa de agências executivas, sistemas de contabilidade gerencial, sistema de informações gerenciais da administração pública, fortalecimento do núcleo estratégico por meio da política de carreiras, reformulação do sistema de remuneração dos cargos em comissão do Governo Federal, plano nacional de capacitação, programa de redução dos custos de pessoal e eliminação de privilégios, principalmente os contidos na lei do regime Jurídico Único, revisão e desburocratização da lei de licitações, aperfeiçoamento do sistema de serviços gerais do governo federal, estabelecimento da rede do governo (intranet do Governo Federal), integração dos sistemas administrativos informatizados do Governo federal, projeto de lei sobre processo administrativo, fortalecimento da internet como canal de comunicação do governo com os cidadãos, reestruturação e qualidade interna do MARE". (2002, p. 205-206)

> proteger os mais fracos – as crianças pobres, as mães solteiras, os velhos –, não é paternalista, não subestimando a capacidade de cada indivíduo de defender seus próprios direitos de cidadania, nem sua capacidade de trabalhar, desde que se lhe ofereçam os devidos incentivos e oportunidades. (2002, p. 18)

Para Bresser existem três formas de administrar o Estado: a "administração patrimonialista", a "administração pública burocrática" e a "administração pública gerencial". A administração patrimonialista é do Estado mais não é pública, na medida em que não visa ao interesse público, é típica dos Estados pré-capitalistas, mais particularmente das monarquias absolutistas. É a administração que confunde o patrimônio privado do príncipe com o patrimônio público. Sobrevivem nos regimes democráticos imperfeitos por meio do clientelismo. A administração pública burocrática é aquela baseada em um serviço civil profissional, na dominação racional-legal weberiana e no universalismo de procedimentos, expresso em normas rígidas de procedimento administrativo. E por fim, a administração pública gerencial, que também pode ser chamada de "nova gestão pública" (new public management).

Durante um longo período, que vai aproximadamente dos anos de 1930 aos anos de 1970, houve uma clara inconsistência entre as novas tarefas assumidas pelo Estado e o ritmo acelerado do progresso técnico em todas as áreas. Por meio de reformas parciais ou simplesmente da desobediência aos princípios burocráticos, políticos, os burocratas procuravam integrar a administração pública às novas realidades. Uma dessas reformas intermediárias foi a Reforma Desenvolvimentista, que nos países em desenvolvimento ocorreu nos anos 60 e 70. No caso específico do Brasil, a reforma de 1967, realizada por meio do Decreto-lei nº 200[4], procurou substituir a administração pública burocrática por uma "administração para o desenvolvimento". Porém,

> Foi só a partir dos anos 80 que teve início, em países da OCDE, principalmente no Reino Unido, Nova Zelândia, Austrália e países escandinavos, a Segunda grande reforma administrativa nos quadros do sistema capitalista: a Reforma Gerencial. Nos anos 90, essa reforma se estendeu para os Estados Unidos e para o Brasil. Constitui-se, então, todo um quadro teórico e uma prática administrativa que, nos quadros da democracia, visam modernizar o Estado e tornar sua administração pública mais eficiente e mais voltada para o cidadão-cliente. (2002, p 21)

[4] A reforma de 1967 realizada por meio do Decreto-lei nº 200 substituiu a administração pública burocrática por uma "administração para o desenvolvimento": distinguiu com clareza a administração

A Reforma Gerencial de 1995 buscava criar novas instituições legais e organizacionais que permitam que uma burocracia profissional e moderna tenha condições de gerir o Estado brasileiro. Esta reforma não subestima os elementos de patrimonialismo ou de clientelismo que ainda subsistem em nosso meio. Parte, entretanto, do pressuposto de que no final do século XX, quando as técnicas de controle gerencial e democrático já foram amplamente desenvolvidas, a melhor forma de combater o clientelismo é tornar-se gerencial; é dar autonomia ao administrador público valorizando-o por sua capacidade de tomar decisões, inclusive de caráter político, ao invés de submetê-lo a um controle burocrático vexatório.

Para Bresser, a reforma do Estado começou timidamente nos anos 80, em meio a uma crise econômica, que chega ao auge no início de 1990, quando o país passa por um episódio hiperinflacionário. A partir de então, a reforma tornou-se imperiosa. O ajuste fiscal, a privatização e a abertura comercial, que vinham sendo ensaiadas nos anos anteriores, são então atacados de frente. A reforma administrativa, entretanto, só se tornou um tema central no Brasil em 1995, após a eleição e a aposse de Fernando Henrique Cardoso. “Nesse ano, ficou claro para a sociedade brasileira que essa reforma se tornara condição, de um lado, da consolidação do ajuste fiscal do Estado brasileiro, e, de outro, da existência no país de um serviço público moderno, profissional e eficiente, voltado para o atendimento das necessidades dos cidadãos”. (2002, p. 43)

Com suporte teórico, político, econômico, ideológico inspirado nos países da OCDE[5] como países em desenvolvimento a década de 1990 e o início do século XXI, as políticas do Estado passam a ser regidas, definidas por um quadro referencial de expressões como reforma gerencial, qualidade, descentralização, privatização, flexibilização, terceirização, eficiência, parcerias público-privada, programa de qualidade e administração pública (PBQP). Essa reforma se estende por todo o governo Fernando Henrique Cardoso através de emenda constitucional.

Os principais pontos da reforma constitucional foram a previsão de mecanismos de flexibilização da estabilidade, com a possibilidade de perda do cargo por insuficiência de desempenho ou por excesso de quadros[6], o fim da obrigatoriedade do

---

direta da administração indireta e garantiu às autarquias e fundações desse segundo setor, e também às empresas estatais, uma autonomia de gestão muito maior do que possuíam anteriormente.

[5] Organisation de Coopération et de Développement Economiques.

[6] Está condicionada ao cumprimento da lei complementar que fixa limite mínimo de 60% para despesa com pessoal ativo e inativo (Lei Camata).

regime Jurídico Único, a disponibilidade do servidor com remuneração proporcional ao tempo de serviço, a exigência de avaliação para alcançar estabilidade no final do estágio probatório, a proibição de aumentos em cascata, a eliminação da expressão "isonomia salarial" do texto constitucional, o reforço do teto e subteto de remuneração dos servidores, a exigência de projeto de lei para aumento de remuneração nos três poderes.

No que diz respeito à área da saúde, por exemplo, o SUS foi reformulado a partir da norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde 1996 (NOB-96), que implantou no país um "sistema administrativo baseado na descentralização para os municípios e na competição administrada nos moldes que diversos países desenvolvidos vêm adotando de forma bem-sucedida, a partir da experiência britânica". (2002, p. 254) Para tanto a responsabilidade dessa reforma fora incumbida a "um super-homem encarregado de uma missão impossível: o Ministro da Saúde". (2002, p. 255)

Para empreender a reforma gerencial este governo se utilizou de um eficiente instrumento de persuasão: a imprensa. Como bem esclarece Bresser: "em pouco tempo, um tema que não estava na agenda do país assumiu o caráter de um grande debate nacional. Os apoios políticos e intelectuais não tardaram, e afinal quando a reforma constitucional foi promulgada, formara-se um quase-consenso sobre a importância da reforma para o país, agora fortemente apoiada pela opinião pública, pelas elites formadoras de opinião, e em particular pelos administradores públicos". (2002, p. 13) Entre os aliados políticos destaca-se com evidência a atuação do Governador paranaense Jaime Lerner, a qual trataremos adiante, no capítulo II.

1.2 AS TRANSFORMAÇÕES ESTRUTURAIS DO CAPITALISMO: DO FORDISMO À ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

Se houve alguma transformação na economia política do capitalismo do final do século XX, cabe-nos estabelecer quão profunda e fundamental pode ter sido a mudança. São abundantes os sinais e marcas de modificações radicais em processos de trabalho, hábitos de consumo, configurações geográficas e geopolíticas, poderes e práticas do Estado, etc. No Ocidente, ainda vivemos uma sociedade em que a

produção em função de lucros permanece como o princípio organizador básico da vida econômica.

Portanto, acreditamos ser fundamental, representar os grandes eventos ocorridos desde a primeira grande recessão do pós-guerra, em 1973, de forma que não se perca de vista as regras básicas do modo capitalista de produção. Para tanto esboçaremos algumas considerações relevantes e que já foram apontadas por David Harvey, que complementam o breve resumo, exposto acima, sobre o Estado brasileiro. Posto que este não se encontra isolado numa ilha, e portanto, recebeu e recebe influência das políticas e economias internacionais.

Para analisar o período de expansão de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, Harvey recorre à linguagem de uma escola de pensamento conhecida como a Escola da Regulamentação. Seu argumento básico pode ser assim resumido:

> Um regime de acumulação descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução de assalariados. Um sistema particular de acumulação pode existir porque seu esquema de reprodução é coerente. O problema no entanto, é fazer os comportamentos de todo tipo de indivíduos – capitalistas, trabalhadores, funcionários públicos, financistas e todas as outras espécies de agentes político-econômicos – assumirem alguma modalidade de configuração que mantenha o regime de acumulação funcionando. Tem de haver, portanto, uma materialização do regime de acumulação, que toma a forma de normas, hábitos, leis, redes de regulamentação etc. que garantam a unidade do processo, isto é, a consistência apropriada entre comportamentos individuais e o esquema de reprodução. Esse corpo de regras e processos sociais interiorizados tem o nome de modo de regulamentação. (2001, p.117)

Este tipo de linguagem é suficientemente útil para demonstrar as “complexas inter-relações, hábitos, práticas políticas e formas culturais que permitem que um sistema capitalista altamente dinâmico e, em conseqüência, instável adquira suficiente semelhança de ordem para funcionar de modo coerente ao menos por um dado período de tempo”. (HARVEY, 2001. p. 117) No entanto, para que o sistema econômico capitalista permaneça viável, existem duas amplas áreas de dificuldade que devem ser negociadas. A primeira advém das qualidades anárquicas dos mercados de fixação de preços, e a segunda deriva da necessidade de exercer suficiente controle sobre o emprego da força de trabalho para garantir a adição de valor na produção e, portanto, lucros positivos para o maior número possível de capitalistas.

Assim os mercados de fixação de preços, para tratar do primeiro problema, fornecem tipicamente inúmeros sinais com alto grau de descentralização que permitem que os produtores coordenem as decisões de produção com as necessidades, vontades e desejos dos consumidores (respeitando, com efeito, as restrições de orçamentos e custos que afetam as partes envolvidas em toda transação de mercado). Mas a celebrada "mão invisível" do mercado, de Adam Smith, nunca bastou por si mesma para garantir um crescimento estável ao capitalismo, mesmo quando as instituições de apoio (propriedade privada, contratos válidos, administração apropriada do dinheiro) funcionam adequadamente.

> Algum grau de ação coletiva – de modo geral, a regulamentação e a intervenção do Estado – é necessário para compensar as falhas de mercado (tais como os danos inestimáveis ao ambiente natural e social), evitar excessivas concentrações de poder de mercado ou combater o abuso do privilégio do monopólio quando este não pode ser evitado (em campos como transporte e comunicações), fornecer bens coletivos (defesa, educação, infra-estruturas sociais e físicas) que não podem ser produzidos e vendidos pelo mercado e impedir falhas descontroladas decorrentes de surtos especulativos, sinais de mercado aberrantes e o intercâmbio potencialmente negativo entre expectativas dos empreendedores e sinais de mercado (o problema das profecias auto-realizadas no desempenho do mercado). (HARVEY: 2001, p. 118)

Na prática, a dinâmica do capitalismo é afetada pelas pressões exercidas pelo Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais), aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas.

> Essas pressões podem ser diretas (como a imposição de controles de salários e preços) ou indiretas (como a propaganda subliminar que nos persuade a incorporar novos conceitos sobre as nossas necessidades e desejos básicos na vida), mas o efeito liquido é moldar a trajetória e a forma do desenvolvimento capitalista de modos cuja a compreensão vai além da análise das transformações de mercado. Além disso, as propensões sociais e psicológicas, como o individualismo e o impulso de realização pessoal por meio da auto-expressão, a busca de segurança e identidade coletiva, a necessidade de adquirir respeito próprio, posição ou alguma outra marca de identidade individual, têm um papel na plasmação de modos de consumo e estilos de vida. Basta considerar todo o complexo de forças implicadas na proliferação da produção, da propriedade e do uso em massa do automóvel para reconhecer a vasta gama de significados sociais, psicológicos, políticos, bem como mais propriamente econômicos, que estão associados a um dos principais setores de crescimento do capitalismo do século XX. (HARVEY: 2001, p. 118)

A Segunda arena de dificuldade geral nas sociedades capitalistas concerne à conversão da capacidade de homens e mulheres de realizarem um trabalho ativo num processo produtivo cujos frutos possam ser apropriados pelos capitalistas. Todo tipo de trabalho exige concentração, autodisciplina, familiarização com diferentes instrumentos de produção e o conhecimento das potencialidades de várias matérias-primas em termos de transformação em produtos úteis. Contudo, a produção de mercadorias em condições de trabalho assalariado põe boa parte do conhecimento, das decisões técnicas, bem como do aparelho disciplinar, fora do controle da pessoa que de fato faz o trabalho. A familiarização dos assalariados foi um processo histórico bem prolongado (e não particularmente feliz) que tem de ser renovado com a incorporação de cada nova geração de trabalhadores à força de trabalho.

> A disciplinação da força de trabalho para os propósitos de acumulação do capital – (um processo que Harvey denomina como) "controle do trabalho" - envolve alguma mistura de repressão, familiarização, cooptação e cooperação, elementos que têm de ser organizados não somente no local de trabalho como na sociedade como um todo. A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho. (HARVEY: 2001, p. 119)

É importante ressaltar que Harvey tem o objetivo claro de utilizar o "modo de regulamentação" como uma maneira útil de conceituar o tratamento dado aos problemas da organização da força de trabalho para propósitos de acumulação do capital em épocas e lugares particulares. Daí, aceitar amplamente a visão de que o longo período de pós-guerra, que se estendeu de 1945 a 1973, teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configurações de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano. Portanto, o colapso desse sistema a partir de 1973 iniciou um período de rápida mudança, de fluidez e de incerteza. Não está claro se os novos sistemas de produção e de marketing, caracterizados por processos de trabalho e mercados mais flexíveis, de mobilidade geográfica e de rápidas mudanças práticas de

consumo garantem ou não o título de um novo regime de acumulação nem se o renascimento para o pós-modernismo, garante ou não um regime de acumulação nem se o renascimento do empreendimento e do neoconservadorismo, garante ou não o título de um novo modo de regulamentação.

O mais importante entre as considerações de Harvey é contudo, o fato de podermos considerar "que as práticas político-econômicas da atualidade e as do período de expansão do pós-guerra são suficientemente significativos para tornar a hipótese de uma passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação flexível uma reveladora maneira de caracterizar a história recente". (2001, p. 119) Análise[7] portanto, bastante significativa na medida que contribui para compreender o período da nossa pesquisa, de 1998 a 2002.

A derrota dos movimentos operários radicais que ressurgiram no período pós-guerra preparou o terreno para os tipos de controle e de compromisso que possibilitaram o fordismo. Através de ataques às formas tradicionais (orientadas para os ofícios) e radicais de organização do trabalho no Japão, na Alemanha Ocidental, na Itália, na Grã-Bretanha, França e Países Baixos.

> Nos Estados Unidos, onde a Lei Wagner de 1933 tinha dado aos sindicatos poder no mercado (com reconhecimento explícito de que os direitos de negociação coletiva eram essenciais para a resolução do problema da demanda efetiva) em troca do sacrifício no campo da produção, os sindicatos viram-se sob um ataque virulento nos anos de pós-guerra por uma pretensa infiltração comunista e terminaram por ser submetidos a uma disciplina legal estrita pela lei Taft-Hartley de 1952 (Lei promulgada no auge do período macarthista). (2002, p. 128)

Com seu principal adversário sobre controle, os interesses da classe capitalista puderam resolver o que Gramsci denominara antes problema de "hegemonia" e estabelecer uma base aparentemente nova para relações de classe conducentes ao fordismo. Este ataque, segundo Harvey abrangeu além dos movimentos operários, os

[7] A data inicial simbólica do fordismo deve por certo ser 1914, quando Henry Ford introduziu seu dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros que ele estabelecera no ano anterior em Dearbon, Michigan. Sobretudo, "o que havia de especial em Ford (e, que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista". (HARVEY: 2001, p. 121) O fordismo com toda a sua racionalização não foi suficientemente capaz de conter as contradições do capitalismo, nem impediu a chamada acumulação flexível.

movimentos culturais e sociais mais gerais o que não impediu o seu surgimento mesmo no auge do fordismo, pois “as críticas e práticas contraculturais dos anos 60 eram, portanto, paralelas aos movimentos da minorias excluídas e à crítica da racionalidade burocrática despersonalizada. Todas essas correntes de oposição começaram a se fundir, formando um forte movimento político-cultural, no próprio momento em que o fordismo como sistema econômico parecia estar no apogeu”. (2002, p. 133)

Para auferir êxito, o Estado assumia uma variedade de obrigações. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativa, “o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias no período pós-guerra. Essas políticas eram dirigidas para as áreas de investimento público – em setores de transporte, os equipamentos públicos, etc. – vitais para o crescimento da produção e do consumo de massa e que também garantiam um emprego relativamente pleno”. (2002, p. 129) Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc.

Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. Assim se configurava o Estado Intervencionista Estatal que sofria variações de Estado para Estado, permanecendo entretanto uma maneira especial de criarem “tanto um crescimento econômico estável como um aumento dos padrões materiais de vida através de uma combinação de Estado do Bem-Estar-Social, administração econômica keynesiana e controle de relações de salário”. (2002, p. 130)

Contudo até 1973 havia uma “constante” em relação a sustentação do fordismo-keynesiano. É portanto, sobretudo, a partir da profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, evidentemente retirou o mundo capitalista do sufocante torpor da “estagflação” (estagnação da produção de bens e alta inflação dos preços) e pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em conseqüência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências nos domínios da organização industrial e da vida social e política começou a tomar forma. Essas experiências podem representar os primeiros ímpetos da passagem para um regime de

acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política e social bem distinta. Ou seja, a acumulação flexível:

> A acumulação flexível, como vou chamá-la, é marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados, e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. Ela envolve rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego no chamado "setor de serviços", bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas (tais como a "terceira Itália, Flandres, os vários vales e gargantas do silício, para não falar da vasta profusão de atividades dos países recém-industrializados). Ela também envolve um novo movimento que chamarei de "compressão do espaço-tempo" no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitaram, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilitaram cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variado. Esses poderes aumentados de flexibilidade e mobilidade permitem que os empregadores exerçam pressões mais fortes de controle do trabalho sobre uma força de trabalho de qualquer maneira enfraquecida de qualquer maneira por dois surtos selvagens de deflação, força que viu o desemprego aumentar nos países capitalistas avançados (salvo, talvez, no Japão) para níveis sem precedentes no pós-guerra. O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexíveis em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas. A acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego "estrutural" (em oposição a "friccional"), rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos (quando há) de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. (HARVEY: 2002, p. 140-141)

Harvey faz uma análise das novas técnicas e novas formas de organização da produção, tecendo considerações sobre ao aumento da monopolização por companhias americanas na fronteira mexicana, por exemplo, prática reinterada nos países menos desenvolvidos e recém industrializados como o Brasil, surgimento de novos sistemas financeiros onde o capital financeiro é o poder coordenador, determinante, além da revolução que marca a acumulação flexível, de modo algum progressista, que modificou o papel das mulheres no mercado e processos de trabalho "num período em que o movimento de mulheres lutava tanto por uma consciência como por uma melhoria de condições de um segmento que hoje representa mais de 40% da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados". (HARVEY: 2002, p. 146)

Portanto, Harvey trata da acumulação flexível para definir o que aqui denominamos de neoliberalismo, para ele, "o movimento mais flexível do capital acentua o novo, o fugidio, o efêmero, o fugaz e o contingente da vida moderna, em vez

dos valores mais sólidos implantados na vigência do fordismo". (2002, p. 161) Na medida em que ação coletiva se tornou, em conseqüência disso, mais difícil – tendo essa dificuldade constituído, com efeito, a meta central do impulso de incremento e do controle do trabalho – o individualismo exacerbado se encaixa no quadro geral como condição necessária, embora não suficiente, de transição do fordismo para a acumulação flexível.

1.3 O NEOLIBERALISMO: FUNDAMENTOS DO LIBERALISMO E DO NEOLIBERALISMO

> ***Antes da era moderna, que começou com a expropriação dos pobres e em seguida passou a emancipar as novas classes destituídas de propriedade, todas as civilizações tiveram por base o caráter sagrado da propriedade privada.***
>
> ***Engels***

Surgida na Europa no século XVII, em especial na França, e atendendo aos ideais da burguesia, a teoria liberal ia contra os ventos do Antigo Regime, que se caracterizava no campo da economia pelo mercantilismo, na área da política pelo absolutismo e na estrutura social pelos estamentos, características estas que representavam o sistema feudal de produção. Essa sociedade, baseada em privilégios como poderes reais absolutistas, monopólios econômicos, heranças familiares, sobrepunha-se à burguesia, classe social que se desenvolvia economicamente nessa fase, e que figurava num lugar secundário na sociedade e na política.

> Isso se explica por estar a origem social dos burgueses estreitamente ligada ao campesinato medieval, mas, também, aos mercadores que não possuíam título de nobreza. Esse quadro foi determinante até 1649, com a Revolução Inglesa, e sofreu uma inversão na sua estrutura social em 1789, com a Revolução Francesa. O sucesso dos ideais liberais foi se consolidando na medida em que se fincavam as primeiras estacas do desenvolvimento capitalista, a partir do qual o mundo passaria a ser concebido como uma grande máquina. Com Isaac Newton (1642-1727) é levada a termo a revolução científica iniciada por Galileu, passando a conceber-se, o até então, limitado universo, como uma ordem do universo-relógio. É do seu pensamento que decorre a concepção do mundo como uma grande máquina. Essa inversão na estrutura política da sociedade da época alterou, aos poucos, o quadro em relação ao controle do poder. A partir de então,

> a burguesia, enquanto nova classe econômica politicamente dominante, projetou a consolidação de uma nova ordem, que passaria a se basear nos princípios da defesa da propriedade, da tolerância, da liberdade e da igualdade, sendo que os dois últimos se configuravam apenas no campo dos direitos. O liberalismo seria então a concepção de mundo que legitimaria a burguesia enquanto classe dominante/dirigente: os valores fundamentais (igualdade, tolerância, liberdade e propriedade privada) defendidos por pensadores iluministas podem ser relacionados com a atividade comercial da burguesia. (GOLDMANN, 1972, p. 170)

O liberalismo terá, num primeiro momento, um caráter político-jurídico, buscando apenas as garantias constitucionais de liberdade. A burguesia queria que seu poder político correspondesse ao poder econômico que já possuíam. Não desejava igualdade de condições sócio-econômicas, mas, e tão somente, jurídica.

> No ato do comércio, como, por exemplo, a compra e a venda, todas as eventuais desigualdades sociais entre compradores e vendedores não são essenciais. Na compra e venda, o que efetivamente importa é a igualdade jurídica dos participantes do ato comercial. Assim, o iluminismo defendia a igualdade jurídica de todos perante a lei. Todos seriam cidadãos com direitos básicos, embora com diferentes situações socioeconômicas. (GOLDMANN, 1972, p. 170)

Buscava também os mesmos privilégios que os nobres. Os quais naquela nova estrutura alarmavam-se com a possibilidade de perder suas riquezas. Banqueiros, mercadores e donos de fábricas, todos burgueses, que já tinham direitos, queriam mais. No entanto uma das mais fortes bandeiras de luta foi à propriedade privada: “o comércio também só é possível entre pessoas que detenham a propriedade de bens e de capitais, pois a propriedade privada confere ao proprietário o direito de usar e dispor livremente do que lhe pertence. Assim, a burguesia passou a defender o direito à propriedade privada, que se tornou essencial à sociedade capitalista”.(GOLDMANN, 1972, p.171)

A rigor, as novas leis que buscava a burguesia deveriam ser feitas por ela e com ela. Por exemplo,

> O exame do Código Civil Napoleônico deixa isso bem claro. Destinava-se evidentemente a proteger a propriedade –... a burguesa. O código tem cerca de 2000 artigos, dos quais apenas 7 tratam do trabalho e cerca de 800 da propriedade privada. Os sindicatos e as greves são proibidos, mas as associações de empregadores permitidas. Numa disputa judicial sobre salários, o código determina que o depoimento do patrão, e não do empregado, é que deve ser levado em conta. (HUBERMAN, p. 151, 1986)

O liberalismo irá figurar como uma teoria que surge para justificar e ao mesmo tempo consolidar os interesses da burguesia, que por sua vez, são direcionados pelos princípios do mercado, princípios estes travestidos de leis pelos economistas burgueses.

> Na Inglaterra, 1689, e na França em 1789, a luta pela liberdade do mercado resultou numa vitória da classe média... Em lugar do feudalismo, um sistema social diferente, baseado na livre troca de mercadorias com o objetivo primordial de obter lucro, foi introduzido pela burguesia. A esse sistema chamamos – capitalismo. (HUBERMAN, p.153, 1986)

As transformações que ocorreram e se consolidaram com a Revolução Francesa, como o desenvolvimento das cidades, o fortalecimento da burguesia comercial, são aspectos interligados de outra realidade a se configurar, na elaboração de um outro mundo, outra realidade mais dinâmica e que fundiram os valores culturais e religiosos com os valores do capital, que passou aos poucos a exigir novos instrumentos teóricos de interpretação.

> (...) A técnica é a essência desse saber. Seus objetivos não são os conceitos ou imagens nem a felicidade da contemplação, mas o método, a exploração do trabalho dos outros, o capital. (...) o que os homens querem aprender da natureza é como aplicá-la para dominar completamente sobre ela e sobre os homens. Fora disso, nada conta. (...) Poder e conhecimento são sinônimos. (HORKHEIMER & ADORNO, 1983, p.182)

Segundo Laski, em sua obra O Liberalismo Europeu,

> No período entre a Reforma e a Revolução Francesa, uma nova classe social afirmou seus direitos a uma plena participação no controle do Estado. Em sua ascensão ao poder, derrubou as barreiras que, em todas as esferas da vida, exceto a eclesiástica, tinham feito do privilégio uma função do status e associado à idéia de direitos com a posse da terra. Para alcançar os seus propósitos, a nova classe efetuou uma transformação fundamental nas relações legais entre os homens. O status foi substituído pelo contrato como alicerce jurídico da sociedade. A uniformidade de crença deu lugar a uma diversidade de credos em que até o ceticismo encontrou um direito à expressão. O vago império medieval da jus divinum e da jus natural e cedeu ao poder irresistível e concreto da soberania nacional. O controle da política por uma aristocracia cuja autoridade assentava na propriedade da terra passou a ser compartilhado com homens cuja influência derivava unicamente a propriedade de bens móveis. O banqueiro, o mercador, o fabricante começaram substituindo o latifundiário, o eclesiástico e o guerreiro como os tipos de influência social predominante. A cidade, com a sua infatigável paixão pela mudança, substituiu o campo, com a sua aversão às inovações, como fonte primordial de legislação. Lenta, mas irresistivelmente, a ciência substituiu a religião como fator dominante na modelação dos pensamentos dos homens. A idéia de uma idade de ouro no passado, com a sua idéia simultânea de pecado original, cedeu o passo à doutrina de progresso, com a sua noção concomitante de perfectibilidade através da

> razão. Os conceitos de iniciativa social e de controle social renderam-se aos de iniciativa individual e de controle individual. As novas condições materiais, em resumo, deram origem a novas relações sociais; e, em função destas, desenvolveu-se uma nova filosofia para permitir uma justificação racional do novo mundo que assim nascera. (1973, p. 09)

Primeiramente quem se destaca, no século XVI é Nicolau Maquiavel, ao elaborar a concepção moderna de política, responsável pela autonomia desta ciência (política), desligada das preocupações predominantemente filosóficas da política normativa dos gregos e desvinculada da fé e da moral cristã. Nos séculos XVII e XVIII, Thomas Hobbes, John Locke e Jean-Jacques Rousseau, com suas teorias contratualistas, enfatizaram o caráter não-religioso da origem do poder, preparando assim o terreno para a legitimização do Estado liberal, ao afirmar que é o próprio homem quem dá o consentimento para a instauração do poder, destacando-se, assim, o valor do indivíduo e do cidadão.

Os contratualistas traçaram de fato os princípios deste novo Estado, que surge ao atrelarem seu conceito à nova força da economia: o comércio, o mercado. A teoria liberal de Estado está de fato intimamente ligada aos negócios da burguesia, pois o Estado surge mediante um contrato, como afirma Hobbes em sua grande obra Leviatã. Como já anteriormente Martins Neto evidencia: “em outros e mais exatos termos: os homens estão predestinados a voluntariamente renunciar ao seu direito natural de agir como a cada um melhor aprouver e a transferir esse direito de governarem a si próprios a uma única autoridade que então a todos governará em caráter permanente, podendo dispor de todo o poder que seja necessário para dirigir-lhes às ações no sentido da paz e do beneficio comum”. (1999, p. 92)

Apesar das teorias contratualistas se basearem nos princípios individualistas de sociedade, que são a essência do liberalismo, vale lembrar que Rousseau, mesmo sendo um liberal de seu tempo, faz dura crítica ao denunciar a propriedade como uma das causas da origem da desigualdade. E, ao elaborar tais discursos, foi absorvido pelos socialistas no século seguinte – os socialistas na sua luta em torno de uma sociedade socialista e contra o ideário do liberalismo.

O século XVII é, sem dúvida, o século que funda o liberalismo. E o pensamento liberal nasce, então, fundamentalmente como uma negação de um outro mundo, outro sistema de valores e idéias – com ênfase no individualismo. O ideário liberal afirma que o

Estado tradicional interferia na felicidade dos homens. Busca então romper com a rigidez hierárquica a que estavam submetidos os indivíduos na época. Como afirma Moraes:

> O imaginário liberal recusa a figura do Estado-máquina,... que encarcera o indivíduo no seu estrato e o habitua a ações padronizadas. Volta-se contra figuras do pensamento medieval (geralmente identificadas com o platonismo e com São Tomás), negando haver fins objetivos e universais da existência humana. Não havendo nenhuma idéia de bem ou de felicidade sobre a qual os homens possam e devam entrar em acordo, não pode a sociedade ser organizada em função desses valores, a não ser que alguns imponham sua própria escala, o que nos levaria ao despotismo. Cabe ao indivíduo o direito de escolher seus objetivos e caminhos. O único caminho admissível para o liberalismo é este: cabe organizar a sociedade de modo que cada um possa viver como bem entenda, procurar felicidade como quiser. Ademais, a diversidade não seria um mal a tolerar, mais um bem a promover. (1997, p. 01-15)

Para Laski:

> O pensamento filosófico do século XVII deixa bem claro que o espírito humano tinha se emancipado amplamente da dependência da autoridade teológica. Sua tônica predominante é secular e racionalista. Defronta-se com a nova explicação mecânica da natureza e elabora uma doutrina adequada aos postulados dessa explicação. (...) O verdadeiro encargo do século, na especulação filosófica, consistiu em dar ao universo um padrão cujas leis tinham de ser repensadas e reformuladas em termos inteiramente novos. (...) O impacto da nova filosofia é no sentido de total liberação. (1973, p. 90-91)

Observa-se uma incessante luta ideológica envolvendo a burguesia e a igreja. Esta última teve uma edificação sólida por aproximadamente mil anos de história, mas no século XVII entrava em decadência, arruinava-se, e via a burguesia solapar a estrutura teológica, construindo um novo Estado baseado numa nova filosofia que era fatal para os princípios religiosos, pois fundada na separação das duas instituições, o Estado e a Igreja.

Assim, o liberalismo, como concepção de mundo da burguesia, irá ser decisivo para a burguesia enquanto classe revolucionária que quer assumir o poder, pois sofre um impacto do progresso da ciência do século XVII.

> A partir de então, uma série de idéias deixa de ser apenas instituições, reveladas aqui e ali, e começam a constituir um verdadeiro sistema de pensamento. Um sistema que afirma, convictamente, que o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo – se houvesse livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos (e suas relações) não fossem limitadas por regulamentos e monopólios estatais. Uma doutrina que prega a necessidade de desregulamentar e privatizar as atividades econômicas, reduzindo o Estado a funções bastante definidas. Estas funções constituem apenas parâmetros bastante gerais para as atividades livres dos agentes econômicos. São três basicamente: a manutenção da segurança interna e externa, a garantia dos contratos e a

> responsabilidade por serviços essenciais de utilidade pública. (MORAES, 1997, p 01 – 15)

Verifica-se que o mercantilismo foi o primeiro passo dado pelo nascente Estado secular no caminho da plena realização do liberalismo. Com esse impulso causado por esta nova maneira de pensar, houve um grande desenvolvimento intelectual na Europa, e sua aceitação praticamente se impôs. Principalmente nos três dos principais países da época, (Inglaterra, França e Itália) onde a burguesia e o nascente liberalismo, e sem dúvida a ciência puderam se emancipar tomando um grande e rápido desenvolvimento. Na Inglaterra,

> Nem devemos deixar de salientar o significado do Parlamento, diferente em qualidade de qualquer dos órgãos legislativos do continente europeu. Os Tudors, sem dúvida alguma, eram déspotas;... a respeito de Henrique VIII que este era o príncipe de Maquiavel em ação. Mas eram déspotas por consentimento popular. O proprietário rural e o comerciante permitiram que os Tudors usassem o Parlamento como o instrumento de um Estado que recorria a meios políticos para o bem-estar e prosperidade econômica. Os Tudors fizeram sua lei prevalecer ao impregná-la do espírito que a nova ordem exigia. Restabeleceram a autoconfiança e a iniciativa na classe média ao lhe proporcionar segurança. São esses os fatores que sempre alimentaram uma nova filosofia social. (LASKI, 1973, p. 18)

Em geral podemos afirmar que a importância do século XVII, para o liberalismo, foi a destruição da autoridade da Igreja na esfera econômica. Assim, solidificou-se a relação de propriedade a desenvolver-se sem os entraves e objeções religiosas. Surge então um Estado que procurou alicerçar sua missão substituindo a Igreja, como promotor do bem-estar social. Este Estado "criou sua própria ética, baseada na utilidade, para ajustá-la ao seu novo prestígio". (LASKI, 1973, p. 43)

Foi vital o fato de a ciência ter proporcionado uma interpretação do universo que tornava obsoleta a concepção teológica.

> O status alcançado pela ciência é demonstrado pelo estabelecimento de instituições como a Royal Society, na Inglaterra, a Académie des Sciences francesa, a Accademia dei Lincei, na Itália. Obtém o reconhecimento oficial de sua importância. Recebe dotações e subsídios, solicita-se-lhe que resolva os problemas práticos com que os homens de negócios se defrontam. A magia das descobertas científicas empolga a época. (LASKI, 1973, p. 98)

Outra questão fundamental é o da ordem política liberal, contrapondo-se à já existente, baseada nos velhos interesses que guardavam ainda em si resquícios da

estrutura medieval. A nova ordem política fica limitada aos princípios da lei que, a partir daí, contrapõe-se àquela velha forma de se governar, cabendo agora ao Estado um novo papel, com funções claramente circunscritas. Como afirma Moraes:

> A partir dessa matriz, constituída basicamente já nas últimas décadas do século XVIII, a tradição liberal desdobrou-se em dois grandes eixos de princípios programáticos:
> 1) A procura do interesse próprio conduz ao ajustamento entre os indivíduos e a uma determinada harmonização dos diferentes esforços e vontades. Delineia-se a convicção na existência de "leis econômicas": as ações intencionais das pessoas produzem, de modo inintencional (e necessariamente de modo inintencional), regularidades semelhantes às leis de um sistema físico. Daí o casamento entre as dimensões descritiva e normativa do pensamento liberal clássico: as "natural laws" tendem a ser "benefical laws", desde que se tenha adequado ambiente institucional.
> 2) O poder político deve ser cuidadosamente limitado pela lei.
> Veja-se bem: é fundamental em todas as tradições liberais a convicção de que se deve limitar a intervenção do poder político (as ações do soberano – seja ele rei ou parlamento) para permitir que os indivíduos vivam como bem entendam. Aí figura a defesa das liberdades individuais, a crítica da intervenção estatal, o elogio das virtudes reguladoras do mercado. (1997, p. 01-15)

Como se vê, a burguesia cria um novo espírito, de autoconfiança. Como resultado, tem-se uma idéia bem estruturada de progresso, que os homens da época, os burgueses, tomam para si com uma convicção de superioridade.

É possível afirmar que os princípios fundadores do liberalismo remontam o século XVII, embora a expressão liberalismo só tenha se tornada conhecida no século XIX. Sua base é o pensamento do inglês John Locke (1632-1704),

> John Locke - 1690, Montesquieu - 1748, Adam Smith - 1776, I. Kant - 1785, W. Humboldt - 1792, Benjamin Constant - 1819, Aléxis de Tocqueville - 1835, J. Stuart Mill - 1859. Como se nota a elaboração do liberalismo clássico transcorre entre 1690 e 1859, sendo fruto da colaboração de três ingleses, três franceses e dois alemães, sendo sete deles cristãos, dois católicos, cinco protestantes e um cético positivista. ...Pertencem ao grupo dos clássicos liberais a Constituição Americana de 1776 e a obra de seus comentaristas como James Madison e Alex Hamilton. (MACEDO, 1995, p. 27)

A liberdade passa a ser um dos direitos naturais do homem. Ou seja: o indivíduo é livre por natureza e tudo deve ser feito para manter sua liberdade. No século XVIII, o desenvolvimento do pensamento iluminista passa a ser um ingrediente importante para o avanço do pensamento liberal. Jean-Jacques Rousseau formulou a idéia do contrato social. Para ele, assim como para Locke, todos os homens nascem livres, mas para viver em sociedade precisariam estabelecer um pacto, que daria origem ao contrato social. Esse pacto significa que todos os membros de uma sociedade concordam em estabelecer leis que assegurem a liberdade, a justiça e a igualdade. Dessa forma,

nenhum tirano poderia ameaçar a liberdade dos indivíduos ou escravizá-los. Quem violasse as leis acordadas coletivamente estaria desrespeitando a vontade geral, e assim também, estaria violando o ideal libertário daquela nova sociedade.

Baseando-se no princípio de liberdade e de igualdade, no século XIX, ganhou força a idéia de economia de livre mercado, defendida arduamente pela maior potência econômica mundial naquela época, a Inglaterra. Segundo essa tese, os agentes econômicos como os comerciantes, industriais e trabalhadores devem competir livremente no mercado, devendo a interferência do Estado ficar restrita a um mínimo necessário.

Percebe-se, já naquela época que:

> As teorias que todos deveriam seguir favoreciam os que estavam em melhor situação, no caso, a Inglaterra. (...) Um dos principais teóricos da administração moderna, Peter Drucker, chegou a afirmar no seu livro New Reality que o Estado não era mais necessário para garantir os direitos trabalhistas e sociais (...) (JAKOBSEN & MARTINS, 2002, p.22)

Assim, o século XX ia se apresentando como um século nunca visto e imaginado antes. Será o século da burguesia, pois, como foi discutido nas linhas anteriores, houve uma extraordinária transformação por que passaram todas as camadas sociais na Europa. A aristocracia, e o campesinato sofreram alterações profundas em suas raízes. As ciências, a filosofia, a religião, a literatura, as artes encontraram novos caminhos[8].

1.3.1 O CONCEITO: NEOLIBERALISMO

Ainda que possamos constatar que o neoliberalismo tem origem no liberalismo clássico, não podemos afirmar que ele seja apenas uma simples continuação do liberalismo clássico, como bem veremos a seguir.

Em relação a sua origem, de acordo com Perry Anderson, o neoliberalismo se distingue do liberalismo. Torna-se assim necessário demonstrar esta distinção do ponto de vista histórico. A teoria liberal, segundo CHAUÍ, surge, “primeiro com Locke, depois com os realizadores da Independência norte-americana e da Revolução Francesa, e finalmente, no século XX, com pensadores como Max Weber” (2002 p.207) Há ainda

[8] Esta discussão sobre as mudanças verificadas nas camadas sociais, bem como na cultura européia daquela época, está presente na obra de Eric J. Hobsbawm, A Era das Revoluções: Europa 1789-1848.

outro fator que deixa mais clara a idéia de haver distinções entre liberalismo e o neoliberalismo: as idéias políticas liberais têm como identidade histórica às lutas contra as monarquias absolutistas, que tinham como pano de fundo o direito divino dos reis, derivado da concepção teocrática do poder, enquanto que as idéias neoliberais têm como identidade histórica o intenso ataque ideológico ao Estado intervencionista. No seu embate político do século XVIII, contra o Antigo Regime, o liberalismo consolidou-se com os acontecimentos de 1789, na França. "Com as idéias de direito natural dos indivíduos e de sociedade civil (relações entre indivíduos livres e iguais por natureza), quebra-se a idéia de hierarquia. Com a idéia de contrato social (passagem da idéia de pacto de submissão à de pacto social entre indivíduos livres e iguais), quebra-se a idéia da origem divina do poder e da justiça fundada nas virtudes do bom governante". (CHAUÍ, 2002, p.208)

Neste contexto é que a teoria política liberal vai se consolidar, ao consagrar a propriedade privada como direito natural dos indivíduos, e assim, enterrando de vez o Antigo Regime. Se, de um lado há uma distinção que se pode fazer entre o pensamento liberal e o pensamento neoliberal, há, por outro lado, pontos de continuidade e de contato que aproximam essa concepção de mundo. Se a origem é distinta, ambos por outro lado, defendem a propriedade e a não intervenção do Estado, fundada no laissez-faire, laissez-passer liberal, mas também a idéia de liberdade (para fazer negócios) e o acento sobre o indivíduo (iniciativa) e a propriedade privada.

É sobretudo o século XX que bem esclarece as diferenças entre o liberalismo e o neoliberalismo, no que diz respeito ao seu surgimento. Primeiramente, o neoliberalismo é formulado no nosso tempo, século XX[9], ainda na sua primeira metade, logo após a II Grande Guerra Mundial. O cenário é o pós-guerra, quando o Welfare States tentava reconstituir a ordem a contra gosto dos liberais. O local do seu surgimento: a América

[9] Para Boito Jr, as relações entre liberalismo e democracia sempre foram complexas. O que não nega que o liberalismo político evoluiu, no século XX, para um pensamento de tipo democrático burguês. "No seu nascimento, o liberalismo político não era democrático. Era contrário ao sufrágio universal e igual – na França, Benjamin Constant defendia o sufrágio censitário com base na propriedade; na Inglaterra, John Stuart Mill defendia, ainda que de modo relutante, a extensão do sufrágio a todos os alfabetizados, porém sob a forma de voto plural ou desigual, sendo o valor do voto de cada um definido pelo seu nível de instrução. Para ambos, as classes trabalhadoras deveriam usufruir direitos civis mínimos – entre os quais não se contava a plena liberdade de organização. Como é sobejadamente sabido, a grande maioria dos estados liberais, até o final do século XIX, apoiava-se em sistemas eleitorais de sufrágio restrito e negava a liberdade de organização sindical e política aos trabalhadores. No século XX, houve uma transformação no pensamento político liberal. Essa corrente ideológica burguesa foi obrigada a propor ou aceitar a universalização do sufrágio e a liberdade de organização, originando desse modo, o pensamento político democrático de tipo burguês.

do Norte e a Europa, onde imperava o capitalismo. O pano de fundo é o intenso ataque ideológico contra o Estado intervencionista que, na América do Norte, se personificava por meio do New Deal, e na Europa, principalmente na Inglaterra, pelas propostas do Partido Trabalhista inglês, que vencera a eleição de 1945.

Hayek, um dos principais idealizadores do neoliberalismo, chegou a comparar radicalmente a social-democracia, como precursora de uma servidão moderna, ao chamar a social-democracia inglesa defensora dos ideais keynesiano, de condutora do desastre nazista alemão. Para Moraes, a intenção de Hayek era "mostrar que comprovada a 'falha' intelectual das doutrinas intervencionistas e planificadoras provar-se-ia também sua impossibilidade prática e, mais ainda, sua nocividade ético-política". (1999, p. 14)

No interior do próprio neoliberalismo, do ponto de vista teórico-epistemológico, encontramos três das principais escolas, que apresentam entre si disparidades no campo das idéias, são elas: a Escola austríaca, ou, Escola de Viena, a Escola virginiana do Public Choice ou, Escola de Opção Pública, e a Escola de Chicago.

> A Escola austríaca é a mais sofisticada epistemologicamente, e se define como dedutiva e compreensiva. Os seus representantes são rigorosos individualistas metodológicos. Segundo eles as classes sociais e o Estado, são construções artificiais ou não existem na realidade. A sociedade reduz-se apenas a ações dos indivíduos. O mercado aparece como aquele que sanciona finalmente as ações eficientes de atores subjetivos com conhecimentos imperfeitos e guiados não necessariamente pela otimização. (TOLEDO, 1995, p. 79)

Quanto a relação dessas três vertentes do neoliberalismo com o regime democrático. Hayek da chamada escola austríaca, separa o liberalismo do pensamento político burguês, afirma ele que cada um trata de problemas diferentes: o liberalismo econômico, da liberdade econômica no mercado; e, o pensamento democrático, da constituição de um governo com base na regra da maioria. Para este autor,

> ... Era perfeitamente possível que o liberalismo econômico existisse sob um regime de ditadura, e viesse a desaparecer sob um regime democrático. A escola neoliberal de Virgínia pensou a democracia mais como um problema a ser contornado do que como um objetivo a ser atingido. Elaborou um pequeno receituário sobre como minimizar a influência do voto popular nas decisões governamentais – a idéia de instituir a reeleição no presidencialismo latino-americano inspira-se nas propostas dessa vertente do neoliberalismo. Quanto à escola neoliberal de Chicago, seus autores sempre procuraram subtrair as decisões econômicas da influência do sufrágio – autonomia dos bancos centrais frente aos governos eleitos, obrigação constitucional de equilíbrio orçamentário, etc. (BOITO JR: 1999, p. 24)

Friedrich Von Hayek e Ludwig Von Moses, são os principais representantes da Escola austríaca. Hayek joga todas suas cartas contra o construtivismo, as instituições criadas por deliberações, opondo-se à idéia de naturalismo do mercado, que funciona sem ser passível de previsão. Assim, "a sociedade seria então coordenada por ordens naturais espontâneas, cujas normas naturais não seriam então cognoscíveis, bastando apenas aos atores agirem frente a elas, e deixando apenas para o mercado decidir quais delas seriam efetivamente eficientes". (TOLEDO, 1995, p. 79)

A Escola virginiana do Public Choice (Escola de Opção Pública), tem James Buchanan como seu principal representante, e declara-se racionalista, construtivista e contratualista: "Seu liberalismo é mais moderado, é individualista, mas o bom e o mau, ao ser subjetivo, devem ser definidos por acordo" (TOLEDO, 1995, p.79). Para a Escola de Opção Pública, "a ação do Estado tende a se expandir sem limites, devido à pressão dos grupos de interesses organizados, sem levar em consideração nenhuma idéia de bem-comum. Para estabelecer os limites a essa pressão será necessários o fortalecimento do setor privado, a minimização da intervenção estatal e o fortalecimento dos mecanismos de mercado". (BIANCHETTI, 1996, p.27-28)

A Escola de Chicago[10] é a que mais tem influenciado as políticas econômicas concretas. Aqui, a Universidade de Chicago é o ponto de partida e os nomes de primeiro plano são Frank Knight, Teodoro Schultz e Milton Friedman, como seu principal expoente, sendo os dois últimos, Prêmios Nobel de Economia em 1979 e 1976, respectivamente.

Uma vez que todos estes pensadores estavam organizados por suas Escolas, houve uma junção de idéias num determinado momento a fim de superar de vez as teses Keynesianas do Welfare State, como uma reação teórica e política.

> (...) em 1947, enquanto as bases do Estado de bem-estar na Europa do pós-guerra efetivamente se construíam, não somente na Inglaterra, mas também em outros países, neste momento Hayek convocou aqueles que compartilhavam sua orientação ideológica para uma reunião na pequena estação de Mont Pèlérin, na Suíça. Entre os célebres participantes estavam não somente adversários firmes do Estado de bem-estar europeu, mas também inimigos férreos do New Deal norte-americano (ANDERSON, 1995, p. 9).

[10] Sabe-se "que na experiência pioneira do neoliberalismo na América Latina, realizada no Chile, tal política foi implantada por uma ditadura militar que entregou o comando da área econômica do governo a economistas formados pelo departamento de Economia da Universidade de Chicago. (BOITO JR: 1999, p. 25).

Desse encontro, liderado por Hayek, composto por economistas, filósofos, juristas e jornalistas, considerados fundadores da sociedade Mont Saint Pélérin, fizeram parte, além de Friedrich Von Hayek, evidentemente, Karl Popper, Ludwig Von Moses, o casal Milton e Beth Friedman, Walter Eupken, Walter Lipman. Anderson define a sociedade de Mont Pèlérin de "uma espécie de franco-maçonaria neoliberal, altamente dedicada e organizada, com reuniões internacionais a cada dois anos, seu propósito era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro". (1995, p.10)

A Sociedade que então foi liderada por Hayek, tomou o nome da própria "cidadezinha".

> Os "Mont Pèlérin" são, hoje, quatrocentos pelo mundo, sempre com muito poucos franceses entre eles. Mantém entre si uma rede cerrada de intercâmbios e reuniões anuais, regionais e mundiais. Numerosos são os membros dessa sociedade que desempenharam um papel decisivo nas grandes escolhas dos governos ocidentais, em particular na Alemanha liberal de Ehrardt, nos Estados Unidos de Reagan, na Grã-Bretanha de Thatcher, mas também no Japão e até na África do Sul, onde os "Mont Pèlérin" lutam, em nome do liberalismo, contra a segregação racial. (SORMAN, 1987, p. 61)

Criou-se em torno do Mont Pèlérin uma atmosfera de complô que segundo Sorman, "não reflete inteiramente a realidade. É verdade que essas reuniões são fechadas aos jornalistas. Os ritos estão ausentes e o único sinal - facultativo - de reconhecimento é uma gravata com a efígie de Adam Smith". (1987, p. 61)

As reuniões do Mont Pèlérin constituem, de fato, conclaves econômicos notáveis, sobretudo pelo espírito "crítico" que neles prevalece em relação às idéias tayloristas. Reagan era constantemente acusado de não saber controlar nem sua moeda nem seu orçamento, e Margaret Thatcher de não desnacionalizar mais rapidamente seu país. Os liberais de tendência do Mont Pèlérin consideram, com efeito, que de nada adianta criticar a esquerda, já que é preciso substituí-la, mas que, em compensação, é essencial exercer sobre a direita uma pressão ideológica permanente, para impedi-la de tornar a cair no compromisso com o social-estatismo. Sobre esse princípio, o Mont Pèlérin deu origem no mundo ocidental a sociedades de pensamento das quais o Institute of Economic Affairs, em Londres, é o intermediário britânico.

1.3.2 A SUSTENTAÇÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA DO NEOLIBERALISMO

Passamos agora, uma vez construída a identidade histórica do que se chamou neoliberalismo, a fazermos uma revisão bibliográfica com o objetivo de mapear as idéias dos principais responsáveis pela criação do neoliberalismo.

> Com o final da Segunda Guerra Mundial arquivam-se os totalitarismos e os corporativismos de direita, subsistindo apenas o marxismo e um vago consenso social-democrata no mundo ocidental. Os liberais, que entraram em eclipse no período entre-guerras, estão reduzidos a uma minoria e o único país com políticas mais ou menos liberais é a derrotada Alemanha. Iniciam-se movimentos liberais minoritários como o da Sociedade do Mont-Pèlérin (1947), que mantém vivo a chama liberal nos tempos em que se esperava tudo do planejamento estatal e do próprio Estado. Uma grande obra teórica é produzida nesses anos difíceis pela Escola de Chicago e pela Escola Austríaca, exilada nos Estados Unidos, e por solitários como Raymond Aron e Bertrand de Jouvenel, até a crise de 1973, em que as soluções liberais voltam à ordem do dia. Testemunhos dessa atualidade são os sucessivos prêmios Nobel em economia que se outorgam aos liberais a partir de 1974 com Hayek até nossos dias. O desmoronar interno do regime comunista em 1989 e a publicação da encíclica Centesimus Annus (1991), do papa João Paulo II, complementam uma profunda reviravolta nos espíritos quanto à valorização do liberalismo clássico. O grande Keynesiano John Kenneth Galbraith foi obrigado a reconhecer, em seu livro de 1987, O Pensamento Econômico em Perspectiva - Uma História Crítica, que na história da economia, a era de John Maynard Keynes cedeu lugar à era de Milton Friedman. (MACEDO, 1995, p. 28)

A partir da seleta resistência da Sociedade de Mont Pèlérin, aliada ao capitalismo, que naquele momento entrara “numa longa fase de auge sem precedentes – sua idade de ouro –, apresentando o crescimento mais rápido da história, durante as décadas de 50 e 60” (ANDERSON, 1995, p.10), o neoliberalismo passa a ganhar mais espaços nas suas pregações em relação ao que seus intelectuais chamavam de perigoso qualquer regulação do mercado pelo Estado. Estes avisos neoliberais passam a virar polêmica e ganhar grande repercussão.

Mas é com a grave crise de 1973, quando o capitalismo dirigido pelo modelo econômico do Estado do Bem-Estar-Social cai numa amarga recessão, com taxas de inflação galopantes e baixos índices de crescimento econômico, que o ideário neoliberal passa a caminhar em largos passos, transformando-se em referenciais como propostas de superação.

Nos anos de 1980, a ruptura é profunda e quase universal. Produz-se num período curto, de modo quase instantâneo, em múltiplas nações. Em termos políticos, constatamos que é em 1979 que os conservadores ascendem ao poder na Grã-

Bretanha, em 1980, nos Estados Unidos, em 1982, na Alemanha, na Holanda, na Bélgica e em Luxemburgo. É na França, 1983, que se dá à conversão interna dos socialistas numa espécie de liberalismo de esquerda.

No começo dos anos de 1980 ocorrem mais que rupturas eleitorais, ou uma inversão das doutrinas estatais: “Os homens políticos tentam adaptar-se a um movimento que os precede, a uma virada completa da ideologia dominante: uma espécie de revolução conservadora e liberal. É efetivamente uma revolução, quando avaliada sob uma perspectiva histórica” (SORMAN, 1987, p. 14).

A Segunda Guerra Mundial foi possivelmente o ponto de partida de tudo. Um momento em que as burocracias de Estado se apoderaram do destino dos povos para nunca mais restituí-lo totalmente. Na Inglaterra, em 1943, Hayek publicou seu livro, bastante polêmico na época, “O caminho da servidão”, em português publicado em 1985. Essa obra é considerada o “manifesto fundador” do neoliberalismo, e sua festa de inauguração, é “a conferência que dá origem à Sociedade Mont Pèlérin” (MORAES, 1997, p.01-15). Conclui ainda Moraes, que é um livro de combate, endereçado “aos socialistas de todos os partidos”, e que não dirige seu fogo apenas contra os partidários da revolução e da economia globalmente planificada, mas toda e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas, pretensões de “terceira via”. “Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política.” (ANDERSON, 1995, p.9)

Hayek, no livro “O Caminho da Servidão”, no capítulo 7, “Controle Econômico e Totalitarismo”, parte de uma citação de Hilaire Belloc, “O controle da produção da riqueza é o controle da própria existência humana”, argumento que vai permear todas as sua idéias a respeito do controle do Estado na economia, chegando a compará-lo a um Estado totalitário: “a maioria dos planejadores que analisaram em profundidade os aspectos práticos de sua tarefa está certa de que uma economia dirigida deve seguir linhas mais ou menos ditatoriais” (HAYEK, 1987, p.98). Segue ainda, justificando que não se pode de maneira alguma haver controle, porque controlar a economia torna-se uma agressão sobre a vida humana, seus fins e necessidades.

Afirma Hayek:

> A autoridade que dirigisse toda a atividade econômica controlaria não só o aspecto da nossa existência que envolve as questões inferiores; controlaria também a alocação dos meios escassos e os fins a que seriam destinados. Quem controla toda a atividade econômica também controla os meios que deverão servir a todos os nossos fins; decide, assim, quais deles serão satisfeitos e quais não o serão. É este o ponto crucial da questão. O controle econômico não é apenas o controle de um setor da vida humana, distinto dos demais. É o controle dos meios que contribuirão para a realização de todos os nossos fins. Pois quem detém o controle exclusivo dos meios também determinará a que fins nos dedicaremos, a que valores atribuiremos maior ou menor importância em suma, determinará aquilo em que os homens deverão crer e por cuja obtenção deverão esforçar-se. (...) Como, hoje em dia, dependemos quase tudo dos meios proporcionados pelos nossos semelhantes, o planejamento econômico importaria o controle da quase totalidade da nossa vida. (1987, p.101).

Para Hayek, o que contribuía também para a estrutura do Estado que ele combatia ferrenhamente junto com seus companheiros, e que, segundo ele, seria o culpado pela profunda crise do pós-guerra, era o poder que tinham os sindicatos e os movimentos operários, pois Hayek acreditava que estas instituições pressionavam para que se multiplicassem os gastos sociais. A saída seria então manter um Estado fortalecido, mas apenas para ter a capacidade de romper com as organizações operárias naquele momento, a fim de quebrar os sindicatos, controlando assiduamente o dinheiro, gastando menos com o social e não interferindo na economia. Mas como quebrar os sindicatos? Ele propôs uma disciplina orçamentária e a reestruturação da taxa “natural” de desemprego. Isso faria com que surgisse “um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos”. (ANDERSON 1995, p.11)

Da mesma forma Milton Friedman, em sua obra “Capitalismo e Liberdade”, que pode ser considerado como livro-síntese de seu pensamento, publicado em 1962, e um dos mais importantes para o legado neoliberal, concorda com a questão da independência do mercado sem a interferência do Estado, colocando o capitalismo competitivo como o sistema mais eficaz de organização econômica.

Friedman ao se considerar um liberal, retoma do liberalismo do século XIX a questão da liberdade como objetivo último e o indivíduo como peça principal da sociedade, defendendo o laissez-faire e o mercado livre em todos os níveis. Para ele a liberdade individual não está dissociada da organização econômica e se adequa unicamente ao sistema de economia de mercado.

Exerce grande influência tanto na política norte-americana como no meio acadêmico, sendo líder de uma doutrina de pensamento econômico, cujas idéias lhe permitiram ganhar o Prêmio Nobel de economia em 1976.

Assumidamente liberal Friedman afirma que a finalidade das organizações é a liberdade do indivíduo. Para ele, “o objetivo do governo deve ser limitado. Sua principal função deve ser a de proteger nossa liberdade contra os inimigos externos e contra os compatriotas; preservar a lei e a ordem; reforçar os contratos privados; promover mercados competitivos” (FRIEDMAN, 1985, p.12).

Em sua obra Capitalismo e Liberdade, Friedman em seu primeiro capítulo, “Relação entre liberdade econômica e liberdade política”, afirma que,

> A organização econômica desempenha um papel duplo na promoção de uma sociedade livre. De um lado a liberdade econômica é parte da liberdade entendida em sentido mais amplo e, portanto, um fim em si própria. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também um instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política. (1985, p.17)

Acreditava Friedman, que o desenvolvimento de programas que hoje chamamos de privatista, tornaria o capital disponível de modo mais amplo e contribuiria, assim, para tornar real a igualdade de oportunidades, para diminuir as desigualdades de renda e de riqueza, e promover o uso completo dos novos recursos humanos. Pensava, também, que estimulando a competição, eliminar-se-iam as causas da desigualdade.

Karl R. Popper, também exerceu influência sobre o pensamento neoliberal, principalmente com a sua obra, “A Sociedade Aberta e seus Inimigos”, na qual “sociedade aberta” significa democracia política e abertura a mudanças; os inimigos são Platão, Hegel e Marx, culpados de tribalismo ao quererem manter um estágio primitivo da humanidade, a sociedade fechada sob estrito controle estatal. Escrito de 1938 a 1943, cujo motivo principal que o levou a escrevê-la foi o medo em relação ao marxismo. “A expectativa de que o Marxismo se tornasse um problema da maior importância foi o motivo para que o tratássemos com certa extensão. (...) O marxismo é apenas um episódio, (...) na perene e perigosa luta pela edificação de um mundo melhor e mais livre” (POPPER, 1959, p.8).

Uma das mais importantes colaborações que Popper faz para o legado neoliberal é sua teoria sobre o individualismo metodológico, e suas incansáveis tentativas de destruir as teses marxistas.

Durante uma geração inteira, todos os governos partilharam, mais ou menos, da mesma ideologia. Na década de 1980, as oposições e alternâncias entre partidos, segundo Sorman, “se acantonaram no interior desse círculo de convicções comuns.

Fora dos extremos, nas democracias ocidentais, o conjunto da classe política pensa, então, no fundo, a mesma coisa. Essa classe partilha de uma espécie de ideal de sociedade que se propõe atingir mais ou menos rapidamente". (1987, p. 16)

Esse ideal comum parecia dever aliar harmoniosamente prosperidade econômica e justiça social. A ruptura não ocorreu, portanto, no interior de uma breve alternância entre os partidos, mas porque a classe política inteira oscilou de um conjunto de convicções comuns para um novo conjunto. Os homens políticos, que eram todos sociais-democratas, transformam-se em liberais, por toda parte e ao mesmo tempo. Esse paradoxo se verifica na maior parte das democracias ocidentais, e como exemplo temos a França, de François Mitterrand, que, "em três anos de exercício de poder, converteu seu discurso à economia de mercado, à desestatização, à iniciativa privada e à redução dos impostos". (SORMAN, 1987, p. 16). Assim, observa-se uma "virada em bloco", da esquerda como da direita, ao "novo liberalismo".

1.4 PRIVATIZAÇÃO: ESTRATÉGIA DO NEOLIBERALISMO

É oportuno lembrarmos que este fenômeno tem como fonte o liberalismo econômico, ou melhor, o neoliberalismo. Há quem o considere uma "seqüela" do neoliberalismo, onde a verdade é está: "os liberalistas exultam com as privatizações, porque, assim, o Estado menos atrapalha negócios; reclamam veemente contra a publicização, contra a ingerência do Estado na economia, mas, em *horas das vacas magras*, não têm suscetibilidade, pudor ou melindre algum, em recorrer às *burras públicas*, abandonando o discurso liberalista ..." (CATHARINO: 1997, p. 37)

Nos anos de 1990[11], no Brasil, assim como na América Latina em geral, as políticas de privatizações tomaram ares de Cruzadas nacionais. A privatização das empresas públicas adquiriu proporções epidêmicas em toda a América Latina. Cada setor da economia foi afetado. No Brasil entre os setores que se destacaram cabe

[11] Na década de 70, teve início um movimento não intervencionista, que atribuía à crescente participação do Estado na economia o surgimento de crises. Essas crises, diferentemente da que marcou a década de 30, caracterizavam-se por níveis elevados de endividamento e inflação. Postulava-se que, em prol da maior eficiência e até da estabilização econômica, a atividade estatal deveria ser reduzida ao mínimo possível. "O Estado se transformou em um dos eixos principais do debate, tendo em vista que justifica os males... traduzidos... com argumentos como estrutura "morosa", "gigantesca", "ineficiente" e "ineficaz". Decorre daí, a onda que prevalece em nível nacional e que torna necessário a redefinição do seu papel; e é aqui que reside o perigo da privatização". (VIRIATO, p. 179, 2001)

lembrar o de telecomunicações, o bancário, o energético e o rodoviário. Mas essa década também foi marcada, por exemplo, com os casos da "Cemig[12], da Dako, da indústria automobilística exemplo do que acontece em todas as áreas da economia, mostram uma brutal realidade: o Brasil já se tornou um país inviável."(BIONDI: 2003, p. 15)

Podemos também compreender a partir das considerações do Professor Dennison, ao analisar a cultura dos assuntos públicos enfocando o caso do "custo Brasil"[13], que para justificar e facilitar o processo de privatização das estatais brasileiras a retórica política se concentrava no discurso dos "representantes do pensamento neoliberal ou, como preferem alguns autores, de um 'Brasil emergente'. Os demais tornaram-se conhecidos como sendo a 'esquerda brasileira' ou, como querem alguns, os representantes do Brasil autárquico'"(2000, p. 140) Ainda no primeiro capítulo traçamos um perfil histórico do Brasil da década de 1990, nesse período como já destacamos, o neoliberalismo se apresenta sob a forma de "reformas", que é sobretudo orientado "para a retirada do Estado de vastos setores dedicados à produção e à regulamentação econômica, no intuito de tornar a sociedade brasileira mais competitiva numa era de globalização econômica." (OLIVEIRA, D., 2000, p. 139)

Segundo Petras, "a privatização na América Latina não é uma decisão econômica isolada; muito pelo contrário, ela está, antes de ser um produto da racionalidade do mercado, relacionada com um padrão antigo de política que atua através de aparelhos coercitivos locais". (1999, p. 304) As privatizações são formuladas pelos organismos internacionais, como FMI, BID, Banco Mundial, consultores das nações capitalistas centrais imperialistas, cuja intenção principal é tornar irreversível a transição ao neoliberalismo nos países de terceiro mundo. A estratégia privatista busca homogeneizar todas as regiões da economia mundial. Uma vez realizada a privatização

[12] A Cemig (Centrais Elétricas de Minas Gerais), estatal mineira da área de energia, foi parcialmente privatizada, com a venda de um terço de seu capital a um grupo norte-americano.

[13] Para o professor Dennison de Oliveira era claro e evidente para qualquer observador que o debate sobre esse processo de transformações, que incluíam as reformas, era polarizado entre os grupos que lhe eram predominantemente favoráveis e aqueles que opunham-se-lhe. No caso do "custo Brasil" ambos os grupos se apropriaram desse discurso. "Tal expressão acabou por definir, circunscrever e redimensionar o debate afeto às reformas então em curso, em boa medida por que ela afetavam diretamente os termos nos quais se dava a inserção do país na ordem econômica internacional e na divisão internacional do trabalho. Tais termos eram tidos e havidos como mensuráveis, dada a suposta objetividade das comparações realizadas entre os custos de bens e serviços oferecidos no país com relação aos seus congêneres estrangeiros. A competitividade dos produtos e serviços brasileiros, tanto os exportáveis quanto os consumidores internamente, parecia ter um vínculo direto com os componentes do assim chamado "custo Brasil". (2000, p. 140)

da economia, os frutos desta política podem ser colhidos na forma de uma empresa lucrativa ou na conquista de mercados.

Isto se evidencia na medida em que no Brasil, o governo Fernando Henrique Cardoso através do Plano Real, justifica as medidas econômicas, sociais e políticas adotadas. Na verdade, "nunca houve um plano, Real ou com qualquer outro nome, no governo FHC. Houve uma intenção de estabilizar a moeda, que deu certo até por motivos acidentais. O que houve realmente foi a brutal e estúpida adoção do chamado modelo neoliberal, com o escancaramento da economia e a destruição de todos os mecanismos capazes de proteger a produção nacional". (BIONDI: 2003, p. 17) Nem mesmo a agricultura[14] escapou dessa política[15], arruinando-se os agricultores com a extinção da política de compra de colheitas e garantia de preços mínimos.

Para Petras**,** "as privatizações são, portanto um modelo de reformas numericamente reduzidas contra uma continuidade histórica e parte de um esforço generalizado para subverter a ordem social existente associada ao Estado de Bem-Estar-Social e misturada às bases econômicas e de classe dos movimentos sociais". (1999, p. 307)

No caso do Brasil, os discursos arrogantes e autoritários, de cima para baixo passaram a ser vigentes em todo o país. Essa estratégia retórica a serviço dos interesses privatistas excluiu o debate sobre o processo das privatizações públicas, e sem negações afirmou-se triunfantemente o propósito neoliberal. Assim, sem grandes resistências, nesse período assumiu-se no Brasil um vocabulário avassalador e irresistível como globalização, regulação de mercado, flexibilização, e, principalmente, privatização. No Brasil, as promessas de melhoria na qualidade dos serviços, benefício ao consumidor através de preços mais baixos graças a maior eficiência das empresas privadas entre outras, foram utilizadas pelo governo federal, com o aval dos meios de comunicação, consistindo numa grande "lavagem cerebral" na população para facilitar as privatizações e sucumbir o debate para esclarecimentos a parte mais interessada, a população.

---

[14] É importante ressaltar que todos os setores da economia foram atingidos pela política neoliberal presente no governo federal.

[15] De acordo com Biondi, em artigo escrito na Folha de São Paulo, 27. 06. 99, "os preços do feijão estão 60% mais baixos que no ano passado e as cotações do arroz 15% inferiores ... Nem renda agrícola, nem consumo para reduzir a recessão, como o governo e os analistas previam e insistem em prever. Um otimismo delirante oriundo não apenas de figuras do governo como Pedro Malan, Antônio Kandir,

Nesse sentido, a retórica construída em torno do "custo Brasil", ganha "ressonância nacional e passa a fazer parte integrante do vocabulário político do país a partir de 1995, quando a CNI (Confederação Nacional da Indústria) lança uma cartilha destinada precisamente a divulgar a sua interpretação sobre o que é e como deve ser entendido o custo Brasil". (OLIVEIRA, D., 2000, p. 141) De acordo com a Confederação Nacional da Indústria, citada por Dennison (2000, p.141), o custo Brasil é todo um "conjunto de ineficiências e distorções que prejudica a competitividade do seu setor produtivo. Tais ineficiências [...] dizem respeito às relações entre o Estado e setor privado, e estão expressas basicamente em uma legislação inadequada e em graves deficiências no provimento de bens públicos". Dessa forma, este encaminhamento por parte da CNI impulsionou, delimitou e circunscreveu os termos nos quais se daria o debate sobre as reformas então em curso no Brasil, seus méritos relativos e as várias agendas que elencariam e hierarquizariam o andamento das discussões.

> De fato, ao incluir na sua definição do termo itens como o nível de qualidade e o tipo de acesso aos serviços de saúde e educação, para não mencionar a questão da infra-estrutura de transportes, energia e telecomunicações, a CNI parece ter percebido a oportunidade de mobilizar praticamente toda a sociedade brasileira no processo de discussão e implementação das reformas que seriam capazes, não só de aumentar a competitividade de seus associados, mas também, no limite, de promover uma ampla reforma social de conseqüências extremamente benéficas para o avanço da democracia e para o nível de bem-estar da sociedade brasileira. Talvez por permitir essa leitura é que o termo tenha obtida tamanha repercussão entre toda uma gama de setores sociais e políticos naquela conjuntura, sendo utilizado tanto pela esquerda quanto pelos neoliberais. (OLIVEIRA, D, 2000, p. 141)

A violência neoliberal no Brasil passou a ser mistificada, tendo como interesse suavizá-la e identificá-la como "modernidade", "desenvolvimento", "dinamismo", etc. O neoliberalismo tem como pano de fundo para a interpretação das crises, o discurso da intervenção do Estado na economia. Assim como destaca Biondi as privatizações representam "um negócio da China", e demonstram realmente a interferência do Estado, em favor de interesses outros, que o interesse público. Assim:

> Antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio. Vendeu tudo por uma entrada de 8,8 bilhões de reais ou menos – porque financiou metade da entrada para grupos brasileiros. Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o comprador pagou apenas 330 milhões de reais e o

---

Gustavo Franco, mas também de líderes empresariais e políticos, absolutamente sabujos, além do obviamente dos auto-intitulados 'analistas técnicos'."(2003, p. 17)

> governo do Rio tomou, antes um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos dos trabalhadores. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em moedas podres – vendidas aos compradores pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiado em 12 anos. Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende moedas podres a longo prazo e ainda financia os investimentos que os compradores precisam fazer – até a Light recebeu um empréstimo de 730 milhões de reais no ano passado. E, para aumentar os lucros dos futuros compradores, o governo engole dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. (2003, p. 8-9)

Desse modo esta intervenção, pretende que as empresas privadas tomem as rédeas da economia que haviam sido seguradas pelo Estado. E com isso, as soluções que propõem os neoliberais são as privatizações e a "liberação" da economia. A privatização tornou-se a grande estratégia para obtenção de resultados fiscais em curto prazo, muito defendidas em nome da eficiência[16] da gestão privada dos negócios. Ela se presta diretamente ao propósito de enfraquecimento do Estado, quando se aplica aos monopólios em áreas estratégicas da economia. Observa o professor Dennison que entre os itens que não merecem atenção na planilha de custos da CNI que definem o custo Brasil, se encontram os itens relacionados com a gerência do processo produtivo e seus índices de produtividade.

> Nessa ótica as empresas já teriam feito tudo o que estava ao seu alcance para reduzir os custos de produção e lograr uma maior competitividade. **Caberia então ao Estado reduzir a carga tributária, melhorar ou privatizar os serviços públicos, reduzir a taxa de juros e desregulamentar a economia**. Aos trabalhadores, por sua vez, era sugerido que renunciassem aos privilégios propiciados pela legislação trabalhista em prol da redução dos custos." (OLIVEIRA, D., 2000, p. 141) (Grifo nosso)

A natureza política das privatizações pode ser verificada em vários sentidos. Vincula-se a uma estratégia global diretamente relacionadas à eliminação de alternativas políticas e econômicas, pertencem a uma estratégia nacional que tem como finalidade a concentração de riqueza e poder e, funcionam como mecanismo para assimilar recursos econômicos para a acumulação do grande capital internacional.

[16] Entre os principais argumentos, apareceu sempre a promessa de que elas trariam preços mais baixos para o consumidor, graças à maior eficiência das empresas privadas. Promessa essa questionada por Biondi, posto que, "Para as telefônicas reajustes de até 500% a partir de novembro de 1995 e, para as fornecedoras de energia elétrica, aumentos de 150% - ou ainda maiores para famílias de trabalhadores que ganham menos (por quilowatt gasto) nas contas de consumo mais baixo. Tudo isso aconteceu como preparativo para as privatizações, antes dos leilões. Sempre escondido da população, em lugar de assinar contratos que obrigassem a Light e outros compradores a reduzir gradualmente as tarifas – como foi obrigatório em outros países - o governo garantiu que eles teriam direito, no mínimo, a aumentar as tarifas todos os anos, de acordo com a inflação". (2003, p. 10)

> Numa sexta-feira, cinco dias antes do leilão de "privatização" da Cemig, empresa de energia de Minas Gerais, o presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto revolucionário. Por ele, o BNDES ficou autorizado a conceder empréstimos também a grupos estrangeiros. Reviravolta histórica e inconcebível. Criado para dar apoio ao desenvolvimento nacional, o banco estatal se concentrou inicialmente no financiamento a projetos de infra-estrutura e, posteriormente, como instrumento de política industrial, recebeu a incumbência de criar condições de competição para grupos nacionais. Para cumprir esse papel, o BNDES estava proibido por lei de financiar empresas estrangeiras. O decreto presidencial de 24 de maio de 1997 escancarou os cofres do BNDES às multinacionais, para que comprassem estatais. Isso ao mesmo tempo que o Banco continuava proibido de conceder empréstimos exatamente às estatais brasileiras, incumbidas dos setores de infra-estrutura e básicos. Na quarta-feira seguinte, um grupo norte-americano comprou um bloco de um terço das ações da Cemig por 2 bilhões de reais, com metade desse valor financiado pelo BNDES. (BIONDI: 2003, p. 58)

Assim a submissão do governo brasileiro aos interesses de outros países culminou com esse arrombamento do BNDES pelas multinacionais. Mas essa submissão esteve presente no processo de privatização há muito tempo – sempre com imensos prejuízos aos interesses do país, o que evidencia a captação de acumulação do grande capital internacional. A estratégia privatizadora emergiu de uma variedade de fontes, sua dimensão teórica e ideológica, foi acompanhada pelo fortalecimento das democracias. O processo político democrático ora demandava do Estado maiores gastos sociais, ora exigia que fosse debelada a origem da crise: o surgimento de grandes déficits nos países com forte participação estatal.

Paralelamente, a nova justificativa teórico-ideológica e o processo político foram se solidificando em virtude das mudanças estruturais verificadas na esfera produtiva.

A pressão das superpotências capitalistas que atuaram direta e indiretamente por meio do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional foi também de extrema importância para a concretização dos modelos de privatização. O desmantelamento dos modelos de desenvolvimento alternativo, particularmente o acesso limitado aos bancos e às empresas multinacionais sempre foi uma vantagem apreciada pelos países que exercem domínio político e econômico no ocidente. As elites civis e militares um poder nestes países, juntamente com os investidores estrangeiros, impuseram o modelo de "abertura", o primado das exportações e o mercado baseado na política econômica. Uma vez instalada essa configuração impôs suas idéias repressivas em todos os debates acadêmicos e políticos. A partir de então, os debates se davam em torno de temas como transferências de recursos públicos aos monopólios privados, ou seja, às

economias de mercado. Verifica-se que a partir daí as discussões sobre as empresas públicas como base do desenvolvimento nacional, não poderiam mais ser feita. Daí poder se justificar nos anos do governo Fernando Henrique Cardoso,

> O escancaramento as importações, a destruição de milhões de empregos, a quebra de milhares de empresas, a dívida espantosa do Tesouro, a falência de Prefeituras e Estados, o assalto contra aposentados e funcionários públicos, as privatizações vergonhosas, às claras ou às escondidas, de empresas gigantescas como a Telebrás, a Vale do Rio Doce, a Cesp paulista e a Petrobrás, em franco esquartejamento. Agora um ex-ministro *(Luiz Carlos Bresser Pereira)*[17] diz que nada disso acontece nos países ricos. Eles defendem seus empresários, seus trabalhadores, seus interesses nacionais. (BIONDI: 2003, p. 27)

As privatizações nunca se fizeram a partir de uma consulta popular. Esta característica se dá pelo fato de que todo o processo privatizador sempre teve suas raízes em um ajuste autoritário, pois "nas raras ocasiões nas quais ela ocorreu, as privatizações perderam a votação, como no caso do Uruguai". (PETRAS, 1999, p. 317) E aqui se coloca uma questão fundamental: Como foi possível, no caso do governo Fernando Henrique Cardoso, agir com tal autoritarismo, transferindo o patrimônio público, acumulado ao longo de décadas, a poucos grupos empresariais que nem sequer tinham dinheiro para pagar ao Tesouro[18]? Como explicar a falta de reação da sociedade? "Sem sombra de dúvidas, os meios de comunicação, com seu apoio incondicional às privatizações, foram um aliado poderoso. Houve a campanha de desmoralização das estatais e a ladainha do esgotamento dos recursos do Estado". (Biondi: 2003, p 21) Associado ao fato de que a sociedade brasileira "esqueceu-se" ou foi induzida ao esquecimento, de que o Estado é mero administrador dos bens, do

[17] Destaque nosso. Pronunciamento do ex-ministro no artigo "Banespa e interesse nacional", da Folha de São Paulo, 16.01.2000. Segundo Biondi este artigo reflete "o desagrado dos banqueiros brasileiros diante das facilidades que o governo FHC vem criando para entregar o banco paulista a banqueiros internacionais. É ingenuidade, porém acreditar que Bresser está meramente fazendo o jogo dos banqueiros brasileiros (de resto também entreguistas". (2003, p. 27-28)

[18] Assim, a venda é extremamente facilitada: No caso das rodovias privatizadas, como o são no Estado de São Paulo, Paraná por exemplo, "antes de vender as empresas telefônicas, o governo investiu 21 bilhões de reais no setor, em dois anos e meio. Vendeu por uma entrada de 8,8 bilhões de reais ou menos – porque financiou metade da entrada para grupo brasileiro. Na venda do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), o comprador pagou 330 milhões de reais e o governo do Rio tomou antes, um empréstimo dez vezes maior, de 3,3 bilhões de reais, para pagar direitos dos trabalhadores. Na privatização da rodovia dos Bandeirantes a empreiteira que ganhou o leilão está recebendo 220 milhões de reais de pedágio por ano desde que assinou o contrato – e até abril de 1999 não começara a construção da nova pista. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) foi comprada por 1,05 bilhão de reais, dos quais 1,01 bilhão em moedas podres – vendidas aos compradores pelo próprio BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), financiadas em 12 anos."(BIONDI: 2003, p. 7-8)

patrimônio da sociedade, isto é, que as estatais sempre pertenceram a cada cidadão, portanto a todos os cidadãos, e não ao governo federal ou estadual.

Ainda, sobre este processo, pode-se retomar a questão do custo Brasil já esboçada por nós pelo Prof. Dennison. Ao tratar dos discursos que se formataram em torno do "custo Brasil", Dennison utiliza a Teoria do Discurso Público para a compreensão dos assuntos públicos brasileiros dos anos 1990 e utilizam entre outros conceitos os de pacotes (packages) simbólicos e no centro do pacote a estrutura (frame). "Apresentam um pacote com números de diferentes símbolos condensados que sugerem sinteticamente a hierarquia de posições de seus elementos constitutivos e sua estrutura central organizadora, tornando possível apresentar o pacote como um todo com uma metáfora hábil, uma frase de efeito ou outro esquema simbólico qualquer". (2000, p. 143) Retornamos a questão do custo Brasil por entender que ele bem fornece subsídios para compreender de que forma os debates em torno das reformas e privatizações puderam ecoar.

Assim, de acordo com Dennison os discursos em torno da questão custo Brasil suscitaram pacotes simbólicos que envolveram entre seus temas as questões dos elevados custos trabalhistas, a alta carga tributária, a infra-estrutura deficiente, a incompetência empresarial, e a precariedade dos serviços de saúde educação. Estes pacotes foram tutelados ora pelos neoliberais, ora pela esquerda. Dennison chama atenção para o fato de que a CNI,

> Essa entidade tem centrado sua atuação desde a publicação daquele documento quase que exclusivamente em torno dos pacotes afetos aos "elevados custos trabalhistas" à "alta carga tributária" e à "infraestrutura deficiente", merecendo menor atenção as questões do "câmbio sobrevalorizado" e da "alta taxa de juros". Também ser dedicou algum esforço ao que se refere à "necessidade de mudanças institucionais". Nem a incompetência empresarial" e nem a "precariedade dos serviços de saúde e de educação" constituíram-se em temas sequer minimamente a serem desenvolvidas pela CNI e, surpreendentemente, nem pelas próprias esquerdas". (2000, p. 155)

Os resultados obtidos pelo programa até o presente momento, contudo, não nos permitem afirmar que os objetivos estejam sendo atingidos. Para Werneck não se deve esperar muito da privatização: "Pode-se defender o programa de privatização de várias formas. O que não se pode é vê-lo como uma alternativa indolor a um efetivo ajuste fiscal". (1989, p.321) Este também parece ser o argumento de Giambiagi e Pinheiro

(1992: 282): “a privatização não é necessária ou suficiente para atingir todos os objetivos propostos pelo governo” (1992, p. 282).

Em suma, a privatização foi e continua sendo um processo elitista, internacional, altamente politizado, em contraste com o processo popular, nacional e da criação de empresas públicas, se configura em um processo de alienação do Estado da condição dos agentes econômicos (não da condição da economia).

> A privatização foi amplamente implementada ou, melhor, decretada por funcionários não-eleitos ou executivos eleitos que freqüentemente esconderam as suas intenções durante a campanha eleitoral. Esses executivos envolvidos na privatização por decreto freqüentemente aconselham-se com banqueiros internacionais não-eleitos ou com consultores acadêmicos para que estes desenhem e implementem medidas específicas. Na totalidade, o processo de privatização não é determinado por representantes da sociedade civil e marginalizada a opinião pública. Ele é mais propriamente um fator que mobiliza as elites e desmobiliza o público. (PETRAS, 1999, p. 318)

Essa ideologia do antiestatismo transformou-se num novo tipo de estatismo, no qual o modelo privatizador foi financiado e organizado pelo Estado para a esfera privada. Assim é a privatização brasileira: o governo financia a compra no leilão, vende “moedas podres” a longo prazo e ainda financia os investimentos que os “compradores” precisam fazer. E, ainda para aumentar os lucros dos futuros “compradores”, o governo engole dívidas bilionárias, demite funcionários, investe maciçamente e até aumenta tarifas e preços antes da privatização. A bem exemplo disto, se deu à privatização, aqui no Paraná do Banco Banestado do qual o Estado assumiu uma dívida de 30 anos, entre outros como o Banerj, Banespa.

1.4.1 O IMPACTO DAS PRIVATIZAÇÕES

O impacto das políticas privatizadoras não se reflete apenas na economia, mas em toda a sociedade, no mercado interno, nos sistemas de transporte e de comunicações, energético, no sistema político e de classes. Assim, o governo Fernando Henrique Cardoso, e seus correligionários[19] bateram recordes em privatizações, transferindo das mãos estatais valores líquidos e certos a iniciativa privada, na maioria

[19] Entre os seus correligionários cabe destacar o governador do estado do Paraná, Jaime Lerner, que na aventura neoliberal, entre as instituições mais relevantes do estado, privatizou o Banestado, que no processo de saneamento do banco estadual, se comprometeu a cobrir o rombo que ultrapassava R$3,5 bilhões de reais. (In: Itaú pode ficar com a Copel. Gazeta do Povo de 28.10.2001)

das vezes, multinacionais. Entre as principais privatizações federais e estaduais cabe observar a tabela abaixo.

O preço das Principais privatizações federais e estaduais
(Preços pela cotação do dólar no dia da venda*)

Embratel	2,27 bilhões
Usiminas	1,94 bilhão
Eletropaulo Metrop. (energia, São Paulo)	1,77 bilhão
Tele Centro Sul	1,77 bilhão
Coelba (energia, Bahia)	1,60 bilhão
CEEE (energia Rio Grande do Sul)	1,48 bilhão
Companhia Siderúrgica Nacional	1,49 bilhão
CEEE- Centro Oeste (energia)	1,37 bilhão
Tele Sudeste Celular	1,36 bilhão
Cemig (energia, Minas Gerais)	1,05 bilhão
Copesul (petroquímica)	861 milhões
Rede Ferroviária Federal-Sudeste	** 870 milhões
Telemig Celular	750 milhões
Cachoeira Dourada (energia, Goiás)	710 milhões
Tele Celular Sul	700 milhões
CRT (tele, Rio Grande do Sul)	660 milhões
Tele Nordeste Celular	660 milhões
Cosern (energia, RN)	600 milhões
Açominas	600 milhões
Cosipa	590 milhões
CERJ (energia, interior Rio de Janeiro)	590 milhões
Enersul	570 milhões
Energipe (energia, Sergipe)	520 milhões
Acesita (siderurgia)	460 milhões
Tele Centro Oeste Celular	440 milhões
CEG	430 milhões
Tele Leste Celular	430 milhões
Escelsa (energia Espírito Santo)	430 milhões
Cemat (energia Mato Grosso)	350 milhões
Banerj	330 milhões
Rede Ferroviária - Centro Leste	**320 milhões
PQU (petroquímica)	290 milhões
Metro RJ	260 milhões
Copene (petroquímica)	270 milhões
Porto de Santos – Terminal	251 milhões
Banco Meridional	240 milhões
Petroflex	230 milhões
Rede Ferroviária Sul	**210 milhões
Ultrafértil	205 milhões
Embraer (industria aeronáutica)	190 milhões
Fosfértil	180 milhões
Salgema (petroquímica)	140 milhões

(*) Os preços acima se referem não apenas aos valores apurados nos leilões, mas incluem também eventuais cifras apuradas com as “vendas de sobras”.
(**) Os preços divulgados para as ferrovias privatizadas são fictícios: houve apenas uma entrada de 10%5 a 155% (só para a malha Sudeste o percentual chegou a 30%); o valor restante será pago em 30 anos, sem correção para o saldo devedor, isto é, com atualizações apenas das prestações, trimestrais.
Fonte dos dados brutos: BNDES.

Podemos considerar que o setor privado se beneficia de diversas formas dos subsídios do Estado, desde as vantagens dos custos menores aos programas flexíveis de empregos que o Estado neoliberal impõe aos trabalhadores. “O crescimento de alguns poucos bilionários em meio ao processo de privatização tem como contrapartida a marginalização de centenas de milhões de trabalhadores pobres” (PETRAS, 1999, p. 319), fato que caracteriza uma acentuada concentração da renda nacional, aumentando consideravelmente o fosso que separa o pouco rico da maioria pobre. Como por exemplo, os lucros que as empresas privatizadas apresentam rapidamente a custa do aumento de preços e tarifas, demissões antes da privatização, dívidas absorvidas pelo governo, compromissos dos fundos de pensão e das aposentadorias também absorvidas pelo governo.

> Mas há outras vantagens incríveis que engordam s lucros dos novos donos, sempre a custa do dinheiro do contribuinte: 1. Prejuízos bondosos – existe uma vantagem, sobre a nunca se fala, de que desfrutam os compradores de bancos estatais – à custa da Receita Federal, do pagamento de impostos. Eles podem utilizar os prejuízos que os bancos estatais comprados por eles tenham sofrido nos últimos anos e acumulado nos balanços. Podem pegar esse prejuízo e subtraí-lo do seu próprio lucro, reduzindo-o e, portanto, diminuindo também o Imposto de Renda que deveriam pagar. (BIONDI: 2003, p. 18)

Outro impacto que pode ser estabelecido como real em relação às privatizações, se dá no campo político. O resultado é o enfraquecimento da democracia e a perda do controle de funções essenciais de determinados setores da economia.

No campo da economia, a privatização representou duas mudanças básicas, ambas avassaladoras para a economia nacional. Privou-a de uma fonte lucrativa de acumulação, e fez o Estado perder ao deslocar lucros para um novo setor da economia.

No entanto, a privatização desarticulou em muitos casos a economia. “Os Estados da federação não recebem fundo de investimentos, as companhias aéreas e as ferrovias regionais foram eliminadas, as fábricas para o mercado regional foram fechadas pela concorrência das importações baratas promovidas pelas elites privatizantes”. (PETRAS, 1999, p. 320)

Pode-se considerar também, que a crítica que se faz a pouca eficiência dos monopólios estatais não leva em consideração, “que a gestão dessas empresas foi sacrificada, em grande parte, pela contenção dos preços públicos em função de um equivocado combate à inflação que se acabou refletindo no desequilíbrio do próprio orçamento do governo”.(BATISTA, 2001, p. 37)

No campo da privatização também se evidenciam incoerências entre o discurso e a ação. Em alguns casos não ocorre propriamente privatização, mas apenas desnacionalização, “a Aerolíneas Argentinas, por exemplo, passa da propriedade do governo argentino para a da Ibéria, empresa controlada pelo Estado espanhol”. (BATISTA, 2001, p. 37). Para tornar possível a privatização, o Estado sanea e torna viável o lucro das empresas, desregulamenta e flexibiliza as relações de trabalho.

Praticamente, o objetivo mais importante da política neoliberal transformou-se em alguns momentos em realizar privatizações. Seu discurso de defesa da privatização era sustentado pelo argumento que prega a superioridade da eficácia e da racionalidade da iniciativa privada e do mercado livre para a administração das empresas.

No Brasil, em especial, o processo de privatização tem (ou teve) como alavanca o discurso de prosperidade, eficiência e eficácia. Por isso toda a campanha passa pela desmoralização do Estado e do funcionalismo público, apresentado, nos discursos privatistas, como ineficiente, precisando ser desmontado a fim de acabar com o roubo e a corrupção. Todo o projeto privatista neoliberal é conduzido pelo Estado, transformado em instrumento dos organismos internacionais, a serviço do capital estrangeiro e nacional associado, de onde vinha acompanhado por políticas de austeridade, que visava desmontar o setor público por completo.

CAPÍTULO II

DILEMAS E CONTROVÉRSIAS: CONTEXTO GERAL EM TORNO DO LEGISLATIVO E EXECUTIVO NO BRASIL

2. 1 PANORAMA DO DEBATE TEÓRICO SOBRE O LEGISLATIVO E EXECUTIVO NA PERSPECTIVA HISTÓRICA BRASILEIRA

Weber ao falar da vocação política nos define o que é o Estado[20], "o Estado moderno é um agrupamento de dominação que apresenta caráter institucional e que procurou (com êxito) monopolizar, nos limites de um território, a violência física legítima como instrumento de domínio e que, tendo esse objetivo, reuniu nas mãos dos dirigentes os meios materiais de gestão." Portanto, é o Estado a única fonte do direito à violência. Não nos cabe aqui entrar na questão da natureza deste direito. Recorremos a Weber para compreendermos que, ao tratarmos de uma questão política, estamos nos referindo a instituições e mecanismos políticos que sustentam o próprio Estado.

Neste sentido, quando Weber define a Política entrelaçando-a ao estado, como sendo um "conjunto de esforços feito com vistas a participar do poder ou a influenciar a divisão do poder" [21], logo nos coloca diante da constatação de que todo homem que se entrega à política aspira ao poder. Essa busca de poder pode, a nosso ver, ser visualizada nas disputas que se desenrolam entre os parlamentares, inter ou enter partidos, atingindo a disputa entre os poderes legislativo e executivo.

Este poder, pode ainda ser bem visualizado através da "classe política", conceito utilizado por Leôncio Martins Rodrigues, na sua obra "Partidos, Ideologia e Composição Social[22]". O autor entende por este termo o conjunto de todos os que, nos sistemas democráticos, vivem não apenas "***para* a política, mas *da* política[23]"**. Acrescenta ele, que apesar das disputas e variações ideológicas internas, seus integrantes tendem a partilhar interesses comuns, tais como os benefícios materiais e simbólicos usufruídos pelos que têm alguma participação no sistema decisório. É necessário, para tanto, que

[20] Weber, Max. Ciência e Política: duas vocações. São Paulo: Editora Cultrix, 2000. 1968, p. 62
[21] Ibidem p. 60.
[22]RODRIGUES, Leôncio Martins. Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002.
[23] Destaque nosso.

o poder permaneça em mãos de alguma facção da classe política, mesmo que seja de facção adversária, e não vá para as mãos de um chefe militar, líderes religiosos, comandantes de guerrilha ou secretário-geral de algum partido revolucionário.

O desenvolvimento do Estado contemporâneo, pelo menos no ocidente e, no nosso caso, o estado brasileiro vem nos últimos anos sendo acompanhado pelo desenvolvimento da democracia. Apesar de nosso trabalho estar intrinsecamente marcado, pelo menos aparentemente, pelo regime democrático, nos parece extremamente relevante lembrarmos de um texto de Raymundo Faoro, que bem caracteriza o período anterior a nossa Carta Magna de 1988, marcado pela falta de legitimidade constituinte. Pois se nosso propósito é tratarmos da relação entre o poder executivo e legislativo, compete-nos lembrar que nem sempre os “ares democráticos” pairaram sobre nós. E mesmo que tenhamos clara convicção de inspirarmos estes ares hoje, poderíamos ainda nos indagar sobre a base para a sua legitimidade.

Raymundo Faoro faz um resgate histórico do surgimento do movimento Constitucionalista, a partir da crítica as considerações de Ferdinand Lasalle sobre o que é uma constituição, relacionando-o ao reflexo da história geral e em especial na vida brasileira. Para Faoro: “A conquista de uma Constituição ... representava a extinção do absolutismo e do poder arbitrário, concentrados no rei. A experiência norte-americana, primeiro exemplo de uma constituição escrita e solenemente ratificada, suscitava, acelerando as contribuições políticas européias clássicas, o esboço possível da emancipação colonial mediante um estatuto Supremo, redutível às próprias bases de uma nação independente”. (1982, p. 8)

O Brasil, para Faoro, entrou no processo constitucionalista pela porta que a Revolução do Porto abriu (24 de agosto de 1820). Configurando o contorno de uma legítima assembléia constituinte, com o nome de Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa, pela primeira vez em sua história os brasileiros elegeram e enviaram a Lisboa representantes a uma constituinte, que “embora extremada no seu colonialismo, teve relevante papel indireto e involuntário na independência do Brasil”. (1982, p. 9) Esse ingresso foi irreversível, ainda que, sempre segundo o modelo contemporizador e conciliador, “a soberania nacional e popular fosse negada, freada, mutilada e, mais tarde golpeada.” (1982, p. 9)

O exercício da estrutura real do poder, revestida pela forma jurídica, indica e aponta para a essência do fenômeno constitucional.

> O constitucionalismo moderno – de onde brotou a concepção de que a constituição consagra um sistema de freios e controles ao poder - radica na idéia da divisão do poder. O controle do governo tem suas origens, segundo uma velha vertente, no conceito de direito natural. Contra a burocracia real, grupos, classes e estamentos, centrados nos barões e nas cidades livres, trataram de assegurar um estatuto que lhes permitisse a autonomia de ação, defendendo-se do despotismo arbitrário, por meio de esferas separadas de poder. As revoluções inglesa e francesa revelaram, de modo delimitado e definido, essas tendências. De outro lado, a doutrina cristã da personalidade humana, que se prolongou no protestantismo, na inviolabilidade de direitos individuais, contribuiu com outra base para que se configurasse o caráter limitado do poder. Essas tendências amadureceram na Inglaterra e nos Estados Unidos, de onde se irradiou, ainda no século XVIII, seu prestígio sobre o continente europeu e, logo depois, na América do Sul, entrosado, no último caso, à independência nacional. A extraordinária influência do livro de Montesquieu - O Espírito das leis -, que denunciou as diferenças entre o sistema político inglês e o sistema francês, atesta um dos momentos altos do constitucionalismo moderno, na implícita sugestão do controle do poder, pelo mecanismo da sua divisão. (FAORO: 1982, p.11)

No fundo do movimento constitucionalista reside a preocupação de desmascarar o despotismo, - todas as formas de autocracia – pela identificação dos males e riscos do "arbítrio". Acentuando-se ainda, que nos primeiros golpes desferidos contra ele, havia o cuidado liberal de proteger a propriedade, o que resultou para Faoro, em certos momentos históricos, na degenerescência do princípio. Para proteger a propriedade sacrificou-se o liberalismo político. "A democratização crescente, todavia, mostrou que a democracia, para que se conserve e desenvolva, não poderia se dissociar do liberalismo que, por sua vez, se divorciou do seu reverso econômico" (FAORO:1982, p. 13) A democracia se afirmou na medida que democratizou o liberalismo, expandindo-o em direção a direitos concernentes à participação social.

Para combater o arbítrio se estabeleceu o governo da lei. A lei seria a expressão de um poder independente – o Poder Legislativo -, decorrente de uma convenção pactuada e livremente estabelecida pelos destinatários do poder. Para Faoro, o arbítrio, ainda quando cercado de "leis", embora se proteja na força, não consegue estabelecer as bases de nenhum governo efetivo e estável. A partir do movimento histórico que deu lugar ao constitucionalismo e do papel que as constituições desempenharam na sociedade moderna, que o controle do poder – o banimento do arbítrio – é a pedra angular de todo o processo. Seja em nível Federal, seja no nível Estadual ou Municipal. A busca pela legitimidade da constituinte é buscada por Faoro, da mesma forma que a procuramos hoje nas assembléias legislativas.

É este mesmo arbítrio que esperamos superar em nível estadual. Que o "colonialismo", talvez melhor seria que o "coronelismo" seja substituído pela

legitimidade pautada na plena participação do povo. Pois como ressaltou Faoro, “sem a participação do povo, o governo não será nunca um governo constitucional, mas governo de fato dissimulado em aparências constitucionais ou sem aparências”.(1982, p. 15) Para ele, “a função, que se prolonga no sistema de freios ao poder, orienta e constitui o processo constitucional[24]”.(1982, p. 15)

A busca pela legitimidade da constituinte, com certeza, tem como ponto de partida a tomada de poder pelo movimento militar de 1964[25]. Este período marca o que Faoro denominou de esgotamento institucional – o esgotamento das bases operacionais do estatuto maior vigente – que definiu seus objetivos por meio da edição do ato Institucional de 9 de abril, depois batizado de nº 1. “A mudança institucional especificava-se, desde logo, por um traço característico: o deslocamento do poder constituinte do povo (“todo poder emana do povo e em seu nome será exercido” – Constituição de 1946, art. 1º) para a revolução, denominação que adotou o movimento para se identificar, distinguindo-se das intervenções golpistas anteriores”.(FAORO: 1982, p. 18) Esta é a forma mais expressiva e mais radical de Poder Constituinte : “A revolução vitoriosa – declarava o preâmbulo do ato Institucional nº 1 – se investe no exercício do poder Constituinte”. (FAORO:1982, p. 18)

A análise de Faoro passa pela afirmação de que as assembléias constituintes são meios preventivos para limitar e controlar o poder, preparando a sociedade para a mudança política, por meio de uma moldura jurídica, exatamente para evitar a ruptura revolucionária. Para Faoro no movimento de 1964, ao ato constituinte – a quebra da ordem constitucional com a pretensão de se legitimar numa constituição – faltou o traço essencial do constitucionalismo, ou seja, o controle do poder por meio de mecanismos

[24] Faoro, acredita na constituição como suprema força política do país, nas suas normas e valores, coordenadora e árbitro de todos os conflitos, sempre que fiel ao poder constituinte legitimamente expresso. Para ele, o sistema de freios não significa a negação da autonomia e da esfera específica de atuação dos detentores do poder. A limitação, por outro lado, não exclui a cooperação dos poderes constituídos, sem prejuízo de sua independência.

[25] Faoro não discute se o movimento militar de 1964 foi uma revolução ou se ao contrário foi uma das intervenções golpistas características do sistema de 1946. Para ele houve na realidade, a substituição dos dirigentes políticos, com a mudança das regras do esquema de comando, sem transformação social ou econômica. “Sua nota de atuação se traduziu pela autonomia de um segmento político dominante – um estamento e uma elite – que, de cima para baixo, procurou, em nome da segurança nacional, modernizar a estrutura do país, moldando-a dentro dos padrões conservadores. De qualquer sorte, inegável e declarado foi o deslocamento do titular do poder constituinte, apropriado em favor de uma camada dirigente, ou pretensamente tal, justificada em si mesma, sem prestar contas ao povo, alheio a qualquer responsabilidade perante a nação”.(FAORO: 1982, p. 20)

aceitos, pactuados ou consentidos pela soberania popular, base de toda democracia. Para Faoro:

> As revoluções são movimentos de quebra da ordem que venceram, encabeçadas por um grupo, que se destaca de dentro do Estado ou irrompe da sociedade civil. Nem todas, procedem de um impulso constituinte, conforme a dolorosa lição histórica que demonstra inúmeros exemplos de ruptura do ordenamento jurídico, que, ao manter o poder, apela unicamente para a violência, perpetuando o governo de fato, ainda que dissimulado em instituições supostamente legais ou jurídicas. No momento que se socorrem preponderantemente ou exclusivamente da repressão, a sua fachada jurídica se constitui em expedientes de força, em medidas equiparáveis as decisões próprias dos momentos de emergência, espécie de estado de sítio, transitório pela sua natureza, que se prolonga e quer se prolongar no tempo. Os movimentos autocráticos, que se expressam revolucionariamente, impedem que o núcleo constituinte se expanda, limitando e inibindo as condições de sua realização, nomeadamente com a supressão das liberdades, além do período da tomada de poder. A liberdade de expressão e de reunião são tidas como subversivas, o que nega, na busca de consenso, a igualdade de oportunidades às correntes dissidentes ou minoritárias. O plebiscito é, em regra, o meio adequado para consagrar esse congelamento ditatorial, recurso ao qual se equipara a reforma ou emenda constitucional ou leis de emergência, por obra de parlamentos expurgados ou eleitos em condições restritivas, exatamente como aconteceu na Alemanha hitlerista e na Itália de Mussolini. (1982, p. 23)

Faoro elenca os fundamentos da legitimidade, demonstrando que na verdade são insubstituíveis as assembléias constituintes para organizar o poder em termos de legitimidade. Uma vez que esta se parte e se rompe, só se reconstitui com os todos os atributos de uma revolução sem os inconvenientes, as incertezas e as usurpações inerentes a esta. As emendas, ao contrário, obedecem ao curso pré-traçado dos comandos reais, sejam legítimos ou ilegítimos.

Ao nos propormos analisar as relações entre os poderes executivo e legislativo no Paraná de 1995 a 2002 com o movimento social em defesa da Copel, partimos do pressuposto que estes poderes como decorrentes da Constituição atentem para o que bem ressaltou Faoro, que “sem a participação do povo, o governo não será nunca um governo constitucional, mas governo de fato dissimulado em aparências constitucionais ou sem aparências”.(1982, p. 15) Refletir até que ponto o poder executivo e legislativo foram legítimos para com a população paranaense é ponto fundamental em nosso trabalho. Para tanto, antes consideramos necessário nos debruçarmos sobre algumas discussões que envolvem o tema Executivo-Legislativo no Brasil, partindo do cenário político do Brasil após a elaboração da sua Constituição de 1988.

Segundo L. Gustavo M. Grohmann “o sistema de governo instituído pela Constituição de 1988 veio para cumprir a tarefa genérica de dotar o país de condições

de governabilidade e de representação culminando, portanto, na transição democrática[26]". É inegável, portanto, o caráter democrático da Carta de 1988, e mesmo que sem intenção direta da maioria dos representantes eleitos na época, para Grohmann, houve uma alteração nos objetivos tradicionais dos deputados em sua relação com o poder Executivo que se estendeu pelo Brasil influenciando as Constituições Estaduais.

Chama atenção ainda Grohmann, para o funcionamento e os efeitos desse sistema de governo, para o fato de que se desenhou um "sistema legislativo adequado ao mundo parlamentarista, quando na verdade o sistema de poder é presidencialista". (2001, p. 114) Como resultado vislumbramos a grande possibilidade de se criar situações de ingovernabilidade, de engessamento da atividade executiva por parte das maiorias flutuantes e não-responsáveis do mundo da representação política. Para Grohmann é "o poder sem responsabilidade, essa é a síntese resultante desse ponto de vista. Da ingovernabilidade para a crise de regime é um passo". (2001, p. 114)

Já Mainwaring, em sua análise sobre políticos, partidos e sistemas eleitorais[27], considera que a combinação do sistema eleitoral proporcional e sistema multipartidário com o presidencialismo é uma das piores combinações para formar um sistema político de governo.

> A legislação eleitoral brasileira tem várias características incomuns que institucionalizaram uma estrutura de incentivo que autoriza e estimula os políticos a terem um comportamento antipartidário. Ela contribuiu decisivamente para o subdesenvolvimento partidário, e em última instância para a sustentação de um padrão altamente elitista de dominação e para a instabilidade democrática. (MAINWARING, 1991, p.)

Nas palavras de Grohmann, "com esse sistema se estabeleceriam, mais que em outros arranjos as condições para a instabilidade e paralisia decisórias, abrindo campo para a quebra de regime" (2001, p. 114). Figueiredo e Limongi, discordam, para estes autores, os analistas que insistem em afirmar que a base institucional que determina a lógica do funcionamento do sistema político brasileiro não foi alterada e que, portanto, continua a ser a mesma do sistema criado em 1946. "Sendo assim, dever-se-ia esperar um sistema com fortes tendências à inoperância, quando não à paralisia;

[26] Grohmann, L. G. M. O processo legislativo no Rio Grande do Sul:1995 a 1998. In: O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência / Org. Fabiano Santos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 308 p.

[27] MAINWARING, Scott. Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa perspectiva comparativa. Tradução Otacílio F. Nunes Jr. Página 56. Novos Estudos CEBRAP nº 29 (35-58) – Março de 1991.

um sistema político em que um presidente impotente e fraco se contraporia a um legislativo povoado por uma miríade de partidos carentes de disciplina". (2001, p.19) Ao contrário o que encontramos após a promulgação da Constituição de 1988 é uma mudança nas bases institucionais do sistema político nacional que alterou radicalmente o seu funcionamento. Dois pontos foram alterados sem que os analistas se dessem conta:

> Em primeiro lugar, em relação à Constituição de 1946, os poderes legislativos do Presidente da República foram imensamente ampliados. Na realidade a Constituição de 1988 manteve as inovações constitucionais introduzidas pelas constituições escritas pelos militares com vistas a garantir a preponderância legislativa do executivo e maior presteza à consideração de suas propostas legislativas. Da mesma forma, os recursos legislativos à disposição dos líderes partidários para comandar suas bancadas foram ampliados pelos regimentos internos das casas legislativas. A despeito de todas as mazelas que a constituição eleitoral possa acarretar para os partidos políticos brasileiros, o fato é que a unidade de referência a estruturar os trabalhos legislativos são os partidos e não os parlamentares. (FIGUEIREDO & LIMONGI: 2001, p.20)

Abrucio considera que a redemocratização teve como principal mudança o fortalecimento do poder Legislativo. A Constituição de 1988 consolidou legalmente essa mudança, tornando o legislativo lócus das decisões terminativas do sistema político, e também aumentou seu poder de fiscalizar o Executivo. Contudo essas mudanças ficaram restritas ao âmbito federal, para Abrucio, embora o sistema presidencialista vigore nos três níveis de governo da federação brasileira, o seu funcionamento é diferente no plano federal comparado à esfera estadual.

> Pode-se dizer que no nível federal os três poderes tornaram-se mais eqüipotentes, tendo o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal se fortalecido perante a presidência da república. Nos estados, ao contrário, não há equipotência entre os poderes, mas sim uma hipertrofia do Executivo, configurando um sistema ultrapresidencial. ... O ultrapresidencialismo estadual (durante a redemocratização) tinha uma característica básica: o poder executivo, e mais especificamente o governador, eram um centro político incontrastável no processo de governo, por meio do controle dos outros poderes e de toda a dinâmica da política estadual. O poder Executivo tornava-se hipertrofiado, praticamente eliminando o principio constitucional da separação e independência entre os poderes. (ABRUCIO: 2002, p. 111)

Já para Mainwaring, pelo menos desde 1930, os políticos brasileiros agiram deliberadamente de maneira que maximizaram sua autonomia vis-à-vis seus partidos. Eles ajudaram a criar um sistema político no qual podem negociar de maneiras mais ou menos independentes, livres das algemas que seriam impostas pela disciplina

partidária. Em quase todas as dimensões concebíveis, os partidos brasileiros são organizações singularmente frouxas, criadas para permitir que os políticos ajam de um modo totalmente livre. Segundo o autor é indispensável que surjam vários partidos, o que viabilizaria a infidelidade e indisciplina partidária.

> Com partidos organizados frouxamente, os políticos estão mais livres para atender sua clientela, sem estarem limitados por preocupações programáticas ou compromissos organizacionais. Através do sistema eleitoral, as elites políticas institucionalizaram mecanismos que favoreceram partidos fracos; limitam a responsabilidade (accountability); e estimulam estilos de representação personalistas, clientelistas e individualistas. (...) Os partidos são ofuscados não só pelo Estado, mas também pelas elites políticas que não querem que eles se tornem atores importantes no sistema político. Os espaços dominantes do sistema político são ocupados pelo Estado, as elites políticas e seus aliados econômicos, e pelos militares. De uma maneira ou de outra, todas essas forças conspiram contra o fortalecimento dos partidos políticos. (MAINWARING, 1991, p. 57)

Na análise de Figueiredo e Limongi a Constituição de 1988 no que diz respeito ao poder Legislativo, aprovou dois conjuntos distintos de medidas. De um lado uma série de medidas que fortaleceram o Congresso (recuperando os poderes subtraídos do Legislativo ao longo do período militar).

> A mais importante das conquistas do Congresso consagrada pela nova Carta é sem dúvida a redefinição de sua participação no processo orçamentário e no controle das finanças públicas. Como se sabe, os governos militares restringiram ao mínimo a atuação do legislativo nessa área. Entre as novas atribuições e poderes reservados ao legislativo, cabe destacar a maior abrangência dos orçamentos a serem enviados pelo Executivo à apreciação do Legislativo, a maior capacidade deste último para emendar o orçamento enviado, o fortalecimento do Tribunal de Contas e a maior participação do Congresso na nomeação dos membros desse tribunal. Outras medidas, menos abrangentes, também apontam para o fortalecimento do Legislativo vis-à-vis o Executivo. Por exemplo, a derrubada do veto presidencial passou a depender do voto da maioria absoluta e não mais de 2/3. E a abrangência do próprio veto presidencial foi circunscrita, não mais podendo ele incidir sobre palavras isoladas. A limitação aos amplos poderes do Executivo se traduz igualmente na capacidade do Congresso Nacional para "sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa" (art 49 CF). (FIGUEIREDO, 2001 p. 43)

De outro, a Constituição de 1988 manteve muitos dos poderes Legislativos com os quais o poder Executivo foi dotado ao longo do período autoritário.

> Embora redefinida e conferindo menores poderes ao presidente, a capacidade de editar medidas provisórias pode ser vista como a manutenção do poder presidencial de editar decretos-leis. A Constituição de 1967, em seu artigo 58, conferiu ao presidente o poder de editar decretos-leis em casos de "urgência ou relevante interesse público". De acordo com o texto legal, o decreto-lei entrava em vigor com sua publicação, sendo o prazo para

> sua apreciação pelo Congresso de 60 dias, findos os quais era automaticamente aprovado por decurso de prazo. Ademais, não se aceitavam emendas, e a rejeição do projeto não invalidava seus efeitos durante o período de sua vigência. O art. 62 da atual Constituição capacita o presidente a editar medida provisória com força de lei a ser apreciada pelo Congresso Nacional em 30 dias. Ao contrário do que ocorria com o decreto-lei, a não-manifestação implica na perda de efeito legal da medida. Em caso de rejeição, cabe ao Congresso regulamentar as relações decorrente da aplicação anterior do ato, admitindo-se a possibilidade de declarar seus efeitos nulos desde sua edição. Outra diferença importante é o fato de o Congresso poder emendar a medida editada pelo presidente. É inegável a existência de uma continuidade entre o instituto do decreto-lei e o da medida provisória. (FIGUEIREDO, 2001 p. 44)

Não foram revogados muitas das prerrogativas que permitiram ao Executivo dirigir o processo Legislativo durante o regime militar.

> Durante o regime militar, conferiu-se ao presidente a capacidade de solicitar, unilateralmente, regime de tramitação extraordinária para os projetos de lei de sua autoria. Mais especificamente, o presidente poderia definir os prazos máximos dentro dos quais o Legislativo deveria manifestar-se sobre a matéria enviada. Além disso, a ausência de manifestação no prazo estipulado implicava a aprovação do projeto. Tal prerrogativa, ausente do texto constitucional de 1946, foi acrescida ao rol dos poderes legislativos presidenciais já em 1964 e mantida, com algumas alterações, em todos os textos legais do período. Como a Constituição de 1988 garante ao presidente a prerrogativa de solicitar urgência para os projetos de lei de sua iniciativa, no caso de "a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não se manifestarem, cada qual, sucessivamente, em até quarenta e cinco dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto ao demais assuntos, para que se ultime a votação" (art. 64, parágrafo 2º, CF). (FIGUEIREDO, 2001 p. 44)

Para Figueiredo a capacidade de ditar unilateralmente a agenda de trabalhos permanece, pois a Constituição anterior previa a aprovação no silêncio do Congresso, enquanto que a Constituição de 1988, força o Congresso para rejeitar ou aprovar a matéria proposta pelo Executivo. Além do que, sendo esta considerada importante pelo Executivo, pode obstruir a continuidade do trabalho do Legislativo.

Outro mecanismo, também advindo da Constituição de 1988, demonstra uma certa continuidade entre o período autoritário e o atual, pode ser visto no monopólio da iniciativa das matérias orçamentárias e tributárias pertencentes ao Executivo. Até mesmo a Constituição de 1946 estabelecia que a iniciativa dessas matérias era compartilhada pelo Executivo e Legislativo. O fato é que sendo monopólio do Executivo, e devendo esta matéria seguir às exigências do calendário, o momento de introdução da matéria pode ser usado estrategicamente para diminuir a margem de manobra deixada ao Legislativo. Portanto, em caso de não aprovação do orçamento dentro dos

prazos do calendário, garante ao Executivo a autorização para efetuar gastos de 1/12 ao mês do orçamento enviado. Sendo assim a não aprovação quase nunca ocorre, abrindo espaço para o Executivo se ver livre da participação do Legislativo na elaboração do orçamento.

Destaca ainda, Figueiredo e Limongi o papel desempenhado pelo colégio de líderes[28], este por sua vez, acaba por funcionar como sucedâneo do voto de liderança[29] vigente no período autoritário. Por certo as bases institucionais e a forma de se manifestar de cada um desses institutos são bastante diferentes. "No entanto, em ambos os casos temos a preponderância de um pequeno grupo de parlamentares cujas decisões acabam por sobrepor às dos demais. A conseqüência desse estado de coisas é a desvalorização da própria atividade parlamentar". (2001, p. 48)

A conseqüência é que os "dados levantados mostram que o poder Executivo em razão dos poderes Legislativos que possui comanda o processo Legislativo[30]", minando o próprio fortalecimento do Congresso como poder autônomo. O resultado seria a atrofia do próprio Legislativo e a predominância do Executivo, principal legislador de jure e de fato.

Para Figueiredo e Limongi a hipótese segundo a qual o Legislativo se constitui em obstáculo à ação do Executivo não encontra apoio,

---

[28] Somente o regimento de 1989 institucionalizou o Colégio de líderes. "Composto pelo presidente da Câmara e líderes da maioria, dos partidos e dos blocos parlamentares, o regimento confere ao colégio de líderes estatuto de órgão auxiliar da mesa Diretora da Casa nas principais tarefas relativas à organização dos trabalhos legislativos. Em especial, cabe a esse colegiado, juntamente com o presidente da Mesa, a elaboração da agenda com a previsão das proposições a serem apreciadas no mês subseqüente, em conformidade com a qual o presidente designa a ordem do dia." (FIGUEIREDO&LIMONGI: 2001, P. 47)

[29] Houve no período autoritário um padrão de funcionamento que caracterizou a Câmara do Deputados. Entre eles, Figueiredo e Limongi destaca: os institutos do voto de liderança, do fechamento de questão e da fidelidade partidária. Para estes autores, estes institutos garantiram o papel de destaque às lideranças partidárias, ao mesmo tempo em que esvaziavam o plenário e tornavam praticamente desnecessária a participação individual dos deputados. Como exemplo deste padrão, vislumbrou-se a ocorrência dos chamados "buracos negros": "Como a inclusão de qualquer texto passou a depender do voto favorável da maioria, criou-se a possibilidade de que nenhuma das alternativas propostas para uma dada matéria fosse aprovada. Em se tratando de matéria eminentemente constitucional, ter-se-ia como resultado o referido 'buraco negro'. Além desse risco, o processo de votação poderia tornar-se proibitivamente longo, dado o número de destaques a serem votados. Dessa forma, impôs-se a criação de um grupo que preparasse e coordenasse os trabalhos de plenário. A esse grupo, formado basicamente pelos líderes partidários, cabia fundir e/ou selecionar as emendas que viriam a voto em plenário. Isto é, as votações em plenário eram antecedidas pelos chamados acordos de liderança, costurados nas referidas reuniões dos líderes." (2001, p. 46)

[30] Revista Brasileira de Ciências Sociais. nº29 (175-200) – ano 10/ Outubro de 1995. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sócias. O trabalho exposto por Figueiredo e Limongi traz tabelas de dados com nº de leis sancionadas, projetos de lei aprovados e rejeitados. A partir de sua análise pode se visualizar que é baixa a proporção de projetos de origem no Executivo

> O argumento segundo o qual o Congresso representa em bloqueio incontornável às pretensões presidenciais de governar não se sustenta, seja diante da leitura dos textos legais, seja diante das evidencias empíricas. No plano legal, a Constituição de 1988 manteve muita dos poderes legislativos adicionados à Carta de 1946 pelo regime militar. Na prática, o Executivo tem aprovada em curto espaço de tempo a grande maioria das matérias que submete ao Congresso. (FIGUEIREDO& LIMONGI: 2001, p. 69)

As evidências apontam na direção oposta: antes que obstáculo, o Congresso se revela disposto a facilitar a tramitação das matérias presidenciais e, sobretudo, a remover possíveis obstáculos à ação presidencial.

> As evidencias aqui apresentadas mostram que o legislativo teve um comportamento mais cooperativo do que conflituoso para com as iniciativas presidências. De qualquer ângulo que as analisemos, as iniciativas presidenciais receberam tratamento privilegiado. Obtiveram tramitação urgente em maior número, tramitaram mais rapidamente e foram, em sua grande maioria, aprovadas. Os dados apresentados revelam igualmente que o papel do colégio de líderes é fundamental para esse comportamento cooperativo. (FIGUEIREDO & LIMINGI:2001, p. 68)

Fabiano Santos retira das análises de, Abrucio, já esboçadas anteriormente, a hipótese do "ultrapresidencialismo estadual". O "ultrapresidencialismo se caracteriza pelo fato de ser o Poder Executivo, ou mais especificamente, o governador (...) um centro incontrastável no processo de governo, por meio do controle dos outros Poderes e de toda a dinâmica da política estadual. O Poder Executivo torna-se hipertrofiado, praticamente eliminando o princípio constitucional da separação e independência entre os poderes" (2001, p. 166)

Shugart e Carey (1992), citado por Fabiano Santos, desenvolvem o conceito de "segredo ineficiente". Em nosso sistema político, as listas proporcionais abertas adotadas para as eleições da Câmara dos Deputados e assembléias estaduais, isto é, as que permitem ao eleitor indicar os candidatos de sua preferência, elegendo-se aqueles que receberam o maior número de votos, assim seriam as responsáveis pelo comportamento individualista dos deputados. O esforço para constituir reputação pessoal, em detrimento da imagem de seu partido, junto à base eleitoral os levaria ao apego por políticas distributivistas e clientelistas em favor de seus distritos. Além disso, o escasso controle das lideranças sobre o comportamento de sua bancada redundaria em enormes dificuldades de contenção do gasto público, promoção sistemática de

---

rejeitados Além disso, os projetos de origem no Executivo andam mais rápido e têm mais altos índices de

políticas inconsistentes, indisciplina e imprevisibilidade do comportamento dos partidos em plenário.

O "segredo ineficiente" seria um efeito não antecipado do funcionamento do regime proporcional com lista aberta.

> Os membros do parlamento são considerados agentes paroquiais, já que são eleitos por um sistema que estimula a competição intrapartidária e a construção de reputações individuais. A continuidade das carreiras políticas de tais agentes pressupõe, segundo a argumentação, a constante luta pela obtenção de recursos para o benefício de sua região à custa do erário. Para impedir a falência da economia nacional, os legisladores transferem para o Executivo importantes prerrogativas decisórias. A ineficiência do sistema reside exatamente no problema da traição dos princípios do presidencialismo democrático, qual seja, separação dos poderes com freios e contrapesos mútuos. A coexistência de um Executivo forte e partido fracos seria a marca distintiva do "segredo ineficiente" do presidencialismo imperial brasileiro. (SANTOS, 2001, p.167)

Para Fabiano Santos, este conceito de segredo ineficiente vale também para o caso das assembléias legislativas no Brasil. "A diferença importante é que no caso dos estados, o governador é predominante a ponto de controlar qualquer forma de acesso a recursos e favores. Portanto, em vez de imprevisibilidade o comportamento dos deputados estaduais seria caracterizado pelos fenômenos do 'situacionismo' e do 'governismo' "(SANTOS, 2001, p.166). Ou seja, logo após o anúncio da vitória de um governador de estado haveria sempre uma debandada de deputados em direção ao partido pelo qual ele se elegera.

Abrucio em seu trabalho procura demonstrar, como já foi frisado anteriormente, que no nível federal os três poderes tornaram-se mais eqüipotentes, tendo o Congresso Nacional e o Supremo Tribunal Federal se fortalecido perante a presidência da república. Nos estados, ao contrário, o que ocorreu foi uma hipertrofia do Executivo, configurando um sistema ultrapresidencial. O mais importante para o Executivo, o governo estadual, era ter um controle rígido da assembléia Legislativa. O principal objetivo era neutralizar o seu poder de fiscalização e controle dos atos do poder público estadual. Foi respectivamente o que aconteceu no quadriênio de 1991-1994, por quase todos os governadores por ele estudados. Neste sentido demonstra ainda o autor, que o que se formava na realidade era uma maioria situacionista que homologava as iniciativas legislativas do governo estadual.

---

aprovação.

> O pacto homologatório sustentava-se por dois elementos interligados: pela cooptação dos deputados através da distribuição de recursos clientelistas e pela ausência de participação e responsabilização dos parlamentares diante das políticas públicas implementadas pelo Executivo, a não ser na pequeníssima parte que interessa à base local de cada deputado. ... No pacto homologatório o Executivo estadual tinha dois trunfos: o controle dos recursos públicos e a fragmentação da base de apoio parlamentar, visto que a bancada situacionista não se constituía a partir de uma organicidade programática, mas em razão do interesse individual dos políticos que a compunham. (2002, p. 114)

Neste caso, ao contrapor o Executivo federal ao Executivo estadual, argumenta Abrucio que o poder que o governador tem sobre o legislativo, e os órgãos fiscalizadores, é muitas vezes maior do que aquele que o presidente possui frente aos outros poderes no seu âmbito de governo. Daí se configurar um sistema ultrapresidencial, pela ausência de equipotência entre os poderes e a presença de uma hipertrofia do Executivo.

De acordo com a perspectiva do trabalho de Figueiredo e Limongi, o Legislativo brasileiro sempre possibilitou condições de governabilidade ao Executivo, permitindo sua predominância Legislativa. Também na análise de Grohmann o "multipartidarismo não foi obstáculo para o Executivo governar, nem os partidos atuaram de forma caoticamente atomizada e indisciplinada". (2001, p. 114) Afirma, ainda o autor que em estudo sobre o Poder Legislativo no Rio Grande do sul, em

> Entrevistas com deputados demonstram que estes percebiam o Legislativo como um poder esvaziado, e apesar de terem admitido o poder de legislar e de fiscalizar não conseguem influir nas grandes questões do executivo que interessam à população. Acusam a constituição de limitar a ação do Legislativo sobre matérias de cunho econômico (investimentos, recursos, finanças) e orçamentário, outorgando ao executivo exclusividade sobre essas matérias. Para o representante resta apenas o poder de reivindicar e de "falar". O grande responsável por esta situação seria o sistema presidencialista, que subalterniza o Legislativo. (GROHMANN: 2001, p. 116)

Além disso, concorda Santos[31] (2001) em estudo que analisa a organização interna e a produção legal da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), com Figueiredo e Limongi ao encontrar dados que evidenciam que o executivo tem 57% de participação no conjunto de projetos aprovados (de um total de 501), o Legislativo 30,2% e o Judiciário 12,8%, excluídos os projetos relativos a emancipações. Dos projetos do executivo, conforme a classificação do autor, a maior parte encontra-se nos

[31] Considerando, a ressalva, que a análise de Santos em relação à de Figueiredo e Limongi se restringi a esfera do Executivo estadual. Ressalva destacada seria pertinente considerarmos congruência entre a

itens economia/tributação, funcionalismo/órgãos públicos, e saúde/meio ambiente, enquanto o Judiciário se concentra no funcionalismo.

Para Figueiredo e Limongi a produção legislativa do período de 1989-1994, demonstram um grande impacto do Executivo na produção legislativa. Isto ocorre como conseqüência direta de suas prerrogativas institucionais. “As leis originárias de medidas provisórias enviadas pelo Executivo e de projetos versando sobre matéria orçamentária respondem por 60% do total de leis do período”. (2001, p.50) O executivo é responsável pela iniciativa de 84% das leis sancionadas no período pós-Constituinte, excluindo-se os 7% de leis de iniciativa do judiciário decorrente também de prerrogativas constitucionais.

> Essa preponderância do executivo decorre diretamente de sua capacidade de controlar a agenda do legislativo. As normas que garantem a iniciativa exclusiva do executivo lhe fornecem instrumentos de controle da agenda legislativa, seja diretamente, por coloca-lo em posição estratégica para pressionar por prioridade a essas medidas. Mais do que o controle sobre agenda, esses mecanismos institucionais conferem também ao Executivo uma posição estratégica no que diz respeito à aprovação de seus projetos. (FIGUEIREDO & LIMONGI: 2001, p. 51)

Essa agenda, ainda segundo os autores, tem um marcante caráter econômico-administrativo, a sua maioria medidas provisórias que possuem uma natureza econômica. Os autores contrapõem a agenda econômica do Executivo à agenda social do Legislativo, a primeira encontra condições de tramitação e aprovação muito maiores do que os projetos do Legislativo.

2. 2 O PODER EXECUTIVO NO ESTADO DO PARANÁ : A INSERÇÃO DE JAIME LERNER NA ESFERA POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ

> ***Freqüentemente, as elites políticas criam partidos para promover seus próprios interesses e os líderes estatais extinguem sistemas partidários por temerem que signifiquem uma ameaça. É claro que as elites precisam do apoio das camadas populares para permanecer viáveis eleitoralmente, e nessa busca de viabilidade conquistam adesões em diversos setores sociais, exatamente como sugere a abordagem das clivagens. Mas o padrão sociológico de apoio aos partidos não devem fazer esquecer***

predominância do Executivo estadual, também em Abrucio, já que estes se encontram na mesma esfera de Poder executivo.

quem os criou: as elites políticas, freqüentemente as que estão no comando do Estado.

MAINWARING

Para Dória as situações em que Jaime Lerner atuou, desde a sua origem como tecnoburocrata, podem destacar-se entre os fatores explicativos do seu papel como ator político. Logo no princípio de sua atuação no setor público, Jaime Lerner aparece como um profissional (arquiteto-urbanista) diretamente vinculado ao engenheiro civil Ivo Arzua Pereira[32] (PDC), Prefeito de Curitiba, eleito em 1962, "graças ao peso eleitoral de Ney Braga, então Governador do Paraná". (2001, p. 24) A Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (APPUC), é onde Lerner dá início a sua atividade.

Em seu trabalho "Urbanização e industrialização no Paraná", Dennison de Oliveira ao examinar a relação entre Estado e Sociedade no capitalismo contemporâneo no Paraná, bem nos informa sobre a ascensão de Ney Braga no primeiro mandato como Governador. O autor nos mostra que na administração de Ney Braga (1961-1966) tem início um "projeto de industrialização do Estado, que fosse capaz tanto de promover o desenvolvimento econômico, evitando a evasão de divisas, quanto à integração territorial, afastando o perigo de desmembramento de partes do território." (2001, p.45) Para este autor o Governador do Partido Democrata Cristão (PDC) assume o governo colocando essas preocupações como centrais no seu programa de governo[33].

> O Plano de Desenvolvimento do Paraná visava repetir em nível local o mesmo processo que se dava em nível nacional: a industrialização por meio da substituição de importações, tendo em vista a perda da renda estadual, via sua especialização agrícola (basicamente a monocultura cafeeira, que transferia renda para as regiões industrializadas do país, principalmente São Paulo); e via importação de produtos manufaturados daquelas regiões industrializadas, basicamente de São Paulo. Além disso o Plano visava dar preferência a pequenos e médios empreendimentos e,

[32] Ivo Arzua Pereira atuava como professor do Curso de Engenharia da UFPR (mesma instituição em que Lerner se formou). Companheiro de partido de Ney Braga, após êxito político-eleitoral sobre candidato do PTB, a vitória de Arzua, para Dória, "comprovou o intenso empenho de Ney Braga e de Governo, no qual ele começou a se revelar sobremodo eficaz na utilização do marketing político e da mídia, com realce para a divulgação e a publicidade, implicando bem articulada aplicação de recursos financeiros de monta e de recursos humanos qualificados, dentro e fora do aparelho estadual". (2001, p. 25)

[33] Em nota, Dennison ressalta que há uma associação evidente entre a Sociedade de Artes Gráficas e Mecanográficas Aplicadas às Ciências Sociais (SAGMACS), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o propósito dos governantes desse partido de pautar sua atuação pelo planejamento e pela racionalização. O primeiro governador do país a elaborar um plano de governo foi o de São Paulo (Carvalho Pinto, 1961); o segundo foi o do Paraná (Ney Braga, 1963); ambos os governantes eram do PDC, e os dois planos foram formulados pela SAGMACS. O prefeito de Curitiba, à época da elaboração do Plano Diretor de Curitiba, que previa a criação de um distrito industrial na capital, também era do PDC.

> particularmente, ao capital paranaense. ... Assim para realizar tal projeto, o governo Ney Braga propõe a criação de um órgão, a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná (CODEPAR). Ela foi criada em janeiro de 1962, como uma empresa de economia mista. (OLIVEIRA, D.: 2004, p. 287)

Ao racionalizar a máquina administrativa para capacitá-la como propulsora do desenvolvimento econômico, comprometendo-se com um plano de governo que privilegiara a diversificação econômica, Ney Braga deslancha num ambicioso programa de industrialização. A conseqüência desse processo de racionalização foi conferida "à tecnocracia do Estado considerável dose de autonomia frente ao legislativo Estadual[34]". (OLIVEIRA, D.: 2001, p. 46) É importante considerarmos a ascensão da ideologia desenvolvimentista no plano nacional (Juscelino Kubitschek 1956-1961 e as propostas da Cepal[35]), para compreendermos tal autonomia. No que diz respeito ao político Lerner, para Dória, cabe destacar, que "a atuação política de Jaime Lerner, focaliza o neyismo[36], onde Lerner emergiu e cujos remanescentes em geral tem atuado em favor dos seus êxitos competitivo-eleitorais[37]". (2001, p. 15)

Com a implantação do autoritarismo, em 1964, decorrente de golpe militar que depôs João Goulart (PTB), Presidente da República (substituto de Jânio Quadros que renunciara em setembro de 1961), no Paraná na eleição para o governo sai vitorioso Paulo Pimentel (PTN) para o mandato de 1966-1971; o último dos pleitos diretos para os executivos estaduais. Com a extinção dos partidos existentes e do multipartidarismo

[34] Magalhães menciona que com a ditadura militar os poderes locais perdem boa parte de sua autonomia, sendo suas ações subordinadas às prioridades da União. Neste quadro, na definição do perfil do administrador público prevalece, por sua vez, a idéia de um analista, planejador, realizador. "É no campo da competência técnica, e não da política, que ele busca fundamentar sua legitimidade. Os defensores da 'tecnocracia' partem da suposição que a eficiência do estado é determinada por critérios científicos, e não pela vontade política da sociedade civil". (2001, p. 80)

[35] O que a Cepal defendia era que os países latino-americanos criassem as condições para deslanchar a sua própria industrialização. "Tal processo destinava-se a lograr a auto-suficiência industrial de cada país, iniciando-se pela produção interna dos itens que mais fortemente pesassem na sua pauta de importações (geralmente bens de consumo), estendendo-se depois para todo o parque industrial. .... A ideologia desenvolvimentista e as propostas da Cepal encontraram ressonância entre as elites paranaenses preocupadas com o futuro do estado do Paraná." (OLIVEIRA, D.: 2001, p. 47)

[36] Kunhavalik (2004: p. 294), em seu texto Ney Braga:Trajetória e bases do poder, define o que entende por neyismo: "O neyismo, grupo político ligado a Ney Braga começa a se configurar quando do ingresso deste no PDC, mas é em sua primeira gestão no governo do Estado que o grupo é estruturado. Quando ingressa no PDC, Ney Braga já tinha um projeto político, sendo que para isso precisava constituir um grupo político que ocupasse espaços estratégicos, seja na administração pública, seja em partidos políticos, contribuindo assim para a viabilização de tal projeto. Os membros deste grupo político apresentam um perfil marcadamente tecnocrático e, além disso, alguns deles têm passagens importantes na iniciativa privada, como consultores de empresas nacionais e multinacionais". em seu texto Ney Braga:Trajetória e bases do poder.

[37] O PDC, foi o primeiro vínculo partidário de Jaime Lerner, de forma indireta, já que sua inserção no cenário público se dá dentro do governo de Ney Braga.

institui-se o bipartidarismo através da Arena e do MDB, Ney Braga se filia ao primeiro, de sustentação política do governo militar, como figura exponencial. Segundo Dória, em nível estadual o Governador Paulo Pimentel passou a disputar o comando com Ney Braga, "abrindo uma cisão no situacionismo estadual" (2001, p.25). Destaca ainda que,

> Pimentel, contudo, apoiou Ney Braga na eleição para o Senado (1966), a qual também poderia ratificar a "federalização" da esfera de atuação de seu influente correligionário. De resto, Ney Braga pouco disfarçava sua aspiração de suceder Castello Branco. Contava, para tanto, com sua dupla condição (1) de político eleitoralmente bem-sucedido e (2) de militar que se formara no Curso de Estado Maior do Exército. Nesse tempo, Ney Braga convivera com o próprio Castello, instrutor e dirigente do Curso. (2001, p. 25)

Numa inserção ao desenvolvimentismo industrial, a partir de Ney Braga, em Curitiba começa a ter corpo a idéia de um distrito industrial, acalantada pelos técnicos de planejamento urbano. Em 1965 o APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba) evoluiu em dezembro de 1965 para o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), onde Jaime Lerner continuou a atuar. Em 1968, deixando o cargo, Forte Netto indicou Jaime Lerner para ser o novo e terceiro Presidente do IPPUC[38]. Não há um entrosamento de Jaime Lerner com o Prefeito Omar Sabag, o que o leva a deixar , segundo Dória, "a sua estratégica posição de Presidente do IPPUC[39]". (2001, p. 26)

Mesmo com a saída de Jaime Lerner do IPPUC, neste órgão remanesceram técnicos ligados a ele,

> que na função técnico-gerencial de seu Presidente, tornara-se um influente aglutinador de uma leal equipe, sendo que alguns de seus membros se associaram mais diretamente ao seu contínuo êxito profissional, na área do planejamento urbano, de crescente demanda, em decorrência da acelerada urbanização. Este processo, sabidamente, tem seus requisitos e seus problemas postos como alvos permanentes da mídia, uma vez que se relacionam estritamente com a qualidade de vida de extensos segmentos. Em conseqüência, no caso de Jaime Lerner, a mencionada atuação, eficazmente utilizada, contribui para a projeção e o reconhecimento sociais. (DÓRIA: 2001, p. 27)

Kunhavalik insere Jaime Lerner no grupo de Ney Braga, destacando a participação de membros do neyismo na implantação da Cidade Industrial de Curitiba

[38] Encontrava-se a frente da administração municipal Omar Sabbag, antecederam Lerner na Presidência do IPPUC Jair Leal e Luiz Forte Netto.

[39] Jaime Lerner se desloca para o lado de Paulo Pimentel que com a posse do General Arthur da Costa e Silva substitui Ney Braga na preferência presidencial, desmantelando-se as relações entre os dois caciques do arenismo paranaense.

no início dos anos 1970. Quando prefeito de Curitiba pela segunda vez, em 1980, ao receber uma homenagem da Associação dos Empresários da Cidade Industrial de Curitiba – AECIC, o título de "Personalidade AECIC", Jaime Lerner afirmou:

> Para mim é duplamente significativa esta homenagem. Primeiro porque quem a recebeu antes de mim foi o ministro Karlos Rischbieter, a quem o Paraná deve muito do que hoje pode mostrar em termos de industrialização e a quem a História deste país há de fazer justiça como um dos mais lúcidos e corajosos homens públicos que tivemos. Certamente ainda poderemos contar – seja no setor privado, seja no setor público – com a contribuição de sua inteligência. (...) Esta homenagem também quero dividir com Mauricio Schulmann, que quando Secretário da Fazenda teve papel preponderante nos primeiros passos da CIC, e certamente com Cássio Taniguchi, que na URBS viabilizou este empreendimento (...) O que parecia ser um ideal de visionários, quando a CIC foi lançada, é hoje uma certeza inquestionável e irreversível. (...) Quando lançamos a Cidade Industrial de Curitiba, naturalmente apresentamos aos empresários fatos, dados e números que deram o que pensar; mas também os convidamos a sentir o que". significava integrar a sua indústria à vida de uma cidade como Curitiba, que vivia então a alegria de descobrir-se a si mesma. (2004, p. 290)

Em sua atuação cabe ainda destacar, que Jaime Lerner desempenhou a função de Prefeito[40] (gestão iniciada em março de 1971) escolhido por Haroldo Peres (da ARENA e antes da UDN). Além de se destacar um mercado relativamente acanhado em especialidade de planejamento urbano, o que para Dória, leva Jaime Lerner "naturalmente a divisar como única possibilidade de ascensão: a de se transformar de assessor e dirigente de instituto de planejamento urbano em alto executivo do setor público, começando pelo cargo de Prefeito[41]". (2001, p. 28) Posse do vice-governador assegurada pela influência de Ney Braga, o que demonstra o seu fortalecimento político com a Presidência pós Médici: com Geisel[42].

> Um dia cheguei ao Palácio do planalto e, conversando com o Dr. Leitão de Abreu, chefe da Casa Civil do Presidente Médici, ele disse que estava com dúvidas quanto à posse do vice-governador, por causa da doença. Nesse momento alguns políticos paranaenses, Accioly, Mattos Leão e eu, se não me esqueço de ninguém, articulamos intensamente para que Parigot assumisse. Cheguei a conversar com o general Orlando Geisel, ministro do Exército, e com o próprio leitão de Abreu. (KUNHAVALIK: 2004, P. 355)

[40] Ocupando cargo de confiança no situacionismo paranaense, não mais localizado no PDC (e no PTN), mas sim na ARENA, "braço civil-partidário do autoritarismo vigente". (DÓRIA: 2001, p. 27)

[41] Destaca-se ainda a surpreendente capacidade de Jaime Lerner de se manter até o final do mandato de Prefeito quando Peres foi obrigado a renunciar ao cargo sob suspeita de corrupção, conforme acusação de um empresário de obras públicas. Substitui Peres o Vice-Governador Parigot de Souza (Ex-Presidente da COPEL, designado por Ney Braga – 1961). Com a prematura morte de Parigot assume dois integrantes do séqüito de Ney Braga: o engenheiro Emílio Hoffmann Gomes (Deputado Federal pela ARENA), e, para Vice-Governador Jayme Canet Júnior (ex-estudante de engenharia, que se dedicava à vida empresarial sem o escudo do diploma universitário).

[42] O General Ernesto Geisel tomou posse em 15 de março de 1974, quando também Ney Braga foi empossado no ministério da educação e Cultura. (KUNHAVALIK: 2004, p. 362)

Terminado seu mandato como Prefeito, Lerner é convidado a trabalhar no Rio de Janeiro como Presidente da fundação para o desenvolvimento da região Metropolitana (FUNDREM), sob indicação do Ministro do Planejamento Reis Veloso. Jaime Lerner fica apenas trinta e cinco dias à frente da FUNDREM, sabendo da sua exoneração através do noticiário veiculado pela mídia. Com relação a atuação de Jaime Lerner no Rio de janeiro, foi revelado pela imprensa carioca, "que ele não aceitava o controle imposto pelo Governador Almirante Faria Lima e pelo então Secretário do Planejamento, Ronaldo Costa Couto, além de enfrentar a ciumeira de Marcos Tamoyo, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro". (DÓRIA: 2001, p. 30)

Depois de se manter como ministro de Ernesto Geisel, Ney Braga voltou ao Governo do Paraná (mandato 1979-1983). Jaime Lerner foi nomeado pelo novo Governador para o cargo de Prefeito de Curitiba, "tendo seu nome, pela segunda vez, referendado pela Assembléia Legislativa para a mesma função". (DÓRIA: 2001, p. 31) Kunhavalik destaca,

> Jaime Lerner, que já ocupara o mesmo cargo no início dos anos 70. Antes da indicação de Jaime Lerner, Ney Braga solicitou a Saul Raiz para que este permanecesse como prefeito de Curitiba. Mas Saul Raiz afirma que não poderia aceitar, tendo em vista que um dos proprietários da empresa Klabin, Israel Pinheiro, fora indicado para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro, e que só aceitaria se Saul Raiz voltasse para a empresa. Então, a escolha do governador foi pelo nome do arquiteto Jaime Lerner. (2004, p. 379)

Cabe lembrar que no período de 1979-1980 é restituído e implementado o multipartidarismo fruto da transformação jurídico-política do sistema partidário eleitoral. No Paraná, a ARENA se transformou no PDS, sob o comando de Governador do Estado. O MDB deu origem ao PMDB. DÓRIA destaca que,

> Ney Braga não conseguiu incorporar uma importante ala do neyismo, que atuava na ARENA, liderada pelo ex-Governador Jaime Canet Júnior e pelo Senador Affonso Alves de Camargo Netto, os quais organizaram a seção paranaense do PP.Ambos estiveram por longo tempo integrados no neyismo e eram próceres partidários proeminentes, mas, num processo de ruptura no seio da elite do poder, insurgiram-se contra o protagonismo de Ney Braga. Com a inviabilidade do PP, em nível nacional, houve a sua incorporação pelo PMDB. Em conseqüência, canet e Camargo Netto vieram assumir papel decisivo nas eleições de 1982, as primeiras sob o signo do neomultipartidarismo, quando Ney Braga (candidato ao senado) e o candidato do PDS a Governador (Saul Raiz) foram derrotados pelos candidatos do PMDB (respectivamente, por Álvaro Dias e por José Richa). (2001, p. 31)

Podemos afirmar que desde a sua inserção política no neyismo, Jaime Lerner se encontra entre o tradicionalismo político, cuja expressão o apoio do Governador Munhoz da Rocha evidenciara, e que ainda, por outro lado, também refletia a ideologia desenvolvimentista industrialista que embalara a ascensão do grupo liderado por Ney Braga. Basta lembrarmos que é sob o governo de Ivo Arzua Pereira (PDC, 1962-1966) que Jaime Lerner se insere na administração Municipal. Sua preocupação reflete esta ideologia quando de 20 a 28 de março de 1966 a prefeitura promove o I Seminário para o Desenvolvimento Industrial de Curitiba, organizado com a participação e o apoio de órgãos e empresas estaduais, a exemplo da Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná – CODEPAR[43] (depois transformada no Banco de desenvolvimento Econômico do Paraná – BADEP[44]) e da Companhia de Energia Elétrica – COPEL[45] (depois transformada na Companhia Paranaense de Energia).

Para Dória, Jaime Lerner ao especializar-se e já estar atuando no planejamento urbano, acabou por inserir-se nas "mutações associáveis ao binômio industrialização-urbanização, tendo participado do referido Seminário, que recomendou a implantação do Distrito Industrial do Barigui". (2001, p. 34) Dennison de Oliveira ao tratar da reforma urbana e industrial na cidade de Curitiba destaca que:

> A preocupação das elites dirigentes de Curitiba com a industrialização foi o principal fator no desencadeamento da discussão e adoção do atual Plano Diretor (1966). De fato, foi o desejo de criar um distrito industrial na capital do Estado que levou os poderes públicos a perceberem a necessidade de se dotar Curitiba de um plano que orientasse o crescimento da malha urbana. O resultado foi o surgimento do atual plano Diretor de Curitiba que previa, desde o início, a reserva de uma área considerável da cidade para a instalação de plantas industriais. Originalmente chamada de Distrito Industrial, passou depois a ser conhecida como a Cidade Industrial de Curitiba (CIC). (2001, p. 59)

[43] Criada em 1962, tinha como alavanca o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), voltaram-se tanto para a criação de uma infra-estrutura propícia à industrialização, quanto ao financiamento direto às industrias. No que se refere à infra-estrutura, a ênfase recaiu sobre energia e transportes, que segundo Dennison de Oliveira, "era exatamente o mesmo atendimento às prioridades definidas pelo governo Kubitschek e sucessivos governos militares (1964-1985)". (2001, p. 49)

[44] A transformação da CODEPAR no Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP) ocorreu em 1970. "Renunciando a qualquer veleidade de competir com o núcleo do capitalismo industrial (São Paulo) em todo e qualquer ramo, e desistindo dos intentos de 'democratizar' o capitalismo, o BADEP irá priorizar na sua política de financiamentos as empresas dos ramos de atividade nos quais o Paraná apresentava evidentes vantagens comparativas com relação a outros estados da federação, bem como que tivessem uma dimensão na sua escala de produção capaz de suportar a concorrência." (OLIVEIRA, D.: 2001, p. 53)

[45] Fundada em 1954.

O Decreto do Prefeito Arzua Pereira (10.10.1967) fixou os limites da área escolhida para o projeto. A idéia, entretanto, não foi implementada e somente se deu "a partir de 1973, com base em um projeto de zoneamento urbano, sistema viário e uso do solo elaborado pelo escritório de projetos de Jorge Whilhen, que havia sido contratado especificamente para essa tarefa." (OLIVEIRA, D.: 2001, p. 59) Ficando, portanto, à gestão de Jaime Lerner à implantação do empreendimento.

O Fundo de desenvolvimento Econômico (FDE), criado pelo Governo do Estado (1962) e administrado pela CODEPAR (depois BADEP), destinava seus recursos para investimentos na infra-estrutura (energia elétrica e rodovias) e para financiamentos a indústrias. "Os urbanistas da prefeitura se preocupavam em enquadrar o esperado surto industrial nas linhas do planejamento urbano da capital paranaense, desde então a mais expressiva concentração, no Paraná, de atividades urbanas (indústrias e serviços)." (DÓRIA: 2001, p. 35) Foi a partir da ótica da conveniência de integrar o planejamento urbano de Curitiba com o desenvolvimento industrialista paranaense que começou a tomar a idéia da futura Cidade Industrial de Curitiba (CIC), acalantada no IPPUC.

Dennison de Oliveira, ao fazer um resgate histórico do urbanismo curitibano, vê na criação da Cidade Industrial de Curitiba uma agressiva política de atração de investimentos industriais. "O objetivo era aproveitar as vantagens comparativas da cidade nas áreas de transporte, comunicação e infra-estrutura urbana, somadas à concessão de generosos subsídios, para atrair um volume de novos investimentos industriais que mudasse a face da economia urbana, assegurando o desenvolvimento da capital". (2000, p. 54) Esse plano foi segundo o autor, implantado, em sua totalidade durante o período de 1971-1983, o que corresponde às administrações dos prefeitos da ARENA (Aliança Renovadora Nacional) Jaime Lerner (1971-1975 e 1979-1983) e Saul Raiz (1975-1979). "Essas administrações incorporaram ao Plano original algumas contribuições fundamentais para viabilizar sua implementação. Dessas, as mais importantes são o Sistema Trinário, o Plano Massa e a Rede Integrada de Transportes" (2000, p. 54)

> Cabe salientar que a sua parte essencial – vias estruturais com o sistema trinário, criação da Cidade Industrial de Curitiba, pedestrianização do centro, criação do setor histórico, parques e áreas verdes, ônibus expressos, etc. – teve sua implementação imposta numa única gestão: a do primeiro mandato de Jaime Lerner como prefeito. De fato, em poucos anos essa gestão idealizou e materializou as estratégias de intervenção no espaço

> urbano previsto no Plano Diretor da cidade. E assim fazendo, ela garantiu de antemão que as reformas seriam irreversíveis. Com efeito, a administração de Saul Raiz deu continuidade e consolidou as intervenções precedentes, as quais foram mais uma vez confirmadas com a segunda gestão de Jaime Lerner. (2000, p. 57)

A origem de Jaime Lerner é a burocracia estatal, não a partidária. Foi possível observar que na conjuntura política brasileira, a partir de meados dos anos de 1960, sobretudo, a partir do golpe militar, onde esteve sempre presente o autoritarismo, este revelou uma das suas faces: a valorização dos técnicos e a sua conseqüente colocação em postos antes considerados de natureza política, tal como o de prefeito das capitais dos Estados[46].

Mais do que compreender a origem deste ator político, é importante considerar, como Mainwaring, sobre como se formam os sistemas partidários, o papel do Estado e das elites políticas na construção dos sistemas partidários. Em especial, no nosso caso, o brasileiro, é impossível compreender a formação dos sistemas partidários e as dificuldades para institucionalizá-los sem uma cuidadosa atenção ao papel das elites políticas e dos líderes estatais.

2.2.1 JAIME LERNER: O DESEMPENHO FRENTE AO PODER EXECUTIVO NO ESTADO DO PARANÁ

Jaime Lerner vai trabalhar ao lado de Brizola, que ocupava o cargo de Governador do Rio de Janeiro, (foi celebrado contrato de prestação de serviço com a empresa "Jaime Lerner Planejamento Urbano"). Esta aproximação de Brizola representou o seu desligamento do PDS (em junho de 1983) de Ney Braga, bem como a posterior aproximação (filiação) ao PDT, o que para Dória representou "sua militância partidária efetiva" (2001, p.47), saindo do âmbito da burocracia estatal para um comando partidário no Paraná, "lance estratégico-tático propiciado pelo retorno do país à experiência de multipartidarismo." (2001, p. 47) Reforça esta idéia Kunhavalik, para o

[46] Como bem demonstra Kunhavalik, o próprio Ney Braga mantém em seu grupo político um perfil marcadamente tecnocrático. Entre os motivos enunciados pelo autor, para a derrota de Ney Braga (PDS) às eleições ao Senado em 1982 pode ser atribuído ao caráter essencialmente técnico do governo Ney Braga. "Norton Macedo, uma das expressões do neyismo comenta: 'Foi o governo técnico e, por ter sido um governo técnico, talvez tenha sido prejudicado politicamente, pois tecnicismo do governo foi esse exagero técnico do governo. (...) Se tivesse sido um governo mais político, menos técnico, talvez o resultado das eleições de 82 fosse outro'." (2004, p. 391)

qual a “passagem [de Lerner] pelo PDT, sempre esteve ligado ideologicamente ao setor mais conservador da política paranaense representado pela antiga ARENA/PDS e atualmente condensada em vários partidos como PFL, PTB, PPB entre outros”. (2004, p. 403)

Jaime Lerner, mesmo com a sua mudança de partido não logra êxito nos pleitos de 1985 (disputa para prefeito de Curitiba) e 1986 (disputa para o Governo do Estado), mesmo contando com a seção paranaense do partido de Leonel Brizola, e de continuar contando com o apoio de Ney Braga e de seu partido[47].

> Nas eleições para o governo do Estado de 1986, Ney Braga apoiou as candidaturas de Alencar Furtado e Jaime Lerner (como vice), contra a candidatura vitoriosa do PMDB, encabeçada por Álvaro Dias. Nas eleições municipais de 1988, Ney Braga e seu grupo apóiam a candidatura do Deputado federal Airton Cordeiro, do PFL, para a Prefeitura de Curitiba. Mas aos poucos dias das eleições, três candidatos (Algaci Túlio do PDT, Airton Cordeiro do PFL e o ex-Senador Enéas Faria do PTB) desistem da candidatura, em favor de Jaime Lerner, do PDT.

Já nas eleições de 1988, Jaime Lerner se destaca, saindo vitorioso, prevalecendo sobre o situacionismo peemedebista. Este sucesso de Jaime Lerner marca o início de uma nova fase de sucessivas vitórias eleitorais que se estende a membros do seu séqüito, em disputas relativas, em especial, a cargos do poder Executivo[48]. Para nossa análise nos deteremos aos seus dois mandatos no Poder Executivo do Estado do Paraná em 1994 e 1998, bem como com a sua relação com os movimentos sociais, em especial o que marcou a formação social contra a venda da Copel, resultando na Ação de Iniciativa Popular contra a venda da Companhia.

No ano de 1990, a disputa pelo Governo do estado se dá entre Martinez (do PRN, cujo líder era Collor), Richa do PSDB (partido que se formara como uma dissidência do PMDB, identificando-se com a social-democracia européia e com o parlamentarismo), Requião (ala autêntica do PMDB) e, ainda que com pouca expressividade numérica, mas com forte organização partidária, o PT. Esses três

[47] Ainda destaca Kunhavalik que “Jaime Lerner formou-se politicamente na escola do neyismo e no período da ditadura militar, tendo sua projeção política feita pelas mãos de Ney Braga. A sua passagem pelo PDT de Leonel Brizola foi apenas uma estratégia política, visto que não há nenhuma proximidade ideológica entre ambos. Mas Lerner retorna formalmente ao antigo leito, ingressando no PFL (Partido da Frente Liberal.” (2004, p. 403) É importante considerar que a partir de 1985 passa a existir um grande esforço de sobrevivência do neyismo: “A ditadura militar vai chegando ao fim, e Ney Braga acompanha seu declínio”. (2004, p 391)

[48] Em 1992 Jaime Lerner teve papel decisivo na eleição de seu sucessor o engenheiro Rafael Greca de Macedo (PDT).

últimos perfazem 44,2% dos votos contra 25,7% de Martinez. E, no segundo turno, Requião vence com 44,2% dos votos, contra 35,1% conferidos a Martinez.

No ano de 1994, vence, já no primeiro turno, Jaime Lerner, inscrito pelo PDT, e identificado naquele momento com Leonel Brizola, "além de gozar de grande popularidade por ter sido o prefeito que se responsabilizou por um arrojado projeto urbano na capital." (MAGALHÃES: 2001, p. 107) Não devendo ignorar, que coopera também para a sua vitória o apoio do PSDB[49]. Acrescenta Dória,

> Após o registro na mídia, a composição da chapa Jaime Lerner-Emília Belinati, em junho – importante mês de campanha da eleição "casada" para o Poder Executivo (\presidente da República-Governador do Estado)-, Leonel Brizola (PDT), candidato a Presidente, estaria manifestando irritação com Jaime Lerner – candidato a Governador do Paraná pelo seu partido. Lerner somava, ao apoio recebido do PSDB, o aparecimento público ao lado de Fernando Henrique Cardoso, candidato da coligação PSDB-PFL-PTB. Por outro lado, o PFL (que apoiava Lerner) se preocupava com um "meio acordo" entre FHC e Álvaro Dias (PP), apoiado pelo PMDB. No Paraná, Cardoso se inclinava a subir em dois palanques. ... Com respeito ao pleito presidencial, as posições dos dois principais candidatos ao governo do Paraná eram registradas e comentadas na mídia. Álvaro Dias (PP) aderira a FHC e Jaime Lerner (PDT) – além de procurar beneficiar-se com o fato de que os principais partidos da coligação federal (PSDB e PFL) o apoiavam e com a popularidade conquistada por Cardoso com o Plano Real – insistia que sempre defendeu a união entre o PDT e o PSDB, "que tinham que estar juntos". O uso do Plano Real por Lerner é evidenciado por declaração tipicamente eleitoral: estaria dando certo em função da confiança despertada na população, a exemplo do que havia acontecido com Jaime Lerner ns Prefeitura de Curitiba. (2001, p. 64)

É importante destacar que Isabel Cristina Couto, em sua dissertação, comentando a vitória de Jaime Lerner em outubro de 1994, observa: "encontramos grande parte dos empresários do GEC [Grupo Empresarial de Curitiba] como financiadores da campanha". Sua dissertação tem como objetivo resgatar a ação política empresarial do GEC, no período 1990-1998. Considerando o período de 1988 a 1994, são estudadas duas gestões da Associação Comercial do Paraná (ACP), em cuja Diretoria atuaram membros do GEC. Quanto à etapa subseqüente (1994-1997), a autora procura descrever "os novos direcionamentos dados à economia brasileira e paranaense como um todo, a partir das eleições de 1994, e as estratégias de que o GEC lançou mão para influenciar esses processos". (COUTO: 1998, p.4)

Cabe frisar, como demonstra Dória, que o feito competitivo-eleitoral de Jaime Lerner, em 1994, deu-se em confronto direto com o ex-Governador Álvaro Dias (Partido

[49] É esse o ano em que Fernando Henrique Cardoso, pelo PSDB, vence as eleições para presidente, tendo como carro-chefe de sua campanha a estabilização da moeda (conquistada pela intervenção estatal) e um programa inspirado no ideário social-democrático. No Paraná, ele obtém 50,2% dos votos.

Progressista (PP), que deixara o Governo (1990) com altos índices de popularidade e concorria em aliança com o PMDB de Roberto Requião, que, em mesmo pleito, alcançou maciça votação para o Senado. A segunda vaga para essa Casa do Congresso foi conquistada por Osmar Dias (PP), irmão de Álvaro Dias. Vale dizer que os dois candidatos ao senado apresentados pela coligação pró-Jaime Lerner – Hélio Duque (PSDB) e José Carlos de Carvalho (PTB) – não foram eleitos. "Verifica-se, portanto, que a vitória de 1994 continuou a ter, para Lerner, um apreciável sabor de triunfo pessoal. Acresce que a mesma vitória se deu contra um candidato até então destacadamente bem-sucedido nas urnas e apoiado pelo PMDB, partido até então hegemônico no Paraná." (2001, p.67)

A ponte responsável por aproximar, ainda na campanha eleitoral, os candidatos a Presidência da República, Fernando Henrique Cardoso, e o Governador do Paraná, Jaime Lerner, ficou ao encargo do PSDB – de Richa e de Schwartz -, coadjuvado pelo PFL. Destaca-se Deni Schwartz que integrou o primeiro secretariado de Lerner, assumindo a Secretaria dos Transportes, que

> estava ciente e bem informado a respeito das tendências de descentralização e de privatização no setor, as quais se irradiavam a partir do governo Federal, neste incluídas as tecnoburocracias ligadas à política econômica e aos investimentos infra-estruturais. Na eleição de 1994, o ex-Ministro dos Transportes e alto prócer da seção paranaense do PSDB encaixou-se como uma luva num Governo que se prometia com o ambicioso projeto Anel de Integração, de todo destinado a gerar dividendos eleitorais. (DÓRIA:2001, p. 70)

Assim com a participação de Schwartz, o Paraná pôde ser a primeira unidade da Federação a firmar convênio com a União, estabelecendo a transferência para o governo estadual da gestão ou administração de rodovias federais. No que se refere à política econômica, o neoliberalismo se imporia ao Brasil, (a partir da completude da transição democrática que se dava com a vitória de Fernando Collor de Mello em 1989) como já vinha ocorrendo entre outros países[50]. "Inaugura-se aí uma nova etapa na

[50] Fernando Collor de Mello deu início a uma política neoliberal. Boito Jr, esclarece que o "neoliberalismo além de tardio no quadro latino-americano, tem encontrado mais dificuldade para avançar do que em outros países do continente. Foi o governo FHC que, na segunda metade da década de 1990, logrou radicalizar a política neoliberal e recuperou, em parte, o atraso: esse governo não só deu novo e forte impulso às políticas de abertura comercial, de desindustrialização., de desregulamentação e de privatizações, como também vem reduzindo, um ano após outro, os gastos sociais." (1999, p. 86) Ainda, para Magalhães, não foi "a plena aceitação do ideário neoliberal que levou Collor ao poder. Os resultados daquele pleito refletiam muito mais o efeito do enorme marketing político daquele candidato". (2001, p. 109)

história da política nacional, a qual podemos denominar de enxugamento da máquina estatal, ou, como prefere Habermas (1988), a falência do Estado de Bem-Estar Social." (MAGALHÃES: 2001, p. 101)

Couto e Abrucio em artigo intitulado "O segundo governo de FHC: coalizões, agendas e instituições", analisam o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso, do ponto de vista dos condicionantes políticos ao encaminhamento da agenda de políticas públicas. No caso dos atores, Couto e Abrucio procuram verificar como orientam seus cursos de ação, interagindo por meio de acordos, negociações, coalizões e conflitos. Quanto à agenda o foco dos autores se detém sobre a agenda de política econômica e as reformas institucionais a ela relacionadas. Consideramos é praticamente impossível compreendermos a atuação do Governador Jaime Lerner sem levarmos em consideração a sua relação com o Executivo federal. Nesse sentido, Couto e Abrucio explicam os motivos da coalizão:

> Uma bem sucedida política antiinflacionária tornava-se um importante recurso de poder para seus patrocinadores, facilitando a vitória eleitoral num primeiro momento e a construção de coalizões num segundo. A partir da posse, em 1º de janeiro de 1995, a preservação dos sucessos iniciais do real e seu prosseguimento eram apresentados como prioridade máxima, não do governo, mas do país. Sendo assim, passou-se a defender como sinal de responsabilidade política a adesão e o apoio à agenda do Plano Real, que implicava sustentar também reformas estruturais apontadas como vinculadas à estabilidade de longo prazo. Isso, por um lado, reduzia o campo de manobra da oposição, por outro, amortizava substancialmente os custos da adesão ao governo e, conseqüentemente, da entrada na coalizão governamental. (2003, p. 276)

Em 1997, Jaime Lerner deixa o PDT de Brizola, "acompanhado por todos os secretários estaduais pertencentes à legenda, pelo prefeito Cássio Taniguchi, pelo Vice-Prefeito Algaci Túlio, por 19 dos 25 secretários municipais filiados ao partido e por dez vereadores." (DÓRIA: 2001, p. 78) O PFL passa a acolher, além de dar sustentação ao governo federal, o então Governador Jaime Lerner. Quanto à escolha do partido, Dória demonstra a recusa do PSDB paranaense na filiação do Governador Jaime Lerner expressa na figura de seu ex-rival Álvaro Dias, então no comando do PSDB. A partir da saída de Jaime Lerner do PDT e o seu ingresso no PFL (1997), Dória (2001)[51] procura evidenciar um nítido processo de queda na aprovação popular, do então Governador.

[51] Este processo de queda é analisado a partir de dados de avaliação popular do governo Jaime Lerner realizado pelo instituto Datafolha a partir de 1996. Para maiores detalhes ver obra citada.

A reeleição de Lerner se dá em 1998[52], desta vez já filiado ao PFL, "programaticamente de direita", (MAGALHÃES: 2001, p. 107) contra Requião, candidato que "representava a união das esquerdas naquele momento, ainda que arcando com o ônus do esfacelamento do PMDB". (MAGALHÃES: 2001, p. 107) Pode-se observar que, embora vitorioso, a margem de votos em relação ao seu opositor foi menor.

Tendo em vista os valores investidos pela empresa Inepar na campanha para o governo do Estado e, também na campanha de Cássio Taniguchi (5% do montante de recursos arrecadados para Jaime, e 6% na de Taniguchi), Oliveira analisa se existe algum tipo de identificação entre esta com as propostas do grupo político ligado ao governador Jaime Lerner[53]. É importante, destacarmos esta relação, posto que Oliveira encontra possíveis ligações de políticas públicas desenvolvidas pelo governo Lerner a determinados empreendimentos desta empresa. "Tão logo teve início o atual governo, foi aprovado na Assembléia Legislativa do estado um projeto de lei que autorizava a Copel a se associar a empresas privadas como acionista minoritária na execução de projetos nas áreas de produção e distribuição de energia elétrica". (2001, p. 71)

Portanto, torna-se patente o vínculo do Governador Jaime Lerner com as propostas programáticas defendidas pelos partidos de sustentação do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Reforçando de forma salutar o distanciamento ideológico de Jaime Lerner com o PDT, levando-se ainda em conta, a imensa proporção com que este passa a se alinhar (entrosar) na coligação Cardoso, e posteriormente no Governo Fernando Henrique Cardoso (motivos já expostos acima por Couto e Abrucio). O caso

[52] Para Dória este ano se encerrou para Lerner com uma queda na avaliação popular de seu governo que não o impediu de ser reeleito no primeiro turno, como sucedeu com outros governadores e do Presidente da República, na primeira experiência brasileiro-republicana de aplicação legal de concorre a reeleição, por parte dos ocupantes de chefias do poder Executivo. "Deve-se salientar, porém, que a eleição no primeiro turno foi nitidamente favorecida pela desistência de Álvaro Dias em concorrer e por sua concomitante opção por candidatar-se ao Senado, dentro dos interesses da campanha de Fernando Henrique Cardoso para a Presidência da República". (2001, p. 91)

[53] Com certeza, não seria imprudente afirmarmos que esta postura do Governador Jaime Lerner nos permite caracterizar seu governo como um governo neoliberal. É impossível não perceber o impacto dessa lei sobre o processo de privatização do setor energético paranaense defendido pelo então Governador Jaime Lerner. O raciocínio de Dennison de Oliveira, bem reflete a importância do vínculo do poder Executivo ao setor privado, no que diz respeito em especial a Copel: "Na prática, tal lei aboliu o monopólio da geração e distribuição de eletricidade no estado, que, por meio da compra e pagamento das encampações, cabia a Copel. Como resultado dessa lei, a Copel se associou à Inepar, na condição de acionista minoritária, para executar a obra da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, projeto que alguns observadores consideram altamente lucrativo e isento de riscos. Nesse sentido, não se justificaria a participação do setor privado, tão pouco a divisão dos lucros entre este e a Copel. Quando se planejou a construção de um gasoduto destinado a trazer gás natural da Argentina para o Paraná, uma vez mais as entidades inicialmente responsáveis pela obra foram a Inepar e a Copel, esta última novamente na condição de acionista minoritária." (2001, p 71-72)

citado por Oliveira, bem como os demais episódios ocorridos no Governo Jaime Lerner, tendem a ratificar tal entrosamento tanto com Fernando Henrique Cardoso como com a elite "conservadora" descendente da ARENA que o gerara. Pode-se destacar, ainda episódios que suscitaram críticas ao governo Lerner tais como: o da Renault, o tratamento dispensado pelo Governador Jaime Lerner às ocupações de propriedades rurais colocando em linha cruzada os representantes da UDR (União Democrática Ruralista) e o MST, e, da sua promessa de campanha "Anel de Integração" (sistema rodoviário) e "aqui cabe acrescentar que as concessionárias de rodovias iriam cobrar pedágio (contrapartida a investimentos e gastos com a conservação)." (DÓRIA: 2001, p. 86)

Com relação a sua relação com o Fórum Popular Contra a Venda da Copel o Governador Jaime Lerner[54] sofre um sério desgaste diante da reiterada tentativa de privatizar a empresa. Apesar de buscar através de seus discursos enfocar que a desestatização da Copel era a única do país que teria os recursos direcionados para a área social, e que a população iria reconhecer a importância da privatização da empresa para o desenvolvimento do Paraná. "Nem toda medida é popular no início. Mas, com transparência em todo o processo, a opinião pública vai sendo esclarecida e terá posição favorável". (Lerner, in: "Recursos vão para área social", Jornal do Estado 22/08/2001) E defender que se tratava de privatizar para solucionar o problema financeiro do Estado: "Não estamos resolvendo um problema desta administração e sim solucionando questões dos próximos governos". (Lerner, in: "Recursos vão para área social", Jornal do Estado 22/08/2001)

As entidades que corporificaram o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, conseguiram levantar enxurradas de ações que pediam o cancelamento da venda e tantas outras relacionadas à gestão da Copel, além de levar o debate à toda sociedade sobre os prós e os contra da privatização. Nas palavras de um dos participantes, o vereador André Passos (PT) "a decisão do governador foi racional, embora obtida a

[54] É interessante destacar que o Governador Jaime Lerner acreditava na possibilidade de a venda da Copel reverter o quadro político que desgastara a sua imagem, como um dos meios para melhorá-la bem como refletir também na imagem dos seus aliados, abalada e corroída com o processo de privatização da empresa. O que fez o líder do governo, Durval Amaral (PFL), assegurar que a verba obtida com o leilão seria fundamental para que o governo consolidasse sua base de apoio no interior do Estado e na Assembléia: "Agora nós é que vamos partir para o ataque. Vamos usar as mesmas táticas que os norte-americanos estão empregando no Afeganistão. Atacaremos a oposição por ar e por terra. Os deputados que arcaram com o ônus de apoiar a privatização não aceitam mais do que 32 parlamentares na base".

fórceps", (Passos, "Lerner desiste de vender a Copel", Gazeta do Povo de 26/01/2002), isto após trinta e sete meses de tentativa. O anúncio do fim do processo de privatização só ocorreu em 25-01-2001. Perguntado sobre o impacto da atitude do Governador Jaime Lerner nesse início de ano eleitoral, (tratava-se de ano eleitoral, 2002) Passos apontou que o desgaste já ocorreu e é irreversível. "As conseqüências eleitorais já foram definidas desde a votação do projeto de lei de iniciativa popular, em setembro, na Assembléia Legislativa". (Passos, "Lerner desiste de vender a Copel", Gazeta do Povo de 26/01/2002) O desgaste enfrentado pelos governos Lerner foi drástico, e teve efeito inclusive sobre a sua base de apoio, pois muitos desses deputados governistas ficam de fora da Assembléia Legislativa no próximo pleito, o de então 2002.

Apenas esboçamos um dos reflexos que se estabeleceu na relação que envolveu o executivo, Lerner e o Legislativo em relação ao Fórum Popular em Contra a Venda da Copel, que passamos a tratar mais detalhadamente, no terceiro capítulo, ao o tratarmos como um Movimento Social.

2. 3 A COMPOSIÇÃO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

É importante salientarmos que para a nossa análise consideramos relevante determo-nos somente no episódio da votação do projeto de Iniciativa Popular contra Venda da Copel[55]. Em primeiro lugar por se tratar de delimitar nosso trabalho, e em segundo lugar por considerarmos este episódio importante marco na história da Assembléia Legislativa, bem como do Estado do Paraná. Segundo Oliveira, "além de marcar a história da Assembléia, também foi um divisor d'águas na política do Paraná. As duas bancadas se consolidaram na Assembléia, e o futuro político dos Deputados também. Foi também o uso constante de manobras regimentais como vários encaminhamentos para adiar a votação e as derrubadas de quorum para não se votar o projeto".(2002, p. 321)

Em um primeiro momento tratamos de relacionar todos os Deputados Estaduais[56], a partir das eleições de 1998, que compõem a 54ª legislatura, destacando

---

(AMARAL, in: Governo aposta na venda da Copel para melhorar imagem, 30/10/2001, Gazeta do Povo pg. 11)

[55] O primeiro projeto de iniciativa popular do Poder Legislativo – a autorização para a venda foi dada pelos deputados em 1998 (lei 12355).

[56] Esta relação segue dados do livro: Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do século XXI, Autor e Organizador Dr. Ricardo Costa de Oliveira, Curitiba: APUFPR-Ssind, 2002. Optamos em destacar

os deputados: Ademar Traiano – 1996-1998 (PTB), Alborghetti – PTB, Algaci Ormário Túlio – PTB, Ângelo Vanhoni – PT, Antonio Annibelli – PMDB, Antonio Belinati – PSL, Augustinho Zucchi – PSDB, Antonio Carlos Barater – PSDB, 1998 (1º Suplente de Dep. Est.), Basílio Zanusso – PFL, Beto Richa – PST, Carlos Simões – PTB, César Seleme – PPB, Cesar Silvestri – PPS, Chico Noroeste – PFL, Cleiton Kielse – PFL, Custódio da Silva – PFL, (Ficou como suplente da Coligação Um só Paraná e assumiu durante algum tempo o mandato de Dep. Est.); Duílio Genari – PPB, Edgar Bueno – PDT, Edno Guimarães – PSL, Pastor Praczyk – PL, Edson Strapasson – PMDB, Élio Rusch – PFL, Fernando Ribas Carli – PPB, 1986 (suplente de dep. Est.), Geraldo Cartário – PSL, Hermas Brandão –PTB, Hermes Fonseca – PT, Hidekazu Takayama – PSB, (substituído pelo dep. Nelson Tureck), Irineu Colombo – PT, José Durval Amaral – PFL, Fernando Guimarães – PSC 1994 (4ª suplência na candidatura de Dep. Est.), 1998 (1ª suplência, assumindo em 19/12/2001), José Maria Ferreira – PSDB, Luciana Rafagnin – PT, (suplente); Luiz Accorsi – PTB, Caíto Quintana – PMDB, Luiz Carlos Martins – PSL, 1990, 1994 (PFL), 1998 (suplente da AL pelo PFL), 1999 (fevereiro até junho – assume a vaga de Dep. Geraldo Cartário), Luiz C. Zuk – PDT, Luiz Fernandes (Litro) – PSDB, Marcos Isfer – PPS, Milton Puppio – PSC, Moyses Leônidas – PPB, Neivo Beraldin – PSDB, Nelson Garcia – PFL, Nelson Justus – PTB, Nereu Moura – PMDB, Nelson Tureck – PSDB, Orlando Pessuti – PMDB, Péricles Mello – PT, Plauto Miro – PFL, Renato Gaúcho – PSDB, Ricardo Chab – PTB, Ricardo Maia – PSD, Serafina Carrilho – PL, Sérgio Spada – PSDB, Tiago Amorim – PTB, Valdir Rossoni – PTB, Waldyr Pugliesi – PMDB.

A composição das bancadas na Assembléia Legislativa do Paraná no processo de votação do primeiro projeto de iniciativa popular, marcou neste momento um divisor de águas delineando uma batalha política, de um lado a bancada governista e do outro a oposição.

A partir disto à base de sustentação política governista passou a contabilizar um total de 27 Deputados Estaduais[57], que votariam pelo arquivamento do projeto de

somente, a atual legenda. Para análise mais detalhada da trajetória política dos deputados consultar a obra citada. Ver tabela em anexo.

[57] Ademar Trajano (PTB), Carlos Simões (PTB), Luiz Accorsi (PTB), Valdir Rossoni (PTB), Nelson Justus (PTB), Basílio Zanusso (PFL), Moyses Leônidas (PSB), Cleiton Kielse (PFL), Durval Amaral (PFL), Élio Rusch (PFL), Nelson Garcia (PFL), Plauto Miró Guimarães (PFL), Nelson Turek (PFL), Cezar Seleme (PPB), Duílio Genari (PPB), Fernando Ribas Carli (PPB), Edno Guimarães (PSL), Geraldo Cartário (PSL), Luiz Carlos Martins (PSL), Divanir Braz Palma (PST), Ricardo Maia (PSB), Hidekazu Takayama (PSB),

iniciativa popular contra a venda da Copel, que eram contrabalançados pelos Deputados Estaduais[58] de oposição, favoráveis a aprovação do projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel, num total de 26.

Ambas as partes, bancadas de sustentação governista e oposição ao governo, realizaram várias manobras regimentais como vários encaminhamentos para adiar a votação, e a derrubada de quorum para não se votar o projeto. Deve-se considerar que esta luta política faz parte do jogo democrático, bem como de certa forma o garante. Passamos, então a demonstrar algumas dessas manobras, bem como na medida do possível os interesses por trás delas, e posteriormente a conseqüência para ambos os lados.

2.3.1 AS MANOBRAS POLÍTICAS ENTRE DEPUTADOS DE OPOSIÇÃO E DEPUTADOS GOVERNISTAS

A primeira votação do primeiro projeto de iniciativa popular[59] do Poder legislativo que pretendia impedir a privatização da Copel, foi marcada pelo "combate" interno e externo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Além de se destacar por ter sido o primeiro projeto de iniciativa popular da Assembléia Legislativa, também se destacou por ter sido a sessão mais longa da história da Assembléia Legislativa do Paraná. Ela se iniciou no dia 14 de agosto de 2001 as 14:30 horas e terminou as 13:00 horas do dia 15 de agosto de 2001, após a ocupação da Assembléia Legislativa por estudantes, professores, funcionários públicos e diversos manifestantes, proibidos de participar da sessão. Durou mais de 22 horas e não teve votação. O clima de combate ocorreu, como veremos adiante no capítulo terceiro, dentro com a disputa entre oposição e base governista, e fora da Assembléia Legislativa por conta dos conflitos entre manifestantes e policiais.

Miltinho Puppio (PSC), Luiz Fernades Litro (PSDB), Ricardo Chab (PTB), Antonio Carlos Belinati (PSL), Luiz Carlos Alborghetti (PTB).

[58]Algaci Tulio (PTB), Cezar Silvestri (PPS), Marcos Isfer (PPS), Augustinho Zuchi (PSDB), José Maria Ferreira (PSDB), Serafina Carrilho (PL), Neivo Beraldin (PSDB), Renato Gaúcho (PSDB), Tiago Amorim (PTB), Ademir Bier (PMDB), Antonio Anibelli (PMDB), Caíto Quintana (PMDB), Edson Strapasson (PMDB), Nereu moura (PMDB), Orlando Pessuti (PMDB), Waldyr Pugliesi (PMDB), Tony Garcia (PPB), Ângelo Vanhoni (PT), Hermas Fonseca (PT), Irineu Colombo (PT), Luciana Rafagnin (PT), Eli Ghellere (PDT), Luiz Carlos Zuk (PDT), Pastor Edson Praczyk (PL), Chico Noroeste (PFL), Sérgio Spada (PSDB). Não votou Hermas Brandão (PTB) então o presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

O mais impressionante foi o número de manobras empreendidas por ambos os lados, oposição e base governista. Além da pressão realizada pelo Fórum sobre os deputados da base do governo, que mobilizou a população paranaense sobre a importância da Copel e a indicação do voto de cada deputado, havia a pressão exercida pelos deputados contrários a venda na tribuna da Assembléia Legislativa. Como resultado desta pressão a oposição conseguiu modificar a posição de voto de dois deputados da base de sustentação do governo: Tiago Amorim (PTB) e Chico Noroeste (PFL), além da deputada Serafina Carrilho (PL).

Cabe lembrarmos que o jogo de manobras já tinha sido utilizado no quando da votação da lei que autorizava o governo a privatizar a Copel em 1998. Relembra o episódio reportagem do Jornal Gazeta do Povo, ("Projeto que autoriza venda foi aprovado em 98, In: Gazeta do povo 19/08;2001, pg. 22") interessante notar que em relação a primeira votação da lei 12.355 que autorizou o governo a vender a Copel, 4 deputados mudaram de posição à primeira votação: Zucchi (PSDB), César Silvestri (PPS), Neivo Beraldin (PSDB) e Sérgio Spada (PSDB). O projeto foi aprovado pela então Deputada Irondi Pugliesi (PPB), esposa de Deputado Waldir Pugliesi (PMDB), líder da oposição contra a venda na segunda votação. Os deputados Zucchi e Cesar Silvestri garantiram que não votaram favoráveis à venda, apesar do nome dos dois constarem da ata da 42ª sessão extraordinária, dia da votação. "Eu e Silvestri não votamos à favor. Estou com a consciência tranqüila e mesmo se tivesse votado pela venda da Copel, diria que mudei de idéia agora", (Zucchi. In: Gazeta do povo 19/08;2001, pg. 22") "Não tem essa história de não votou, o que manda é o que está escrito na ata", era o que valia para o Deputado Luiz Accorsi (PTB). (Accorsi, In: Gazeta do povo 19/08;2001, pg. 22"). O deputado Luiz Carlos Zuk (PDT), também da oposição, não compareceu no dia da votação, assim como dois governistas que apóiam a privatização: Nelson Garcia (PFL) e Nelson Justus (PTB).

Já em novembro de 1998, quando da votação da segunda discussão do projeto do governo do Estado sobre a privatização da Copel, o projeto foi aprovado pela maioria, sendo as emendas da oposição (15), derrubadas pela maioria governista. Determinou o Presidente Aníbal Khury (PFL) a época, que o plenário fosse

[59] Ação popular é a ação utilizada para anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente a ao patrimônio histórico e cultural, proponível por qualquer cidadão (Art. 5º, LXXIII, da Constituição Federal; Lei 4.717, de 29/06/1965).

transformado em Comissão Geral. A manobra serviu para evitar que as emendas tivessem que voltar para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para ser analisadas. Com a estratégia governista, foi possível aprovar o projeto, mesmo depois da oposição ter tentado alterá-lo. A intenção de Khury era convocar uma sessão extraordinária para a mesma tarde da segunda aprovação pela maioria governista, para votar o projeto na terceira e última discussão. O regimento interno da Assembléia Legislativa prevê que haja um intervalo, conhecido como interstício regimental, de 48 horas, entre a segunda e terceira votação. Para Khury a tramitação estava encerrada e a lei pode ir para a sanção do governador Jaime Lerner (PFL). Com o projeto aprovado em mãos, ficava mais fácil a liberação do empréstimo de R$1,2 bilhão do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O governo precisava do dinheiro para latrear o Fundo de Previdência e manter em dia o salário dos servidores.

Com relação a votação do projeto em 2001, os “operadores do governo”, como eram denominados os deputados da base governista no jornal O Estado do Paraná (In: PSDB analisa privatização da Copel, de 08/04/2001) tentaram através de emenda ao Regimento Interno da Casa proibindo o retorno à pauta de votações de matérias no mesmo ano em que foram arquivadas. Pelas regras do período do Regimento Interno, a oposição poderia resgatar os dois projetos - um do bloco e o outro do líder do PPB, a época Tony Garcia, no momento que considerasse mais oportuno.

À volta desses projetos representavam a liderança do governo uma posição desconfortável e quase refém da oposição na polêmica discussão, venda ou não da Copel. A volta dos projetos à pauta poderiam estimular novas rebeliões entre os aliados e levar o governo a se envolver em exaustivas negociações para aglutinar a sua base. O objetivo da emenda, visava eliminar definitivamente essa discussão da pauta da assembléia. A princípio, os articuladores governistas pensaram em embargar o arquivamento para forçar a votação do projeto. Tática desencorajada pelo então Presidente da Assembléia Legislativa Hermas Brandão (PTB), “do ponto de vista regimental a manobra da oposição é correta e a Mesa Executiva não vai recusar o arquivamento” (Brandão, O Estado do Paraná. In: PSDB analisa privatização da Copel, de 08/04/2001).

Os Deputados de base do governo, e o líder do Governo Durval Amaral (PFL), ameaçaram mas não apresentaram a emenda, talvez desmotivados pela necessidade de cerca de trinta votos. Além de ser necessário convencer os aliados de que o governo

iria garantir sua maioria, através do compromisso de liberar verbas e distribuir cargos para os deputados. Outra manobra utilizada pelo governo, mas que oscilava entre alguns aliados receados que depois de privatizada a Copel, o governo esquecesse o acordo[60].

Em relação ainda a base do governo, a manobra que garantiu o regime de urgência para a votação de projetos que pretendiam obstruir a desestatização da Copel, foi comemorada como uma vitória. Para Amaral "foi uma demonstração incontestável de unidade. Daqui para frente o governo vai ter uma base sólida de apoio para defender seus projetos e propostas"[61]. (Amaral, In: O Estado do Paraná. In: PSDB analisa privatização da Copel, de 08/04/2001) A primeira providência da oposição foi a retirada de pauta dos três projetos contra a privatização da Copel.

Por outro lado, a disputa entre oposição e governo, se acirrava na medida que a oposição necessitava de 28 votos para aprovar o projeto para derrubar a autorização concedida em 1998 para vender a estatal. Nesse sentido as manobras iam das emendas ao corpo-a-corpo entre os políticos, em especial a oposição que procurava aliciar os deputados que apoiavam o governo, em especial os que demonstravam certa vulnerabilidade na sua convicção. O líder do PMDB, a época afirmou em entrevista que "as conversas com quatro deputados da base aliada evoluíram, e a bancada oposicionista que contava com 24 votos, pode chegar a 28". (MOURA, Nereu. Projeto da Copel pode ser votado em agosto. In: Folha do Paraná, 19/07/2001) Os nomes dos prováveis adeptos a oposição não foram divulgados para "evitar o assédio e a retaliação do Palácio Iguaçu". (MOURA, Nereu. Projeto da Copel pode ser votado em agosto. In: Folha do Paraná, 19/07/2001) Neste momento, o líder do governo calculava contar com 31 votos.

Entre os motivos para oposição querer que o projeto fosse a plenária no início de agosto, podemos destacar a necessidade de tempo hábil para tentar derrubar o veto do

[60] O que também explicaria a imensa vulnerabilidade dos aliados, que ora eram a favor do projeto de iniciativa popular, ora eram contra.

[61] Em maio por exemplo, cabe destacar o recuo do governo ao seu objetivo de barrar a apresentação do projeto de iniciativa popular contra a privatização da companhia de Energia (Copel). Temendo um desgaste ainda maior o líder do governo na assembléia legislativa, Durval Amaral (PFL), foi a tribuna anunciando que iria congelar temporariamente a tramitação de seu projeto de resolução, permitindo que o projeto popular e a proposta do Deputado Tony Garcia (PPB) fossem votados. Para ele o governo tinha a maioria e conseguiria derrubar os projetos que revogam a autorização do estado para vender a empresa de energia. Confiando também que esta mesma maioria garantiria a aprovação das mudanças no Regimento Interno previstas no seu projeto. (In: Governo desiste de barrar projeto popular. Folha de Londrina, 30/05/2001)

governador Jaime Lerner (PFL), pois o prazo para o chefe do executivo vetar um projeto era de 15 dias úteis após o recebimento do texto. Portanto antes do recesso de julho, e antes também do calendário já aprovado para a abertura do leilão.

Em contrapartida a retirada da oposição dos três projetos que revogavam ou alteravam a lei de venda da Copel, e que foram arquivados por iniciativa dos próprios autores, funcionou pra estes como uma manobra estratégica. A justificativa oficial da oposição para pedir o arquivamento dos projetos era que a manobra regimental foi utilizada como uma forma de ganhar tempo para mobilizar a sociedade em relação ao assunto e investir nas tentativas de convencimento de alguns governistas a mudar de opinião sobre a venda da Copel. Ainda, torciam os deputados oposicionistas que ocorresse uma nova desorganização da base aliada que havia sido recomposta pelo Palácio Iguaçu às custas de exaustivas costuras políticas e de um pacote de compromissos assumidos pelo governo.

Pois ao protelar a discussão sobre o tema Copel, a aposição acreditava ainda, em esfriar o processo de negociação política entre governistas e palácio Iguaçu comprometendo a solidez do bloco de apoio ao governador Jaime Lerner (PFL). Logo, "tirando o tapete dos governistas porque acabamos com a pressão deles sobre o governo" (PUGLIESI, Waldyr. Oposição muda estratégia para impedir privatização, In: Gazeta do povo, 15/04/2001), a conseqüência seria a de que o Palácio Iguaçu não teria mais urgência em atender aos pedidos da base aliada e a lentidão do processo poderia reascender o descontentamento da base, que tinha pressa para assistir na prática os acordos feitos pessoalmente por Jaime Lerner.

Portanto as investidas da oposição que marcaram os meses de março e abril, foram favorecidas pelo clima de instabilidade política no bloco de apoio ao governo. Com o respaldo de governistas, foram derrubados vetos do governador e aprovados projetos e requerimentos contrários aos interesses do Executivo. Daí, diante do já exposto, a apresentação de um projeto de iniciativa popular ser a tática que mais ganhou força entre a oposição. "Queremos coletar 60 mil assinaturas para poder entrar com o projeto, que terá mais chances de ser aprovado do que um projeto assinado por qualquer um de nós". (PUGLIESI, Waldyr. Oposição muda estratégia para impedir privatização, In: Gazeta do povo, 15/04/2001)

Outras ações foram também estudadas pela oposição, "um caminho viável seria tentar aprovar um requerimento pedindo regime de urgência para o projeto que propõe

plebiscito" (PESSUTI, Orlando. Oposição muda estratégia para impedir privatização, In: Gazeta do povo, 15/04/2001).

Outro fato interessante, que se não cabe ser chamado de manobra levanta dúvidas, é o fato de a oposição ter presença marcante na comitiva de deputados que fariam um "tour" pela Europa a convite da FAEP, a partir do dia 17 de agosto de 2001. Orlando Pessuti (PMDB), Ângelo Vanhoni (PT), Ademir Bier (PMDB) e Augustinho Zucchi (PSDB) estavam na lista dos contemplados com a viagem. No mínimo a inclusão dos deputados da oposição na comitiva levanta uma dúvida: se a pressa deles em votar o projeto impedindo a venda da Copel é parte da estratégia para definir rapidamente o assunto ou se é para garantir o embarque. Esta viagem recebeu menção no Jornal Estado do Paraná de 25 de julho de 2001.

Mais incidentemente ao dia da votação do projeto de iniciativa popular[62] as manobras mais evidentes se caracterizaram de acordo com reportagem do Jornal do Estado 21/08/2001 – Pg. A3, era composta por uma lista de irregularidades: pressões contra parlamentares, compra de votos favoráveis à privatização, descumprimento do regimento interno. Uma das principais irregularidades apontadas foi a manobra que permitiu a substituição de Custódio da Silva (PFL) pelo Secretário dos transportes, Nelson Justus (PTB). Custódio, suplente de Justus, havia afirmado dias atrás que era contra a privatização, mas votaria a favor da venda da empresa por não ser dono do mandato[63]. Logo após a sua afirmação, Justus já exonerado temporariamente da secretaria, assumiu a vaga na Assembléia legislativa para votar com o governo. Para o bloco de oposição, Justus não poderia ter participado porque a votação já estava em

[62] O projeto de iniciativa popular foi a mais longa sessão da Assembléia Legislativa. Ocorreu em duas datas, a primeira em 14 de agosto de 2001, e a segunda em 20 de agosto de 2001. O debate em torno da sessão de 20 de agosto ser uma continuidade ou uma nova sessão foi objeto de ação judicial entre outras ações que envolveram a votação, algumas foram cassadas mas em especial decisão contrária ao governo, tramitou no Tribunal de Justiça decisão contrária ao governo dada, no dia 30 de novembro, pelo desembargador Clotário Portugal Neto, do Tribunal de Justiça. Ele concedeu liminar num mandado de segurança ajuizado pelo Deputado Caíto Quintana (PMDB). A decisão anulou a sessão da Assembléia que votou o projeto de iniciativa popular que proibiria o governo do estado de vender a Copel. O desembargador alegou vícios no processo de votação e considerou inválido o voto do secretário de Transportes, Nelson Justus (PFL), que, na última hora, substituiu o suplente Aparecido Custódio da Silva (PFL). Com essa decisão, o projeto deve ser votado novamente. A votação do projeto popular - que teve 140 mil assinaturas - aconteceu em 20 de agosto, e foi marcada por irregularidades, autoritarismo e violência. A base aliada ao governador Jaime Lerner conseguiu barrar a matéria por 27 votos a favor da venda e 26 contra. Decisão derrubada pelo governo.

[63] Também o jornal Gazeta do povo de 15/08/2001, expunha a manchete: Secretário Nelson Justus (PFL) reassume o mandato no lugar do suplente Custódio da Silva.

andamento quando a sessão foi suspensa na quarta-feira (15/08/2001). “Vamos recorrer para anular a sessão, pois essa manobra para incluir o Justus é totalmente ilegal”, afirmou o líder das oposições, (PUGLIESI, Waldyr. In: Jornal do Estado 21/08/2001 – Pg. A3)

Anteriormente, a sessão de 20 de agosto de 2001, outro fato que também pode ser destacado como uma manobra é marcado pelo episódio Litro, destacava o jornal Gazeta do Povo de 15 de agosto de 2001: “Episódio Litro: oposição acusou a base do governo de ‘prender’ o deputado Litro na sala da liderança”. Cabe relembrar que esta sessão foi interrompida pela ocupação da assembléia legislativa por manifestantes impedidos de adentrar na Casa legislativa, isto com certeza, como já foi dito no início evidenciava uma grande tensão dentro e fora da assembléia Legislativa.

Destaca-se ainda o pedido da Mesa Executiva (Dep. Hermas Brandão PTB) que havia pedido esvaziamento das galerias, perto da meia noite. Os deputados de oposição fizeram isolamento na entrada da Assembléia Legislativa para impedir a entrada da Polícia Militar – essa era a quinta paralisação dos trabalhos neste dia 14 de agosto de 2001, quando ainda havia 12 deputados inscritos para falar. Esta atitude dos deputados visava garantir a votação ou ganhar tempo para obter sucesso com seu retardamento.

Entre as táticas, o coordenador executivo do Fórum, descreve a principal para não sair a sessão, ou se saindo a sessão para anulá-la,

> Aquela semana ia ter a votação desse projeto, acontece que na regulamentação desse dispositivo da Constituição tem um artigo que prevê, que o 1º subscritor do projeto de iniciativa popular é quem tem que fazer a defesa na Tribuna. Na verdade como eu tinha assinado por 1º, apenas porque estava coordenando o movimento, tinha que fazer a defesa do projeto de iniciativa popular. Acontece que você tem que ser notificado, então você não tem idéia do drama que foi ficar escondido numa sala, dentro da Assembléia Legislativa em que algumas pessoas, apenas duas pessoas, dois deputados sabiam que eu estava lá, porque eu não podia aparecer. Porque se eu aparecesse o Presidente podia dizer ‘passo a palavra ao subscritor, ao 1º subscritor para fazer a defesa’, aí sacramentava a formalidade, mas ao mesmo tempo eu não poderia ficar muito longe porque poderia ser que de repente tivesse que encontrar uma saída. Porque o grande argumento que se colocava, aliás, um dos principais argumentos que se colocava, é que não podia haver a votação sem o autor, o 1º subscritor fazer.... Mas aí vinha todo aquele argumento, mas como? A imprensa toda sabia que era hoje, o mundo inteiro sabia, era uma estratégia estabelecida, discutida. (FRIEDRICH, 2005)

Outro fato que o coordenador do Fórum levanta, que para nós também demonstra ou melhor se caracteriza como uma manobra foi a prorrogação da sessão

por tanto tempo, cerca de 22 horas, o que forçaria a votação definitiva para encerrar o assunto para o governo. E por outro lado, envolvia também a ação do Fórum preocupado com a falta de manobra para suspender a sessão ou adia-la.

> Só que aquela coisa do parlamento, que tem aquela base de obstrução vai e leva, e todo mundo se inscreve para falar sobre o primeiro, daí se inscreve para falar sobre o segundo e tinha gente que não se agüentava mais, rouco, rouco. A gente tinha previsto aí que vem a coisa, que o auge da votação ia se dar na manhã seguinte, ia se suspender à sessão por causa da noite, tal. E aí vem a base governista, o presidente da Assembléia Legislativa acho que foi posinânime nisso, ou intencionalmente. Não teve essa consideração e aí a coisa chegou às 6 da manhã, 7 da manhã, e não tinha mais jeito vai votar mesmo, e já não tinha mais jeito. E já tinham passado a palavra para uma pessoa falar em nome do movimento, a pessoa não subiu e aí como o regimento prevê fala o outro campo. O outro foi lá e falou e como já tivesse fechado, não tinha mais jeito, não tinha mais o que apelar. Nós sabíamos que os estudantes tinham previsão de chegar às 9 horas e pouco. Mas ia chegar, o quê? Daqui a pouco chega aquele grupo de estudantes que tava previsto chegar, mais das escolas daqui e algumas de fora e eles entraram, e ocuparam e foi providencial porque não tinha mais do que 45 minutos uma hora no máximo para tentar o que seria possível tentar ainda, para obstruir o processo de discussão e votação. (FRIEDRICH, 2005)

No dia 20 de agosto de 2001, em relação ao projeto de iniciativa popular[64] a batalha política concede a vitória ao governo. A Assembléia Legislativa do Paraná rejeitou por 27 votos a 26 o projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel. Este episódio foi marcado por parte da oposição ao governo, pela tentativa de protelar a votação alegando descumprimento do regimento interno, irregularidade no retorno de Nelson Justus, que deixou a secretaria de transportes para reassumir seu lugar de deputado fazendo com que Custódio da Silva (favorável a oposição) voltasse à suplência, falta de decoro parlamentar dos deputados Moyses Leônidas (PSB) e Nelson Turek (PFL), que teriam dado entrevistas afirmando que estavam favoráveis à privatização em troca de benefícios para seus municípios. O próprio deputado Chico Noroeste Chico noroeste PFL, em entrevista a Folha do Paraná de 21 de agosto de 2001, confessou ter sido procurado pelo governo do estado diversas vezes e ter recebido a oferta de obras em Foz do Iguaçu, como a de um hospital que ele estaria pleiteando desde o início do seu mandato.

Diante da derrota na votação do projeto popular contra a privatização da Copel, a oposição tentou reapresentar o projeto de José Maria Ferreira (PSDB) arquivado em 14

[64] Os deputados de resistência contra a venda da Copel realizam em 19/08/2001, missa na Catedral Basílica Nossa Senhora da Luz, seguida de Culto Evangélico na Assembléia de Deus Central de Curitiba,

de agosto de 2001, que propunha a realização de um plebiscito sobre a revogação da lei que autorizou em 1998 a privatização. Barrado pela bancada governista que alegava que a iniciativa de reapresentar projetos que foram arquivados fere o regimento Interno. "Não se pode tratar do mesmo assunto no mesmo período legislativo. Projetos sobre a Copel nem devem ser mais recebidos pela Mesa Executiva da Casa", vice-líder do governo. (TRAIANO, Ademar. In: "Proposta da oposição reabre discussão sobre a Copel", Gazeta do povo, 23/08/2001). O Regimento Interno da Casa previa que: 1.) são necessárias 28 assinaturas para desarquivar qualquer projeto, 2.) não se pode tratar do mesmo assunto no mesmo período legislativo. Dos 27 governistas apenas 4 estavam nesta sessão, os demais deputados se encontravam em viagens ao interior para recorrer as bases eleitorais.

Após os impasses que marcaram a segunda votação do projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel, como os confrontos entre manifestantes e policiais do lado de fora chamaram a atenção de Deputados Federais[65] presentes à sessão. Como narra o deputado federal de Alagoas (PPS), para ele "o que nós vimos aqui será relatado à Câmara Federal. Isso poderá ser usado posteriormente para que uma ação seja aberta questionando os procedimentos violentos adotados" (CAVALCANTI, Régis. In: Gazeta do povo, 21/08/2001). Diante deste fato a oposição[66] pós-votação se vê diante de um meio, uma manobra para questionar a votação.

Outro recurso pós-votação foi o empreendido pela oposição, que tentou anular a sessão usando fitas cassete e de vídeo com conversas gravadas que comprovariam a pressão do governo e compra de votos (em troca de obras e verbas) de deputados pelo governo: Nelson Turek (PFL), que tem base eleitoral em Campo Mourão, segundo José Maria Ferreira (PSDB), Turek teria feito um pronunciamento em Campo Mourão sobre a

---

como forma de pressionar os deputados da situação, Gazeta do povo, 18/08/2001. O que também não deixa de ser uma forma de pressionar os mesmos diante da sociedade, logo uma manobra da oposição.

[65] A oposição alega que a presença de deputados federais e senadores para acompanharem a sessão de (20/08/2001) votação do projeto de iniciativa popular que suspende a venda da Copel , pedido feito através de cartas, que também foram enviadas para Luís Inácio Lula da Silva (presidente de honra do PT), e Leonel Brizola, (líder na época) nacional do PDT. De acordo com o líder do PMDB na Assembléia, Nereu Moura, a medida foi tomada para evitar que os governistas tentem qualquer manobra para atrasar a sessão. (In: "Senadores prometem acompanhar votação", Gazeta do Povo, 18/08/2001)

[66] No dia 20 de agosto de 2001 na votação do projeto houve, cerco policial em torno da Assembléia Legislativa, restringindo o acesso às galerias a representantes do movimento antiprivatização. Estes atos serviram de fundamento para ações judiciais contestando a legalidade da sessão, defenderam os Deputados da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal. Grupo formado pelos deputados Régis Bitencourt (PPS/AL), Rubens Bueno (PPS) e Florisvaldo Fier (PT). (In: "Comissão de Direitos Humanos fará denúncia", Jornal do Estado 21/08/2001 Pg. A3)

venda da empresa, Moyses Leônidas (PSB) da sustentação do governo, afirmou que para apoiar a venda da empresa de energia, queria que fossem viabilizadas obras em seu reduto eleitoral (região de Londrina), ter direito a indicações na administração estadual e apoio na criação de uma CPI para investigar as Universidades Estaduais do Paraná. Mais a questão acima do Chico noroeste (PFL). Por outro lado, o governo, nega que tenha havido compra de votos. O secretário-chefe da casa civil, Alceni Guerra, argumenta que, para ter condições de liberar recursos para os municípios precisa dos recursos da Copel. “Não barganhamos nem fazemos negociação isolada com os deputados. São negociações com a base, o Estado só pode liberar recursos se recuperar sua capacidade de investimentos. E eles estão entendendo o recado” (GUERRA, Alceni. In: “Oposição quer anular sessão”. Folha do Paraná, 21/08/2001)

Apesar das várias manobras realizadas pela base de sustentação do governo e por parte da oposição, contrários a venda da estatal, o desfecho dado pela disputa entre os deputados da Assembléia Legislativa garantiu a vitória política do governo, que viu o projeto de iniciativa popular contra a venda da privatização da Copel ser arquivado. Para o Governador do Estado, Jaime Lerner esta batalha resultou no desgaste da sua imagem, que também atingiu a imagem dos deputados da sua base. Fato que, em muito contribui para que alguns deputados obtivessem insucesso no pleito de 2002.

CAPÍTULO III

MOVIMENTO SOCIAL EM DEFESA DA COPEL

Os movimentos sociais são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais. Colocam atores específicos sob as luzes da ribalta em períodos determinados. Com as mudanças estruturais e conjunturais da sociedade civil e política, eles se transformam. Como numa galáxia espacial, são estrelas que se acendem enquanto outras estão se apagando, depois de brilhar por muito tempo. São objeto de estudo permanente. Enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão, haverá lutas, haverá movimentos.

(Gohn)

3.1 MARCO TEÓRICO SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS

Existe um extenso debate e vários dilemas sobre a delimitação do que engloba a definição de movimentos sociais. Analisaremos as de Gohn e Castells, num primeiro momento. O nosso ponto de partida neste capítulo é buscar um conceito de movimento social, é importante salientarmos que não pretendemos fazer uma historiografia dos movimentos sociais, daí porque partimos do conceito, para compreendermos como ele se organiza, suas características e especificidades na América Latina e no Brasil dos anos de 1990, período que uma tendência que delineia o movimento social em defesa da Copel.

Ainda, consoante a contribuição teórica, procuramos dar especial atenção às de Touraine e de Boaventura. É importante destacarmos que não há uma pretensão de formar um quadro único, rígido, fechado em si mesmo, permeado por uma única e exclusiva concepção. Por isso, apesar de Gohn nos informar sobre os vários paradigmas teóricos que embasaram os movimentos sociais, procuramos dar a nossa análise um “ar cosmopolita”, aberto, sem necessariamente admitir um paradigma norte-americano ou europeu estanque, fechado a outras contribuições. Por isso, acreditamos poder considerar todas as correntes sem estigmatizá-las.

O livro “O Poder da Identidade” está voltado à análise dos movimentos sociais, diante do que, Castells destaca o questionamento da existência do Estado-Nação, arrastando “para o epicentro da crise a própria noção de democracia política, postulado

para a construção histórica de um Estado-Nação soberano e representativo."(2001, p. 18) Castells vê o mundo globalizado, concentrado fundamentalmente nos movimentos sociais e na política, "como resultante da interação entre a globalização induzida pela tecnologia, o poder da identidade (em termos sexuais, religiosos, nacionais, étnicos, territoriais e sociobiológicos) e as instituições do Estado."(2001, p. 18)

Castells define os movimentos sociais como "ações coletivas com um determinado propósito cujo resultado, tanto em caso de sucesso como de fracasso, transforma os valores e instituições da sociedade", ainda para ele, não existem movimentos sociais "bons" ou "maus", progressistas ou retrógrados. Estes são reflexos do que somos, dos caminhos de nossa transformação, "uma vez que a transformação pode levar a uma gama variada de paraísos, de infernos ou de infernos paradisíacos".(2001, p. 20)

É importante estarmos atento à diferença entre papéis e identidades[67], o primeiro organiza funções, enquanto que o segundo organizam significados. "Defino significado como a identificação simbólica, parte de um ator social da finalidade da ação praticada por tal ator". (2001, p. 23)

Gohn em sua obra, "Teorias dos Movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos", procura suprir a lacuna existente na literatura brasileira sobre o estudo das teorias a respeito dos movimentos sociais. Gohn os elenca em modelos/paradigmas[68], dividindo-os em: Paradigma norte-americano, paradigmas europeus sobre os movimentos sociais, e o paradigma latino-americano. Para o nosso

[67] Castells propõem três formas e origens de construção de identidades: "1. *Identidade legitimadora*: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais, tema este que está no cerne da teoria de autoridade e dominação de Sennett, e se aplica a diversas teorias do nacionalismo. 2. *Identidade de resistência*: criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo, assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos, conforme propõe Calhoun ao explicar o surgimento da política de identidade. 3. *Identidade de projeto*: quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social. Esse é o caso, por exemplo, do feminismo que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabeleceram." (2001, p. 24)

[68] Gohn define o que compreende por paradigma: "Para nós um paradigma é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social. Esta explicação deve diferir da de outros paradigmas. T. Kuhn (1962), físico responsável pela difusão mundial do termo, afirmou que na ciência um paradigma surge toda vez que é difícil envolver novos dados em velhas teorias" (2004, p. 13).

trabalho, entretanto, destacaremos alguns pontos a cerca do paradigma latino-americano, e num segundo momento alguns pontos sobre os movimentos sociais no Brasil. Os demais paradigmas serão tratados quando necessário for para a compreensão do paradigma latino-americano e a situação dos movimentos sociais no Brasil.

3.2 CARACTERÍSTICAS E ESPECIFICIDADES DOS MOVIMENTOS LATINO-AMERICANOS

Gohn alerta sobre as dificuldades de se falar de um paradigma latino-americano sobre os movimentos sociais. Para ela é mais uma colocação estratégica do que real. O que existe é um paradigma bem diferenciado de lutas e movimentos sociais, na realidade concreta, quando comparado com os movimentos europeus, norte-americanos, canadenses etc., e não um paradigma propriamente dito.

Podemos evidenciar que na América Latina os modelos teóricos produzidos pelos europeus e nos Estados Unidos têm longa tradição. A teoria sobre a modernização que proliferou nos anos 50 e 60 partia de modelos comparativos entre os processos históricos ocorridos nos países de industrialização avançada e a América Latina, para citar um dos exemplos. Para Gohn ela levou a abordagens evolucionistas e etapistas, e a diagnósticos equivocados.

> A "questão da marginalidade social" foi tratada como um problema cultural a ser resolvido por intermédio de processos da educação formal ou com o tempo – quando o país se desenvolvesse ou o "bolo" econômico-desenvolvimentista crescesse. A maioria das teorias elaboradas pela CEPAL (Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina) estava fundada naquele paradigma dualista de interpretação da realidade social: uma face moderna e outra atrasada. A contribuição daqueles estudos para a compreensão da realidade latino-americana estava na ênfase que se atribuía à participação social dos indivíduos (vistos isoladamente), como parte do processo de integração social. Destacam-se os trabalhos de Germani (1966) sobre a participação das populações recém-migrantes nas zonas urbanas e o de Solari (1966) com respeito à zona rural, assim como a participação dos estudantes na época. Lipset (1967) também deve ser citado enquanto um dos autores que influenciaram vários trabalhos em toda América Latina. (2004, p. 212)

O foco principal destes estudos partia de um estudo sobre as elites e os processos de desenvolvimento. Estudavam-se as estruturas do Estado, dos partidos políticos, a composição das elites etc. Os grupos populares só eram citados enquanto

elementos de integração àqueles processos mais amplos, com uma abordagem essencialmente behavorista, de busca de assimilação dos valores e modos de comportamento às sociedades desenvolvidas.

Neste contexto a teoria da dependência elaborada por Cardoso e Falleto[69] (1970) chamou a atenção, justamente, para as especificidades da América Latina, argumentando que nela o desenvolvimento deveria ser visto no contexto da dinâmica global da economia. Criou-se uma outra via que fugia do dilema etapista/dualista da teoria da modernização e do determinismo da teoria do imperialismo, onde tudo era interpretado como mera conseqüência das diretrizes econômicas dos países dominantes.

A teoria da dependência possibilitou releituras tanto da realidade como das teorias existentes, abrindo caminho para a análise crítica das várias correntes da teoria da marginalidade feita por Kowarick (1975). A análise que se chegou foi a de que os marginais eram produtos do próprio modelo capitalista implantado nos países subdesenvolvidos; o problema não era integrá-los ou não – como afirmava a teoria da modernização a respeito da marginalidade – mas entendê-los dentro da lógica do próprio processo de acumulação, pois eles – pessoas alijadas do mercado formal de trabalho, atuando junto ao setor de serviços – desempenhavam um papel estratégico para esta mesma acumulação.

Assim a marginalidade passou a ser analisada a partir de então não somente como resultado de processos de exclusão, mas também como condição prévia à acumulação, num processo de superexploração da força de trabalho nos centros urbanos e de disponibilidade de um grande exército de reserva de mão-de-obra desqualificada, oriunda do campo – dado o processo de desagregação das relações socioeconômicas neste setor. O campo sempre foi um celeiro disponível para repor continuamente os trabalhadores da cidade, ou para complementar os ciclos da produção na cidade por meio de expedientes na economia informal que barateavam os custos da própria reprodução da força de trabalho. Neste cenário, as principais lutas sociais se desenrolavam ao redor dos sindicatos – atrelados à estrutura estatal, mas

[69] "Mas este deslocamento em busca das especificidades ocorreu num momento de militarização generalizada da América Latina, quando a democracia foi interrompida por golpes militares,. Este fato veio a orientar a centralidade do olhar daquela teoria para o estado, para a nova ordem social e os mecanismos de controle da sociedade, para o planejamento econômico das tecnoburocracias estatais etc." (GOHN: 2004, p. 213)

com poder de interlocução entre os trabalhadores da economia formal, os empresários e o Estado.

3.2.1 UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA A ANÁLISE DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA – O QUE É UM MOVIMENTO SOCIAL?

Na teoria ou na prática todos têm uma representação do que seja um movimento social. Esta representação sempre envolve um coletivo de pessoas demandando algum bem material ou simbólico.

Para análise dos movimentos sociais Gohn adverte que não se pode afirmar que existam teorias bastante elaboradas a seu respeito, mas sim um número razoável de estudos específicos e uma diversidade de paradigmas explicativos. Parte dessa dificuldade se dá pela multiplicidade de interpretações e enfoques sobre o que são movimentos sociais. Para Gohn,

> Quando indagadas sobre suas simpatias ou identificações com alguns movimentos sociais (pela paz, antinucleares e ecológicos), têm pouca dificuldade em identificar o que é um movimento social, ao contrário dos cientistas sociais. Isto porque tais pessoas tentam para uma das dimensões dos movimentos, a do conteúdo da demanda em si. Elas vêem o movimento como um todo homogêneo, a partir da imagem que suas ações projetaram na sociedade. Tal não ocorre com os cientistas sociais, que necessariamente devem abarcar outras dimensões, tais como suas crenças, valores, diferenças internas etc., e a dimensão das ações e eventos em si ou, em nosso entendimento, as práticas sociopolíticas desenvolvidas. (2004, p 243)

As diferentes interpretações sobre o que é um movimento social na atualidade decorrem, de três fatores principais: 1) mudanças nas ações coletivas da sociedade civil, no que se refere a seu conteúdo, suas práticas, formas de organização e bases sociais; 2) mudanças nos paradigmas de análise dos pesquisadores; 3) mudanças na estrutura econômica e nas políticas estatais. Resulta dessas alterações que um conjunto díspar de fenômenos sociais tem sido designado como movimentos sociais. Na tentativa de esclarecer a questão, criaram-se novas taxionomias ou tipologias empíricas sem fundamentação teórica. A ausência ou inconsistência de quadro teóricos-metodológicos é mais ou menos consensual. “Melucci afirma a este respeito que os movimentos sociais são difíceis de definir conceitualmente e há várias abordagens de difícil comparação”. (GOHN: 2004, p. 243) Este autor conclui que há

mais definições empíricas que conceitos analíticos. Em relação aos fenômenos sociais arrolados como movimentos sociais o leque também é grande.

Tilly, Tarrow e McAdam (1996) elaboraram um programa de estudos e pesquisas para mapear o universo dos processos de mobilização na sociedade. Eles adotaram o termo geral “litígios políticos” (contentions politics) para designar as diferentes ações coletivas e movimentos sociais, em vez de uma subdivisão, muito comum nos Estados Unidos, entre movimentos sociais, ações coletivas e revoluções. O novo termo leva a se ter uma subdivisão na área de pesquisa entre os litígios propriamente ditos e os processos políticos que envolvem.

Para eles, os movimentos sociais referem-se à interação mantida entre pessoas com poder e outras carentes de poder e são um contínuo desafio para os detentores do poder em nome de uma população cujos interlocutores a declaram estar sofrendo injustamente danos ou estar ameaçada por eles”. Esta definição reafirma-os como uma série de interações mantidas entre autoridades e demandatários reivindicantes em nome de uma clientela com preferências específicas. Gohn considera estas definições problemáticas por dois motivos: A) Elas excluem a possibilidade de movimentos entre os que têm ou detêm o poder e os analisam segundo a perspectiva dos que estão no poder, segundo a ótica de quem é demandado ou atacado pelos movimentos, e não considera a ótica dos movimentos em si. B) Argumentam ainda que os movimentos sociais concentram-se nas relações de dominação-subordinação, baseados na hipótese de que os litígios que envolvem desigualdades substanciais entre os protagonistas têm características gerais que conduzem os movimentos a revoluções, rebeliões etc. “Discordamos de tais colocações porque entendemos que os movimentos se constituem justamente na contracorrente das relações de dominação-subordinação (tais relações também podem ocorrer entre diferentes grupos membros das elites) e, fundamentalmente, porque elas não são os elementos mais importantes para explicar ou definir um movimento social.”(GOHN: 2004, p. 245)

Geralmente, recusa-se reconhecer a existência à priori, de uma definição ou conceituação geral, única e universal, pelo fato de esta definição variar segundo os paradigmas teórico-metodológicos que embasam a análise do autor. Porém, é possível localizar dentro de cada teoria de um dado paradigma, a concepção que se está utilizando de movimento social.

Gohn procura explicitar a sua concepção sobre o tema e a forma metodológica que tem orientado suas pesquisas. “Não temos a pretensão de considerá-la a ‘verdadeira’, nem a arrogância de vê-la como a ‘melhor’. Ela é a construção possível dentro dos parâmetros adotados e poderá ser modificada, transformada ou alterada caso os fatos históricos postulem novos caminhos”. (2004, p. 245)

O objetivo é estabelecer alguns parâmetros mínimos para uma conceituação teórica, construída a partir da reflexão fundamentada em categorias que emergem de manifestações concretas dos próprios movimentos, vistos como processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito. Para tal, um ponto de partida consiste em estabelecer algumas diferenças.

A primeira é entre movimento e grupo de interesses. Na grande imprensa cotidiana observamos o uso da expressão movimento para designar a ação de grupos em função de seus interesses. Assim lemos: “... iniciou-se na Câmara um movimento para aprovar...”. Este uso do termo é irregular, pois na realidade deveria ser “iniciou-se um lobbie”. Interesses comuns de um grupo são um componente de um movimento, mas não bastam para caracterizá-lo como tal.

> Primeiro porque a ação de um grupo de pessoas tem de ser qualificada por uma série de parâmetros para ser um movimento social. Este grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e para tal necessita de uma identidade em comum. Ser negro, ser mulher, defender as baleias ou não ter teto para morar são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação. Há uma realidade em comum, anterior à aglutinação de seus interesses. As inovações culturais, econômicas ou outros tipos de ação que vierem a gerar parte do substrato comum que possuem. (GOHN: 2004, p. 245)

A segunda diferença diz respeito ao uso ampliado da expressão. Designa-se como movimento a ação histórica de grupos sociais, como o movimento da classe trabalhadora. Aqui se trata de uma categoria da dialética, a do movimento das coisas, grupos e categorias sociais, em oposição à estática. É a ação da classe em movimento e não um movimento específico da classe. Esta diferença possibilita demarcar dois sentidos para o termo movimento: um ampliado e geral, outro restrito e específico.

A terceira diferenciação deve ser feita entre modos de ação coletiva e movimento social propriamente dito. Um protesto (pacífico ou não), uma rebelião, uma invasão, uma luta armada, são modos de estruturação de ações coletivas, poderão ser estratégias de ação de um movimento social mas, por si sós, não são movimentos sociais. Gohn destaca que Tarrow procurou fundamentar esta diferenciação,

distinguindo entre organizações de protesto – como forma de organização social – e eventos de protesto – como forma de ação dos movimentos propriamente ditos.

A quarta diferença, e talvez a mais importante para o campo teórico, segundo Gohn, refere-se à esfera onde ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não-institucionalizado, nem na esfera pública nem na esfera privada, criando um campo político. Trata-se de uma ação coletiva fora da esfera estabelecida pelas instituições. Disto resulta que muitas vezes um movimento social strictu sensu deixa de ser movimento quando se institucionaliza, quando

> Uma ONG, por exemplo, embora possa continuar como parte de um movimento mais amplo, enquanto organização de apoio daquele movimento. Uma associação de moradores, se institucionalizada, é uma organização social. Mas faz parte de um movimento social mais amplo que é o movimento comunitário de bairros. Entretanto, temos que tomar cuidado com as generalizações empíricas, chamando de movimento tudo que estiver na esfera não-institucional. ... Os movimentos usualmente se articulam com outras forças institucionalizadas e a força social que poderão ter está diretamente relacionada com essas articulações. (GOHN: 2004, p. 247)

Do que foi exposto podemos concluir que movimento social refere-se à ação dos homens na história. Esta ação envolve um fazer – por meio de um conjunto de procedimentos – e um pensar – por meio de um conjunto de idéias que motiva ou dá fundamento à ação. Trata-se de uma práxis portanto. Podemos ter duas acepções básicas de movimento:

> Uma ampla, que independe do paradigma teórico adotado, sempre se refere às lutas sociais dos homens, para a defesa de interesses coletivos amplos ou de grupos minoritários; conservação de privilégios; obtenção ou extensão de benefícios e bens coletivos, etc. A outra acepção se refere a movimentos sociais específicos, concretos, datados no tempo, e localizados num espaço determinado. Na primeira acepção, a categoria básica é a da luta social e tem um caráter cíclico. Os movimentos são como ondas e as marés, vão e voltam e isto ocorre não por causas naturais – se assim o fosse estaríamos fazendo uma análise etapista-evolucionista do fenômeno. ... Os movimentos vão e voltam segundo a dinâmica do conflito social, da luta social, da busca do novo ou reposição/conservação do velho. Na segunda acepção a categoria fundamental é a de força social, traduzida numa demanda ou reivindicação concreta, ou numa idéia-chave que, formulada por um ou alguns, e apropriada por um grupo, se torna um eixo norteador e estruturador da luta social de um grupo – qualquer que seja seu tamanho - que se põe em movimento. (GOHN: 2004, p.247-248)

As colocações acima trazem outros elementos essenciais para a construção de um paradigma explicativo das ações coletivas, no intuito de fundamentar o conceito de movimento social para além das evidências empíricas. O primeiro elemento é a categoria luta social. Gohn refere-se a luta social e não a luta de classe. Pois luta social

é um conceito mais abrangente e as classes sociais são uma das formas, e não a única, de agrupar as ações dos homens na história. Classe se refere a ações dos indivíduos enquanto agentes produtores e reprodutores sócio-econômicos, mas não dá conta de explicar todas as dimensões e fenômenos da vida social. Por isso desenvolveu-se a categoria dos atores sociais. Esta não se contrapõe a classe social porque o "ator" é uma noção utilizada como categoria de análise, enquanto aquele é um conceito.

A centralidade da categoria luta social junto aos homens em geral explica-nos a existência de movimentos sociais em vários segmentos da sociedade. Eles estão em luta na defesa de seus interesses, buscando conquistas ou resistindo às mudanças que solapam conquistas anteriores. Sempre atuam em áreas de conflitos. Historicamente sempre foram os setores subordinados os que mais produziram lutas sociais; mas encontramos também lutas e movimentos nos setores dominantes, esses também em busca de construção de sua historicidade. Muitas dessas lutas se desenvolveram entre segmentos das próprias elites contra setores subordinados. Não chamamos a essas ações contra ou antimovimentos porque essas noções referem-se às ações coletivas que buscam retroceder conquistas obtidas por meio de lutas sociais ou impor o ponto de vista de uma minoria a um conjunto mais amplo, correndo à força e à coerção.

O segundo elemento extraído das colocações acima é o de força social. Castells, já alertava nos anos 70 que não basta as carências para haver um movimento. Elas têm de se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto deste processo é parte constitutiva da formação de um movimento social

> O que une as carências até a sua formulação em reivindicações são ações concretas dos homens, ações que só projetam aqueles homens em algum tipo de cenário após fundirem a legitimidade e a justeza das demandas, o poder político da base social demandatária junto ao núcleo alvo de suas reivindicações e à mídia, o lugar das demandas na conjuntura político-econômica do momento e a cultura política do grupo reivindicante em termos da trajetória que tenha construído ao longo da história. O conjunto desses fatores – carências, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo – resultará na força social de um movimento, gerando o campo de forças do movimento social. (GOHN: 2004, p. 250)

Touraine afirma que os movimento sociais não se reduzem à defesa coletiva de interesses, pois "a mobilização dos atores só é forte quando se dirige aos seus valores, à sua solidariedade, às suas representações, ao mesmo tempo em que há interesses

freqüentemente difíceis ou impossíveis de ser definidos em si mesmos". (TOURAINE: 1988 p. 107) Observa-se então, que as condições para um movimento ter maior ou menor força social depende do lugar do conflito social em questão no cenário da luta social mais geral.

Portanto, está inserida prioritariamente no campo da política. Isto porque os movimentos sociais como expressões de poder da sociedade civil, e sua existência, independe do tipo de suas demandas, sempre se desenvolve num contexto de correlação de força social. Eles são, portanto, fundamentalmente, processos político-sociais.

A partir do que foi exposto, Gohn formula um conceito de movimentos sociais que ao nosso ver se aproxima da visão de Touraine que denuncia a incapacidade de compreensão de reconhecer que o papel do Estado, agente central ao mesmo tempo da modernização e das reformas, foi "há muito substituído pelo par, às vezes conflituoso e dinâmico, formado pela economia de concorrência e pelos movimentos sociais, que procuram libertar-se do patronato do poder público enquanto combatem aqueles que se conformam a uma lógica propriamente capitalista" (1999, p 42). O que queremos demonstrar ao aproximá-los é que os movimentos sociais representam um campo político de luta social.

> Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio de solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados. Os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política. Estas contribuições são observadas quando se realizam análises de períodos de média ou longa duração histórica, nos quais se observam os ciclos de protestos delineados. Os movimentos participam portanto da mudança social histórica de um país e o caráter das transformações geradas poderá ser tanto progressista como conservador ou reacionário, dependendo das forças sociopolíticas a que estão articuladas, em suas densas redes; e dos projetos políticos que constroem com suas ações. Eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (2004, p. 251-252)

Portanto dessa longa conceituação pode se dizer que os movimentos sociais sempre têm um caráter político, que distingue do partidário, pois têm caráter político na medida que criam e desenvolvem um campo político de forças na sociedade civil, contribuindo para seu desenvolvimento político.

Os movimentos sociais politizam as demandas socioeconômicas, políticas e culturais, inserindo-as na esfera pública da luta política. Trata-se de coletivos que no processo da ação sociopolítica desenvolvem uma identidade, de forma que se apresentam como atores coletivos. Ainda que alguns atores individuais possam se destacar mais, eles atuam como representantes e veículos de expressão dos movimentos e suas mensagens e ideologias são as dos movimentos. O líder não fala por si próprio, mas o faz em nome do coletivo.

Os movimentos aglutinam bases demandatárias, assessores e lideranças, e têm estreitas relações com uma série de outras entidades sociopolíticas como partidos e facções políticas – legais ou clandestinas –, Igrejas, sindicatos, ONGs – nacionais e internacionais - setores da mídia e atores sociais formadores da opinião pública, universidades, parlamentares em âmbito municipal, estadual e federal, setores da administração governamental, pequenos e médios empresários[70] etc., articulados em redes sociais com interesses comuns.

Internamente, o princípio da solidariedade é o núcleo de articulação central entre os diferentes atores envolvidos, a partir de uma base referencial comum de valores e ideologias construídos na trajetória do grupo, ou advindos dos usos e tradições e compartilhados pelo conjunto. A forma como se apresentam no espaço público, o discurso que elaboram, as práticas que articulam nos eventos externos, criam um imaginário social de unicidade, uma visão de totalidade. O que não quer dizer que existam conflitos e tendências internas.

> A solidariedade é o princípio que costura as diferenças fazendo com que a representação simbólica construída e projetada para o outro – não movimento – seja coerente e articulada em propostas que encubram as diferenças internas, apresentando-se, usualmente, de forma clara e objetiva. Que é preciso, que se observem os códigos político-culturais que eles constroem, pois são estes códigos que sistematizam as demandas e criam sobre elas representações. Neste campo de análise a contribuição de Melucci é importante e tem caráter universal. A forma como as demandas são codificadas

[70] Gohn chama atenção à inclusão da categoria de empresários que se tornou bastante importante nos anos 90, pois, com a globalização e o desenvolvimento do setor informal da economia, várias entidades de trabalho comunitário, articulados a ONGs, passaram a ter relações de mercado com pequenos e médios empresários.

> varia segundo a cultura política local, ou seja, segundo o repertório das tradições culturais e forças sociopolíticas de uma dada conjuntura histórica onde o movimento está ocorrendo. (GOHN:2004, p. 253)

Os espaços coletivos não-institucionalizados situam-se na esfera pública não-governamental, ou não-estatal, possibilitando aos movimentos dar visibilidade às suas ações. Mas os movimentos não são simples idéias ou entes fantasmas. Eles têm uma concretude, e para viabilizar-se e operacionalizar suas pautas e agendas de ação se apóiam em instituições e em organizações da sociedade civil e política. Muitas vezes a proximidade desta interação é tamanha, ou o conflito que permeia suas ações se regulamentou de tal forma, que ele deixa de ser movimento e se transforma numa organização.

A trama que tece as relações entre movimento e as organizações precede a própria existência do movimento. Por isto, é importante não fugirmos a um dado preciso: os movimentos não podem ser analisados unicamente de forma linear.

> Este dado é importante porque muitos analistas têm uma concepção linear dos movimentos, afirmando que nasceriam em função das carências e interesses e depois marchariam para a institucionalização por meio de sua transformação em organização. Esta trajetória até poderá ocorrer, mas as organizações que dão origem aos movimentos – a que chamamos matrizes – são do tipo ONGs, partidos, sindicatos, Igreja etc. Elas configuram as linhas gerais do projeto que o movimento construirá em sua trajetória. (GOHN:2004, p. 254)

Em sua análise se aproxima do paradigma europeu, tentando articular premissas macro da análise estrutural marxista-gramsciana com categorias micro presente na teoria dos NMS[71], como solidariedade e identidade, básicas para criar e desenvolver os interesses de classe. É importante observarmos que através da análise da conjuntura política e das forças sociais presentes em certos contextos podemos observar a relação entre os níveis macro e micro. Este procedimento é extremamente importante diante do que hoje vivemos, pois com a globalização pode-se perder a perspectiva da microanálise do social e se olhar apenas para as grandes transformações nas

[71] "Partindo da inadequação do paradigma tradicional marxista, denominado por alguns clássico ou ortodoxo, para análise dos movimentos sociais que passaram a ocorrer na Europa a partir dos anos 60 deste século, assim como fazendo a crítica aos esquemas utilitaristas e às teorias baseada na lógica racional e estratégica dos atores (que analisavam os movimentos como negócios, cálculos estratégicos etc.), Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, entre outros, partiram para a criação de esquemas interpretativos que enfatizavam a cultura, a ideologia, as lutas sociais e cotidianas, a solidariedade entre as pessoas de um grupo ou movimento social e o processo de identidade criado". (GOHN:2004, p. 121) Esta tentativa se traduz nos NMS - Novos Movimentos Sociais.

macroestruturas – sociais, econômicas, políticas etc. Gohn também destaca que o uso da categoria "das oportunidades políticas"[72] também pode ser útil na análise dos movimentos porque contribui para uma análise em termos de luta política.

3.3 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

Neste ponto procuraremos considerar alguns pontos relevantes para a compreensão dos movimentos sociais no Brasil a partir dos anos 90, portanto na era da globalização, e os seus rumos hoje. Em especial no Brasil, as mudanças advindas com a globalização da economia e a institucionalização dos processos gerados no período da redemocratização levaram ao surgimento de um novo ciclo de movimentos e lutas, menos centrados na questão dos direitos e mais nos mecanismos de exclusão social. Para Gohn, este tema sofreu um grande declínio no Brasil, ao contrário de novas publicações surgidas nos Estados Unidos e na Europa.

Em contrapartida há ascensão das ONGs, seguidas por suas crises econômico-financeiras e por suas estruturações contribuindo para o deslocamento do interesse de muitos pesquisadores para outros temas da ação coletiva que não os movimentos sociais. Assim o estudo das redes sociais passam a ser objeto de interesse menos como articulação política e mais como elemento explicativo da estrutura e funcionamento das organizações que passaram a operar com um certo grau de institucionalização. Entre os temas que despertaram a atenção podemos incluir os mecanismos de exclusão social e os obstáculos à construção da democracia, segundo os princípios da cidadania.

A tendência predominante nos anos 90, na análise dos movimentos sociais, tem sido unir abordagens elaboradas a partir de teorias macrossociais a teorias que priorizam aspectos micro da vida cotidiana, por meio de conceitos que fazem mediações sem excluir uma ou outra das abordagens. A divisão em torno das teorias da ação (micro) e teorias estruturais (macro) marcou a produção e o debate nos últimos

[72] Esta categoria foi desenvolvida por Tarrow, segundo ele quem cria tais oportunidades é o Estado moderno. "Ele cria um meio ambiente favorável de incentivos e oportunidades para mobilizar e difundir as ações coletivas para movimentos ampliados. Portanto os movimentos dependem do meio externo, especialmente das oportunidades políticas, para coordenar e sustentar a ação coletiva. A ênfase de Tarrow o leva para o campo das forças sociopolíticas e econômicas da sociedade e do Estado. Isto determina como a consistência do ambiente político (não necessariamente formal), poderá estimular ou desencorajar as pessoas à participação em atividades coletivas." (GOHN: 2004, p. 99-100)

vinte e cinco anos. A micro e a macroteoria, vistas de forma isolada, são tidas como insatisfatórias porque seus conteúdos básicos, ação e estrutura, precisam ser articulados. Argumenta-se que se necessita de uma teoria que busque a síntese e não de uma que insista na polêmica. Isto se faria por meio de uma teorização em âmbito mais geral, sem referência a problemas empíricos particulares, ou a domínios específicos. Da mesma forma que não se fala mais das análises das estruturas desconsiderando-se o papel das conjunturas, a tendência é articular diferentes disciplinas:economia, política, sociologias, antropologia, psicologia, psicanálise, filosofia e comunicações. Diferentes olhares, diferentes ângulos de apreensão dos fatos da realidade: esta é uma necessidade imperiosa, numa era na qual tudo se desfaz rapidamente, tudo fica obsoleto em frações de tempo muito menores que nossa capacidade de memorização. Talvez o paradigma que Gohn postulou para a América latina, venha a realizar a fusão de vários procedimentos metodológicos, pois está se construindo a partir da fusão das várias correntes teóricas existentes sobre os movimentos sociais, pensadas para analisar fenômenos que estão ocorrendo no terceiro Mundo.

Com relação a globalização e a reconstrução dos paradigmas, as mudanças que a globalização da economia passou a acarretar; as mudanças políticas no leste Europeu; o declínio do marxismo como paradigma teórico e projeto de utopia social; a revitalização das políticas neoliberais e o processo de desmonte das estruturas estatais; a nova revolução tecnológica em curso com a Internet e a era dos computadores; a busca constante das ciências sociais em produzir novidades e novas modas teóricas, novas ondas e eixos referenciais que passam a ser mais emblemáticos do que paradigmáticos; a contínua preocupação com as novas agendas do social, os temas de ponta ou de indicação dos rumos do futuro, tudo isto tem afetado os referencias dos paradigmas sobre os movimentos sociais. Podemos perceber que o novo paradigma esboça mais a sociedade civil em geral e menos na questão da autonomia dos grupos.

3.4 UMA PROPOSTA PARA ANÁLISE DO MOVIMENTO SOCIAL EM DEFESA DA COPEL: ELEMENTOS E CATEGORIAS BÁSICAS

O estudo dos movimentos sociais deve considerar dois ângulos básicos: o interno e o externo. Eles são conectados e um é a face do outro. As duas faces compõem uma visão de totalidade dos diversos grupos; internamente, eles constroem repertórios de demandas segundo certos valores, crenças, ideologias etc. e organizam as estratégias de ação que os projetam para o exterior. Assim, os elementos internos básicos de um movimento social a ser pesquisados, enquanto parte de suas categorias de análise, são: suas demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, suas articulações. Nas articulações deve-se considerar os níveis interno e externo.

No interno deve-se pesquisar sua ideologia, seu projeto, sua organização, suas práticas. Externamente deve-se considerar o contexto do cenário sociopolítico e cultural em que se insere, os opositores (quando existirem), as articulações e redes externas construídas pelas lideranças e militantes em geral – enquanto interlocutores do movimento – e as relações do movimento como um todo no conjunto de outros movimentos e lutas sociais; suas relações com os órgãos estatais e demais agências da sociedade política; articulações com a Igreja e outras formas de religião e com outras instituições e atores da sociedade civil, como o pequeno e médio empresários e suas organizações; suas relações com a mídia em geral. O conjunto das articulações nos dá o princípio articulatório que estrutura o movimento como um todo. Devem ser pesquisadas ainda as representações que eles têm de si próprios e do outro; suas conquistas e derrotas; e a cultura política que constroem ao longo de suas trajetórias.

Para que haja uma demanda, há necessidade de que haja uma carência não atendida (de ordem econômica, política, social e cultural) ou projetos de uma utopia. As carências podem ser de bens materiais ou simbólicos. A luta contra as desigualdades no tratamento das pessoas em relação a cor, raça, nacionalidade, religião, idade, sexo etc., situa-se no plano simbólico, dos valores sociais existentes. O triunfo maior destas lutas, geralmente, é a obtenção de leis que demarquem ou redefinam relações sociais existentes. O triunfo de uma carência material é a obtenção do bem demandado, na sua totalidade ou não.

As utopias, diferentemente das carências, não partem de uma situação dada buscando suprir suas lacunas e necessidades. Elas são uma reinvenção da realidade, têm um ideal a atingir, vão além do possível de ser feito no momento – buscam o impossível. Elas geram ideologias, movimentos e novos valores. São a-históricas, até poderem vir a se consolidar na história, como no caso de algumas colônias anarquistas ou dos falanstérios dos socialistas utópicos.

Os repertórios são construídos a partir da agregação das demandas. São um produto elaborado pela ação coletiva, a tradução da demanda em reivindicação, mediatizada pelo conteúdo político-ideológico do projeto do movimento.

A composição de um movimento social pode ser vista sob dois ângulos: da origem social de seus participantes ou do princípio articulatório que os aglutina. A origem social é dada pelas classes e camadas que delas participam. Usualmente sempre temos a presença de alianças, entre setores das camadas médias e as classes populares ou em outras formas. Entretanto, reiteramos, decididamente, a partir de exemplos históricos, que podemos ter movimentos sociais a partir de setores das elites, das classes dominantes, isto é, seja qual for o paradigma teórico-metodológico que se adote, há sempre movimentos sociais dos dominantes e dos dominados. Esta forma de abordagem permite enxergar vários movimentos sociais na história de um país que resultaram em várias revoltas militares, por exemplo.

Outro ponto a se destacar em relação à composição dos movimentos diz respeito a sua localização geográfico-espacial. Eles podem estar localizados no campo como na cidade, podem ser rurais ou urbanos, estar restritos a certo país ou a um continente geopolítico mais amplo. Como a categoria espacial não é apenas geográfica, mas tem um forte peso do componente social, disto derivam denominações: movimentos da periferia, movimentos dos guetos pobres, movimentos camponeses, movimentos urbanos etc. Nos movimentos ecológicos, por exemplo, que usualmente não priorizam a questão social mas problemas socioambientais, o princípio articulatório de suas demandas tem na categoria espaço uma forte determinação, dada por áreas ou regiões a serem preservadas ou restauradas. Mas estes mesmos movimentos podem ser tanto locais como nacionais ou internacionais. Trata-se de uma demanda que está globalizada, refletindo-se na composição social destes movimentos em termos de uma heterogeneidade maior de atores sociais.

O princípio articulatório interno de um movimento se dá a partir de três elementos fundamentais que entram em sua composição: as bases demandatárias, as lideranças e as assessorias. Usualmente os dois primeiros elementos são nativos, naturais ou internos aos movimentos. São os demandatários. O terceiro elemento é externo, agrega-se ao movimento em algumas de suas etapas. Dependendo do tempo de articulação, a assessoria terá mais ou menos força dentro do movimento; também poderá ser parte de sua gênese constitutiva.

As relações entre base, liderança e assessoria constituem o princípio articulatório interno. Um movimento poderá ser mais ou menos democrático segundo este princípio. Porém, o fator primordial que configura as relações internas é dado pelo princípio articulatório externo: as alianças externas, ou matrizes geradoras dos discursos e das práticas.

O princípio articulatório externo resulta das relações entre as diferentes redes de movimentos sociais. Historicamente, a Igreja, os partidos e sindicatos têm representado as fontes principais das relações de alianças com os movimentos populares em termos de acessórias. Elas são os elos de mediação entre as duas estruturas: movimento e instituição externa. Elas desempenham o papel de interlocutores por excelência dos movimentos.

A força social é obtida a partir da análise do cenário do processo político mais amplo em que o movimento se desenrola, pela análise de suas redes e articulações, ou seja, de seus princípios articulatórios interno e externo. Na análise de um movimento, a força social deve ser avaliada em termos de contribuição para o processo de mudança social – avanços ou retrocessos – a partir da participação/contribuição dos repertórios de ações coletivas do movimento ou dos movimentos, nos ciclos de protesto que construíram em certos períodos históricos.

A ideologia de um movimento corresponde ao conjunto de crenças, valores e ideais que fundamentam suas reivindicações. As assessorias têm tido, no Brasil atual grande importância na constituição das ideologias dos movimentos. Instrumentos difusos de desigualdade consolidam-se em reivindicações de direitos a partir da atuação das assessorias jurídicas ou ético-religiosas, na onda de movimento sociais populares urbanos que assolaram o país nas décadas de 70 e 80. As ideologias são marcos referências estratégicos fundamentais para criar a identidade dos movimentos. Os códigos culturais utilizados tomam por meio das ideologias e seus significados

objetivam ampliar o campo de atuação dessas mesmas ideologias. Muitos movimentos lutam não apenas por recursos materiais mas pela criação ou alteração de significados culturais, como as questões do movimento negro, das mulheres, dos homossexuais etc. Um dos modelos clássicos de análise do discurso, que capta os argumentos centrais e periféricos em termos de palavras-chave, poderá ser útil desde que as palavras e os argumentos sejam devidamente contextualizados. Na relação entre a força do argumento e o contexto político podemos desvelar as ideologias de sustentação e propagação das idéias fundamentais do movimento.

A cultura política se constrói ao longo da trajetória e não é mera herança de tradições passadas. É algo vivo e operante. Ela se constrói a partir da experiência vivenciada no cotidiano. O conjunto das práticas sociais, informadas pelas ideologias e representações, configuradas pelo projeto do movimento, gera sua cultura política.

A organização de um movimento pode ser formal ou informal. Usualmente, nas etapas iniciais, existe uma organização informal. Com o tempo a necessidade de formalização se impõe, com o estabelecimento de funções, divisões de tarefas, cargos, tempo de mandato etc. Existem movimentos que sobrevivem décadas sem ter uma organização formal. São movimentos que atuam mais no plano das idéias. Outros não têm uma organização formal aparente, mas, na realidade, têm uma estruturação rígida: as próprias CEBs – Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica – a despeito de frei Beto não considera-las movimentos sociais e de Gohn discordar desta posição – atuavam segundo práticas assembleísticas e não tinham uma organização formal em termos de cargos: presidente, vice-secretário etc. Entretanto, respaldavam-se na própria estrutura eclesial, na qual as hierarquias eram mantidas. Organização e institucionalização são dois elementos conectados. Usualmente o segundo advém de organizações consolidadas.

A organização também possui níveis interno e externo, sendo este último elemento de rede de articulações. A organização – vista como estrutura de suporte – e os significados culturais-simbólicos construídos pelo movimento são elementos-chave para se captar as mudanças socioculturais e políticas que os movimentos geram ou de que participam como atores fundamentais.

As práticas de um movimento social se compõem de ações diretas e discursos, podendo ser mais ou menos organizadas. Estas últimas ocorrem em função de acontecimentos do tipo explosão de massa, como os quebra-quebras. As práticas

organizadas podem ser formais: reuniões, assembléias, petições burocráticas, abaixo-assinados, congressos, eventos, greves para discussões políticas ou socioculturais; ou podem ser informais: acampamentos, teatro ou encenação, passeata-relâmpago a partir de uma assembléia formalmente convocada, invasões, concentração em frente a algum órgão público, ocupação de uma determinada repartição pública.

Os movimentos sociais mais estruturados, com organização de cargos e funções, ideologias mais tradicionais etc., tendem a ter mais práticas formais. Os movimentos sociais mais soltos, mais flexíveis em termos de organização, e mais abertos em termos de valores e ideologias, como os ecológicos, tendem a fazer uso quase que exclusivamente das práticas informais. Por isso estão sempre inovando e surpreendendo.

As práticas não-organizadas decorrem de movimentos mais radicais ou em fase embrionária de organização. Elas surgem como atos de sublevação, são insurreições populares que dão origem a movimentos sociais.

O projeto sociopolítico ou cultural de um movimento social é uma questão polêmica. Alguns autores atribuem a morte de um movimento social ao fato de não possuir um projeto. Gohn discorda desta posição, porque sempre existe um projeto, sob a forma de uma visão de mundo, entre as assessorias ou as lideranças que dão sentido e direção ao movimento. Sempre existe um paradigma ideológico, construído fora do movimento, a alimentar a sua atuação. O que falta, na maioria das vezes, é um projeto para o movimento ou do movimento, para a sociedade, em relação ao conteúdo intrínseco da problemática que o constitui. Neste caso, o movimento passa o tempo todo ao sabor dos acontecimentos da conjuntura política do país, aproveitando as brechas, retraindo-se quando “a maré” não é favorável, atuando segundo as diretrizes do partido, do sindicato ou da Igreja. Sempre elabora propostas e formas de solucionar os problemas que demandam. No caso dos movimentos sociais populares urbanos dos anos 80, esta foi uma situação bastante típica, que explica, em parte, a sua desaceleração nos anos 90.

Os projetos são passíveis de resgate, pelo analista, após o estudo do movimento como um todo. Certamente são projetos construídos mais no plano das ideologias e não projetos formais, esboçados segundo etapas que abordam um problema, possuem objetivos, justificativas, hipóteses, metodologias, cronogramas etc., como o concebemos no âmbito acadêmico (ainda que, em certos movimentos, por força de

certas circunstâncias – tais como a solicitação de um financiamento ao exterior para a realização de algumas obras, por exemplo -, possamos encontrar projetos formais bem elaborados. Neste caso, nas entrelinhas que fundamentam suas demandas, encontramos os elementos de seu real projeto de atuação e a presença das assessorias).

A identidade dos movimentos decorre de seus projetos. Diferentemente do paradigma dos Novos Movimentos Sociais, não se considera a identidade apenas como fruto das representações que o movimento gera ou constrói, para si mesmo ou para os outros. A identidade é uma somatória de práticas a partir de um referencial contido nos projetos. Ela não existe apenas no plano ideacional, não se trata de uma categoria simbólica ou de natureza exclusivamente cultural. A identidade se firma no processo interativo, nas articulações. Ela confere caráter progressista ou conservador aos movimentos. O conjunto das práticas deve ser analisado para se compreender como o descenso se transforma em consenso e gera uma identidade em que a representação criada é de unidade. A solidariedade política deve ser investigada enquanto o grande elemento agregador dos interesses difusos e heterogêneos dos diferentes atores em cena.

É importante analisar o cenário sociopolítico em que o movimento se desenvolve por ser ele quem fornece os elementos conjunturais que explicam o processo interativo e a correlação de forças existentes. Assim o que Tarrow denomina estrutura das oportunidades políticas nada mais é que o contexto das pautas e agendas colocadas pelos movimentos e pelos órgãos públicos e empresas responsáveis por certos bens demandados. Considera-se que estas oportunidades políticas podem ser criadas pelos diferentes atores (movimento, Estado ou mercado privado) e são um dos itens do cenário sociopolítico. As oportunidades políticas representam sempre uma possibilidade de renovação e mudança e conferem aos movimentos os atributos de poder. Se trata de um tipo de jogo de forças em que se disputa não a construção do bem comum (infelizmente) mas a tomada de espaços sobre a produção, gestão e controle de uma infinidade de coisas (bens públicos, no caso dos movimentos populares; direitos sociais e trabalhistas, no dos movimentos sindicais; terras, no caso dos movimentos agrários e dos índios; direitos sociais que poderão refundar em novos encargos sociais, no caso do movimento das mulheres e dos negros; maior responsabilidade do Estado e cumprimento da legislação trabalhista no caso dos movimentos dos menores etc.

Os opositores de um movimento social são sempre os sujeitos que detêm o poder sobre o bem demandado. Não necessariamente estes opositores são antagônicos aos movimentos. Esta questão gerou equívocos, nos anos 70, quando alguns analistas afirmaram que os movimentos sociais urbanos eram contra o Estado. Não se trata de ser contra ou a favor da entidade que detém a posse, a propriedade ou o controle do bem demandado. Trata-se de se opor àqueles sujeitos, no que se refere exclusivamente ao bem demandado. Por isso a negociação, a troca e a barganha estão sempre presentes no processo. São opositores mas não inimigos, embora, em vários casos, encontremos também a questão da oposição posta como antagonismo, como inimizade política declarada.

Vale lembrar, que vários movimentos sociais de caráter político, na história brasileira, que buscavam a independência do país, do grupo, ou outra reivindicação de natureza semelhante, opunham-se ao grupo que estava no poder mas não ao sistema político vigente ou às formas econômicas existentes.

As conquistas e derrotas de um movimento são balizas importantes para explicar seus fluxos e refluxos. Estão intimamente associadas a questões de natureza interna (tipo de articulação, forma de condução do movimento, tipo de relação entre base-assessoria-liderança etc) e às questões externas, de ordem da conjuntura política e socioeconômica do país.

Usualmente podemos pensar que as conquistas fortalecem um movimento. Mas nem sempre isso é verdadeiro, pois, em vários casos, o que ocorre é uma acomodação após a conquista da reivindicação e um refluxo da organização. Também temos registros de casos em que a derrota serviu de elemento revitalizador de energias ao movimento, criando condições para o seu crescimento.

3.5 O FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

É importante alertarmos que consideramos o movimento em defesa da Copel – o Fórum Popular Contra a Venda da Copel -, um movimento social, localizado dentro de um processo histórico-político-econômico-cultural e social caracterizado como globalização. Boaventura bem nos esclarece sobre este fenômeno,

> Trata-se de um processo histórico que desde o século XV até hoje teve muitas facetas e assumiu muitos nomes: descobrimentos, colonialismo, evangelização, escravatura, imperialismo, desenvolvimento e subdesenvolvimento, modernização e, por último, globalização. A globalização não é algo radicalmente novo: significa uma expansão exponencial das relações fronteiriças, umas voluntárias, outras forçadas, com a conseqüente transformação das escalas que tem dominado até agora os campos sociais da economia, da sociedade, da política e da cultura. Como sempre sucedeu na história do capitalismo moderno e em todas as formas anteriores de globalização centradas na Ásia, no Índico ou no chamado Oriente Médio, o que designamos por globalização são conjuntos de relações sociais desiguais, sendo por isso mais correto falar de globalizações que de globalização. (2002, p. 16)

É nesta perspectiva que procuramos enfocar sua organização e constituição como um todo, considerando que este é apenas um dos vieses de análise, diante de uma gama variada de possíveis interpretações sobre os movimentos sociais. As informações que deram sustentação a esta análise foram retiradas de sites, entrevistas com os principais atores, seminários e informações coletadas nos principais jornais de circulação local à época. Procuramos ainda, situar na medida do possível, as categorias de análise de um movimento social, como suas demandas e reivindicações e os repertórios de ações coletivas que geram, sua composição social, suas articulações. Bem como, ainda as suas utopias, repertórios, alianças, força social, ideologia, cultura política, identidade, conquistas e derrotas.

Portanto, já que a globalização é a ideologia das forças dominantes, “de todos aqueles que sonham com sistemas de comunicação sempre mais aperfeiçoados, destruindo à sua passagem todas as subjetividades, as proteções sociais, as memórias coletivas e os projetos pessoais, é dos dominados e de seu apoio que deve vir a salvação” (TOURAINE: 1999, p. 48), é extremamente viável que os movimentos sociais sejam esta forma de opor-se às injustiças decorrentes do neoliberalismo, ou liberalismo, como queiram.

Cabe, portanto aos movimentos sociais, aos “dominados, explorados ou excluídos” como se refere Touraine (1999, p. 49), compreender, como no tempo de Hegel, que só o escravo, e não o senhor, está em posição de compreender a relação dos dois e, portanto, de transformá-la. Sobretudo, porque acreditamos que os movimentos sociais representam a contramão da globalização, como mostra Boaventura ao distinguir globalização hegemônica de globalização contra-hegemônica:

> A distinção entre globalização hegemônica, dominada pela lógica do capitalismo neoliberal mundial, e a globalização contra-hegemônica, as iniciativas locais-globais dos grupos sociais subalternos e dominados no sentido de resistir à opressão, à

> descaracterização, à marginalização produzidas pela globalização hegemônica....O local é cada vez mais o outro lado do global e, vice-versa, o global é cada vez mais o outro lado do local. Nunca tantos grupos estiveram tão ligados ao resto do mundo por via do isolamento, nunca tantos foram integrados por via do modo como são excluídos. (2002, p. 17)

Considerando que os movimentos sociais apresentam dois ângulos, um interno e outro externo, procuraremos contornar estes níveis. Passamos então a considerar o cenário sociopolítico e cultural em que se insere o Fórum.

O cenário inicial sociopolítico/cultural no qual se inseriu o surgimento do Fórum Popular Contra a Venda da Copel foi proporcionado pelo governo federal e estadual, quando este procurou acelerar a privatização da Copel[73] empresa estatal que atua na geração, transmissão e distribuição de eletricidade no Estado do Paraná[74], que nos

[73] Através do Decreto n° 14.947 de 26 de outubro de 1954, assinado por Bento Munhoz da Rocha Netto, o Governo Estadual criou a Copel – Companhia Paranaense de Energia Elétrica (hoje apenas Companhia Paranaense de Energia), tendo como base principal para a integralização de seu capital o Fundo Estadual de Eletrificação. Com o Decreto n° 1.412, de 1956, a Copel passou a centralizar todas as ações governamentais de planejamento, construção e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica e serviços correlatos, tendo incorporado todos os bens, serviços e obras em poder de diversos órgãos. Coube-lhe, então, a responsabilidade pela construção dos grandes sistemas de integração energética e dos empreendimentos hidrelétricos previstos no Plano de Eletrificação do Paraná. Encontrar uma solução definitiva para o abastecimento de energia elétrica em larga escala constituiu-se no maior desafio para a Copel durante a década de 1960. A entrada em operação em 1963 da Usina Termelétrica de Figueira (20 MW), no Norte Pioneiro, foi de fundamental importância para a implantação do Plano Estadual de Eletrificação, viabilizando os sistemas de interligação que beneficiaram as regiões Norte e Centro. Em 1967, a Copel inaugurava a Usina de Salto Grande do Iguaçu (15,6 MW), que veio atender ao Sul do Estado. Em 1970, entrava em operação a Usina Julio de Mesquita Filho (Foz do Chopim), com 44 MW, redenção energética do Sudoeste e Oeste. E em 1971 era inaugurada a Usina Capivari-Cachoeira, na época a maior central geradora do Sul do Brasil (250 MW), passo definitivo na constituição de uma infra-estrutura energética capaz de suportar e acelerar o desenvolvimento paranaense. No momento da sua inauguração, Capivari-Cachoeira era a principal unidade geradora da Copel e a maior usina em funcionamento no sul do Brasil. Em 1980 foi inaugurada a Hidrelétrica Foz do Areia, com 1.676 MW, equipada com unidades geradoras que eram então as maiores existentes no Brasil. Com a operação da Foz do Areia, a geração própria da Copel atingiu 2,9 bilhões de kW, contra 1,9 bilhões do ano anterior. Neste período houve no Estado um intenso crescimento do mercado de energia, exigindo esforços cada vez maiores para atender à demanda. Foram elaborados novos projetos, destacando-se o início do empreendimento da Usina de Segredo e a concessão para construir a Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, ambas consolidadas na década de 90. Inaugurada em 29 de setembro de 1992, a Usina de Segredo reduziu a dependência paranaense de energia comprada de outros estados. Em fevereiro de 1999 entrou em operação Salto Caxias, denotando assim um novo avanço na geração de energia elétrica, com conseqüências positivas no desenvolvimento do Estado do Paraná. Hoje as usinas, linhas de transmissão e de distribuição da Copel irradiam luz e oferecem conforto e paz social para todo Estado do Paraná e estado vizinhos. Este cenário de progresso vem sendo conquistado ao longo de quase 5 décadas, com base no potencial hidráulico, no domínio tecnológico e, principalmente, no espírito empreendedor e na capacidade criativa dos seus quadros técnicos e profissionais. Dados, In: www.copel.br.

[74] A privatização da Copel foi aprovada pela Assembléia Legislativa em dez/1998, 33 votos contra 13. Em Maio/1999 o governo Lerner inicia o processo de venda da Copel através da criação do Conselho de Desestatização da Copel presidido pelo então ex-governador Ney Braga, sendo o secretário da fazenda Giovani Gionédis o vice-presidente. Era integrado ainda pelos secretários estaduais de Assuntos

últimos 10 anos deixou de ser apenas uma concessionária de energia elétrica e passou a atuar em ramos diversos como telecomunicações, fornecimento de gás natural, agribusiness, consultoria internacional e outros. Relembrando que esta prática, a privatização, é resultado do receituário neoliberal, aos chamados países em desenvolvimento.

A privatização da Copel foi aprovada pela Assembléia Legislativa em dezembro de 1998, com 33 votos contra 13. Em Maio de 1999 o governo Lerner inicia o processo de venda da Copel através da criação do Conselho de Desestatização da Copel presidido pelo então ex-governador Ney Braga. Sobre o quadro desta época, o ativo integrante do Fórum[75] Contra a venda da Copel, relembra que nesse "processo todo há um detalhe muito importante que a gente precisava resgatar, na primeira votação quando houve aquela Lei 12.355 dentro do processo, o governo tinha ampla maioria foram duas gestões seguidas 1994 e 1998 do Lerner, ... tinha ganho com a sua bancada por 30 votos sim, 13 votos não e se deram ao luxo até de 6 se ausentarem e 5 se absterem, totalizando os 54 votos." (STANISLAU: 2005) Neste sentido o governo de Jaime Lerner acreditava manter junto ao Legislativo sua influência, para garantir de pronto a privatização da Copel.

No início do ano de 2001, se acirrava o processo de privatização através da desregulamentação do setor de energia do país que tivera início em 1995 e neste ano atingia cerca de 30% das estatais que pertenciam a governos estaduais e municípios. Das 25 distribuidoras de energia, 18 foram privatizadas entre elas a Companhia Paulista de força e Luz (CPFL) e Bandeirantes, ambas em São Paulo, e a CEEE do Rio Grande do Sul. O Governo Federal esperava poder privatizar as geradoras Furnas e Chesf ainda nesse mesmo ano. De acordo com o coordenador da comissão executiva do Fórum[76], a não privatização da Copel representava a suspensão de todo o processo de privatização no país.

> Havia dentro do nosso próprio movimento, isto também estava presente na mídia nacional, que se a Copel cair caem todas as outras, porque era uma das melhores, quer

estratégicos, Alexandre Beltrão, do Planejamento, Miguel Salomão, e pelo presidente do Banestado, Reinhold Stephanes.

[75] Stanislaw Gramowski foi o coordenador do Fórum Contra a Venda da Copel representando o SINDENEL. Atuante sindicalista, Funcionário hoje aposentado da Copel.

[76] Integrante do Fórum popular Contra a Venda da Copel, na Comissão Executiva do Fórum, Coordenador Nelton M. Friedrich.

> dizer você tinha boas e temos até hoje, empresas de energia federais públicas. Mas as estaduais, as duas melhores do Brasil, sempre foram a Cemig, a Copel, a Copel e a Cemig. A queda de uma, a queda da Copel significava por efeito dominó, você não resistir com furnas, com Eletronorte, e assim por diante. (FRIEDRICH: 2005)

Este processo de privatização, para o Presidente do CREA/PR "na verdade é o favorecimento de corporações que mantêm relações promíscuas com os governos de plantão. Títulos podres conhecidos como moedas podres e toda a sorte de papéis sem valor são recebidos como panacéia" (ROSSAFA: 2001, In: "O Paraná e o Brasil não podem ficar no escuro". Revista do CREA/PR, Ano 4 – Nº 12 – Março/Abril 2001). Portanto, é visível a desconfiança que as mais de 400 entidades[77] da sociedade civil organizada lançam sobre este processo. Ainda comentando este período caótico que marcou a história brasileira e paranaense, no mesmo artigo, o Presidente do CREA/PR o compara ao período medieval, que para ele correspondeu,

> Ao engessamento do progresso político, filosófico, tecnológico e científico ocasionado pela brutalidade da hegemonia ideológica dos senhores feudais. Atualmente, no Brasil que implementa um modelo econômico ao sabor e mando do Fundo Monetário Internacional (FMI), corremos igual risco de cairmos em um novo período das trevas travestido de moderno. Uma escuridão de ordem estratégica que nos imponha dificuldades para vislumbramos um rumo de desenvolvimento sustentável com características nacionais, um caminho próprio brasileiro. A liquidação do patrimônio público, das infra-estruturas erigidas ao longo de gerações de brasileiros, é calcada pelo falso discurso da compensação social, que traduzindo significa, na pregação neoliberal, investimento, sobretudo, na educação e na saúde; ou seja, um Estado minimamente leve, mas robustos aos banqueiros e aos agiotas internacionais. (ROSSAFA: 2001)

Perguntado sobre como surgiu a idéia do Fórum, o seu coordenador nos explicou que tudo teve início numa reunião no Plenarinho da Assembléia Legislativa. Essa reunião ocorreu em 21 de fevereiro de 2000, reuniu partidos, movimentos sociais, várias entidades da sociedade civil organizada, nessa ocasião Nelton M. Friedrich fez uma intervenção discursando em defesa da Copel, que teve como título "Copel: energia e poder que o Paraná não pode abrir mão!". No seu discurso além de um resgate histórico da situação energética no país, e no estado do Paraná desde o século XX, até o XXI, o ex-secretário do interior (Energia, Habitação Popular, Saneamento, Maio Ambiente e Controle da Erosão) no governo Richa; presidente do Conselho de Administração da Copel (por 4 anos), ex-deputado Estadual e Federal e a época presidente do PDT do Paraná, resgata os sacrifícios econômicos e sociais para que a

[77] Algumas das 400 entidades, dentre elas as principais, estão elencadas na nota 88 abaixo.

Copel tenha adquirido sucesso como empresa pública, o resgate do sentimento paranista a exemplo do que foi o “petróleo é nosso”, em suas palavras profere: “Aproveitando a memorável reunião de tantos companheiros, de tantas pessoas, partidos e entidades importantes para a História do Povo do Paraná, peço que este seminário, tal como aquele que deu início à simplificação e barateamento da eletrificação rural no Paraná, em 1983, neste mesmo recinto, seja o início de um verdadeiro mutirão de cidadania, que percorra com um grito este Grande Estado do Paraná. Um grito que como o cacique Guairacá ou Sepé Tiaraju diga aos entreguistas de ontem, liberais de hoje, que esta terra tem dono! Um grito que diga não a venda do patrimônio público para cobrir ‘buracos’ de caixa de uma administração – temporária, passageira. Para pagar contas de governantes promotores de finanças combalidas ou só para atender ‘políticas oriundas de Brasília, filial do FMI, sucursal do Consenso de Washington’, na mais submissa e subalterna postura de um governante.” (FRIEDRICH: 2000)

Inclusive destacando os principais argumentos para a sua permanência enquanto empresa estatal. Entre os pontos destacados citamos: “A nossa Copel: 1. atua no Brasil, China, Argentina, Colômbia, Malásia, Paraguai e Chile; 2. é a melhor empresa de energia do Brasil; 3.atende perto de 3 milhões de consumidores e segundo pesquisa nacional da ANEEL feita em 2000 quanto a satisfação dos usuários de energia de todo o Brasil a Copel alcançou o primeiro lugar; 4. obteve lucro expressivo no ano passado de quase R$ 430 milhões; 5. tem o controle de um patrimônio invejável; 6. mantém envolvimento em pesquisa e inovações; 7. possibilitou a construção de uma ‘inteligência paranaense’, um conhecimento, um ‘know-how’ respeitado no Brasil e lá fora, de valor incalculável; 8. domina o saber fazer de diversos produtos e serviços, tem atuação em 18 empresas, como a maior rede de fibra ótica no Estado- a Copel-Telecomunicações; a de comercialização de energia – Tradener; a de distribuição de gás – Compagás; a de telefonia fixa e celular – Sercomtel; a provedora da Internet – CNI-Onda; 9. tem nas barragens volumes extraordinários de água – a nova cobiça, o petróleo deste século.” (FRIEDRICH: 2000) Destaca ainda em seu discurso a atuação do governador Jaime Lerner e dos Deputados Estaduais a favor e contra a privatização, bem como a ineficiente atuação do Presidente da Copel Ingo Hubert.

> Quando o governo no final do ano, em 2000, noticiou mesmo, e a partir de janeiro começou, detonado o processo com o cronograma, senão me falha a memória, começou o processo no final do ano de 2000, e entrava daí até 2001, final de 2000 out/nov/dez, já tinha um calendário. Aí tinha coisas bem concretas já em janeiro... todo mês tinha alguma ação do processo de privatização. Então, em fevereiro, final de fevereiro foi feita uma chamada no Plenarinho da Assembléia legislativa, pra analisar essa questão da venda da Copel, surgiu uma espécie de plenária, que foi quem achava que devia ir: ONGs, políticos, ou enfim, não tinha assim , vai avisando, vai avisando, claro que alguns foram convidados. E aí evidentemente na plenária, além daquelas manifestações estridentes, outras mais estratégicas, ao final surgiu a grande questão, o que nós vamos fazer concretamente? Ta bem, aí surgiu a possibilidade de se ter uma ação mais articulada, e tinha dúvida, uma associação, vamos fazer um Fórum, ou um movimento, enfim, mais a coisa mão ficou definida, menos uma coisa se tirou naquele momento; foi um tipo, uma pré-comissão organizadora. (FRIEDRICH: 2005)

Ainda, para o atual Presidente do CREA/PR a questão da privatização da Copel não é uma questão de ser contra ou a favor da empresa ser pública ou privada. “Isso vai muito além. A empresa atua numa área estratégica para o desenvolvimento do Estado e do país, quem detém água doce e energia, detém efetivamente o que há de mais precioso hoje”. (ROSSAFA: 2001. In: Energia de todos: CREA/PR quer união dos paranaenses contra a privatização da Copel. Revista do CREA/PR, Ano 4 – Nº 12 – Março/Abril 2001) Por perceber na questão energética um ponto estratégico para o desenvolvimento do país e do Estado o CREA/PR se engaja numa campanha de conscientização para alertar a sociedade sobre a venda da Copel. Utilizando para isto toda a sua estrutura, o Conselho contava com a ajuda das associações, sindicatos e federações de engenharia e arquitetura do Estado. “É um contingente de mais de 42 mil profissionais que, na sua maioria expressiva, estará dizendo não à privatização da Copel, porque entende que a empresa representa oportunidades de desenvolvimento e riqueza para o povo paranaense”. (ROSSAFA: 2001. In: Energia de todos: CREA/PR quer união dos paranaenses contra a privatização da Copel. Revista do CREA/PR, Ano 4 – Nº 12 – Março/Abril 2001) Ainda para o presidente do CREA-PR:

> O que motivou a participação do CREA, na verdade foi toda uma discussão que o conselho desde de 2000 já vinha internalizando no seu plenário, nos eventos com os sindicatos dos engenheiros, arquitetos, técnicos industriais, técnicos agrícolas, associações o próprio Instituto de Engenharia, enfim toda a nossa organização de sustentação. No início desta década essa discussão era muito clara, que a privatização era um grande equívoco, esta demanda obviamente chegou no conselho, essa discussão foi provocada pelos conselheiros em plenário, o plenário se manifestou a respeito, não da privatização em si, mas do modelo de privatização e das conseqüências que isto traria para o Estado do Paraná especificamente no caso da Copel. E ao tomar uma posição unânime, contrária a privatização a instituição então, se envolveu numa luta de cidadania que na verdade não era institucional, na verdade era uma luta dos paranaenses. (ROSSAFA: 2005)

A partir da organização interna do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, que se realizou no Plenarinho da Assembléia Legislativa podemos visualizar as articulações por ele desenvolvidas de modo extremamente organizado a partir de uma agenda de ações que num primeiro momento envolveram o Conselho Diretivo que assim estruturou, no início de sua formação, de imediato, as seguintes ações: 1º. Grande mutirão de coleta de assinaturas contra a venda da Copel, lançado nos dias 23 e 24 de março de 2001, o objetivo era atingir um milhão de assinaturas em cada cidade do Paraná; 2º. Mobilização para aprovação do projeto de lei 13/2001, que tramitava na Assembléia Legislativa, que se fosse aprovado revogaria a lei que autorizou a venda (lei 12.355, de 08 de dez/1998); e 3º. Realização de atos públicos, caminhadas em defesa da Copel, reuniões, palestras, reprodução de material da luta, e toda atividade motivadora/mobilizadora. O Diretor do Senge Ulisses Kaniak destaca o papel da sociedade e o caráter popular das ações propostas pelo Fórum como o diferencial entre outros movimentos:

> A participação popular foi fundamental, se não tivesse todos aqueles movimentos, as passeatas, a boa aceitação quando a gente distribuía algum material, teve uma manhã de sábado que nós fomos a rua XV e distribuímos velas, essas velas, cada vela tinha uma frase ali, com um adesivo grudado na vela que dizia "essa é a Copel de amanhã". Sugerindo que teria que passar a luz de vela, porque é claro subiria muito mais do que já subiu a energia, infelizmente o sistema elétrico interligado nacional, coisa boa, mais infelizmente a Copel acaba pagando pelo o que os outros não fizeram, pela lição de casa que os outros não fizeram. As pessoas recebiam muito bem, como veio a população as passeatas, como foram ocupar a Assembléia Legislativa, é um dos poucos movimentos populares que a gente viu até hoje mesmo surtir um efeito. Tem outros movimentos que aparecem como popular, mas se você for pensar bem o "fora Collor", por exemplo, "os cara pintada", muito bonito e tal, mas se sabia que por debaixo dos panos já estava decidido, o já se sabia, a partir do momento que começou a imprensa descer a lenha, se viu que esse seria o destino. Dizer que o povo nas ruas foi, na verdade o mesmo grupo econômico que colocou, tirou. No caso da Copel não, nesse caso teve um trabalho grande popular, de alguns meses, fora as assinaturas 130 mil assinaturas do projeto popular, foi o único projeto de lei de iniciativa popular até hoje no Estado do Paraná. Sem isso também, sem esse projeto pra ser votado você nunca teria o que aconteceu no dia 15 de agosto de 2001. Não teria essa sessão da Assembléia, não teria o que contar hoje. Talvez hoje até se contasse como foi ruim a venda da Copel. (2005)

Essas ações, bem como a própria criação do Fórum teve destaque na imprensa paranaense, por exemplo, o Jornal O Estado do Paraná de 16/03/2001, destacava em manchete que havia sido lançado o Fórum Popular contra a venda da Copel. O título da reportagem trazia a informação de que havia várias entidades contra a venda da Copel, informando inclusive o calendário de ações do Fórum: "entre as ações programadas pelo Fórum, está a realização de visitas às principais entidades da

sociedade civil. Nos dias 23 e 24, a intenção é coletar um milhão de assinaturas na resistência à liquidação da companhia de energia, em 100 municípios. Está previsto ainda, um ato público na capital, com presença de 100 mil populares."

Entre as questões suscitadas pelo nascente Fórum, destaca-se a questão do valor da empresa, e outras como, por exemplo, as formuladas na imprensa pelo coordenador executivo do Fórum, "como que uma empresa não competitiva consegue ter o maior lucro entre as empresas públicas privadas do país?" Questionou também as declarações governistas de que a privatização é um problema federal. "O governo federal acaba de modificar decisões. A portaria 32 dos ministérios do planejamento e Minas e Energia autoriza a Petrobrás a aumentar o capital e se endividar. Se o governo do Estado quisesse tratar o assunto em nível de magistrado, que convoque um plebiscito estadual com amplo debate sobre o assunto?" (FRIEDRICH, Jornal O Estado do Paraná de 16/03/2001). No início o Fórum era integrado por mais de 40 entidades[78],

[78] As entidades aqui destacadas, foram retiradas de uma lista de entidades com seus respectivos responsáveis ainda na fase inicial do Fórum relacionada pela já falecida Sra. Cassilda secretária do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, procuramos redigi-la tal como escrita pela então secretária: 1. CUT – Roberto Von Der Osten, Florisvaldo R. de Souza; 2. Sindelpar – Stéfano, Jefferson Sepeca; 3. Sindenel – Stanislau Gramowski; 4. APP – Romeu Miranda; 5 CREA/PR – Rossafa; 6. CORECON – Fayet; 7. SENGE – Aldino Bial; 8. Sindel – (Eletric. –Londrina) René; 9. IEP -; 10. Sind. Jornalistas – Esmael; 11. SINAP – Marco Antonio Monteiro; 12. UPES – Edemir Maciel; 13. MST – Roberto Baggio; 14. CNL/CNBB – Marino Galvão; 15. ASMIR – Roberto M. Oliveira; 16. SINDJUS – Elísio E. Moraes; 17. União Brasileira de Mulheres – Elza Maria Campos; 18. Sindicato Ag. Penitenciários – Maria da Luz Kowalski; 19. Força Sindical – Paulo José Zanetti, Sergio Budka; 20. Sindicato Metalúrgicos – Nelson S. de Souza; 21. SINDIFISC/PR – Marcelo P. Bento, Izaura Dias de Oliveira; 22. Conselho Estadual Com. Luso-Brasileiro PR – Milton R. de Faria Ribeiro; 23. SINSSP – Sandra M. Duarte; 24. Pastorais Sociais – Pe. Leocádio Zytsowsla; 25. CDH/Apucarana – Maria T. V. Martins; 26. SINDECOM/ Apucarana – Sebastião F. Martins; 27. SINDITEST/ PR /UFPR – Antonio Neris de Souza; 28. Associação Moradias Paraná – Benedito Bezerra; 29. Igreja Metodista Central/ CTBA – Elias Passeri, Ricardo Watanabe; 30. AAPC (Aposentados Copel) – Franklin; 31. FETEC/PR – Júlia Maria D. Matos; 32. ABRACOV – Jorge Modesto; 33. SINDIPETRO PR/SC – CEQUINEL; 34. Mov. União Brasil Camioneiro – Nelson Canam; 35. ENERCONS – Ivo A. Puglaoni; 36. AFIPPA – Paulo Radke; 37. CNBB – Bispo Auxiliar de Curitiba D. Ladislau Bicenoski; 38. PMPR – RR – (Subtenente) José A . Lima; 39. STEEM – João Izael Lopes; 40. Direitos Humanos / CTBA – Francisco S. Oliveira; 41. UNAFISCO – Rui A . Santana; 42. OAB / SJPinhais – Suely C. Muhlstedt; 43. A. Magistrados Paraná – Jorge; 44. ACAMOP – Assoc. Câmaras Munic. Oeste/PR -; 45. TCE/PR – Ivan L. Bonilha; 46. UPE – Madson D. Oliveira; 47. FETEC/PR – Mariza Stédille; 48. UNE – Felipe Maia; 49. Fórum de Cultura PR/ PPS – Cláudio Ribeiro; 50. UFPR – Jorge Gregory; 51. SINATEN – Rogério Fdes; 52. FAP – Marcos Batista; 53. SINTEC/PR – João Gualberto Boissa J., Solomai; 54. ACAMSOP / Assoc. Câmaras Municipais – Sudoeste; 55. DIESE – Ivo Luska; 56. FAEP – Eustáquio; 57. CONIC /PR – Jorge Schiesertecker; 58. Associação Comercial do Paraná; 59. FETAEP – Antonio Lucio, 60. OCEPAR – João Paulo; 61. Fed. Empresas Transportes e Cargas – Walmor Vaz; 62. Federação Comercial do Paraná – Rubens Brustolim; 63. Pastoral Juventude – Viviane (Diocese); 64. CPT (Comissão Pastoral da Terra) – Darci Fryr; 65. CEFAT – Cesar Sawison; 66. CEBs – Rose Batista; 67 UVEPAR - Primon. Coordenadores: Beto (CUT), Milton (PC do B), Nelson (Força Sindical), Armando (Aposentados Copel), Aldino Bial, Eroni (Senge), Dep. Zé Maria – Pessuti, Jefferson (SIDELPAR), Stan, Florisvaldo, Zanlorenci (PPS), Aline (UPE), Romeu (APP), José Lemos (APP), Madson (UPES), Esmael, Marino (Igreja Católica), Ivo Luska (Diese), Acir (PMDB), Watanabe, Senador Osmar Dias, Senador Álvaro Dias, Senador Arns, Faiet (Corecon), Elisio Morais (SINDJUS), Padre

entre associações de moradores, sindicatos de classe e políticos de oposição, estes dados oscilavam nos jornais, que no início não deram muito destaque, ou melhor, dizer não deram muita importância. Em seu relacionamento com o Fórum a imprensa de início procurou dar ênfase aos argumentos do governo do Estado, aos poucos com o seu desenvolvimento, as ações do Fórum passam a ter uma presença marcante na mídia. Sobre este relacionamento, entre o Fórum e a mídia, os meios de comunicação o coordenador executivo sintetizou a sua análise sobre o redirecionamento da imprensa:

> Mesmo a mídia paranaense e digo sem nenhum desdém, sabendo que parte da mídia tem como um de seus principais clientes e, portanto, ponto de faturamento, o oficialismo. Havia dentro dos setores da mídia uma certa dúvida sobre a venda da Copel. Havia também um outro detalhe, que começou a se tornar insustentável ter um lado só da história, ora o movimento crescendo, assembléia com pronunciamentos, daqui a pouco encontros aqui, encontros lá, manifestação, daqui a pouco surge uma coisa extraordinária, quer dizer em 45 dias nós conseguimos atingir 138 mil subscritores de um projeto de iniciativa popular, isto nunca tinha acontecido no Brasil.(FRIEDRICH: 2005)

Para a jornalista do Sindicato dos Engenheiros do Paraná – Senge, o Fórum se destacou, sobretudo pela consciência da sua responsabilidade social, histórica e cultural. Ao relembrar a trajetória de construção do Fórum relata que:

> O Fórum popular em defesa da Copel como uma empresa pública, teve sustentação, uma base dentro da estrutura no CREA. No CREA aqui do Paraná, mas esta base estava sustentada em movimentos não só de âmbito sindical, mas também nos movimentos sociais. Eu diria que na sede do Sindicato dos Engenheiros aconteceu a redação do primeiro abaixo-assinado, que foi por iniciativa de um engenheiro que é da Copel e que é um grande líder comunitário, dos movimentos sociais e também da área sindical, da área da militância partidária que é o Sergio Inácio Gomes. Um admirável cidadão brasileiro, eu diria a partir disso, nós o Sindicato dos Engenheiros convidou, e se reuniu com outras instituições e em tempo de três meses eram mais de 400 entidades envolvidas nessa iniciativa que teve como fundamento na minha análise uma clareza muito grande a cerca da responsabilidade social histórica que foi a construção da Copel, uma empresa de excelência, uma das melhores do país, na prestação do serviço da sua área de atuação, que foi construída com dinheiro do povo do Paraná, e que vinha se mantendo superavitária historicamente. (BASSFELD: 2005)

Leocádio, Jorge Gregory (UFPR), Gerson (PT). Partidos: 1. Juventude PT – Estanislau B. Neto, 2. Diretório Municipal PPS – Benjamin Zanhorenci, 3. PC do B – Milton Alves, 4. PT – André Passos, Edson Dupsk, Narciso Pires, Guilherme Gonçalves, 5. PCB – Elísio E. Marques, 6. PDT – André Megotto, Flamarion Moreira, Eloy (Juventude Socialista), Vereador Clodoaldo Pinto Jr., Nelton Friedrich, 7. PMDB – Eloi Mezzadri (Liderança Oposição A. L.), Milton B., Rose Dranka, 8.PSDB – Priscila G. G. Perez, 9. PPS – Marcos Isfer, Alaor Valente, 10. PSTU – João Marchi.

Pode-se afirmar que a medida que o Fórum desenvolvia suas ações, na capital do Estado, e no interior do Estado, também a identidade do movimento foi sendo assimilada e difundida. Revelando o seu caráter antiprivatização, nacionalista, e ao mesmo tempo regionalista: “Durante a entrevista coletiva de lançamento do Fórum, os participantes deram as mãos e cantaram o Hino Nacional, vestindo a camiseta com dizeres: A Copel é nossa. Não deixe vender. O mesmo slogan está nos adesivos que o movimento está distribuindo”. (Jornal O Estado do Paraná de 16/03/2001)

No início, quando ainda não se falava propriamente no Fórum Popular Contra a Venda da Copel, mas da primeira plenária realizada no Plenarinho da Assembléia Legislativa, unanimemente concluiu-se que era necessário compor um grupo que agregasse representantes dos deputados, representantes da sociedade civil, entre outros como partidos políticos, ONGs, etc.

> Nessa outra reunião já veio uma idéia melhor trabalhada, que tínhamos que conseguir uma organização pra poder entrar com a ação em juízo. Que tinha que enfrentar uma briga de tudo que é tipo, então a gente sabia, tem uma briga técnica tem uma briga política, tem uma briga jurídica, tem uma briga de comunicação. E em cima disso nós fizemos as comissões, daí coordenação de comunicação, coordenação técnica, coordenação parlamentar. (FRIEDRICH: 2005)

Mas foi da necessidade de posicionamento do Fórum para o combate, que surgiu a constituição das comissões do Fórum Contra a Venda da Copel que assim se configurou: 1. Comissão de Divulgação e Mobilização integrada inicialmente por: UNE – União Nacional dos Estudantes, UPES – União Paranaense dos Estudantes Secundaristas, SINDELPAR – Sindicato de Energia Elétrica do Paraná, SINDINEL – Sindicato dos eletricitários de Curitiba, CUT – Central Única dos Trabalhadores, APP – Associação dos Professores do Paraná, PMDB – Partido do movimento Democrático Brasileiro, PC do B – Partido Comunista do Brasil, PDT – Partido Democrático Trabalhista. Esta comissão teve como coordenador Roberto Von Der Osten. 2. Comissão Técnica: CREA – , CORECON - , SENGE - , SINDEL - , Associação dos Aposentados e Pensionistas da Copel, Instituto de Engenharia do Paraná. Ficando com a coordenação desta comissão João Carlos Cascaes. 3. Comissão de comunicação: CREA, SENGE, Sindicato dos Jornalistas, SINDENEL, sob a coordenação de Esmael Moraes. 4. Comissão de Finanças: PMDB, PDT, PT, PSDB, SENGE. 4. Comissão Política sob a coordenação do Deputado Orlando Pessuti. 5. Comissão Jurídica: SINAP

– Sindicato dos Advogados do Paraná, sob a coordenação de Marco Antônio Monteiro. E por fim, 6. Comissão Executiva sob a coordenação de Nelton M. Friedrich. Esta configuração nos dá uma visão ainda que parcial, (pois o Fórum agregou mais de 400 entidades contra a privatização, das articulações e redes construídas pelo movimento através das suas lideranças).

Além dos já citados acima, o Fórum Popular Contra a Venda da Copel reuniu partidos políticos, políticos (deputados, senadores, vereadores, prefeitos, ex-governadores), igrejas, sindicatos, empresários[79], ONGs, personalidades públicas, entidades tais como a OAB/Pr, Fiep, e mais de 400 entidades de peso na comunidade paranaense. É importante acrescentar que o Fórum aglutinou várias concepções dentro do movimento, por exemplo, uma concepção que pregava uma postura antineoliberal, como a entidade APP-Sindicato entre outros, mas ao mesmo tempo entidades que defendiam os princípios do capitalismo e permaneciam fiéis ao seu ideário, como é possível evidenciar em carta sobre a privatização da Copel produzida pela Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação das Associações Comerciais Industriais e Agrícolas do Paraná, Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação das Industrias do Paraná, Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. Em tal manifestação estas entidades afirmam-se:

> Firmemente a defender os princípios da livre iniciativa e, por isso, o processo de desestatização da economia brasileira. O desenho de um novo modelo de sistema elétrico para o país é que vai, a nós paranaenses oferecer as indicações adequadas de como deverá se processar, dentro do mais elevado interesse público, a privatização da Copel; inclusive a preservação, se pertinente, em mãos do Estado paranaense. As circunstâncias e a conjuntura atual, portanto, recomendam que o programa de privatização da Copel seja postergado. Quando de retomada nossas instituições empresariais apreciaram, junto com o governo e demais segmentos representativos da sociedade paranaense, contribuir para a escolha de um modelo que esteja em sintonia com a expressão social, econômica e política do Paraná". (In: 10/06/2001, subscrevem a carta às entidades já citadas)

Outro exemplo bem significativo neste mesmo sentido foi as posições diametralmente opostas em relação ao assunto Copel: CREA e Instituto de Engenharia do Paraná. O CREA, com o presidente a época, o engenheiro Luis Antonio Rossafa, engajou-se integralmente na campanha contra a venda da estatal. Já o Instituto de

Engenharia preferiu oferecer debates sobre o tema, “contribuindo para uma decisão madura de seus associados”. Falaram sobre o tema Ary Queiroz e Francisco Gomide, ex-presidentes da Copel, e Ingo Hubert, a época atual dirigente. (In: “Privatização”, Jornal Folha do Paraná, 29/07/2001) Ambos com um discurso que favorecia a privatização, baseado nos argumentos do governo.

Os argumentos utilizados pelo governo, principal opositor do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, era pulverizado através de afirmações baseadas na imposição do governo federal, na falta de competitividade da empresa estatal diante de outras empresas privadas, bem como do déficit das contas do governo que só seria sanado com os investimentos oriundos da venda da empresa, isto no início da polemização sobre a venda ou não venda da empresa.

O discurso oficial da época era evidenciado através do presidente da Copel, Ingo Hubert, que ressaltava que a “desregulamentação do setor elétrico é uma tendência mundial. Alguns países como a Inglaterra, Alemanha e Argentina já venderam suas companhias elétricas para a iniciativa privada. Estados Unidos, Itália, Austrália, Espanha e Portugal seguiram o mesmo exemplo”. (Folha do Pr – 15/01/2001 pg. 1 Economia) Ainda havia o argumento de pressão do governo federal sobre os governos estaduais para privatizarem suas estatais, através de uma série de restrições às empresas estatais, como por exemplo, as medidas que impediam a realização de empréstimos de entidades financeiras públicas, e também, a proibição de lançar novas ações em bolsas (estratégia utilizada pela empresa para captar recursos).

Antes ainda de falarmos sobre os esclarecimentos do Secretário da Fazenda Ingo Hubert em 2001, cabe lembrar que em dezembro de 1998, quando da aprovação da Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998, em sessão para esclarecimentos a bancada de oposição, minoritária na época, é pertinente destacar que quando indagado pelos deputados de oposição o então Presidente da Copel não esclarece as questões por eles suscitadas, apenas levanta alguns dos argumentos já citados acima como as leis que dificultavam a captação de recursos a estatais e a falta de competitividade da Copel diante do mercado privado, por exemplo. Entre as questões levantadas se destaca a que questionava o valor da empresa: “Se fosse governador, a primeira pessoa a quem perguntaria o preço da empresa seria para o diretor da empresa, que

[79] Posicionou-se a favor do fórum: 70% dos empresários do comércio (segundo a Associação Comercial do Pr). Fonte: Jornal Gazeta do povo de 15/08/2001.

entendo é a pessoa mais habilitada, e o senhor têm demonstrado aqui pelo seu conhecimento a esse respeito que é uma pessoa habilitada para nos dizer isso, quanto o senhor acha que vale a Copel e por quanto ela deveria ser vendida? E queria que o senhor nos dissesse por quanto ela está sendo vendida, e se o senhor acha justo esse valor?" (PÉRICLES MELLO: 1998 In: Anais da Assembléia Legislativa do Paraná 03.12.1998) Em resposta o Presidente da Copel diz: "Na verdade sobre se é ou não é um bom negócio vender a Copel, não cabe ao presidente da copel decidir, cabe sim a quem vai vender a Copel ou não, dependendo realmente da autorização que tenha ou deixe de ter... A entidade correta para ser indagada sobre o valor atribuído à empresa ou atribuível a ela é do mercado". (HUBERT: 1998 In: Anais da Assembléia Legislativa do Paraná 03.12.1998)

Também o discurso do Deputado Dr. Rosinha sintetiza a falta de informação prestada pelo dirigente da Copel, representante do governo aos deputados na Assembléia Legislativa do Paraná:

> Na manhã de hoje esteve na Assembléia Legislativa o Engenheiro Presidente da Copel, Dr. Ingo Hubert. Aliás, teria sido bom que tivesse vindo acompanhado de alguém que soubesse responder as principais questões aqui formuladas, porque as mais importantes não foram respondidas. E eram respostas importantes para que nossa Bancada pudesse se posicionar inclusive melhor, se é que alguém acha que talvez estejamos nos posicionando de forma inconveniente. Perguntado pelo Deputado Ângelo Vanhoni se a Copel terá ou não, condições de competir no mercado, e também perguntado se os consumidores, como um consumidor residencial aqui do Santa Quitéria, ou da Água Verde, ou de qualquer outro lugar, terá energia mais barata? Respondeu o Sr. Presidente da copel que consumidores como a Renault poderia perfeitamente comprar energia através do sistema interligado de outro fornecedor, se assim entender, ou seja, deu o exemplo da Renault, porque é um consumidor de mais de 3 megawatts de potência instalada. Quer dizer, estes fornecedores hoje poderão comprar energia no mercado como dizem e gostam os neoliberais. Perguntado também sobre a questão da venda das ações, quanto a Copel detém, o quanto ela recebeu, qual é o controle que ela tem hoje, possível de ser vendido, o quanto arrecadou, a que valor venderá, ele disse que é uma questão a ser perguntada ao Sr. Giovanni Gionédis. Ora, estas perguntas vêm sendo feitas, neste parlamento há mais de 3 meses, aliás há muito tempo, se pegarmos desde os primeiros requerimentos apresentados por nós, Deputados, quando já se discutiu as Leis de Concessão, e quando se discutiu as Leis que autorizavam as vendas de ações da copel. Portanto, se vem aqui o Engenheiro Ingo Hubert e diz que não sabe responder ou ele está mal assessorado ou ele é meramente um cumpridor de ordens do Palácio Iguaçu, e aí não serviria para ser Presidente da Copel. Não saber responder como tem se comportado as ações da empresa que ele preside, no mercado, ou está de má fé, como ele gosta de dizer que é esta Oposição, ou ele é incompetente! É somente no Governo Lerner que alguém é capaz disso. Ou então, está tratando indevidamente a causa pública, de maneira desrespeitosa. Ou no mínimo não importando o rumo que toma. Não saber das condições é não saber nem quanto vai ser arrecadado pela privatização da Copel. (In: Anais da Assembléia Legislativa do Paraná 03.12.1998)

Importante ressaltar que em 28 de março de 2001, a requerimento proposta à Assembléia Legislativa do Paraná, presidida pelo então Presidente Hermas Brandão, transformou a sessão em comissão geral para audiência do Secretário da Fazenda Ingo Henrique Hubert acompanhado de acessores para prestarem informações sobre o processo de privatização da Copel – Companhia Paranaense de Energia. Nesta ocasião, Ingo Henrique Hubert acumulava o cargo de Secretário da Fazenda e também Presidente da Copel. Ao procurar responder as questões levantadas pela oposição e situação, Ingo Hubert se esquivava das questões formuladas pela oposição e acolhia as formuladas pela situação justificando que ora quem deveria responder era o Presidente da Copel e não o Secretário da Fazenda ou o inverso: "Na verdade não vim aqui preparado para discutir finanças, vim aqui discutir a privatização da Copel. Porém sei que existe aí uma conexão e vou abordar talvez de uma maneira mais macroscópica a sua questão. O Estado do Paraná, hoje, ele não está numa situação exuberante de caixa. Existe o aspecto estrutural das finanças. Temos que ter muito cuidado quando falamos em cobertura de, entre aspas,..." (HUBERT: 2001 In: Anais da Assembléia Legislativa do Paraná 27.03.2001) Também recebeu destaque a viagem de Ingo Hubert ao exterior para atrair instituições interessadas à compra da Copel. "A licença oficial vai até o próximo dia 8, conforme disse ontem á Folha o secretário de governo, José Cid Campêlo Filho. Durante esse período, Hubert vai percorrer Estados Unidos e países da Europa para fazer uma apresentação detalhada do balanço financeiro da Copel. O que evidencia o argumento de uma dívida pequena comparada ao patrimônio da Copel, portanto lucrativa e estratégica. ("Hubert busca investidor para Copel no exterior", In: Jornal Folha do Paraná, 02/06/2001) Sobretudo a parte final da sessão demonstra bem o despropósito da parte do Secretário da fazenda e Presidente da Copel em sanear as dúvidas sobre o processo de privatização da Copel. Assim transcrevemos a parte final:

> O SR. CAÍTO QUINTANA: ... porque essa questão de que nós vamos desregulamentar, desregulamentar o quê? A Copel já está aplicando fora. V. Exª diz que não, mas está aqui no jornal: "Balanço da Copel – A Copel já aplicou em machadinho Energia S/A Santa Catarina e na Dona Francisca Energia S/A Santa Catarina. Que vai desregulamentar o setor, vai desregulamentar para todo mundo! Nós somos geradores, minha gente! Nesses estados que foram vendidas e que está na publicidade do governo, se der de graça, tem lucro. São consumidores! Eles compram energia! Lembro, desde o tempo em que eu era criança. Os postes da C.E até hoje, cada vento que dá, derruba, porque é de madeira de eucalipto. É deficitária. Olhem a Celesc, de Santa Catarina, que é do partido do governo está lutando para manter a Celesc que não está nem perto da copel? Quem é que vai competir conosco? Qual é essa empresa, que é tão falada aqui e que no futuro as grandes empresas... Quais são as grandes empresas? Isso é hipotético! Não se

> fabrica queda d'água. Não se fabrica rios. Eles terão que aplicar em cima de rios que já existem e a maior riqueza do Estado do Paraná, no futuro vai – ser poder chegar a um complexo industrial que se queira instalar aqui e dizer – nós podemos colocar uma sub-estação na frente. A Copel não é empresa comercial para dar lucro. É para servir o povo do Paraná. Eu faço duas perguntas. Sei que meu tempo está esgotado, infelizmente. Eu detesto esse tipo de reunião, porque quem vem, responde de assuntos variados e pula. Pergunto mais uma vez. O Senhor convence mais deputados da base de apoio se o senhor reconhecer uma coisa. A Copel está sendo vendida por uma questão estratégica de desregulamentação ou está sendo vendida por necessidade de caixa? Segundo, eu quero saber, senhor Ingo, porque, e isso é pertinente, senhor Presidente, porque o preço da Copel vai depender das ações que estão aí caucionadas, o empréstimo já antecipou, vai depender da questão Copel-Sercomtel. Por que? Eu tenho aqui, da Internet. Por que uma dívida de doze milhões foi paga diretamente, não para a prefeitura e sim para o banco Fonte Cindam – com 70 milhões, dos quais o próprio diretor está falando em desvio de onze milhões, para uma conta no Uruguai. Não sei se isso é verdade ou não é, mas está aqui escrito. Onze milhões que não foram tributados e foram remetidos para o Uruguai. Eu gostaria que o senhor respondesse.
> O SR. INGO HUBERT: Deputado Caíto Quintana, V. EXª me coloca seis questões que eu anotei.
> O SR. CAÍTO QUINTANA: Olhe, eu tenho aqui umas cinqüenta, mas eu prefiro que o senhor responda àquelas que eu lhe perguntei.
> O SR. INGO HUBERT: Perfeito. Então vamos tentar responder às seis. O senhor primeiro fez uma indagação ou afirmação, não sei bem, que o Paraná teria vendido sua água potável. Nem que o Paraná quisesse. O senhor é advogado, que eu sei,conhece as leis, o senhor conhece perfeitamente a Lei nº 9433 de 8-01-97. O senhor conhece a Lei 852 de 11-11-38 e V. Exª sabe tão bem quanto eu que mesmo que o Estado quisesse, por alguma razão ou com algum mecanismo, vender a água potável, isso não seria possível. De mais a mais, quem regula a água potável é a União, através da...
> O SR. CAÍTO QUINTANA: Não vamos falar em água. Estou falando da Copel.
> O SR. CAÍTO QUINTANA: ... Não, eu não estou falando em água! Não vamos adverter. Estou falando em Copel!
> O SR. DURVAL AMARAL: Ele ouviu o senhor, quieto, o senhor faça o favor de ouví-lo, também.
> O SR. CAÍTO QUINTANA: Fique quieto! O senhor não tem nada a ver com isso! Baixe a bola porque o senhor não tem nada mais que eu, aqui!
> O SR. DURVAL AMARAL: Baixe a bola você! Ele está falando, então fique quieto!
> O SR. CAÍTO QUINTANA: Quem é você para me mandar baixar a bola, Durval ?!! Respeite o seu tamanho. A mesa pode me corrigir, não o senhor! ....
> O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão): Diante do horário, damos por encerrada a presente Sessão Especial. Agradecemos a presença do senhor Secretário. Demos oportunidade a 18 Srs. Deputados questionarem o presidente. Diante da prorrogação ter sido estabelecida até às 20:00 h, declaro encerrada a presente Sessão. (Anais da Assembléia Legislativa do Paraná 27.03.2001)

Ainda sobre este posicionamento do Secretário da Fazenda Ingo Hubert, o coordenador do Fórum e sindicalista diretor do sindicato dos eletricitários de Curitiba, acresce:

> O Lerner prometeu que a Copel não seria vendida nem em 94, nem em 98, quer dizer estranho. E o pior de todos, o pior papel do Lerner já sabia essa tendência dele etc, mas e o Ingo que era Presidente da Copel, era Secretário da Fazenda. Então enquanto Secretário da Fazenda ele precisava de recursos pro Paraná Previdência, pra cobrir o déficit, e enquanto presidente da Copel não defendia a empresa, ele dizia que ela não tinha condições de competitividade, mas eu tenho inúmeras declarações dele, impressos

> oficiais lá declarando que não há ninguém no mundo que se possa comparar com a Copel. Então veja dois pesos e duas medidas. Não tinha condições, eu presenciei o Ingo, foi chamado em duas ocasiões na Assembléia Legislativa e você começa a ligar os fatos. Você percebe num primeiro momento o líder naquela época era o Rossoni, num primeiro momento, e o Ingo tava lá e se contradizendo, ele só respondia aquelas perguntas formuladas pelo grupo dele e pelos outros se esquivava. E ele dizia assim, quem tem que responder isso é o Secretário da Fazenda, e na segunda vez quando ele era Secretário da Fazenda ele não estava como secretário, ele tava como presidente da Copel e quem tinha que responder era o anterior. Então ele sempre se esquivava e criaram um tumulto provocado pelas circunstancias e o Aníbal Cury, naquela ocasião encerrou a sessão para salvar o coro, a pele do Ingo diante das provocações, e passado alguns anos o líder dessa vez já era o Durval Amaral. (GRAMOWSKI: 2005)

Já em contrapartida em novembro de 2001, a não privatização já não "levaria o Paraná ao caos administrativo" (HUBERT: Hoje é dia D da privatização da Copel, governo vive novamente a expectativa da realização do leilão, gazeta do povo 06/11/01), como dizia o presidente da Copel e secretário do Estado Ingo Hubert no início do processo. Mesmo assim, "a privatização é necessária para resolver o rombo previdenciário, e para salvar a companhia da impossibilidade de competir no mercado liberado dentro de dois anos". (HUBERT: Hoje é dia D da privatização da Copel, governo vive novamente a expectativa da realização do leilão, gazeta do povo 06/11/01) Para o atuante dirigente sindical e coordenador do Fórum Popular Contra a venda da Copel, esta afirmação veio abaixo, pois ao final do processo de privatização da Copel pode-se vislumbrar que:

> Essa vitória, ela foi sem precedentes, por isso que a gente precisa resgatar, recuperar essa memória, pra mostrar o quê que é um dia quando um povo se une, todos os setores perceberam da importância e viram que os argumentos não eram consistentes, que o Lerner informou que foi determinação do Fernando Henrique, Fernando Henrique quando esteve aqui, tem matérias de jornal, o Luis Carlos Martins entrevistou ele, e ele diz assim "a Copel será vendida se o governo quiser", quer dizer passou, jogou a transferência de responsabilidade para o governo. E eles mentiram inúmeras vezes dizendo que eles tinham que cobrir o déficit do Paraná Previdência, e o Paraná Previdência está aí entre as estruturas que mais cresceu, acho que só perderia talvez pra Copel e pra Petrobrás, mas teve um crescimento. Sem a venda da Copel como é que deram certo, então eles tinham a alternativa dois, a gente desafiou algumas vezes, perguntava, porque com essa batalha com advogado já tá desde 1986, já anterior quando houve as primeiras tentativas de venda de ações, praticamente desvalorizar essas ações, para que as pessoas comprassem elas em baixa, e tivessem os ganhos em alta dentro desse processo. Então água e energia, elas são vitais, elas são estratégicas, tanto que futuramente não vai se medir a potência de um país pelo potencial armamentista, etc., o que seria uma tragédia, uma guerra nuclear. (GRAMOWSKI: 2005)

O próprio Governador Jaime Lerner utiliza este mesmo discurso oficial, para convencer a sociedade à cerca da necessidade da venda da Copel, como uma

exigência do Governo Federal e como a única forma de garantir o equilíbrio fiscal e orçamentário do Estado paranaense:

> Ao iniciar o processo de desestatização (privatização)[80] da Copel, eu tinha plena convicção de que este era o melhor caminho para assegurar ao povo paranaense, na forma de investimentos sociais, os benefícios imediatos do dinheiro que o governo tem na empresa como acionista majoritário. Diferente do que queriam fazer crer nossos adversários ao explorar a boa-fé dos paranaenses, a privatização era induzida pela política do governo federal, que havia estabelecido para 2003 a abertura do mercado de energia para a competição entre as empresas do setor. O modelo brasileiro previa o fim do monopólio e o início da competição. A desregulamentação do setor elétrico traria a crescente participação da iniciativa privada, que hoje controla 23 distribuidoras de energia. E o consumidor se beneficiaria com a concorrência. Nesse quadro, como empresa pública, a Copel teria dificuldades para sobreviver num mercado livre, estabelecido pelo Programa Nacional de Desestatização, até porque as empresas estatais estavam impedidas de buscar financiamentos para a realização de novos projetos. (LERNER, Razões para a não-privatização da Copel, Gazeta do povo, 30/01/2002 p. 12)

Boito Jr, afirma que realmente há uma preponderância do executivo sobre os "governos subalternos": "boa parte das empresas estatais não privatizadas está sob jurisdição estadual ou municipal, o que tem ensejado uma pressão política e financeira do executivo federal, que é onde o neoliberalismo é mais forte no Brasil, sobre os governos estaduais e municipais". (1999, p. 13) O que não justificaria a submissão deste governo se o mesmo não fosse neoliberal. O próprio Fernando Henrique Cardoso afirma que a empresa é extraordinária sendo uma das melhores do Brasil. Afirmou. Ainda, "que o melhor momento para privatizar a Copel é agora, mas que a decisão é exclusivamente dos paranaenses". (CARDOSO, Presidente defende a venda da Copel, Gazeta do Povo 12/04/2001)

Ainda na opinião de Fernando Henrique Cardoso o "governador Jaime Lerner está empenhado na privatização porque deve ter argumentos para concluir que é o momento adequado. No país todo houve a privatização de mais de 25 empresas, de modo que a política não é minha, já estava implantada quando assumimos". (CARDOSO, Presidente defende a venda da Copel, Gazeta do Povo 12/04/2001)

O presidente a época, destacou que é uma lei aprovada pelo Congresso. A lei mandava privatizar as empresas sob o controle da União, e no caso dos Estados dependia de leis elaboradas pelas assembléias legislativas de cada Estado. "No caso do Paraná, uma lei que autoriza o Estado a privatizar a companhia foi aprovada no ano

[80] Destaque nosso.

passado e a oposição faz campanha, neste ano, para revogar esta lei". (CARDOSO, Presidente defende a venda da Copel, Gazeta do Povo 12/04/2001)

As demandas e os repertórios da ação coletiva do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, englobam carências que podem ser consideradas de bens materiais ou simbólicos num primeiro momento. "A maior crítica está no fato de os governos estaduais estarem vendendo sua empresas para aplicar o dinheiro no ajuste fiscal". (Folha do Pr – 15/01/2001 pg. 1 Economia) Por parte do Fórum a sua carência (ou idéias e conjunto de metas e valores a atingir), se traduzia primeiro no impedimento imediato da privatização da Copel, e em segundo, na não concretização de mais nenhuma privatização de empresas estatais na área de energia no Paraná e no Brasil.

Poderíamos tentar traduzir a carência, a demanda do Fórum popular Contra a Venda da Copel a partir do seu discurso interno presente no seu estatuto[81]: Art. 1º, "que seu objetivo é articular, promover ações para uma ampla conscientização e mobilização da sociedade paranaense para impedir a venda da Copel". Em seu discurso:

> É inadmissível que o governo do Paraná, sem ter procuração do povo paranaense, venda a melhor empresa (pertencente a um estado-membro) do setor elétrico brasileiro. A Copel é uma das maiores geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia do Brasil e tem características de grande empreendedora. A Copel participa em mais de 18 empresas (gás, telecomunicação-fibra ótica, compra e venda de energia, energia eólica, fibra ótica, telefonia fixa e celular, pesquisa) podendo gerar outras subsidiárias de interesse do Paraná; no ano 2000 registrou um impressionante lucro líquido de R$430 milhões; atende e muito bem 2 milhões e 900 mil consumidores, tem 18 usinas feitas com esforço de todos nós e possibilitando o Paraná ser auto-suficiente em energia (temos para nos abastecer e ainda vendemos – 1/5 do que produzimos – para abastecer outros estados); construiu uma tecnologia, um saber no setor, possibilitando vender serviços/conhecimento para a Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, África do Sul, Malásia e China; além de outras qualidades da empresa.Vale lembrar que energia é poder, é o sangue que move a economia, e quem tem geração de energia possui a "galinha dos ovos de ouro", até porque grandes investimentos já foram feitos e a energia é quase toda hidráulica, renovável e ambientalmente mais correta. (Carta da Coordenação Executiva do Fórum Popular contra a venda da Copel)

Gohn chama a nossa atenção para a ideologia desenvolvida por um movimento social. Procuramos captá-la por meio da análise dos discursos e mensagens dos líderes e de toda produção material e simbólica do movimento do Fórum Popular Contra a

[81] O Fórum Popular Contra a Venda da Copel foi regido por estatuto próprio. O Conselho Diretivo foi eleito em assembléia em 21 de fev/2001, o seu registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos se deu a data de 04/abril/2001, em Curitiba. A partir deste documento o Fórum passa a ter personalidade jurídica e sem fins lucrativos com o objetivo de: articular e promover ações para uma ampla conscientização e mobilização da sociedade paranaense para impedir a venda da Copel. A sede é em Curitiba - Pr, Brasil, a rua Dr. Zamenhof, 35 – Alto da Glória. Local cedido pelo CREA

Venda da Copel. Na sua retórica o Fórum procurou caracterizar-se como "movimento cívico, paranista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático", o que evidencia um resgate ao nacionalismo, ao regionalismo. Sempre tão presentes nos quadros da nossa história paranaense.

Neste contexto o discurso suscitou o sentimento paranista e nacionalista. Através do lema "A Copel é nossa", por exemplo. Outro exemplo é dado ao chamamento realizado pelo Fórum à participação na organização deste que se inicia com: "Prezado Companheiro de Luta Popular, Democrática e Paranista" e, é finalizado com os dizeres: "saudações paranistas". A imprensa também colaborou para este sentimento, até mesmo em jornais que procuravam dar sustentação ao governo, na medida em que a princípio o governo não considerou relevante o movimento em defesa da empresa, lia-se manchetes como por exemplo, "Uma empresa construída, tostão por tostão, pelos paranaenses" (Gazeta do Povo, 17/06/2001). Se bem que nesta matéria procurava se demonstrar que a empresa estatal não mais pertencia à sociedade paranaense, posto que apenas 31,1 % das ações pertenciam ao governo do Paraná[82], mesmo assim dirige-se a empresa como "a maior empresa do Paraná e a primeira do setor energético nacional com ações negociadas na Bolsa de Nova York. Seu patrimônio é de R$4,9 bilhões[83]", conforme informações do próprio governo.

Ainda levando-se em consideração o cenário sociopolítico/cultural em que se inseriu o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, devem-se relacionar os episódios ocorridos no cenário econômico/social mundial que tiveram impacto sobre todo o mundo e que foi marcado pela onda de terror, com o ataque aos EUA, a crise Argentina, e o "apagão – a crise energética" na Califórnia e no Brasil. Atrelado a todas as ações do Fórum tem grande importância verificar neste caso, as oportunidades políticas que se desenrolaram contrariamente à vontade do governo ou do Fórum, mas que repercutiram diretamente no sucesso do movimento, como estes fatos que acabamos de mencionar. O coordenador executivo do Fórum reconhece a sua importância: "fato novo que contribuiu e que evidentemente se somou, que foi importante, é o atentado de 11 de setembro. Todo o tumulto, aquela audiência pública que eu falei, mais essa coisa da votação, tudo se deu no mês de agosto. O 11 de setembro aí se somou como mais um fator, que foi significativo, uma espécie de recuo

[82] Informação retirada da Gazeta Mercantil de 24/04/2001.
[83] Informava o governo na internet, em www.pr.gov.br/energia/.

de investidores...” (FRIEDRICH: 2005) Já para o coordenador do Fórum e dirigente sindical da Sindenel, o sucesso do Fórum é atribuído a participação popular e a organização interna do Fórum:

> Discordando do que o Governador Requião afirma, “de que a Copel não foi privatizada em função do 11 de setembro”, não concordamos em hipótese alguma com esta afirmação, houve três desistências de leilão ao longo do prazo, havia um determinado momento em que as empresas deveriam depositar o valor caucionado, e nesse período o Fórum encaminhou, foi até uma decisão interna, rápida muito feliz a idéia de se formalizar uma correspondência a todos os interessados seja canadenses, os belgas, os italianos, os franceses, os americanos, os portugueses, todos os setores que estavam interessados, que haviam treze num determinado momento, uma correspondência de que poderiam evidentemente ganhar, levar a Copel no leilão, mas teriam problemas na justiça porque iríamos recorrer a todas as instâncias possíveis. (Gramowski: 2005)

Neste cenário a força social do Fórum Popular Contra a Venda da Copel foi irradiada em três frentes: Política, Jurídica e social. E recebeu como já salientamos acima o apoio de fatores externos ao Fórum. Procuraremos agora enfocar essas frentes de disputa de forças a partir da participação e contribuição dos repertórios de ações coletivas do Fórum.

Houve no campo e social a proliferação de enfrentamento às políticas neoliberais, que ressoaram em direção às pessoas de Fernando Henrique Cardoso em nível federal, e de Jaime Lerner em nível estadual. Em nota dos Bispos do Paraná[84] a respeito da Copel, por exemplo, Dom Murilo S.R. Krieger expõe os motivos que levaram a CNBB – Pr[85] a apelarem pela não privatização da Copel: primeiro, se descaracteriza qualquer motivação político-partidária, “Somos impulsionados, sim, por nosso amor ao Paraná e pelo bem que queremos aos paranaenses”. Em segundo seguem-se as razões: “1º) Algumas privatizações realizadas anteriormente não redundaram em benefícios visíveis para nossa população; 2º) Decisões como a privatização da Copel necessitam de maior discussão e envolvimento da sociedade, não excluindo a eventual conveniência de um plebiscito; 3º) A privatização da Copel seria um ato irreversível. A não privatização possibilitará que a sociedade continue discutindo os rumos a ser dados a esse patrimônio de nosso Estado”.

Acreditamos com certeza que durante o governo de Fernando Henrique Cardoso e, por extensão o governo de Jaime Lerner, estes procuraram assumir a perspectiva

[84] Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Regional Sul II, Nota do Arcebispo de Maringá e Presidente da CNBB – Regional Sul, em anexo.

das grandes empresas privadas, que têm monopolizado os leilões de privatização para as quais estas áreas tão promissoras para a acumulação de capital, "encontram-se esterilizadas pelo controle do Estado". (BOITO JR: 1999, p.12) Daí poder ter sido difundido um discurso comum que caracteriza o sucateamento das empresas e serviços públicos. Sobre isto argumenta o coordenador da comissão executiva do Fórum:

> Durante muito tempo as privatizações no Brasil foram vendidas como grandes panacéias salvadoras da sociedade, tem que vender porque é um cabide de emprego, tem que vender porque dá muito prejuízo, tem que vender porque isso, porque o estado tem que cuidar da saúde, da educação. Você tinha uma espécie de simpatia, ou eu diria assim, de um consentimento silencioso, não explicito, nem convincente de boa parte da sociedade. (FRIEDRICH: 2005)

Há ainda o impacto social que adviria com as demissões em massa, já que o próprio processo de privatização já continha em si o cerne do enxugamento da empresa, através do PDI – Programa de Demissão Incentivada. Logo após a aprovação da lei 12355/98 o Setor de Recursos Humanos – SRH da Copel, criou um informativo denominado "Nosso Futuro", o primeiro exemplar foi editado em dezembro de 1998. A finalidade deste informativo era a de informar os funcionários (colaboradores) sobre o andamento dos processos de organização, modelagem e privatização da Copel, e em especial, a primeira edição[86] explicava as mudanças que vinham ocorrendo no setor elétrico e que afetariam a Copel. Sobre o Programa de Demissão Incentiva explica o coordenador do Fórum e dirigente sindical da Sindenel que:

> O PDI – Programa de demissão incentivada não foi tão incentivada, as pessoas foram obrigadas a participar do processo quer quisessem ou não, contrariando as afirmações anteriores que todos seriam remanejados. Nos informativos internos da copel, que foram denominados de "Nosso Futuro", que foram publicados cinco, nós até fizemos plágio dizendo que era nosso futuro negro, incerto e não sabido, todos deveriam ser remanejados, que quando as pessoas entraram elas entraram na Copel que era na sede Coronel Dulcídio e elas não tinha culpa nenhuma depois de irem pra geração, pra transmissão, pra tecnologia da informação, pra outros setores, todos seriam reaproveitados, sem problema nenhum. (Gramowski: 2005)

---

[85] Esta nota, também foi lida com fiel exposição, na sessão de 14.08.2001, na plenária pelo Deputado Algaci Túlio. (Anais da Assembléia Legislativa do estado do Paraná Agosto-Setembro de 2001)

[86] Assim era definida a finalidade do "Nosso Futuro": "Nesta primeira edição, vamos explicar as mudanças que vêm ocorrendo no setor elétrico e que afetam a Copel. Nesta e nas próximas edições, NOSSO FUTURO responderá as questões formuladas pelos colaboradores. As perguntas podem ser feitas via sistema, dirigidas à máquina FUTURO ou via malote interno. Durante o processo de adequação da empresa à nova regulamentação do setor elétrico, cabe-nos prosseguir com o melhor de nossos esforços, produzindo com qualidade os serviços que os clientes necessitam. Estaremos assim garantindo a rentabilidade necessária para que a empresa continue competitiva, e o processo de transição ocorra com crescimento para todos." (NOSSO FUTURO – Ano 1 – nº 1 – Dezembro de 1998)

Atrelado ainda ao PDI – Programa de Demissão Incentivada, não se pode ignorar que a possibilidade de compra das ações por empregados da Copel, previsão contida na Lei 12.355/98, que aprovara a privatização, era também uma forma de seduzir os funcionários, essa adesão a compra justificaria de um lado a privatização e garantiria a entrega da empresa sem futuros encargos trabalhistas.

> Foram criadas umas séries de clubes de investimentos isso é um detalhe muito importante, pra tentar seduzir os empregados no sentido de adquirir essas ações. Isto daria entorno de 20 mil reais, havia uma guerra entre esses clubes de investimento e pressionaram de todas as formas para os empregados aderirem e não havia necessidade nenhuma de aderir. Esse terrorismo brutal sabe, é impressionante toda as formas de pressão ou você sai ou você sai. Você não tinha alternativa, se você não sair por bem, vai sair por mal. Então por isso que nós questionamos a direção da empresa porque que ela estava antecipando, deixasse que os futuros compradores da empresa fizessem isso, as pessoas saberiam numa contagem regressiva que dentro de um ano ou dois elas fatalmente seriam demitidas, nem os puxa sacos poderiam talvez eventualmente sobreviver, todos aqueles que torceram apoiaram a empresa, impediram que a gente circulasse dentro da empresa pra gente coletar assinaturas, pegar abaixo-assinado, e atemorizaram também as pessoas, de que todos aqueles que eventualmente, isso não foi dito, não ta escrito nem nada, mas havia aquele medo aquela insegurança de que quem subscrevesse o projeto de iniciativa popular era um sério candidato a demissão. (Gramowski: 2005)

Esses mecanismos agiam de forma implícita ou explicita como meio de pressão sobre os funcionários da Copel. Em relato o participante do Fórum e atual diretor do Senge[87] comenta o que representou os clubes de ações, bem como a visão da categoria sobre a privatização:

> Os funcionários em geral tinham essa mesma visão de todo o povo, na verdade as enquêtes foram feitas e mais de 90% da população era contra a venda da Copel, o funcionário em geral sabia, todas as privatizações que a gente viu acontecer representaram em demissões em massa dos trabalhadores, mais de 70% dos trabalhadores acabam demitidos, isto aconteceu nas principais companhias de eletricidade do estado de São Paulo, aconteceu no Rio Grande do Sul, aconteceu com a telefonia, todo sistema Telebrás foi privatizado e passaram a ter um terço dos funcionários passaram a ter ganhos astronômicos que hoje a gente vê na nossa folha de telefone, e não tem agência pra fiscalizar, não tem nada e continuam ganhando este dinheiro. Até quando vai isso a gente não sabe, então os empregados, os antigos empregados dessas empresas uns poucos que permanecem lá se sentem esmagados lá dentro, os muitos que foram demitidos sofreram um bocado, então a gente sabia lá dentro que seria isso. E em algum tempo surgiu, e até havia o dedo do poder público nisso aí, de surgirem clubes de ações, porque com a privatização seria possível, estava na lei que os empregados teriam direito de comprar ações da empresa como (incentivo), comprariam com valor baixo e logo em seguida, assim que fosse feita toda a negociação estariam valendo muito mais as ações. E muita gente se viu iludido com isso sabe e aí acabou se acomodando mesmo, essas pessoas achavam 'é vou ganhar 15 mil, 20 mil

[87] Membro da Diretoria Administrativa na função de Diretor-Presidente Engenheiro Ulisses Kaniak gestão 2005/2008.

> reais, isso aí tudo bem, já que vai vender mesmo'. Nem todo mundo tem aquela visão de lutar até o fim, e eu no meu caso, como o caso de muitos companheiros, olha também não vou, não quero perder dinheiro se for me dado esta oportunidade, mas só no dia, no último dia que for possível isso é que eu vou aderir a esses clubes, porque acredito até o final. E a gente acabou sendo o lado correto da situação, acabou apostando certo, e viu alguns colegas comprando coisas até, com aquele dinheiro que iriam receber depois, então tinha realmente algumas pessoas, na verdade que tinham uma visão deturpada da coisa, visão comodista, depois quando assumiu o governo do estado atual, e depois no dia da posse o Paulo Pimentel como presidente da Copel o governador tava presente, quando ele chamou de frouxos os copelianos realmente a gente tem que concordar que pra alguns casos pessoal não teve coragem e se acomodou mas o que não pode generalizar, que muito gente lá dentro até na surdina colaborava com o movimento. (Ulisses KANIAK: 2005)

Entre os fatos que marcaram o embate de forças entre o Fórum Popular Contra a Venda da Copel e o seu principal opositor o governo, cabe destacar o que foi marcado pela batalha política. Para nós esta teve seu ápice justamente no quando da votação do Projeto de Iniciativa Popular que revogava a Lei 12.355, de 08 de dezembro de 1998, que autorizava a venda da estatal. Esta batalha política dividiu opiniões de políticos, economistas, enfim de toda a sociedade paranaense quanto a venda ou não da empresa estatal Copel.

Entre as personalidades políticas cabe destacar que ex-governadores, senadores, deputados, entre outros se posicionaram contrariamente a venda. José Richa, ex-governador era contrário: "sou contra a privatização. A falta de recursos está sendo um instrumento de uma insensatez. O governo estadual pode vender o resto, o que quiser, mas não a Copel, que é um instrumento que deve continuar nas mãos do Estado. É ilusão achar que a iniciativa privada vai ter interesse em estudar e buscar fontes alternativas". (Folha do Pr, 13/12/98) Cabe lembrar, que o próprio Ney Braga se ausenta do Conselho de desestatização da Copel, diante do debate da venda ou não venda da estatal. Sem desconsiderar a figura do ex-governador Paulo Pimentel englobando os ex que á época eram senadores como: Roberto Requião, Álvaro Dias[88], Osmar Dias, Itamar Franco, entre outros. Entre as iniciativas do Fórum, cabe destacar que este formalizou através de cartas e convites, a aproximação para a defesa, não venda da Copel ainda de todos os políticos do Paraná, bem como de políticos de

[88] O senador Álvaro Dias em maio de 2001, propõe no plenário um pacto para a aprovação, com urgência de legislação que impeça a privatização do setor de energia elétrica e de água do país, em plena crise energética que o país vivia. (in: Álvaro Dias propõe lei contra privatização de energia, Gazeta do povo, 16/05/2001)

relevância em outros estados, entre os quais, o nosso atual presidente da República Luis Inácio Lula da Silva, Itamar franco, Antony Garotinho, entre outros.

O coordenador executivo do Fórum relembra a entrega simbólica[89] do projeto de iniciativa popular e a postura dos pré-candidatos à eleição de 2002:

> No início de junho a gente entrou, depois de uma marcha que saiu aqui da Santos Andrade até a assembléia entramos com vários carrinhos de supermercado nas ruas, com todo aquele, 138 mil subscritores, e levamos para a Assembléia Legislativa. Portanto demos a entrada, manifestação na frente, discurso, etc, senador, ex-governador, e fomos criando muita coisa positiva. Quer ver uma coisa que deu um estalo numa reunião do Fórum, como é que nós podíamos envolver todos os candidatos e candidatas a governador de 2002. O que então, a gente conseguiu, que alguns deles tomassem até iniciativa, foram no cartório registrar publicamente que se fossem governador eles iam entrar com um processo pra anular a venda, se uma vez consumado. E aí a gente conseguiu declaração de todos os candidatos a governador do PT, PMDB, PSDB, de todos os candidatos a governador com unanimidade de que todos questionariam a privatização se consumada. (FRIEDRICH: 2005)

Em relação ao do Projeto de Lei de Iniciativa Popular[90] cabe ainda destacar que foi realizado em 241 municípios, contendo um total de 120.984 proponentes com

---

[89] A entrega simbólica se deu em 11 de junho de 2001, com uma marcha que reuniu cerca de 15 mil pessoas segundo o Fórum, a polícia militar calculou cerca de 3mil manifestantes. (in: AL recebe projeto contra venda da Copel, Folha de Londrina, 12/06/2001) Neste mesmo artigo o governo desqualifica o movimento, o secretário da casa civil, Alceni Guerra, considerou a marcha um "fracasso retumbante", estratégia do governo para enfrentar a impopularidade da privatização.

90 A Ação de Iniciativa Popular está prevista nos termos do artigo 67, da Constituição do Estado do Paraná, *in verbis*: "Art. 67 – A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Assembléia Legislativa do projeto de Lei, subscrito por, no mínimo um por cento do eleitorado estadual, distribuído em pelo menos cinqüenta municípios, com um por cento de eleitores inscritos em cada um deles." O preceito constitucional estadual retro descrito, está amparado pelo mandamento superior da Constituição Federal, do Título II – Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo IV – dos Direitos Políticos, através do inciso III, do artigo 14, in verbis: "Art. 14 – A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos e, nos termos da lei, mediante: I – plebiscito; II – referendo; III - **iniciativa popular**", O Regimento Interno disciplina a matéria de iniciativa popular através dos incisos do artigo 244, impondo condições para apresentação desta modalidade de proposição: "Art. 244 - ... I – assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo e legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral; II – as listas de assinaturas serão organizadas por municípios e Distritos Administrativos ou Judiciários, em formulários padronizados pela Mesa as Assembléia; III – o projeto será instruído com documento hábil do Tribunal Regional eleitoral quanto ao contingente de eleitores alistados em cada território municipal, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes; IV – será lícito a entidade da sociedade civil patrocinar a apresentação de projetos de iniciativa popular, responsabilizando-se inclusive pela coleta de assinaturas; V – o projeto será protocolado e encaminhado ao presidente da Assembléia, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação; VI – o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua enumeração geral; VII – nas comissões ou em plenário, transformado em Comissão Geral, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei, pelo prazo de vinte minutos, o primeiro signatário, ou quem estiver indicado quando da apresentação; VIII – cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso

assinaturas qualificadas – com título de eleitor. A ela foram anexadas outras 80 mil assinaturas coletadas em abaixo-assinado contendo o número do Registro Geral (RG), perfazendo ao todo o número de mais de 200 mil assinaturas de apoio ao projeto de iniciativa Popular. O que bem explicita o clamor popular contra a venda da empresa estatal Copel pela sua população.

Ainda sobre este ponto os jornais notificaram o repúdio de várias câmaras municipais[91], de prefeitos entre outros. O objetivo dos líderes do Fórum era sensibilizar a população para pressionar a aprovação, na Assembléia Legislativa do Paraná, de um dos projetos de lei que desautoriza a venda da Copel ou que permitisse a realização de um plebiscito para conhecer a opinião dos paranaenses sobre o assunto. Nesta tentativa além das já citadas manifestações, passeatas, vigília às portas das casas dos deputados[92], seminário "Quanto vale a Copel? [93]", carreatas, caminhadas, debates em seminários, visita às Universidades, outras ações do Fórum foram desenvolvidas no intuito de informar além da sociedade, os interessados[94] na aquisição da empresa

---

contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição e Justiça em proposições autônomas, para tramitação em separado; IX – não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo a Comissão de Constituição e Justiça escoimá-lo dos vícios formais para sua tramitação; X – a Mesa designará deputado para exercer, em relação ao projeto de iniciativa popular, os poderes ou atribuições conferidos por este Regimento ao autor da proposição, devendo recair sobre quem tenha sido, com a sua anuência, previamente indicado com essa finalidade, pelo primeiro signatário do projeto." Fica evidente que organizar uma ação de iniciativa popular não é tão simples, um dos fatores que pode explicar por exemplo a sua não utilização, sem desconsiderar é lógica a pouca vontade dos parlamentares em trazer a tona na sociedade questões que sejam de extremo e relevante valor a população.

[91] Por exemplo, o jornal Folha do Paraná, destaca que a uma "Moção de repúdio", ressaltando que começavam a pipocar as primeiras, manifestações de câmaras municipais contra a privatização da Copel Cita como exemplo a moção de repúdio aprovada pela câmara de Campo Largo. (in: Moção de repúdio, Folha do Paraná, 22/04/2001). Em Curitiba na Câmara Municipal dos 35 vereadores, 25 se declararam ser contrários à venda da estatal. (In: Jornal Estado do Paraná, 09/05/2001)

[92] O fórum Popular Contra Venda da Copel realizou vigílias cívicas à porta das residências dos parlamentares favoráveis à venda da estatal e dos que se declararam indecisos, visando pressionar os primeiros a ficarem do lado do povo e a mudar de opinião, e aos outros a votar pela manutenção da Copel como empresa pública.

[93] Com vários profissionais e entidades ligadas à perícia técnica como:: Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias (IBAP), os Conselhos Regionais de Economia (Corecon) e de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA-PR), com o objetivo de questionar a modelagem da privatização. "É um absurdo uma consultoria internacional se propor a avaliar um patrimônio relativo à engenharia por apenas 300 mil reais. Alguma coisa esta errada, pois um escritório de contabilidade nacional não faria trabalho idêntico nem por 600 mil reais". (ROSSAFA, Luis Antonio. "Fórum da Copel vai promover seminário".Jornal O Estado do Paraná, 10/07/2001)

[94] Antes do Edital que regulamentava a venda a iniciativa privada dez empresas se mostraram interessadas na estatal paranaense. Eram gigantes do setor elétrico em todo mundo. Apenas uma delas é de capital nacional, a Companhia Enérgica de Minas Gerais (CEMIG). O consórcio brasileiro VBC, à época (02/09/2001), tinha apenas realizado uma consulta informal aos técnicos da empresa. Entre elas destavam-se: Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) –(maior distribuidora da América Latina), Electrecité de France (EDF) – (uma das principais multinacionais do setor., no Brasil é acionista da Light),

estatal. “Temos que chegar em todos os interessados. E aí como é que faz? Minha filha escreve e fala inglês, em francês, etc,. Pedi, tá qui uma minuta, dá um jeito de fazer uma boa carta para a gente poder mandar para franceses e alemães, ingleses, seja o que for, essa posição do governador, então Tractebel na Bélgica recebeu, aquela K não sei o que da Alemanha que estava muito interessada.” (FRIEDRICH: 2005) Estas ações podem ilustrar o volume de atividades que o Fórum desenvolveu, e que absorveu a atenção de todas as coordenações mais diretas, sobre o volume da agenda do Fórum o coordenador executivo relembra,

> O Fórum foi construído e aí nós passamos a ter reunião toda semana, só que a coisa foi crescendo, e aí é que foi uma coisa louca pra nós a equipe mais executiva acabou ficando absorvida meio expediente por dia, isto foi muito complicado porque o calendário era tão cheio de ações e atividades que não tinha como o Fórum poder acompanhar e 99% voluntários, alguém tinha que se sacrificar, então aquela equipe mais articulada, e que estava mais disposta teve que renunciar a muitas coisas pra poder dar no mínimo meio expediente por dia só pro Fórum. Só que daqui a pouco foi quase o expediente inteiro, porque vou dar um exemplo. Entrou aquele período de avaliação do patrimônio da Copel, a cada final de avaliação o Fórum tinha que dar uma resposta, ou tinha que antecipar. (FRIEDRICH, 2005)

Nos jornais era ponto consensual a pressão do Fórum, “Corpo a Corpo”, “Fórum pressiona deputados”, “Fórum da Copel pressiona deputados”, “Votando contra o povo”, “O líder do governo na Assembléia, Durval Amaral (PFL), admite que votar a favor da venda da Copel pode gerar problemas eleitorais para os políticos. Ou ainda, “A mobilização da opinião pública conscientizando a importância de não vender a Copel nas Cidades bases dos deputados redunda em pressão na AL”. Em uma matéria da Gazeta do povo (“Ânimo” de 10/07/2001), notifica que alguns deputados estaduais ligados ao governador Jaime Lerner (PFL), preocupados com os reflexos da polêmica privatização da Copel, encomendaram pesquisas de opinião pública para ter uma idéia do que viria pela frente.

RWE – ((maior empresa de eletricidade da Alemanha e terceira da Europa), Endesa – (maior empresa do setor elétrico e segunda em telecomunicações na Espanha), AES – (multinacional norte-americana com 134 usinas no mundo), Tractebel – (braço energético do grupo Suez, um dos gigantes da industria européia), Hydro Quebec – (um dos líderes do setor de geração da América do Norte), Duke Energy – (é empresa americana de número 17 no ranking da revista Fortune), NRG – (grupo eleito pela Global Power Report como o terceiro mais competitivo do mundo, cresce 25% ao ano), Enel – (empresa italiana que recentemente iniciou expansão internacional), Consórcio VBC – (formado pelos grupos Votorantin, Bradesco e Camargo Correia, participa da Bandeirante Energia e da RGE). (In:Gazeta do Povo, 02/09/2001)

Em meio a manobras, que já foram explicitadas na composição da Assembléia Legislativa do Paraná, efetuadas tanto por oposição quanto por governistas, apesar de consolidada a vitória no Parlamento, esta votação contribuiu para um desgaste generalizado do governo e sua base. Durante todo o período de gestação do projeto de iniciativa popular[95] o Fórum realizou ações que iam das passeatas na capital e ao interior, marcha em frente às casas dos deputados com velas acesas, missas e cultos ecumênicos, painéis que demonstravam como iam votar os deputados, quais "seriam os traidores da vontade geral da sociedade", entre outras. Alguns deputados, como o caso deputado Alborghetti, que não se reelegeu, chegou a contestar o seu nome no painel organizado pelo Fórum, denominando o movimento como de eleitoreiro, manipulador. Não se pode ignorar que apesar de o projeto de iniciativa popular ter sido barrado pela base governista, a pressão realizada pelo Fórum teve conseqüências irreversíveis na imagem e no eleitorado desses políticos.

A oposição chegou a propor plebiscito sobre Copel, logo após o fim da votação na Assembléia Legislativa, representantes de entidades que participaram do movimento contra a privatização – como MST,CUT, UPE, e Sindicato dos Bancários – avaliavam que as lideranças governistas saem desgastadas desse episódio e a população fortalecida. A estratégia era reforçar os nomes dos deputados que votaram contra o projeto, numa campanha para impedir a reeleição do grupo que pertence à base de apoio ao governo Jaime Lerner. Objetivo atingido, diga se de passagem, já que o pleito de 2002 contou com uma renovação de mais de 80%, sendo que dos candidatos não eleitos vários estiveram na base do governo Jaime Lerner. Para o coordenador do Fórum a possibilidade de organização de um plebiscito consistia na possibilidade de reversão do quadro de apatia que se formara em torno dos parlamentares que votaram contrariamente ao projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel.

> Na seqüência nós havíamos até formalizados uma segunda correspondência aos parlamentares dentro do processo, aonde dizíamos que tinha sido de autoria do deputado José Maria subscrito por 25 deputados inicialmente, e que exigia essa questão do plebiscito, como entendíamos que muitos foram pressionados ou tinham outros interesses dentro do processo deixamos claro aos parlamentares que eles tinham uma 2ª

[95] Segundo o art. 67 da Constituição federal, para que tal projeto seja votado era necessário obter 1% de assinaturas correspondente ao eleitorado, o que representa 63 mil assinaturas. O projeto de lei contou com 120,9 mil assinaturas coletadas em 241 dos 399 municípios do estado do Paraná, segundo dados da folha de Londrina, 12/06/2001. Número bastante questionável já que em jornais regionais calculava-se por exemplo, que cerca de 20mil manifestantes haviam participado. (In: Gazeta Regional, Cornélio Procópio, 15/06/2001)

> chance de se reabilitar perante a população e votar favoravelmente em todas as comissões, e até no final a tramitação esse projeto de iniciativa popular. (Gramowski: 2005)

Chegou a ser considerada muito estranha a anunciada convicção dos parlamentares de que a empresa seria privatizada, contrariando a vontade popular. Parecia que imperava algo além do entendimento popular nessa obstinação da maioria dos parlamentares para desfazer-se da companhia de eletricidade, e assim agradar ao governo, que precisava fazer caixa. Contrariando o desejo do Fórum, da sociedade paranaense os deputados ao barrarem o projeto de iniciativa popular, liberaram a empresa para o leilão de privatização que segundo o governo ocorreria em outubro ou novembro de 2001. Ao final da votação José Cid Campelo, secretario do governo Lerner afirmou que "a oposição é radical, vai tentar ações na justiça para impedir a privatização. Estamos preparados para a guerra". (In: "Assembléia rejeita projeto que impede a venda da Copel", Gazeta do Povo, 21/08/2001) Dá-se o início de novo duelo, entre o governo pro privatização, e o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, agora num âmbito jurídico.

Este episódio redundou em ação subscrita pelo Fórum e várias entidades e vítimas à Justiça Estadual para a devida apreciação das transgressões realizadas sob o comando e responsabilidade do Coronel Justino Henrique Fernandes Sampaio, bem como de todo integrante da Polícia Militar. Com certeza este fato contribuiu decisivamente para o aumento do desgaste e impopularidade do então, governador Jaime Lerner. Em comemoração a luta pela não privatização da Copel, O Jornal o Estado Paraná, exibe matéria que relembra o episódio e apresenta a visão dos fotógrafos que participaram do episódio dois anos depois:

> "Para lembrar da Luta". Uma exposição de fotografias retrata a luta de estudantes, políticos, sindicatos e até da Igreja contra tentativa de privatizar a Copel (Companhia Paranaense de Energia), em 2001. Nas lentas dos fotógrafos Carlos Alfredo Gomes, Everson Bressant, Dennis Ferreira Neto (de O Estado), Marlise Bassfeld e Pablito Pereira ficaram registradas as imagens que ajudaram a escrever este capítulo da história do Paraná. A mostra ficou exposta aberta ao público até o fim do mês, na biblioteca Pública do Paraná. Para Pablito "é possível contrastar a truculência entre policiais e manifestantes com o pacato manifesto de um grupo de idosos segurando bandeirinhas com a palavra NÃO. Outra imagem mostra policiais enfileirados, como se formassem um muro de proteção, que mais tarde veio abaixo pela força dos manifestantes. Eles conseguiram entrar na AL e impedir a votação final sobre o projeto. A irreverência também foi flagrada; no meio da multidão, um boneco representando a morte, segurando

> a Copel nas mãos. (In: “Para lembrar da Luta”. O Estado do Pr, pg. 10, 17/08/2003)

Inicia-se nesta fase uma nova batalha entre o Fórum e o seu principal opositor, o governo. Passamos a fazer algumas considerações sobre o embate jurídico, que a nosso ver foi responsável pelo sucesso do Fórum, atrelada a ativa e atuante envolvimento da sociedade civil organizada. Para a jornalista do Senge, o poder que então dominava o Estado do Paraná,

> Jamais teriam desprendimento e capacidade de reconhecer, ou condição ou interesse de reconhecer, que a não efetivação do leilão tinham a ver com os movimentos sociais, com os movimentos populares e com essa organização social. E que tenham atribuído outras causas, como por exemplo não Ter havido gente interessada em comprar, não Ter aparecido gente pro leilão. Meu papel é falar da classe a que pertenço, da qual eu me identifico, com a qual eu acho que devo fazer minha parceria. Prefiro fazer a leitura de que não houve quem se interessasse, porque quem se interessasse iria pegar uma encrenca pra ter que dar conta. (BASSFELD: 2005)

Somando-se também o cenário já descrito anteriormente, como o atentado de 11 de setembro, a crise Argentina, e a crise energética no Brasil e na Califórnia. Ao nosso ver estes são os principais fatos que associado ao êxito e desempenho do Fórum corroboraram para a não privatização da estatal.

O Fórum passa a vislumbrar algum êxito no jurídico a partir do episódio descrito pelo coordenador executivo abaixo:

> “Parte do pessoal, dos comitês da coordenação não acreditavam que juridicamente nos poderíamos obter qualquer vitória, porque a retrospectiva era muito negativa, as outras tentativas de privatização, que se consumaram no país, no jurídico pouco se conseguiu. Então você tinha quase que uma unanimidade dos tribunais, principalmente dos estaduais de apoio as privatizações. E dentro do próprio grupo nosso, dos voluntários, você tinha na coordenação jurídica alguns causídicos que diziam: oh, é impossível, nunca tivemos nada, não adianta teimar por aí. Tem que ir só pelo campo político e da mobilização popular, e a coisa começou, e aí entra um pouco da teimosia da gente. Mas não é possível temos que tentar, porque pode não dar, mas pode dar, então vamos. Aí sai o edital com a primeira audiência pública que era uma audiência pública decisiva, a primeira de todo o processo. E era logo no início de agosto (2001), e essa audiência já denotava, o que é próprio do estilo de privatização do país, uma série de omissões, de irregularidades ou até de, diria assim, até autoritarismo. Por exemplo, nós não conseguíamos acessar o regimento interno, ou regulamento da sessão da audiência pública. Como é que vai se dar, como é que você intervém, então a gente tava tentando, tentando e não conseguia. E como a gente tava trabalhando em várias frentes, uma situação muito bonita, própria dos movimentos. Na portaria do meu apartamento dois ou três dias antes da audiência, me chega um disquete com o regulamento, que ninguém

> tinha. Coisa, sabe, de gente que tava, e não podia se manifestar. Foi riquíssimo isso porque deu pra ter uma idéia de como é que era o regulamento, como é que ia funcionar a abertura, e a intervenção, a inscrição. Que era um processo pra nós contestarmos. O que acontece? A parte do jurídico não acreditava, dizia que não tinha o que fazer, e aí de repente o Guilherme Amintas, em uma reunião senta ao meu lado, eu puxei ele, olha o pepino é esse aqui (entreguei o disquete)! Eu quero falar com você daqui a pouco ele levantou e foi embora. Aí definimos a estratégia e a tática, de como é que nós íamos nos comportar na audiência. Quem ia intervir, que assunto, que pontos íamos levantar, enfim a idéia era ter um crescendo de intervenções, de táticas, algumas até de guerrilha, no bom sentido de tumultuar ou não tumultuar dependia de como é que as coisas iam andar. Então praticamente a reunião se tratou exclusivamente dessa parte de comportamento, intervenção na audiência pública. Mas aquele negócio estava atravessado de não poder juridicamente fazer nada. Aí daqui a pouco o Guilherme diz, estou com a ação pronta, entendi! Aí pega a procuração, aquele negócio todo do fórum, dez e pouco da noite ele ajuizou a ação. Só nos dois sabíamos, ele porque em vez de ficar na reunião foi trabalhar a ação. Foi histórico isso, porque foi a primeira vez, que a 1:10 horas ela (juíza) dá a liminar, suspendendo a audiência pública. A primeira reação ele me ligou gritando, pulando, eu tinha iniciado a cochilar, a gente vivia uma tensão .. Ele foi pra minha casa 'vamos ligar já pras rádios, eu pensei um pouco e disse, pelo amor de Deus, não vamos ligar pra rádio nenhum porque senão, até as 9 da manhã que começava a audiência eles vão derrubar, mas ao contrário ninguém fica sabendo. (FRIEDRICH, 2005)

A partir do episódio narrado pelo coordenador executivo do Fórum, o movimento tomou ânimo para juridicamente lutar pela não privatização da Copel. Justamente porque foi a primeira grande vitória, de repercussão nacional[96]. No Brasil inteiro sai a noticia em todos os jornais e em todos os noticiários que havia sido suspensa a audiência Pública da privatização da Copel. Isto foi importante na medida em que criou um "primeiro animus berigerante, não temos que tentar, tem que tentar" (FRIEDRICH, 2005), de expectativa de um direito que até então havia sido negado em todos os outros processos contra privatizações na área da energia.

Foram inúmeras as ações contra o governo, desde o início da desestatização até 28 de outubro de 2001, portanto a três dias do leilão de privatização da Copel, existia cerca de 82 processos na justiça Federal e Estadual. Houve também uma mudança estratégica nos argumentos que se desenvolveram juridicamente. No início as ações concentravam seus argumentos, segundo Odílio Lobo e Guilherme Amintas, ambos da coordenação jurídica do Fórum, em argumentos de ordem subjetiva, questionavam principalmente o preço da empresa e o edital de privatização. Com a estratégia jurídica

[96] É importante ressaltar que o governo tinha tanta convicção de qualquer medida jurídica seria cassada, que ao final da notificação pela oficial de justiça, a Procuradora responsável pela audiência pública convocava a todos para a retomada dos trabalhos as 17:00 horas. E foi o que realmente aconteceu a liminar do Fórum foi cassada a sessão retomada mas a partir daqui passa-se a vislumbrar a possibilidade de questionamentos, e a própria fragilidade do governo. "Esta decisão que caça a liminar aparece com

uma nova tese passa a ser assumida, pautando os argumentos em aspectos de ordem contratual, portanto legal.

Entre as teses destacam-se por exemplo a de que “os reagrupamentos e a prorrogação do reagrupamento, promovidos pelos institutos jurídicos com a reformulação do setor elétrico, na década de 60, ignoram as individualidades existentes entre os vários pequenos contratos concedidos no início da instalação da matriz energética no país, que depois de reagrupados por macroregiões deram surgimento às estatais, como é o caso da Copel”. (AMINTAS, Guilherme. In: Especialista diz que todas as licitações do setor elétrico são inconstitucionais. Gazeta do Povo, Pg.11, 28/10/2001) Outros exemplos exploram as irregularidades no contrato da Tradener (comercializadora de energia excedente da Copel, que detinha 45% do capital) por improbidade administrativa, sem falar na garantia dada ao Itaú na venda do Banestado. Mesmo após hoje, o coordenador jurídico do Fórum, “a propósito, no Paraná, pela luta contra a privatização da COPEL, também estou sendo processado. Como advogado do Fórum, estou sendo processado individualmente porque falei algumas coisas contra um advogado que tinha contratos escusos com a COPEL. Ele era ex-funcionário da área de direito da COPEL, foi contratado por ela por 1 milhão de reais para cuidar de uma causa e perdeu o prazo, o que causou um prejuízo de 4,5 milhões de reais.” (AMINTAS, Guilherme. Seminário ...)

Mas se podemos afirmar que o Fórum obteve sucesso como um movimento social que agregou setores e forças é também necessário a sensibilidade para refletir sobre a atual situação dos movimentos sociais. A percepção da jornalista do Senge, Marlise Bassfeld bem reflete a questão que se coloca hoje:

> Eu penso que agora o desafio que está posto é o de que modo as categorias profissionais, de que modo os segmentos sociais, de que modo nós poderemos estabelecer uma problematização, que inclua uma dificuldade de acreditarmos. Porque a palavra esperança foi muito desgastada. Então eu vejo um outro embate, se nós conseguimos ser um paradigma bem sucedido na manutenção da Copel, como empresa pública, o que se desdobra nesse momento da história é a defesa da soberania nacional, em função de que aqueles que detém o poder historicamente, e que tem a ver com a mídia, tem a ver com o sistema financeiro, tem a ver com os grandes setores agrícolas. Essa gente é quem tem determinado como as coisas acontecem aqui, ou deixam de acontecer. Então como seduzir esses setores, a que se compadeçam e aceitem a dividir um pouco mais o bolo pra que haja uma distribuição maior de renda, pra que a população possa Ter garra pelo menos para se

---

erro de data, ah, não juridicamente tava perfeito, mas tinha alguns equívocos que deixavam você, diz pó?! Mas será que **(a liminar)** foi feito antes ou feito depois?” (FRIEDRICH, 2005) Destaque nosso.

> articular outra vez, ninguém tá querendo saber disso nesse momento, e parece que é isso que está posto hoje como desafio... (2005)

3.5.1 A VOTAÇÃO DO PROJETO DE INICIATIVA POPULAR COMO O ÁPICE DO FÓRUM CONTRA A VENDA DA COPEL

Já dissemos anteriormente que a primeira votação do projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel foi um "divisor d'águas na história da Assembléia Legislativa do Paraná" (OLIVEIRA: 2002, p. 321), no entanto mais que um marco histórico este episódio reacende a chama do debate político, já proposto por John Locke no seu Segundo Tratado sobre o Governo, mais especificamente no seu capítulo sobre a dissolução do parlamento, e aqui por nos também já tratado no Capítulo I, sobre a legitimidade da dissolução do parlamento.

O retomamos neste momento por entender ainda, que mais do que uma votação realizada na Assembléia Legislativa do Paraná em agosto do ano de 2001, este episódio representou também a possibilidade de dissolução do parlamento, na medida em que este parlamento agiu em "desacordo com a confiança nele depositada" (LOCKE: 1994, p. 219), tanto o legislativo quanto o executivo incorreram nesta falta, tentaram estabelecer sua própria vontade arbitrária como a lei da sociedade. Ignorando a finalidade para a qual ambos foram instituídos, e justamente nesta linha de análise, Locke legitima e consagra ao povo o poder de se dispensar de qualquer obediência reavendo para si os poderes antes transferidos aos governantes. Nos parece que foi exatamente isto o que ocorreu em pleno século XXI, o rebelar-se contra tudo que é a-político, ilegítimo, e por sua vez antidemocrático.

> Então eu acho que essa vitória ela foi sem precedentes, por isso que a gente precisa resgatar, recuperar essa memória mostrar o que que é um dia quando um povo se une, todos os setores perceberam da importância e viram que os argumentos não eram consistentes, que o Lerner informou que foi determinação do Fernando Henrique, Fernando Henrique quando esteve aqui, tem matérias de jornal, o Luis Carlos Martins entrevistou ele, e ele diz assim "a Copel será vendida se o governo quiser", quer dizer passou, jogou a transferência de responsabilidade para o governo. E eles mentiram inúmeras vezes dizendo que eles tinham que cobrir o déficit do Paraná Previdência, e o Paraná Previdência esta aí entre as estruturas que mais cresceu, acho que só perderia talvez pra Copel e pra Petrobrás, mas teve um crescimento. Sem a venda da Copel como é que deram certo, então eles tinham a alternativa dois, a gente desafiou algumas vezes, perguntava, porque com essa batalha com advogado já ta desde 1986, já anterior quando houve as primeiras tentativas de venda de ações, praticamente desvalorizar essas ações, para que as pessoas comprassem elas em baixa, e tivessem os ganhos em alta dentro desse processo. Então água e energia, elas são vitais, elas são estratégicas, tanto que

> futuramente não vai se medir a potência de um país pelo potencial armamentista, etc., o que seria uma tragédia, uma guerra nuclear. (GRAMOWSKI: 2005)

Sem esquecermos daqueles políticos que mais diretamente sofreram a pressão do Fórum, como os deputados membros da Assembléia Legislativa do Paraná. Pressão que foi exercida desde a constituição do Fórum em fevereiro até a votação do projeto de iniciativa popular que resultou na vitória do governo. Já enunciamos acima as entidades que se agruparam no Fórum Popular Contra a venda da Copel, porém analisando os discursos dos parlamentares na defesa do projeto de iniciativa popular nos chamou a atenção que entre as que se repetiram nos discursos em primeiro lugar citavam-se: Associação Comercial do Paraná; Federação do Comércio; Federação das Indústrias, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia; Federação da agricultura; Igreja Católica; Evangélicas; a CNBB; Maçonaria; Centrais Sindicais e outros segmentos organizados.

A sessão de 14 de agosto de 2001 contou com as galerias lotadas tanto por manifestantes que defendiam a aprovação do projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel, como também partidários da privatização. Desta composição, resultou ao longo das mais de 22 horas de sessão um clima de tumulto e confronto nas galerias da Casa Legislativa. Segundo alguns deputados este clima era atribuído a presença de funcionários do governo, “são empregados do governo que ali estão tentando fazer com que esta sessão seja tumultuada”. (CARLOS ZUK: Anais da Assembléia – Agosto de 2001) Para se ter noção ainda, no início da sessão o deputado Irineu Colombo pede providências ao presidente da Assembléia diante das agressões que ali se iniciavam: “Senhor presidente, dá para perceber claramente: temos na galeria, onde predominam as pessoas favoráveis à venda da Copel, a presença do vereador do Partido dos Trabalhadores de Ponta Grossa, José Luís, sendo agredido verbalmente pelas pessoas que estão lá. Gostaria de pedir a V. Exa. proteção a esse nobre parlamentar, vereador que estava sendo agredido.” (Anais da Assembléia – Agosto de 2001) Em toda a sessão os manifestantes tiveram o seu direito de ir e vir cerceado, posto que quem saísse dificilmente conseguia retornar ao interior da Assembléia.

Ao lado dos manifestantes, parlamentares, se encontrava também a mídia paranaense[97], representada por jornais, emissoras de rádio e televisão com uma cobertura ao vivo e direta desde as primeiras horas da sessão, refletindo de imediato na imagem dos deputados diante da população paranaense. Daí podermos precisar a influência e pressão que estes meios de comunicação exerceram sobre os presentes parlamentares.

Com apenas um voto a seu favor, 27 contra 26, o governo do estado conseguiu vencer a batalha política derrotando a oposição na votação do primeiro projeto de iniciativa popular do Poder Legislativo da história paranaense. Cabe destacar no entanto que para se chegar a este número foi necessário reverter drasticamente o quadro de aliados do governo, num combate exaustivo que colaborou, e muito, para o desgaste do governo Lerner. Para tanto deputados da oposição e da base de sustentação do governo realizaram todas as manobras possíveis e imagináveis para o reverso da questão, a aprovação ou não do Projeto de Iniciativa Popular contra a venda da Copel. Estas manobras foram por nós mencionadas no capítulo 2 de forma mais geral, o que não nos impede retomá-las na medida do necessário. Os detalhes destacados pelo coordenador do Fórum, nos faz reviver o quadro de 1998 e de 2001:

> Nesse processo todo a um detalhe muito importante que a gente precisava resgatar, na 1ª votação quando houve daquela Lei 12355, dentro do processo o governo tinha ampla maioria foram duas gestões seguidas 94 e 98 do Lerner, o Lerner tinha ganho com a sua bancada por 30 votos sim, 13 votos não e se deram ao luxo até de 6 se ausentarem e 5 se absterem, totalizando os 54 votos. Eles imaginaram, isso foi em dezembro de 98, eles imaginaram que em 2001 iria se repetir, a questão que teriam os 30, dos 30 sim, caiu pra 27, o não que era 13 duplicou pra 26, e tiveram que mobilizar as ausências e abstenções que em 98 eram 11 apenas para um que era o voto de Minerva do Hermas nesse processo todo. (Gramowski: 2005)

Nessa votação, iniciada no dia 14 de agosto de 2001, como já citamos, foi a mais longa sessão da história da Assembléia Legislativa do Paraná, com mais de 22 horas de duração. A principal questão a ser votada nesse dia era o acolhimento ou não da Ação de Iniciativa Popular contra a venda da Copel (Projeto de Lei n.º 248/2001que revoga a Lei n.º 12355 de 8 de dezembro de 1998) subscrito por mais de 130 mil paranaenses. Ainda subsidiariamente a esta questão, e de certa forma estratégica para

[97] Foram registradas nos Anais da Assembléia as presenças das rádios: Clube Paranaense, Transamérica, CBN e algumas emissoras também do interior do estado.

o Fórum, era também de relevante importância a aprovação do projeto de lei de Braz Palma[98]. Essa votação contou com a defesa do autor, "Gostaria de contar com os votos dos meus companheiros de Bancada, da Oposição, porque acho que se ganharmos 90 dias, é mais um Fôlego para, com calma, analisarmos a venda da Copel, **a possibilidade de uma grande venda** para que o povo todo do Paraná seja beneficiado. Muito obrigado". (BRAZ PALMA: 2001) Portanto como destacamos o próprio deputado de sustentação do governo tinha margem de dúvidas quanto a venda da empresa, quanto ao "negócio" que se firmaria com a privatização da Copel. Já para o Fórum, a aprovação do adiamento da privatização representava a possibilidade de aumentar o número de subscritos no projeto de ação de iniciativa popular contra a venda da Copel, a mobilização e discussão sobre a necessidade da não privatização. Cabe lembrar que nesta votação, o presidente da Assembléia legislativa justifica seu voto de Minerva, diante do empate técnico de 26 a 26:

> Cabe ao chefe do poder Legislativo decidir sobre a matéria, em votação no plenário, referente ao projeto do deputado Divanir Braz Palma, que prorroga por 90 (noventa) dias a data da privatização da Copel. Hoje é um dia histórico para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que tem a honra de analisar e votar três importantes matérias, entre elas, o primeiro projeto de iniciativa popular da história dos legislativos estaduais brasileiros, depois da Constituição de 88, a Constituição Cidadã. Não sou um homem de omissão. Fiz desde que entrei na política, uma opção definitiva pela decisão. Sempre fui e sempre serei, senhores deputados, homem de decisão. Essa opção, que me permite agir sempre como magistrado, condição na qual tenho conduzido os trabalhos, nesta Assembléia Legislativa, desde que tomei posse, com determinação, isenção e preocupação permanente com os postulados que regem esta Casa e pela opinião formada, desde que deitei os olhos sobre o projeto do nobre deputado Divanir Braz Palma, de que se trata de uma medida paliativa, meramente protelatória, que apenas prorroga um ato do Executivo. Manifesto pelo seu arquivamento e proponho que passemos, imediatamente, à análise do projeto de iniciativa popular, que tem por objetivo vetar a privatização da Copel, esta sim, a principal razão que nos traz aqui hoje. Faço um apelo, a todos os deputados, sem mais delongas, sem medidas de adiamento: vamos ao trabalho! (Anais da Assembléia – Agosto de 2001)

[98] Na sessão de 14.08.2001, o Deputado Divanir Braz Palma, da base do governo, expõe os argumentos que motivaram a elaboração do projeto de Lei 240/2001 de sua autoria que suspendia a eficácia da Lei 12355, de 08 de dezembro de 1998; do decreto n.º 718, de 04 de maio de 1999 (Decreto que instituía o Conselho de Desestatização da Companhia Paranaense de Energia – Copel): "Quando resolvemos entrar com este projeto, tínhamos por escopo, resguardar os direitos, os interesses da população do Paraná e buscar com esta postergação do processo de privatização da Copel, pelo prazo de 90 dias, tempo suficiente para angariar informações atuais e seguras a respeito das conseqüências que o racionamento de energia nacional, irá provocar na economia. Com certeza, novas diretrizes da política enérgica, implicarão em rever os conceitos em relação ao valor quilowatt-hora (kWh), complexo de geração e transmissão, influindo, positivamente, na valorização das ações da Copel, cujos recursos serão aplicados na área da saúde, segurança e principalmente no saneamento da Paranáprevidência, resguardando assim, os direitos dos aposentados e pensionistas. (Anais da Assembléia - Agosto de 2001, p. 25)

Daí podermos concluir que a sessão de 14 de agosto de 2001 foi marcada por um clima tenso de disputa entre governo e oposição. A votação do Projeto Braz Palma ocorreu após as duas horas da madrugada, depois de longas defesas[99] realizadas favoravelmente (Orlando Pessuti, Edson Strapasson, Nereu Moura, Hermes Fonseca, Neivo Beraldin, Cezar Silvestri, Marcos Isfer, Irineu Colombo, Eli Ghellere, Luciana Rafagnin, Waldyr Pugliesi, Ângelo Vanhoni, Caíto Quintana, Tony Garcia, Augustinho Zucchi, Braz Palma que pertencia a bancada de sustentação do governo) e contra o projeto (Valdir Rossoni). Disto resulta, que para o coordenador do Fórum o Presidente Hermas Brandão tenha sempre se mantido ao lado dos interesses do governo.

> O Hermas foi incluído naquela relação dos traidores, muitos consideram apenas 27, mas a gente pode considerar 28, dentro do processo porque o Hermas no momento em que ele poderia se manifestar ao lado do povo, ou até ao lado dos estudantes como ele havia prometido e amplamente divulgado pela imprensa, na votação do projeto Brás Palma que adiava por 90 dias esse processo o que daria evidentemente um fôlego pro Fórum popular e até pra se coletar mais assinaturas se fosse o caso, até do plebiscito que era a segunda tentativa legitima, legal que é facultado pela lei, dentro desse processo não foi possível, com esses artifícios. Então o Hermas naquela ausência do Sergio Spada que até a principio se imagino que ele tinha sido seqüestrado, porque ninguém localizava, tanto que no decorrer da madrugada o Álvaro Dias, o senador apareceu, e foi fazer a pressão em cima do Litro, do Luis Fernandes Litro que a principio havia aderido tanto que o nome dele constava dos nossos baners porque era favorável ao projeto de iniciativa popular migrou pro outro lado. E como o Sérgio Spada se encontrava ausente deu empate técnico, 26 a 26, e o Hermas então mandou com a alegação que era um projeto protelatório mandou arquivar. Mostrou claramente a verdadeira posição dele dentro desse processo. (Gramowski: 2005)

Para a jornalista do Senge também “causou muita perplexidade o voto de Minerva do então deputado Hermas Brandão que invalidou, digamos assim, essa iniciativa”.(BASSFELD: 2005) Na realidade, apesar da sua afirmação de votar em caso de empate numa reunião com os estudantes, quando questionado pelo deputado Caíto Quintana se votaria contra a venda, Hermas Brandão disse que sim. (Gazeta do Povo “Notas Políticas”, 16 de agosto de 2001) Na verdade desde que prometeu garantir o acesso às galerias entre os prós e contras a privatização, o que não ocorreu, o presidente já evidentemente havia se posicionado no grupo do governo.

[99] Os deputados destacados fizeram encaminhamento defendendo a aprovação do projeto, foram favoráveis ainda: Ademir Bier, Chico Noroeste, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Serafina Carrilho, Pastor Edson Praczyk, Renato Gaúcho, Tiago Amorim Novaes, Antonio Anibelli, Neivo Beraldin e Algaci Tulio.

O item dois da votação do dia, o projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel, começou a ser discutido por volta da três horas da manhã, sob a alegação de que a sessão deveria ser suspensa posto que seu primeiro signatário não se encontrava presente, não fora notificado e por último não havia dado a sua anuência a ninguém para a defesa do projeto como prevê as exigências legais. O deputado Algaci Tulio, da oposição é o primeiro a levantar esta questão, e a pedir a suspensão da sessão, está suspensão garantiria fôlego ao Fórum para contra atacar o governo[100].

As passadas quatro e meia da manhã ainda se discutia a quem, ou quem caberia fazer as vezes do primeiro signatário da ação de iniciativa popular Sr. Nelton Friedrich. Todos os deputados da oposição favoráveis ao projeto de ação de iniciativa popular chamados nominalmente para fazer a defesa do projeto se negaram a fazê-la sob o argumento de não estarem designados pelo primeiro subscritor do projeto. O presidente Hermas Brandão se mostrou irredutível e chamou então o deputado Ribas Carli[101], contrário ao projeto, para fazer a defesa do mesmo. Sob alegação de que "o regimento não está sendo cumprido, em segundo porque não tenho mínima condição de proferir qualquer pronunciamento para discutir a matéria, eu declino da discussão que requisitei há pelo menos umas dezoito horas atrás" (Anais da Assembléia – agosto de 2001), o deputado Orlando Pessuti se declina pela não defesa do projeto.

No início da manhã o deputado Caíto Quintana e outros deputados da oposição defendem que é contra o Regimento o procedimento adotado pelo presidente Hermas Brandão, "não se pode tolher o direito da apresentação de emendas matando o projeto na 1ª votação, quando o Regimento diz que o mérito da questão não será avaliado na 1ª votação e pura e simplesmente a sua constitucionalidade". (Anais da Assembléia –

[100] Outros deputados da oposição (por exemplo, Caíto Quintana, Irineu Colombo) também argumentaram a necessidade de suspender a sessão, entre os argumentos cabe destacar o do deputado Neivo Beraldin: "Senhor presidente , o deputado Algaci Tulio levantou uma questão de ordem pertinente. Penso que, tendo em vista V. Exa. ter sido ponderado, uma pessoa que sabe balisar o rumo que toma a Assembléia Legislativa do Paraná e tendo em vista a complexidade da questão de ordem, sugiro a V. Exa., dado o adiantado da hora, que suspenda essa sessão, no mínimo, para amanhã, à tarde – porque é uma atitude humana. Todos os deputados estão tontos aqui. Ninguém está conseguindo se entender mais. Estamos, discutindo horas e horas. O que custa V. Exa. determinar que seja cumprido o regimento interno e a Constituição? Presidente, Hermas Brandão, V. Exa. poderá, com certeza, nos dar esse espaço de descanso, para que possamos, amanhã, voltarmos no horário regimental. Ninguém vai fugir. A votação vai acontecer. (Anais da Assembléia – agosto de 2001) E notório o cansaço e desgaste de ambos os lado, oposição e bancada de sustentação do governo.

[101] O ato do deputado Ribas Carli de tentar defender o projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel, projeto ao qual ele era contrário gerou tumulto e levou os deputados a agressões, as vias de fato dentro do parlamento. O deputado Nereu moura subiu na tribuna para tirá-lo a força. Nessa confusão, o deputado Durval Amaral e Algaci Tulio foram ao chão. (OLIVEIRA, R.: 2002, p. 320)

Agosto de 2001) Toda a madrugada foi marcada pela constante discussão por parte da oposição, na verdade foi mais uma exposição, que esgotada procurava mesmo que em últimos instantes convencer os deputados indecisos a votar favoravelmente no Projeto de Iniciativa Popular. Infelizmente a ausência do deputado Sérgio Spada[102] (PSDB) foi considerado pela oposição uma traição, pois garantiu ao governo o arquivamento do projeto Braz Palma com o voto de presidente Hermas Brandão. Mesmo o deputado Luis Fernandes Litro que inclusive assinou o Projeto de iniciativa popular nesta ocasião foi tão pressionado pelos deputados de sustentação do governo que passou mal. "Depois do desgaste da noite e da pressão sofrida o parlamentar foi levado para um hospital para exames". ("Discussão durou mais de 22 horas e não teve votação", Jornal Gazeta do Povo: 16 de agosto de 2001)

Ainda em relação à votação do projeto de iniciativa popular, não se pode esquecer o clima de guerra e batalha que marcaram estas sessões dentro e fora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Dentro da Assembléia Legislativa por um grande número de policiais: "Há policiais dentro da casa armados, e isto é proibido. Inclusive, senhor presidente, não sei se por ordem de V. Exa, ou não, portas que nunca foram abertas, na Assembléia, as portas da entrada em cima da rampa estão abertas, possibilitando a qualquer momento que haja invasão dentro da Assembléia" (CAÍTO QUINTANA, Anais da Assembléia – Agosto de 2001). Em seguida se pronuncia o deputado Luiz Carlos Zuk: "chamaram-me ao fundo do plenário e ali está entrando um pelotão de Choque que, parece-me, armado que vai lutar contra bandido e criminoso" (Anais da Assembléia – agosto de 2001), e em alguns minutos depois deputados são agredidos por policiais. No lado de fora da Assembléia Legislativa os manifestantes também recebidos por uma escolta de policiais fortemente armados.

Ainda na primeira sessão, já passada as oito horas da manhã, portanto já dia 15 de agosto de 2001) intervém o deputado orlando Pessuti: "Senhor presidente, eu recebo informação tanto do Comitê de imprensa, como das galerias que não estão permitindo a entrada de professores e de estudantes nas galerias da Assembléia Legislativa. Peço a V. Exa. que autorize o acesso dessas pessoas. E tenho certeza que

[102] "Independentemente do resultado. A informação inclusive é de que o projeto não passa. Não tem problema, vou manter, Anibelli".(Sérgio Spada, Anais da Assembléia – Agosto de 2001) Este deputado não esteve presente à Assembléia na votação do Projeto Braz palma, chegou instantes antes da sessão ser suspensa e retomada só mais tarde em 20 de agosto de 2001. Pela sua postura recebeu críticas do deputado Ângelo Vanhoni (PT), José Maria Ferreira (PSDB).

em nada irá mudar o bom relacionamento que tivemos até então com a população que aqui comparece."(Anais da Assembléia – Agosto de 2001) Para impedir o acesso[103] a Polícia chegou a agredir alguns manifestantes, o que contribuiu para agravar a situação do governo diante da sociedade. Podemos afirmar que o governo Jaime Lerner se destacou, entre seus devaneios, principalmente por assumir uma postura autoritária, que fez relembrar as repressões do período da Ditadura Militar.

> Entre o grande número de pessoas agredidas violentamente por mais de mil policiais e seguranças da Assembléia Legislativa e pelos contratados de empresas privadas, também a assessora jurídica do Senge, Dr.ª Giani Cristina Amorim, e o nosso diretor regional de Maringá, engenheiro eletricista Sérgio Inácio Gomes, sofreram ataques físico e moral, quando procuravam exercer legitimamente o direito de cidadania de acompanhar a votação dos deputados. (Bittencourt: Edição Memorial do Senge-Pr – Gestão 1999/2002 – Maio de 2002, p. 20)

A primeira sessão em 14 de agosto de 2001, após vinte e duas horas a sessão acaba com a chegada e ocupação da Assembléia Legislativa por estudantes, professores, funcionários públicos, diversos manifestantes que foram impedidos de acompanharem a votação do primeiro projeto de iniciativa popular do Legislativo da história do nosso país. Diante de tal coerção em especial os estudantes derrubam as grades e ocupam a Casa do povo, a Assembléia Legislativa do Paraná[104]. Nesse sentido mesmo quando Locke faz a defesa do poder executivo e legislativo, ele assegura a sociedade civil o direito primordial de reaver estes mesmos poderes antes transferidos aos governantes, sempre que estes agem em "desacordo com a confiança

[103] Segundo o presidente Hermas Brandão foram distribuídas senhas para a entrada na Assembléia Legislativa, a partir já do início da noite até mesmo as pessoas que estavam com a senha foram impedidas de adentrarem. "Senhor presidente, a informação que nós temos é que não estão aceitando a senha, tanto é que a minha acessora saiu para comprar um suco e não pode mais entrar, ficando trancada para fora". (LUCIANA RAFAGNIN, Anais da Assembléia – Agosto de 2001) Somente havia acesso aos partidários do governo: "Senhor presidente, fui pessoalmente conferir, lá fora, porque aqui tem um acesso que dá a visão ampla, percebi várias pessoas que vinham do Palácio Iguaçu, entraram direto e estão aí lotando a parte superior, são bem-vindos aqui, mas por outro lado, professores, estudantes, que estavam aqui ontem, estão sendo impedidos, presidente". (IRINEU COLOMBO, Anais da Assembléia – Agosto de 2001)

[104] A participação direta dos manifestantes colocou fim a primeira sessão então iniciada em 14 de agosto de 2001. Sobre a legitimidade dos manifestantes declarou Carlos Bittencourt presidente do Senge-Pr: "Foi legitima a entrada deles no prédio. Com coragem, a união Paranaense dos estudantes (UPE) e a União dos Paranaense dos Estudantes Secundários (Upes), mobilizaram alunos que vieram de muitas cidades, determinados, entre outros objetivos, a expressar seu repúdio pela política excludente e dilapidadora do patrimônio público. Os estudantes permaneceram nas dependências da Assembléia Legislativa até o dia seguinte. Por mais que o governo tenha propalado a ocorrência de depredação, os estragos foram irrisórios perto do que poderia acontecer com o estrago da venda da Copel." (Edição Memorial do Senge-Pr – Gestão 1999/2002 – Maio de 2002, p. 19)

neles depositada quando tenta invadir a propriedade do súdito e transformar a si, ou qualquer parte da comunidade em senhores que dispõem arbitrariamente da vida, liberdade ou bens do povo". (LOCKE:1994, p. 219) A impressão é que nesta ocupação, há e muito do ingrediente já previsto por Locke, o direito a rebelião legítima e portanto, nesse caso a dissolução do parlamento. Para a jornalista do Senge, "foi sem dúvida uma lição de cidadania, porque tanto professores, quanto pessoas que já estão aposentadas e que compunham, digamos um segmento da terceira idade, quanto sem-terra, não é possível digamos assim, considerar que não fosse legítimo, algo que estivesse tão bem calçado pela expressão de tantas gentes diferentes, formando uma unidade que é aquilo que nós podemos chamar de povo do Paraná".(BASSFELD:2005) Conclui emocionada: "pra mim é emocionante lembrar disso, e eu tenho muito orgulho de Ter sido não só partícipe, mas testemunha ocular, e a escriba desse trecho da nossa história". (BASSFELD: 2005)

Os jornais noticiavam que o episódio tinha características de uma batalha. O governo tratou de reforçar o esquema policial de fora da Assembléia. A tropa de choque da polícia Militar esteve presente nos portões. A possibilidade de invasão agitou os ânimos levando o arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedalto, a época, e representantes da igreja Católica até a Assembléia na intenção de intermediar as negociações e evitar maior confronto entre os manifestantes e a Polícia. Noticiou-se por exemplo que "com a proibição, os populares decidiram invadir a Assembléia, tomando o plenário e todas as galerias. Os cálculos eram de que 800 pessoas entraram no local, em uma manifestação inédita na história da Casa". (In: "A mais longa sessão". Gazeta do Povo, 16/08/2001)

Com a ocupação da Assembléia Legislativa[105] *nova sessão* se inicia em 20 de agosto de 2001. Aliás em torno desta questão, se era uma nova sessão ou a continuação da sessão do dia 14 de agosto de 2001, se pronunciaram os deputados de oposição no dia e posteriormente através de ação judicial. No início da sessão do dia

[105] Alegava-se que "iniciado o encaminhamento de votação do primeiro projeto de iniciativa popular na história brasileira, n.º 248/2001, aos 16 de agosto corrente, por volta das 11h30min, houve, conforme documentos anexos, a suspensão da 69ª Sessão Ordinária, atendendo sugestão apresentada 'pela ordem' pelos deputados Neivo Beraldin e Serafina Carrilho em razão da falta de segurança para prosseguimento da sessão, atendidas pelo senhor presidente com a seguinte expressão: Está suspensa a Sessão". (Anais da Assembléia – Agosto de 2001) Portanto, tratando-se da mesma sessão do dia 15 de agosto de 2001.

20 de agosto, (nos Anais da Assembléia se registra dia 16.08.2001) o deputado Neivo Beraldin ao levantar questão de ordem sintetiza,

> ... que a questão de ordem levantada pelos deputados Orlando Pessuti e Nereu Moura tem absoluto fundamento, porque a mesa tinhas recebido do Plenário a delegação para que a sessão continuasse até às 14h30 min daquele dia quinze, porém, a pauta da Ordem do Dia quinze, não foi votada! A sessão foi suspensa, todos sabemos porquê. Agora porque está se levantando essa questão de ordem? V. Exa. deve entender que se a sessão não foi suspensa, os que estavam no processo de votação eram os deputados que deveriam votar e hoje o Plenário tem uma outra configuração. Um suplente deixou de ser deputado, e o deputado titular participa dessa discussão. Então diante dos fatos que o deputado Custódio disse ser contrário à privatização da Copel, estamos diante de um fato novo. (Anais da Assembléia – Agosto de 2001)

E nesta além da pressão sobre o legislativo, o governo do Estado se supera por reprimir de forma ainda mais intensa a participação popular, o acesso a votação do projeto de iniciativa popular. Os problemas dentro da Assembléia, já tratados anteriormente no tópico 2.2 quando tratamos das manobras da oposição e governo, e os confrontos entre manifestantes e policiais do lado de fora causaram impressão nos Deputados Federais que acompanharam a sessão e contestaram o episódio. “O que nós vimos será relatado a Câmara Federal. Isso poderá ser usado posteriormente para que uma ação seja aberta questionando os procedimentos violentos adotados” (CAVALCANTI, Régis. In: Assembléia rejeita projeto que impede a venda da Copel. Gazeta do Povo, 21/08/2001) Foi brutal o uso do aparato militar aos manifestantes, tanto que se registrou que:

> Que essa sessão não tem condições de continuar, está absolutamente eivada de vício! Essas irregularidades caracterizam a pressão violentíssima do poder executivo a este Poder Legislativo, que vem determinar um processo de verdadeiro golpe. Há um entendimento, um verdadeiro golpe, porque se prova, não se aprova. Há uma situação de absoluta irregularidade, arbitrariedade, e não respeitam as causa da consolidação da democracia, que é a participação popular. Lá fora deste plenário a polícia machucou, bateu em estudantes que tinham a até a senha do meu gabinete para adentrarem este plenário! Aqui dentro, dois deputados, absolutamente irregulares, estão conduzindo a votação: o deputado Nelson Justus e o deputado Luiz Fernandes Litro. (IRINEU COLOMBO: Anais da Assembléia – Agosto de 2001)

Em relação ao deputado Nelson Justus se arguia a impossibilidade deste votar em uma sessão que já havia sido iniciada, pois, incorre em “impedimento legal, para deputado que, e, licença ou como suplente, retorna ao exercício do mandato, participar da votação de projetos, constantes da Ordem do Dia da Sessão em andamento e já em

fase de discussão e votação". (ALGACI TULIO, LUIZ CARLOS ZUCCHI, WALDYR PUGLIESI E ORLANDO PESSUTI: Anais da Assembléia – Agosto de 2001) E no caso do deputado Luiz Fernandes Litro este teria sofrido um enfarte ainda na sessão de 14 de agosto de 2001, sendo hospitalizado na ocasião, e como havia entrado no plenário sustentado por dois deputados, alegava-se a impossibilidade físico-psíquico do deputado que se encontrava ainda sob efeitos de remédios. Diante do exposto, "e em face do normativo que só possibilita ao cidadão o exercício dos atos da vida civil – e o mandato, em consequência – requer constituição imediata de junta médica especializada, junto com uma Comissão de deputado (nos termos do regimento interno) para examinar, sob o critério médico-legal, as condições do deputado Luiz Fernandes Litro (PSDB), para exercer seu mandato ... (EDSON STRAPASSON, CAÍTO QUINTANA, MARCOS ISFER, ALGACI TULIO, NEREU MOURA, WALDYR PUGLIESI, ORLANDO PESSUTI: Anais da Assembléia – Agosto de 2001) Entre as outras alegações cabe destacar: a de que o primeiro signatário do projeto não havia tido o direito de fazer a defesa do projeto posto que não fora notificado; "a compra de votos", barganhados com o governo pelos deputados[106] Moysés Leônidas e Nelson Tureck.

O episódio de repressão e violência que marcou o dia 20 de agosto de 2001, é também descrito pela oposição em Carta Aberta a População no interior da Assembléia, a partir dela podemos rever o cenário que marcou o dia da votação do primeiro projeto de lei de iniciativa popular do país:

> Neste exato momento em que redigimos este comunicado, mais de 1500 policiais, do Batalhão de Choque e da Cavalaria, tomam a Assembléia Legislativa, espalhando-se pelos corredores, salas e pátios. Portando armas pesadas, próprias a uma batalha, com cães ferozes, cavalos, e uma disposição à violência nunca vista, os policiais intimidam deputados e manifestantes, que se opõem a venda da Copel. O Poder Legislativo do Estado do Paraná, principal garantidor das liberdades democráticas do povo paranaense, não pode por pressão do poder Executivo sofrer esta enorme humilhação. O direito e as

[106] Esta alegação teve como suporte os depoimentos do deputado Moysés Leônidas aos jornais do estado, em que ele deixava claro que estava barganhando seu voto com o governo estadual. À Folha, o parlamentar afirmou que "queria viabilizar obras em seu reduto eleitoral (a região de Londrina), cargos na administração estadual e apoio para criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as Universidades estaduais"(Jornal Folha do Paraná, In: PSB pede a saída de Leônidas", 15 de agosto de 2001, p. 6.) Já em relação ao deputado Nelson Tureck o fundamento provinha de fitas de vídeo com a gravação de programa onde afirmou o deputado que " já consegui para minha região verbas de um milhão e meio de reais do governo para votar pela privatização da Copel ... após a venda conseguiremos mais sete ou oito milhões de verbas para a região (...)". (RENATO GAÚCHO, TIAGO DE AMORIM NOVAES, MARCOS ISFER, ADEMIR BIER, TONY GARCIA, SÉRGIO SPADA, CAÍTO QUINTANA, ALGACI TULIO, CEZAR SILVESTRI, NEIVO BERALDIN, SERAFINA CARRILHO, ELI GHELLERE, ORLANDO PESSUTI, PASTOR EDSON PRACZYK: Anais da Assembléia – Agosto de 2001)

> prerrogativas dos deputados Estaduais, representantes da vontade popular, não podem ser violados de forma tão brutal. Estarrecido, todo o Paraná esta vendo este espetáculo deprimente da polícia do governador Jaime Lerner reprimindo, buscando intimidar e acuar os que resistem ao escândalo da venda da Copel. Mais de 93% dos paranaenses já deixaram claro que não querem a venda da empresa. Como é possível esta poderosa demonstração de força bruta, de irracionalidade, em plena vigência de um regime que se diz democrático? Na verdade nem mesmo nos anos de chumbo da ditadura militar, a Assembléia Legislativa do Paraná sofreu uma intervenção repressiva como a que está ocorrendo agora. (Subscrevem os 26 Deputados contrários a venda da estatal)

Apesar da votação do dia 20 de agosto, que terminou próximo da meia-noite, ter concedido ao governo a vitória sobre o primeiro projeto de iniciativa popular da história do legislativo por 27 votos a 26. É importante ressaltar que esta postura em negligenciar o clamor social por parte do governo de Jaime Lerner, trouxe efeitos colaterais ao próprio governador e a sua bancada de sustentação. Jaime Lerner não granjeia êxito no apoio ao seu sucessor. Dos 27 que votaram contra o projeto de iniciativa popular contra venda da Copel, 10 deles não se reelegeram[107], desconsiderando o deputado Brás Palma que não se candidatou alegando "que queria dedicar mais tempo a família", que queria sair do processo de eleição de 2002. Entre os deputados reeleitos, cabe destacar ainda, que estes realinharam-se em função do "novo" quadro que se configurou em torno das legendas do PSDB, PMDB e PDT[108].

Portanto, podemos concluir que houve na realidade, a partir dos episódios do dia 15 e 20 de agosto de 2001, uma "aparente derrota política" por parte do Fórum Popular Contra a Venda da Copel. Ela foi evidenciada na aprovação pela bancada de sustentação política do governo Jaime Lerner na privatização da Copel. A consequência, e daí a derrota, se revelou pela impopularidade deste governo e de sua bancada por agirem arbitrariamente ao dispor capciosamente da "liberdade e dos bens do povo". Portanto ignorando e traindo a confiança que o povo lhe conferiu. Posto que o "executivo empregou a força, os recursos do Tesouro e os cargos públicos da sociedade para corromper os representantes e obter sua conivência com seus propósitos" (LOCKE: 1994, p. 219).

[107] Algaci Túlio (PTB), Antonio Anibelli (PMDB), Tony Garcia (PPB), Alborguetti (PFL), Custódio (PFL), ..
[108] Em consulta ao site da Assembléia Legislativa é possível consultar os resultados das eleições 2002, www.alep.pr.gov.br. Verifica-se por exemplo, que os deputados: Ademar Traiano (PTB), Luiz Accorsi (PTB), Valdir Rossoni (PTB), Nelson Garcia (PFL),Miltinho Puppio (PSC), emigraram para o PSDB; Cleiton Kielse (PFL), José Maria Ferreira (PSDB) assumiram a legenda do PMDB, ao PDT se acoplaram: Luiz Carlos Martins (PSL), Augustinho Zucchi (PSDB), Neivo Beraldin (PSDB), Renato Gaúcho (PSDB).

Ao contrário do que supunham, o povo, ou seja, os eleitores tiveram a partir do debate instigado pelo Fórum Popular Contra a Venda da Copel e dos argumentos por ele suscitado clara compreensão desta imposição. Quadro visível que se revelou nas eleições do ano de 2002, e acometeu tanto legislativo quanto executivo. E aí portanto, a vitória destes no parlamento acabou se tornando o "feitiço que virou contra o próprio feiticeiro", uma vitória formal frente a derrota política diante da sociedade como um todo. Mesmo acreditando conseguir "alívio eleitoral"[109] por fazer uma troca vantajosa: "perdeu o ingresso de dinheiro que espalharia placas de obras pelo Estado, mas afastou o carimbo de liquidante da empresa preferida dos paranaenses" (In: Lerner desiste de vender a Copel. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 jan., 2002, p. 18). Diante da falta de recursos também padece o governo diante do que nós poderíamos denominar de derrota econômica, ou ainda a inviabilidade de concretização de um "caixa dois".

É importante lembrarmos que é ainda no governo de Jaime Lerner, mesmo com o consentimento do Legislativo, que a privatização da Copel é suspensa, "Lerner desiste de vender a Copel" (In: Gazeta do Povo, Curitiba, 26 jan., 2002, p. 18) atribuindo a decisão às novas regras que aumentam o controle estatal sobre o setor. Seja, pelas novas regras advindas do "apagão", pelo cenário internacional pós onda de terror ou pela influência da crise Argentina, o principal balde de água fria no processo de privatização[110] foi, sem dúvida, o impedimento pelo Superior Tribunal de Justiça[111] (STJ) da continuação do processo – pelo menos até o julgamento de todas as ações (cerca de 100) contra a venda que tramitavam em diferentes instâncias judiciais. O que

[109] Para André Passos (PT), o desgaste eleitoral já havia ocorrido e era irreversível. "As conseqüências eleitorais já foram definidas desde a votação do projeto de iniciativa popular, em setembro, na Assembléia Legislativa". (Líder do Fórum diz que trabalho continua. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 jan., 2002, p. 18)

[110] Entre os motivos da não privatização é oportuno destacar os pontos de vista, por exemplo da Associação Comercial do Paraná: para o presidente a decisão foi acertada "atende ao desejo da maioria da sociedade paranaense, que vinha se manifestando contra a venda do controle acionário da melhor companhia energética do país" (Repercussão: ACP desejo da maioria. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 jan., 2002, p. 18), já para o vice-presidente da ACP Cláudio Slaviero, "nós só temos a aplaudir essa decisão, que agora sim é coerente, inteligente, racional – diferentemente da insistência em vender a Copel, até porque não existem empresas interessadas em participar do leilão" (Repercussão: ACP desejo da maioria. Gazeta do Povo, Curitiba, 26 jan., 2002, p. 18). Este comentário do presidente da ACP foi realizado por telefone, posto que este se encontrava nos EUA.

[111] O leilão de privatização da Copel, marcado para 31 de outubro foi suspenso por liminar concedida pela juíza Federal substituta Ivanise Corrêa Rodrigues, da 9ª Vara Cível. (Justiça federal suspende leilão de venda da Copel. O Estado do Paraná, Curitiba, 20 out., 2001.) Entre outras ações, cabe destacar também a ação acolhida pelo tribunal de justiça do Estado, que determinou nova votação do projeto de iniciativa popular proibindo a venda da Copel. O Tribunal de Justiça atendeu a ação proposta pelo deputado Caíto Quintana (PMDB), que apontou irregularidades na sessão em que o projeto foi rejeitado, em 2001. (Brandão recorrerá ao STF. O Estado do Paraná, Curitiba, 23 set., 2003. Política, p. 03)

sem dúvidas nos deixa claro o entendimento da justiça sobre a violação do interesse público neste processo, que aliás já se encontrava evidente nos argumentos levantados pelo Fórum Popular Contra a Venda da Copel.

Adversário ferrenho da política de privatização, o sucessor Roberto Requião, têm procurado reordenar os rumos da estatal, “o Requião quer que amanhã mesmo a Copel mude de rumo, que volte ao que era antes. Ele quer que a Copel dê resultados e que atenda os mais necessitados com energia elétrica gratuita, e vamos fazer isso”. (Paulo assume e promete a reunificação da Copel. O Estado do Paraná, Curitiba, 08 jan., 2003.) Para tal mudança muitos dos que lutaram pela manutenção do controle da Copel pelo Estado passaram a figurar entre os diretores e conselheiros, como por exemplo: Paulo Cruz Pimentel, Luiz Antonio Rossafa, o presidente do Senge/PR e do IAP/PR, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues e o presidente da CUT/PR, Roberto Antonio Von der Osten. Como suplentes do conselho fiscal: Nelson Pessuti, Moacir José Soares e Antônio Rycheta Arten.

Entre os compromissos assumidos pelo atual governador Roberto Requião, podemos destacar: a reunificação da Copel (Companhia Paranaense de energia) – dividida em 2001 pelo governador Jaime Lerner em cinco subsidiárias (Geração, Transmissão, Distribuição, Participações e Telecomunicações) meta assumida pelo então a época, novo presidente da Copel o ex-governador; revisão dos contratos irregulares das parcerias da Copel e a adoção de políticas de redução de tarifas para atrair empresas, além de energia gratuita para famílias de baixa renda.

Contudo, se não houvesse a busca pelo “irreversível”, diante dos “donos do poder” através da mobilização da sociedade, ou seja da mobilização popular, e aí fundamental e extraordinária atuação do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, com a adesão imediata dos setores representativos da sociedade organizada paranaense, além de ações políticas, de cidadania emanadas dos mais variados grupos, setores, indivíduos, etc., o interesse público e a vontade geral não teriam prevalecido.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eric Hobsbawm, um dos mais importantes historiadores contemporâneos, disse que de 1970 em diante, iniciou-se o que ele chamou de décadas de crise. Elas tem representado nesses últimos 30 anos a depressão cíclica, com queda significativa na economia dos países altamente capitalizados. Tanto Harvey quanto Bresser, autores que deram grande contribuição teórica para a nossa análise, compartilham dessa premissa. Não poderíamos afirmar sem suas contribuições, que o Brasil, e mais especificamente o Estado do Paraná, foram o palco de um verdadeiro laboratório experimental do neoliberalismo.

Desde os anos 70, a crise do processo de acumulação se apresentou em expressões cíclicas e em crescimento baixo nos países ricos e baixíssimo nos países pobres. E assim, nova forma de acumulação do capital internacional se impôs. Para Harvey isto se caracterizou a partir "da passagem do fordismo para o que poderia ser chamado regime de acumulação flexível". (2002, p. 119)

Portanto, qualquer análise política, social ou econômica deve ter como foco, o fato da existência de uma crise no sistema produtivo capitalista, que se revelou e se revela através da sua maior conseqüência: o desemprego. Esse sistema produtivo, na verdade, expressa essa nova fase de acumulação do capital, como forma de superação da crise dos anos 70. Por isso, durante o século XX, vários Estados criaram o Estado de Bem-Estar-Social, o keynesianismo, para Harvey, fordista-keynesiano, a partir de serviços integrados de saúde, educação, habitação, previdência, ou então em países periféricos como o nosso, criaram serviços sociais setorizados, fragmentados, emergenciais.

Bresser, como demonstramos no capítulo I, no tópico "O caso brasileiro: características e especificidades", atenta para um quadro de crise, na análise do Estado brasileiro, que ora se evidenciou pelas reformas administrativas empreendidas no Brasil. A chamada Reforma Burocrática (que também pode ser chamada de reforma do Serviço Público), implantou um serviço público profissional e os princípios da administração pública burocrática; a Reforma Desenvolvimentista, que promoveu a "administração pública para o desenvolvimento", foi anulada pelo retrocesso burocrático de 1988. E por fim a Reforma Gerencial iniciada em 1995 pelo governo Fernando

Henrique Cardoso. Nessa última, a “reforma”, se revela na verdade, como um projeto político, social e econômico “neoliberal”. Sobretudo sustentado na estratégica política de privatização, formuladas pelos organismos internacionais, como o FMI, BID, Banco mundial, “consultores das nações capitalistas”.

A nossa pesquisa demonstrou que o neoliberalismo idealizado no Mont Saint Pèlérin (Suíça), na verdade representou o combate ao keynesianismo, e abertura a um novo tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro. Abriu caminho para a acumulação flexível, assim entendida por Harvey. Assim, o Estado deve intervir na medida que desregulamenta, flexibiliza relações de trabalho entregando as rédeas da economia às empresas privadas, através da privatização, principalmente dos setores mais lucrativos (Energia, Telecomunicações, Saneamento, entre outros).

Ao analisar a relação entre o Poder Executivo e Legislativo no Estado do Paraná identificamos sobretudo em Figueiredo que a partir da constituição de 1988 houve uma série de medidas que fortaleceram o Congresso Nacional e por outro lado, manteve muitos dos poderes Legislativos com os quais o poder Executivo foi dotado ao longo do período autoritário, como por exemplo a capacidade de ditar unilateralmente a agenda de trabalhos, pois a Constituição de 1988 força o Congresso a rejeitar ou aprovar a matéria proposta pelo Executivo.

De certa forma evidencia-se que tanto no Executivo Federal - Fernando Henrique Cardoso, quanto no Executivo Estadual - Jaime Lerner o Congresso Nacional e a Assembléia Legislativa dispuseram-se a facilitar a tramitação das matérias do Executivo, o que revela um relacionamento mais cooperativo do que conflituoso entre estas esferas de poder. Tanto Fabiano Santos quanto Abrúcio evidenciam fenômenos como o situacionismo, governismo e a distribuição de recursos clientelistas, desse modo foi possível concretizar-se um pacto homologatório sustentado por dois elementos: pela cooptação dos deputados e a ausência de participação e responsabilização dos parlamentares diante das políticas públicas implementadas pelo Executivo.

Portanto, ao descrevermos a trajetória política político de Jaime Lerner, então governador do Estado do Paraná 1994 a 2002, pudemos evidenciar que inicialmente técnico do APPUC (Assessoria de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba), inserido no “neyismo” e fortemente vinculado a uma política Desenvolvimentista. Dória salienta que a ascensão de Lerner o transforma “de assessor e dirigente de instituto de

planejamento urbano em alto executivo do setor público, começando pelo cargo de prefeito". (2001, p. 28). Em tempos de autoritarismo Lerner se coloca ao lado da ARENA, ligado ao setor mais conservador da política paranaense, e foi durante este período, nas duas gestões municipais que foi implementado o plano diretor da cidade de Curitiba. O que evidencia o caráter técnico de Lerner, originado na burocracia estatal, não partidária.

Evidenciamos, ainda que Lerner se alia ao Executivo Federal em 1998, e passa a executar uma cartilha imposta pelo Governo Federal, justificado pela necessidade de manutenção do Plano Real. Para empreendê-la, Lerner contraria todos os interesses sociais, se mostrando autoritário e repressivo no que se refere ao trato com os movimentos sociais, seja dos Sem-terra, seja de outros segmentos da sociedade civil organizada. A partir dessa postura, e dos episódios que sucedem como o caso Renault, concessionárias de pedágio, entre outros, levam a um enfraquecimento político diante da população paranaense.

O ápice, contudo, do desgaste da sua imagem, enquanto político "desenvolvimentista", idealizador da "Cidade Industrial de Curitiba - CIC", é fortemente desgastada a partir do processo de privatização da Copel em 2001, sob o pretexto de solucionar os problemas da atual (sua) administração e dos próximos governos. "Não estamos solucionando um problema desta administração e sim solucionando questões dos próximos governos". (Lerner, in: "Recursos vão para área social", Jornal do Estado 22/08/2001)

Nos parece plausível afirmar, que nossa pesquisa aponta para o fato de que o desgaste político de Lerner advêm: do abandono por parte deste político de uma política desenvolvimentista, substituída pelo "entreguismo" neoliberal, através da agenda de política econômica e as reformas do governo Executivo em nível Federal; e por fim, pela marcante atuação do movimento corporificado no Fórum Popular Contra a Venda da Copel.

Mesmo com as vergonhosas manobras políticas entre deputados de oposição e situação do Estado do Paraná, como demonstramos no Capítulo II, tópico 2.3.1, em meio a violência e pressão por parte do Poder Executivo – Jaime Lerner, o Fórum Popular Contra Venda da Copel, se revelou um movimento coeso e unitário na defesa da empresa pública de Energia Paranaense. Através do primeiro projeto de Ação Popular rejeitado pela Assembléia Legislativa, mas acolhido pela população

paranaense o Fórum obteve êxito nas esferas judiciais, sociais e também política, como demonstramos no terceiro capítulo. Já que a sua atuação causou um irrecuperável desgaste na imagem do Governador Jaime Lerner retirando-o de circulação política até o momento.

Portanto, até mesmo os governos compostos a partir do consentimento do povo, logo legítimos, estão sujeitos à dissolução, como enunciara Locke, quando o legislativo ou o príncipe, ou, um dos dois, agem em desacordo com a confiança nele depositada; quando tenta invadir a propriedade do súdito e transformar a si, ou qualquer parte da comunidade em senhores que dispõem arbitrariamente da vida, liberdade ou bens do povo; o que se aplica também ao executor supremo, tendo ele uma dupla confiança depositada, tanto uma participação no legislativo quanto a suprema execução da lei. Age, portanto, o executivo, contra ambas, quando começa a estabelecer sua própria vontade arbitrária como a lei da sociedade. Ainda pode o executor agir arbitrariamente traindo a confiança que o povo lhe conferiu, quando,

> Ele age também contrário a sua confiança quando emprega a força, os recursos do Tesouro e os cargos públicos da sociedade para corromper os representantes e obter sua conivência com seus propósitos; ou se abertamente ele alicia os eleitores e lhes prescreve escolher indivíduos que por solicitações, ameaças, promessas ou quaisquer outros meios já concordaram com suas intenções, e emprega esses eleitores para enviar às assembléias homens que se sentissem obrigados, no futuro, a votar de uma certa maneira e fazer adotar leis determinadas. (LOCKE: 1994, p. 219)

Sendo assim, quando o legislativo é modificado ou quando os legisladores agem contra a finalidade para a qual foram instituídos, passam a permitir, ou melhor, saem do estado que anteriormente lhe havia sido conferido pela sociedade civil, através do consentimento. Portanto o povo se torna dispensado de qualquer obediência. Locke ao fazer a defesa do poder legislativo e executivo, assegura à sociedade civil o direito primordial de reaver estes mesmos poderes antes transferidos aos governantes, conferindo-lhes o direito de rebelião legítima, o que em última instância resulta na própria dissolução do governo[112].

Ora, o Fórum Contra a Venda Copel não manifestou mais do que Locke enunciara no século XVII, apesar de não assim compreenderem os políticos da Assembléia Legislativa e nem o Poder Executivo. O Fórum representou a possibilidade

de revolta, de manifestação popular contra o arbitrário Governo de Jaime Lerner bem como a repulsa a nefasta política neoliberal empreendida por ele. O entrave político que se deu a partir da votação do Projeto de Iniciativa Popular Contra a Privatização da Copel, representou sobretudo a possibilidade de dissolução do governo, ainda que de forma idealizadora.

Ainda que institucionalizado como Fórum ele se reveste de caráter popular. Nesse sentido o fato de sua institucionalização, definição de metas e objetivos estratégicos para concretizá-los não retira o seu caráter de movimento social. É necessário compreender, e nossa pesquisa destaca no capítulo III, que o Fórum atuou em questões que dizem respeito à participação dos cidadãos na gestão dos negócios públicos. Sobretudo à medida que as políticas neoliberais avançaram.

Na prática, a dinâmica do capitalismo é afetada pelas pressões exercidas pelo Estado ou por outras instituições (religiosas, políticas, sindicais, patronais e culturais), aliadas ao exercício do poder de domínio do mercado pelas grandes corporações e outras instituições poderosas. Portanto, não podemos ignorar que até mesmo os movimentos sociais sejam influenciados por grupos de interesses, o que não retira o seu caráter de movimento social.

> Ao longo dos anos 90 os movimentos sociais em geral, e os populares em especial, tiveram que abandonar algumas posturas e adotaram posições mais ativas/propositivas. Passaram a atuar em rede e em parceria com outros atores sociais, dentro dos marcos da institucionalidade existente e não mais à margem, de costas para o Estado, somente no interior da sociedade civil, como no período anterior, na fase ainda do regime militar. A nova fase gerou práticas novas, exigiu a qualificação dos militantes. ONGS e movimentos redefiniram seus laços e relações. (GOHN: 2004, p. 30)

Portanto o exercício de novas práticas trouxe também um conhecimento mais aprofundado sobre a política estatal, sobre os governos e suas máquinas. Demandas pela ética na política e uma nova concepção de esfera pública foram os primeiros saltos dessa aprendizagem, seguidos de uma completa rejeição pelos rumos das atuais políticas neoliberais, geradoras de desemprego e exclusão social. As redes, as parcerias entre movimentos e as ONGs criaram um novo movimento social: contra a globalização predominante, geradora de miséria; eles clamam, articulados em redes

[112] Em Locke podemos encontrar, com certeza, um grande aliado e propulsor em defesa da movimentação social, da "rebelião" em busca dos direitos de todos os homens. "Rebelião", esta que os movimentos sociais, de reivindicações passam a organizar hoje.

internacionais, pela defesa da vida com dignidade. O perfil do militante dos movimentos sociais se alterou e as teorias estão a exigir de nós explicações mais consistentes.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira**. 2ª Edição. São Paulo: Hucitec, 2002.

_____ & COUTO, Cláudio. **O segundo governo FHC: coalizões, agendas e instituições**. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Departamento de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. - V. 15, nº 2 (novembro de 2003) -, São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado: um balanço do desmonte do Estado**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente)

_____ **O Brasil privatizado II: o assalto das privatizações continua**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente)

CARNOY, Martin. **Estado e Teoria Política**. 2ª Edição. Campinas: São Paulo, Papirus, 1988.

CATHARINO, José Martins. **Neoliberalismo e seqüela: privatização, desregulação, flexibilização e terceirização**. São Paulo: LTr, 1997.

CHEVALLIER, Jean-Jacques. **As grandes obras políticas de Maquiavel a nossos dias**. 8ª Edição. Rio de Janeiro: Agir, 2001.

CORTÉS RODAS, Francisco. **La filosofía política del liberalismo – Hobbes, Locke y Rowls**. In: Estudios Políticos. Nº 10, Médellen, ENERO – JUNIO 1997. Intituto de Estudios Políticos. Universidade de Antioquia, Colombia.

COUTO, Isabel Cristina. **Ação política empresarial: o caso do GEC (Grupo de Empresários de Curitiba) – 1990-1998**. Curitiba, 1998. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná.

DÓRIA, Pedro Ricardo. **Liderança, Autoridade e Contexto Político: O caso de Jaime Lerner no Paraná (1971-2001)**. Curitiba, 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná.

EASTON, David. **Uma tentativa de análise dos sistemas políticos**. Tradução de Marcelo Leonardo Vasconcelos. In: Textos Básicos de Ciências Sociais – Sociologia Política II. Organização e introdução de Maria Stella de Amorim, Zahar Editores; Rio de Janeiro, 1970.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 16ª Edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FAORO, Raymundo. **Assembléia Constituinte: a Legitimidade Recuperada**. 2ª Edição. Editora Brasiliense: São Paulo, 1982. (Coleção Primeiros Vôos)

_____ **Os Donos do Poder**. Porto Alegre - São Paulo, Globo/USP, 1975.

FIGUEIREDO, Argelina C. & Limongi, F. **Mudança Constitucional, Desempenho do Legislativo e Consolidação Institucional.**Revista Brasileira de Ciências Sociais nº 29 (175-200) – ano 10/ Outubro de 1995. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sócias.

_____ **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

GENTILI, Pablo. & SADER, Emir. (org) **Pós-Neoliberalismo – As políticas sociais e o Estado democrático**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos Sociais – Paradigmas Clássicos e Contemporâneos**. 4ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GROHMANN, L. G. M. **O processo legislativo no Rio Grande do Sul: 1995 a 1998**. In: O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência / Org. Fabiano Santos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 308p.

_____ **A separação de poderes em países presidencialistas: a América Latina em perspectiva comparada.** Revista de Sociologia e Política nº 17, Novembro de 2001. Publicação de Ciência Política do Departamento de Ciências Sociais UFPR.

GRUPPI, Luciano. **Tudo Começou com Maquiavel - As concepções de Estado em Marx, Engels, Lênin e Gramsci**. 12ª Edição. L&PM Editores, Porto Alegre: Rio Grande do Sul, 1980.

HOBBES, Thomas. **Leviatã ou matéria, forma de poder de um estado eclesiástico e civil**. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores)

HOBSBAWM, Eric J. **A Crise geral da economia européia no século XVII**. In: A Journal of historical studies, nº 5 e 6, maio e novembro de 1954. The Past and Present Society, Corpus Christi College, Oxford. Tradução: Celina Whately. (Capitalismo **– Transição.** Organização e introdução de Theo Araújo Santiago: Editora Moraes, São Paulo)

JR. BOITO, Armando. **Política Neoliberal e Sindicalismo no Brasil**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Xamã, 1999.

KUNHAVALIK, José Pedro. **Ney Braga: Trajetória política e bases do poder**. In: OLIVEIRA, Ricardo Costa de. A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980. Curitiba: SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2004.

LOCKE, John. **Carta acerca da tolerância; Segundo tratado sobre o governo; Ensaio acerca do entendimento humano**. 2ª Edição. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

_____. Petrópolis, RJ:Vozes, 1994 (Coleção Clássicos do pensamento Político)(FIC)

LAURELL, Asa Cristina. **Estado e Políticas Sociais no Neoliberalismo**. 2ª Edição. São Paulo: Cortez, 1997.

MAGALHÃES, Marion Brepohl de. **Paraná: Política e Governo**. Curitiba: SEED, 2001.

MAINWARING, Scott. **Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa perspectiva comparativa**. Tradução Otacílio F. Nunes Jr. Página 56. Novos Estudos CEBRAP nº 29 (35-58) – Março de 1991.

_____ **Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001. Rio de Janeiro: FGV.

MALTEZ, José Adelino. **Princípios de Ciência Política – Introdução a teoria Política**. 2ª Edição. Universidade Técnica de Lisboa, 2003.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

MARTINS NETO, João dos Passos. **Não-Estado e Estado no Leviatã de Hobbes**. Florianópolis: OAB-SC Editora, 1999.

MARX, K. ENGELS, F. **A Ideologia Alemã (Feuerbach).** São Paulo: Editora Hucitec, 1999, 11ª Ed.

_____ **Manifesto do partido Comunista**. Bauru, SP: EDIPRO, 1998. (Série Clássicos)

MICHAUD, Yves. **Locke**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.

MORAES, Reginaldo C. Corrêa de. **Hayek e a Teoria Política do Neoliberalismo Econômico (I)**. Textos Didáticos. IFCH/UNICAMP, nº 36 – Abril de 1999.

OLIVEIRA, Dennison de. **Curitiba e o mito da cidade modelo**. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____ **Cultura dos assuntos públicos.** In: Revista de Sociologia e Política. Nº. 14, junho de 2000. Curitiba. UFPR - Universidade Federal do Paraná.

_____ **Urbanização e industrialização no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

OLIVEIRA, Gesner. & TUROLLA, Frederico. **Reforma e crise do setor elétrico no período FHC**. In: Tempo Social. Revista de Sociologia da USP. Departamento de

Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. - V. 15, nº 2 (novembro de 2003) -, São Paulo, SP: USP, FFLCH, 1989.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do século XXI**. Curitiba: APUFPR – Ssind, 2002.

_____ **Análise dos parlamentares paranaenses na entrada do século XXI**. Curitiba: APUFPR – Ssind, 2002.

_____ **A construção do Paraná moderno: políticos e política no Governo do Paraná de 1930 a 1980**. Curitiba: SETI – Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2004.

PARSONS, Talcott. **Poder, Partido e Sistema**. Tradução de Ana Maria M. Machado. In: Textos Básicos de Ciências Sociais – Sociologia Política II. Organização e introdução de Maria Stella de Amorim, Zahar Editores; Rio de Janeiro, 1970.

RIBEIRO, Renato Janine. **A marca do Leviatã**. São Paulo: Ática, 1978. (Coleção Ensaios, nº 42)

RODRIGUES, Leôncio Martins.**Partidos, ideologia e composição social:**um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados. São Paulo: Edusp, 2002.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O Contrato Social**. 3ª Edição. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Clássicos)

_____ Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens. 2ª Ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978. (Os Pensadores)

SAES, Décio. **A formação do Estado burguês no Brasil: 1888-1891**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Estudos Brasileiros; V. 86)

SANTOS, Fabiano.(Org.) **O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001. 308p.

SARTORI, Giovanni. **A política: lógica e método nas ciências sociais**. Trad. De Sérgio Bath. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981. 257 p (Coleção Pensamento Político, nº 36).

WEBER, Max. **Ciência e Política: duas vocações**. São Paulo: Editora Cultrix, 2000. 1968.

DOCUMENTOS CONSULTADOS: ARTIGOS DE JORNAL

BIANCHI, Benê. Plano de demissão levanta terror a Copel. Jornal Folha do Paraná, Londrina, 21 maio, 2000, Economia, p. 11.
CAMPANA, Fábio. Alguém dúvida? Jornal Gazeta do povo, 18 jul., 2001, p. 10.

CASADO, Vânia. Hubert busca investidor para Copel no exterior. Jornal Folha do paraná, Curitiba, 02, jul., 2001.

CASTRO, Elizabete. Manifesto contesta a privatização da Copel. O Estado do Paraná, Curitiba, 31 jan., 2001. Política, p. 2.

_____. Projeto popular pode ser votado dia 15. O Estado do Paraná, Curitiba, 24 jul., 2001. Política, p. 2.

_____. PTB quer tirar Túlio da liderança. A gota d'água foi entrevero com Carlos Simões, na sessão de Quarta-feira. O Estado do Paraná, Curitiba, 16 jun., 2001. Política p. 2.

_____. PSDB analisa privatização da Copel: Senador diz que argumento do governo é confissão de incapacidade. O Estado do Paraná, Curitiba, 8 abr., 2001. Política, p. 2.

_____. Aliados têm nova estratégia. O Estado do Paraná, Curitiba, 8 abr., 2001. Política, p. 2.

_____. Base pronta para desafios. O Estado do Paraná, Curitiba, 8 abr., 2001. Política, p. 2.

_____. PSB garante candidatura a Álvaro. O Estado do Paraná, Curitiba, 28 jun., 2001.

CHAGAS, kátia. Projeto da Copel é apresentado na Assembléia. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 12 jun., 2001. Paraná Política, p. 8.

_____. Oposição muda estratégia para impedir privatização. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 15 abr., 2001. Paraná Política, p.12.

_____. Dinheiro vai para previdência. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 12 jun., 2001. Paraná Política, p. 8.

_____. Bancada aliada se isola para evitar pressões: governo tenta impedir que outros deputados mudem de posição. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 19 ago., 2001. P. 22.

_____. Manifestante acerta ovo em deputado. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 19 ago., 2001. P. 22.

_____. Projeto que autoriza venda foi votado em 98. Quatro deputados mudaram de posição em relação à primeira votação. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 19 ago., 2001. P. 22.

_____. Proposta da oposição reabre discussão sobre a Copel. Curitiba, 23 ago., 2001.

CORRÊA, Norma. Deputado alerta sobre venda da Copel. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 12 jul., 2001.

DIAS, Álvaro. Vale a pena privatizar a Copel? O Estado do Paraná, Curitiba, 31 jul., 1999.

DUARTE, Maria. Governo derruba projeto popular e garante privatização da Copel. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 21 ago., 2001.

_____. Oposição ingressa na justiça. Jornal Folha do Paraná, 29 maio, 2001.

_____. Guerra diz que venda é saída para evitar o caos no estado. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 9 jun., 2001. P. 6.

_____. AL recebe projeto contra venda da Copel. Jornal folha do Paraná, 12 jun., 2001. P. 6.

_____. Manifestantes pedem a saída de Jaime Lerner. Jornal folha do Paraná, 12 jun., 2001. P. 6.

_____. Palácio Iguaçu desqualifica o movimento. Jornal folha do Paraná, 12 jun., 2001. P. 6.

_____. Igreja Católica é contra privatização da estatal. Jornal folha do Paraná, 12 jun., 2001. P. 6.

_____. Projeto da Copel pode ser votado em agosto. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 19 jul., 2001.

_____. Fórum da Copel vai promover seminário. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 10 jul., 2001.

_____. Oposição quer anular sessão. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 21 ago., 2001.

_____. Governo desiste de barrar projeto popular. O Estado do Paraná, Curitiba, 03 jun., 2001. Política, p. 05.

_____. Projeto tenta barrar venda da Copel. Oposição protocola hoje projeto popular que revoga a lei aprovada pelo legislativo autorizando o executivo a leiloar a estatal. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 11 jun., 2001. Política, p.03.

_____. Governo espera aprovação de agência reguladora. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 11 jun., 2001. Política, p.03.

DONATTI, Leandro. Vender a Copel é insensatez, diz Richa. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 13 dez., 1998.

EHLERT, Ana. Governo cassa liminar contra leilão. Jornal do Estado, Curitiba, 22 out., 2001. P. B3.

ELEN, Géssica. Protesto contra a venda da Copel une lideranças de todo o estado. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 12 jun., 2001. Paraná Política, p. 8.

_____. Policiais e manifestantes se enfrentam no Centro Cívico: três grandes conflitos marcaram o protesto de populares durante a votação dos deputados. Jornal Gazeta do Povo, 21 ago., 2001.

GALINDO, Rogério W. Governo aposta na venda da Copel para melhorar imagem. Jornal Gazeta do Povo, 30 out., 2001. P. 11.

_____. Historiador diz que paranaenses deixaram de discutir o principal. Jornal Gazeta do Povo, 30 out., 2001. P. 11.

_____. Assembléia vive dia de estádio. Jornal Gazeta do povo, 15 ago., 2001.

_____. Hermas apostou no cansaço. Jornal Gazeta do povo, 15 ago., 2001.

_____. Oposição impede a entrada da polícia. Jornal Gazeta do povo, 15 ago., 2001.

_____. Pressão adia venda da Copel. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 31 out., 2001.

_____. Investidores ganham mais 12 dias. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 31 out., 2001.

_____. Governo pode processar quem impedir privatização. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 03 jun., 2001.

_____. Apagão vira argumento oposicionista. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 03 jun., 2001.

GASPARIN, Mirian. Cassada liminar que impedia o leilão. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 06 nov., 2001. P.17.

_____. Praça XV fecha para impedir acesso popular ao leilão da Copel. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 30 out., 2001. P. 15.

_____. Justiça Federal indefere duas liminares. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 30 out., 2001. P. 15.

_____. Grupos interessados já estão presentes no PR. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 30 out., 2001. P. 15.

_____. Oposição propõe novo modelo para estatal. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 30 out., 2001. P. 15.

_____. Sem o leilão Itaú pode ficar com a Copel. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 28 out., 2001, p.11.

_____. Fórum popular deve investir ações sobre concessão ilegal. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 28 out., 2001, p.11.

_____. Ingo Hubert diz que vender a Copel agora é precipitação. Curitiba, Jornal Gazeta do Povo, 23 nov., 2001. P 18.

GUETHS, Maigue. Copel é a maior empresa do Estado. Folha do Paraná, Curitiba, 19 jul., 2001. P 2.

HENN, Rosane. Fórum começa nova ofensiva. Jornal Folha do paraná, Curitiba, 16 jun., 2001.

KLENK, Lenise Aubrift. Governo defende rigor na ação policial. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 21 ago., 2001.

_____. Troca de deputados é considerada natural. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 21 ago., 2001.

KOEHLER, Adriano. Contagem regressiva para a Copel. Gazeta Mercantil, Curitiba, 24 abr., 2001. P. 3.

LEMOS, Jeanine Maria; CHAGAS, Kátia. Assembléia rejeita projeto que impede a venda da Copel. Jornal Gazeta do povo, 21 ago., 2001.

_____. Passo a passo da sessão de ontem. Jornal Gazeta do povo, 21 ago., 2001.

LEMOS, Jeanine M. Oposição propõe plebiscito sobre Copel. Jornal gazeta do povo, 22 ago., 2001. P. 9.

_____. Violência será questionada. Jornal gazeta do povo, 22 ago., 2001. P. 9.

_____. Um dia depois no Centro Cívico, as marcas do conflito. Jornal gazeta do povo, 22 ago., 2001. P. 9.

_____. Liminar impede uso de ações da empresa como garantia de dívida. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 19 jan., 2001. Economia, p.21.

_____. Governo e base aliada ainda discutem melhor estratégia. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 18 ago., 2001.

_____. Deputados discutem votação sobre a venda da Copel. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 03 ago., 2001.

LERNER, Jaime. As razões para a não-privatização da Copel. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 30 jan., 2002. P. 12.

LIMA, Caio Castro. Senador afirma que vai pedir CPI no Senado. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 21 ago. 2001.

MACEDO, Silvia. Oposição tenta agilizar processo. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 12 jun., 2001. Paraná Política, p. 8.

_____. Deputados têm a missão de debater a privatização da Copel. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 29 jul., 2001. Paraná Política, p. 15.

MARI, Juliana de. Presidente da Itaipu desaprova a privatização da Copel. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 19 jan., 2001. Economia, p.21.

MARQUES, Luis Carlos Gil. Copel. Folha do Paraná, Arapongas, 22 jul., 2001. Página O Leitor Escreve.

MAZZA, Luiz Geraldo. Sobrou povo no papel. Folha do Paraná. Curitiba, 12 jun., 2001. P. 2.

MELLONI, Eugênio; ABREU, Beatriz; PAUL, Gustavo. Atraso na venda das geradoras de energia pode minar competição. Agência Estado, Grupo S.A O Estado de São Paulo, São Paulo, Ano 11, nº 2488, 05 nov., 2001. P. 02. Disponível em: <www.estadão.com.br> Avesso em: 06 nov., 2001.

MEYER, Anselmo. Aneel autoriza divisão da Copel. Jornal O Estado do Paraná, Curitiba, 21 jul., 2001.
_____. Fórum popular no interior. Jornal O Estado do Paraná, Curitiba, 21 jul., 2001.
MILARSKI, Danielle. Venda de ações da Copel rende R$ 172 milhões ao governo. Jornal do Estado, Curitiba, 19 jul., 1997.
_____. Lerner diz que dinheiro será investido. Jornal do Estado, Curitiba, 19 jul., 1997.
_____. Preço mostra que previsão das oposições estava errada. Jornal do Estado, Curitiba, 19 jul., 1997.

MORETTI, Antonio Carlos. Carreata chega a Maringá para vigília. Folha do Paraná, Maringá, 27 jul., 2001.

MUNHOZ, Aurélio. Políticos se unem em defesa da Copel: encontro decidirá estratégias para impedir a venda da empresa. O Estado do Paraná, Curitiba, 15 abr., 2001. Política, p. 3.
_____. Câmara debate privatização. O Estado do Paraná, Curitiba, 15 abr., 2001. Política, p. 3.
_____. Fórum pede apoio contra privatização. Movimento instala painéis mostrando a posição dos deputados sobre a venda da Copel. O Estado do Paraná, Curitiba, 8 abr., 2001. Política, p. 3.

_____. Requião pede CPI para caso Copel; ele quer que as denuncias sejam investigadas pelo congresso. O Estado do Paraná, Curitiba, 21ago., 2001.

_____. Sessão pode ser anulada. O Estado do Paraná, Curitiba, 21ago., 2001.

_____. Hermas conduz trabalhos com rigor. O Estado do Paraná, Curitiba, 21ago., 2001.

_____. Postura da igreja reforça movimento. O Estado do Paraná, Curitiba, 21ago., 2001.

_____. AL derruba o projeto popular. Jornal Tribuna do Paraná, Curitiba, 21 ago., 2001.P.03.

_____. Confronto deixa treze feridos. Jornal Tribuna do Paraná, Curitiba, 21 ago., 2001.P.03.

_____. Requião vai pedir uma CPI. Jornal Tribuna do Paraná, Curitiba, 21 ago., 2001.P.03.

MURARA, Carmem. Audiência para venda da empresa acontece dia 2. Folha do Paraná, Curitiba, 19 jul., 2001. P 2.

_____. Competição empurra Copel para a privatização. Folha do Paraná, Curitiba, 10 maio, 1999.

_____. Estado entregará seu melhor patrimônio, dizem opositores. Folha do Paraná, Curitiba, 15 jan., 2001. Economia, p. 01.

NETO, Romeu de Bruns. Hoje é o “dia D” da privatização da Copel. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 06 nov., 2001. P.17.

_____. Líder do Fórum diz que trabalho continua: oposição pretende acompanhar a gestão e cobrar mais participação. Jornal gazeta do povo, Curitiba, 26 jan., 2002. P. 18.

_____. Batalha judicial abre semana decisiva para Copel. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 28 out., 2001. P. 11.

_____. Leilão da Copel atrai gigantes mundiais do setor de energia. Para especialistas, compra da estatal é um dos melhores negócios do Brasil. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 02 set., 2001.

_____. Edital sai na Quinta-feira. Governo faz suspense sobre preço mínimo e local do leilão. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 02 set., 2001.

OLIVEIRA, Mirian Gasparin. Leilão da Copel é o mais importante do país. Jornal Gazeta do Povo, Curitiba, 26 ago., 2001.

OLIVEIRA, Rosângela. CNBB contra venda da Copel. O Estado do Paraná, Curitiba, 24 jul., 2001. Política, p. 2.

PASQUATTO, Jô. Venda da CESP em 2002 é improvável, avalia Alckmin. Agência Estado, Grupo S.A O Estado de São Paulo, São Paulo, Ano 11, nº 2488, 05 nov., 2001. P. 02. Disponível em: <www.estadão.com.br> Avesso em: 06 nov., 2001.

PESCH, Olavo. Entidades contra a venda da Copel: Fórum quer mobilizar a sociedade contra perda da estatal. O Estado do Paraná, Curitiba, 16 mar., 2001. Economia, p. 7.

_____. Ex-presidente é contra a privatização. O Estado do Paraná, Curitiba, 16 mar., 2001. Economia, p. 7.

_____. Ingo reafirma que "momento é agora". O Estado do Paraná, Curitiba, 16 mar., 2001. Economia, p. 7.

_____. Paulo assume e promete a reunificação da Copel. O Estado do Paraná, Curitiba, 08 jan., 2003.

_____. Justiça Federal suspende leilão de venda da Copel. O Estado do paraná, Curitiba, 20 out., 2001.

POMBO, Luciana. Justus assume vaga de Custódio. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 21 ago., 2001.

_____. Deputado some e assusta oposicionistas. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 21 ago., 2001.

_____. Justiça Federal suspende leilão de venda da Copel O Estado do Paraná, Curitiba, 20 out., 2001. Economia, p. 13.

PROHMANN, Fabiane. Fórum da Copel pressiona deputados. O Estado do Paraná, Curitiba, 25 jul., 2001. Política, p 3.

_____. Fórum da Copel faz apagão. O Estado do Paraná, Curitiba, 03,jun., 2001.

_____. Fórum busca apoio da Câmara. O Estado do Paraná, Curitiba, 09 maio, 2001.

_____. Fórum da Copel faz apagão. O Estado do Paraná, Curitiba, 03 jun., 2001. Política, p. 05.

_____. Oposição espera 10 mil em marcha. Fórum entregará ao presidente da AL projeto popular contra a venda da Copel. O Estado do Paraná, Curitiba, 10 jun., 2001.

_____. Fórum já reúne 120 entidades. O Estado do Paraná, Curitiba, 10 jun., 2001.

_____. Placar ainda continua favorável ao governo. O Estado do Paraná, Curitiba, 10 jun., 2001.

_____. Fórum da Copel pressiona deputados. O Estado do Paraná, Curitiba, 22 jun., 2001. Política, 03.

RODRIGUES, Ana Paula. Invasão na Assembléia: polícia tentou impedir com cacetete mas recuou. Mesa da presidência virou palco para o protesto. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 16 ago., 2001.

_____. Deputado passa mal diante da pressão política: Litro é hospitalizado depois da noite tensa de negociações. Jornal Gazeta do povo, Curitiba, 16 ago., 2001.

_____. Mais de 800 policiais foram mobilizados: isolamento do Legislativo causou o primeiro conflito. Jornal Gazeta do Povo, 21 ago., 2001.

ROZA, Deise. E no meio do caminho havia uma votação. Primeira Hora, 16 ago., 2001.

SAIKI, Lyrian. Lerner tem 72 horas para explicar contrato. O Estado do Paraná, Curitiba, 12 dez., 2001. P.08.

SANTOS, Ivan. Governistas forçam recuo no caso da Copel. Jornal do Estado, Curitiba, 30 maio, 2001. P. a4.

_____. Venda não tem apoio de ex-governadores. Jornal do Estado, Curitiba, 30 maio, 2001. P. a4.

_____. Voto de litro decide a venda. Jornal do Estado, Curitiba, 21 ago., 2001. P. a3.

_____. Comissão de Direitos Humanos fará denúncia. Jornal do Estado, Curitiba, 21 ago., 2001. P. a3.

_____. Votação vira batalha campal. Cinco PMs e 11 manifestantes são feridos em confronto em frente à Assembléia. Jornal do Estado, Curitiba, 21 ago., 2001. P. a4.

_____. “Não há vencidos”, diz Lerner. Governador rebate acusações de compra de votos na discussão do projeto da Copel. Jornal do Estado, Curitiba, 22 ago., 2001.

_____. Recursos vão para área social. Jornal do Estado, Curitiba, 22 ago., 2001.

_____. Atuação de Hermas é elogiada. Jornal do Estado, Curitiba, 22 ago., 2001.

VALÉRIO, Marisa Boroni. Companhia Paranaense de Energia vai continuar sob controle do governo do Paraná. Lerner desiste de vender a Copel. Jornal gazeta do povo, Curitiba, 26 jan., 2002. P. 18.

VALLE, Dimitri do. Fórum tem adesão para projeto popular. Jornal Folha do Paraná, 29 maio, 2001.

_____. Governo tenta esvaziar protesto da Copel. Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 9 jun., 2001. P. 6.
VÉGAS, Cíntia. Estudantes acampam na Assembléia. Jornal O Estado do Paraná, Curitiba, 16 ago., 2001. P. 5.
WRONISKI, Elisangela. Privatização foi derrotada há um ano. Jornal O Estado do Paraná, 01 fev.,2003.
_____. Para lembrar da luta. O Estado do Paraná, Curitiba, 17 ago., 2003. P.10.

ARTIGOS DE REVISTAS

BASSFELD, Marlise de Cássia. Foi Bonito de ver, foi emocionante estar junto! Edição memorial do Senge – PR – Gestão 1999/2002 – Maio de 2002. Curitiba, p 14-24.
BEAL, Aldino. A Copel que o Paraná precisa. Edição memorial do Senge – PR – Gestão 1999/2002 – Maio de 2002. Curitiba, p 29-30.
BITTENCOURT, Carlos Roberto. Mobilização Sindical: A luta do povo também é nossa. Revista memorial do Senge – PR – Gestão 2002/2005 Junho de 2005. Curitiba, p. 11.
FRIEDRICH, Nelton. Fórum Popular Contra a Venda da Copel: maior desafio agora é lutar pela Copel que queremos. Edição memorial do Senge – PR – Gestão 1999/2002 – Maio de 2002. Curitiba, p 28.
EXAME. Balanço da Copel foi eleito o melhor publicado este ano no país. Melhores e Maiores – 1998. Edição de jul., 1998. P.4-5
_____. Deu Copel de novo. Empresa é bi-campeã do Top of Mind com a mais lembrada pelos paranaenses. Melhores e Maiores – 1998. Edição de jul., 1998. P.17.
_____. O Paraná cresce no ranking. Melhores e Maiores – 1998. Edição de jul., 1998. P.92, p. 101, p. 221.
GOMES, Sérgio Inácio. Energia: Quando a riqueza é a nossa luz. Revista memorial do Senge – PR – Gestão 2002/2005 - Junho de 2005. Curitiba, p. 16-17.
_____. Vender a Copel é mau negócio para a maioria. Edição memorial do Senge – PR – Gestão 1999/2002 – Maio de 2002. Curitiba, p 11-12.
KANIAK, Ulisses. De quem é mesmo a Copel? É NOSSA! Edição memorial do Senge – PR – Gestão 1999/2002 – Maio de 2002. Curitiba, p 27.
ROSSAFA, Luiz Antonio. Energia: o novo ciclo econômico do Paraná. Edição memorial do Senge – PR – Gestão 1999/2002 – Maio de 2002. Curitiba, p 13.

_____. O Paraná e o Brasil não podem ficar no escuro. Revista CREA/PR, Ano 4 – nº 12 – Março/Abril – 2001. P. 4.

SCHMIDT, Ivan. A Copel é nossa! Revista CREA/PR, Ano 4 – nº 12 – Março/Abril – 2001. P 18-23.

DOCUMENTOS

ANAIS ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA. Curitiba, 15 ago., 2001.
_____. Curitiba, 27 mar., 2001
_____. Curitiba, 20 ago., 2001.
_____. Curitiba, 03 dez., 1998. P.15-19.
BAIXO ASSINADO. Sistema Integrado de Documentos, PM/PR nº 4.772.849-5, 24 ago., 2001. Encaminhado ao Chefe do Estado Maior Polícia Militar do Estado do Paraná, da autoria do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, como protesto pela atuação de intimidação, coação, agressão e violência praticada em excesso pelos policiais militares sob o seu comando.

BRASIL, Lei n.º 12.355, de 08 de dezembro de 1998. Autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da Copel, alienar, dar em caução ou oferecer garantia ações do Estado na Capital daquela companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A, e adota outras providências. Palácio do Governo em Curitiba, em 08 dez., 1998.

CARTA CONVITE "DEBATE SOBRE A COPEL: O QUE VEIO DEPOIS DA NOSSA LUTA? André Passos e Fórum Contra a Privatização da Copel, Curitiba, 15 ago., 2005.
CARTA – Manifestação sobre a Copel privatização. Federação da Agricultura do Estado do Paraná, Federação das Associações Comerciais Industriais e Agrícolas do PR, Federação do Comércio do Estado do Paraná, Federação das Indústrias do Estado do Paraná, Federação das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná, Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. In: Jornal Folha do Paraná, Curitiba, 15 jun., 2001.

SINDENEL. Para Companhia Paranaense de Energia – Copel Sr. Diretor Presidente
COMISSÃO DE DEFESA DO CIDADÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA E DIVERSOS VEREADORES. Audiência Pública na Câmara Municipal sobre a privatização. Curitiba, 17 abr., no auditório da Câmara Municipal.

COPEL – UEGA. Saiba por que o governo do Paraná levou a justiça o contrato da usina termelétrica de Araucária. In: Informe do Governo do Paraná, Curitiba, 2003.
ESTUDANTES MATÊM MOBILIZAÇÃO. In: Jornal do Estado, Curitiba, 16 ago., 2001. P. a5.

FAYET, Luiz Antonio. Carta aberta contendo reflexões sobre a privatização da Copel. Curitiba, 27 mar., 2001. 3 f.

_____. Carta aberta. Copel: privatização ou venda? Curitiba, 17 maio, 2001. 2 f.

FERREIRA, José Maria. Ação Popular com pedido de liminar. Procuradora, Priscila Gonçalves Gabasa Perez, OAB/PR 26205. Curitiba, 16 abr., 2001. 10f.

FOLHETO DO PDT. A Copel continua nossa. Distribuição interna, jornalista responsável: Dorival Selbach, reg. 9549/29/37, MTb/SP.

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL. Nota de desagravo. Curitiba, 18 out., 2001.

_____. Estatuto do Fórum. 4º Registro Civil das pessoas Jurídicas, Registro de Títulos e Documentos, sob nº 3451, Protocolo 356329. Curitiba, 04 abr., 2001. 4f.

_____. Liminar concedida a partir da Ação popular. Autos 314/01. Juiz de Direito Luiz Osório Moraes Panza. Curitiba, 25 abr., 2001. 4f.

_____. Carta convite às entidades que formavam o Fórum para plenária geral do Fórum, no dia 22 nov., 2001.Curitiba, 20 nov., 2001.

_____. Carta convite aos vereadores para plenária geral do Fórum, no dia 14 nov., 2001.Curitiba, 12 nov., 2001.

_____. Carta aberta: “Prezado companheiro de luta popular, democrática e paranista”, subscrita por seu coordenador executivo Nelton Miguel Friedrich. Curitiba, 2001.

_____. Reunião da Coordenação do Fórum, formulários e planejamento da coleta de assinaturas para Projeto de Iniciativa Popular. Mensagem recebida por: <ealvesde@crea-pr.org.br > em 25 abr., 2001.

_____. Baixo-assinado: Personalidades contra a venda Copel.

_____. MINISTÉRIO DA FAZENDA. Cartão de Identificação da Pessoa Jurídica. Nº da inscrição 04.525.744/0001-80. Data de abertura 07/06/2001. Código e descrição da atividade econômica principal – Atividades de organizações políticas.

_____. Constituição das comissões do Fórum contra a privatização da Copel. Curitiba, 12 mar., 2001. 2f.

_____. Requerimento ao MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA (GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS). Para a responsabilização penal do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel Justino Henrique de Sampaio Filho, como responsáveis maiores e diretos pelos atos de abuso de poder e de autoridade, e ofensas aos direitos humanos. Protocolo nº 9489/2001 – PGJ. Interessado Elisio Eduardo Marques. José Carlos da Costa Coelho, sub-procurador Geral da justiça. Curitiba, 12 set., 2001.

_____. Calendário do mês de maio 2001.

_____. Roteiro para organização da Marcha do Paraná contra a venda da Copel, maio 2001.

_____. Índice das principais atividades do Fórum de Dez., 2000 a jul., de 2001, organizadas pela secretária do Fórum Cassilda S. Canfield.

_____. Lista das entidades filiadas ao Fórum, manuscritas organizadas pela secretária do Fórum Cassilda S. Canfield.7f.

FRIEDRICH, Nelton Miguel. Copel: energia e poder que o Paraná não pode abrir mão!Intervenção feita no encontro em defesa da Copel realizada no Plenarinho da Assembléia legislativa do Paraná. Curitiba, 21 fev., 2000. 6f.

GOULART, Denise Madruga. Cartilha: A Copel é nossa! APP- Sindicato dos trabalhadores em Educação do Paraná.

GOVERNO DO PARANÁ. Aviso, Edital nº 001/2001. Alienação do Controle Acionário da Companhia Paranaense de Energia Elétrica – COPEL. In: Gazeta do Povo, Curitiba, 17 out., 2001. P.22.

GRAMOWSKI, Stanislaw. Releasing para a imprensa, parlamentares a nível de Câmara Assembléia e Congresso e integrantes do Fórum contra a venda da Copel. Carta denúncia pelo cerceamento ao exercício da atividade sindical. Curitiba, 17 maio, 2001.

_____. Carta aberta sobre o Dia Municipal em Defesa da Cidadania. Curitiba, 15 ago., 2005.

_____. Carta para Deputado Hermas Brandão – Presidente da Assembléia Legislativa. Curitiba, 25 jul., 2001. 1f.

_____. 1ª Carta aberta aos 27 deputados da bancada governista e ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 20 ago., 2001. 1f.

_____. 2ª Carta aberta aos 27 deputados da bancada governista e ao Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná. Curitiba, 29 ago., 2001. 1f.

_____. Carta aos deputados paranaenses sobre a necessidade de não aprovarem a privatização. Curitiba, 01 dez., 1998. 1f.

JORNAL O ESTADO DO PARANÁ. Brandão recorrerá ao STF. Curitiba, 23 set., 2005. P.03.

_____. Copel registra lucro de quase R$ 300 milhões. Curitiba, 17 nov., 2004. P. 22.

_____. Guerra insiste na tese de privatização. Curitiba, 16 jun., 2001. Política, p. 03.

_____. Copel: 47 anos de história. Curitiba, 28 out., 2001. P. 10.

_____. Lerner inicia processo de venda da Copel. Curitiba, 05 maio, 1999.

JORNAL FOLHA Do PARANÁ. Moção de repúdio. Curitiba, 22 abr., 2001. P. 03.

JORNAL GAZETA DE TOLEDO. Comissão local do Fórum prepara novas ações. Toledo, 15 jul., 2001. P. 03.

JORNAL DO PARANÁ. Abredde considera a Copel melhor do brasil. Curitiba, 12 jul., 2001.

JORNAL GAZETA DO POVO. Lerner diz que governo não precisa mais vender a Copel. Curitiba, 21 dez., 2001. P. 19.

_____. Governo tenta reverter em Brasília a suspensão da venda da copel. Curitiba, 19 dez., 2001. P. 26.

_____. Espanhola Indesa é a primeira empresa a obter dados da Copel. Curitiba, 25 jul., 2001.

_____. Presidente defende a venda da Copel. Curitiba, 12 abr., 2001. P. 15.

_____. Privatização da Copel, a mais longa sessão. Curitiba, 16 ago., 2001.

_____. Alvaro Dias propõe lei contra a privatização de energia. Curitiba, 16 maio, 2001.

_____. Contradições marcam venda da Copel. Curitiba, 17 jun., 2001. P.11.

JUSTIÇA FEDERAL. Ação de notificação judicial. Guilherme Amintas Pazzinato da Silva OAB/PR 26.014, Nelton Friedrich. Curitiba, 26 out. 2001. Os notificantes manifestam através da presente, para que não se alegue ignorância e desconhecimento futuro, de que não concordam com o processo de alienação do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, por várias razões, dentre elas a absoluta inexistência de interesse público, a contrariedade da esmagadora maioria da população paranaense, e também por todo o processo estar eivado de nulidades que motivarão o desfazimento do negócio.

_____. Seção Judiciária do Paraná. Ação de Notificação recebida pelo MM. Juiz Álvaro Eduardo Junqueira. Federal da Sétima Vara. Curitiba, 29 out., de 2001.

KRIEGER, Dom Murilo S. R. Nota dos bispos do Paraná a respeito da Copel. Itaici, São Paulo, 21 jul., 2001.

LAUDO DE EXAME DE LESÕES CORPORAIS. Laudo nº 11.109/2001 de Victor Raoni de Assis Marques, 22 ago., 2001.

MANIFESTAÇÃO CONTRA A VENDA DA COPEL LEVOU MAIS DE 100 PROCOPENSES À CAPITAL DO ESTADO. In: Gazeta regional, Cornélio Procópio, 15 jun., 2001. P. 02.

MANIFESTAÇÃO CONTRA VENDA DA COPEL REÚNE 3 MIL.

MORAIS, Esmael Alves de. Boletim do Fórum popular. Saiba como funciona a coleta de assinaturas para o Projeto de Iniciativa popular. Mensagem recebida por: <sindinel@bol.com.br> em 27 abr. 2001.

NOSSO FUTURO. Ano 1 – Nº 1 – dez., 1998. Informativo sobre o andamento dos processos de organização, modelagem e privatização da Copel. SRH/CNPH Copel.

PANFLETO "A SUA COPEL DO FUTURO". Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, 2001.

PEREIRA, Hasiel. Porque somos contra venda da Copel. Carta aberta da vereadora Clair da flora Martins, PT. Curitiba 13 set., 2001. 4f.

PUGLIESI, Waldyr *et al*. Carta para Deputado Aécio Neves, Presidente da Câmara dos Deputados. Curitiba, 15 ago., 2001.

_____. Carta para Luis Inácio Lula da Silva, Presidente de honra do Partido dos Trabalhadores. Curitiba, 15 ago., 2001.

_____. Carta para Leonel Brizola, Presidente do partido Democrático Trabalhista. Curitiba, 15 ago., 2001.

REQUIÃO, Roberto. "Por que privatizar a Copel"? Discurso proferido no plenário do Senado Federal. Senado federal, Brasília, 2001.

SCHUNEMANN, Miguel Augusto Queiroz. Carta para Sr. Miguel Amilton Gawloski – SINDENEL. Curitiba, 08 jun., 2001. 1f.

SINDINEL, Sindicato dos Eletricitários de Curitiba. Venda/Privatização como impedir? Podemos e devemos participar. Ano V – nº 43 maio, 2001.

_____. Carta para Sr. Diretor Administrativo Miguel Augusto Queiroz Schunemann – Copel. Curitiba, 06 jun., 2001. 1f.

VOTANDO CONTRA O POVO. In: Jornal Folha do Paraná, Editorial. Curitiba, 26 jul., 2001.

ENTREVISTAS

BASSFELD, Marlise de Cássia. Entrevista concedida pela Jornalista do Senge – Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná, a Cátia Cilene Farago. Curitiba, 17 ago., 2005.

FRIEDRICH, Nelton Miguel. Entrevista concedida pelo Coordenador Executivo do Fórum Popular Contra a Venda da Copel e atual Diretor da Itaipu Binacional, a Cátia Cilene Farago. Curitiba, 05 jul., 2005.

GRAMOWSKI, Stanislaw. Entrevista concedida pelo Diretor do Sindenel – Sindicato dos Eletricitários de Curitiba, a Cátia Cilene Farago. Curitiba, 23 ago., 2005.

KANIAK, Ulisses. Entrevista concedida pelo Diretor-Presidente do Senge - Eng. Gestão 2005-2008, a Cátia Cilene Farago. Curitiba, 23 ago., 2005.

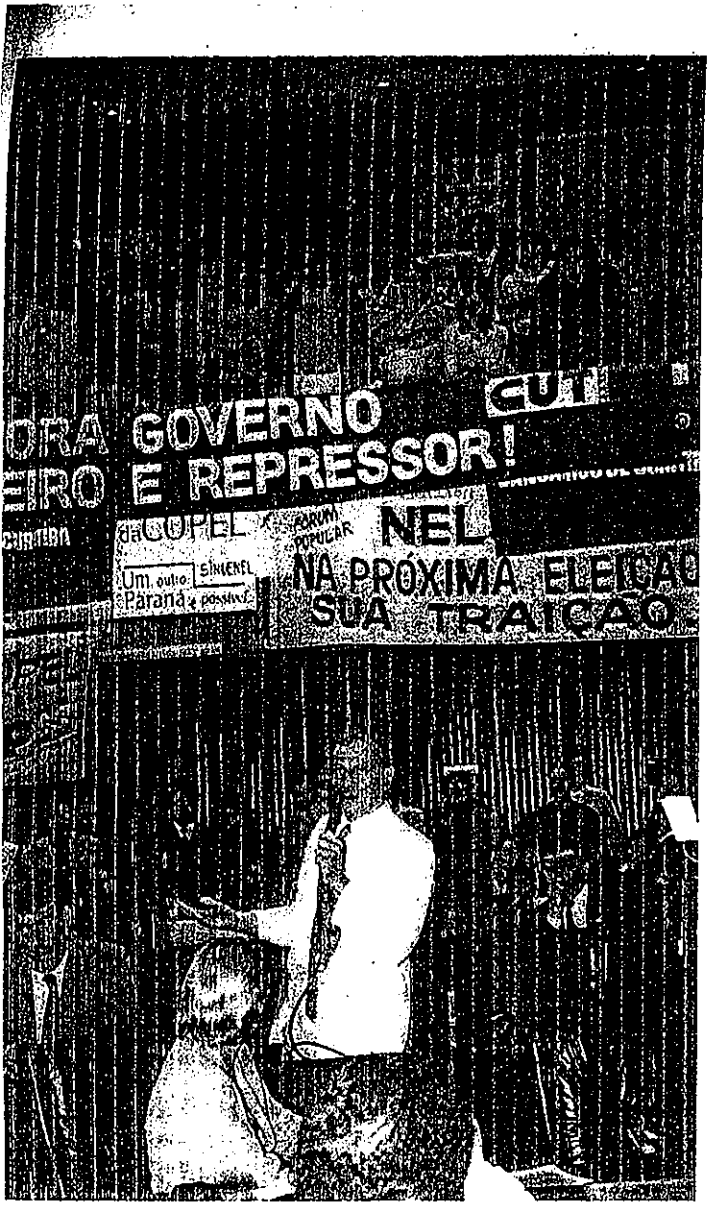
ROSSAFA, Luiz Antonio. Entrevista concedida pelo Presidente do CREA/PR Gestão 2001-2005 e Diretor Conselheiro da Copel, a Cátia Cilene Farago. Curitiba 30 ago., 2005.

ANEXOS

FOTOS (CEDIDA POR GRAMOWSKI, Stanislaw – 2001), ARTIGOS DE JORNAIS, DOCUMENTOS DIVERSOS DO FÓRUM

FORUM POPULAR RELEMBRA A LUTA DOS ESTUDANTES
FORUM POPULAR
CONTRA
VENDA DA COPEL
LUTA E VITÓRIA
DO POVO. VALEU

AO PPS
VENDA
PEL
0,
lores
APP
PORQUE O GOVERNO DO ESTADO NÃO VAI MAIS PRIVATIZAR A COPEL.
GAZETA DO PARANA
O ESTADO DO PARANA
GAZETA DO PARANA
O ESTADO DO PARANA
VEJAM AS VERDADEIRAS RAZÕES
PORQUE LERNER, INCO, 27 DEPUTADOS
NÃO CONSEGUIRAM VENDER A COPEL
MOBILIZAÇÃO DO POVO DO PARANÁ
FORUM POPULAR CONTRA VENDA,
DESISTÊNCIA TODOS INTERESSADOS,
CENTENAS DE AÇÕES NA JUSTIÇA
E SUSPENSÃO DO LEILÃO PELO STJ.
NOVA POLÍTICA ENERGÉTICA, CRISE
ARGENTINA, SIM, OUTRA HISTÓRIA!
POVO E MÍDIA SABEM A VERDADE!
COPEL SERÁ NOSSA SEMPRE - SINDENEL


CUT
GOVERNO
E REPRESSOR!
da COPEL
NEL
Um outro Paraná é possível
NA PRÓXIMA ELEIÇÃO
SUA TRAIÇÃO

VITÓRIA DO POVO!
COPEL É O SÍMBOLO
DA RESISTÊNCIA DO
POVO DO PARANÁ.
CANCELADA
VENDA DA COPEL
GAZETA DO PARANÁ
GAZETA DO POVO
O ESTADO DO PARANÁ

Senhor Contribuinte,

Confira os dados de identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à SRF a sua atualização cadastral.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

00000846

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA – CNPJ

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	CARTÃO DE IDENTIFICAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA	DATA DE ABERTURA	VALIDADE DO CARTÃO
04.525.744/0001-80		07/06/2001	31/10/2003

NOME EMPRESARIAL
FORUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
91.92-8-00 - Atividades de organizacoes politicas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
302-6 - ASSOCIACAO

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
RUA DOUTOR ZAMENHOF	35	

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
80030-320	ALTO DA GLORIA	CURITIBA	PR

CAIXA POSTAL/FAX/CORREIO ELETRÔNICO/TELEFONE
TEL: 041-3506924 /FAX: 041-3506924

CPF DO RESPONSÁVEL	SITUAÇÃO ESPECIAL
058.718.089-72	

APROVADO PELA IN/SRF NO. 002/2001

VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL

FORUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

ESTATUTO

CAPITULO I

Da entidade e seus fins

Art. 1º. **O FORUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL**, é uma associação civil de direito privado, de caráter cívico, paranista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático, com personalidade jurídica e sem fins lucrativos, que visa articular e promover ações para uma ampla conscientização e mobilização da sociedade paranaense para impedir a venda da Copel, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, Brasil, na Rua Dr. Zamenhof, 35 – Alto da Glória – fel. (041) 350-6924, o qual reger-se-á pelo presente estatuto e pela legislação aplicável à espécie.

Parágrafo Único - O FORUM desenvolverá suas atividades em todo o território paranaense e manterá relações com organismos e instituições públicas e privadas, para a consecução de suas atividades e finalidades.

Art. 2.º - O FORUM terá duração indeterminada e será dissolvido assim que atingir seus objetivos, através de um comunicado do seu Conselho Diretivo a todos os seus fundadores e associados constantes das listas de presença de suas reuniões.

Art. 3.º - São finalidades do FORUM :

I – divulgar as informações técnicas e econômicas a respeito da estatal COPEL para amplo conhecimento público;

II – promover discussões e debates públicos sobre a política de privatização do governo estadual e federal, particularmente sobre a privatização da Copel;

III –difundir idéias, conceitos e métodos que visem a manutenção do patrimônio da Copel nas mãos do Estado do Paraná;

IV - defender a participação dos cidadãos nas decisões políticas e administrativas que envolvem a alienação dos bens públicos, especialmente da Copel, combatendo o abuso do poder dos governantes.

Art. 4º - Das atividades básicas do FORUM:

I - desenvolver ações para mobilizar os cidadãos, promover campanhas e manifestações cívicas pacíficas visando a defesa e proteção do patrimônio da Copel;

II - realizar e divulgar estudos e pesquisas, organizar palestras e seminários, publicar impressos e usar de todos os meios de comunicação para despertar a consciência da população e o exercício da sua cidadania;

III - requerer junto aos órgãos públicos informações de interesse dos cidadãos, para atingir suas finalidades estatutárias;

IV - firmar acordos e convênios, com instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando implementar as finalidades estatutárias;

CAPÍTULO II

Dos sócios

Art. 5.º - Poderão ser membros do FORUM todas as pessoas físicas que concordarem com este estatuto e implementarem suas finalidades.

Parágrafo Único – Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo Conselho Diretivo.

Art. 6.º - São deveres dos membros do FORUM prestar sua colaboração para a consecução de seus objetivos.

Art. 7º - São direitos dos membros ter acesso a todas as informações sobre as atividades do FORUM e participar das mesmas.

CAPÍTULO III

Do patrimônio e sua utilização

Art. 8.º - O patrimônio do FORUM constitui-se de contribuições materiais e profissionais de seus membros, da arrecadações junto aos cidadãos para suas atividades, ou por outras receitas eventuais.

Parágrafo Único – Na dissolução do FORUM, se houver bens remanescente, estes serão incorporados aos de uma entidade de fins semelhantes de interesse e de utilidade publica, definida pelo Conselho Diretivo.

CAPÍTULO IV

Da organização do FORUM

Art. 9.º - O FORUM é constituído por todos os seus membros e contará com um Conselho Diretivo composto por um presidente e um tesoureiro, e cinco coordenadores, no mínimo, escolhidos em reunião geral para um mandato de (1) um ano, podendo ser reeleito.

Parágrafo 1º – O FORUM reunir-se-á sempre que as circunstâncias o exigirem, convocado pelo Conselho Diretivo.

Parágrafo 2º - A Conselho Diretivo reunir-se-á pela convocação de seu presidente, e as decisões tomadas por maioria simples, respeitado o quorum de metade mais um de seus membros para deliberação.

Art. 10.º - Compete Conselho Diretivo:

I - cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;

II –coordenar as atividades, encaminhar e executar as deliberações do FORUM;

III - interpretar o presente estatuto e decidir os casos omissos.

Art. 11º - Compete ao Presidente :

I - Representar o FORUM, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele e assinar seus documentos;

II - organizar e dirigir todos os assuntos administrativos do FORUM;

Art.12.º - Compete ao tesoureiro:

I - responder pela guarda do patrimônio e dos valores do FORUM;

II - movimentar contas bancárias e emitir cheques, juntamente com o presidente;

III - assinar, com o presidente, as prestações de contas.

CAPITULO V

Das disposições gerais e transitórias.

Art. 13º - O FORUM não tem finalidade lucrativa e suas receitas serão aplicadas somente na consecução de seus objetivos estatutários, vedada qualquer tipo de remuneração a seus participantes.

Art. 14.º - A alteração do presente Estatuto poderá ser aprovado em Reunião Geral do FORUM, especialmente convocada para tal.

Art. 15.º - Os casos omissos deste estatuto serão resolvidos pela Conselho Diretivo, *ad referendum* da Reunião Geral.

Art. 16º - A eleição dos membros Conselho Diretivo realizar-se-á até 30 dias antes do término do mandato do Conselho em exercício.

Art. 17º - O mandato do Conselho Diretivo, eleito na Assembléia Geral de 21 de fevereiro de 2001, será exercido até 20 de fevereiro de 2002.

Art. 18 º - As presentes normas estatutárias estarão em vigor a partir de sua aprovação e registro no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Curitiba, 04 de abril de 2001.

MARLENE ZANNIN
OAB/PR
Assessoria Jurídica do FUNPR

1º REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS E
REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Emiliano Perneta, 10 - 2º And. - Fone

[ ] Averbado
Sob N.º 3451 no Livro
"A-1" de Pessoas Jurídicas
Protocolado e Microfilmado sob nº 356329

Curitiba, 07 de maio de 2001

Solange C. de Oliveira Prado
Escrevente

Carta Aberta à População

Paranaenses,

Neste exato momento em que redigimos este comunicado, mais de 1.500 policiais, do Batalhão de Choque e da Cavalaria, tomam a Assembléia Legislativa, espalhando-se pelos corredores, salas e pátios. Portanto armas pesadas, próprias a uma batalha, com cães ferozes, cavalos, e uma disposição à violência nunca vista, os policiais intimidam deputados e manifestantes, que se opõem a venda da Copel.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, principal garantidor das liberdades democráticas do povo paranaense, não pode, por pressão do Poder Executivo sofrer esta enorme humilhação. O direito e as prerrogativas dos Deputados Estaduais, representantes da vontade popular, não podem ser violados de forma tão brutal.

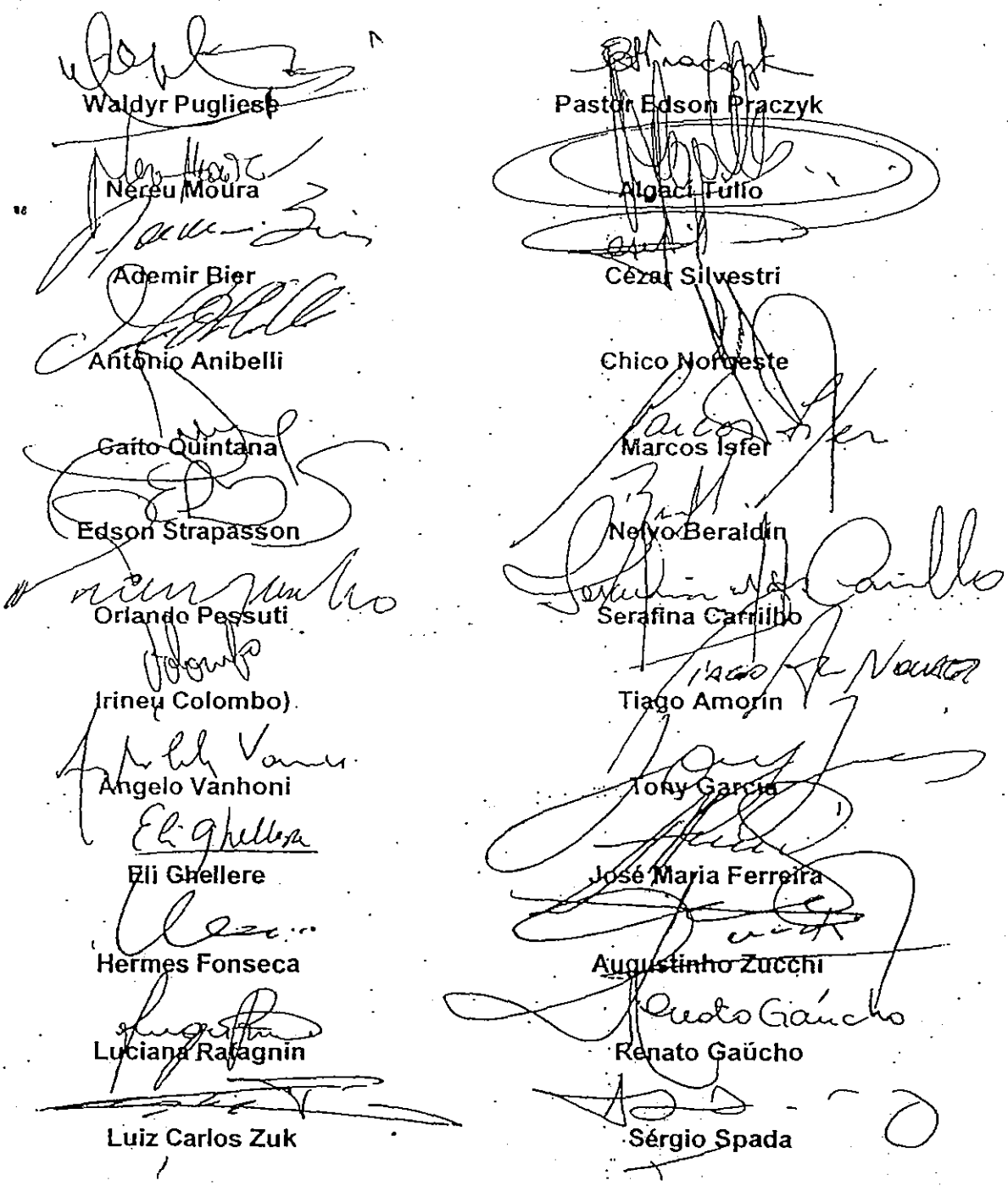
Estarrecido, todo o Paraná esta vendo este espetáculo deprimente da polícia do Governador Jaime Lerner reprimindo, buscando intimidar e acuar os que resistem ao escândalo da venda da Copel. Mais de 93% dos paranaenses já deixaram claro que não querem a venda da empresa.

Como é possível esta poderosa demonstração de força bruta, de irracionalidade, em plena vigência de um regime que se diz democrático? Na verdade, nem mesmo nos anos de chumbo da ditadura militar, a Assembléia Legislativa do Paraná sofreu uma intervenção repressiva como a que está ocorrendo agora.

Nós, os 26 deputados do Bloco de Resistência à Venda da Copel, nada mais fazemos do que cumprir a determinação dos paranaenses que não querem ver a Copel envolvida nessa abominável negociata. Afinal, estamos aqui reunidos para votar um Projeto de Iniciativa Popular, encaminhado à Assembléia por milhares de paranaenses. E a violência que se comete contra nós é uma violência contra todos os que assinaram o projeto e exige que ele seja votado.

Agradecemos o apoio que estamos recebendo da população e assumimos o compromisso de continuar a resistência, de não arredar pé, de não ceder às intimidações e pressões, porque, acima de tudo, estão em causa os interesses do povo do Paraná. E com esses interesses não negociamos, não transigimos, não fugiremos.

Por fim, fazemos um apelo a todos para que se unam a nós nessa jornada de resistência e luta. Nós, os 26 deputados do Bloco de Resistência à Venda da Copel, assinamos, certos de que venceremos.



SENADO FEDERAL

Destinatário:

Órgão:

Fax:

Fone:

Assunto:

Nº de páginas:

CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

...écie: 2º Termo Aditivo, Contratante: Conselho Federal de Nu...cionistas, Contratado: Maria do Socorro Aquino Custódio. Objeto: ...ação do contrato firmado em 1º/09/99 para prestação de ser...os de assessoria de comunicação social ao CFN. Valor total dos ...viços: R$ 2.332,00 (dois mil, trezentos e trinta e dois reais), pagos ...almente. O valor ajustado fica sujeito à revisão quando for ...olicada a variação do índice utilizado referente ao período de ...embro/2000 a agosto/2001. Vigência 1º/09/2001 a 31/08/2002. ...ntário: Rosane Maria Nascimento da Silva - Presidente do Con...lho, Maria do Socorro Aquino Custódio, contratado.

...

...pecie: 3º Termo Aditivo, Contratante: Conselho Federal de Nu...cionistas, Contratado: Maria do Socorro Aquino Custódio. Objeto: ...ação da cláusula segunda do 2º Termo Aditivo, firmado entre as ...smas partes em 31/08/2001.Valor total dos serviços: R$ 2.343,00 ...is mil, trezentos e quarenta e três reais), pagos mensalmente ...gane Maria Nascimento da Silva - Presidente do Conselho, Maria ...Socorro Aquino Custódio, contratado. Brasília, 25/09/2001.

...

...pecie: Termo Aditivo. Contratante: Conselho Federal de Nutri...cionistas. Contratado: Carlos Murilo Frade Nogueira. Objeto: reno...ação de contrato firmado em 15/09/1999 para prestação de serviços ...assessoria parlamentar ao CFN. Valor total dos serviços: R$ ...,00 (dois mil, cento e dezenove reais), pagos mensalmente. Vi... 15/09/2001 a 14/09/2002. Rosane Maria Nascimento da Silva ...sidente do Conselho, Carlos Murilo Frade Nogueira, Contratado ...Unha

...pécie: 2º Termo Aditivo. Contratante: Conselho Federal de Nu...cionistas. Contratado: Alô Contabilidade e Auditoria Ltda. Objeto: ...ovação do contrato firmado em 15/09/1999 para prestação de ser...iços de assessoria contábil ao CFN. Valor total dos serviços: R$ ...194,00 (três mil, cento e noventa e quatro reais), pagos mensal...ente. Vigência: 1º/10/2001 a 30/09/2002. Rosane Maria Nascimento ...a Silva - Presidente do Conselho, Vilmar Augusto de Medeiros, pela ...mpresa.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato nº 06/2001. Contratante: Conselho Federal de Nu...cionistas. Contratado: Carmen Lúcia de Araújo Calado. Objeto: ...prestação de serviços de pesquisa, seleção e compilação de glossário ...obre terminologia de Alimentação e Nutrição. Valor total dos Ser...iços: R$ 3.000,00 (três mil reais). O pagamento do valor ajustado será ...eito até o 10º (décimo) dia subseqüente ao aceite do produto final. Vigência: 60 (sessenta) dias. Rosane Maria Nascimento da Silva Presidente do Conselho, Carmen Lúcia de Araújo Calado, Contratado.

...

CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA

EXTRATOS DE CONTRATOS

I) PARTES: "Conselho Federal de Química" e "Type Manutenção e Serviços ...". II) OBJETO: Prestação de serviços de assistência técnica para manutenção preventiva e corretiva, como também o fornecimento de peças e suprimentos, ...e equipamento com funções de copiadora e impressora, de marca RICOH, ...AFICIO 200, e, todos os seus componentes e acessórios fornecidos por ...do Processo Administrativo do CFQ, de nº 0008/2000 (Carta-convite nº ...2000). III) MODALIDADE: Dispensa de Licitação. IV) VALOR: 499,00 ...(quatrocentos e noventa e oito reais) mensais. V) VIGÊNCIA: 12 meses.

...

...ES: "Conselho Federal de Química" e "Ágil Serviços Es...ada.". II) OBJETO: Prestação de serviços de limpeza e con... e portaria 24 (vinte e quatro) horas na sede do CFQ. III) ...DADE: Prorrogação Contratual. IV) VALOR: 5.947,35 ...il, novecentos e quarenta e sete reais e trinta e oito centavos) ...V) VIGÊNCIA: 12 meses.

...

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO ESTADO DO PARANÁ

EXTRATOS DE CONVÊNIOS

Convênios celebrados entre o CREA-PR, convenente representado pelo Eng. Agrônomo Luiz Antonio Rossafa e Entidades de Classe abaixo relacionadas, denominadas conveniadas. - Objeto: A fiscalização do cumprimento da Lei 6.496, de 07.12.77, que institui a Anotação de Responsabilidade Técnica. Base Legal: Resolução do CONFEA 456/01, Ato do CREA-PR n.º 30/94 e Lei 8.666/93. Instituto de Engenharia do Paraná - Eng. Volmir Selig, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31.12.02. Instituto de Arquitetos do Brasil- Dep. Paraná - Arq. Roberto Sampaio, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31.12.02.Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná - Eng. Agr. Carlos Gilberto Bittencourt, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no estado do Paraná - Arq. João Carlos Gioia, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Sindicato dos Técnicos Agrícolas de Nível Médio do Estado do Paraná - Técnico Agrícola Gleisa Zochi Clarindo, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado do Paraná - Técnico em Eletromecânica - Jomar Pereira Reykembach, Presidente - Vigência 03/01/00 à 31/12/02. Associação Paranaense de Engenheiros Florestais - Eng. Carlos Alberto Vanelli, Presidente - Vigência 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Químicos do Paraná - Eng. João Borges Filho, Presidente - Vigência 03/01/00 à 31/12/02. Associação Profissional dos Geólogos do Paraná - Geólogo José Roberto de Dias, Presidente - Vigência 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Cascavel - Eng. Civil Calil Mantovanelli, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Ponta Grossa - Arq. Roque Dantas Spontoni, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campo Largo - Eng. Civil Emigdio Sisco, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Arquitetos Agrônomos e Engenheiros de Foz do Iguaçu - Arq. Raul Carlos Temp, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31.12.02. Associação dos Engenheiros Arquitetos da Micro Região de Campo Mourão - Eng. Civil Egumar Antonm Maciel de Souza , Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31.12.02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Apucarana - Arq. José Herculano Ferreira Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Arquitetos Agrônomos de Arapongas - Eng. Civil Luiz Carlos de Lemos, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Guarapuava - Eng. Civil Rui Sergio Lemos Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Maringá - Eng. Mecânico Cicilar Nicolau Lindente, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos do Noroeste do Paraná - Eng. Civil Ederi Dias Chapia, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Sudoeste do Paraná - Eng. Civil Carlos Roldo Fellin, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Arquitetos do Litoral do Paraná - Arq. Vania Fessoa Rodrigues Foes, Presidente -Vigência de 03.01/00 à 31/12/02. Associação Profissional dos Engenheiros da Região de Córrego Procopio - Eng. Civil Luiz Henrique Bonafim, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos e Agrônomos do Norte Pioneiro -Eng. Agr. Carlos Alberto Tabordi , Presidente - vigência 03/01/01 à 31/12/02. Associação Paranaense dos Engenheiros Eletricistas - Eng. Marco Antônio Biazon, Presidente - Vigência 03/01/00 à 31/12/02. Associação Profissional dos Engenheiros Arquitetos de Paranavaí - Eng. Civil Renato Outra, Presidente - Vigência 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros de Telecomunicações do Estado do Paraná - Eng. Luiz Carlos Seneca, Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação Paranaense de Engenheiros de Segurança - Eng. Harry Kottman, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação Platinense de Engenharia e Arquitetura - Eng. Civil Nelson Luiz , Presidente - Vigencia de 03/01/00 à 31/12/02. Associação Regional de Engenharia e Arquitetos de Pato Branco - Eng. Civil Oamar Braum Sobrinho, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação Paranaense dos Engenheiros Agrícolas - Eng. Agrônomo Mantovani, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Tecnólogos do Estado do Paraná - Tecnólogo Nelson Carnos Lopes, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros de Palmas - Eng. Agr. Marcello Martins Arruda, Presidente - Vigência de 01/04/01 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros do Vale do Piquiriguaçu - Eng. Américo Pereira Guedes, Vigência de 03/01/00 à 31/12/02.Associação de Engenheiros do DER - Gestão Raul Cezar Quadros Assad, Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Arquitetos e Agrônomos do Rio Mafra - Eng. Eletricista Norton Luiz Guenther, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Marechal Cândido Rondon - Eng. Civil Carlos Roberto Wild, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Medianeira - Arq. Carla Ott, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação Mandaguarense dos Engenheiros - Eng. Agr. Mauri T. Parazzi e Andrade, Presidente - Vigência de 01/09/01 à 31/12/02. Associação Regional dos Engenheiros Arquitetos e Agrônomos de Cianorte - Eng.Francisco Cescador Neto, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02.Associação dos Engenheiros Agrônomos de Londrina - Eng. Civil Sergio Roberto Dotto, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02.Associação Engenheiros Agrônomos da Região de Irati - Eng. Agr. Gerson Ribeiro Sobrinho, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação das Engenheiros Agrônomos do Oeste do Paraná -Eng. Agr. Edson Luiz de Souza, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos da Região Metropolitana de Curitiba - Eng. Agr. Julio Miniol Neto, Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Cascavel - Eng. Daniel Roberto Galafassi, Presidente, Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos de Campo Mourão - Eng. João Carlos Fiorezi, Presidente, Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos de Cornélio Procópio - Eng. José Tavares de Paiva Junior, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos de Francisco Beltrão - Eng. Orley Jair Lopes, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos de Guarapuava - Eng. Agr. José Ubiratan Kamoski, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos do Vale do Ivaí - Eng. José Idilio Macedo dos Santos, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Toledo - Eng. José Carlos Dal Bosco, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação Brasileira dos Engenheiros Civis - Departamento do Paraná - Eng. Carlos Vicente Ribas da Câmara Teixeira, Presidente - Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação Maringaense dos Engenheiros Agrônomos - Eng. Agr. Gerson Paron Filho, Presidente, gência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos de Paiu Branco - Eng. Agr. Carlos Scapini, Presidente, gência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos do Campos Gerais - Eng. José Luiz Dias, Presidente, Vigência de 03/01/00 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros Agrônomos de Toledo - Eng. Agr. Adalberto Telesca Batista, Presidente, Vigência de 03/01/01 à 31/12/02. Clube de Engenharia e Arquitetura de Londrina - Eng. Civil Inácio Bojorci Filho, Presidente, Vigência de 03/01/01 à 31/12/02. Associação dos Engenheiros da Fronteira do Iguaçu - E Civil Ione Fatima Debuba, Presidente, Vigência de 02/01/01 à 31/12/02. Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenh. do Paraná - Eng. Civil Paulo Roberto Oliveira Braga, Presidente, gência de 02/01/01 à 31/12/02.

...

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DO RIO GRANDE DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇO Nº 13/2001

O Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e A...nomia do Rio Grande do Sul, CREA/RS, torna público que cumprimento aos conceitos contidos na Lei Federal nº 8.666 21/06/93 e suas alterações, em vigor, fará realizar em sua sede à Rua...to de 340 de novembro de 2001. Tomada de preço 013/2001 tipo Menor preço. Visando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ...ALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ...PORTAGENS FOTOGRÁFICAS PARA O CREA-RS, com base ...condições estabelecidas no Edital nº 013/2001.

O Edital completo e maiores informações poderão ser ...idos junto ao Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e A...nomia do Rio Grande do Sul, a partir da publicação deste

EDSON LUIS DAL LAGO
Presidente do CREA

...

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia, ...quitetura e Agronomia de Santa Catarina. CONTRATADA: ...Empreendimentos de Segurança Eletrônica. OBJETO: Alteração da ...sula Décima Nona - Do vigência, do Contrato de ...ço nº ...gilância Eletrônica das instalações da Joinville. ORIGEM: Proc ...4.285/99. SIGNATÁRIOS: Pela Contratante, Eng. Celso Frei Ramos Fonseca; Pela Contratada: Sr. Marcos Antonio Zanardi

CONTRATANTE: Conselho Regional de Engenharia, ...quitetura e Agronomia de Santa Catarina. CONTRATADA: Al... Administradora de Serviços Ltda. OBJETO: Aditivo da Cl... Quinta - Do Preço; Nona - Dos reajustes e Decima Sétima - Vigência; do Contrato de Serviços de Limpeza da Inspetoria d... Hispópolis. ORIGEM: Processo 4.425/00 SIGNATÁRIOS: Pela Contratante, Eng. Celso Francisco Ramos Fonseca; Pela Contrata... Ademar Belarmino da Silva.

...

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA D... ESTADO DA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Conselho Regional de Medicina do... da Bahia. CONTRATADA: Unimed Salvador. OBJETO: Elabo... Coordenação do PCMSO. VALOR MENSAL: R$ 120,00 PRA... ano. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Outros Serviços Pessoa... ca. ELEMENTO Serviços Médicos. BASE LEGAL: Art. 24, In... da Lei 8.666/93. DATA DA ASSINATURA: 10 de outubro de ...

...

Poder Legislativo

SENADO FEDERAL

EDITAL Nº 1, DE 31 DE OUTUBRO DE 2001

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGA CARGOS DE CONSULTOR LEGISLATIVO E DE CONS... DE ORÇAMENTOS

O SENADO FEDERAL, tendo em vista o disposto ...sos números 00566/00-5 e 007035/01-1, torna pública a ...de inscrições e estabelece normas relativas à realização de ...Público destinado a selecionar candidatos para os cargos de ... Legislativo e de Consultor de Orçamentos.

A/C: Waldon

1

AGÊNCIA ESTADO
GRUPO S.A. O ESTADO DE S. PAULO
www.estadao.com.br

faxPaper
O QUE VOCÊ PRECISA NOTICIA

AEBrazil
www.aebrazil.com.br

SP, 5.11.2001 nº 2.486 - Ano 11 - Pagina 2/2

HOJE

Balança tem superávit de US$ 4 mi – O saldo da balança comercial da 1ª semana de novembro (dias 01 a 04) foi positivo em US$ 4 mi, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comercio Exterior. As exportações nos primeiros quatro dias do mês foram de US$ 257 mi e as importações foram de US$ 253 mi. (*Rosana de Cassia*)

Ilão da Copel será no dia 12 – O Governo do Paraná oficializou que a nova data do leilão de privatização da Copel é dia 12/11. O evento será realizado às 10h, na Bolsa do Rio de Janeiro. Os habilitados serão divulgados pela CBLC no próprio dia 12. A liquidação financeira do leilão e a assinatura do contrato de compra e venda das ações da energética foram marcadas para 20/11. Os pré-identificados têm até as 18h de amanhã, dia 6, para entregar as garantias financeiras. (*Graziella Valenti*)

Paraiban: saem pré-identificados – A CBLC divulgou hoje os pré-identificados e habilitados para o leilão de privatização do Paraiban. A lista inclui os bancos BGN (braço financeiro do Grupo Queiroz Galvão), ABN Amro Real, Itaú e Bradesco. (*Elisabete Franco*)

Watson Wyatt compra consultoria – Watson Wyatt, firma internacional de recursos humanos com sede em Washington (EUA), adquiriu a consultoria brasileira de benefícios e atuária Atual. O objetivo é ampliar a presença da Watson Wyatt no mercado de fundos de pensão no Brasil. A Watson fornece serviços nas áreas de benefícios a funcionários, tecnologias de recursos humanos e estratégias de capital humano. A empresa opera globalmente como Watson Wyatt Worldwide, tem mais de 6.200 funcionários, em 87 escritórios, espalhados por 29 países. A aquisição fortalecera a presença da Watson Wyatt no País com acréscimo de 19 profissionais entre os maiores fundos de pensão brasileiros. Newton Conde, ex-proprietário e diretor da Atual Consultoria, em nota, afirma que a equipe da consultoria brasileira "está entusiasmada" em se unir a da Watson Wyatt. (*Rodney Vergal*)

Atraso na venda das geradoras de energia pode minar competição

O adiamento da venda da Copel intensifica a discussão sobre o futuro do parque gerador. O governo não tem pressa. Segundo o ministro-chefe da Casa Civil e presidente da GCE, Pedro Parente, é mais importante repensar o modelo para o setor, principalmente em relação a preços, do que vender empresas. Isso porque, se antes havia a expectativa de redução de preços com a liberalização do setor, hoje avalia-se o risco de aumento de 100% na tarifa de energia em 2003, quando os produtores de energia, que já tiveram seus investimentos amortizados, vão querer vender seu produto pelo preço da energia termelétrica.

Para as empresas privadas do setor ouvidos pela *Agência Estado*, o adiamento da privatização de geradoras é uma quebra de compromissos firmados no projeto de reestruturação planejado e um fator capaz desequilibrar a competição entre os agentes. A expectativa era que a geração seria privatizada para estimular competição. Geração e comercialização teriam preços livres e competiriam com condições iguais. Mas apenas a privatização das distribuidoras ocorreu numa primeira etapa. O diretor da Votorantim Energia, José Said Brito, considera que o fato de o setor de geração ser constituído, hoje, por mais de 70% de empresas estatais provoca desequilíbrio na competição.

Apesar da desistência dos candidatos à compra da Copel, analistas são unânimes em elogiar a empresa. Para eles, as desistências foram causadas pelas incertezas com os atentados terroristas nos EUA e indefinições do cenário regulador. (*Eugênio Melo, Beatriz Abreu e Gustavo Paul*)

Venda da Cesp em 2002 é improvável, avalia Alckmin

O governador Geraldo Alckmin (PSDB-SP) reafirmou que é "pouco provável" que a geradora Cesp Paraná seja privatizada em 2002, durante seu último ano de mandato. Ele admitiu que existe um estúdo sobre nova cisão da companhia, em três, com o objetivo de diluir a dívida e facilitar a privatização. Mas deixou claro que a venda da empresa não é prioridade. "A não ser que haja uma grande mudança e tenhamos todo o quadro regulatório do setor de energia definido é improvável que a empresa seja privatizada em 2002", disse Alckmin. Após duas tentativas fracassadas de privatização, em dezembro de 2000 e maio deste ano, a dívida da Cesp Paraná, avaliada em cerca de R$ 7 bi, mais de 80% dela em dólar, ainda é considerado o maior obstáculo à venda da empresa. O governador disse ainda que a data de um novo leilão de privatização da geradora paulista não está vinculado à venda da Copel. Alckmin insiste que é necessá uma definição clara de regras para o setor energéti antes de marcar o novo leilão. Ele não acredita, qu retomada do processo de privatização da Ce Paraná, em 2002, acontecendo simultaneamente campanha eleitoral, possa gerar desgaste. Alckr evita se declarar candidato, mas só deixará de c putar a reeleição se for impedido pela Justiça. O vernador voltou a afirmar, conforme já havia anteci do com exclusividade à ***Agência Estado***, no início setembro, que este ano não haverá venda de ativ "O que está sendo trabalhado, mas para o início 2002, e a abertura de capital da Nossa Caixa, cor venda do excedente de 51% do controle estatal", di Alckmin. (*Jô Pasquatto*)

Usiminas investe US$ 2,1 bi em 10 anos de privatizaçã

Ao completar 10 anos de privatizaçao, a Usiminas contabilizou o maior pacote de investimentos já realizado por uma siderúrgica brasileira. Foram US$ 2,1 bi, ao longo de uma década. A maior parte dos recursos - US$ 1,45 bi - foi aplicada a partir de 1996 na otimização da produção, atualização tecnológica e proteção ambiental.

Do total de US$ 1,45 bi, US$ 852 mi foram para a otimização da produção, onde se destacaram dois projetos: a criação de uma nova linha de laminação de tiras a frio - com capacidade de produção de 1 mi de tano - e a criação da Unigal, joint venture entre a Usiminas e a Nippon Steel, voltada à produção de 400 mil t de aços galvanizados por imersão a quente.

O restante do investimento (US$ 603 mi) foi destinado à modernização e atualização tecnológica para melhoria da qualidade e enobrecimento do pro to, redução do custo e manutenção da capacid produtiva.

Meio Ambiente – Do total de recursos aplica desde a fundação (1962), cerca de R$ 850 mi fo destinados a equipamentos e processos de cont ambiental. São atividades de redução de impactos a entais, por meio da continuidade de instalação de temas de tratamento de poluentes hídricos, de siste de despoeiramento e adequação das áreas dos ate controlados, com o objetivo de melhorar a qualidad água, do ar e do solo. A previsão é de que o sist Usiminas feche 2001 com faturamento de R$ 6,2 produção de 4,8 mi de t de aço. No ano da privatiza o sistema Usiminas registrou faturamento de R$ 1,9 produção de 4,2 mi de t. (*Beth Moreira*)

Editora: Regina Cardeal (rcardeal@agestado.com.br) - Tel.: 11 3856-3650 - Atendimento: 11 3856-3500 - 0800-113000 - Assinatura: 0800-161313 (suporte.papers@agestado.co

AEBrazil
www.aebrazil.com.br
Brazilian news in English by those who understand the subject
For more information call (55) (11) 3856-2911
AGÊNCIA ESTADO
Soluções em Informações On

AGÊNCIA ESTADO
GRUPO S.A O ESTADO DE S. PAULO
www.estadao.com.br

faxPaper
O QUE VAI SER NOTÍCIA

AE-Setorial Infocast
www.infocast.com.b

Dir. Resp.: Rodrigo Mesquita

SP, 5/11/2001 nº 2.483 – Ano 11 – Página 1/2

Em seu FAX até as

Mercado às 10h45			
Bovespa (Abre as 11h)		OVER	19,05%
CDB	19,18%	Hot Money	2,62%
CDI	19,05%	Capital Giro	29,06%
Ouro*	R$ 24,00		
US$ Com	R$ 2,645 / 2,647		(-1,05%)
US$ Fut / Dez	R$ 2,676		(-1,18%)
US$ Par	R$ 2,733 / 2,788		(+0,11%)
* Fechamento anterior			

Mercado descola da Argentina – O pacote da Argentina não eliminou as incertezas sobre o país vizinho, mas o mercado local parece ter "descolado" do noticiário do país vizinho. Tanto o dólar quanto os juros operam em queda. Às 10h45, o dólar caía 1,05% para R$ 2,647. Segundo operadores, está claro que o default da Argentina já está "no preço", especialmente do dólar. E que alguns fatores internos devem minimizar os efeitos de um desfecho na Argentina sobre o mercado local. Entre eles, operadores destacam a redução da busca por hedge e a perspectiva de fluxo positivo de recursos. No caso específico dos juros, a desaceleração da atividade econômica impediria uma elevação da taxa Selic, o que limita um impacto sobre os DIs futuros. A avaliação de que o mercado local não deve se ressentir diante do noticiário argentino pode ter justificado também o aumento da oferta de títulos prefixados por parte do Tesouro, no leilão de amanhã. Serão leiloados 2,5 milhões de LTN, o dobro do que foi ofertado no leilão da 3ª da semana passada. O prazo dos papéis, que vencem em 01/05/2002, foi mantido em 175 dias. (*Lucinda Pinto*)

Argentina deve US$ 5,4 bi em 2001 – Até o fim do ano, o governo argentino deverá enfrentar vencimentos de juros e de capital da dívida de US$ 5,364 bi, tanto de títulos públicos como de empréstimos obtidos por organismos multilaterais de crédito. Somente em novembro, as obrigações relacionadas a juros somam US$1,14 bi. Outros US$ 420 mi referem-se a capital, mais US$ 1 bi em Letras do Tesouro (Letes). O total no mês é de US$ 2,56 bi. Em dezembro vencem US$ 1,025 bi em juros, US$ 419 mi de capital e US$ 1,36 bi em Letes, totalizando-se US$ 2,804 bi. (*Marina Guimarães, de Buenos Aires*)

OMC: Pauta que Brasil leva a Doh desafia Estados Unidos e Europa

A pauta de prioridades que o Brasil leva à IV Reunião Ministerial da OMC é modesta em tamanho, considerando-se que o País está entre as 10 maiores economias do mundo. Mas do ponto de vista político, é provavelmente a mais difícil de ser negociada com sucesso. Para defender os interesses do Brasil, 4 ministros estarão em Doha: Celso Lafer, das Relações Exteriores; Sérgio Amaral, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; Marcus Vinicius Pratini de Moraes, da Agricultura e Pecuária; e José Serra, da Saúde. O grande foco brasileiro em Doha é eliminar as restrições às exportações do agronegócio impostas por EUA e UE. Outro destaque da pauta é a busca por uma Declaração Ministerial determinando que as regras multilaterais dêem prioridade à saúde pública no caso de controvérsias sobre patentes. O Brasil e a Índia lideram o movimento de 50 países em favor desse conteúdo na Declaração, mas EUA, Suíça e Japão são contrários a esse conteúdo, julgando que ela pode facilitar a ação dos países nas tentativas de quebr patentes farmacêuticas.

O Brasil também vai defender a revisão d antidumping da OMC. Segundo o secretário-exec da Camex, Roberto Giannetti da Fonseca, as atuais re têm brechas que permitem abusos. Novamente o em sera com os EUA. Washington não admite um acordo restritivo e usa sua própria lei comercial para aplicar m das antidumping contra a importação de aço de vá países, incluindo o Brasil. As incertezas sobre o lançan to de uma nova rodada persistem e somente ao fina reunião, no dia 13, se saberá se o Brasil, que tem a pauta semelhante a de muitos países emergentes, algum sucesso. EUA e UE encabeçam a lista dos pa que querem uma nova rodada multilateral de negociaç Não interessa ao Brasil o fracasso da Ministerial porqu OMC é o único fórum em que EUA e Europa dizem ace discutir os temas agrícola e antidumping. (*Paula Pulli*)

Agenda reflete pouca variedade das exportações brasileir

Exceto pela defesa de uma declaração ministerial sobre patentes, reivindicação ligada a políticas de saúde pública e não ao comércio, a pauta que o Brasil leva a Doha reflete a percepção cada vez mais clara dentro e fora do governo que a balança comercial é a única via para superar os problemas das contas externas, avalia Júlio Sérgio Gomes de Almeida, diretor-executivo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Ideei). A agenda, concentrada em barreiras à agricultura e ao aço, "é um reflexo da pouca variedade da oferta brasileira ao Exterior", afirma o secretário-executivo da Conferência das Nações Unidas para Comércio e Tarifas, Rubens Ricupero.

Pelo menos 10 temas devem ser discutidos na Ministerial de Doha, incluindo serviços, comércio eletrônico, tecnologia da informação, investimento, meio ambiente e padrões trabalhistas. O Brasil, entretanto, foc sua atuação nas questões de acesso a mercados p bens. "Nossa pauta é a de um país em desenvolvim to. Os outros temas são relevantes, mas para os pa industrializados", diz o diretor-executivo do Ideei. M ele alerta que nessas áreas a posição do gove brasileiro tem de ser, no mínimo, a de zelar para que nações industrializadas não cometam excessos e venham a prejudicar o País no futuro.

Ricupero diz que a pouca variedade das exp tações reflete a falta de investimentos na diversifica da oferta de bens e serviços exportáveis, mas apóia reivindicações que o governo fará em Doha. Para se uma idéia dos números, na área agrícola, o Brasil pa US$ 11 bi/ano por conta de barreiras ao comér cotas, picos tarifários e barreiras fitossanitárias. (*PP*)

Design quer estimular competitividade do exportado

Investir em design é necessário para aprimorar os produtos brasileiros, conquistar novos mercados e para a própria sobrevivência dessas empresas no País, principalmente com as negociações do Brasil para a formação da Alca. De olho nestes nichos, será inaugurado hoje o Centro São Paulo Design, da Secretaria Estadual de Ciência Tecnologia e Desenvolvimento Econômico. "Com a formação de blocos como a Alca, teremos produtos de boa qualidade, bom preço e de empresas com responsabilidade social, que irão competir com os nossos", disse Scheila Brabo, coordenadora do Programa São Paulo Design, responsável pelo Centro. A iniciativa faz parte de uma parceria entre a Secretaria Estadual de Ciência, o IPT, a Fiesp e o Sebrae paulista. "O Centro será voltado para a melhoria contínua de produtos , com o uso do design, que envolve forma dos produtos, atendimento às normas, desen volvimento de novos materiais, entre outros aspectos explicou Guilherme Ary Plonski, diretor superintendent do IPT. Ele apontou ainda que produtos com bom desig disputam mercados mais exigentes. Segundo ele, design também ajuda a melhorar a imagem da empres pois contribui para um melhor ambiente de trabalho desenvolve a preocupação ecológica. A primeira ativ dade do Centro será a de identificar possíveis parceiros inicialmente, serão trabalhados setores que já constam no Programa São Paulo Design: iluminação, couro calçados, cerâmica, têxtil e vestuário, jóias e bijuterias, embalagens. As informações sobre o Centro podem se obtidas no site www.spdesign.sp.gov.br. (*Jansiha Simões*)

Sabe aquelas notícias que só interessam ao seu ramo de negócio?
Pois é, nós temos!
AE-Setorial Infocast
Experimente: 0800 16 13 13
AGÊNCIA ESTADO

Juiz notifica interessados na Copel sobre os riscos da privatização

"Lei 8.666/93, artigo 49: A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anula-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".

O Fórum Popular Contra a Venda da Copel (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), formado por mais de 400 entidades organizadas e a maioria dos partidos políticos do Paraná, manifestou, através de seu coordenador Nelton Friedrich, a expectativa de que a Justiça interrompa o processo de privatização da empresa, marcado para esta quarta-feira.

Numa das mais recentes decisões judiciais acerca do assunto, prolatada na tarde de ontem (terça-feira, 30/10/2001), o juiz da 7ª Vara Federal de Curitiba, notificou os interessados na compra da Copel baseando-se no artigo 49 da Lei 8.666/93, que prevê a possibilidade de anulação da licitação e do próprio leilão agendado, por razões de interesse público e, também, por ilegalidade. Este artigo, em seu parágrafo 3º, estabelece que "no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa".

"Por este despacho, os pretensos compradores ficam notificados e prevenidos de que no futuro o governo poderá, como conseqüência da substituição dos atuais governantes pela vontade popular, resguardar os direitos do Estado do Paraná e dos cidadãos paranaenses; ou seja, eles não poderão alegar ignorância caso todo o processo de privatização da Copel venha a ser anulado, judicial ou administrativamente, desde o primeiro momento em que um dos partidos notificantes – PDT, PT, PMDB e PPS – assumam as funções de governo", explicou Nelton Friedrich.

JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

EXTRATO SINTÉTICO DE AÇÃO DE NOTIFICAÇÃO AJUIZADA POR FORUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL, PMDB — PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO, PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES, PDT — PARTIDO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO e PPS — PARTIDO POPULAR SOCIALISTADITAL DE INTIMAÇÃO DE TERCEIROS INTERESSADOS em face de TRACTEBEL, CONSÓRCIO VBC ENERGIA S/A, COMPANHIA VALE DO RIO DOCE S/A, GP INVESTIMENTOS S/C LTDA, UNIÃO FEDERAL, ESTADO DO PARANÁ, COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA — COPEL e AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA — ANEEL PARA CIÊNCIA DE TERCEIROS INCERTOS E INTERESSADOS NA PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA — COPEL

O DOUTOR ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA, MM. JUIZ FEDERAL DA SÉTIMA VARA, EM PLANTÃO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES, NA FORMA DA LEI, ETC, **FAZ SABER** a todos os que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem que, nesta Circunscrição, se processa Ação de Notificação recebida em plantão, proposta com a finalidade de evitar alegação de ignorância e desconhecimento de que o processo de alienação do controle acionário da COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA — COPEL será, segundo os notificantes, futuramente, anulado judicial ou administrativamente, porque a transferência da empresa ao particular, sua privatização, é inoportuna face aos atuais acontecimentos no mundo, a turbulência gerada com os atentados terroristas ocorridos em 11.09.2001 e não atende, absolutamente, o interesse público da sociedade paranaense, gerando verdadeiro desvio de finalidade na prática deste ato administrativo. E, para que chegue ao conhecimento de todos, mandou passar o presente Edital, consoante o seguinte despacho: "(...) 2. Também expeça-se edital, nos termos do pedido, para intimação de terceiros interessados. (...) Curitiba, 29 de outubro de 2001. (a) Alvaro Eduardo, Juiz Federal. Dado e passado nesta cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e um. Eu, _____, Cláudia Inês Romaniuk, Diretora de Secretaria da 7ª Vara em exercício e em plantão o fiz datilografar, conferi e assino.

ALVARO EDUARDO JUNQUEIRA
Juiz Federal da 7ª Vara

7ª VARA FEDERAL DE CURITIBA

CONCLUSÃO

Aos 29 dias do mês de outubro de 2001, faço estes autos conclusos ao MM Juiz Federal da 7ª Vara.

Para constar, lavrei este termo.

1. Intime-se, nos termos do art. 867 do CPC, as pessoas nominadas às fls. 02 e 10 da petição inicial. Considerando a urgência da medida, determino que a intimação seja feita primeiramente via 'fax' ou pelo mais expedito possível.

2. Também expeça-se edital, nos termos do pedido, para intimação de terceiros interessados.

3. Após, que se repita cópia da petição inicial por deprecata e Oficial de Justiça, conforme a sede das pessoas jurídicas, para os mesmos fins do item 1.

4. Concluídas as notificações, pagas as custas e decorridas 48 horas, entreguem-se os autos à parte, independentemente de traslado e com registro pertinente (art. 872 do CPC).

Curitiba, de de 2001.

Álvaro Fabrício Junqueira
Juiz Federal

RECEBIMENTO

Aos dias do mês de de 2001, recebi estes autos. Para constar, lavrei este termo.

6

Lei nº 12355

Data 08 de dezembro de 19 98

Súmula: Autoriza o Poder Executivo a implementar a reestruturação societária da COPEL, alienar, dar em caução ou oferecer em garantia ações do Estado no capital daquela Companhia, bem como contratar operações de crédito, financiamentos ou outras operações por si ou pela Paraná Investimentos S/A. e adota outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a implementar a reestruturação societária da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, através de qualquer dos meios previstos em lei, ou da combinação entre eles, ficando o Estado do Paraná, bem como aquela Companhia, autorizados a promover estudos e criar sociedades coligadas, controladas ou subsidiárias, julgadas necessárias para tal fim.

Art. 2° – A composição, organização, atribuições, competência, normas de funcionamento e demais disposições referentes a cada sociedade resultante do disposto no art. 1° da presente Lei, serão definidas e detalhadas nos respectivos Estatutos Sociais, observado o estabelecido na Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 3° - O Poder Executivo fica autorizado a alienar, dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações de qualquer natureza, ações, com ou sem direito a voto, de titularidade do Estado do Paraná ou outras entidades vinculadas àquele Poder, na Companhia Paranaense de Energia – COPEL e nas sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1°.

Parágrafo único – O pagamento das alienações deverá ser realizado em moeda corrente, não sendo permitida a utilização de créditos de qualquer natureza.

Art. 4° - O Poder Executivo destinará parte das ações colocadas à venda, proporcionalmente à sua espécie, aos empregados, atuais e aposentados, da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, com percentual e deságio a ser definido.

Art. 5° – Para salvaguarda do conhecimento público das condições em que se processará a alienação de que trata o art. 3° desta Lei, será dada ampla divulgação das informações necessárias, mediante a publicação de edital no Diário Oficial do Estado e em jornais de notória circulação estadual e nacional, do qual constarão, pelo menos, os seguintes elementos:

a) justificativa, indicando o percentual do capital social da sociedade a ser alienado;

b) data e ato que determinou a constituição da sociedade;

c) passivo da sociedade de curto e de longo prazo;

d) situação econômico-financeira da companhia, especificando lucros ou prejuízos, endividamento interno e externo, nos cinco últimos exercícios;

e) sumário dos estudos de avaliação da sociedade;

f) critério de fixação do valor de alienação, com base nos estudos de avaliação;

g) modelagem de venda e valor mínimo da participação a ser alienada.

h) percentual e valor do deságio das ações a que se refere o artigo anterior.

Art. 6° - O Poder Executivo fará constar, também, em todos os editais de alienação, as seguintes obrigações dos novos controladores e seus sucessores:

I - manter, no Estado do Paraná, as sedes das sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1°;

II - assumir o patrimônio da Fundação COPEL, de previdência e assistência social, na condição de mantenedores, sem impedimento de futuras negociações visando alterar as condições assumidas, ficando assegurado, aos atuais participantes, a manutenção das normas contidas nos regulamentos dos

planos de saúde e benefícios previdenciários em vigor na data da publicação desta lei;

III - assegurar aos empregados, independente da quantidade de ações que sejam titulares, a indicação de pelo menos um dos membros dos Conselhos de Administração.

Art. 7° - Os recursos decorrentes do disposto no art. 3° desta Lei serão utilizados, após a dedução das despesas inerentes ao processo de alienação, primordialmente, em consonância com as seguintes diretrizes:

I – 70% (setenta por cento) na área previdenciária sob responsabilidade do Estado do Paraná;

II – 30% (trinta por cento) nas áreas de educação, segurança, saúde, agricultura, transporte e em programas de desenvolvimento e geração de empregos, em que a presença do Estado seja indispensável.

Art. 8° - Até que se promovam as alienações previstas no art. 3°, fica o Poder Executivo por si ou pela Paraná Investimentos S/A, autorizado a contrair operações de crédito, financiamentos ou operações de qualquer natureza, até o montante de R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais), por conta das futuras receitas das alienações, observado o disposto no art. 7°.

Art. 9° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder o aumento do capital social da Paraná Investimentos S.A., cujo valor poderá ser de até R$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais).

Art. 10 - Em conseqüência do artigo anterior, o artigo 2° e seu inciso I, da Lei n° 11.428, de 14/06/96, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2° - O Capital Social da Empresa será dividido e limitado a 2.000.000 (dois milhões) de ações ordinárias nominativas sem valor nominal, assim subscrito:

I - O Estado do Paraná fica autorizado a subscrever até 1.999.900 (um milhão, novecentos e noventa e nove mil e novecentas) ações, no total de até R$ 1.999.900.000,00 (um bilhão, novecentos e noventa e nove milhões e novecentos mil reais), podendo para tanto integralizá-lo em dinheiro, títulos financeiros ou

valores mobiliários, inclusive ações ordinárias nominativas (ON) e preferenciais nominativas (PN) da COPEL e de outras empresas em que o Estado do Paraná detenha participação acionária."

Art. 11 - Para consecução dos objetivos desta Lei, poderá o Poder Executivo constituir fundo específico, bem como utilizar-se de consultoria de órgãos ou entidades vinculadas à União, mediante assessoria técnica ou condução do processo de alienação, através de celebração de convênios ou contratos.

Art. 12. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 11.253, de 21 de dezembro de 1995, suas posteriores alterações e demais disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO EM CURITIBA, em 08 de dezembro de 1998.

Jaime Lerner
Governador do Estado

Giovani Gionédis
Secretário de Estado da Fazenda

José Cid Campêlo Filho
Secretário de Estado do Governo

AJB/

Esta lista é da Cassilda 9908-1698

OFÍCIO Nº

Curitiba,

ENTIDADES:

1. CUT - Roberto Von Der Osten - 9971-2587, 232-4649
   Florisvado R. de Souza - 9944-6125, "
2. SINDELPAR - Stifano Jefferson Sepeca - 323-7292, 9907-5433, 9974-0231
3. SINDENEL - Stanislau Gramowski - ~~223-4883~~, ~~225-6879~~ 9904-1453 - 324-5223
4. APP - Romeu Miranda - 322-9822, 9115-3693 / Débora
5. CREA - Rossafa, 350-6911 9946-1516
6. CORECON - Fanf. - 323-1621, José Moraes Neto - 352-2820
7. SENGE - Aldino Bial - 262-6086, 9962-0230 / 224-7536
8. SINDEL - (Eletric - Londrina) René - 43-323-9067
9. IEP -
10. Sind. Jornalistas - Esmael
11. SINAP - Marco Antonio Monteiro - 363-1547, 9974-4313 Heitor Walff 9602-0571
12. UPES - Edemir Maciel - 3026-2729, 9902-4330
13. MST - Roberto Baggio - 345-4250
- CNL/CNBB - Marino Gabon - ~~338-1611~~ 224-7512
- ASMIR - Roberto M. Oliveira - 231-4342
- SINDJUS - Elísio E. Moraes - 353-3641
- União Brasileira de Mulheres - Elza Maria Campos - 324-6007
- Sindicato Ag. Penitenciários - 43-348-1476 - Marinalda Luz Kowalski
- Força Sindical { Paulo José Zanetti - 219-6411
  Sergio Budka -
- Sindicato Metalúrgicos - Nelson S. de Souza - 9701-1613, 219-6400
- SINDIFISC - PR - { Marcelo P. Bento - 225-1998 - ~~9946-6062~~ 9946-6062
  Izaura Dias de Oliveira - "
- Cons. Est. Com. Luso-Bras PR - Milton R. de Faria Ribeiro - 232-5406 (secretário Geral)
- SINSSP - Sandra M. Duarte - 9104-0193
- Pastorais Sociais - Pe. Leocádio Zytrowski - 354-3637
- CDH - Apucarana - Maria T. V. Martins 43-422-1661

2 - SINDITEST - PR - UFPR - Antonio Neris de Souza - 362-7373, Jacir Decoli
- ASSOCIAÇÃO Magistrados Paraná - Benedito Bezerra - 9961-1658
1 - Igreja Metodista Central - Ctba - Pr. Elias Passeri - 222-3242
Ricardo Watanabe - 274-4265
- AAPC (Aposent. Copel) - ~~Arlindo Honório~~ Franklin - 338-0269 - Fax ~~222-3603, 9979-9702~~ !
- FETEC/PR - Júlia Maria D. Matos - 9976.1049
- ABRACOV - Jorge Modesto - 255-1701
- SINDIPETRO-PR/SC - CEQUINEL - 332-4554, 9102-3503
Mov. União Brasil Caminoneiro - Nelson Canaan - 46-535-1354
~~ENERCONS~~ - Ivo A. Puglaoni - 9972-7448
AFIPPA - Paulo Radke - 246-4179
CNBB - Bispo Auxiliar Ctba - D. Ladislau Biceniaski - CNBB 224-7512 Cinvale 282-0243
PMPR - R.R - (Subtenente) - José A. Lima - 378-2472
STEEM - Joaci Izael Lopes - 44-263-3522
Direitos Humanos - Ctba - Francisco S. Oliveira - 657-9593 9958-5624
UNAFISCO - Rui A. Santana - 225-4217 Fax / 320-8239
OAB/SJPinhais - Sirely C. Muhlstedt - 282-2425, 283-4176
- A. Magistrados Paraná - Jorge --- - 254-7229
- ACAMOP - Assoc. Câmaras Munic. - Oeste/Pr - 45-223-8005
- TCE/PR - Ivan L. Bonilha - 225-2276
UPE - Madson D. Oliveira - (45) 9962-7856
- FETEC/PR - Mariza Stoldille - 322-9885 (banco)
UNE - Felipe Maia - 9127-1119 Madson ?
Fórum de Culturas - PR - PPS - Cláudio Ribeiro - 9957-9025
- UFPR - Jorge Gregory - (9975/7984) 361-3474 - Fax UFPR
SINATEN - Rogério Eglmds F° - 369-2061
FAP - Marcos Batista - 322-8599
SINTEC-PR - José Gualberto Brissa J. - 322-5255 - Raul Solonai Rochenbacher
ACAMSOP - Assoc. Câmaras Municipais - Sudoeste - 46-524-3655
DIESE - Ivo Luska - 225-2279, 9991-4115
FAEP = 322-7988 = Eustáquio - 9991-4054
- CONIC - Pr. Jorge Schiesertecker - 9958-7757, 329-7181
- Assoc. Com. Pr. 1 / 320 2323

~~[illegible] (CUT) 9921-2587~~ ✓

~~ilton (PCdoB) 9101-2077~~ ✓

Nelson (Força Sindical) 9901-1613, ~~373-5787~~ 219-6400, ~~285-4860~~

[illegible]rnando (Apoio Copel) 228-2603

~~[illegible]ial - 9962-0830~~ ✓

~~[illegible]enge - 224-7536 (Eronil)~~ ✓

n. Ze'Marie - 350-4025, 9951-2481

Pessuti -

~~[illegible]efferson - 325-7292 - 9907-5455~~ 9994-4772 ✓ SIDELPAR

~~[illegible]dany - 9904-1453~~ ✓

Loivinaldo - 9994-6125

~~[illegible]antonieta (PPS) 9127-7215~~ ✓

Lind (UPE) - ~~9903-8378~~ ? Não é mais dela

~~[illegible]aren (APP) 222-5261, 322-7822~~ Fax 302-6982 José Lemos (secretário) Ana

adson (UPES) 9127-1119

~~[illegible]rael - 254-6461~~ ✓

~~[illegible]rino (Zezeu Cat.) 9963-3260~~, 233-3900 v. 9963-3260 ✓

BB - 223-5388

esp - 225-2279

→ Luiza - 9991-4115

DB - 322-7111 - Acir

'S - 222-2155

tanabe - 274-4265

ador Osmar Dias

" Álvaro Dias

" Arns

Rozângela ajuda Ivonete, sábado ~~NÃO~~ 9956-3400

1/...

feira, às

Beto - CUT - 9971-2587
Hilton - PCdoB - 9101-2077
Velsão - Força Sindical - 9901-1613
Aldino Bial - 9962-0830
Froni - Senge - 224-7536
Jefferson - Sindelpar - 9994-4772, 323-7292
Stan - Sindenel - 9904-1453, 223-9863
Florisvaldo = CUT - 9994-6125
José Lemos - APP - 302-69822 222-5261 fax
Hadson - UPES - 9127-1119 /
Ismael (Sec. Esportes) - 254-6461
Marino (Igr. Católica) - 9963-3260 /
NBB - 223-5388
DIESE - 225-2279
Ivo Lusca - 9991-4115
Fariet - Corecon - 323-1621, José Moraes Neto - 9996-1516
352-2820
Ilísio Moraes - SINDJUS - 353-3641
Padre Leocádio = 354-3637, 9601-2317
Dom Ladislau - 224-7512
UFPR - Jorge Gregory = 9975-7984 11h. Amad 39?
14h.
Ass. Comercial PR - 320-2323
UVEPAR - 45-9978-7579
ACAMOP (Cascavel) 45-223-8005 224-7433
ACANSOP (Fº Beltrão) 46-524-3655 Gerson CPT
Nathanabe - 274-4265 /
Vereadores, deputados, senadores.

1. Juventude PT – Estanislau B. Neto – 43-335-1313
✓2. Dir. Mun. PPS – Benjamim Zanbroncci – 9127-7219
✓3 – PCdoB – Milton Alves – 9101-2077, 232-5785
✓4 – PT: André Passos – 224-6341; 9973-6952, 350-4525 | 9141 4527
Edson Dupsk – 9184-8077 Pres. PT – Pedro Paulo: Mun. L 233-7738
Narciso Pires – 350-4684 (gab. Dia. Clair)
Guilherme Gonçalves – 9121-7266
✓5 – PCB – Elísio E. Marques – 353-3641
~~Claudia – 324-1847~~ Claudia – 324-2365 – Presidi
6 – PDT – André Menegotto – Direct. Estadual – 252-9415
Flamarion Moreira – Vereador Lapa
Eloy – Juventude Socialista
Vereador Clodoaldo Pinto Jr – (Araucária) – 641-2327
Presid. Nelton Friedrich – 9995-7721
✓7 – PMDB – Elói Mezzadri – Liderança Oposição – AL –
Milton B – 262-4120 Fax 225-4290
Rose Dranka – 322-7111
8. ~~PSDB~~ – Priscila g.g. Perez – Gabinete Dep. Ze' Maia – 9957-2462
Sede Partido = (Rua Ubaldino Amaral) = 363-5606
✓9 – PPS – gabinete Marcos Isfer – (350-4289) Alaor Valente
~~10 – PSTU – José Marcha – 222-2383~~ Dir. Estadual
✓12 PPS – Zanbroncci – 9127-7219 ✓ 222-2155 334-2399
empresa: 244-1898, 9981-2132 Mun – 333-2660,

FETAEP – 322-8711 – Antonio Lucio
OCEPAR – 352-2276 – José Paulo Louzada (FIETEP) AFIET – 352-2211 (Deise 354-3636 empresa dela
Fed. Empr. Transporte e Cargas – 333-2900 Fax (Walmor Voz) X
Fed. Com. Pr – 222-2288 (Rubens Prestolani) –
Padre Leocádio = 354-3637, 9601-2317
Pastoral Juventude (Viviane/Diocese) 223-4283
CPT (Comissão Pastoral da Terra) – Darci Frigo = 224-7433 / 9115-7433
CEFAT = Cesar Sanson (Coordenador) 69 – UVEPAR – Primon ... 45-9973-7974
CEBs = , Rose Batista – 232-3012

Vereadores/Oposição

Deputados –

Corecon – Faiet – 323-1621, José Moraes Neto – 9996-1516

SINDJUS – Elísio Moraes – 353-3641 352-2821

Força Sindical – Sérgio Burka –

Padre Leocádio – 354-3637, 9601-2317

Baiquê 282-0243 – Cuiú 224-3921 Fax 224-5357

Dom Ladislau – 224-7513 Jurídico Fidalto

JFPR – Jorge Gregory – 9975-7984

Ass. Comercial Paraná – 320-2323

UVEPAR – Primon 45-9978-7979

ACAMOP – (Cascavel) 45-223-8005

ACAMSOP – (Fº Beltrão) 46-524-3655

Dr. Jaime
Motel Deville
219-4000

Tânia
233-1611

Trâmite:
1. Com. Constituição e Justiça
2. " Finanças
3. Com. Obras Indústria e Comércio

Primon: 45-9978-7979

ACAMOP - (Cascavel - Solange) - 45-223-8805
ACAMSOP - (Fº Beltrão - Marlei) 46-524-3655

Anel / Brasília = SGAN, 603
061-426-5911 Modulo J
2º andar
Diretoria

Sen. Álvaro Dias
061-311-4060

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

Curitiba, 25 de julho de 2005.

Senhor Presidente:

O município de Curitiba instituiu o "Dia da Cidadania" – a ser comemorado sempre nos dias 15 de agosto de cada ano -, por iniciativa do vereador André Passos, em razão da participação exemplar, em 2001, dos movimentos sociais e das forças vivas do Estado na campanha "A COPEL É NOSSA!", contra a privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel).

Diante disto, vimos por meio deste solicitar a V.Exª a disponibilização das folhas de abaixo-assinado do Projeto de Lei de Iniciativa Popular - ou cópias - em poder dessa Casa para que seja formado um acervo da sociedade civil organizada.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

STANISLAW GRAMOWSKI
EX- COORDENADOR
FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

AO
EXMº SR DEPUTADO
HERMAS BRANDÃO
MD. PRESIDENTE
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
NESTA.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARANÁ
PROTOCOLO Nº 5573
EM 25 / 07 / 2005
Marco
FUNCIONÁRIO

Dia Municipal em Defesa da Cidadania

Hoje dia, 15.08.05 além de comemorar esta data, transcorrem também 4 anos da Ocupação da Assembléia Legislativa do Paraná pelos estudantes em defesa da Copel e do **1° Projeto de Iniciativa Popular do Paraná.** Quando no ano de 2000 Lerner decidiu vender a Copel, muitos consideraram como fato irreversível diante da bancada majoritária do governo na Assembléia,. nós que éramos sindicalistas na ocasião sabíamos que sozinhos não conseguiríamos reverter a situação, a oposição minoritária também não, qual a única saída? a mobilização da sociedade, ou seja, a mobilização popular. Em 21.02.2001 no plenarinho da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, foi criado o **Fórum Popular Contra a Venda da Copel,** com a adesão imediata dos setores representativos da Sociedade Organizada Paranaense, além de parlamentares dos diversos setores legislativos. Testemunha ocular da mais longa sessão da história da Assembléia Legislativa, o Sindenel também permaneceu por mais de 21 horas e presenciou a ocupação da mesma pelos estudantes, na hora "**H**". Antes a presença dos estudantes na plenária, inúmeras vezes foi negociada junto presidência da Casa, que negou peremptoriamente, mesmo para um número reduzido de estudantes. E o que aconteceu foi o inevitável e previsível... . A alegação absurda de que houve desrespeito ao parlamento por parte dos estudantes não procedeu, porque, quem desrespeitou o Povo do Paraná e sua vontade manifesta nás mais de 203.000 assinaturas, foi a bancada governista que usou de todos os artifícios possíveis ou não para impedir a aprovação do primeiro Projeto de Iniciativa Popular do Paraná. Se a luta pela preservação da Copel, como Empresa Pública, foi um marco da resistência do Povo Paranaense, **os estudantes de todos os níveis, são o símbolo real do exercício da cidadania plena,** cidadania esta que o nosso Brasil precisa praticar. **A vitória somente ocorreu porque houve solidariedade de todos os segmentos da sociedade paranaense organizada**, pois como disse o operário polonês e premio Nobel da Paz, Lech Walessa, **"Sem solidariedade não há liberdade".**

Stanislaw Gramowski, SINDENEL - Sindicato dos Eletricitarios de Curitiba, membro do Fórum Popular Contra a Venda da Copel.

Sindicato dos Empregados em Concessionárias dos Serviços de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica de Fontes Hídricas, Térmicas ou Alternativas de Curitiba - SINDENEL

I

Curitiba 06 de Junho de 2001

Ilmo sr.

Eng. Miguel A Schunemann
MD Diretor Administrativo da
COPEL – Companhia Paranaense de Energia
Nesta Capital

Senhor Diretor

Vimos solicitar através da presente, a liberação dos nossos diretores Geraldo Pykosz,Pedro Kosiba e Vilmar Alves para o desempenho de atividades sindicais na Segunda Feira , dia 11 de Junho de 01 em expediente integral.
Aproveitamos o ensejo para solicitar que sejam dispensados igualmente, os empregados desejosos de participar do ato cívico programado para aquele dia, 11 de Junho de 01, quando estaremos mobilizados junto à Assembléia Legislativa Estadual posicionando-nos contra a privatização dessa COPEL.
Tal pedido funda-se no Direito Constitucional do exercício da Cidadania Plena.
Certos das atenções de Vossa Senhoria, servimo-nos do momento para reiterar nossos protestos de apreço e consideração.

Atenciosamente,

Miguel Amilton Gawloski
Diretor Presidente.

Rua Mal. Deodoro, 450 - 2º andar - Centro - FONE: 223-9863 Fax:223-0819
E-MAIL - Sindenel@bol.com.br - CEP-80.010-010 - Curitiba - Pr.

Companhia Paranaense de Energia

SDDA-C/0644/2001/DDA
Curitiba, 08 jun. 2001

Sr. Miguel Amilton Gawloski
Diretor Presidente
Sindicato dos Empregados em Concessionárias dos Serviços de Geração, Transmissão, Distribuição e Comercialização de Energia Elétrica de Fontes Hídricas, Térmicas ou Alternativas de Curitiba
Sindenel
Rua Marechal Deodoro, 450 – 2º andar - sala 201/204
Fax: (41) 223-0819
80010-010 Curitiba - PR

SOLICITAÇÃO DE LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS DA COPEL PARA PRESTAR SERVIÇOS JUNTO AO SINDENEL, EM 11.06.2001

Reportamo-nos a sua correspondência de 06.06.2001, pela qual V.Sa. nos solicita liberação dos empregados da Copel Srs. Geraldo Pykosz, Pedro Kosiba e Vilmar Alves — Diretores desse sindicato —, para prestar serviços junto ao Sindenel, em período integral, em 11.06.2001.

A respeito, ao tempo em que manifestamos nossa concordância com a liberação solicitada, informamos que o valor do dia de trabalho a ser realizado por aqueles empregados junto a esse sindicato naquela data, deverá ser ressarcido à Copel, mediante desconto por ocasião do próximo pagamento de seus salários.

Outrossim, relativamente à solicitação de dispensa dos demais empregados desta Companhia em 11.06, vemo-nos impossibilitados de aceitar tal pedido, haja vista que o desenvolvimento das atividades normais da Companhia naquela data estaria prejudicado.

Certos da compreensão de V.Sa. para o exposto, permanecemos a sua disposição e nos subscrevemos

Atenciosamente,

Miguel Augusto Queiroz Schünemann
Diretor de Administração

COPEL>energia e poder que o Paraná não pode abrir mão!

* **Nelton Miguel Friedrich** *[Ex-Secretário do Interior (Energia, Habitação Popular, Saneamento, Meio Ambiente e Controle da Erosão) no Governo José Richa; Presidente da Conselho de Administração da COPEL (por 4 anos), ex-Deputado Estadual e Federal e atual presidente do PDT do Paraná.]*

De 1900 a 1950-60, durante as seis primeiras décadas do último século o sistema de energia era na maior parte controlado por empresas privadas estrangeiras. Vivíamos uma estagnação do setor elétrico e quase todo importado, desde projetos básicos, tecnologia, equipamentos eletromecânicos até sistemas de instrumentação e controle.

Assim como Getúlio Vargas fez - com sua extraordinária visão estratégica e postura de estadista - no campo petrolífero (primeiro, com políticas de valorização de nossas riquezas naturais, em seguida, com o Conselho Nacional do Petróleo - 1938- e depois, com a criação da Petrobrás -1951), também no campo da energia elétrica houve uma vontade política de investir na nossa auto-suficiência. Cientes de que ENERGIA É PODER, é o SANGUE QUE MOVE A ECONOMIA, em abril de 1954 surge a proposta do Plano Nacional de Eletrificação e a criação da Eletrobrás, embora só efetivados no governo Jango Goulart.

Assim, a partir de 1960, efetivamente, o Estado entra de forma determinada no setor elétrico e ocorre um salto incrível e fundamental para o desenvolvimento brasileiro.

A capacidade instalada que era de 3.500 MW saltou trinta anos depois para 55.512 MW.

E com enorme evolução da tecnologia nacional em engenharia de centrais elétricas, indústria de material elétrico, indústria de componentes mecânicos, pesquisa em eletrotécnica e eletrônica de instrumentação e controle e dezenas e dezenas de outros segmentos.

O resultado: alcançamos a categoria de um dos mais avançados sistemas elétricos do mundo.

E o Brasil de grande importador passou a ser exportador de conhecimento e equipamentos para América Latina, África e até para países desenvolvidos.

No Paraná, a determinação histórica foi ainda mais emblemática. Durante mais de quarenta anos os paranaenses fizeram um esforço gigantesco, canalizando poupança interna e fazendo empréstimos para

fortalecer o Estado na área estratégica da geração, transmissão e distribuição de energia. Muitas vezes deixando de construir escolas, postos de saúde, creches, para investir em hidrelétricas. Milhares de *hectares de terras foram inundados para formar barragens. Milhares* de famílias foram desalojadas, tiveram que sair de suas terras e romperam raízes locais, familiares e sociais por força das águas das represadas.

Todo um enorme esforço humano e econômico (mesmo com certo ônus social decorrente), produziu a maior e mais eficiente empresa estatal de um Estado-membro e uma das mais destacadas da América Latina.

Quando exerci a função de Secretário do Interior, que compreendia as áreas de energia, saneamento, habitação popular, meio ambiente e controle da erosão, de 1983 a 1986, no Governo José Richa, conheci a *fundo a nossa Copel. Por quatro anos fui presidente de seu Conselho* de Administração. Na ocasião empreendemos diversas inovações, desde mudança de padrão tecnológico para eletrificação até uma ousada obra social. Só naquele governo foram eletrificadas mais de *120 mil propriedades rurais (na maioria pequenos produtores)*, enquanto todos os governos anteriores haviam energizadas 83 mil propriedades rurais. Os Programas "Clic-rural" e o "Clic-urbano" (este atendeu 51 mil famílias) tiraram da escuridão milhões de paranaenses do campo e da cidade. Houve aumento da qualidade de vida, da produção e da produtividade.

Foi a maior iniciativa latino-americana no campo da eletrificação *feito até hoje, em um único governo. E só foi possível fazer tão* marcantes programas porque a COPEL era PARANAENSE, ESTATAL, geradora, transmissora e distribuidora de energia. Pois todos sabem que a iniciativa privada pouco faz se o retorno não for *imediato e altamente lucrativo e as cargas na zona rural são pequenas* e esparsas, não atraindo investimentos se o objetivo for apenas lucrar com a venda de energia.

O Paraná tem na Copel a sua mais expressiva marca de sucesso, é motivo de orgulho coletivo, tem história, passado e futuro, obra de gerações e gerações.

A nossa Copel:

(1) *atua* no Brasil, China, Argentina, Colômbia, Malásia, Paraguai e Chile;

(2) *é a melhor empresa de energia do Brasil;*

(3) atende perto de 3 milhões de consumidores e segundo pesquisa *nacional da ANEEL feita em 2000 quanto a satisfação dos usuários* de energia de todo o Brasil a Copel alcançou o primeiro lugar;
(4) obteve lucro expressivo no ano passado de quase R$.430 milhões;
(5) tem o controle de um patrimônio invejável;
(6) mantém envolvimento em pesquisa e inovações;
(7) possibilitou a construção de uma "inteligência paranaense", um conhecimento, um "know-how" respeitado no Brasil e lá fora, de valor incalculável;
(8) domina o saber fazer de diversos produtos e serviços, tem atuação em 18 empresas, como a maior rede de fibra ótica no Estado - a Copel-Telecomunicações; a de comercialização de energia – Tradener; a de distribuição de gás – Compagás; a de telefonia fixa e celular – Sercomtel; a provedora da Internet - CNI-Onda;
(9) tem nas barragens volumes extraordinários de água – a nova cobiça, o petróleo deste século.

Hoje a nossa Copel venda 1/5 do que produz para outros estados, pois somos auto-suficientes e ainda podemos vender excedentes.

Temos 4.545 MW de geração instalada, respondendo sozinha por 10 % de toda a demanda de pico do Brasil. Nossa energia (95%) é hidráulica, portanto renovável e ambientalmente menos problemática. A nossa COPEL com 6.185 empregado tem um altíssimo índice de 458 *consumidores por empregado e um potencial hídrico remanescente de* 17.000MW (mais uma Itaipu).

É, pois, um crime de lesa-Estado alienar um patrimônio público de tão expressivo significado estratégico, social, tecnológico, econômico e político. Vender ativo público construído e já pago pela sociedade, de importância e valor crescente, sem acrescentar nenhum quilowatt a mais *na oferta de energia, sem gerar mais empregos é -no mínimo- uma* insensatez.

Nada justifica dilapidar o patrimônio público paranaense. Por isso não vamos aceitar. Vamos reagir. E reagir como reage quem tem vergonha, sentimento, seriedade, amor ao que é nosso. Reagir, no mínimo, como reage quem sofre um ataque em seu patrimônio. Vamos reagir e agir em legítima-defesa do presente e do futuro do Paraná. Reagir política, social, física e juridicamente. Como toda força, determinação e coragem cívica.

E a reação começa aqui, dentro desta Casa de Leis, fazendo com

que todos os Deputados Estaduais, até mesmo aqueles que são *politicamente alinhados com este Governo (que está com seus dias contados)*, resguardem seus nomes e suas lembranças perante seus descendentes e nossa história, negando-se a participar desta que pode se configurar "em mais uma negociata", que com certeza irá manchar para *sempre aqueles que com ela forem coniventes.*

Joaquim Silvério dos Reis, Calabar, Judas Iscariotes são os nomes de alguns traidores famosos. Que esta lista não cresça é o que esperamos.

Mas aqui reunidos, é preciso que nos comprometamos seriamente relembrar nos futuros aniversários da COPEL, a cada dia 26 de outubro, os nomes e sobrenomes daqueles que, insensíveis aos muitos e fortes argumentos a favor do interesse público, concordaram em doar, ceder, *vender ou negociar a* COPEL.

Tal como nós, trabalhistas, em todos os aniversários da morte do estadista Getúlio Vargas, lembramos a grandeza de seus atos e a vileza, a covardia e a subserviência dos que indiretamente o mataram a serviço de *interesses estrangeiros.*

Encerro minha intervenção neste Ato Memorável convidando a todos os presentes para a grande jornada cívica em DEFESA DO QUE É NOSSO e que possamos levantar o sentimento paranista de todos os *conterrâneos contra a venda da Companhia Paranaense de Energia* – a nossa COPEL.

Aproveitando a memorável reunião de tantos companheiros, de tantas pessoas, partidos e entidades importantes para a História do Povo do Paraná, peço que este primeiro seminário, tal como aquele que deu início à simplificação e barateamento da eletrificação rural no Paraná, em 1983, neste mesmo recinto, seja o início de um verdadeiro mutirão de cidadania, que percorra com um grito este Grande Estado do Paraná .

Um grito que como o cacique Guairacá ou Sepé Tiaraju diga aos entreguistas de ontem, liberais de hoje, que esta terra tem dono !

Um grito que diga *não a venda do patrimônio público para cobrir "buracos" de caixa de uma administração – temporária, passageira. Para pagar contas de governantes promotores de finanças combalidas Ou só para atender "políticas oriundas de Brasília, filial do FMI, sucursal do Consenso de Washington", na mais submissa e subalterna postura de um governante.*

Um grito que diga que nosso povo não quer aumentos de energia de *400, 600 por cento como o que ocorreu na Califórnia após a* desregulamentação de 1996, e que hoje vive um colapso energético.

Um grito que diga que nossos industriais não querem perder *competitividade de seus produtos porque os custos da energia foram* artificialmente aumentados pela falta de investimentos em geração.

Um grito que diga que nossos agricultores não querem que seu *direito a energia seja negado por um, dois ou três dias, como ocorre agora* nas concessionárias privatizadas, quando um raio ou tempestade derruba uma chave.

Um grito que diga que nossas cidades não ficarão no escuro, com pessoas presas em elevadores, mortas em mesas de operação ou em acidentes de tráfego, apenas porque os donos da energia querem aumento das tarifas como acontece hoje na Califórnia e em outros estados americanos.

Vamos levar este grito a todas às salas de aula, à todas as fábricas, às fazendas, aos escritórios, à todas as partes onde as pessoas e as empresas precisam de energia.

Vamos elaborar cartilhas, adesivos, usar a Internet e programas de rádio, de TV, vamos dar entrevistas, realizar seminários, audiências públicas nas câmaras de vereador (pois a COPEL também é dos Municípios), tudo isto para preparar um grande Ato Público em Defesa *da COPEL , aqui neste Centro Cívico, na Capital do Estado que mostre* ao inquilino do Palácio Iguaçu o repúdio de nosso povo à sua gestão e à sua tentativa de vender a COPEL.

Vamos alcançar UM MILHÃO DE ASSINATURAS para que tramite nesta Casa uma iniciativa popular de lei barrando a desatinada pretensão.

Vamos dizer a todo Paraná e ao Brasil que o Senhor Governador em momento algum recebeu procuração do Povo do Paraná para vender a COPEL, nem sobre a questão se pronunciou nas suas campanhas *eleitorais.*

Traidores do Paraná precisam desistir dessa busca de "trinta dinheiros". O povo do Paraná não esquecerá seus nomes, como em todo *mundo bilhões de pessoas sabem o nome de Judas Iscariotes.*

Deputados alinhados até aqui com o Governo nesta Casa precisam ser acionados para que exerçam a autonomia que seus mandatos lhes garante, votem a favor do povo e sejam para sempre lembrados por esta *atitude patriótica, por esta prova de honestidade, de retidão e de* independência.

Desejo, ainda, falar sobre o Presidente da COPEL.

Quero dizer que ele deveria renunciar ao seu cargo. *Primeiro*, porque está muito confuso o seu posicionamento. Falta com a verdade. No dia 22 de novembro, há pouco mais de 3 meses, em Foz do Iguaçu, *perante 1300 técnicos reunidos no Seminário Nacional de Distribuição de* Energia , disse – prevendo - que o valor da tarifa média de geração iria alcançar num futuro próximo os 65 dólares por MW , quando atualmente está próxima dos 45 dólares. Na edição de 22 de novembro do Jornal Hoje, com foto e tudo, o Presidente faz tais afirmações. Agora, após o Edital, o mesmo Presidente afirma e reafirma que o MW vai baixar "devido ao livre mercado" no qual a COPEL não poderia concorrer.

Quando está falando a verdade ?

Segundo, como é possível alguém permanecer na Presidência de uma organização ao mesmo tempo em que desfaz a empresa, fala mal de sua *potencialidade, agride sua eficiência, ofenda a sua história e realizações.* E ainda é o condutor da intenção nefasta de vende-la por "trinta dinheiros"....

Renuncie Sr. Presidente da Copel se não acredita nela, nos seus técnicos, na sua enorme capacidade de gerar lucros, na sua força empreendedora e na sua importância estratégica para todos os paranaenses.

<u>Companheiros de luta</u>: estamos no caminho certo, vamos prosseguir com garra, conhecimento técnico, organização e muito, muito, muito empenho.

Precisamos de uma ação coordenada, envolvendo todas as personalidades, partidos, entidades, movimentos, pessoas para se somarem nesta empreitada.

Precisamos de um calendário de atividades e nas mais diferentes frentes de luta.

Vamos lutar a boa luta, em todas as frentes, sem esmorecer diante de qualquer obstáculo passageiro.

De olho no futuro radiante que espera nossa pátria e nosso grande Estado, VAMOS RESISTIR, com a esperança na frente e com a história na mão!

A COPEL É NOSSA.

** Intervenção feita por Nelton M. Friedrich (41-252-9459-9957721-252-5039) no Encontro em Defesa da Copel realizado no Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná, em 21-02-200, e que decidiu pela criação do FORUM DE ENTIDADES DA SOCIEDADE PARANAENSE CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA COPEL.*

10.8.2001

Carta Aberta à População

Paranaenses,

Estarrecido, todo o Paraná assistiu ao espetáculo deprimente da polícia do governador Jaime Lerner reprimindo, buscando intimidar e acuar os que resistem ao escândalo da venda da Copel. Mais de 93% dos paranaenses já deixaram claro que não querem a venda da empresa.

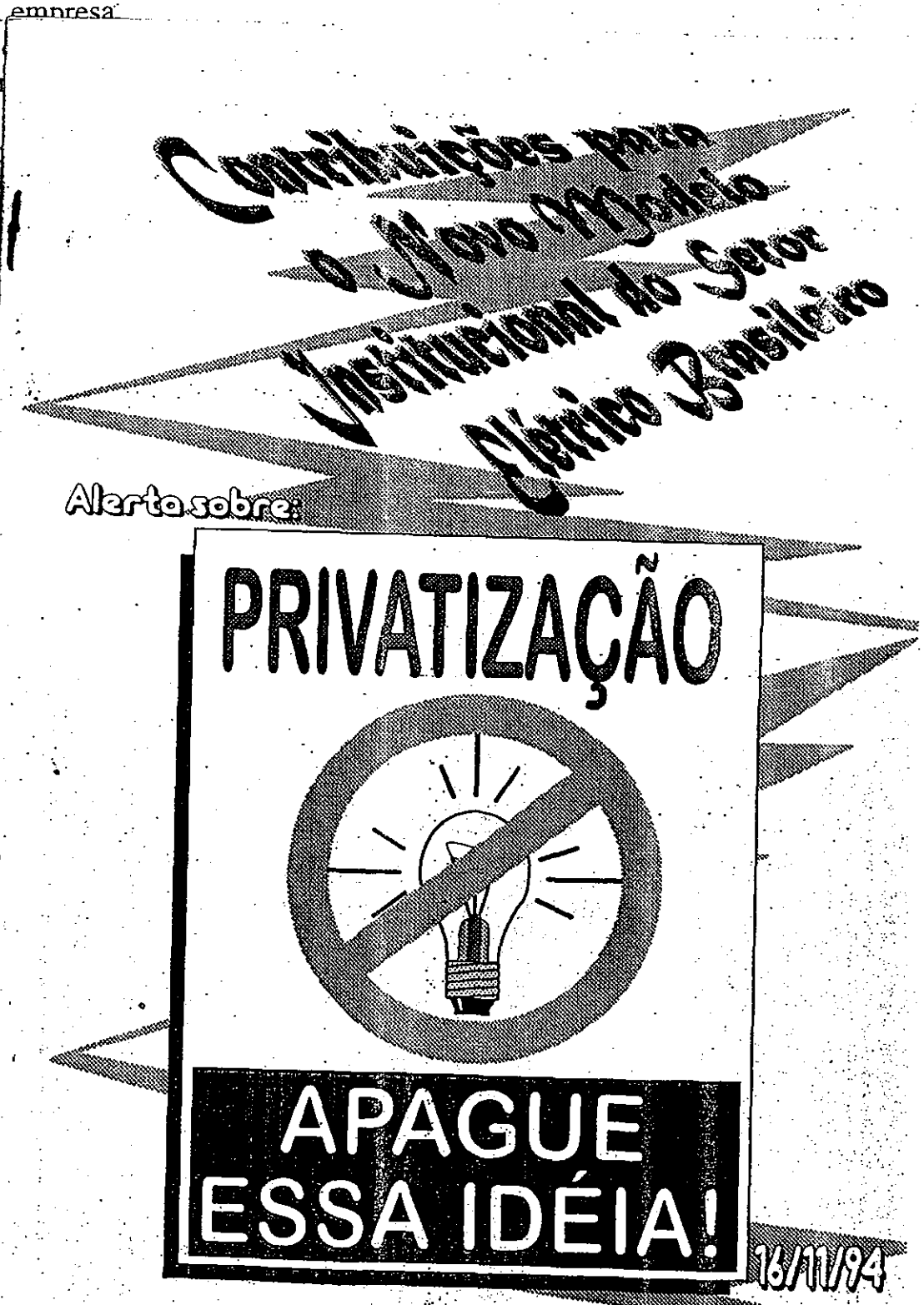
O Poder Legislativo
democráticas do povo para
esta enorme humilhação.

Nós, os 26 deputado
cumprindo a determinação
nessa abominável negocia
Popular, que proíbe a v
milhares de paranaenses.

Agradecemos o apoi
continuar a resistência, de
porque, acima de tudo, est
interesses não negociamos

Fazemos um apelo
resistência e luta, a parti
Legislativa. Nós, os 26
assinamos, certos de que v

WALDYR PUGL
NEREU MOUR
ADEMIR BIEF
ANTÔNIO ANIBE
CAÍTO QUINTA
EDSON STRAPAS
ORLANDO PESS
IRINEU COLOM
ÂNGELO VANH
ELI GHELLER
HERMES FONS
LUCIANA RAFA
LUIZ CARLOS



AUDIÊNCIA DE SECRETÁRIO DE ESTADO

O SR PRESIDENTE (HERMAS BRANDÃO):-

SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, DECLARO ABERTA A PRESENTE SESSÃO.

CONFORME REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO, APROVADO POR ESTA CASA, NO DIA 14 DE MARÇO CORRENTE E ATENDENDO O QUE DETERMINAM OS ARTIGOS 98 E 99 DO REGIMENTO INTERNO, A PRESENTE SESSÃO SERÁ TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA AUDIÊNCIA DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR INGO HENRIQUE HÜBERT, DIGNO SECRETÁRIO DE ESTADO DA FAZENDA, ACOMPANHADO DE ASSESSORES, PARA PRESTAREM INFORMAÇÕES SOBRE AO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ELÉTRICA - FACULTANDO –SE ÀS BANCADAS DA SITUAÇÃO E DA OPOSIÇÃO INDICAR UM NOME CADA UMA, PARA QUE AQUI COMPAREÇAM, EM DATAS DIVERSAS, PARA ABORDAR O MESMO TEMA .

PARA MELHOR ORDENAMENTO DA PRESENTE SESSÃO ESTA PRESIDÊNCIA IRÁ ADOTAR AS SEGUINTES DISPOSIÇÕES REGIMENTAIS:

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (Pela Ordem):- Presidente Hermas Brandão, dian das acusações gravíssimas do Deputado Toni Garcia, tratando- se da Copel, uma empresa que é orgulho para todos nós paranaenses, que neste instante está tendo reflexo na Bolsa de Valores , não só no Brasil, mas no exterior também , eu acho e coloco aqui uma sugestão, façamos uma Sessão Secreta para ouvir o Deputado Toni Garcia , o Presidente da Copel e Secretáriod a Fazenda.

O SR. SERGIO SPADA (Pela Ordem):- Sr.Presidente, apenas para deixar muito claro aí, até para que o Sr.Presidente da Copel tenha ciência das responsabilidades, eu faço questão de ler a parte final do Artigo 97, que fala da convocação do Secretário de Estado.

" O Secretário de Estado comparecerá perante a Assembléia Legislativa ou às Comissões". No parágrafo 2º:"A convocação do Secretário de Estado ser-lhe-á comunicado ofício do 1º Secretário ou do Presidente de Comissão, que definirá o local, dia e hora da Sessão ou reunião, a que deva comparecer,comindicação das informações pretendidas, importando em crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada aceita pela Casa".

Portanto, ao meu entender, está sendo caracterizado de forma muito clara, muito plena esse crime de responsabilidade ao Secretário se negar a oferecer, de forma muito clara as explicações pretendidas pelo Deputado Toni Garcia.

E o Secretário Ingo não podia ter sido mais feliz, em pouco menos de 3 minutos deu a resposta que cala profundamente a Oposição pela sinceridade da sua resposta, quando diz .....

27-01-01 .1.. Stela 16:45

O SR DURVAL AMARAL:- ... quando diz, que a COPEL nunca adquiriu títulos pobres e que todae qualquer informação será prestado oportunamente.

Mas, meus amigos da imprensa e Sr. Presidente daqui a pouco eles vão tentar esvaziar o Plenário desta Casa , esvaziar essa sessão, porque não querem aprofundar a privatização da COPEL, porque não querem discutir com profundidade.

O SR PRESIDENTE (HERMAS BRANDÃO).- (Pela Ordem):- Está suspensa a Sessão por 3 minutos.

(Está reaberta a sessão)

lourdes 17.20 horas

tado também pelo Deputado Geraldo Cartário, pedindo o afastamento do Sr. Ingo Hubert. Portanto não cabe a mim esta pecha de ter dito que o Dr. Ingo não tinha autoridade, não cabe a mim esta posição colocada pelo Deputado Geraldo Cartário. V. Exa. votou ontem, junto com a oposição, e com o grupo independente, desta Casa, V. Exa. assinou requerimento pedindo afastamento do Dr. Ingo Hubert, que respeito, como técnico, não tenho nada, pessoalmente, contra o Dr. Ingo, apenas fiz a indagação:- É Presidente da Copel ou é Secretário da FAzenda?

O SR. GERALDO CARTÁRIO:- Sr. Presidente, solicito a réplica, se me der o direito.

Eu fui à Tribuna ontem, Sr. Presidente, dizendo que tudo que eu assino eu fico até o fim. Eu assinei a venda das ações, em 95, eu continuo, da mesma forma, o Paraná não mudou, eu também não mudei. Eu quero dizer que ontem fui a esta Tribuna e já no encaminhamento eu falei que realmente eu assinei o pedido para que S. Exa. o Governador recebesse o pedido da maioria desta Casa para que não fique prejudicando tanto a saúde do Dr. Ingo, quando ele tem duas funções, uma como Presidente da Copel e outra como Secretário da Fazenda. Agora eu admiro que o Deputado Algaci Tulio, porque o Secretário da FAzenda e Presidente da Copel, / quando eu falei da saúde foi uma forma de amenizar a crítica feita pelo Deputado Algaci Tulio, porque veja bem, Sr. Presidente, eu tenho 27 anos de mandato, só de Deputado 10, eu quero dizer a V. Exa. que eu sei que o encaminhamento do requerimento a Assembléia não tem autoridade alguma para que o Governador destitua qualquer cargo, simplesmente é um alerta ao Governador. Se hoje for votado esse requerimento eu voto de novo, por

lourdes 17.20 horas

O SR. GERALDO CARTÁRIO:- ... o meu amigo, Deni Schwartz, um dos homens mais sérios e honestos que eu conheci, neste / paraná, o Deni Schawartz, como Ministro que foi desse Brasil. Chego ao / ponto que, tão logo V. Exa, mostrou a documentação mudou, totalmente, a/ cara e o semblante dos que aqui estão, porque V. Exa. foi ráido na sua / argumentação. Mas isso não quer dizer que o Deputado Toni Garcia não tenha participado, com muita inteligência, só que, certamente, não vai dizer quem entregou o documento, porque se disser o Governador Jaime Lerner vai ter uma surpresa tremenda e certamente outros que fazem parte d seu Governo.

Eu quero encerrar aqui, apenas pedindo a V. Exa., que aquele dinheiro que o governo REquião recebeu, está demonstrado na rodovia de São José dos Pinhais a Garuva, uma estrada que não cabia ao Governo do Paraná Infelizmente este documento que V. Exa. teve que arrumar, para pagar o REFIS, lá em Brasília, é porque nós, do Paraná, estamos sendo roubados há muitos anos, pelo Governo Federal. Roubados nessa estrada de Garuva que tinha que ser construída pelo dinheiro público federal, e quando um Governo federal obriga uma Copel, que é do Estado, que é do Paraná, a / ter que agir conforme V. Exa. agiu, eu quero apenas dizer:- aquele dinheiro que a Copel recer, por favor, coloque recursos no fundo rodoviário, para que o nossopovo do Paraná não fique morrendo, não esteja morrend pelos buracos das nossas estradas do Paraná.

Obrigado.

O SR. ALGACI TULIO:-(Pela Ordem):- Baseado na citação feita pelo Depu-

O SR INGO HUBERT:- ....para todo os demais acionistas que ganharam valor pela valorização das ações entre dezembro e agora.

(Fala do Secretário) Este esclarecimento é muito importante para a população do Estado do Paraná comece a entender do que afinal estamos falando. Aí que se justificam campanhas dessa natureza, aí se justifica companha pela COPEl para esclarecer e uma campanha feita pelo Estado para também esclarecer.

O orçamento da COPEl, em absoluto será majorado dessa campanha está custando algo como 400 mil reais. Portanto não é uma cifra exorbitante.

O SR NEREU MOURA:- Quatrocentos mil reais?

O SR INGO HUBERT:- Não é nenhuma cifra exorbitante, é algo que o nosso orçamento, tanto de comunicação do Estado como da COPEL omporta com toda a tranqüilidade, é algo da responsabildiade direta do Estado e também da COPEL, como eu disse antes,no sentido,de esclarecer e exatamente com esse intuito ela está sendo conduzida. Repito aqui, não apenas no interesse do Estado, mas no interesse na COPEL como instituição de todos os seus acionistas que já ganharam um valor imenso devido a este esclarecimento nas últimas semanas.

O SR PRESIDNTE (HERMAS BRANDÃO):-Dando continuidade, Dep Neivo Beraldin.

O SR. NEIVO BERALDIN:- Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao Presidente da COPEL, qual foi a empresa que avaliou e que respaldou tecnicamente Vossa Excelência para afirmar que a empresa não é superavitária, que a empresa no futuro poderá ser deficitária? Queria saber qual é o técnico, qual é a empresa seja ela do Governo ou seja uma empresa de auditória privada? Baseado em que o senhor afirma isso?

Até porque o Governo já empenhou em torno de, Vossa Excelência pode me confirmar com mais clareza, mas em torno de 1 bilhão e meio de ações, junto ao BNDS.

Gostaria de perguntar a Vossa Excelência se esse dinheiro ingressou no Estado? Quanto que o Governo colocou no Fundo de Previdência desse 1 bilhão e meio, aproximadamente ou mais? Qual foi o montante que o Governo colocou no Fundo de Previdência?

Evidentemente, sem nós falarmos da questão dos títulos que o Banco do Estado do Paraná comprou de Alagoas, de Osasco, de Guarulhos e de Santa Catarina. Porque o Governador de Santa Catarina disse numa roda lá no Senado:"que era mais fácil crescer cabelo na cabeça dele, do que ele honrar esses títulos".

O Estado foi lá e caucionou com ações da COPEL Logo nós vamos notar que nesse Governo, a COPEl se descapitalizou em ações em torno de 2 bilhões de reais. Em torno, eu não posso

O Sr. NEIVO BERALDIN: ... Então, Senhor Presidente, são algumas indagações que eu gostaria de ver V.Exª afirmar, textualmente, quem é que informa, tecnicamente, quem baliza o Governo tecnicamente, para afirmar que é preciso vender a Copel, porque é bom para o Estado. Visto que a Copel é muito diferente de qualquer outra empresa privatizada do Brasil. Temos aqui a produção de energia, temos a riqueza das nossas águas, do Rio Iguaçu e outros rios, que nos dão uma diferença muito grande de uma empresa que comrpa energia e revende energia.

Então, é incrível ! Neste Páis, quem produz não tem valor. Tem valor quem ? O intermediário. Eu ouvia, estes dias, de um membro do Governo que dizia o seguinte: governar é a arte de passar dinheiro para a iniciativa privvada. Eu achei aquilo um absurdo !

Gostaria que V.Exª fizesse as considerações que lhe ocorrem, no momento.

O SR. INGO HUBERT: Nobre Deputado Neivo Beraldin, V.Exª faz uma série de indagações de campos os mais variados possíveis. Campos estes que têm a ver com a desestatização da Copel, com as finanças do Estado, com as considerações sobre ética de negócios, enfim. Sua pergunta é de uma amplitude bastante grande. E evidentemente a convocação de hoje diz respeito à desestatização da Copel. E eu, então, vou me basear nesta convocação para lhe responder a pergunta atinente ao estudo ou ao raciocínio, enfim, que embasou a decisão de desestatização da Copel.

Na ralidade, nós não fazemos estudos na Copel, para por exemplo, colocar uma lâmpada num poste. Não fazemos estudos

27.03.01 .3. Stela 18:15

argumentação, porque a SANEPAR, também foi vendida em torno de 40% e rendeu aos cofres do Estado, em torno de 250 milhões de reais. Os royalties de Itaipu também foi antecipado. Vossa Excelência é Secretário da Fazenda.

Então esse Governo aos poucos foi vendendo se comprometendo e o que se passa? O que que acontece que o Governo está sempre necessitando de mais dinheiro para suprir dívidas e sempre com esse mesmo argumento dos inativos?

Veja Vossa Excelência que o compromisso que o Estado fez representa,na venda do Banestado, 13% da Folha de Pagamento hoje. Então os inativos representam 30% esse Governo só/ com o compromisso do Banestado, agregou em dívida com o Estado / em torno de 13% do compromisso da Folha de Pagamento.

Ebtão Sr. Presidente .....

É isso que precisamos ficar sabendo. É essa a pergunta que eu gostaria que o Dr. Ingo nos respondesse, se esse dinheiro vai sanear o Estado, vai viabilizar o Estado para que possamos dar prosseguimento ao processo de desenvolvimento do nosso Estado.

O SR: INGO HUBERT : A pergunta está tão bem formulada que V.Exª mesmo já respondeu. Vai sim. Vai na medida em que vai aliviar 90 milhões de reais todos os meses, dos cofres públicos, na medida em que pela própria lei que foi votada nesta Casa, esses recursos integrarão o Fundo de Previdência e através desse Fundo haverá um deslocamento dos funcionários inativos que, como V.Exª sabe, estão sendo pagos pelo Tesouro para este Fundo.

Com isso, a partir da privatização , da desestatização da Copel e com a introdução desses recursos ali e não em rombos de caixa como está sendo afirmado, muitas vezes com certa leviandade - estamos falando do Paranaprevidência, coisa diferente, estaríamos resolvendo um problema estrutural do Paraná. Não deste governo. Do Paraná. Um problema estruturalque este governo herdou de outros governos e que beneficiarão também outros governos.

É disso que estamos falando.

O SR. PRESIDENTE : (IRINEU COLOMBO) : Próximo inscrito, deputado Marcos Isfer.

O SR. MARCOS ISFER : Senhor Presidente, ouvi atentamente durante a tarde e quero fazer questionamentos na mesma linha que o deputado Carli faz. Essa questão da governabilidade que, me parece, é um ponto muito sério. Em primeiro lugar, um Fundo de Previdência que nós tanto falamos aqui, recebeu um aporte de um [illegible] antecipação de royalties. Ter recebido o

estranha. É uma conta que não consigo entender muito bem. Mas, enfim, o que nós precisamos e a própria Lei diz é capitalizar o Fundo para resolver um problema estrutural do Estado do Paraná e que, seguramente, será útil ainda para muitas gerações futuras. De mais a mais, a Copel em momento algum deixará de/ ser paranaense.

O SR. MARCOS ISFER - Quanto irá para o fundo ?

SECRETÁRIO INGO HUBERT - 70% pela Lei. A Lei diz isso. Com a privatização da Copel, nós conseguiremos aliviar praticamente a totalidade da pendência financeira - 3/ bilhões. Nós conseguimos aliviar o Estado em 90 milhões/mês.

O SR. MARCOS ISFER - Se nós pudermos manter a geração e vender o restante por 2 milhões, está cumprida a meta que o Senhor se propõe ?

SECRETÁRIO INGO - Não, porque só 70% pela Lei vai para o / fundo.

O SR. PRESIDENTE - (Irineu Colombo)

Próximo inscrito Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - No dia de ontem,na Sessão Plenária, o nosso ex-líder do Governo Deputado Valdir Rossoni, num pronunciamento nesta Casa, deixou claro a situação difícil que vive hoje o Estado do Paraná com relação a suas finanças

enfrenta no dia de hoje, que o nosso ex-líder no dia de ontem trouxe a esta Casa.

SECRETÁRIO INGO HUBERT - Na verdade não vim aqui preparado para discutir finanças, vim aqui discutir a privatização da Copel. Porém, sei que existe aí uma conexão e vou abordar talvez de uma maneira mais macroscópica a sua questão. O Estado / do Paraná, hoje, ele não está numa situação exuberante de caixa. Como, aliás, nenhum Estado do país está e quase nenhum município do país está. Existe o aspecto estrutural das finanças. Temos que ter muito cuidado quando falamos em cobertura de, entre aspas, /

...

Doroti 19:50 27-03-01

O SR. CAÍTO QUINTANA : ... porque essa questão de que nós vamos desregulamentar, desregulamentar o quê? A Copel já está aplicando fora. V.Exª diz que não, mas está aqui no jornal: " Balanço da Copel - A Copel já aplicou em Machadinho Energia S/A Santa Catarina e na Dona Francisca Energia S/A S anta Catarina.

De vai desregulamentar o setor, vai desregulamentar para todo mundo! Nós somos geradores, minha gente! - Nesses Estados que foram vendidas e que está na publicidade do governo, se der de graça, tem lucro. São consumidores! Eles compram energia! Lembro, desde o tempo em que eu era criança. Os postes da C.E até hoje, cada vento que dá, derruba, porque é de madeira de eucalipto. É deficitária. Olhem a Celesc de Santa Catarina, que é do partido do governo está lutando para manter a Celesc que não está nem perto da Copel? Quem é que vai competir conosco? Qual é essa empresa, que é tão falada aqui e que no futuro as grandes empresas... Quais são as grandes empresas? Isso é hipotético! Não se fabrica queda d'água.Não se fabrica rios. Eles terão que aplicar em cima de rios que já existem e a maior riqueza do Estado do Paraná, no futuro vai - ser poder chegar a um complexo industrial que se queira instalar aqui e dizer - nós podemos colocar uma sub-estação na frente. A Copel não é empresa comercial para dar lucro. É para servir o povo do Paraná.

Eu faço duas perguntas.

Sei que meu tempo está esgotado, infelizmente. Eu detesto esse tipo de reunião, porque, via de regra, quem vem, responde de assuntos variados e pula.

Pergunto mais uma vez. O senhor convence mais deputados da base de apoio se o senhor reconhecer uma coisa.

tação ou está sendo vendida por necessidade de caixa?

Segundo, eu quero saber, senhor Ingo, porque, e isso é pertinente, senhor Presidente, porque o preço da Copel vai depender das ações que estão aí caucionadas, o empréstimo já antecipou, vai depender da questão Copel-Sercomtel. Por que? Eu tenho aqui, da Internet. Por que uma dívida de doze milhões foi paga diretamente, não para a Prefeitura e sim para o Banco Fonte Cindam com 70 milhões, dos quais o próprio diretor está falando em desvio de onze milhões para uma conta no Uruguai. Não sei se isso é verdade ou n ão é, mas está aqui escrito. Onze milhões que não foram tributados e foram remetidos para o Uruguai.

Eu gostaria que o senhor respondesse.

O SR. ONGO HUBERT : Deputado Caíto Quintana, V.Exª me coloca seis questões que eu anotei.º

O SR. CAÍTO QUINTANA : Olhe, eu tenho aqui umas cinquenta, mas eu prefiro que o senhor responda àquelas que eu lhe perguntei.

O SR. INGO HUBERT : Perfeito. Então vamos tentar responder às seis.

O senhor primeiro fez uma indagação ou afirmação, não sei bem, que o Paraná teria vendido sua água potável. Nem que o Paraná quisesse. O senhor é advogado, que sei, conhece as leis, o senhor conhece perfeitamente a Lei nº 9433 de 8-01-97. O senhor conhece a Lei 852 de 11-11-38 e V.Exª sabe tão bem quanto eu que mesmo que o Estado quisesse, por alguma razão ou com algum mecanismo, vender a água potável, isso não seria possível. De mais a mais, quem regula a água potável é a Unikão, através da...

O SR. CAÍTO QUINTANA : Não vamos falar em água. Estou falando da Copel.

O SR. CAÍTO QUINTANA: ... Não, eu não estou falando em água ! Não vamos adverter. Estou falando em Copel !

O SR. Durval Amaral: Ele ouviu o senhor, quieto, o senhor faça o favor de ouví-lo,também.

O SR. CAÍTO QUINTANA: Fique quieto ! O senhor não tem nada a ver com isso ! Baixe a bola porque o senhor não tem nada mais que eu, aqui !

O Sr. Durval Amaral: Baixe a bola você ! Ele está falando, então fique quieto !

O SR . CAÍTO QUINTANA: Quem é você para me mandar baixar a bola, Durval ?!! Respeite o seu tamanho. A Mesa pode me corrigir, não o senhor !

O Sr. Durval Amaral: O senhor não tem um milímetro a mais que eu !

O SR. CAÍTO QUINTANA: Senta ! Senta ! O seu lugar é sentado !

O Sr. Durval Amaral: Palhaço !

O SR. CAÍTO QUINTANA: VOcê não tem topete para isso!

(Tumulto no Plenário).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão): Diante do horário, damos por encerrada a presente Sessão Especial.

Agradecemos a presença do Senhor Secretário. Demos oportunidade a 18 Srs. Deputados questionarem o Presidente. Diante da prorrogação ter sido estabelecida até às 20:00 h, declaro encerrada a presente Sessão.

(Tumulto no Plenário).

(Levanta-se a Sessão Especial).

NOSSO FUTURO

NOSSO FUTURO
Ano 1 - Nº 1
dezembro 1998

A notícia da privatização da Copel vem causando muita expectativa e gerando especulações entre todos os colaboradores, o que é perfeitamente compreensível principalmente pelo fato de o modelo não está completamente definido.
NOSSO FUTURO foi criado para mantê-lo informado sobre o andamento dos processos de organização, modelagem e privatização da Copel, que estarão sendo decididos nos próximos meses.
Nesta primeira edição, vamos explicar as mudanças que vêm ocorrendo no setor elétrico e que afetam a Copel. Nesta e nas próximas edições, NOSSO FUTURO responderá as questões formuladas pelos colaboradores. As perguntas podem ser feitas via sistema, dirigidas à máquina FUTURO ou via malote interno colocando como destinatário FUTURO e endereçando para a SRH/CNPH no km3.
Durante o processo de adequação da empresa à nova regulamentação do setor elétrico, cabe-nos prosseguir com o melhor de nossos esforços, produzindo com qualidade os serviços que os clientes necessitam. Estaremos garantindo, assim, a rentabilidade necessária para que a empresa continue competitiva, e o processo de transição ocorra com crescimento para todos.

ENTENDA MELHOR O PORQUE DA PRIVATIZAÇÃO

A divisão da Copel é uma imposição da legislação federal que regula o setor elétrico, e a definição do número de empresas em que a Copel será dividida ocorrerá através de um estudo, que leva o nome técnico de "modelagem".
Para que você compreenda melhor o processo de privatização em que a Copel está ingressando, é importante uma explanação do contexto em que se desenvolvem as mudanças nas esferas federal e estadual.

O SETOR ELÉTRICO NO BRASIL...

MODELO ATUAL COM BAIXA EFICIÊNCIA E CUSTOS CRESCENTES
FALTAM RECURSOS PARA ATENDER A DEMANDA DE ENERGIA
AUMENTA O RISCO DA FALTA DE ENERGIA

↓

NECESSIDADE DE MUDANÇAS NO SETOR ELÉTRICO NACIONAL, COM A ABERTURA DO MERCADO E A QUEBRA DO MONOPÓLIO, PERMITINDO A ENTRADA DE EMPRESAS PRIVADAS
CRIA MERCADO COMPETITIVO
ATRAI INVESTIMENTOS
CONSEGUE ATENDER A DEMANDA

↓

CONSTRUÇÃO DE UM NOVO MODELO PARA O SETOR ELÉTRICO COM BASE NA EXPERIÊNCIA DE OUTROS PAÍSES
CRIAÇÃO DE UM MODELO DESVERTICALIZADO, OU SEJA, G (GERAÇÃO), T (TRANSMISSÃO) E D (DISTRIBUIÇÃO) CADA UMA COM SEUS ATIVOS, PESSOAS E ESTRUTURA
DETERMINAÇÃO DOS CUSTOS E DAS TARIFAS SEPARADAMENTE

↓

CRIAÇÃO DA ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA QUE REGULA, ORIENTA E AUDITA O PROCESSO DE MUDANÇA DO SETOR (A DESVERTICALIZAÇÃO DAS EMPRESAS E AS PRIVATIZAÇÕES OU PARTICIPAÇÕES DE EMPRESAS PRIVADAS)

AS USINAS, AS LINHAS, OS TRANSFORMADORES E AS REDES NÃO SÃO PROPRIEDADE DA COPEL. ELES FAZEM PARTE DA CONCESSÃO QUE A COPEL SE DETEM PARA EXPLORAR ESSES SERVIÇOS. PARA A COPEL CONTINUAR TENDO ESTA CONCESSÃO, PRECISA ESTAR ADEQUADA AO MODELO DESVERTICALIZADO DETERMINADO PELA ANEEL.

...E NO PARANÁ

COPEL	ESTADO
FALTA DE RECURSOS DEVIDO A RESTRIÇÕES LEGAIS (EMPRESA ESTATAL)	ALTO CUSTO DA FOLHA DE PAGAMENTO (70.000 INATIVOS)
IMPOSSIBILIDADE DE CRESCIMENTO	NECESSIDADE DE RECURSOS PARA FORMAR FUNDO DE PENSÃO
COMPROMETIMENTO DA COMPETITIVIDADE COM MERCADO PRIVADO	↓
	CAPTAÇÃO DE RECURSOS: **BNDES**
	GARANTIA: AÇÕES DA COPEL
	↓
	PRIVATIZAÇÃO DE EMPRESAS PARA SALDAR COMPROMISSOS **(BNDES)**

↓

APROVAÇÃO PELA **ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA** PARA PRIVATIZAÇÃO

↓

MODELAGEM PARA PRIVATIZAÇÃO

GERAÇÃO, TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO **OU** EMPRESA-MÃE + SUBSIDIÁRIAS **(G, T e D)**

↓

LEILÃO EM MEADOS DO ANO 2000

As questões mais comuns apresentadas pelos colaboradores através da máquina FUTURO, terão resposta nesta coluna.

1. Quanto ao atual número de colaboradores, a COPEL pretende deixar como está? Vai reduzir? Ou vai privatizar e deixar que o arrematante, com critérios próprios, faça o que melhor lhe aprouver? " Reduzir custos não significa demitir pessoas?"

R: A intenção da empresa é de se tornar viável dentro dos parâmetros definidos para a privatização, minimizando os possíveis efeitos negativos.
Para que isto aconteça, serão necessárias algumas medidas drásticas na contenção dos custos.
Reduzir custos não significa necessariamente demitir pessoas. Podemos atuar em duas grandes frentes: no aumento da receita e na redução das despesas.
♦Aumentar a receita significa desenvolver novos produtos e serviços com características diferenciadas, identificando novos segmentos de mercado.
♦Reduzir custos pressupõe uma ampla análise das despesas, por exemplo o aproveitamento das áreas ocupadas pela empresa, o volume de gastos com transporte, viagens, treinamentos, materiais, manutenção, etc. A análise deve contemplar também as despesas com pessoal: o gasto com horas extras, sobreaviso, periculosidade e outros adicionais salariais. E ainda restam as últimas medidas que evitam demissões traumáticas, como os incentivos para aposentadoria e demissão incentivada.

2. "O pessoal lotado nas áreas fins (G, T e D) está em condição mais favorável para manter o emprego na Copel?"

R: Não, todos estão em iguais condições porque atualmente todos trabalham para gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia.
Se a empresa hoje está estruturada de forma a atender centralizadamente serviços como Administração Geral, Financeiro, Informática, Recursos Humanos, Suprimentos e outros, é por motivo de racionalização das tarefas e ganho de escala. No caso da divisão da Copel em mais empresas, cada uma delas terá necessidade desses serviços.

3. O que deverá ocorrer com a Copel durante essa transição?

R: A transição ocorrerá em várias etapas:
♦ até o dia 18.12.98, a ANEEL deverá receber uma proposta inicial da reestruturação e da separação dos ativos de Geração, Transmissão e Distribuição e assinar a renovação dos contratos de concessão da Copel.
♦ até o dia 31.01.99, um grupo de trabalho formado por representantes de todas as diretorias, estará definindo e detalhando a reestruturação da empresa e a estrutura de transição, a partir dos estudos e das definições realizadas ao longo do ano de 1998.
♦ a partir de fevereiro de 1999 será implantada a estrutura de transição. Também a partir daí, a Copel receberá representantes das duas empresas de auditoria que irão fazer sua a modelagem. Essa modelagem deverá definir qual a melhor forma de arranjo da Copel para a sua venda, se a Copel será vendida como holding ou em separado, que segmentos será aconselhável vender, qual o valor estimado da Empresa...
♦ a partir de abril de 1999 será iniciada a implementação física da nova estrutura, adaptada às novas regras do setor, o que exigirá um grande esforço criativo e de adaptação de todos. Neste momento estaremos colocando a Copel em uma configuração mais adequada para o processo de venda.
♦ a etapa seguinte - segundo semestre de 1999 - serão preparo (pelo BNDES e uma equipe do Governo do Estado) do edital para a venda da empresa em leilão público. Após a definição da data e da realização desse leilão, a Copel inicia uma nova etapa em sua vida, agora como empresa privada.

PRINCIPAIS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DO NOSSO FUTURO

■ Compreender que uma empresa só é viável economicamente se ela for rentável, e que para ela ser rentável deve vender mais, ter custos bem ajustados e realizar investimentos com austeridade e visão de retorno a curto e longo prazo.
■ Entender que o dinheiro da empresa é um só, e que ele pode ser usado em diferentes despesas. Assim, o que se gastar para comprar qualquer material (desde papel e caneta até transformadores e turbinas) ou para contratar qualquer serviço, sai do mesmo caixa que paga salários e benefícios.
■ Buscar identificar e corrigir qualquer desperdício.
■ Evitar a realização de horas extras e procurar compensá-las em vez de recebê-las, reduzir as viagens ao estritamente necessário, e só participar de treinamentos que indiscutivelmente agreguem valor.
■ Procurar racionalizar ao máximo o uso dos recursos e os métodos de trabalho, obtendo melhores resultados com o mesmo esforço.
■ Unir-se à sua equipe na busca de soluções criativas e econômicas para os problemas do dia-a-dia.
■ Ajudar a criar um clima positivo dentro da equipe que favoreça a criatividade e diminua o stress natural em fases de mudança como esta. Temos todo um ano pela frente!
■ Entender, finalmente, que realmente temos um problema e uma fase difícil pela frente. Devemos, juntos, buscar colocar nossa empresa em um patamar de 10% de rentabilidade até o ano 2000. E lembrar que no passado já enfrentamos batalhas muito maiores e conseguimos vencer.

DURANTE TODO O PROCESSO, LEMBRE-SE DE QUE A COPEL NÃO É UMA EMPRESA PÚBLICA COMPARÁVEL À MAIORIA DAS EMPRESAS PÚBLICAS BRASILEIRAS. PORTANTO, AS MEDIDAS APLICADAS NESSAS EMPRESAS QUANDO PRIVATIZADAS NÃO DEVEM SER AS MESMAS NA COPEL. É UMA QUESTÃO DE CONSISTÊNCIA.

Colaborador, o seu engajamento neste momento é extremamente importante. Envie suas dúvidas, levante o questionamento do seu grupo. Nós precisamos saber quais são as preocupações e indagações dos colaboradores para que possamos esclarecê-las.

SRH

P&R
Você pergunta, SRH responde.

As questões mais comuns apresentadas pelos colaboradores através da máquina FUTURO, terão resposta nesta coluna.

1. Quanto ao atual número de colaboradores, a COPEL pretende deixar como está? Vai reduzir? Ou vai privatizar e deixar que o arrematante, com critérios próprios, faça o que melhor lhe aprouver? " Reduzir custos não significa demitir pessoas?"

R: A intenção da empresa é de se tornar viável dentro dos parâmetros definidos para a privatização, minimizando os possíveis efeitos negativos.
Para que isto aconteça, serão necessárias algumas medidas drásticas na contenção dos custos.
Reduzir custos não significa necessariamente demitir pessoas. Podemos atuar em duas grandes frentes: no aumento da receita e na redução das despesas.
♦Aumentar a receita significa desenvolver novos produtos e serviços com características diferenciadas, identificando novos segmentos de mercado.
♦Reduzir custos pressupõe uma ampla análise das despesas, por exemplo o aproveitamento das áreas ocupadas pela empresa, o volume de gastos com transporte, viagens, treinamentos, materiais, manutenção, etc. A análise deve contemplar também as despesas com pessoal: o gasto com horas extras, sobreaviso, periculosidade e outros adicionais salariais. E ainda restam as últimas medidas que evitam demissões traumáticas, como os incentivos para aposentadoria e demissão incentivada.

2. "O pessoal lotado nas áreas fins (G, T e D) está em condição mais favorável para manter o emprego na Copel?"

R: Não, todos estão em iguais condições porque atualmente todos trabalham para gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia.
Se a empresa hoje está estruturada de forma a atender centralizadamente serviços como Administração Geral, Financeiro, Informática, Recursos Humanos, Suprimentos e outros, é por motivo de racionalização das tarefas e ganho de escala. No caso da divisão da Copel em mais empresas, cada uma delas terá necessidade desses serviços.

3. O que deverá ocorrer com a Copel durante essa transição?

R: A transição ocorrerá em várias etapas:
♦ até o dia 18.12.98, a ANEEL deverá receber uma proposta inicial da reestruturação e da separação dos ativos de Geração, Transmissão e Distribuição e assinar a renovação dos contratos de concessão da Copel.
♦ até o dia 31.01.99, um grupo de trabalho formado por representantes de todas as diretorias, estará definindo e detalhando a reestruturação da empresa e a estrutura de transição, a partir dos estudos e das definições realizadas ao longo do ano de 1998.
♦ a partir de fevereiro de 1999 será implantada a estrutura de transição. Também a partir daí, a Copel receberá representantes das duas empresas de auditoria que irão fazer sua a modelagem. Essa modelagem deverá definir qual a melhor forma de arranjo da Copel para a sua venda, se a Copel será vendida como holding ou em separado, que segmentos será aconselhável vender, qual o valor estimado da Empresa...
♦ a partir de abril de 1999 será iniciada a implementação física da nova estrutura, adaptada às novas regras do setor, o que exigirá um grande esforço criativo e de adaptação de todos. Neste momento estaremos colocando a Copel em uma configuração mais adequada para o processo de venda.
♦ a etapa seguinte - segundo semestre de 1999 - serão preparo (pelo BNDES e uma equipe do Governo do Estado) do edital para a venda da empresa em leilão público. Após a definição da data e da realização desse leilão, a Copel inicia uma nova etapa em sua vida, agora como empresa privada.

PRINCIPAIS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DO NOSSO FUTURO

- Compreender que uma empresa só é viável economicamente se ela for rentável, e que para ela ser rentável deve vender mais, ter custos bem ajustados e realizar investimentos com austeridade e visão de retorno a curto e longo prazo.
- Entender que o dinheiro da empresa é um só, e que ele pode ser usado em diferentes despesas. Assim, o que se gastar para comprar qualquer material (desde papel e caneta até transformadores e turbinas) ou para contratar qualquer serviço, sai do mesmo caixa que paga salários e benefícios.
- Buscar identificar e corrigir qualquer desperdício.
- Evitar a realização de horas extras e procurar compensá-las em vez de recebê-las, reduzir as viagens ao estritamente necessário, e só participar de treinamentos que indiscutivelmente agreguem valor.
- Procurar racionalizar ao máximo o uso dos recursos e os métodos de trabalho, obtendo melhores resultados com o mesmo esforço.
- Unir-se à sua equipe na busca de soluções criativas e econômicas para os problemas do dia-a-dia.
- Ajudar a criar um clima positivo dentro da equipe que favoreça a criatividade e diminua o stress natural em fases de mudança como esta. Temos todo um ano pela frente!
- Entender, finalmente, que realmente temos um problema e uma fase difícil pela frente. Devemos, juntos, buscar colocar nossa empresa em um patamar de 10% de rentabilidade até o ano 2000. E lembrar que no passado já enfrentamos batalhas muito maiores e conseguimos vencer.

DURANTE TODO O PROCESSO, LEMBRE-SE DE QUE A COPEL NÃO É UMA EMPRESA PÚBLICA COMPARÁVEL À MAIORIA DAS EMPRESAS PÚBLICAS BRASILEIRAS. PORTANTO, AS MEDIDAS ADOTADAS NESSAS EMPRESAS QUANDO PRIVATIZADAS NÃO DEVEM SER AS MESMAS NA COPEL. É UMA QUESTÃO DE CONSISTÊNCIA.

Colaborador, o seu engajamento neste momento é extremamente importante. Envie suas dúvidas, levante o questionamento do seu grupo. Nós precisamos saber quais são as preocupações e indagações dos colaboradores para que possamos esclarecê-las.

SRH

As questões mais comuns apresentadas pelos colaboradores através da máquina FUTURO, terão resposta nesta coluna.

1. Quanto ao atual número de colaboradores, a COPEL pretende deixar como está? Vai reduzir? Ou vai privatizar e deixar que o arrematante, com critérios próprios, faça o que melhor lhe aprouver? " Reduzir custos não significa demitir pessoas?"

R: A intenção da empresa é de se tornar viável dentro dos parâmetros definidos para a privatização, minimizando os possíveis efeitos negativos.
Para que isto aconteça, serão necessárias algumas medidas drásticas na contenção dos custos.
Reduzir custos não significa necessariamente demitir pessoas. Podemos atuar em duas grandes frentes: no aumento da receita e na redução das despesas.
♦Aumentar a receita significa desenvolver novos produtos e serviços com características diferenciadas, identificando novos segmentos de mercado.
♦Reduzir custos pressupõe uma ampla análise das despesas, por exemplo o aproveitamento das áreas ocupadas pela empresa, o volume de gastos com transporte, viagens, treinamentos, materiais, manutenção, etc. A análise deve contemplar também as despesas com pessoal: o gasto com horas extras, sobreaviso, periculosidade e outros adicionais salariais. E ainda restam as últimas medidas que evitam demissões traumáticas, como os incentivos para aposentadoria e demissão incentivada.

2. "O pessoal lotado nas áreas fins (G, T e D) está em condição mais favorável para manter o emprego na Copel?"

R: Não, todos estão em iguais condições porque atualmente todos trabalham para gerar, transmitir, distribuir e comercializar energia.
Se a empresa hoje está estruturada de forma a atender centralizadamente serviços como Administração Geral, Financeiro, Informática, Recursos Humanos, Suprimentos e outros, é por motivo de racionalização das tarefas e ganho de escala. No caso da divisão da Copel em mais empresas, cada uma delas terá necessidade desses serviços.

3. O que deverá ocorrer com a Copel durante essa transição?

R: A transição ocorrerá em várias etapas:
♦ até o dia 18.12.98, a ANEEL deverá receber uma proposta inicial da reestruturação e da separação dos ativos de Geração, Transmissão e Distribuição e assinar a renovação dos contratos de concessão da Copel.
♦ até o dia 31.01.99, um grupo de trabalho formado por representantes de todas as diretorias, estará definindo e detalhando a reestruturação da empresa e a estrutura de transição, a partir dos estudos e das definições realizadas ao longo do ano de 1998.
♦ a partir de fevereiro de 1999 será implantada a estrutura de transição. Também a partir daí, a Copel receberá representantes das duas empresas de auditoria que irão fazer sua a modelagem. Essa modelagem deverá definir qual a melhor forma de arranjo da Copel para a sua venda, se a Copel será vendida como holding ou em separado, que segmentos será aconselhável vender, qual o valor estimado da Empresa...
♦ a partir de abril de 1999 será iniciada a implementação física da nova estrutura, adaptada às novas regras do setor, o que exigirá um grande esforço criativo e de adaptação de todos. Neste momento estaremos colocando a Copel em uma configuração mais adequada para o processo de venda.
♦ a etapa seguinte - segundo semestre de 1999 - serão preparo (pelo BNDES e uma equipe do Governo do Estado) do edital para a venda da empresa em leilão público. Após a definição da data e da realização desse leilão, a Copel inicia uma nova etapa em sua vida, agora como empresa privada.

PRINCIPAIS PASSOS PARA A CONSTRUÇÃO DO NOSSO FUTURO

■ Compreender que uma empresa só é viável economicamente se ela for rentável, e que para ela ser rentável deve vender mais, ter custos bem ajustados e realizar investimentos com austeridade e visão de retorno a curto e longo prazo.
■ Entender que o dinheiro da empresa é um só, e que ele pode ser usado em diferentes despesas. Assim, o que se gastar para comprar qualquer material (desde papel e caneta até transformadores e turbinas) ou para contratar qualquer serviço, sai do mesmo caixa que paga salários e benefícios.
■ Buscar identificar e corrigir qualquer desperdício.
■ Evitar a realização de horas extras e procurar compensá-las em vez de recebê-las, reduzir as viagens ao estritamente necessário, e só participar de treinamentos que indiscutivelmente agreguem valor.
■ Procurar racionalizar ao máximo o uso dos recursos e os métodos de trabalho, obtendo melhores resultados com o mesmo esforço.
■ Unir-se à sua equipe na busca de soluções criativas e econômicas para os problemas do dia-a-dia.
■ Ajudar a criar um clima positivo dentro da equipe que favoreça a criatividade e diminua o stress natural em fases de mudança como esta. Temos todo um ano pela frente!
■ Entender, finalmente, que realmente temos um problema e uma fase difícil pela frente. Devemos, juntos, buscar colocar nossa empresa em um patamar de 10% de rentabilidade até o ano 2000. E lembrar que no passado já enfrentamos batalhas muito maiores e conseguimos vencer.

DURANTE TODO O PROCESSO, LEMBRE-SE DE QUE A COPEL NÃO É UMA EMPRESA PÚBLICA COMPARÁVEL À MAIORIA DAS EMPRESAS PÚBLICAS BRASILEIRAS. PORTANTO, AS MEDIDAS APLICADAS NESSAS EMPRESAS QUANDO PRIVATIZADAS NÃO DEVEM SER AS MESMAS NA COPEL. É UMA QUESTÃO DE CONSISTÊNCIA.

Colaborador, o seu engajamento neste momento é extremamente importante. Envie suas dúvidas, levante o questionamento do seu grupo. Nós precisamos saber quais são as preocupações e indagações dos colaboradores para que possamos esclarecê-las.

SRH

1ª CARTA ABERTA AOS 27 DEPUTADOS DA BANCADA GOVERNISTA E AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

O Paraná sempre foi laboratório de testes, seja de produtos alimentícios, de bebidas, de peças teatrais, etc. etc. É aqui que os paranaenses dizem se o produto é bom ou não. O Paraná então é referência nacional e até internacional. Na data histórica de 20/08/01 foi "testado" o 1º Projeto de Iniciativa Popular do Paraná e do Brasil, subscrito por quase 130.000 paranaenses que cumpriram todo as formalidades legais exigidas constitucionalmente e até superando em muito o nº de assinaturas e de municípios minimamente exigidos. Independentemente do Projeto de Lei, nas pesquisas realizadas 93% da população paranaense se manifestou contrária a venda da Copel e alem disso o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, movimento cívico, paranista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático ao conclamar a sociedade organizada conseguiu rapidamente congregar mais de 400 entidades, bem como, adesão de 26 deputados comprometidos com o povo na luta contra a privatização da Copel.Tudo sintetizou a clássica citação: A voz do Povo é a voz de Deus.

E neste dia que deveria ser memorável para a democracia o que é que todos presenciamos e a sociedade acompanhou através da imprensa?

O maior aparato de segurança da história do Paraná, circundando a Assembléia Legislativa, cerceando o povo no seu mais elementar direito de ir e vir, bem como, liberdade de expressão e livre manifestação. Nem na visita histórica do Papa João Paulo II a nossa Curitiba teve tamanha mobilização. Tivemos cordões duplos, triplos e até quádruplos de isolamento, alem da cavalaria, cães Pit-bull e Pastor Alemão e no estacionamento ao lado do Palácio Iguaçu toda a frota da Rone com seus ocupantes de plantão para emergência alem das grades que o Governador mandou instalar há alguns meses no "Centro Cívico" isolando o Palácio "bunker", do seu povo querido. As plenárias quase vazias, ao invés de estarem ocupadas pelos integrantes do Fórum estavam rodeadas de seguranças e mais seguranças na maior operação dirigida contra cidadãos comuns. Sem falar que nos tumultos provocados por alguns punks curitibanos, fato esse relatado e reconhecido pelo comando, acabaram sobrando para estudantes e populares que mesmo caídos no chão foram brutalmente agredidos por policiais sem identificação na farda. A democradura deste governo é assim mesmo.

Mas tudo isso não foi o pior, porque os senhores 27 deputados se sobressaíram ao derrubar o Projeto de Iniciativa Popular, pasmem, com a absurda alegação de que era inconstitucional ou seja a nossa Constituição foi jogada no lixo. Para aqueles que sempre usaram o jargão político: **Com o Povo, para o Povo e pelo Povo**, a rejeição foi, uma afronta a democracia. Uma traição não só ao povo do Paraná mas ao povo brasileiro em si. Deputados que subscreveram o Projeto de Lei que antecedeu o de Iniciativa Popular migraram para o lado do governo na hora da decisão. Na hora de ficar junto com o povo do Paraná se mostraram insensíveis com aqueles que os elegeram, rejeitando o Projeto de Iniciativa Popular, mas, ao procederem assim cada parlamentar (ou para lamentar) deve saber que também foi "testada" a sua conduta pelo júri popular que somos todos nós, eleitores e acima de tudo formadores de opinião. Percebemos todas as manobras utilizadas desde o dia 15/08/01 até a infeliz votação. Todos esses fatos lamentáveis dificilmente serão esquecidos, assim como os Senhores disseram não ao Projeto de Iniciativa Popular, **da mesma forma saberemos dizer não nas próximas eleições**. Costuma-se dizer que cada homem tem seu preço, **a nossa dignidade não está a venda e nosso voto também não!** Outras votações virão, estamos de olho! **DEMOCRACIA, ÉTICA E SOLIDARIEDADE SÃO INDISPENSÁVEIS!**

STANISLAW GRAMOWSKI – Cidadão Paranaense

At. Sr. Mussa José Assis
Diretor de Redação.
Gazeta do Povo

2ª CARTA ABERTA AOS 27 DEPUTADOS DA BANCADA GOVERNISTA E AO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

Já foi protocolado o Projeto de Lei de autoria do Dep. José Maria Ferreira (PSDB)subscrito por 26 Deputados que exige a realização de Plebiscito para que a população paranaense decida sobre o destino da Copel. Temos que seguir o exemplo democrático da cidade de Londrina que quis saber a opinião do seu povo sobre a Sercontel*, disse o Dep. Waldir Pugliesi O Plebiscito segundo Nelton Friedrich, Coordenador do Fórum Popular Contra a Venda da Copel é a forma da sociedade exercer a cidadania plena e ao mesmo tempo, praticar a democracia direta. Não podemos esquecer que o Uruguai fez Plebiscito sobre a privatização do setor elétrico e o povo disse não. O povo brasileiro já foi consultado também a se manifestar quanto ao regime de governo optando entre o presidencialismo, monarquia e o parlamentarismo. Então por que não consultar o povo paranaense antes da venda, será uma atitude democrática. **Diante disso os senhores Deputados tem agora uma 2ª chance de resgatar a reputação parlamentar, a credibilidade da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná como instituição democrática** sempre enfatizada pelo seu Pres. Dep. Hermas Brandão como "Casa do Povo". Dadas as considerações, **temos a certeza que este Projeto de Lei terá o parecer favorável de todas as Comissões, bem como, a aprovação de Vossas Excelências na sua tramitação na Assembléia Legislativa paranaense.**

COM A PALAVRA OS SENHORES DEPUTADOS:

ADEMAR LUIZ TRAIANO, ALBORGHETTI, ANTONIO BELINATI, BASILIO ZANUSSO, BRAZ PALMA, CARLOS SIMÕES, CESAR SELEME, CLEITON KIELSE, DUILIO GENARI, DURVAL AMARAL, EDNO GUIMARÃES, ELIO RUSCH, GERALDO CARTÁRIO, HIDEKAZU TAKAYAMA, LUIZ ACCORSI, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ FERNANDES LITRO, MILTINHO PUPPIO, MOYSÉS LEONIDAS, NELSON GARCIA, NELSON JUSTUS OU CUSTÓDIO DA SILVA, NELSON TURECK, PLAUTO MIRÓ, RIBAS CARLI, RICARDO CHAB, RICARDO MAIA, VALDIR ROSSONI E HERMAS BRANDÃO.

STANISLAW GRAMOWSKI
Cidadão Paranaense
Consumidor da Copel
Ctba, 29/08/01

266 453

COPEL: VENDA/ PRIVATIZAÇÃO. PODEMOS E DEVEMOS IMPEDIR!

MENSAGEM DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE CURITIBA- SINDENEL DIRIGIDA ACS TRABALHADORES EM GERAL, DONAS DE CASA, ESTUDANTES, APOSENTADOS, PENSIONISTAS, MILITARES, EMPRESÁRIOS PARA DEVIDOS ESCLARECIMENTOS.

Maio/2001

Falar da Copel é até desnecessário pois todos os paranaenses sabem o que ela representa para o nosso Paraná. Poderiam dizer resumidamente que há duas fases distintas e claras no desenvolvimento do progresso paranaense, antes e depois da criação da Copel. Antes, apenas a vocação agrícola, depois a industrialização, graças a energia gerada pela nossa Companhia Paranaense de Energia Elétrica e que agora é simplesmente Cia. Paranaense de Energia porque opera com energia hidráulica, energia eólica (ventos), energia solar e outras formas de energia sobre tudo as não poluentes que preservam o nosso meio ambiente.

Alguns dados sobre a nossa Copel devem ser destacados. Fundada em 26/10/1954, está prestes a completar 47 anos com muita energia. Atualmente está dividida em 5 unidades de negócios: Geração, Transmissão, Distribuição, Telecomunicações e Tecnologia da Informação. Além disso vende serviços de consultoria dentro do Brasil e no exterior ex: Usina de Três Gargantas na China que será a maior usina do mundo. Tem participação nos setores de gás, telecomunicações, saneamento, pesquisas e desenvolvimento.Vejam dados de 2000 Lucro de R$430 milhões, Melhor Distribuidora Região Sul, a 2ª entre as trinta e três maiores concessionárias brasileiras de distribuição, 1º lugar no Brasil em índice de aprovação do cliente, Prêmio Talento do Paraná, sempre na liderança do Top Of. Mind como a mais lembrada pelo público paranaense, Prêmio Maior Sociedade Anônima, Prêmio Sesi de Qualidade no Trabalho e pela 3ª vez a Copel se destacou entre as dez maiores empresas com a melhor demonstração contábil publicada recebendo o Troféu Transparência.

Dados Estatísticos: **Empregados** – 6148; **Consumidores** – 2.836.052; **Clientes por empregado** – 461; **Localidades atendidas** – 1107; **Agências** – 60; **Postos de atendimento** – 60; **Postos de arrecadação** – 4059; **Usinas** – 18; **Subestações** – 350; **Linhas de Transmissão** – 6.690Km; **Linhas de Distribuição** – 151.693Km; **Capacidade Instalada** – 4.548MW, para outros dados precisaríamos de mais vinte páginas!

Não dá para entender, com toda essa tradição, eficiência e qualidade de serviços o Governador e o Secretário da Fazenda ainda insistem na venda da Copel. Mas, os falsos argumentos de ambos foram desmentidos recentemente em entrevista concedida ao radialista Luiz Carlos Martins, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, quando deixou "claro" **que a Copel só será vendida se o Governador quiser e também que não há a obrigatoriedade (exigência) da venda pelo Governo Federal**. Quem diz o que não deve, ouve o que não quer, por isso o Juiz de Direito, Osório Morais Panza, acatando ação popular do Deputado José Maria Ferreira (PSDB), determinou a suspensão da publicidade apresentada pelo Governo Estadual relativa a defesa da venda da Copel, reconhecida como propaganda enganosa. Determinou também, a suspensão do pagamento dos Contratos de Propaganda, e em caso de descumprimento ficou fixada multa diária de R$10.000,00.

Como barrar e revogar a Lei 12.355/98 que permite a venda da Copel?

Mediante pressão, através do Projeto de Lei Iniciativa Popular, para o qual são necessárias 63.000 assinaturas que correspondem a 1% do eleitorado estadual e que deverão ser coletadas em 50 municípios separadamente. **Atenção!** Será necessário: **Nome, Endereço, CEP, Município, Distrito Título Eleitoral, Zona, Seção e Assinatura**.

Vamos nos somar às 120 Entidades que compõe o Fórum Popular Contra a Venda da Copel. A Copel é nossa. A Copel é do povo do Paraná.

Como usuários, como cidadãos(ãs) responsáveis pelo futuro do Paraná não vamos nos omitir, nossas futuras gerações dependem da nossa decisão, **AGORA!**

A missão da Copel não é cobrir rombos ou déficits!

COPEL: PRIVATIZAÇÃO NÃO!

aixo-assinado de iniciativa popular em defesa da Companhia Paranaense de ergia (Copel) como Empresa Pública

cidadãos abaixo-assinados, maiores e capazes, manifestam-se em apoio ao Projeto de Lei para ogação da Lei 12.355, de 08/12/98, que autoriza o Executivo do Estado do Paraná a vender as es da Copel, entregando o controle acionário à iniciativa privada. Apóia também a proposta de sulta popular, por meio de plebiscito, para verificar se o povo do Paraná aceita ou não a vatização da Copel.

NOME	Nº IDENTIDADE	ASSINATURA

2) À DIRETORIA LEGISLATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º

Súmula: Convoca plebiscito entre os eleitores paranaenses para decidir sobre a venda pelo Governo do Paraná do controle acionário da Companhia Paranaense de Energia – COPEL

Art. 1º. Fica convocado plebiscito, na forma do art. 3º da Lei n.º 9.709, de 18 de novembro de 1998, para que o eleitorado do Estado do Paraná opine sobre a privatização da Companhia Paranaense de Energia – COPEL, decidindo se o Estado pode ou não vender sua ações além do limite que implique em perda do controle acionário da companhia.

Art. 2º. Os eleitores deverão escolher dentre as seguintes alternativas: "O Governo do Estado do Paraná deve vender a Companhia Paranaense de Energia – COPEL? Sim ou não?".

Art. 3º. Poderão participar da consulta popular os eleitores inscritos na forma dos §§ 1º e 2º do art. 14 da Constituição Federal, que estejam quites com a Justiça Eleitoral.

Art. 4º. Será considerada vencedora a alternativa que for aprovada por maioria simples dos votos computados como válidos, excluídos os votos em

branco, de acordo com o resultado homologado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná.

Art. 5º. Para representar as diferentes correntes de pensamento relativas às duas alternativas submetidas à consulta popular, serão organizadas duas frentes parlamentares às quais poderão se vincular as entidades representativas da sociedade civil.

Parágrafo primeiro - As frentes devem registrar-se perante a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que baixará normas para tal fim no prazo de quarenta e cito horas a contar da promulgação da presente lei.

Art. 6º. O registro das frentes será encaminhado pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa à Justiça Eleitoral.

Art. 7º O espaço destinado à propaganda do plebiscito somente poderá ser utilizado pelas frentes constituídas na forma desta lei.

Art. 8º Aprovado o ato convocatório, o Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná dará ciência à Justiça Eleitoral a quem incumbirá, nos limites de sua circunscrição:

I - fixar a data da consulta popular;

II - tornar pública a cédula respectiva;

III – expedir instruções para a realização do plebiscito ou referendo;

IV - assegurar a gratuidade nos meios de comunicação de massa concessionários de serviço público às frentes registradas perante a Assembléia Legislativa em torno da matéria em questão, para a divulgação de seus postulados referentes ao tema sob consulta.

Art. 9º O Executivo somente poderá exercer a propaganda institucional a respeito do tema sob consulta nos meios de comunicação de massa no horário assegurado pela Justiça Eleitoral nos termos do art. 8º, inciso IV desta Lei.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, 27 de agosto de 2001.

JOSÉ MARIA FERREIRA
DEP. ESTADUAL – PSDB

ALGACI TÚLIO
DEP. ESTADUAL – PTB

CEZAR SILVESTRI
DEP. ESTADUAL – PPS

MARCOS ISFER
DEP. ESTADUAL – PPS

AUGUSTINHO ZUCCHI
DEP. ESTADUAL – PSDB

TIAGO AMORIM
DEP. ESTADUAL – PTB

NEIVO BERALDIN
DEP. ESTADUAL – PSDB

RENATO GAÚCHO
DEP. ESTADUAL – PSDB

SERGIO SPADA
DEP. ESTADUAL – PSDB

ADEMIR BIER
DEP. ESTADUAL – PMDB

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

ANTÔNIO ANIBELLI
DEP. ESTADUAL – PMDB

CAÍTO QUINTANA
DEP. ESTADUAL – PMDB

EDSON STRAPASSON
DEP. ESTADUAL – PMDB

NEREU MOURA
DEP. ESTADUAL – PMDB

ORLANDO PESSUTI
DEP. ESTADUAL – PMDB

WALDYR PUGLIESI
DEP. ESTADUAL – PMDB

TONY GARCIA
DEP. ESTADUAL – PPB

ÂNGELO VANHONI
DEP. ESTADUAL – PT

HERMES FONSECA
DEP. ESTADUAL – PT

IRINEU COLOMBO
DEP. ESTADUAL – PT

LUCIANA RAFAGNIN
DEP. ESTADUAL – PT

ELI GHELLERE
DEP. ESTADUAL – PDT

LUIZ CARLOS ZUK
DEP. ESTADUAL – PDT

PASTOR EDSON PRACZYK
DEP. ESTADUAL – PL

SERAFINA CARRILHO
DEP. ESTADUAL – PL

CHICO NOROESTE
DEP. ESTADUAL - PFL

HÉLIO RUSCH
DEP. ESTADUAL - PFL

VALDIR ROSSONI
DEP. ESTADUAL - PTB

CEZAR SELEME
DEP. ESTADUAL- PPB

EDNO GUIMARÃES
DEP. ESTADUAL - PSL

NELSON GARCIA
DEP. ESTADUAL – PFL

ANTÔNIO CARLOS BELINATI
DEP. ESTADUAL - PSL

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
Centro Cívico Bento Munhoz da Rocha Neto

GERALDO CARTÁRIO
DEP. ESTADUAL – PSL

MOYSÉS LEÔNIDAS
DEP. ESTADUAL – PSB

HIDEKAZU TAKAYAMA
DEP. ESTADUAL – PSB

LUIS FERNANDES LITRO
DEP. ESTADUAL – PSDB

FERNANDO RIBAS CARLI
DEP. ESTADUAL – PPB

ADEMAR TRAIANO
DEP. ESTADUAL – PTB

LUIS ACCORSI
DEP. ESTADUAL – PTB

NELSON JUSTUS
DEP. ESTADUAL – PTB

BASÍLIO ZANUSSO
DEP. ESTADUAL – PFL

DURVAL AMARAL
DEP. ESTADUAL – PFL

PLAUTO MIRÓ
DEP. ESTADUAL - PFL

LUIS CARLOS MARTINS
DEP. ESTADUAL - PFL

RICARDO MAIA
DEP. ESTADUAL - PSB

MILTINHO PUPIO
DEP. ESTADUAL - PSC

DUÍLIO GENARI
DEP. ESTADUAL - PPB

DIVANIR BRAZ PALMA
DEP. ESTADUAL - PST

CARLOS SIMÕES
DEP. ESTADUAL - PTB

LUIS CARLOS ALBORGHETTI
DEP. ESTADUAL - PTB

RICARDO CHAB
DEP. ESTADUAL - PTB

CLEYTON QUIELSE
DEP. ESTADUAL - PFL

NELSON TUREK
DEP. ESTADUAL - PFL

JUSTIFICATIVA

A Lei n.º 9.709/98 regulamenta as modalidades de consulta popular previstas tanto na Constituição Federal quanto na Constituição Estadual, sendo o plebiscito modalidade de consulta formulada ao povo para que delibere sobre matéria de relevância, de natureza constitucional, legislativa ou administrativa.

O Governo do Estado do Paraná iniciou o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, a despeito da opinião pública, que vem se posicionando de forma contrária à posição estatal.

Desnecessário argumentar sobre a relevância da Companhia Paranaense de Energia para a economia estadual.

A empresa, desde sempre, tem sido um dos mais importantes instrumentos para desenvolvimento sustentado da nossa economia. Na verdade, em face do desempenho da Copel, que propicia energia em abundância em nosso território, foi possível, inclusive, a viabilização de um parque industrial de importância nacional.

A Copel, por seu desempenho em sua atividade fim, seus recursos humanos e sua lucratividade, ocupa uma posição destacada no cenário nacional, estando entre as maiores e melhores empresas do Brasil.

A venda do controle acionário da empresa com nível de excelência reconhecido, implica em perda irreparável para o Estado do Paraná, posto que restarão comprometidos a capacidade de desenvolvimento do parque industrial paranaense (situação experimentada em outros Estados em função do racionamento de energia) e o desenvolvimento em setores de pesquisa, meteorologia, tecnologia sobre potenciais hidrelétricos já sob o conhecimento da companhia.

Desta forma, a venda da Copel significará tão só, a mera transferência à interesses privados de uma fonte de renda garantida para o Estado do Paraná.

Resta claro que a privatização da Copel somente está ocorrendo para se resolver um problema de caixa conjuntural, sem nenhuma conexão com os interesses elevados da gente do Paraná.

Argumentar que a Copel necessitará de novos investimentos para se manter no mercado é ilógico, pois a empresa é auto sustentável, gerando lucro de elevada monta.

Assim, em vista da relevância da empresa para a vida da economia e dos interesses sociais dos paranaenses, uma decisão dessa envergadura merece ser tomada por todos os interessados: os paranaenses.

O plebiscito é o instrumento adequado para tanto. A Assembléia Legislativa do Paraná não pode negar à nossa gente o direito de decidir sobre seu próprio patrimônio, construído ao longo de décadas pelo trabalho de nossos antepassados e de nossa geração.

Como explicar que o Poder Legislativo, que é o mais profundamente ligado à população, porque é o único a franquear sés corredores permanentemente ao povo, se recusaria à levar à consideração do eleitorado decisão dessa gravidade, como quer o Poder Executivo?

Por essas razões, por imperativo de consciência, independentemente da posição que se tenha, a favor ou contra a privatização, é de bom senso que a decisão sobre a privatização da Copel seja legitimada pelos paranaenses. Mesmo porque a venda do controle acionário da empresa não foi tema da campanha eleitoral que elegeu o atual Governo, circunstância que torna ilegítima sua posição.

Enfim, por se constituir numa das mais importantes privatizações do País e, certamente, a mais importante do Paraná, a privatização da Copel deve passar por um processo de consulta popular que a legitime ou fulmine, tudo nos termos da vontade soberana do eleitorado e do contribuinte paranaense.

2ª Vara Pública
fls. 85

CONCLUSÃO

EM, 23/04/2001, nesta cidade e em meu cartório, faço estes autos nº 354/01, conclusos ao Dr. Luiz Osório Moraes Panza, MM Juiz de Direito desta vara.

ESCRIVÃ

Vista ao Ministério Público.
Em 25/04/01.

Luiz Osório Moraes Panza
JUIZ DE DIREITO

Escrivania da 2ª Vara da Fazenda Pública
CURITIBA - PARANÁ - C.G.C. 75.154.120/0001-42
AV. CÂNDIDO DE ABREU Nº 535
FÓRUM CÍVEL - CENTRO CÍVICO
25 ABR. 2001
CONFERE COM O ORIGINAL
JOYCE KHURY
Escrivã

O autor ingressou com a presente ação popular em face dos réus apontados, alegando que o ato praticado pelo Governo Estadual de divulgar, através da imprensa, que a COPEL será privatizada por imposição do Governo Federal não é correto, já que a legislação federal não prevê esta conduta, e que tal ato ocorrerá por discricionariedade da Administração Pública estadual, ferindo-se, pois, o princípio da moralidade ao emitir propaganda falsa. Pediu a concessão de liminar, para o fim de suspender as propagandas, permitir o direito de resposta e suspender os contratos de publicidade.

Neste momento, analiso apenas os requisitos básicos para a concessão de liminar, muito embora o art. 5º, § 4º, da Lei n.º 4.717/65, não aponte os seus requisitos processuais, valendo-se, assim, da utilização das mesmas regras do mandado de segurança, conforme doutrina[1].

A pretensão do autor reveste-se na possibilidade de se evitar a continuidade de um ato tido como irregular, pois emite informação falsa, na medida em que a privatização da COPEL está ocorrendo por vontade do Governo Estadual, não tendo que se falar em participação direta e impositiva do Governo federal.

Assim, a relevância mostra-se plausível diante dos argumentos trazidos aos autos, dando conta da efetiva privatização com base na Lei Estadual n.º 12.355/98, mas sem ingerência, *prima facie*, da Lei Federal n.º 9.074/95, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços, além de outras providências, onde, no seu art. 27, § 3º, fala apenas da utilização desta última norma pelos Estados e Municípios, mas por iniciativa própria e por discricionariedade, permitindo-se, pois, que a discussão venha para o plano do Poder Judiciário.

Portanto, pelo direito perseguido, observa-se o *fumus boni juris* pela relevância do direito invocado, merecedor de discussão na esfera judicial, entendendo-se por este, nas palavras da Profª. Betina Rizatto Lara:

> "Relevante, por sua vez, é tudo aquilo que tem importância, que se destaca. No caso do mandado de segurança, é relevante o fundamento que indica a existência de uma razoável procedência da ação, ou,

[1] MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança e outras ações, 14ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 1990, p. 104.

CARTÓRIO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
CURITIBA - PARANÁ - CGC 75.154.120/0001-42
AV. CÂNDIDO DE ABREU Nº 535
FÓRUM CÍVEL - CENTRO CÍVICO
23 ABR. 2001
CONFERE COM O ORIGINAL
JOYCE KHURY
Escrivã

nos termos de Clóvias Beznos, de uma *viabilidade aparente* de que os fatos descritos levam à conclusão pedida".

Já o *periculum in mora*, não obstante alguns autores do Direito entenderem que se faz necessário que, caso não seja concedida a liminar, haverá a ineficácia ao final, considero que o simples fato de se mostrar um prejuízo, quer presente, quer futuro, mesmo que posteriormente reparável, pois todo ato praticado é passível de responsabilidade e reparação, isso já dá motivo para a sua concessão, pois ao Direito cabe, de qualquer forma, evitar, na medida da certeza jurídica, o dano a ser afastado, pois Justiça tardia não é Justiça e sim um mero bálsamo para os alentos que poderiam ser evitados.

Ademais, a informação da forma como está sendo mostrada acaba por inverter o que se espera daquelas normas anteriores apontadas, já que não há esta certeza de imposição federal da privatização, o que cria prejuízo fático diário com a sua propagação.

Neste raciocínio, mostrando-se a medida perseguidora dos direitos de terceiros difusos, cuja finalidade de cessação se busca com o presente remédio constitucional, já há um perigo na demora, que avança a cada dia que passa.

O Prof. Marcelo Lima Guerra, em obra específica sobre o assunto, bem assim escreveu sobre este segundo requisito, no que diz respeito às suas especificidades:

> "A primeira delas consiste em que o *periculum in mora* não representa um risco a *direito subjetivos*, Diretamente, mas sim à *possibilidade de prestação efetiva de tutela jurisdicional* relativa aos direitos subjetivos. Em outras palavras, não é suficiente a simples ameaça de lesão a um determinado direito subjetivo, para que tal ameaça se configure como *periculum in mora*. Para tal caraterização é indispensável que o que esteja em risco seja a prestação efetiva da tutela jurisdicional relativa a um (eventualmente existente) direito subjetivo. A segunda especificidade, por sua vez, consisce em que o *periculum in mora* nasce da própria duração do processo e está, portanto, sempre associado com a *incapacidade* ou *inaptidão* da providência jurisdiconal, cuja eficácia esteja em risco, se emitida antes de um determinado momento".

---

[2] *Liminares no Processo Civil*, 2ª ed. Atual., Editora RT, São Paulo, 1994, p. 129.

[3] *Estudos Sobre o Processo Cautelar*, 1995, Malheiros Editores, São Paulo, pp. 16/17

CARTÓRIO DA 2.ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
CURITIBA - PARANÁ - C.G.C. 75 154 120/0001-42
AV. CÂNDIDO DE ABREU N.º 535
FÓRUM CÍVEL - CENTRO CÍVICO
26 ABR. 2001
CONFERE COM O ORIGINAL
JOYCE KHURY
Escrivã

A concessão de medida liminar visa tão somente uma garantia na relação jurídico-processual, cujas palavras do Prof. Hely Lopes Meirelles dão o contorno:

> "A medida cautelar não é concedida como antecipação dos efeitos da sentença final; é procedimento acautelatório de possível direito do impetrante, justificada pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral, se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Por isso mesmo, não importa em prejulgamento; não afirma direitos; nem nega poderes à Administração. Preserva apenas o impetrante de lesão irreparável, sustentando provisoriamente os efeitos do ato impugnado".[4]

E estes requisitos demonstram sobre a possibilidade de concessão da liminar, ficando ao livre arbítrio do julgador, conforme decisão dos nossos tribunais superiores:

> "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. ANULAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. ILEGALIDADE. DENEGAÇÃO DA LIMINAR. NÃO EXISTÊNCIA DO "PERICULUM IN MORA".
>
> 1. **A concessão de liminar em Ação Popular busca assegurar o resultado prático do processo, cabendo ao magistrado examinar a plausibilidade do direito, a iminência do ató e a impossibilidade material da reposição do patrimônio público.**
>
> 2. Não há omissão, sanável pela via declaratória, no acórdão que confirma a decisão denegatória de liminar sem o exame de fundamento que diz respeito ao próprio mérito da demanda popular.
>
> 3. Recurso não conhecido."[5]

Como a intenção é afastar qualquer item que fale a respeito da deturpação da moralidade da Administração Pública, isto como princípio basilar (CF, art. 37, *caput*), e em sede cognição sumária, o remédio mostra-se patente para o direito invocado, mas não na sua extensão completa pedida liminarmente, pois a ação popular tem o objetivo de invalidar os atos ilegais e lesivos ao patrimônio público, dentre outros, e não de impor nova situação ao Poder Público, como a obrigatoriedade de dar nova notícia, pois isto oneraria ainda mais os cofres públicos com mais divulgação e propaganda.

---

[4] *Mandado de Segurança, Ação Popular e Ação Civil Pública*, 11ª ed., p. 47.

[5] STJ, 5ª Turma, REsp. 174.369-MG, rel. Min. Edson Vidigal, j. 25/03/99. (Grifei).

CARTÓRIO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
CURITIBA - PARANÁ - CGC 75 154 120/0001-42
AV. CÂNDIDO DE ABREU N.º 535
FÓRUM CÍVEL - CENTRO CÍVICO
26 ABR. 2001
CONFERE COM O ORIGINAL
JOYCE KHURY
Escrivã

99

Cabe, portanto, apenas a suspensão do ato para evitar maiores prejuízos, permitindo-se ao autor, se for do seu interesse, a divulgação a terceiros do contido nesta demanda, pois trata-se de uma ação aberta e pública, não havendo qualquer restrição de ordem processual, podendo informar sobre a suspensão, bem como os fundamentos da decisão, inclusive para a imprensa.

Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar pretendida, para o fim de suspender imediatamente a propaganda apresentada pelo Governo Estadual e que diga respeito à obrigatoriedade da privatização da COPEL pelo Governo Federal, bem como a suspensão dos pagamentos dos contratos de propagando sobre esta divulgação, atendendo-se, pois, aos itens "a" e "c", da petição de fl. 14, não se concedendo para o item "b", tudo nos termos do art. 5°, § 4°, da Lei n.° 4.717/65.

Para o caso de descumprimento da presente medida, após a sua ciência, além da possibilidade de enquadramento na hipótese, em tese, de crime de desobediência, fixo a multa diária e R$ 10.000,00, conforme art.461, § 4°, CPC, utilizado analogicamente para o caso.

Citem-se os réus para a contestação do pedido, no prazo de 20 dias, com as advertências legais.

Intime-se o Ministério Público.
Int.

Curitiba, 25 de abril de 2001.

Luiz Osório Moraes Panza
Juiz de Direito

RECEBIMENTO
EM 26/04/01, EM MEU CARTÓRIO, RECEBI ESTES AUTOS, DO QUE LAVRO ESTE TERMO.

Escrivã

CARTÓRIO DA 2.ª VARA DA FAZENDA PUBLICA
CURITIBA - PARANA - C.G.C. 75.154.120/0001-42
AV. CÂNDIDO DE ABREU N.° 535
FÓRUM CÍVEL - CENTRO CÍVICO
26 ABR. 2001
CONFERE COM O ORIGINAL
JOYCE KHURY
Escrivã

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

CALENDÁRIO DO MÊS DE MAIO/2001

DIA	HORÁRIO	CIDADE	LOCAL	EVENTO
1°	10h 19h	Curitiba Curitiba	BR Reitoria	Inaug.Monum.MST MST
03	9h	Curitiba	CREA	Coordenadores Fórum
04	20h	Chopinzinho	Câmara Municipal	Fórum COPEL
05	10h	Maringá	STEI	Encontro Sindical
07	9h 17h	Curitiba Curitiba	CREA Assembléia Legisl.	Com. Jurídica Coorden. e Deputados
08	9h 14h 17h	Curitiba Curitiba Curitiba	CREA CUT Câmara Municipal	Coordenadores Fórum Entidades Mobilização
09	8h30	Curitiba	CREA	Com. Jurídica
10	10h 20h	Cascavel Umuarama	ACAMOP Universidade	Vereadores Estado Entidades e Univers.
11	20h	Cândido Rondon	Centro Cultural	Partidos e Entidades
13	Manhã	Londrina	Congresso UPE	Fórum COPEL
14	Todo dia 17h	Curitiba Curitiba	Auditório Castelo Branco Sala Comissões - AL	Seminário CREA Coorden. e Deputados
16	9h30	Campo Largo	Câmara Municipal	Vereadores e Entid.
17	19h	Curitiba Almirante Tamandaré	Câmara Municipal Salão Paroquial	Região Metropolitana Partidos e Entidades
18	13h30 17h 20h	Curitiba Curitiba Matelândia	Faculdade Direito-UFPR OAB-Sede Câmara Municipal	Seminário Jurídico Conselho Ordem Partidos e Entidades
19	Manhã Tarde	Paranavaí Apucarana	Congresso JS-PDT	Palestra Nelton
21	17h	Curitiba	Plenarinho AL	Avaliação Geral
26	9h 9h	Toledo Cambé	Associação Comercial Câmara Municipal	Palestra Nelton Partidos e Entidades
30	Todo dia	Curitiba	CREA	ENTREGA FORMULÁRIOS

6V&O - 383

Ao Senhor
Leonel Brizola
Presidente do Partido Democrático Trabalhista
Rio de Janeiro - RJ

Caro Brizola,

Na manhã de hoje, a Assembléia Legislativa do Paraná, foi invadida por centenas de policiais militares. Armados com metralhadoras, escopetas e fuzis, acompanhados de cães treinados, tomaram conta da Casa, espalhando medo, intimidando e ameaçando a todos. O pretexto foi o de desalojar estudantes que ocupavam o plenário da Assembléia.

Nunca na história do Paraná viu-se tanta violência contra o Poder Legislativo. E essa violência acontece exatamente quando a Assembléia discute um Projeto de Iniciativa Popular que proíbe a venda da Copel – Companhia Paranaense de Energia.

Temerosos de serem derrotados, o Governador e seus apoiadores não se constrangeram em usar a brutalidade policial para acuar a oposição e o povo que compareceu a Assembléia para pressionar contra a venda da estatal.

Denunciamos esse grave ato contra a democracia, e essa gravíssima violência contra o Poder Legislativo e pedimos do Senhor a sua solidariedade. Todos sabemos que a omissão e a conivência com atos como esse pode nos custar muito caro.

Um forte abraço,

Assinam Deputados Estaduais do Bloco de Resistência Contra a Venda da Copel

Waldyr Pugliesi
Nereu Moura
Ademir Bier
Antônio Anibelli
Caito Quintana
Edson Strapasson
Orlando Pessuti
Irineu Colombo
Puglesi

Ângelo Vanhoni
Eli Ghellere
Hermes Fonseca
Luciana Rafagnin
Luiz Carlos Zuk
Pr. Edson Praczyk
Algací Túlio
Cézar Silvestri
Chico Noroeste

Marcos Isfer
Neivo Beraldin
Serafina Carrilho
Tiago Amorin
Tony Garcia
José Maria Ferreira
Augustinho Zucchi
Renato Gaúcho
Sérgio Spada

Ao Senhor
Luis Inácio Lula da Silva
Presidente de Honra do Partido dos Trabalhadores
São Paulo – SP

Caro Lula,

Na manhã de hoje, a Assembléia Legislativa do Paraná, foi invadida por centenas de policiais militares. Armados com metralhadoras, escopetas e fuzis, acompanhados de cães treinados, tomaram conta da Casa, espalhando medo, intimidando e ameaçando a todos. O pretexto foi o de desalojar estudantes que ocupavam o plenário da Assembléia.

Nunca na história do Paraná viu-se tanta violência contra o Poder Legislativo. E essa violência acontece exatamente quando a Assembléia discute um Projeto de Iniciativa Popular que proíbe a venda da Copel – Companhia Paranaense de Energia.

Temerosos de serem derrotados, o Governador e seus apoiadores não se constrangeram em usar a brutalidade policial para acuar a oposição e o povo que compareceu a Assembléia para pressionar contra a venda da estatal.

Denunciamos esse grave ato contra a democracia, e essa gravíssima violência contra o Poder Legislativo e pedimos do Senhor a sua solidariedade. Todos sabemos que a omissão e a conivência com atos como esse pode nos custar muito caro.

Um forte abraço,

Assinam Deputados Estaduais do Bloco de Resistência Contra a Venda da Copel

Waldyr Pugliesi
Nereu Moura
Ademir Bier
Antônio Anibelli
Caito Quintana
Edson Strapasson
Orlando Pessuti
Irineu Colombo
Puglesi

Ângelo Vanhoni
Eli Ghellere
Hermes Fonseca
Luciana Rafagnin
Luiz Carlos Zuk
Pr. Edson Praczyk
Algací Túlio
Cézar Silvestri
Chico Noroeste

Marcos Isfer
Neivo Beraldin
Serafina Carrilho
Tiago Amorin
Tony Garcia
José Maria Ferreira
Augustinho Zucchi
Renato Gaúcho
Sérgio Spada

- AVISO CONVOCATÓRIO -

Conforme atesta a informação inclusa, continua em tramitação na douta Procuradoria-Geral da Justiça a representação protocolada sob nº 9489/2001 em que a Coordenação Jurídica do FORUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL (Segmento de Ações Penais/Administrativas), e vítimas da repressão no Centro Cívico em 20/8/01, OAB/PR , por suas Comissões de Prerrogativas Constitucionais e de Direitos Humanos, Deputados Federais, Estaduais e Vereadores, entidades estudantis e sindicais, e a Curia Metropolitana de Curitiba e o Movimento Nacional de Direitos Humanos, perquirem a responsabilização penal do Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel Comandante da PMPR, Coronel Chefe do Estado-Maior da PMPR e Coronel Hustino Henrique de Sampaio Filho, como responsáveis maiores e diretos pelos atos de ABUSO DE PODER e DE AUTORIDADE, e ofensas aos Direitos Humanos, com repercussão nacional e internacional, aos cidadãos e cidadãs participantes da concentração pró-EMENDA POPULAR que vedava a privatização da COPEL.

O próximo ato de legitima pressão e justa reinvidicação será realizado no próximo dia 19 de setembro, às 10:00 hs., no Gabinete da Presidencia do Egrégio Tribunal de Justiça, 1º andar do Palácio da Justiça, Centro Civico, Curitiba, PR, quando se espera a participação de todos os Srs. Deputados Estaduais das bancadas de Oposição e Independente.

RESISTIR É PRECISO. CWB, 12/09/01.

- A COORDENAÇÃO JURIDICA

45

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

Protocolo nº: 9489/2001-PGJ
Interessado: Elisio Eduardo Marques
Assunto: Encaminhamento de documentação

Ao Promotor de Justiça Doutor Moacir Gonçalves Nogueira Neto para análise.

Curitiba, 10 de setembro de 2001

José Carlos da Costa Coelho,
Subprocurador-Geral de Justiça

SUGESTÃO DE "RELEASE"

- FAÌSCA ATRAZADA -

O Forum Popular contra a Venda da COPEL, por seu segmento de Ações Penais e Administrativas que se reporta à Coordenação Jurídica, protocolou junto à Promotoria da Vara da Auditoria Militar estadual reclamação por PREVARICAÇÃO e CONDESCENDENCIA CRIMINOSA (artigos 319 e 322 do Código Penal Militar) contra o Comando Geral e a Chefia do Estado do Paraná pela demora em determinar a instauração de Inquérito Penal Militar para apuração dos abusos de autoridade e agressões contra manifestantes no Centro Civico, em 20 de agosto passado, quando a Assembléia Legislativa votava a Emenda Popular que vedava a privatização da COPEL.

Segundo a última informação obtida em 11 do corrente mes, no Protocolo Geral da PMPR, o pedido formulado pelo FORUM e pelas vítimas de lesões corporais encontra-se paralizado no Comando do Policiamento da Capital, decorridos já 20 dias do fato, e nem siquer o Relatório da Operação foi apresentado pelo seu Comandante, Coronel JUSTINO HENRIQUE DE SAMPAIO FILHO, que vem de assumir em Londrina o Comando do Policiamento do Interior.

-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-

CWB 12/9/02

Fórum — Coordenadores COMISSÕES e outras Entidades

Fórum Popular Contra a Venda da COPEL

PROJETO DE LEI DE INCIATIVA POPULAR

ABAIXO - ASSINADO

ENTIDADE	QUANTIDADE	DATA	ASSINATURA
Divulg. Mobil	1.020	26/04/001	
Técnica	20	"	
Comunicação	20		
Finanças	20		
Política	20		
Jurídica	20	26/4/0	(Elisão)
UPES	100	26/4/01	
STEEM	20	26/04/01	
PDS	20	26/04/01	
SINDENEL	320	26.04.01	
SMB. Curitiba	20	26-04-01	
Pinhais	20	26-04-01	
ASMIR/PR	20	26-04-01	
CREA-PR	20	26-04-01	
SINDELPAR	500 + 100	26-04-01	
APP	500	26/4	
PCD	60	26/04/01	
V.D. Eliseo/S.Ant.	Platina — 20	26/04/01	
Juventude Soc. PDT	100	26/04/01	
Diretório PDT	500		
SENGE	100	26/041	aldino
Sinditest UFPR	300	27/04	
Mineropar	35	27/04	
Lezir/N.Mundo	30	27/04	
Sindifisc	200	27/04	
marino	5.000	27/04	
Pe. Leocadio	300	27/04	Pe. Leocádio
SERGIO INACIO/SENGE	1.500	27/04	
~~PDT — Diretório~~	~~500~~	~~27/04~~	

10.9

Fl. 0

Fórum Popular Contra a Venda da COPEL

PROJETO DE LEI DE INCIATIVA POPULAR

ABAIXO - ASSINADO

ENTIDADE	QUANTIDADE	DATA	ASSINATURA
Nucleo Central PT PIRAQUARA	500	27/04/2001	
SS-PDT	400	27/04/01	
CUT/Florisvaldo	1.000	28/04/01	(Portaria
PDT/APUCARANA - SEBASTIÃO E MARTINS	200	27/04/01	
SINDENEL	1-860	02.05.01	
Cut/Florisvaldo	4.000	04/05/01	
PARTIDO COMUNISTA BR	C. Maré 50	7/05/01	
PARTIDO COMUNISTA BR	Apucarana 50	7/05/01	
PARTIDO COMUNISTA BR	Curitiba 100	7/05/01	
SINDELPAR	500	7/5/2001	
Jorge Bernardi	300	7/5	
CUT/Florisvaldo	2000	4/5	
CREA/Rio Negro	1000	4/5	
Direto PDT	250		
Heitor	100	8/5	
SENGE	500	8/5	
UPES	1.000	8/5	
Político	4.000	8/5	
PC do B (Milton)	500	8/5	
MST (345-4250)	1.000	8/5	
PMDB - Rose	1.000	9/5	
Dirt. PDT	800	9/5	
Sindenel	1.000	9/5	
~~SINDECON~~			
CUT/Floris	1.000	10/5	
Samuel/Unicamp	150	10/5	
Waldeli/Antonio Pinto	120	11/5	
AAPC	150	14/5	
Jefferson	1.000	17/5	

24.170

FL

Formulários : 43.575
(x6) Total assinaturas: 262.450

Fórum Popular Contra a Venda da COPEL

PROJETO DE LEI DE INCIATIVA POPULAR

ABAIXO - ASSINADO

ENTIDADE	QUANTIDADE	DATA	ASSINATURA
Igreja Católica	200	17/05	
MST	1.000	17/05	
Sindenel	1.000	17/05	
APP	400	18/05	
Gab. André Passos	500	18/05	
Dra. Helena	15	18/05	
SINDELPAR	1000	21/05	
A.A.P. COPEL	500	21/05	
SINDENEL	500	22/05	
Dir. PDT	500	24/05	
Marinho	1.000	25/05	

Subject: REUNIÃO DA COORDENAÇÃO DO FÓRUM
Date: Wed, 25 Apr 2001 15:02:16 -0300
From: calvesde@CREA-PR.ORG.BR
To: elianemarx@zipmail.com.br

Caros companheiros.
Será realizada a reunião da coordenação do Fórum Popular Contra a Venda da Copel amanhã, quinta (26) às 9h, no CREA-PR (R. Dr. Zamenhof, 35 - Alto da Glória - Curitiba).
A pauta será a seguinte:

1) Distribuição dos formulários para a coleta de assinaturas ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular;
2) Planejar às próximas atividades;
3) Caravana do dia 13 de junho - data de entrega das assinaturas na Assembléia Legislativa

Estamos encaminhando ainda, para todos, os mapas das cidades onde os deputados estaduais se comprometeram a coletar as assinaturas. É importantíssimo que todas as entidades atuem em parceria com os parlamentares, independente de partido ou disputas locais.

Um abraço fraterno,

Esmael Alves de Morais
Coordenador de Comunicação do
Fórum Popular Contra a Venda da Copel
(See attached file: COPEL-RELAÇÃO LEI.xls)

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

Multirão de coletas de assinaturas com as exigências constitucionais para Projeto de Lei de Iniciativa Popular que revoga a Lei 12.355 de 08/12/98

DEPUTADOS/ENTIDADES	MUNICIPIO	TOT.ELET.	ASSINAT.
ADEMIR BIER	MAL.CAND.RONDON	30.372	304
/ENTIDADES	STA.HELENA	14.890	149
	TERRA ROXA	10.290	103
	PALOTINA	18.909	189
	TOLEDO	66.943	669
	ASSIS CHATEAUBRIAND	20.953	210
SUBTOTAL			1.624
ALGACI TULIO	PARANAGUÁ	79.205	792
/ENTIDADES	PONTA DOPARANÁ	9.044	90
	CAMPO MAGRO	11.786	118
	PINHAIS	68.598	686
	ALMIRANTE TAMANDARÉ	49.526	495
	STO. ANTÔNIO DA PLATINA	29.828	299
	JUNDIAÍ DO SUL	2.397	24
	CURITIBA	1.110.189	4.000
	GUARATUBA	18.466	185
	MATINHOS	16.841	168
	RIO BRANCO DO SUL	15.814	158
	CAMPO LARGO	60.878	609
SUBTOTAL			7.624
ANGELO VANHONI	PARANAGUÁ	79.205	792
/ENTIDADES	CURITIBA	1.110.189	4.000
	MORRETES	11.687	117
	PINHAIS	68.598	686
	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	112.680	1.127
SUBTOTAL			6.722
ANTONIO ANNIBELLI	CLEVELÂNDIA	13.170	132
/ENTIDADES	AGUDOS DO SUL	4.612	46
	GOIOERÊ	17.532	175
	PALMAS	21.148	211
	UNIÃO DA VITÓRIA	35.245	352
	LAPA	29.976	300
	MANGUEIRINHA	12.608	126
	PARANAVAÍ	55.339	553
	RIO NEGRO	19.995	200
SUBTOTAL			2.096
AUGUSTINHO ZUCCHI	PATO BRANCO	42.514	425
/ENTIDADES	ITAPEJARA D'OESTE	5.838	59
	VERÊ	5.834	58
	CORONEL VIVIDA	17.424	174

	SÃO JOÃO	7.494	75
	CHOPINZINHO	14.714	147
SUBTOTAL			938

CAITO QUINTANA	BOM JESUS DO SUL	3.811	38
/ENTIDADES	BARRACÃO	6.968	70
	NOVA PRATA	7.007	70
	SALTO DO LONTRA	8.109	81
	CAPANEMA	13.996	140
	PLANALTO	8.529	85
	PÉROLA D'OESTE	4.407	44
	BELA VISTA DO CAROBA	3.833	38
	PRANCHITA	3.905	39
	STO. ANTONIO SUDOESTE	13.361	134
SUBTOTAL			739

CESAR SILVESTRI	CAMPINA DO SIMÃO	3.405	34
/ENTIDADES	GUARAPUAVA	98.920	989
	VIRMOND	3.074	31
	DIAMANTE DO SUL	2.398	24
	STA. MARIA D'OESTE	9.126	91
	BOA VENTURA S. ROQUE	4.950	50
SUBTOTAL			1.219

EDSON STRAPASSON	COLOMBO	94.326	943
/ENTIDADES	ALMIRANTE TAMANDARÉ	49.526	495
	BOCAIÚVA DO SUL	6.521	65
	ITAPERUÇÚ	13.658	137
	QUATRO BARRAS	12.140	121
	RIO BRANCO DO SUL	15.614	156
SUBTOTAL			1.918

ELI GHELLERE	SÃO MIGUEL DO IGUAÇÚ	18.134	181
/ENTIDADES	RAMILÂNDIA	2.075	21
	SERRANÓPOLIS	3.192	32
	MISSAL	6.664	67
	S. JOSÉ DAS PALMEIRAS	2.499	25
SUBTOTAL			326

HERMES DA FONSECA	CORNÉLIO PROCÓPIO	34.797	348
/ENTIDADES	SANTA MARIANA	8.443	84
	BANDEIRANTES	20.682	207
	PORECATU	13.472	135
	SANTO ANTONIO DO PARAÍSO	1.704	17
	LEÓPOLIS	3.656	37
	SERTANEJA	4.251	43
	WENCESLAU BRAZ	15.173	152
SUBTOTAL			1.022

IRINEU COLOMBO	MEDIANEIRA	27.050	271
/ENTIDADES	MISSAL	6.664	67
	MATELÂNDIA	10.732	107
	LINDOESTE	3.768	38
	CASCAVEL	159.321	1.593
	IBEMA	5.013	50
	UBIRATÃ	13.267	133
	NOVA AURORA	11.054	110
	CAMPINA DA LAGOA	9.895	99
	FLORESTA	3.597	36
	PARANACITY	6.972	70
	VERA CRUZ D'OESTE	5.757	58
	SÃO PEDRO DO IGUAÇU	4.858	49
	GUARANIAÇÚ	13.866	139
	CRUZEIRO D'OESTE	12.655	126
			2.946

JOSE MARIA FERREIRA	IBIPORÃ	30.432	304
/ENTIDADES	LONDRINA	299.309	2.993
	CAMBÉ	59.098	591
	ROLANDIA	34.998	350
	JATAIZINHO	8.374	83
	URAÍ	7.497	75
	SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA	5.287	53
	SANTA CECÍLIA DO PAVÃO	2.680	27
	CURIÚVA	9.029	90
	SAPOPEMA	6.001	60
	TAMARANA	6.020	60
	BELA VISTA DO PARAÍSO	11.316	113
	SERTANÓPOLIS	11.327	113
	PRIMEIRO DE MAIO	8.963	90
	COLORADO	16.671	167
	ASSAÍ	11.298	113
			5.282

LUCIANA RAFAGNIN	FRANCISCO BELTRÃO	49.056	491
/ENTIDADES	MARMELEIRO	10.026	100
	RENASCENÇA	5.868	59
	NOVA PRATA DO IGUAÇU	7.007	70
	AMPERE	11.657	117
SUBTOTAL			836

LUIZ CARLOS ZUK	PONTA GROSSA	182.439	1.824
/ENTIDADES	CASTRO	40.446	405
	ORTIGUEIRA	20.022	200
	JAGUARIAÍVA	19.850	199
	ARAPOTI	16.770	168
	WENCESLAU BRAZ	15.173	152
	TELEMACO BORBA	41.362	414
	VENTANIA	5.123	51
	RESERVA	17.583	176
			3.587

LUIZ FERNANDES (LITRO)	VERE	5.834	[illegible]
/ENTIDADES	DOIS VIZINHOS	22.314	[illegible]
	CRUZEIRO DO IGUACU	3.476	[illegible]
	ESPERANCA DO IGUACU	1.601	[illegible]
	NOVA PRATA DO IGUAÇU	7.007	[illegible]
	QUEDAS DO IGUAÇU	19.254	[illegible]
	SALTO DO LONTRA	8.109	[illegible]
	NOVA ESPERANCA DO SUD.	3.490	[illegible]
	SÃO JORGE D'OESTE	6.463	[illegible]
	ENÉAS MARQUES	4.112	[illegible]
	MARMELEIRO	10.036	[illegible]
SUBTOTAL			916

MARCOS ISFER	CURITIBA	1.110.189	[illegible]
/ENTIDADES	ANTONINA	13.007	[illegible]
	PALMEIRA	21.171	[illegible]
	PALMAS	21.148	[illegible]
	PARANAGUA	79.205	[illegible]
	MORRETES	11.687	[illegible]
	PONTAL DO PARANÁ	9.044	[illegible]
	IRATI	35.852	[illegible]
	COLOMBO	94.326	[illegible]
	FAZENDA R. GRANDE	30.074	[illegible]
	PINHAIS	68.598	[illegible]
SUBTOTAL			7.841

NEIVO BERALDIN	PIRAQUARA	36.718	[illegible]
/ENTIDADES	CAMPO MAGRO	11.786	[illegible]
	COLOMBO	94.326	[illegible]
	ALMIRANTE TAMANDARÁ	49.526	[illegible]
	ANTONINA	13.997	[illegible]
SUBTOTAL			2.064

NEREU MOURA	CATANDUVAS	7.970	[illegible]
/ENTIDADES	LARANJEIRAS DO SUL	21.012	[illegible]
	CAMPO BONITO	3.791	[illegible]
	TRES BARRAS PARANÁ	-	[illegible]
	RIO BONITO	6.730	[illegible]
	ESPIGÃO ALTO	4.742	[illegible]
	CAP. LEÔNIDAS MARQUES	10.773	[illegible]
SUBTOTAL			550

ORLANDO PESSUTI	IVAIPORÃ	26.827	[illegible]
/ENTIDADES	JARDIM ALEGRE	7.382	[illegible]
	PITANGA	25.463	[illegible]
	APUCARANA	74.812	[illegible]
	CANDIDO DE ABREU	13.713	[illegible]

	GRANDES RIOS	4.520	45
	GODOY MOREIRA	2.597	26
	NOVA TEBAS	8.828	88
	BORRAZÓPOLIS	6.143	61
	KALORÉ	3.406	34
	MARUMBI	3.064	31
	NOVO ITACOLOMI	2.016	20
	CAMBIRA	4.474	45
	DOUTOR CAMARGO	4.524	45
	CALIFÓRNIA	5.860	59
	RIO BOM	2.376	24
	MARILÂNDIA DO SUL	5.819	58
	MAUÁ DA SERRA	4.098	41
	LARANJAL	4.593	46
	TERRA BOA	9.283	93
	JANDAIA DO SUL	15.419	154
	PEABIRU	10.550	106
	ENGENHEIRO BELTRÃO	11.475	115
	IRETAMA	6.967	70
	ARIRANHA DO IVAÍ	2.875	29
	BOM SUCESSO	4.018	40
	FAXINAL	11.975	120
	MANOEL RIBAS	9.595	96
	SÃO PEDRO DO IVAÍ	5.801	58
	ARAPUÃ	4.046	40
	PALMITAL	12.216	122
	LIDIANÓPOLIS	3.058	31
	CRUZ MALTINA	3.605	36
	RIO BRANCO DO IVAÍ	2.081	21
	ROSÁRIO DO IVAÍ	4.272	43
	LUNARDELI	3.567	36
	S.JOÃO DO IVAÍ	9.563	96
SUBTOTAL			3.410

P. EDSON PRASZYK	CURITIBA	1.110.189	4.000
/ENTIDADES			
			4.000

RENATO GAUCHO	CURITIBA	1.110.189	3.000
/ENTIDADES	COLOMBO	94.826	948
	PINHAIS	68.598	686
	S. JOSÉ PINHAIS	112.680	1.127
	PIRAQUARA	36.718	367
	ARAUCÁRIA	60.622	606
SUBTOTAL			7.734

SERGIO SPADA	FOZ DO IGUAÇU	168.085	1.681
/ENTIDADES	S. TEREZINHA DO ITAIÚ	12.460	125
	SANTA HELENA	14.890	149

	MATELÂNDIA	10.732	107
	CÉU AZUL	6.823	68
SUBTOTAL			2.130

TONY GARCIA	CURITIBA	1.110.189	4.000
/ENTIDADES			
			4.000

VALDIR PUGLIESI	SABAUDIA	4.306	43
/ENTIDADES	ASTORGA	18.475	185
	ROLÂNDIA	34.998	350
	ARAPONGAS	61.522	615
	PITANGUEIROS	1.922	19
SUBTOTAL			1.212

TOTAL MUN.COBERTOS 64.567

OUTROS MUNICIPIOS

~~EDGAR BUENO~~ Eli Chelere	CASCAVEL	159.321	1.595
	UMUARAMA	68.686	687
	MARINGÁ	203.750	2.038
RUBENS BUENO	CAMPO MOURÃO	56.088	561
	CIANORTE	41.533	415
	SARANDI	40.116	401
	PRUDENTÓPOLIS	34.463	345
	S.ANTONIO PLATINA	29.828	298
FURIATI - PREFEITO	LAPA	29.976	300
	FAZ.RIO GRANDE	30.074	301
	S.MATEUS	25.236	252
	CAMPINA GRANDE SUL	25.722	257
	ASSIS CHATEAUBRIAND	25.973	260
	MARIALVA	20.743	207
	PAIÇANDU	20.746	207
	RIO NEGRO	19.995	200
	PALOTINA	18.909	189
	ASTORGA	18.475	185
	PINHÃO	18.399	184
	CAMBARA	17.349	173
	GOIOERE	17.532	175
	PIRAI DO SUL	16.182	162
	IBAITI	15.996	160
	RIO BRANCO DO SUL	15.818	158
	SANTA HELENA	14.890	149
SUBTOTAL OUTROS MUN.			9.858

TOTAL GERAL 74.425

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL
Rua Dr. Zamenhof, 35 – Alto da Glória
Telefone: (41) 350-6924 Fax: (41) 350-6935

Personalidades contra a venda da COPEL

Os cidadãos abaixo-assinados, maiores e capazes, manifestam-se em apoio ao Projeto de Lei para revogação de Lei 12.355, de 08/12/98, que autoriza o Executivo do Estado do Paraná a vender as ações da Copel, entregando o controle acionário à iniciativa privada. Apoiam, também, a proposta de consulta popular, através de plebiscito, para fins de verificar se o povo do Paraná aceita ou não a privatização.

NOME	ASSINATURA
Fabiana Flores	

ler

Mensagens
Escrever
Endereços
Pastas
Limpar lixeira
Buscar
Configurar
Ajuda
BOLetins
Cartões
Notícias
GenteMiner
Sair

Responder | Responder a todos | Apagar | Encaminhar

De: ealvesde@CREA-PR.ORG.BR Bloquear endereço
Para: Todos@CREA-PR.ORG.BR
Cco: sindenel@bol.com.br
Data: 26/04/2001 16:12
Assunto: BOLETIM DO FÓRUM POPULAR

Saiba como funciona a coleta de assinaturas para o Projeto de Iniciativa Popular
tudo que você precisa saber mas ainda não teve oportunidade de perguntar

Pergunta: Posso receber o formulário pela internet e reproduzir, a exemplo do outro abaixo-assinado?

Resposta: Não. O formulário para a coleta de assinaturas necessárias ao projeto de Iniciativa Popular é padrão. Ele está sendo confeccionado pela Assembléia Legislativa.

Pergunta: Como, então, receberemos o formulário-padrão?

Resposta: Pelo correio, a priori. Mas as entidades com base estadual (ex.: bancários, professores, etc) devem procurar as suas direções em Curitiba. Também podem solicitar o formulário aos parlamentares da região.

Pergunta: Podemos coletar assinaturas de várias cidades em um mesmo formulário-padrão?

Resposta: Não. Cada cidade deve ter formulário específico, constando todas as informações pedidas. Caso contrário, o esforço será em vão.

Pergunta: Se para apresentar um projeto de Iniciativa Popular precisamos apenas de 1% do eleitorado paranaense, ou seja, 63 mil assinaturas, então, por que não coletamos apoios só em algumas cidades?

Resposta: A Constituição Estadual (artigo 67) é clara. O percentual de 1% tem que ser coletado em pelo menos 50 municípios (com exigência legal de 1%, pelo menos, do eleitorado). Por exemplo: Em Curitiba o eleitorado é de 1,1 milhão. Logo teremos que recolher 11 mil assinaturas. Nada impede que coletemos 50 mil, mas para efeito legal serão computadas apenas as 11 mil. Ou seja: politicamente é importante coletarmos mais e mais apoios.

Pergunta: Até quando poderemos recolher assinaturas e quem centralizará os formulários?

Resposta: O prazo final é 6 de junho. A coordenação do Fórum Popular está centralizando os formulários na sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA-PR). No dia 13 de junho, portanto, serão entregues as assinaturas à Assembléia Legislativa. Também neste dia será realizada a marcha dos 50 mil em Curitiba.

Pergunta: As assinaturas do antigo abaixo-assinado valem para o Projeto de Iniciativa Popular?

Resposta: Não. Aquelas assinaturas diziam respeito somente à revogação da lei que autoriza o governo a vender a Copel. Já o formulário pede outra coisa, uma lei de Iniciativa Popular. Mas, porém, o recolhimento de assinaturas não é contraditório. Todas elas (as assinaturas) serão encaminhadas à Assembléia Legislativa.

Pergunta: Como posso tirar minhas dúvidas?

Resposta: Entrando em contato com o Fórum pelo correio eletrônico, telefone, etc.

Esmael Alves de Morais
Coordenador de Comunicação
Fórum Popular Contra a Venda da Copel

Responder | Responder a todos | Apagar | Encaminhar

Fechar Msg anterior Próxima msg Exportar Mover para Entrada

Condições de uso do BOL | Sobre o BOL | Política de privacidade | Anuncie
Registre-se no BOL | Trabalhe no BOL | Fale conosco | Perguntas mais frequentes

Lembre-se: sua senha de acesso no BOL é secreta; não a informe a ninguém.
O BOL jamais solicitará sua senha por e-mail ou por telefone.

Copyright 1999 - 2001 – Brasil Online – Todos os direitos reservados

ler

Responder | Responder a todos | Apagar | Encaminhar

De: ealvesde@CREA-PR.ORG.BR Bloquear endereço
Para: Todos@CREA-PR.ORG.BR
Cco: sindenel@bol.com.br
Data: 26/04/2001 16:12
Assunto: BOLETIM DO FÓRUM POPULAR

Saiba como funciona a coleta de assinaturas para o Projeto de Iniciativa Popular
tudo que você precisa saber mas ainda não teve oportunidade de perguntar

Pergunta: Posso receber o formulário pela internet e reproduzir, a exemplo do outro abaixo-assinado?

Resposta: Não. O formulário para a coleta de assinaturas necessárias ao projeto de Iniciativa Popular é padrão. Ele está sendo confeccionado pela Assembléia Legislativa.

Pergunta: Como, então, recebereimos o formulário-padrão?

Resposta: Pelo correio, a priori. Mas as entidades com base estadual (ex.: bancários, professores, etc) devem procurar as suas direções em Curitiba. Também podem solicitar o formulário aos parlamentares da região.

Pergunta: Podemos coletar assinaturas de várias cidades em um mesmo formulário-padrão?

Resposta: Não. Cada cidade deve ter formulário específico, constando todas as informações pedidas. Caso contrário, o esforço será em vão.

Pergunta: Se para apresentar um projeto de Iniciativa Popular precisamos apenas de 1% do eleitorado paranaense, ou seja, 63 mil assinaturas, então, por que não coletamos apoios só em algumas cidades?

Resposta: A Constituição Estadual (artigo 67) é clara. O percentual de 1% tem que ser coletado em pelo menos 50 municípios (com exigência legal de 1%, pelo menos, do eleitorado). Por exemplo: Em Curitiba o eleitorado é de 1,1 milhão. Logo teremos que recolher 11 mil assinaturas. Nada impede que coletemos 50 mil, mas para efeito legal serão computadas apenas as 11 mil. Ou seja: politicamente é importante coletarmos mais e mais apoios.

Pergunta: Até quando poderemos recolher assinaturas e quem centralizará os formulários?

Resposta: O prazo final é 6 de junho. A coordenação do Fórum Popular está centralizando os formulários na sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná (CREA-PR). No dia 13 de junho, portanto, serão entregues as assinaturas à Assembléia Legislativa. Também neste dia será realizada a marcha dos 50 mil em Curitiba.

Pergunta: As assinaturas do antigo abaixo-assinado valem para o Projeto de Iniciativa Popular?

Resposta: Não. Aquelas assinaturas diziam respeito somente à revogação da lei que autoriza o governo a vender a Copel. Já o formulário pede outra coisa, uma lei de Iniciativa Popular. Mas, porém, o recolhimento de assinaturas não é contraditório. Todas elas (as assinaturas) serão encaminhadas à Assembléia Legislativa.

Pergunta: Como posso tirar minhas dúvidas?

Resposta: Entrando em contato com o Fórum pelo correio eletrônico, telefone, etc.

Esmael Alves de Morais
Coordenador de Comunicação
Fórum Popular Contra a Venda da Copel

Responder | Responder a todos | Apagar | Encaminhar

Fechar Msg anterior Próxima msg Exportar Mover para Entrada

Condições de uso do BOL | Sobre o BOL | Política de privacidade | Anuncie
Registre-se no BOL | Trabalhe no BOL | Fale conosco | Perguntas mais frequentes

Lembre-se: sua senha de acesso no BOL é secreta; não a informe a ninguém.
O BOL jamais solicitará sua senha por e-mail ou por telefone.

Copyright 1999 - 2001 – Brasil Online – Todos os direitos reservados

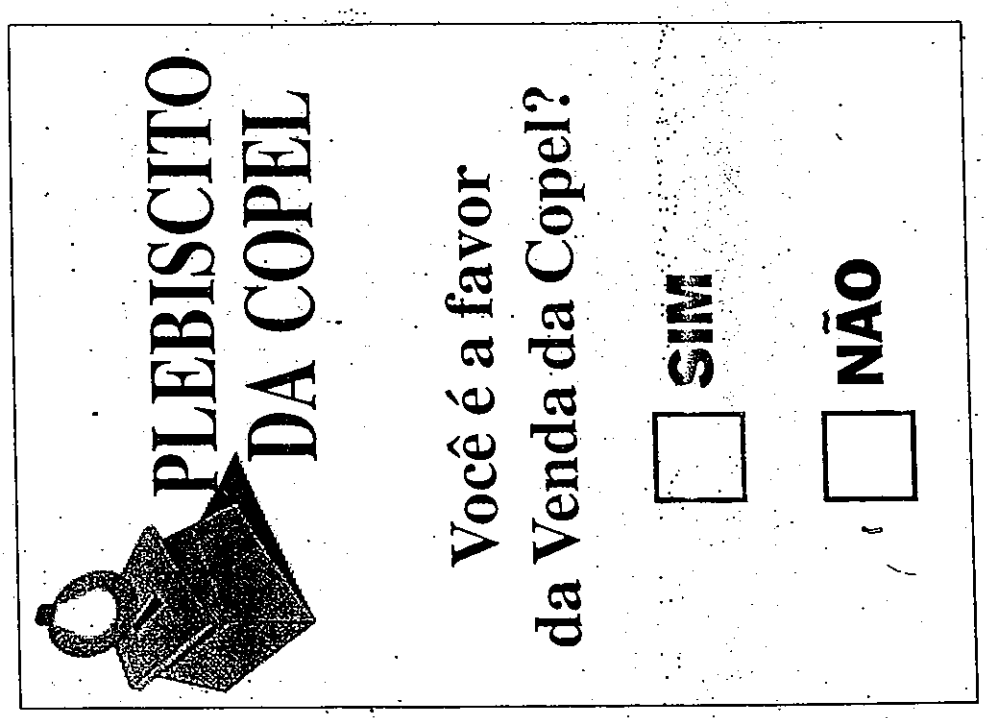
RELEASING PARA A IMPRENSA, PARLAMENTARES A NÍVEL DE CÂMARA, ASSEMBLÉIA E CONGRESSO E INTEGRANTES DO FÓRUM CONTRA A VENDA DA COPEL.

DENÚNCIA: DESESPERO CONTRA A MOBILIZAÇÃO POPULAR

Na condição de Diretor do SINDENEL, Sindicato dos Eletricitários de Curitiba, que representa os empregados da Copel, Eletrosul e Itaipu e Entidade integrante da Coordenação do Fórum Contra a Venda da Copel, no dia 17/05/01, pela manhã fomos impedidos de permanecer no saguão da sede da Copel sita à Rua Coronel Dulcídio, 800, por ocasião da entrega de panfletos alusivos a não privatização da Copel e Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Numa clara demonstração de desrespeito a um elementar princípio democrático, que é o respeito a cidadania, bem como, cerceamento ao desempenho do exercício da atividade sindical, nos solicitaram que nos retirássemos daquele local. É o desespero se manifestando: de um lado o líder do Governo Durval Amaral busca impedir que seja reapresentada a revogação da Lei 12.355/98 que autoriza a venda da Copel e outro lado a Direção da Copel numa atitude ditatorial, contrariando a política de liberdade vigente em outras áreas da Empresa impede que se divulgue o abaixo assinado, bem como, a posterior coleta dos formulários.

STANISLAW GRAMOWSKI

Pedimos aos demais integrantes do Fórum Contra a Venda da Copel, a divulgação do fato externando o repúdio à Direção da Copel pela atitude ditatorial. dando ciência do fato à Imprensa.



DIA MUNICIPAL DA DEFESA DA CIDADANIA

DEBATE SOBRE A COPEL: O QUE VEIO DEPOIS DA NOSSA LUTA?

Venha participar do evento que fará um resgate histórico e comemorativo da grande mobilização social contra a privatização da Copel.

Exposição de fotos • Mesa de debate sobre os benefícios da não-privatização

André Passos
Vereador Democrático e Participativo

Local: Câmara Municipal de Curitiba (Auditório) - Rua Visconde de Guarapuava, esquina com Lourenço Pinto - 4º andar Horário: 19 horas
Organização: Mandato Democrático e Participativo Ver. André Passos e Fórum Contra a Privatização da Copel tel: (41) 3350-4525 Site: www.andrepassos.com.br

---

10.000 VELAS NA RUA.

Como parte da Campanha em Defesa da Nossa Copel, o Senge-PR está distribuindo 10.000 velas como esta. É uma maneira de sensibilizar as pessoas para que conheçam a gravidade da iniciativa perversa do governo do Estado, que vem leiloando o patrimônio público sem o menor respeito ao povo que o construiu.

A sua ✂ do futuro.

Na próxima vez que faltar luz, lembre-se: o escuro faz parte da estratégia do governo de piorar os serviços de fornecimento de energia. Assim, ele pensa encontrar justificativa para transferir a empresas privadas esta colossal fonte de lucro que representa, num governo sério, geração de empregos e obras estratégicas de alcance social para todos os paranaenses.

A COPEL É NOSSA. REAJA.

Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná • senge-pr@senge-pr.org.br

ANO V – Nº 43
MAIO/2001

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS ELETRICITÁRIOS DE CURITIBA - SINDENEL

COPEL Venda/Privatização

COMO IMPEDIR?

PODEMOS E DEVEMOS PARTICIPAR

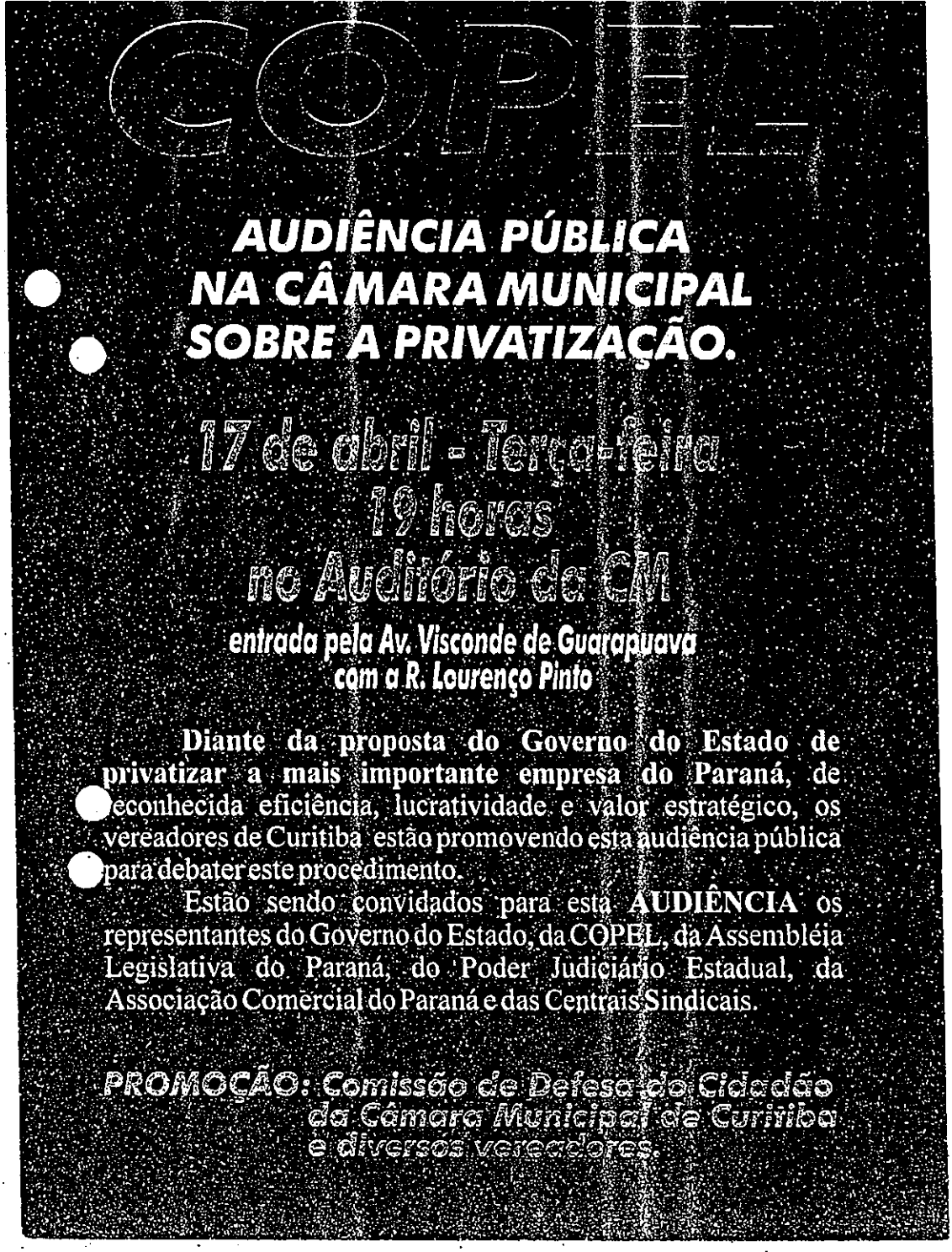
A Copel tem sido manchete e matéria na imprensa diariamente, sobre tudo nesse ano. Se fossemos reproduzir tudo o que foi publicado e/ou dito, precisaríamos do equivalente a uma lista telefônica. Todavia, dois fatos recentes contradizem todas as afirmações feitas, seja pelo Governo do Estado ou seja pela Direção da Copel e/ou Secretário da Fazenda. O primeiro foi o desmentido do Presidente FHC, quando deixou "claro" que a Copel só será vendida, se o Governo Estadual quiser e não havendo esta exigência do Governo Federal, conforme matérias publicadas nos jornais O Estado do Paraná e Folha de Londrina de 12/04/01.

Já o segundo fato, amplamente divulgado na imprensa, mostra que a Justiça acatou a argumentação do Deputado José Maria Ferreira (PSDB), em ação popular, de que o Governo utilizou de propaganda falsa, na publicidade alusiva a defesa da venda da Copel, tendo o Juiz de Direito Luiz Osório Moraes Panza, mandado suspender imediatamente a propaganda apresentada pelo Governo Estadual, bem como, a suspensão dos pagamentos dos contratos de propaganda sobre esta divulgação e no caso de descumprimento da presente medida, fixou a multa diária de R$10.000,00 (dez mil reais). Para contestar foi concedido o prazo de 20 (vinte) dias. Tanto quanto o Povo, a Justiça percebeu claramente a propaganda enganosa!!!

Mas, para barrar esse processo o que os(as) copelianos(as), seus familiares, amigos e vizinhos podem fazer?

Participar do abaixo assinado do Projeto de Lei de Iniciativa Popular (vide modelo no verso). De acordo com a Constituição Estadual (artigo 67) será necessário coletar assinaturas equivalentes a 1% do eleitorado estadual, ou seja, 63.000(sessenta e três mil) assinaturas em pelo menos cinqüenta municípios paranaenses separadamente.

Alertamos que na seqüência estaremos distribuindo o formulário propriamente dito para cada um coletar as seis assinaturas necessárias e que posteriormente faremos o recolhimento. O Fórum Popular Contra a Venda da Copel pretende recolher até o dia 06 de Junho de 2001 os formulários e entregá-los oficialmente à Assembléia Legislativa no dia 13 de Junho de 2001 data em que será realizada a marcha dos 50.000. **A efetiva participação de todos(as) copelianos(as) e familiares tanto no abaixo assinado como na marcha programada, não é obrigação mas sim dever como usuários(as) e acima de tudo como cidadãos(ãs) responsáveis, não somente pelo futuro do Paraná mas pelo futuro das nossas gerações.** Nesta luta em defesa da Copel estão reunidas mais de 120 Entidades da Sociedade Civil Organizada. O MST no dia 1º de Maio de 2001, incluiu na sua manifestação a não privatização da Copel em solidariedade ao Fórum Popular Contra a Venda da Copel. **A COPEL É NOSSA E DO POVO DO PARANÁ !**


COPEL
AUDIÊNCIA PÚBLICA
NA CÂMARA MUNICIPAL
SOBRE A PRIVATIZAÇÃO.
17 de abril - Terça-feira
19 horas
no Auditório da CM
entrada pela Av. Visconde de Guarapuava
com a R. Lourenço Pinto
Diante da proposta do Governo do Estado de privatizar a mais importante empresa do Paraná, de reconhecida eficiência, lucratividade e valor estratégico, os vereadores de Curitiba estão promovendo esta audiência pública para debater este procedimento.
Estão sendo convidados para esta AUDIÊNCIA os representantes do Governo do Estado, da COPEL, da Assembléia Legislativa do Paraná, do Poder Judiciário Estadual, da Associação Comercial do Paraná e das Centrais Sindicais.
PROMOÇÃO: Comissão de Defesa do Cidadão
da Câmara Municipal de Curitiba
e diversos vereadores.

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

"MARCHA DO PARANÁ CONTRA A VENDA DA COPEL"
Data: 13 de junho (Quarta-feira)

1) ROTEIRO

CONCENTRAÇÃO	Pça. Santos Andrade (12 horas)
PASSEATA	Mal. Deodoro
	Mal. Floriano
	Pça. Tiradentes
	Av. Cândido de Abreu
CONCENTRAÇÃO	Assembléia Legislativa / Pal. Iguaçu

2) PROVIDÊNCIAS

LOGÍSTICA E INFRA-ESTRUTURA	Convocação
	Panfletos
	Cartazes
	Adesivos
	BPTRAN - segurança
	Palco
	Artistas paranaenses

3) AÇÃO INTEGRADA DE MOBILIZAÇÃO E MARKETING

- PRINCIPAIS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

"NO DIA 13 DE JUNHO O PARANÁ VAI PARAR CONTRA A VENDA DA COPEL"

AÇÕES PROPOSTAS	Passeatas
	Paralizações
	Cultos Ecumênicos
	Manifestações pela Imprensa

4) PLENÁRIA

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

Data:	21 de maio (Segunda-feira)
Horário:	16:30h
Local:	Plenarinho da Assembléia Legislativa do Paraná

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL

PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR

OBJETIVO: 100 mil eleitores como autores do PROJETO DE LEI

METAS:

1. Definição do número mínimo de município/eleitores subscritores do Projeto e a responsabilidade de cada Deputado Estadual, Federal, Senador, Prefeito, Vereador, Partido e Entidades

2. Idem, quanto a cota de participantes sob responsabilidade de cada Deputado Estadual, Federal, Prefeito, Vereador, Partido e Entidades para a MARCHA DO PARANÁ dia 13 de junho
   - ✓ Reunião com Deputados e Coordenadores dia 7/05-17h- Assembléia Legislativa - para Mapeamento da Operação 13/06

AVALIAÇÃO

1. Dia 21 de maio (às 17h - Plenarinho da Ass.Legislativa) balanço de quantas subscrições, cotas-participação e avaliação de todo o trabalho

RECOLHIMENTO DE TODAS AS LISTAS

Todas as listas de subscritores do Projeto de Lei deverão ser recolhidas e entregues ao QG Central até dia 6 de junho Final/Prazo

PROVIDÊNCIAS:

- ✓ FORÇA-TAREFA para o MUTIRÃO PROJETO DE LEI DE INICIATIVA POPULAR
  - o Circular única para todas os contatos quanto ao processo e conteúdo da coleta
- ✓ Equipe executiva
- ✓ Mapeamento das tarefas e responsáveis
- ✓ FORÇA-TAREFA para Divulgação, Motivação e Mobilização para Dia 13/06
  - o O que fazer - até e no dia -
  - o Quem faz o quê

nmf

43-423-5800

Ao Exmo Sr.
Deputado Aécio Neves
DD. Presidente da Câmara dos Deputados
Brasília – DF

Senhor Presidente,

Na manhã de hoje, a Assembléia Legislativa do Paraná, foi brutalmente invadida por centenas de policiais militares, fortemente armados, sob o pretexto de desalojar estudantes que ocupavam o plenário da Casa.

Armados com metralhadoras, escopetas e fuzis, acompanhados de cães treinados, os policiais tomaram conta da Assembléia, impedindo até mesmo que deputados da oposição pudessem entrar no prédio. Vários deputados foram agredidos por policiais militares.

A invasão se deu no exato momento em que estamos discutindo um Projeto de Iniciativa Popular que proíbe o Governo do Estado privatizar a Copel – Companhia Paranaense de Energia. O Governo fez uso da mais brutal força que já vimos atuar contra o Legislativo Paranaense em toda a nossa história, com receio de ser derrotado.

Senhor Presidente. Nem mesmo, sob o regime militar o Poder Legislativo sofreu agressão tão violenta, com o cerceamento á liberdade de seus deputados e a invasão da Casa do Povo.

Arreganhos como esse são um sinal preocupante. E todos nós, os democratas, devemos repudiá-los. O silêncio, a conivência, podem nos custar muito caro. Já vimos isso acontecer no passado. De Vossa Excelência, um democrata, forjado na resistência ao arbítrio, esperamos uma palavra de protesto e solidariedade.

Um forte abraço,

Assinam Deputados Estaduais do Bloco de Resistência Contra a Venda da Copel

Waldyr Pugliesi
Nereu Moura
Ademir Bier
Antônio Anibelli
Caíto Quintana
Edson Strapasson
Orlando Pessuti
Irineu Colombo
Ângelo Vanhoni
Eli Ghellere
Hermes Fonseca
Luciana Rafagnin
Luiz Carlos Zuk
Pr. Edson Praczyk
Algací Túlio
Cézar Silvestri
Chico Noroeste
Marcos Isfer
Neivo Beraldin
Serafina Carrilho
Tiago Amorin
Tony Garcia
José Maria Ferreira
Augustinho Zucchi
Renato Gaúcho
Sérgio Spada

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL
Rua Dr. Zamenhof, 35 - Alto da Glória - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 350-6924 Fax: (41) 350-6935

Curitiba, 12 de novembro de 2001

Senhores Vereadores:

Na próxima **4ª. feira, dia 14, às 17 horas**, no CREA/PR, realizaremos a PLENÁRIA GERAL do Fórum.

O objetivo é fazer um balanço geral e administrativo financeiro do nosso movimento.

Também relataremos sobre as estratégias em andamento e as novas.

Sua presença é fundamental!

Atenciosamente,

Nelton M. Friedrich
Coordenador Executivo

FÓRUM POPULAR CONTRA A VENDA DA COPEL
Rua Dr. Zamenhof, 35 - Alto da Glória - Curitiba - Paraná
Telefone: (41) 350-6924 Fax: (41) 350-6935

Curitiba, 20 de novembro de 2001

Prezados Senhores:

Realizaremos no próximo **dia 22, 5ª feira, às 19 horas** , a PLENÁRIA GERAL do *Fórum Contra a Venda da Copel*, tendo como local o plenarinho do CREA / PR (endereço acima).

A Copel não foi vendida. Entretanto, o Governo está procurando novas alternativas para alcançar seus objetivos. Daí a importância de nossa reunião, que tem como finalidade fazer um balanço geral do nosso movimento, bem como relatar sobre as estratégias em andamento. O *Fórum* está alerta.

Contamos com sua presença. Ela é fundamental.

Atenciosamente,

Nelton M. Friedrich
Coordenador Executivo

- Fax / Carvalho - Chumenco / S. Jorge PDT

O autor ingressou com a presente ação popular em face dos réus apontados, alegando que o ato praticado pelo Governo Estadual de divulgar, através da imprensa, que a COPEL será privatizada por imposição do Governo Federal não é correto, já que a legislação federal não prevê esta conduta, e que tal ato ocorrerá por discrionariedade da Administração Pública estadual, ferindo-se, pois, o princípio da moralidade ao emitir propaganda falsa. Pediu a concessão de liminar, para o fim de suspender as propagandas, permitir o direito de resposta e suspender os contratos de publicidade.

Neste momento, analiso apenas os requisitos básicos para a concessão de liminar, muito embora o art. 5°, § 4°, da Lei n.° 4.717/65, não aponte os seus requisitos processuais, valendo-se, assim, da utilização das mesmas regras do mandado de segurança, conforme doutrina[1].

A pretensão do autor reveste-se na possibilidade de se evitar a continuidade de um ato tido como irregular, pois emite informação falsa, na medida em que a privatização da COPEL está ocorrendo por vontade do Governo Estadual, não tendo que se falar em participação direta e impositiva do Governo federal.

Assim, a relevância mostra-se plausível diante dos argumentos trazidos aos autos, dando conta da efetiva privatização com base na Lei Estadual n.° 12.355/98, mas sem ingerência, *prima facie*, da Lei Federal n.° 9.074/95, que estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços, além de outras providências, onde, no seu art. 27, § 3°, fala apenas da utilização desta última norma pelos Estados e Municípios, mas por iniciativa própria e por discricionariedade, permitindo-se, pois, que a discussão venha para o plano do Poder Judiciário.

Portanto, pelo direito perseguido, observa-se o *fumus boni juris* pela relevância do direito invocado, merecedor de discussão na esfera judicial, entendendo-se por este, nas palavras da Prof[a]. Betina Rizatto Lara:

> "Relevante, por sua vez, é tudo aquilo que tem importância, que se destaca. No caso do mandado de segurança, é relevante o fundamento que indica a existência de uma razoavel procedência da ação, ou,

---

[1] MEIRELLES, Hely Lopes. Mandado de Segurança e outras ações, 14ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 1990, p. 101.

226-1893
9961-5180 Regina
9971-1953 AOC

nos termos de Clóvias Beznos, de uma *viabilidade aparente* de que os fatos descritos levam à conclusão pedida".[2]

Já o *periculum in mora*, não obstante alguns autores do Direito entenderem que se faz necessário que, caso não seja concedida a liminar, haverá a ineficácia ao final, considero que o simples fato de se mostrar um prejuízo, quer presente, quer futuro, mesmo que posteriormente reparável, pois todo ato praticado é passivel de responsabilidade e reparação, isso já dá motivo para a sua concessão, pois ao Direito cabe, de qualquer forma, evitar, na medida da certeza jurídica, o dano a ser afastado, pois Justiça tardia não é Justiça e sim um mero bálsamo para os alentos que poderiam ser evitados.

Ademais, a informação da forma como está sendo mostrada acaba por inverter o que se espera daquelas normas anteriores apontadas, já que não há esta certeza de imposição federal da privatização, o que cria prejuízo fático diário com a sua propagação.

Neste raciocínio, mostrando-se a medida perseguidora dos direitos de terceiros difusos, cuja finalidade de cessação se busca com o presente remédio constitucional, já há um perigo na demora, que avança a cada dia que passa.

O Prof. Marcelo Lima Guerra, em obra específica sobre o assunto, bem assim escreveu sobre este segundo requisito, no que diz respeito às suas especificidades:

> "A primeira delas consiste em que o *periculum in mora* não representa um risco a *direito subjetivos*, Diretamente, mas sim à *possibilidade de prestação efetiva de tutela jurisdicional* relativa aos direitos subjetivos. Em outras palavras, não é suficiente a simples ameaça de lesão a um determinado direito subjetivo, para que tal ameaça se configure como *periculum in mora*. Para tal caraterização é indispensável que o que esteja em risco seja a prestação efetiva da tutela jurisdicional relativa a um (eventualmente existente) direito subjetivo. A segunda especificidade, por sua vez, consiste em que o *periculum in mora* nasce da própria duração do processo e está, portanto, sempre associado com a *incapacidade* ou *inaptidão* da providência jurisdiconal, cuja eficácia esteja em risco, se emitida antes de um determinado momento".[3]

---

[2] *Liminares no Processo Civil*, 2ª ed. Atual., Editora RT, São Paulo, 1994, p. 129.

[3] *Estudos Sobre o Processo Cautelar*, 1995, Malheiros Editores, São Paulo, pp. 16/17

2ª V. F. PÚBLICA
10

A concessão de medida liminar visa tão somente uma garantia na relação jurídico-processual, cujas palavras do Prof. Hely Lopes Meirelles dão o contorno:

> "A medida cautelar não é concedida como antecipação do efeitos da sentença final; é procedimento acautelatório de possível direito do impetrante, justificada pela iminência de dano irreversível de ordem patrimonial, funcional ou moral, se mantido o ato coator até a apreciação definitiva da causa. Por isso mesmo, não importa em prejulgamento; não afirma direitos; nem neça poderes à Administração. Preserva apenas o impetrante de lesão irreparável, sustentando provisoriamente os efeitos do ato impugnado".[4]

E estes requisitos demonstram sobre a possibilidade de concessão da liminar, ficando ao livre arbítrio do julgador, conforme decisão dos nossos tribunais superiores:

> "PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO POPULAR. ANULAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO. ILEGALIDADE. DENEGAÇÃO DA LIMINAR. NÃO EXISTÊNCIA DO "PERICULUM IN MORA".
>
> 1. A concessão de liminar em Ação Popular busca assegurar o resultado prático do processo, cabendo ao magistrado examinar a plausibilidade do direito, a iminência do ato e a impossibilidade material da reposição do patrimônio público.
>
> 2. Não há omissão, sanável pela via declaratória, no acórdão que confirma a decisão denegatória de liminar sem o exame de fundamento que diz respeito ao próprio mérito da demanda popular.
>
> 3. Recurso não conhecido."[5]

Como a intenção é afastar qualquer item que fale a respeito da deturpação da moralidade da Administração Pública, isto como princípio basilar (CF, art. 37, *caput*), e em sede cognição sumária, o remédio mostra-se patente para o direito invocado, mas não na sua extensão completa pedida liminarmente, pois a ação popular tem o objetivo de invalidar os atos ilegais e lesivos ao patrimônio público, dentre outros, e não de impor nova situação ao Poder Público, como a obrigatoriedade de dar nova notícia, pois isto oneraria ainda mais os cofres públicos com mais divulgação e propaganda.

---

[4] *Mandado de Segurança, Ação Popular e Ação Civil Pública*, 11ª ed., p. 47.

[5] STJ, 5ª Turma, REsp. 174.369-MG, rel. Min. Edson Vidigal, j. 25/03/99. (Grifei).

2ª V. F. PÚBLICA
99

Cabe, portanto, apenas a suspensão do ato para evitar maiores prejuízos, permitindo-se ao autor, se for do seu interesse, a divulgação a terceiros do contido nesta demanda, pois trata-se de uma ação aberta e pública, não havendo qualquer restrição de ordem processual, podendo informar sobre a suspensão, bem como os fundamentos da decisão, inclusive para a imprensa.

Pelo exposto, defiro parcialmente a liminar pretendida, para o fim de suspender imediatamente a propaganda apresentada pelo Governo Estadual e que diga respeito à obrigatoriedade da privatização da COPEL pelo Governo Federal, bem como a suspensão dos pagamentos dos contratos de propagando sobre esta divulgação, atendendo-se, pois, aos itens "a" e "c", da petição de fl. 14, não se concedendo para o item "b", tudo nos termos do art. 5º, § 4º, da Lei n.º 4.717/65.

Para o caso de descumprimento da presente medida, após a sua ciência, além da possibilidade de enquadramento na hipótese, em tese, de crime de desobediência, fixo a multa diária em R$ 10.000,00, conforme art.461, § 4º, CPC, utilizado analogicamente para o caso.

Citem-se os réus para a contestação do pedido, no prazo de 20 dias, com as advertências legais.

Intime-se o Ministério Público.

Int.

Curitiba, 25 de abril de 2001.

Luiz Osório Moraes Panza
Juiz de Direito

RECEBIMENTO

EM 25/04/01, EM MEU CARTÓRIO, RECEBI ESTES AUTOS, DO QUE LAVRO ESTE TERMO.

Escrivã

3 2 6 7 7 3 2 4.

Prezado Companheiro de Luta Popular, Democrática e Paranista.

Foi criado o Fórum Popular Contra a Venda da Copel — movimento cívico, paranista, patriótico, pluralista, suprapartidário, multidisciplinar e democrático — que objetiva articular e dar mais uniformidade nas ações de conclamação e mobilização da sociedade paranaense contra a entrega da maior e mais rentável empresa pública do Estado.

É inadmissível que o Governo do Paraná, sem ter procuração do povo paranaense, venda a melhor empresa (pertencente a um Estado-membro) do setor elétrico brasileiro. A COPEL é uma das maiores geradoras, transmissoras e distribuidoras energia do Brasil e tem características de grande empreendedora. A COPEL participa em mais de 18 empresas (gás, telecomunicação-fibra ótica, compra e venda de energia, energia eólica, fibra ótica, telefonia fixa e celular, pesquisa) podendo gerar outras subsidiárias de interesse do Paraná; no ano 2.000 registrou um impressionante lucro líquido de R$ 430 milhões; atende e muito bem 2 milhões e 900 mil consumidores; tem 18 usinas feitas com esforço de todos nós e possibilitando o Paraná ser auto-suficiente em energia (temos para nos abastecer e ainda vendemos – 1/5 do que produzimos- para abastecer outros estados); construiu uma tecnologia, um saber no setor, possibilitando vender serviços/conhecimento para a Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, África do Sul, Malásia e China; além de outras qualidades da empresa. Vale lembrar que ENERGIA É PODER, é o sangue que move a economia, e quem tem geração de energia possui a " galinha dos ovos de ouro", até porque grandes investimentos já foram feitos e a energia é quase toda hidráulica, renovável e ambientalmente mais correta.

Solicitamos sua (e da entidade, partido ou organização que participa) ampla participação na organização do FÓRUM no município e uma boa articulação para agregar forças, lideranças, personalidades, entidades, e com quantos mais pudermos somar forças.

O Fórum Popular Contra a Venda da Copel está, de imediato, propondo:

a)- GRANDE MUTIRÃO DE COLETA DE ASSINATURAS CONTRA A VENDA DA COPEL com lançamento nos próximos dias 23 e 24 de março (e seguindo o trabalho até atingir UM MILHÃO DE ASSINATURAS) em cada cidade do Paraná;

b)- ampla mobilização para aprovação do projeto de lei nº 13/2001, que tramita na Assembléia Legislativa, que até agora já conta com o apoio de 26 deputados estaduais e se aprovado REVOGA A LEI QUE AUTORIZOU A VENDA (lei 12.355, de 8 de dezembro de 1998);

c)- realização de atos públicos, caminhadas em defesa da Copel, reuniões, palestras, reprodução de material da nossa luta, e toda atividade motivadora/mobilizadora.

O FÓRUM POPULAR CONTRA AVENDA DA COPEL está funcionando – por gentil cessão- na sede do CREA-PR (tel 41-3506924 e 350-6700 e fax 41-350-693, com Esmael e Cassilda) e em anexo os coordenadores das Comissões do Fórum.

Contamos com sua total dedicação. Pelo Paraná, pelo nosso futuro, pela causa de todos nós.

Saudações paranistas

Coordenação Executiva
Nelton Miguel Friedrich

NOTA DOS BISPOS DO PARANÁ A RESPEITO DA COPEL

Nós, Bispos Católicos do Estado do Paraná - CNBB – Regional Sul II, participando, em Itaici – SP, da 39ª Assembléia Geral dos Bispos do Brasil, reunimo-nos, à parte, para tratar de assuntos que dizem respeito às nossas dioceses. Além de temas estritamente religiosos e pastorais, outros foram objeto de nossas considerações, pois "as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos os que sofrem, são também as alegrias e as esperanças; as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo" (Concílio Vaticano II, GS, 1).

Uma das preocupações que, no momento, mais aflige a sociedade paranaense diz respeito à COPEL. Já nos debruçamos sobre este tema em nossa assembléia realizada em Francisco Beltrão, em março passado. Pedimos, na ocasião, ao Conselho Regional de Leigos, que estudasse melhor a questão, para tomar decisões que julgasse mais adequadas. Afinal, faz parte da vocação e missão dos leigos e das leigas sua inserção no mundo, tendo, conseqüentemente, as condições ideais para refletir e agir em questões como essa. Respondendo ao nosso apelo, o Conselho Regional de Leigos decidiu promover, junto com outras entidades, a coleta de assinaturas do projeto de iniciativa popular contra a venda da COPEL.

Contudo, uma vez que o Governo Estadual continua em seu propósito de privatizar a COPEL, julgamos ser nosso dever fazer-lhe um apelo, extensivo aos Deputados Estaduais. Não nos move, nesta atitude, nenhuma motivação político-partidária. Somos impulsionados, sim, por nosso amor ao Paraná e pelo bem que queremos aos paranaenses. A declaração sobre o Momento Atual da Assembléia dos Bispos do Brasil, diz: "Fazemos nossas as inquietações que vão se avolumando no mundo diante dos rumos perversos do atual processo de globalização, que quer reduzir a humanidade aos interesses egoístas de alguns, em prejuízo da vida da maioria" (nº 20).

Nosso apelo é que a COPEL não seja privatizada. Razões:

1º) Algumas privatizações realizadas anteriormente não redundaram em benefícios visíveis para nossa população;

2º) Decisões como a privatização da COPEL necessitam de maior discussão e envolvimento da sociedade, não excluindo a eventual conveniência de um plebiscito;

3º) A privatização da COPEL seria um ato irreversível. A não-privatização possibilitará que a sociedade continue discutindo os rumos a ser dados a esse patrimônio de nosso Estado.

Esperamos que este nosso apelo, que se une a tantas outras manifestações da sociedade paranaense, contribua para que a COPEL continue beneficiando os paranaenses, como o fez até agora. Enfim, gostaríamos de partilhar com todos a "esperança que não engana" (Rm 5,5). Ela nos vem do Deus da vida e Senhor da história.

Itaici, SP, 21 de julho de 2001.

Pelos Bispos Católicos do Paraná,

+ Murilo S.R. Krieger, scj

Dom Murilo S.R. Krieger, scj
Arcebispo de Maringá e Presidente da
CNBB - Regional Sul II

CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES DO FÓRUM DA PRIVATIZAÇÃO DA COPEL

Comissão de Divulgação e Mobilização

- UNE - União Nacional dos Estudantes
  041 3026-2729
- UPES - União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
- SINDELPAR - Sindicato de Energia Elétrica do Paraná
- SINDENEL - Sindicato dos Eletricitários de Curitiba
  Fone (041) 223-0819 - sindenel@bol.com.br
- CUT - Central Única dos Trabalhadores
- APP - Associação dos Professores do Paraná
  Fone (041) 322-9822 Fax (041) 222-5261 - app@app.com.br
- PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
  Doático Santos Fone (041) 322-7111/9966-8415
  rosedranka@ig.com.br
- PCdoB - Partido Comunista do Brasil
  Fone/Fax (041) 232-5785 - pcdobpr@terra.com.br
- PDT - Partido Democrático Trabalhista
- Coordenação: Roberto Von Der Osten

Comissão Técnica

- CREA
- CORECON
  Moraes/Carlito Fone (041) 352-2820 - corecon-pr@corecon.org.br
- SENGE
  Fone (041) 224-7536 - senge-pr@senge-pr.org.br
- SINDEL
  sindel@onda.com.br
- Associação dos Aposentados e Pensionistas da COPEL
- Instituto de Engenharia do Paraná
- Coordenação: João Carlos Cascaes
  Fone/Fax (041) 242-7082/9973-2499 - jccascaes@onda.com.br

Comissão de Comunicação

- CREA
- SENGE
  Fone (041) 224-7536 - senge-pr@senge-pr.org.br
- Sindicato dos Jornalistas
- SINDENEL - Sindicato dos Eletricitários de Curitiba
  Fone (041) 223-0819 - sindenel@bol.com.br
- Coordenação: Esmael Moraes
  Fone (041) 350-6924/9994-4780 - esmael@crea-pr.org.br

Comissão de Finanças

- PMDB
  Acir Mezzadri - Fone (041) 322-7111/9951-2481
  rosedranka@ig.com.br

- PDT
- PT
- PSDB
  Deputado José Maria Ferreira - Fone/Fax (041) 352-3390 - josemf@pr.gov.br
- SENGE - aldenor - 9962-0830
  Fone (041) 224-7536 - senge-pr@senge-pr.org.br

Comissão Política
Coordenação: Deputado Orlando Pessuti
Fone (041) 350-4086 Fax (041) 252-0221 - pessuti@uol.com.br

Comissão Jurídica
Coordenação: Marco Antônio Monteiro
SINAP - Sindicato dos Advogados do Paraná
Fone (041) 363-1547/9974-4313 - monteiro@bsi.com.br

Comissão Executiva
Coordenação: Nelson M. Friedrich

Copel - Privatização

As entidades empresariais que adiante subscrevem esta manifestação - legítimas representantes dos seus respectivos segmentos em todo o Estado do Paraná -, após consulta e audiência de seus representados e, ainda, com expressivas lideranças da área energética, declaram ter assumido a seguinte posição a propósito da privatização da Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

1. Continuam firmemente a defender os princípios da livre iniciativa e, por isso, o processo de desestatização da economia brasileira.

2. No momento em que o país está sendo sobressaltado por uma crise energética, é necessário que nos empenhemos em extrair dela as melhores lições para reconfigurar e reestruturar o setor energético, no desejo de não se repetir no futuro a frustração representada pela atual insuficiência de oferta de tão importante insumo.

3. O desenho de um novo modelo de sistema elétrico para o País é que vai, a nós paranaenses (que geramos excedentes de energia elétrica), oferecer as indicações adequadas de como deverá se processar, dentro do mais elevado interesse público, a privatização da COPEL; inclusive, se pertinente, a preservação em mãos do Governo paranaense de participação estratégica na COPEL que garanta a oferta de energia em volume que não comprometa e nem retarde o desenvolvimento de nosso Estado. Afinal, a nossa companhia de energia é parte de um sistema elétrico nacional integrado.

4. As circunstâncias e a conjuntura atuais, portanto, recomendam que o programa de privatização da COPEL **seja postergado**. Quando de sua retomada, as nossas instituições empresariais apreciariam, junto com o Governo e demais segmentos representativos da sociedade paranaense, contribuir para a escolha de um **modelo** que esteja em sintonia com a expressão social, econômica e política do Paraná.

Curitiba, 10 de junho de 2001.

Federação da Agricultura do Estado do Paraná

Federação das Associações Comerciais Industriais e Agrícolas do PR

Federação do Comércio do Estado do Paraná

Federação das Indústrias do Estado do Paraná

Federação da Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Paraná

Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

Fl. Pr. 15/ Junho

ESCLA

A Fundação O Boticário
iniciativa do grupo paran
à conservação da nature
ambiental em todo o Paí

Em 1994, a Fundação (
Guaraqueçaba, no Litoral
estadual, nacional e inte
Patrimônio Natural da I
à Fundação e reafirman
sociedade e o País.

Algumas notícias, total
que, em nenhuma hipóte
para o respeito à legisla

**Na busca de restaurar
seus parceiros e colabo
esclarecimentos:**

1. Não é verídica a noti
a quebra do sigilo ban
Miguel Krigsner, a p
irregularidades.

   Pelo contrário. Certi
Vara Criminal da Co
de que "revendo nest
ação ou despacho o
de sigilo bancário"
mesma data pelo Ca
tem uma ação poss
Nessa ação, informa
a Fundação, que foi

2. Cabe ainda esclarec
sua criação, é audit
aprovadas. Assim,
aliás todas particula
nenhum respaldo n
sendo alvo dos con

JOSÉ MARIA FERREIRA, brasileiro, casado, deputado estadual, portador do RG n.º 751.203/PR, CPF/MF n.º 063.256.379-68 e Título Eleitoral n.º 218.547.806-55, Zona 80, Seção 14, no exercício dos seus direitos de cidadão, residente e domiciliado na Avenida Anita Garibaldi, 491, ap. 83, Curitiba/PR, Centro, Curitiba, Paraná, por intermédio de sua advogada abaixo assinada (instrumento de procuração em anexo), com escritório profissional sito na Rua Voluntários da Pátria, 475, 4º andar, conjunto 411, Curitiba/PR, vem respeitosamente à presença de Vossa Excelência com fulcro na Lei 4.717/65 e Constituição Federal propor

AÇÃO POPULAR C/C PEDIDO DE LIMINAR

contra 1º réu: JAIME LERNER, brasileiro, casado, arquiteto, atual Governador do Estado do Paraná, podendo ser encontrado no Palácio Iguaçu, 2º réu: INGO HENRIQUE HUBERT, brasileiro, casado, Secretário da Fazenda do Estado do Paraná e Presidente da Companhia Paranaense de Energia - COPEL, podendo ser encontrado na sede da COPEL sito à Rua Coronel Dulcídio, n.º 800, Batel, CEP 80.420-170, devem integrar ação na qualidade de litisconsortes necessários o ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno e COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA, sociedade de economia mista, com sede Rua Coronel Dulcídio, n.º 800, Batel, CEP 80.420-170, para que defendam suas pretensões acerca das razões de fatos e de direito a seguir expostas:

1. HISTÓRICO FÁTICO

Como é do conhecimento de todos, o Estado do Paraná iniciou o processo de privatização da COPEL – COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA.

Tal ato está autorizado pela Lei Estadual n.º 12.355, de 02 de dezembro de 1998, que assim dispõe:

"Art. 1º O Poder Executivo fica autorizado a alienar, dar em caução, oferecer como garantia de operações de crédito, financiamento ou operações de qualquer natureza, ações, com ou sem direito a voto, de titularidade do Estado do Paraná ou outras entidades vinculadas aquele Poder, na Companhia Paranaense de Energia – COPEL e nas sociedades resultantes da reestruturação de que trata o art. 1º."

Como se depreende do texto legal, o Estado do Paraná está autorizado a vender as ações da COPEL, não obrigado a vender a Companhia.

A privatização da COPEL é ato discricionário do Governador do Estado e não uma obrigação imposta por Lei ou pelo Governo Federal.

Neste diapasão, o Estado do Paraná tem veiculado propagandas em cadeia de rádio e televisão,

alegando que a privatização da COPEL é uma imposição do Governo Federal, não sendo esta uma decisão do próprio Governo do Estado, eximindo-se do seu ônus político e social.

Em outras palavras, o Estado do Paraná, por ordem do Governador, utilizou-se da verba pública estadual para veicular notícia mentirosa sobre a privatização da COPEL, enganando a população sobre a real necessidade da sua privatização e sobre quem realmente está tomando esta decisão, no caso, o próprio Estado do Paraná, através do atual governador, Sr. Jaime Lerner.

Não se discute na presente ação se a COPEL deve ou não ser privatizada.

Discute-se sim, o dever do Estado de informar a verdade sobre os seus atos, afim de que a população possa exercer o direito de fiscalização dos atos governamentais.

Discute-se sim, o uso do dinheiro público para disseminar informação inverídica para a população paranaense sobre um dos atos políticos de maior repercussão social do atual governo do estado: a privatização da COPEL.

O uso do dinheiro público para veicular mensagem enganosa à população, além de ser ato lesivo ao patrimônio público, afeta também os princípios da moralidade, finalidade e da publicidade consagrados na Constituição Federal em seu artigo 37.

Em suma estes são os fatos pertinentes à presente ação.

2. DA PRELIMNAR

2.1 – DO LITISCONSÓRCIO NECESSÁRIO

O Estado do Paraná e a própria COPEL devem integrar a lide na qualidade de litisconsortes necessários para defender os interesses discutidos na presente ação, considerando que os interesses pessoais dos administradores não se confundem com o interesse que devem ser defendidos pelos entes administrativos.

O artigo 6º, § 3º da Lei 4.717/65 assim determina:

"Art. 6º

§ 3º A pessoa jurídica de direito público ou de direito privado, cujo ato seja objeto de impugnação poderão abster-se de contestar o pedido, ou poderá atuar ao lado do autor, desde que isso se afigure útil ao interesse público, a juízo do respectivo representante legal."

Desta forma, o Estado do Paraná e a COPEL deverão ser intimados para que escolham se preferem ficar no pólo ativo ou passivo da ação.

3 - DO MÉRITO

3.1 DO CABIMENTO DA AÇÃO POPULAR

A Constituição Federal em seu artigo 5º, inciso LXXIII assim dispõe sobre a ação popular:

*"LXXIII – qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a **anular ato lesivo ao patrimônio público** ou de entidade de que o Estado participe, à **moralidade administrativa**, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência."*

Desta forma, depreende-se que cabe a ação popular para anular atos lesivos ao patrimônio público e à moralidade administrativa.

No caso vertente, ambos os bens jurídicos foram afetados, considerando que o Estado do Parana, por ordem do Governador, gastou dinheiro público para veicular propaganda com informação inverídica sobre a privatização da COPEL ao aduzir que a venda está sendo feita por ordem do Governo Federal, manipulando a opinião pública e enganando os cidadãos, atentando assim contra o princípio da moralidade administrativa.

Em síntese os réus estão cometendo várias ilegalidades, estão violando o princípio constitucional da moralidade administrativa, da legalidade, da impessoalidade e da publicidade.

Neste sentido, a lição do jurista Rodolfo Camargo Mancuso, em sua obra "Ação Popular", a respeito da ofensa à moralidade administrativa, *in verbis:*

"3.2.3.1 A moralidade administrativa como causa autônoma – presente a ampliação do objeto da ação popular, a partir do novo conceito inserto no art. 5º, LXXIII da Constituição Federal, impende destacar um aspecto muito importante: se a causa da ação popular for um que o autor reputa ofensivo à moralidade administrativa, sem outra conotação de palpável lesão ao erário, cremos que, em princípio a ação poderá vir a ser acolhida, em restando provada tal pretensão, porque a atual CEF erigiu a "moralidade administrativa" e, fundamento autônomo para a ação popular. Em bem pode dar-se – posto que "nom omne quod licet honestum est"- que o ímprobo administrador, de indústria, procure cercar o ato das chamadas "formalidades legais", mas sem lograr impedir que, em sua essência, ela seja imoral, no senso concebido por Hariou e assim traduzidos por Hely Lopes Meirelles. "O agente administrativo, como ser humano dotado da capacidade de atuar, deve, necessariamente, distinguir o bem do mal, o honesto do desonesto. E, ao atuar, não poderá desprezar o elemento ético de sua conduta. Assim,não terá que decidir somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas também, entre o honesto e o desonesto."

Mais recentemente, sustenta Clóvis Beznos: " A ampliação do objeto da ação popular, introduzida pelo texto constitucional de 1988, sujeitando a contraste judicial a lesão à moralidade administrativa, facilita o ajuizamento da mesma independentemente do tradicional requisito da lesão patrimonial efetiva ou presumida, que desde a sua previsão primeira no Ordenamento, impunha-se como condição de sua procedência." ("Ação Popular", Editora Revista dos Tribunais, 3ª Edição, 1998, pág. 89)

A este respeito já decidiu o Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"AÇÃO POPULAR. ABERTURA DE CONTA EM NOME DE PARTICULAR PARA MOVIMENTAR RECURSOS PÚBLICOS. PATRIMÔNIO MATERIAL DO PODER PÚBLICO. MORALIDADE ADMINISTRATIVA. ART. 5º. INCISO LXIII, da Constituição Federal

O entendimento sufragado pelo acórdão recorrido no sentido de que, para ***o cabimento da ação popular, basta a ilegalidade do ato administrativo a invalidar,*** *por contrariar normas específicas que regem a sua prática ou por se desviar dos princípios que norteiam a Administração Pública,* ***dispensável a demonstração de prejuízo material aos cofres públicos, não é ofensivo ao inciso LXIII do art. 5º da Constituição Federal, norma esta que abarca não só o patrimônio material do Poder Público, como também o patrimônio moral, o cultural e o histórico***

As premissas fáticas assentadas pelo acórdão recorrido não cabem ser apreciadas nesta instância extraordinária à vista dos limites do apelo, que não admite o exame de fatos e provas e nem, tampouco, o de legislação infraconstitucional.

Recurso não conhecido." (STF. 1ª Turma, RE 170768/SP. Rel. Min. Ilmar Galvão. publicado em 13/08/99. pag. 16)

A Lei n.º 4.717/65 dispõe seu artigo 2º sobre a nulidade dos atos lesivos ao patrimônio público nos seguinte termos:

"Art. 2º São nulos os atos lesivos ao patrimônio das entidades mencionadas no artigo anterior, nos casos de:

c) ilegalidade do objeto;

e) desvio de finalidade;

Parágrafo único. Para a conceituação dos casos de nulidade observar-se-ão as seguintes normas:

c) a ilegalidade do objeto ocorre ***quando o resultado do ato importa em violação de lei,*** *regulamento ou outro ato normativo;*

e) o desvio de finalidade se verifica quando o agente pratica o ato visando a fim diverso daquele previsto, explícita ou implicitamente, na regra de competência."

A veiculação de propaganda enganosa às expensas dos cofres estaduais se coaduna com as modalidades previstas nas alíneas "c" e "e" do artigo 2º da e Lei n.º 4.717/65, caracterizando ato lesivo ao patrimônio público e a moralidade administrativa.

3.2 - DA OFENSA AOS PRINCÍPIOS PREVISTOS NOS ARTIGOS 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

O Governador do Estado, Sr. Jaime Lerner, ao contratar veículos de comunicação para ventilar informações inverídicas a respeito da privatização da COPEL, feriu os princípios previstos no artigo 37 da Constituição Federal, que assim dispõe:

"Art. 37 A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, também, ao seguinte:"

O princípio da impessoalidade se traduz na finalidade do ato administrativo, onde o administrador efetua/cumpre o ato administrativo de acordo com o objetivo estabelecido em lei.

Veicular propaganda com informações inverídicas, a fim de manipular a opinião pública, certamente não preenche os requisitos legais que autorizam o gasto de dinheiro público, bem como a finalidade do ato não está de acordo com os requisitos legais.

A propaganda veiculada pelo Estado deve ter como objetivo e finalidade orientar a população a respeito dos atos praticados pelo Estado. Manipulação da opinião pública não pode ser considerado como finalidade legal para a veiculação da propaganda às expensas dos cofres públicos.

O princípio da impessoalidade consagrado constitucionalmente é equiparado ao antigo princípio da finalidade segundo lição do saudoso Hely Lopes Meirelles que assim explicitou:

"... o princípio da impessoalidade, referido na Constituição de 1988 (art. 37, caput), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal." (in Direito Administrativo Brasileiro, 17ª Edição, São Paulo, Malheiros, 1992, p. 85)

Neste mesmo raciocínio, o jurista Diogo de Figueiredo Moreira aduz que:

"Pode-se conceituar o princípio da finalidade como a orientação obrigatória da atividade administrativa ao interesse público especificamente explícito ou implícito na lei. Com efeito,

ao estabelecer o legislador, qual a finalidade da ação do agente administrativo, proíbe de considerar quaisquer inclinações ou interesses pessoais. Essa é a característica destacada pela Constituição com a designação que preferiu de princípio da impessoalidade (art. 37, caput) que já levava Cirne Lima a definir a boa administração como a que prima pela "ausência de subjetividade"(in Curso de Direito Administrativo, 10ª Edição, Rio de Janeiro, Forense, 1992 pág. 68/69)

E sobre o princípio da moralidade continua o renomado autor:

"A autonomia deste princípio, defendida entre nós por Hely Lopes Meirelles e José Cretella Júnior, foi reforçada pela exploração que lhe conferiu a nova ordem constitucional.

Com efeito, a Constituição de 1988, em quatro dispositivos, deu relevância a moralidade como princípio norteador da administração pública: no artigo 37, caput, ao elencá-la entre os princípios expressos a ela dirigidos; no art. 5º, LXXXIII, ao mencioná-la como condição de validade do ato do Poder Público; no art. 85, V, ao referir-se a probidade na administração, como valor jurídico inviolável pelo Presidente da República e, finalmente, no art. 37, § 4º, ao cominar com a suspensão dos direitos políticos, com a perda da função pública, com a disponibilidade dos bens e com o ressarcimento ao erário, sem prejuízo da ação penal cabível, os atos de improbidade administrativa

Na verdade, a moralidade administrativa, entendida como espécie diferente da moral comum, é uma derivação da legitimidade política e da finalidade pública, já estudadas.

É que é pela finalidade que se estabelece, entre outros limites, o que vem a ser moralidade da atuação pública, aferida em relação a seus fins e a seus meios, mas sempre conotada à idéia de legitimidade da ação do Estado no atendimento do interesse público. A utilização de meios ilegítimos ou a traição da finalidade, que está ínsita na regra de competência, é que caracterizam a imoralidade e acarretam a anulação do ato administrativo e, ainda aí, com Cretella, afirmamos que a ineficácia não decorreu imediatamente da violação da regra moral de conduta, mas mediatamente, pois, de permeio, foi violada a regra jurídica que a continha."(in Curso de Direito Administrativo, 10ª Edição, Rio de Janeiro, Forense, 1992, pág. 69)

A divulgação de propaganda irregular, com informações inverídicas sobre a atuação do Governo do Paraná afeta o princípio da moralidade pública, tendo em vista que a divulgação da privatização da COPEL deveria informar a população sobre os prós e os contras acerca da privatização e não para eximir o Governo do Estado da responsabilidade pela decisão de privatizar a COPEL.

A privatização da COPEL tem gerado grande debate no meio político, econômico e social, onde se nota resistência da população à aceitar a idéia da privatização da empresa.

O Governo do Estado, sabedor dessa resistência da população, tratou de se eximir dessa responsabilidade, veiculando em toda mídias que somente está privatizando a empresa porque o governo federal assim o determinava.

Por certo que toda a propaganda efetuada às expensas dos cofres públicos deveria ser feita para orientar a população e não para manipular a opinião pública.

O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos visa justamente propiciar à população o direito de controle, através do qual o Estado faz e desta forma exercer o controle da atividade estatal.

É o que orienta o escólio de Hely Lopes Meirelles a respeito do tema, *in verbis*:

"o princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle pelos interessados e pelo povo em geral através dos meios constitucionais – mandado de segurança (art. 5º, LXIX), direito de petição (art. 5º, XXXIV, "a"), ação popular (art. 5º, LXXIII), hábeas data (art. 5º, LXXII), suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa (art. 37, 4º) – e para tanto a mesma Constituição impõe o fornecimento de certidões de ato da Administração ou repartições por qualquer pessoa para defesa de direitos ou esclarecimentos de situações (art. 5º, XXXIV, "b"), os quais devem ser indicados no requerimento. Observe-se que a Constituição alude, genericamente, "as repartições públicas, abrangendo, obviamente, as repartições da Administração direta e indireta, porque ambas são desmembramento do serviço público sobre sua atuação funcional.

A publicidade, como princípio de administração pública (CF, art. 37, caput), abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como, também, de propiciação da conduta interna de seus agentes. Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos; os despachos intermediários e finais, as atas de julgamentos das licitações e os contratos com quaisquer interessados, bem como os comprovantes de despesas e as prestações de contas submetidas aos órgãos competentes. Tudo isto é papel ou documento público que pode ser examinado na repartição por qualquer interessado e de pode obter certidão ou fotocópia autenticada para os fins constitucionais." (in Direito Administrativo, 20ª edição, Editora Malheiros, fls. 87)

3.3 – DA IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

Os atos praticados pelos requeridos infringem o disposto na Lei 8.429/92 – Lei de Improbidade Administrativa que assim dispõe em seu artigo 11:

"Art. 11 Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade e lealdade às instituições, e notadamente:

I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência"

Os atos praticados pelos requeridos ferem o princípio da legalidade conforme já exposto no item 3.2 desta peça.

Desta forma, os requeridos deverão ser responsabilizados nos termos da Lei n.º 8.429/92.

3.4 – DA ANTECIPAÇÃO PARCIAL DA TUTELA – ART. 273 DO CPC

O art. 273 do Código de Processo Civil assim dispõe:

"Art. 273. O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:

I – haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; ou

II – fique caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu

No caso vertente, as provas são incontestes, pois são de conhecimento público e geral, havendo ainda o receio de dano irreparável, posto que a população paranaense deve ser imediatamente esclarecida sobre a verdade à respeito da privatização da COPEL, bem como o gasto público com a publicidade irregular deve ser imediatamente suspenso.

A população deve ter ciência de que a privatização da COPEL está ocorrendo pela vontade soberana do Governador do Estado e não por imposição legal ou do Governo Federal.

Toda a publicidade acerca da privatização da COPEL a ser paga com o dinheiro público deve orientar a sociedade e não manipular a opinião pública.

Conforme determina a Lei n.º 4.717/65 os atos lesivos ao patrimônio público e a moralidade pública devem ser imediatamente suspensos, *in verbis*.

"Art. 5º

§ 4º Na defesa do patrimônio público caberá a suspensão liminar do ato lesivo impugnado."

Diante da recomendação expressa do texto legal, a divulgação da propaganda irregular deve ser imediatamente suspensa, bem como todos os gastos suportados pelo cofres estaduais que estejam ligados a referida propaganda.

Por fim, em obediência aos ditames constitucionais e legais, a população deve ser imediatamente informada que a privatização da COPEL está ocorrendo por decisão exclusiva do Governo Estadual e não por ordem do Governo Federal ou por imposição legal.

4 – DO PEDIDO INICIAL

Pelo exposto, requer-se a Vossa Excelência:

Em sede de Tutela Antecipada

a) o deferimento de liminar, para que seja suspensa imediatamente a divulgação da propaganda do governo a respeito da privatização da COPEL;

b) o deferimento de liminar, para que os requeridos promovam desmentido oficial sobre a privatização da COPEL, aduzindo a responsabilidade do Governo do Estado do Paraná sobre a decisão da privatização da COPEL, esclarecendo à população que não há obrigação legal ou imposição do Governo Federal para a realização da privatização;

c) o deferimento de liminar, para que sejam suspensos todos os pagamentos dos contratos a serem suportados pelo Estado do Paraná que estejam ligados à divulgação, elaboração e realização da propaganda irregular sobre a privatização da COPEL – Companhia Paranaense de Energia;

Em sede de Rito Ordinário

a) a procedência do pedido inicial para condenar os requeridos Jaime Lerner e Ingo Henrique Hubert ao ressarcimento de todas as despesas efetuadas pelo Estado do Paraná com a propaganda irregular em televisão, rádio e jornais sobre a privatização da COPEL – Companhia Paranaense de Energia;

b) a procedência do pedido inicial para declarar que os atos praticados pelos réus Jaime Lerner e Ingo Henrique Hubert ferem os comandos da Lei n.º 8.429/92, em sue artigo 11, inciso I;

c) a citação do requeridos para, querendo, contestar o feito, sob pena de revelia;

d) a intimação do Estado do Paraná e da COPEL –Companhia Paranaense de Energia para integrarem a lide na qualidade de litisconsortes necessários em cumprimento ao disposto no artigo 6º, parágrafo terceiro da Lei n.º 4.717/6 5;

e) a intimação do Ministério Público para acompanhamento do feito nos termos do artigo 6º, § 4º da Lei n.º 4.717/65;

f) a condenação dos requeridos ao pagamento das eventuais custas processuais e honorários advocatícios a serem fixados por Vossa Excelência;

Requer-se ainda que Vossa Excelência requisite cópias das notas de empenho, recibos de pagamento, depósitos bancários, cheques emitidos pelo Estado do Paraná e/ou COPEL que estejam ligados à veiculação da propaganda irregular sobre a privatização da COPEL, afim de que se possa auferir o valor dos recursos gastos indevidamente pelos cofres públicos.

Requer a produção de todas as provas em direito admitidas, em especial, o depoimento pessoal dos requeridos, sob pena de confissão, a oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos.

Dá-se a presente, para fins de alçada, o valor de R$10.000,00 (Dez mil reais).

Termos em que,

Pede-se deferimento.

Curitiba, 16 de abril de 2001.

Priscila Gonçalves Gabasa Perez

OAB/PR 26.205

Fórum Popular Contra a Venda da Copel

http://www.acopelenossa.com.br

NOTA DE DESAGRAVO

As quatrocentas e vinte e seis entidades da sociedade civil organizada que compõem o Fórum Popular Contra a Venda da Copel vêm a público condenar os ataques desferidos contra seu coordenador, ~~ex-deputado~~ Nelton Friedrich.

Para nós, representantes de diversos segmentos sociais, na prática do bom combate – no campo das idéias – acreditamos na existência do caráter, inerente aos combatentes. Pois sentimo-nos atacados ao atacarem de forma apócrifa o nosso companheiro de tantas batalhas em favor do povo.

No afã de macular a imagem de um homem íntegro e honesto, símbolo do descontentamento da população diante da dilapidação do patrimônio público, deputados estaduais que votaram pela venda da Copel e pelo "engavetamento" do primeiro projeto de iniciativa popular da história do parlamento do Estado, subscrito por mais de 130 mil eleitores, acusam o ex-deputado Nelton Friedrich de receber pensão legalmente instituída. O falso moralismo é tanto que outros 96 ex-deputados e deputados que também contribuíram para o Fundo de Previdência da Assembléia recebem pensões e aposentadorias.

Ora, o que querem na verdade os deputados que votaram pela venda da Copel – os governistas – é desviar as atenções sobre eles. Querem puxar para a vala comum homens de bem com muitos serviços prestados às causas cívicas e paranistas. Quem precisa esclarecer alguma coisa são os traidores do povo que votaram na Assembléia Legislativa contra o projeto de iniciativa popular e se negam a aprovar o plebiscito para saber a opinião da população.

Várias denúncias registradas pela imprensa, inclusive, apontam a compra e venda de votos de deputados para autorizar a privatização da mais lucrativa e maior empresa paranaense, a Copel, em detrimento de 93% da população que é contra esse crime lesa-estado; outros recebem generosos recursos governamentais para manter programas na mídia eletrônica.

As forças vivas do Paraná rechaçam as práticas de perseguição e terrorismo políticos contra cidadãos que prestam relevantes e exemplares serviços à construção da verdadeira cidadania.

Abaixo a perseguição de consciências! A Copel é nossa! Viva a resistência do povo paranaense! Apagão neles em 2002!

Curitiba, 18 de outubro de 2001

Senhor Coronel QOPM

OSCAR PALUCH

DD: CHEFE DO ESTADO MAIOR

POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PARANA

N/ CAPITAL .

SISTEMA INTEGRADO DE DOCUMENTOS

PMPR NUM. 4.772.849-5

DATA- 24 AGO 2001

HORA-

Os abaixo assinados, integrantes do Forum Popular contra a Venda da COPEL, parlamentares, dirigentes sindicais e de partidos politicos, Presidentes e Diretores de entidades convoladas nos Movimentos Sociais, Populares, estudantis, ministros religiosos, lideres comunitarios, Engenheiros, Advogados, Medicos, Professores, funcionarios publicos civis e militares da ativa e inativos, operarios, Servidores do Poder Judiciario, comerciantes e comerciarios, industriais e industriários, enfim DIDADÃOS e CIDADÃS paranaenses, no gozo e observancia dos seus direitos e deveres constitucionais, vem mui respeitosamente manifestar, no interesse da Sociedade e da Justiça, a ao fina REQUERER,

Q U E :

a) REPELEM os excessos policiais que, costumeiramente, têm sé verificado para coagir e intimidar participantes em eventos, passeatas e atos politicos reinvindicatórios e de protesto promovidos pelos Movimentos Popular, Sindical, Social e Estudantil, o mais recente levado a efeito no dia aO do corrente mes de agosto, no Centro Cívicoo, à ocasião da discussão e votação, pela Assembléia Legislativa do Paraná, do Projeto de Lei de iniciativa Popular, que visava obstar a iníqua privatização da COPEL.

Recebido às 11:15 de 24/08/2001

b) APRESENTAM indicios e documentos, oficiosos e oficiais que, em tese, constituem demonstração e comprovação de práticas infracionais e delitivas por parte de integrantes dessa conceituada Corporação, a serviço do Estado, em 20/08/01, sob comando e responsabilidade do Ilustríssimo Sr. Cel QOPM JUSTINO HENRIQUE FERNANDES SAMPAIO, presentemente lotado no COMANDO DE POLICIAMENTO DO INTERIOR e com domicilio profissional nesse Quartel-Generadl do Comando da Policia Militar do Paraná - Av. Mal Floriano Peixoto nº 1.401 ; e que estão a ensejar e demandar a abertura (instauração) de competente procedimento interno, para imposição das penas disciplinares e sanções administrativas, nos termos das Leis e Regulamentos vigentes, que obrigam a todo integrante da Policia Militar, sem embargo da responsabilidade concorrente do Estado nos termos do Código Civil Brasileiro.

c) NOTICIAM que os fatos ora trazidos formalmente ao conhecimento de Vossa Excelencia, em caráter prefacial, por via da representação à qual poderão aderir, como interessados, as vítimas da ação repressora e atos ilícitos praticados, serão objeto de Pedidos e Ações nas esferas processual penal e processual civil, nos termos e prazos fixados em Lei, perante as autoridades competentes.

d) REQUEREM, aom abrigo do direito constitucional de petição, que sejam os AUTORES-EXECUTORES dos atos ilícitos e transgressivos - fotografados e filmados - devidamente identificados e qualificados, sendo os mesmos dados completos e induvidosos remetidos às vitimas ou a quem legalmente as representem, nos endereços a serem informados, no prazo de 15(quinze) dias, para os fins de Direito e de Justiça, o que em não sendo feito ensejará pedido de produção antecipada de provas e de tutela antecipada.

F I N A L .

e) REQUEREM, finalmente, que seja dada publicidade, via imprensa escrita, falada e televisada, ao RELATORIO FINAL DE OPERAÇAO, firmado pelo Coronel QOPM JUSTINO SAMPAIO, referente às duas últimas operações levadas a efeito no Centro Cívico, nessa Capital, no prazo de 10(dez) diaa, contados do recebimento dessa, e que copias autentucas dos mesmos sejam encaminhadas aos Excelentissimos Senhores Deputados Estaduais signatários da presente, em seu domicilio profissional, ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO P.ARAEA, Centro Civico, Curitiba, PR, com o indispensável VISTO exarado pelo Exmo. Sr. Cel. GILBERTO FOLTRAN e pelo Exmo. Sr. Dr. JOSÉ TAVARES DA SILVA NETO, respectivamente Comandante Geral da Pólicia Militar do Paraná e Secretário de Estado dos Negocios da Segurança Pubçica do Estado do Paraná, através a Presidencia da MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ, sede do Poder Legislativo.

E O QUE SE EXPÕE E REQUER.

Pedem o recebimento, deferimento, pronto atendimento e processamento.

EM CAUSA PROPRIA .....

VITIMA Victor Rocha de Assis Marques RG 8.593.938-6

REPRESENTANTE LEGAL DA VITIMA .....

DEPUTADO ESTADUAL

DEPUTADO ESTADUAL

ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
DEPARTAMENTO DA POLÍCIA CIVIL
INSTITUTO MÉDICO-LEGAL

LAUDO DEFINITIVO

Laudo Nº 11.109/2001

LAUDO DE EXAME DE LESÕES CORPORAIS

Ao(s) 22 dias do mês de AGOSTO do ano dois mil e um, às 13:40 horas, nesta cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na **Seção de Clínica Médico Legal deste Instituto**, atendendo à requisição do(a) 3º D.P., os doutores infra-assinados, Dr.(a) GUBERT e Dr.(a) PEDRO, em cumprimento a missão de médicos legistas designados por ato do Diretor, realizaram o exame de **lesões corporais** em VICTOR RAONI DE ASSIS MARQUES, brasileiro(a), natural de CAMPO MOURÃO R.G. nº 8.593.958-6, com 17 anos de idade, de cor B, (estado civil) SOLT, (profissão) estudante, do sexo M e residente R. Tabajara 237.

Terminando o exame, elaboraram o presente laudo e responderam ao final aos seguintes quesitos propostos por lei:

HISTÓRICO

Vítima de agressão em 2018/01.

TABELIONATO LAPORTE
Curitiba. 23 AGO 2001

EXAME OBJETIVO

Ao exame ora realizado, apresenta:

Duas feridas corto contusas, localizadas em (1) Região intra parietal, fechada por pontos cirúrgicos superados, em pós cumprimento de compromisso.

(2) Região tibial anterior direita, com três centímetros de comprimento.

Equimose de seis centímetros de diâmetro, na região deltoidea direita.

Dezembro/2000 — 1) Senadores questionam a liberação de recursos
2) Richbrite assumirá vaga de Ney na COPEL
3) Aceleração de Venda da COPEL

Janeiro
31 - Caio Quintana, manifesto
19 - Aneel licitará usinas no PR
19 - Ricka critica privatizações
19 - Scalco .. "máquina de fazer dinheiro"
19 - Califórnia ..

Fevereiro - 8 - Deflagrado movimento contra a venda
8 - Movimento em Cascavel

Março -
24 - Fórum Coleta Assinaturas
24 - Entidades recolhem assin. (Boca Maldita/Velton)
23 - Gazeta Mercantil "Brilho a fig da COPEL ..."
14 - Lucro maior da COPEL
8 - Leilão recende polêmica
6 - Inec - seminário
3 - Aumenta interessados em "modelar" a COPEL

Abril -
28 - PF já investiga venda da Sercomtel
24 - Lançamento Campanha e "Velton contra Lerner"
24 - Contagem regressiva (Gazeta Mercantil)
23 - Reunião das Câmaras municipais
16 - - Aneel: "tarifa mais sobe"
- Califórnia
- Lucro 50% maior
16 - Entrevista N. Friedrich
15 - Oposição muda estratégia
15 - Políticos se unem em defesa ...
15 - Cascavel contesta avaliação
8 - Movimento instala painéis
9 - PG&E pedirá concordata na Califórnia
1 - Dirigidos/PR discute privatização

Audiência Pública

OFÍCIO Nº Curitiba,

(contin.)

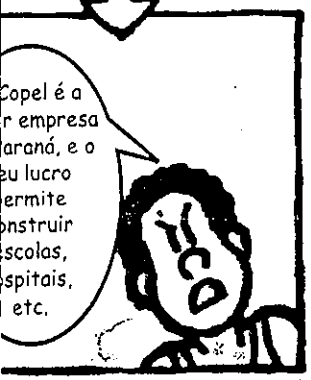
Junho 2004

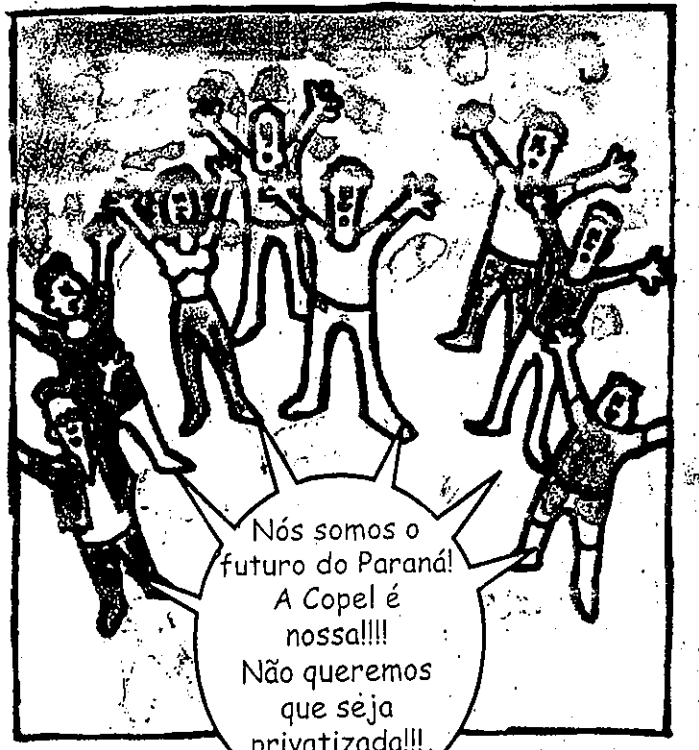
16 - Guerra virtual na Terra da privataj.
16 - Fórum começa nova ofensiva
14 - C. arrensata linha de transmissão
13 - Braz Palma - Projeto de adiamento de 90 dia
13 - Governo quer adiar...
12 - Fabio Campana: "Conversa clara".
11 - Fábio Campana: "Sem e lágrima"
11 = MARCHA CONTRA A VENDA (Anexos, várias jornais)
11 - PR pode ser 1º a abrir mão da ação
11 - Oposição protocola projeto popular

Julho

1. Agende atividade Fór
2. Fórum faz' vigília AL

hos que contar pra todo mundo,
ra os vizinhos, na escola, pros
adores, prefeitos e deputados..

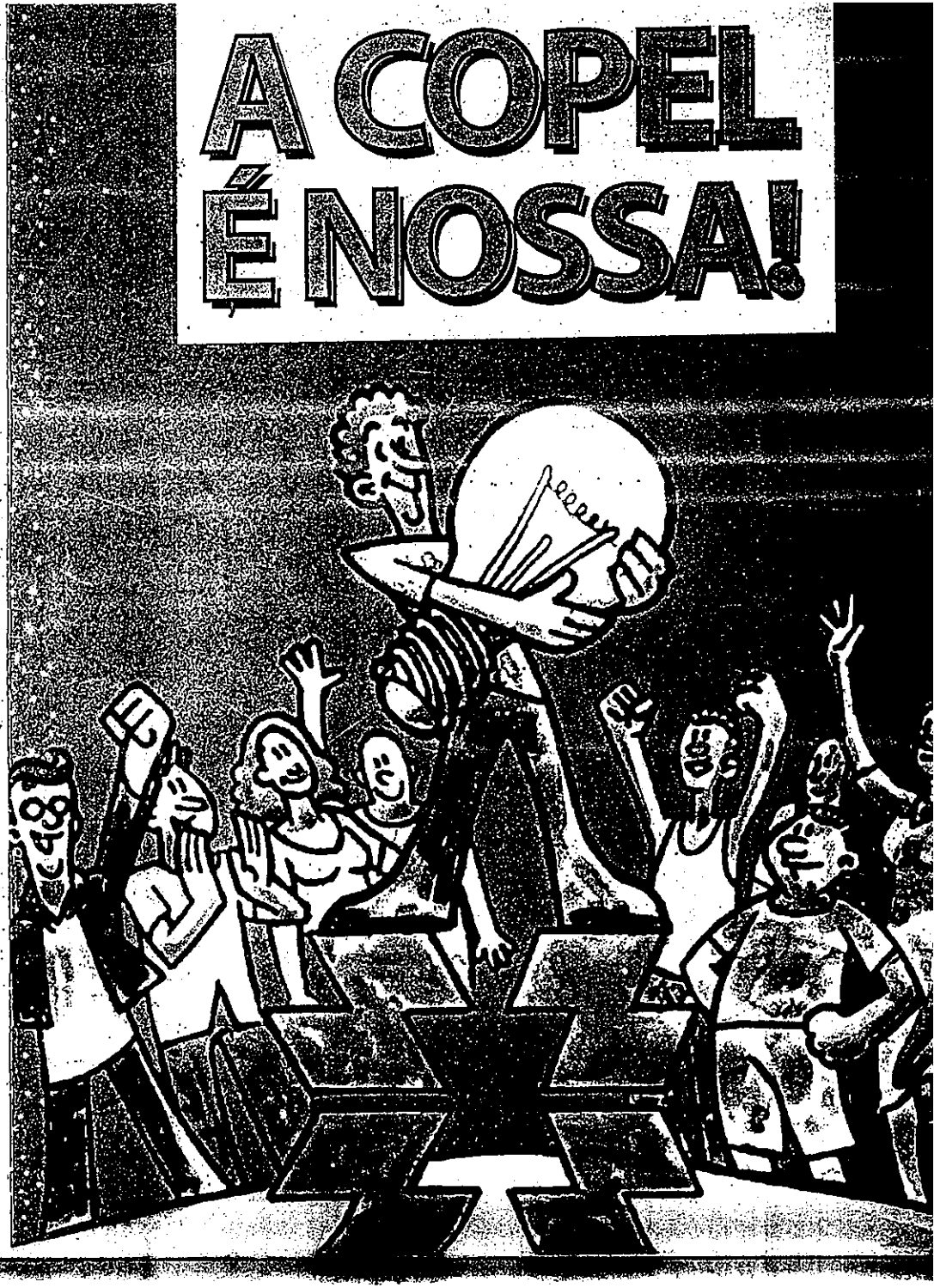




roteiro: Denise Madruga Goulart
Desenhos: Luciano Mariussi
produção: W3 Publicidade (225-4630)

APP SINDICATO
Em defesa da escola pública
CUT CNTE
SENGE-PR

A COPEL É NOSSA!



COPEL – PRIVATIZAÇÃO

BPP

FOLHA DE PR - 21/08/02 - PG 6

Governo derruba projeto popular e garante privatização da Copel

Votação terminou por volta da meia-noite com placar de apenas um voto de diferença a favor do Palácio Iguaçu

Maria Duarte
De Curitiba

Por 27 votos a 26, o governo do Estado ganhou a batalha e conseguiu derrotar a oposição na votação do primeiro projeto de iniciativa popular do Poder Legislativo, que pretendia impedir a privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel). A autorização para que o governo venda a empresa foi dada pelo deputados em 1998 (Lei 12.355).

A votação ocorreu por volta da meia-noite, mas antes mesmo de consumada, deputados da oposição se conformavam com a derrota. Orlando Pessuti (PMDB) disse que mesmo com a vitória dos aliados, sairia da Assembléia de cabeça erguida, consciente do dever cumprido. Irineu Colombo (PT) disse que a oposição vai cobrar promessas feitas pelo governador Jaime Lerner (PFL), que condicionou aumento ao funcionalismo e à Polícia Militar à venda da estatal.

Quando foi anunciado o resultado da votação, manifestantes jogaram notas de R$ 1,00 e R$ 5,00, como forma de protesto ao resultado.

A sessão durou nove horas e começou com meia hora de atraso, às 15 horas. Os deputados oposicionistas recorreram ao Regimento Interno para retardar o início da votação. Eles defenderam que não poderia ser aberta nova sessão, porque a anterior (iniciada na terça-feira e prorrogada até quarta-feira passada) não havia sido encerrada, mas suspensa. O presidente da Assembléia, Hermas Brandão (PTB), disse que a sessão foi encerrada e deu início aos trabalhos. Os 54 deputados estavam presentes.

VOTO NOMINAL
Requerimento aprovado à última hora obrigou todos os deputados a declarar seu voto em plenário

Antes da votação, que foi nominal, o líder do governo, Durval Amaral (PFL), sustentava que faria 27 votos. A oposição teria 26. O presidente da Casa só vota em caso de empate.

O tucano Neivo Beraldin pediu que as votações fossem nominais, mas não conseguiu aprovar os requerimentos. Da primeira vez, a votação deu empate (em 26 votos) e Brandão rejeitou o pedido. O pedido para que a votação da segunda ata fosse nominal acabou derrubado pela bancada aliada. A votação das atas foi considerada um termômetro da votação do projeto popular.

Além do projeto popular – que revoga a Lei 12.355 –, estava na pauta projeto de Tony Garcia (PPB), também cassando a autorização para vender a Copel. Como o projeto popular foi derrotado, Hermas Brandão determinou o arquivamento do projeto de Tony Garcia. (colaborou Israel Reinstein)

COMO VOTARAM OS DEPUTADOS

A FAVOR — 27 — A FAVOR DA VENDA

CONTRA — 26 — CONTRA A VENDA

(PTB)

Governador faz promessas para a base aliada

Maria Duarte
De Curitiba

O deputado Ricardo Maia (PSB) disse ontem que o governador Jaime Lerner (PFL) voltou a prometer uma reforma administrativa, no início do ano, enxugamento da máquina. A reforma –segundo os próprios deputados –, era um pré-requisito para que os parlamentares continuassem apoiando o governo do Estado.

Lerner chegou a declarar, há cerca de um mês, que as mudanças não faziam parte das prioridades. Segundo Maia, Lerner garantiu que, depois da votação do projeto popular que impede [illegible], Maia afirmou que apóia o governo na privatização da estatal de energia. "Não concordo com algumas coisas no governo, mas vou votar com o governo no caso Copel", declarou. Maia argumentou que o enxugamento da estrutura administrativa vai agilizar o funcionamento da máquina. "É o caminho para o governo recuperar a credibilidade". O deputado acredita que, até o final do ano, o gover-

Deputado some e assusta oposicionistas

Luciana Pombo
De Curitiba

Durante toda a manhã, o clima foi de tensão entre os deputados contrários à privatização da Copel. O gabinete da liderança de oposição ficou lotado desde as 10 horas. Senadores, deputados federais e estaduais faziam constantes reuniões para definir as estratégias de votação. O coordenador executivo do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, Nelton Friedrich, acertava por telefone os últimos detalhes da movimentação fora da Assembléia.

Uma das maiores preocupações dos parlamentares era com relação ao deputado Chico Noroeste (PFL), desaparecido desde a última sexta-feira. Noroeste – que é da região de Foz do Iguaçu – havia repensado seu voto e anunciado na semana passada que seria a favor do projeto de lei que impede a venda da Copel. No entanto, ele estaria sendo pressionado pelo governo do Estado.

Um grupo de deputados – formado por Algaci Túlio (PTB), Marcos Isfer (PPS) e Angelo Vanhoni (PT) – iria denunciar o desaparecimento de Noroeste na Polícia Federal. A iniciativa foi barrada pela localização do parlamentar. "Ele está em Curitiba, mas não quer ser localizado por ninguém. Ele disse que viria apenas para a votação em plenário", afirmou Algaci Túlio, que conversou por telefone com Noroeste no período da manhã.

Noroeste confessou ter sido procurado pelo governo do Estado por diversas vezes e ter recebido a oferta de obras em Foz do Iguaçu, como a de um hospital que ele estaria [illegible] desde o início de

A FAVOR DA VENDA

1 - Adelmar Traiano (PTB) OK PSDB
2 - Carlos Simões (PTB) OK
3 - Luiz Accorsi (PTB) OK PSDB
4 - Valdir Rossoni (PTB) OK PSDB
5 - Nelson Justus (PTB) OK PFL
6 - Basílio Zonusso (PFL)
7 - Moysés Leônidas (PSB)
8 - Cleiton Quiléba (PFL) OK PMDB
9 - Durval Amaral (PFL) OK
10 - Élio Rusch (PFL) OK
11 - Nelson Garcia (PFL) OK PSDB
12 - Plauto Miró Guimarães (PFL) OK
13 - Nelson Turek (PFL)
14 - Cezar Seleme (PPB) OK PP
15 - Duílio Genari (PPB) OK PP
16 - Fernando Ribas Carli (PPB)
17 - Edno Guimarães (PSL)
18 - Geraldo Cantário (PSL) OK PP
19 - Luiz Carlos Martins (PSL) OK PDT
20 - Divanir Braz Palma (PST)
21 - Ricardo Maio (PSB)
22 - Hidekazu Takayama (PSB)
23 - Miltinho Puppio (PSC) OK PSDB
24 - Luiz Fernandes Lino (PSDB) OK
25 - Ricardo Chab (PTB)
26 - Antonio Carlos Belinati (PSL)
27 - Luiz Carlos Alborghetti (PTB)

NÃO VOTOU

Hermes Brandão (PTB) OK

CONTRA A VENDA

1 - Algaci Túlio (PTB)
2 - Cezar Silvestri (PPS)
3 - Marcos Isfer (PPS) OK
4 - Augustinho Zucchi (PSDB) OK PDT PMDB
5 - José Maria Ferreira (PSDB) OK
6 - Serafim Carrilho (PL)
7 - Neivo Beraldin (PSDB) OK PDT
8 - Renato Guscho (PSDB) OK PDT
9 - Tiago Amorim (PTB)
10 - Ademir Bier (PMDB) OK
11 - Antonio Anibelli (PMDB) OK
12 - Carlo Quintana (PMDB)
13 - Edson Strapasson (PMDB)
14 - Hereu Moura (PMDB) OK
15 - Orlando Pessuti (PMDB)
16 - Waldyr Pugliesi (PMDB)
17 - Tony Garcia (PPB)
18 - Ângelo Vanhoni (PT) OK
19 - Hermes Fonseca (PT) OK
20 - Irineu Colombo (PT)
21 - Luciana Rafagnin (PT) OK
22 - Eli Ghellere (PDT)
23 - Luiz Carlos Zuk (PDT)
24 - Pastor Edson Praczyk (PL) OK
25 - Chico Noroeste (PFL) OK PL
26 - Sérgio Spada (PSDB)

TOTAL DE DEPUTADOS

54

De Curitiba

O deputado Ricardo Maia (PSB) disse ontem que o governador Jaime Lerner (PFL) voltou a prometer uma reforma administrativa à base aliada. O governador já havia prometido aos deputados que lhe dão sustentação na Assembléia que, até o final do ano, o governo consegue melhorar os índices de popularidade.

Lerner chegou a declarar, há cerca de um mês, que as mudanças não faziam parte das prioridades. Segundo Maia, Lerner garantiu que, depois da votação do projeto popular que impede a venda da Copel, vai promover a reforma.

to da estrutura administrativa vai agilizar o funcionamento da máquina. "É o caminho para o governo recuperar a credibilidade". O deputado acredita que, até o final do ano, o governo consegue melhorar os índices de popularidade.

Noroeste confessou ter sido procurado pelo governo do Estado por diversas vezes e ter recebido a oferta de obras em Foz do Iguaçu, como a de um hospital que ele estaria pleiteando desde o início de seu mandato.

Justus assume vaga de Custódio

Luciana Pombo
De Curitiba

O deputado Custódio da Silva (PFL), que na semana passada admitiu ser contra a privatização da Copel, perdeu ontem a imunidade parlamentar. Ele era suplente do deputado estadual Nelson Justus (PTB), que se licenciou em janeiro deste ano para ocupar o cargo de secretário dos Transportes. Diante da possibilidade de perder um voto contra o projeto de lei que revoga a privatização da Copel, o governo do Estado resolveu exonerar Justus do cargo. A publicação da exoneração ocorreu na última quinta-feira, em Diário Oficial, no decreto de nº 4595.

Custódio da Silva responde a dois processos criminais que tramitam na Justiça e poderá ser condenado caso perca a imunidade. Num deles, ele é acusado de peculato (desvio de verba pública) por apropriação de parte dos salários dos funcionários de seu gabinete na Câmara Federal entre os anos de 1993 e 1999. No outro processo, ele é acusado de fraudar a prestação de contas de uma entidade assistencial que dirige para ficar com o dinheiro. Além dos processos criminais, Custódio também responde a ações cíveis: por se apropriar dos salários de funcionários, utilizar veículos da Câmara para atividades particulares e em campanhas políticas, e colocar placas se apresentando como responsável por obras públicas. Os supostos desvios superariam R$ 1 milhão.

O secretário dos Transportes, Nelson Justus, foi exonerado para garantir voto ao governo

Na manhã de ontem, Custódio foi trabalhar normalmente no gabinete quando soube que havia sido afastado. "Minha base é sindicalista. Eu sou suplente. Meu mandato é do povo e eu teria que votar com o governo do Estado. Foi por isto que me substituíram, com certeza. Fizeram isto por causa da minha posição contrária à venda da Copel", avaliou. Custódio acredita que voltará ainda esta semana para a Assembléia. "Não sei de nada, sou suplente. O suplente dorme com um mandato e acorda sem. Hoje acordei sem mandato. Mas poderei acordar amanhã com mandato", afirmou.

Oposição quer anular sessão

Maria Duarte
De Curitiba

Os deputados que integram a bancada da oposição disseram ontem que vão entrar na Justiça para pedir anulação da sessão. Os deputados afirmaram ter em mãos fitas cassete e de vídeo com conversas gravadas que comprovariam pressões e compra de votos de deputados pelo governo. A oposição pretende usar ainda as declarações dadas por parlamentares à imprensa, dando conta que votariam a favor da venda da Copel se recebessem contrapartida do governo, como liberação de dinheiro para conclusão de obras no Interior.

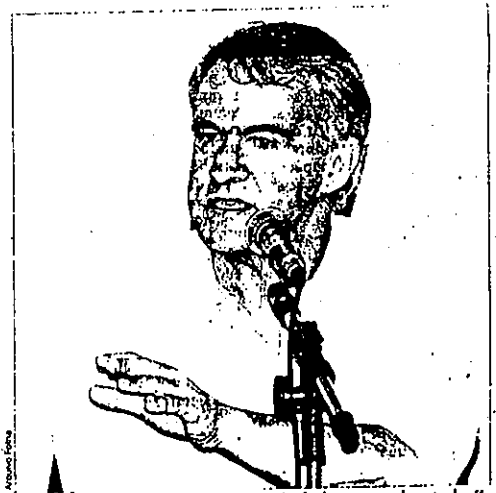
O deputado José Maria Ferreira (PSDB) disse que a oposição tem fitas "que mostram o aliciamento de deputados em troca de obras e verbas". O tucano citou o caso do deputado aliado Nelson Turek (PFL), que tem base eleitoral em Campo Mourão. Segundo Ferreira, Turek teria feito um pronunciamento em Campo Mourão sobre a venda da empresa, e a oposição sustenta que conseguiu uma fita. O tucano disse que vai encaminhar o material à Corregedoria da Assembléia e, em seguida, ingressar com uma ação na Justiça pedindo a nulidade da sessão.

A oposição também tem nas mãos as declarações do deputado Moysés Leônidas (PSB), da base de sustentação ao governo. Leônidas afirmou na semana passada que, para apoiar a venda da empresa de energia, queria que fossem viabilizadas obras em seu reduto eleitoral (região de Londrina), ter direito a indicações na administração estadual e apoio na criação de uma CPI para investigar as universidades estaduais do Paraná. Por causa dessas declarações, a cúpula do PSB quer que ele saia do partido.

A oposição diz ter ainda uma fita com conversas do deputado Chico Noroeste (PFL). Na semana passada, o pefelista decidiu votar com a oposição, a favor do projeto popular. Segundo o próprio Chico Noroeste, o governo não teria construído um hospital em Foz do Iguaçu (sua base eleitoral), como teria sido prometido. Uma pesquisa de opinião, na qual a maioria da população se colocou contra a privatização, também pesou na decisão, conforme relatou o deputado.

O Palácio Iguaçu nega que haja compra de votos. O secretário-chefe da Casa Civil, Alceni Guerra, argumenta que, para o Estado ter condições de liberar recursos para os municípios, precisa dos recursos da Copel. "Não barganhamos nem fazemos negociação isolada com os deputados. São negociações com a base, explicando que o Estado só pode liberar recursos se recuperar sua capacidade de investimentos. E eles estão entendendo o recado", tem afirmado Guerra.

De acordo com o senador Roberto Requião (PMDB), devem surgir novas denúncias de compra de votos. "Vamos usar tudo isso para pedir a anulação desta sessão", resumiu o senador.



Guerra: "Não fazemos negociação isolada com os deputados"

BPP

PRIVATIZAÇÃO DA COPEL

INVASÃO NA ASSEMBLÉIA

Polícia tentou impedir com cacetete mas recuou. Mesa da presidência virou palco para o protesto

G.P. 16/AGOSTO/2001

PERTO DE OITOCENTOS MANIFESTANTES invadiram a Assembléia Legislativa no momento em que os deputados iniciariam a votação do projeto que suspende a venda da Copel, na manhã de ontem. Impedidos de entrar, eles arrancaram as grades que cercam o prédio do Legislativo. A Polícia tentou impedir com cacetetes mas acabou recuando. De cima das mesas dos parlamentares e da presidência da Casa, eles entoaram o Hino Nacional. O grupo se declarou contra a privatização da Companhia e do ensino público. Documentos que estavam no plenário foram rasgados e o carpete do local foi marcado com os pneus da bicicleta de um dos manifestantes.

A tribuna, que durante toda a noite foi palco de negociações e brigas entre os deputados oposicionistas e governistas, foi tomada por volta das 11h30 por líderes de diversos sindicatos e entidades estudantis. Entre os manifestantes estavam as mulheres da policiais militares, funcionários grevistas da Universidade Federal do Paraná e da Previdência Social – incluindo os aposentados –, estudantes secundaristas e universitários de todo o estado.

O movimento começou por volta das 9 horas na Praça Santos Andrade, onde grevistas do INSS realizaram um ato de repúdio à política salarial que atinge os servidores públicos federais. Funcionários do Hospital d[illegible]s e dos demais se[illegible]PR, em

Manifestantes ocuparam o plenário da Assembléia e impediram a votação.

OCUPAÇÃO

Tumulto na entrada

Tumulto e violência marcaram todo o dia de ontem na Assembléia Legislativa. Os manifestantes que invadiram o plenário afirmavam que só sairiam do local quando a data de uma nova sessão para a votação do projeto, suspende a venda da Copel fosse marcada. Como a decisão estava demorando – só no fim da tarde resolveram que será hoje –, foi negociada a permissão para distribuição de lanches. Os estudantes e trabalhadores afirmaram que iriam dormir no local, mesmo temendo uma invasão dos policiais.

Os manifestantes exigiam também, durante a tarde, que a entrada de outros companheiros que ficaram do lado de fora fosse liberada. Esse pedido não foi aceito. Foi a partir daí, portanto, que a confusão aumentou. As pessoas que estavam proibidas de entrar tentaram conversar com os policiais. Mas em vão. Resolveram, então, derrubar novamente a grade da frente, que havia sido reerguida, e seguiram em direção ao plenário. A polícia reagiu com para conter a invasão, chegando a agredir alguns manifestantes.

Privatização tem quase três anos

Votação de projeto é ponto crucial de uma história polêmica

A VOTAÇÃO DO PROJETO POPULAR CONTRA a venda da Copel é o ponto crucial de uma história iniciada há quase três anos e que em 2001 se transformou no centro de uma grande polêmica. Aprovado em dezembro companhia em 2000 reforçou os argumentos contrários à venda de uma empresa lucrativa. A Copel apresentou lucro líquido de R$ 430,6 milhões, um aumento de 55,4% em relação ao ano anterior.

Entidades como a Associação Comercial do Paraná (ACP), Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge) e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) declararam posição contrária à

GAZETA DO POVO 06/11/2001 Pg 12

BIBLIOTECA DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR BPP

ENERGIA ▮ GRUPOS PRÉ-QUALIFICADOS TÊM A SEGUNDA OPORTUNIDADE PARA DEPOSITAR GARANTIAS

Hoje é o "dia D" da privatização da Copel

Governo vive novamente a expectativa da realização do leilão

O GOVERNO DO ESTADO VIVE HOJE o dia decisivo na privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Até às 18 horas, as empresas pré-qualificadas terão de fazer o depósito da garantia financeira (R$ 400 milhões). Se o dia encerrar sem sinal do dinheiro, é porque não há interessados no leilão, remarcado do dia 31 de outubro para o próximo dia 12 de novembro (segunda-feira). O próprio governo admite essa possibilidade, responsável pelo adiamento do leilão, e, neste caso, pode estar encerrado o atual processo de privatização da companhia.

Das três participantes aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Companhia Brasileira de Licitação e Custódia (CBLC), a Tractebel e a Vale do Rio Doce anunciaram que estão fora da disputa. Restam a GP Participações e a Votorantim (que junto com a Vale se inscreveu como consórcio Maromba).

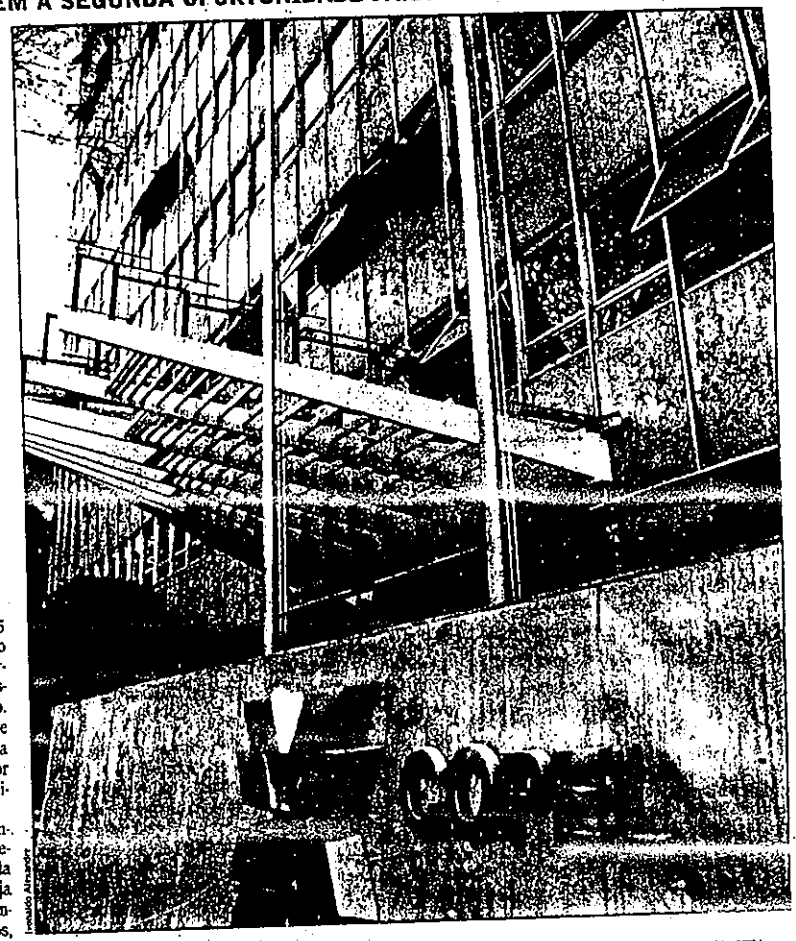
GP Participações e Votorantim Energia ainda estariam no páreo

Contudo, rumores do mercado sustentavam ontem que a Vale do Rio Doce vai participar do leilão. O anúncio de desistência da empresa seria apenas "jogo de cena". Outra informação que circulou na

des que o preço mínimo (R$ 5,065 bilhões) estaria muito alto. Foi o que fez ontem a Votorantim Energia, que informou ainda estar "estudando" a participação no leilão. A GP comunicou, via assessoria de imprensa, que encaminhou toda a documentação para participar, por meio do consórcio Altere Participações, e que "está no páreo".

Mas analistas de mercado consideram improvável que a empresa faça o depósito da garantia. Ela está muito "alavancada", ou seja fez muitos empréstimos para montar sua carteira de investimentos, que inclui ativos como Telemar e América Latina Logística.

Apesar de o secretário de estado da Fazenda e presidente da Copel, Ingo Hübert, ter dito há cerca de um mês que não vender a estatal levaria o Paraná ao "caos" administrativo, a privatização parece não ter mais a mesma urgência. Na semana passada os secretários Miguel Salomão (Planejamento) e Alceni Guerra (Casa Civil) afirmaram que o estado já não depende da venda da empresa para colocar as contas em dia. Segundo eles, há dinheiro suficiente em caixa, garantido pelo aumento da arrecadação de impostos.



Empresas interessadas acham que o preço mínimo (R$ 5,065 bilhões) é muito alto.

Cassada liminar que impedia o leilão

Vice-presidente do TRF disse que a lei está sendo respeitada

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL Federal, de-

percentuais variaram entre 10% e 20% do preço mínimo.

Outro argumento do vice-presidente do TRF, em Porto Alegre, foi que a interferência do Poder Judiciário nos processos de privatização deve ocorrer quando estiver sendo respeitado o caso do processo de privatização da Copel. O desembargador Nylson Paim

Nova ação popular tenta impedir venda da energética

O VEREADOR ANDRÉ PASSOS (PT) INGRESSOU ontem na Justiça Federal de Curitiba com ação popular para que o processo de privatização da Copel seja encerrado. A alegação é que o governo do Paraná deveria ter marcado

Empresas interessadas reclamam que o preço mínimo (R$ 5,065 bilhões) é muito alto.

Das três participantes aprovadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pela Companhia Brasileira de Licitação e Custódia (CBLC), a Tractebel e a Vale do Rio Doce anunciaram que estão fora da disputa. Restam a GP Participações e a Votorantim (que junto com a Vale se inscreveu como consórcio Maromba).

GP Participações e Votorantim Energia ainda estariam no páreo

Contudo, rumores do mercado sustentavam ontem que a Vale do Rio Doce vai participar do leilão. O anúncio de desistência da empresa seria apenas "jogo de cena". Outra informação que circulou na *segunda-feira é a de que o governador* Jaime Lerner foi a Nova Iorque não só por compromissos familiares, mas também para viabilizar financiamento de pelo menos um concorrente.

As pré-qualificadas do processo reclamaram em várias oportunidades da América Latina Logística.

Apesar de o secretário da Fazenda e presidente da Copel, Ingo Hübert, ter dito há cerca de um mês que não vender a estatal levaria o Paraná ao "caos" administrativo, a privatização parece não ter mais a mesma urgência. Na semana passada os secretários Miguel Salomão (Planejamento) e Alceni Guerra (Casa Civil) afirmaram que o estado já não depende da venda da empresa para colocar as contas em dia. Segundo eles, há dinheiro suficiente em caixa, garantido pelo aumento da arrecadação de impostos.

A privatização, defenderam, é necessária para resolver o rombo previdenciário, e para "salvar" a companhia da impossibilidade de competir no mercado liberado dentro de dois anos.

– Rogério de Souza Neto

BOLSA DE VALORES

Ações voltam a valorizar-se

As ações da Copel voltaram a subir ontem, quando o foi remarcada a data do leilão da estatal. As ações operaram em alta de 4% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo, recuperando parte das perdas da semana passada. Depois do adiamento do leilão, na semana passada, as ações da empresa chegaram a cair 19%. Ontem, os papéis Copel ON foram cotados a 15,60 reais. Os preferenciais tiveram alta de 4,63%, negociados a 13,56 reais. Os papéis Copel ON acumulam no ano alta de 22,57% e os da Copel PNB registram desvalorização de 12,58% no mesmo período.

Cassada liminar que impedia o leilão

Vice-presidente do TRF disse que a lei está sendo respeitada

O VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL Federal, desembargador Nylson Paim de Abreu, cassou ontem a liminar concedida na última terça-feira pelo juiz da 7.ª Vara Federal de Curitiba, Álvaro Eduardo Junqueira, ao empresário Guilhobel Aurélio Camargo. Esta era a única liminar até o final da tarde de ontem que impedia a realização do leilão de privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel), marcado numa segunda data para o dia 12 próximo.

Ao cassar a liminar, o desembargador Nylson Paim de Abreu disse que o governo do Paraná não infringiu a Lei de Licitações e que a garantia exigida no valor de R$ 400 milhões corresponde a 10% do preço mínimo. O valor da garantia, segundo o governo, está alinhado com os demais processos de privatização do setor que ocorreram entre 1998 e 2000, cujos percentuais variaram entre 10% e 20% do preço mínimo.

Outro argumento do vice-presidente do TRF, em Porto Alegre, foi que a interferência do Poder Judiciário nos processos de privatização somente deve ocorrer quando a lei não estiver sendo respeitada, o que não é o caso do processo de desestatização da Copel.

O desembargador Nylson Paim de Abreu destacou ao suspender a liminar que a não concretização do leilão de venda da Copel traria sérios prejuízos aos programas sociais previstos.

A 2.ª Vara da Fazenda Pública arquivou ação protocolada pelo senador Roberto Requião, que pedia a suspensão do processo de privatização por falha jurídica. Na semana passada, o governo paranaense conseguiu na Justiça Federal a cassação de outras três liminares que suspendiam o leilão.

Em todos os despachos, o presidente do TRF, desembargador Teori Zavascki, considerou que a suspensão do processo retarda a aplicação de recursos na área da previdência, saúde e bem estar social e provoca a queda do valor das ações da Copel, trazendo prejuízo à economia pública.

– Miriam Gasparin

Nova ação popular tenta impedir venda da energética

O VEREADOR ANDRÉ PASSOS (PT) INGRESSOU ontem na Justiça Federal de Curitiba com ação popular para que o processo de privatização da Copel seja encerrado. A alegação é que o governo *do Paraná deveria ter marcado um novo leilão até às 18 horas do* dia 30, conforme determina a Lei de Licitação, e não depois, como ocorreu. Outra alegação do advogado Guilherme Amintas, que representa o vereador, é que como não houve interessados na Copel, tendo em vista que as garantias financeiras não foram depositadas na data marcada no edital, conclui-se que o processo licitatório foi encerrado. Para o secretário de governo, José Cid Campêlo Filho, a alegação desta ação popular não procede, já que no dia 30, até às 22 horas, existiam três liminares que impediam a realização do leilão de venda da Copel. "Com as liminares, as empresas pré-qualificadas não podiam apresentar as garantias. Somente conseguimos marcar uma nova data para o leilão depois que as liminares foram cassadas", explicou Campêlo.

Colapso energético leva Califórnia à emergência

Bloomberg News

Sacramento — O governador da Califórnia, Gray Davis, declarou estado de emergência para salvar suas duas maiores distibuidoras de energia elétrica da falência, enquanto o estado enfrentava ontem o segundo dia de blecautes. Davis informou que a California Power Exchange, que compra energia das geradoras em nome das distribuidoras, dispõe de cerca de 45% de força a menos do que elas necessitam "para manter as luzes acesas". O déficit é de 14 mil megawatts, energia necessária para 1,4 milhão de domicílios.

Os blecautes interromperam, na quarta-feira, o fornecimento de energia elétrica para residências e empresas pela primeira vez desde que começou a crise energética no estado. As empresas PG&E Corp., Edison International e suas subsidiárias, as duas maiores da Califórnia, estão próximas da falência devido a um programa datado de 1996 de liberalização do setor energético do estado, que fez com que elas pagassem mais pela energia que compram sem poder repassar a diferença aos consumidores.

Davis instou o Legislativo a aprovar uma verba de pelo menos US$ 500 milhões para a compra de energia para a Pacific Gas & Electric da PG&E e para a Southern California Edison da Edison. Os recursos, juntamente com os liberados pela ordem de emergência, manteriam as concessionárias solventes até que fosse conseguida uma operação de salvamento, disse Davis.

As quatro maiores fornecedoras de energia para a Califórnia estavam dispostas a pedir a falência imediata das distribuidoras, disse Davis em um discurso pela televisão. "Southern Co., Reliant Energgy Inc., Dynegy Inc. e Duke Energy Corp. concordaram em nos fornecer a energia elétrica para manter as luzes acesas", se a verba para estes gastos fosse aprovada ontem.

A PG&E deixou de pagar US$ 76 quarta-feira e a Edison suspendeu pagamentos de US$ 596 milhões a detentores de bônus e fornecedores, esta semana. As geradoras de energia elétrica responderam reduzindo o fornecimento ao estado.

A declaração de Davis permitiu que o Estado utilizasse a verba do orçamento do Departamento de Recursos Hídricos da Califórnia para comprar energia para as distribuidoras. A agência dispõe de uma reserva de US$ 500 milhões para compras de emergência e pode utilizar mais verbas do fundo geral do estado, disse Paul Patterson, um analista do setor energético no Crédit Suisse First Boston.

A ordem de ajuda de emergência veio horas depois que a Pacific Gas & Eletric havia começado os blecautes para economizar energia, sob as ordens da California Independent System Operator (ISO), cuja grade transmite três quartos da eletricidade do estado. Interrupções em pontos espalhados afetaram centenas de milhares de consumidores no Norte da Califórnia. Em algumas cidades, os semáforos ficaram apagados e houve outros problemas.

Os privilégios da PG&E nas negociações na Bolsa de energia controlada pelo Estado seriam suspensos hoje, em conseqüência do não pagamento, disse a companhia em um relatório apresentado à Comissão de Valores Mobiliários. A Bolsa exige agora que a companhia ofereça uma garantia para poder comprar eletricidade, diz o relatório.

A PG&E informou que deve US$ 583 milhões à ISO que vencem no dia 1º de fevereiro e outro pagamento de US$ 1,2 bilhão a vencer no dia 2 de março. Além disso, deverá pagar ainda US$ 100 milhões à Bolsa de energia até 15 de fevereiro. Também deve US$ 820 milhões a um grupo de operadoras de usinas elétricas que vencem no mês que vem, embora não tenha especificado a data. "Estas quantias ultrapassam consideravelmente as atuais reservas de caixa de US$ 700 milhões", disse a PG&E em uma declaração. A controladora tem atualmente reservas de caixa de cerca de US$ 347 milhões, segundo a declaração.

O secretário da Energia, Bill Richardson, prorrogou até 23 de janeiro a ordem de socorro de emergência que exige que as geradoras vendam energia elétrica à Califórnia. Richardson emitiu a ordem original no dia 14 de dezembro, depois que as geradoras do Noroeste se recusaram a vender energia à Califórnia, temendo que as distribuidoras não pudessem pagar.

A PG&E e a Edison estão pagando 20 vezes mais pela energia do que gastavam há um ano, devido ao número reduzido de usinas elétricas, ao aumento da demanda e a um inverno inusitadamente seco que reduziu a produção nas hidrelétricas. A legislação que Davis tenta ver aprovada não passa de um paliativo. O Legislativo está debatendo um projeto de lei separado que permitiria ao Estado comprar energia por meio de contratos plurianuais e limitar o preço que paga a US$ 55 por megawatt hora. Muitas geradoras estão criando obstáculos a este preço.

A Pacific Gas & Eletric começou os blecautes às 11h40 locais na Califórnia. As interrupções terminaram duas horas mais tarde, depois que geradoras canadenses passaram a enviar energia para o estado. Durante os blecautes, que visavam evitar o colapso total do sistema de eletricidade, os clientes perderam cerca de uma hora de energia. Anteriormente, a ISO impôs um alerta Fase Três pelo segundo dia consecutivo, depois que as reservas caíram para perto de 1,5% da demanda.

Os preços por hora na Bolsa de energia, onde a Pacific Gar & Eletric e Southern California Edison compram a maior parte do que distribuem, chegaram a US$ 629,64 — 20 vezes acima de um ano atrás — durante o pico da demanda, quarta-feira. A preocupação com a capacidade financeira das distribuidoras pode ter levado as geradoras a ficar ainda mais temerosas de vender-lhes energia, precipitando a crise. ■

Abraham não apresentou solução

Dow Jones Newswires

Washington — O ex-senador Spencer Abraham, republicano de Michigan, o escolhido para encabeçar o Departamento de Energia dos EUA, não ofereceu qualquer esclarecimento ontem sobre como o próximo governo reagirá à crise de energia elétrica da Califórnia. Testemunhando na audiência de sua confirmação ao cargo perante a Comissão de Energia do Senado, adiou qualquer apreciação do colapso do mercado de energia elétrica do estado para depois da posse de Bush, a realizar-se amanhã.

A audiência foi marcada pelos apelos dos parlamentares do Noroeste do Pacífico para que Bush cancele o decreto de emergência do Departamento de Energia que determina que as geradoras de energia elétrica da região abasteçam o estado. E a senadora Dianne Feinstein, democrata pela Califórnia, disse que o governador, Gray Davis, e os parlamentares do Estado precisam sancionar um pacote de securitização do Estado para assegurar os US$ 8 bilhões em custos não-cobertos em que as centrais elétricas incorreram no competitivo mercado, parcialmente desregulamentado, da Califórnia. Não se deveria permitir que as financeiramente combalidas divisão Southern California Edison Co., da Edison International, e divisão Pacific Gas & Electric Co. da PG&E, resvalem para a falência, disse Feinstein. "Seria prematuro especular sobre as possíveis medidas a serem tomadas quando o governo for empossado", disse Abraham, em resposta a questões sobre como o presidente eleito Bush pretende reagir aos problemas de energia elétrica que perturbam a Califórnia e Wall Street. Os altos funcionários do governo Bush não participaram das discussões que levaram o Legislativo da Califórnia a redigir a minuta da legislação de combate à crise, que aguarda aprovação, observou Abraham.

A equipe de Bush está silenciando em torno da questão, de modo a não "perturbar a série muito importante de reuniões e deliberações em curso", disse ele. "Estamos muito preocupados com o problema", disse Abraham sobre a crise, que levou as duas maiores companhias de geração de eletricidade do estado à beira da falência. A questão está sendo analisada como "problema de altíssima prioridade", disse Abraham. A esta altura, os funcionários do futuro governo preferem permitir que as deliberações do Estado prossigam "sem especulações" com relação aos planos do próximo governo, disse ele.

O senador Frank Murkowski, republicano pelo Alasca, que retomará a presidência da Comissão de Energia, qualificou a resposta de Abraham como apropriada, em vista das negociações na Califórnia e ao fato de Abraham não ter sido ainda confirmado pelo Senado. No entanto, advertiu "seria de bom alvitre o senhor ter algumas respostas depois do dia 20". ■

G.P. 16/AGOSTO/2001

A MAIS LONGA SESSÃO

Discussão durou mais de 22 horas e não teve votação

A MAIS LONGA SESSÃO plenária da história da Assembléia Legislativa discutiu três propostas que tentam barrar a privatização da Copel. A sessão entra na história do Paraná por isso e também por tratar pela primeira vez de um projeto de iniciativa popular. Quando os trabalhos começaram na segunda-feira, às 14h30, os parlamentares apostavam que ela demoraria e que não seria calma. Ninguém imaginava, entretanto, que teria mais de 24 horas e que seu desenlace contaria com a participação direta de manifestantes.

CLIMA TUMULTUADO

Logo no início, o **clima tumultuado nas galerias** foi determinante para que começassem os desentendimentos entre as pessoas que apoiavam o projeto popular e o presidente da Casa, deputado Hermas Brandão. Pedindo silêncio, o parlamentar ameaçava chamar os seguranças para retirar as pessoas que ocupavam a platéia caso não tivesse um mínimo de ordem.

PRIMEIRAS SURPRESAS

Já no começo também surgiram as primeiras surpresas, dando uma mostra do que viria nas próximas horas. O deputado Tiago Amorim (PTB), que inicialmente votaria com a base governista, declarou que estava a favor dos projetos que tentavam barrar a privatização. Logo em seguida, o parlamentar **Chico Noroeste** (PFL) tomou a mesma decisão. Uma salva de palmas da platéia, gritos de incentivo e abraços da bancada da oposição foram as boas vindas dadas para as duas adesões.

GOVERNO 27 OPOSIÇÃO 25

Mas como o governo continuava sendo o potencial ganhador da votação – contando com 27 dos 52 votos – a oposição manteve sua pressão sobre os deputados da bancada. Os alvos foram os parlamentares Luiz Fernandes Litro (PSDB) e Custódio da Silva (PFL). Ambos foram tão pressionados a mudar seu voto que os governistas acharam por bem levá-los para a sala da liderança, deixando-os separados do restante dos deputados. Alguns oposicionistas chegaram a dizer que Litro estaria tentando sair da Assembléia pela janela e correram para fora tentando ver e impedir a fuga.

PRIMEIRA VOTAÇÃO

Passados os discursos, o primeiro projeto entrou em votação. Tratava-se da proposta apresentada por Divanir Braz Palma determinando a suspensão do processo licitatório da companhia por nove meses. A oposição, que não conseguiu fazer com que os votos fossem nominais, perdeu também a primeira batalha da noite. Com um placar de 26 votos contra e 26 a favor, o projeto foi arquivado após ser vetado pelo presidente da Casa, Hermas Brandão, que vota quando há empate.

PROJETO POPULAR

Na seqüência, entrou em pauta o projeto popular contra a venda da Copel. De início, o deputado Algaci Tulio fez um requerimento dizendo que o projeto não teve o trâmite correto na Casa. Segundo ele, a mesa teria que designar um deputado responsável pela defesa da proposta que tivesse a anuência do primeiro signatário do documento, no caso o ex-deputado Nelton Friedrich. Durval Amaral interviu e propôs que seu requerimento transformando a sessão em uma Comissão Geral resolveria o problema, porque esta teria competência para votar "qualquer coisa".

TRABALHOS RECOMEÇAM

Suspensa a sessão várias vezes, na retomada dos trabalhos às 6h20 começa uma briga entre os deputados Fernando Ribas Carli, Orlando Pessuti, Nereu Moura, Durval Amaral e Algaci Tulio. Tudo porque o nome designado para defender o projeto popular foi Carli, da base do governo. "Isto é um golpe", gritava Irineu Colombo, enquanto os quatro outros parlamentares se empurravam. Tulio e Amaral chegaram a cair no chão com o embate.

As 7h00 o clima, antes bélico, estava mais calmo na Assembléia. Recuperada a tranqüilidade, os deputa-

NOTAS POLÍTICAS

Filiação

Apesar de o presidente do PSB de Curitiba, Michele Caputo Neto, ter divulgado ontem uma nota oficial, informando a decisão do vice-prefeito em filiar-se ao partido, Beto Richa não confirmou a informação. "As conversas estão bem encaminhadas. A minha decisão sobre meu futuro partidário será anunciada em setembro", esclareceu Richa.

Ética

As lideranças das bancadas de oposição na Câmara dos Deputados aprovaram ontem moção defendendo a imediata votação dos projetos de lei que compõem o pacote ético lançado pelo presidente da Casa, Aécio Neves. Na nota, os líderes manifestam sua convicção de que "o argumento de que é necessário discutir melhor determinados projetos, antes de levá-los a votação não passa de pretexto protelatório".

Defesa 1

Interrogando por que deve ser punido alguém que pretende, contribuir para que se passe a limpo o país, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) levou ao conhecimento do plenário do Senado o teor da defesa formulada pelos seus advogados, René Ariel Dotti e Antônio Silveira Brasil Filho, e que ele apresentou à Executiva do PSDB.

Defesa 2

Dias respondeu à notificação partidária que pretende expulsá-lo dos quadros da legenda por ter assinado o pedido de instalação da CPI da Corrupção. "Está em discussão o direito à liberdade do exercício do mandato parlamentar e, se a autoridade pública deve buscar sintonia com a sociedade ou se deve obedecer aos ditames, de quem eventualmente exerce o poder no país", defendeu Alvaro Dias.

Defesa 3

O senador frisou que ao assinar o documento não descumpriu norma do partido. Ao contrário, comportou-se em atenção às suas linhas pragmáticas, principalmente à ética na administração pública. Por fim, Alvaro explicou que apresentou a defesa perante a Executiva Nacional do PSDB não porque tenha de se defender de algo, mas em respeito àqueles que não concordam com a atitude da direção partidária.

Esperança

O senador Roberto Requião manifestou ontem a esperança de que os deputados do Paraná impeçam a venda da Copel. Segundo o senador, "nem tudo está perdido".

Visita

O Governador de Mato Grosso, Dante de Oliveira (PSDB) estará em Londrina no próximo dia 20. Vem acompanhado de uma comitiva de empresários, afim de detectar possíveis intercâmbios de investimentos entre o Paraná e Mato Grosso. Cogitado como uma terceira via dentro do PSDB à sucessão presidencial, Dante de Oliveira vem percorrendo o país.

PINGA-FOGO

governistas acharam por bem levá-los para a sala da liderança, deixando-os separados do restante dos deputados. Alguns oposicionistas chegaram a dizer que Litro estaria tentando sair da Assembléia pela janela e correram para fora tentando ver e impedir a fuga.

SOCOS E PONTAPÉS

No início da noite **novos tumultos** na Assembléia fazem com que a sessão seja suspensa diversas vezes. Em uma das brigas, os manifestantes contra a privatização tiveram uma briga com os que assistiam a votação torcendo pela rejeição do projeto. Socos, pontapés e puxões de cabelo duraram cerca de cinco minutos, mas foram motivo suficiente para nova ameaça de retirada do público do plenário. "A sessão está sem controle", declarou o deputado líder do governo, Durval Amaral.

OUTRA SURPRESA

Logo depois das oito da noite, quando a sessão completava seis horas, outra surpresa. O secretário de Estado de Transporte, Nelson Justus, chega na Assembléia. O boato era que Justus deixaria o cargo de secretário para reassumir seu cargo na Casa fazendo Custódio da Silva voltar a ser suplente. Versão que ele negou. "Estou aqui apenas para dar força aos meus companheiros", disse Justus.

BATALHÃO DE CHOQUE É ACIONADO

O burburinho deu lugar ao primeiro momento mais tenso da noite. Doze carros do Batalhão de Choque da Polícia Militar chegaram na Assembléia trazendo centenas de policiais. Como as notícias eram de que eles tentariam retirar a platéia, os deputados da oposição fizeram um "cordão de isolamento" nas entradas das galerias dando-se os braços. A situação foi contornada por alguns momentos e os parlamentares chegaram a voltar para o plenário, mas a calmaria durou pouco. Os PMs trancaram as passagens das galerias e nem mesmo os deputados conseguiam passar pelos corredores. Algaci Tulio chegou a levar alguns empurrões. As viaturas da Rone permaneceram ao redor da Assembléia desde então.

ALVARO CHEGA

Outra surpresa da noite: a chegada de **Alvaro Dias** (PSDB) especialmente para tentar modificar o voto de Luiz Fernandes Litro (PSDB). Aparentando muito cansaço e desgaste, o deputado ficou por mais de duas horas conversando com o senador. No final, Litro permaneceu firme e continuou votando com o governo: Toda a pressão passada por ele, porém, tive um efeito ruim em seu sistema nervoso e o político foi levado novamente direto para a sala da Liderança do governo. "Ele está descontrolado emocionalmente", disse a deputada Serafina Carrilho.

corredor, enquanto os quatro outros parlamentares se empurravam. Tulio e Amaral chegaram a cair no chão com o embate.

SINAIS DE CANSAÇO

As 7h00 o clima, antes bélico, estava mais calmo na Assembléia. Recuperada a tranqüilidade, os deputados tiveram tempo e demonstravam sinais claros de cansaço. Alguns bocejavam, outros reclinavam-se nas cadeiras, tentando esconder o sono que atingia a todos. Dezessete horas depois de iniciar a sessão, nenhuma resposta sobre o projeto de iniciativa popular.

MAIS DISCURSOS

Enquanto alguns representantes da oposição permaneciam fazendo seus discursos, outros afirmavam que mesmo se perdessem a batalha na Assembléia, poderiam tentar a Justiça para impedir a privatização.

CHEGANDO À EXAUSTÃO

Às 10h30, passadas 20 horas do início da votação, não havia como negar o desgaste dos deputados. **Eles mesmos já diziam estar exaustos**, quando a única abstenção até então decidiu ir até a Assembléia e declarar seu voto. Sérgio Spada, ex-secretário do governo Lerner, chega ao plenário e declara que vota a favor do projeto de iniciativa popular.

SURPRESA FINAL

Quando a hora do almoço estava para chegar e parecia que a decisão seria tomada, o movimento contra a privatização da Copel traz a surpresa final. Estudantes, professores, funcionários públicos e diversos manifestantes reúnem-se diante da Assembléia pedindo para acompanhar à votação. Com a proibição, os populares decidiram invadir a Assembléia, tomando o plenário e todas as galerias. Os cálculos eram de que 800 pessoas entraram no local, em uma manifestação inédita na história da Casa.

SURPRESA FINAL

Ainda decidindo o que fazer, o governo teve que enfrentar o princípio de enfarte do deputado Luiz Fernandes Litro. Depois do desgaste da noite e da pressão sofrida o parlamentar foi levado para um hospital para exames. Se permanecer afastado de suas funções, assume seu suplente, Luis Antônio Baratter.

Dias respondeu à notificação partidária que pretende expulsá-lo dos quadros da legenda dentro do PSDB à sucessão presidencial. Dante de Oliveira vem percorrendo o país.

PINGA-FOGO

O presidente da Assembléia, deputado Hermas Brandão (PTB), durante reunião com estudantes disse que em caso de empate ele vai votar. • • • Questionado pelo deputado Caito Quintana (PMDB) se ele votaria contra a venda. Brandão disse que sim. • • • Após a reunião, pressionado por jornalistas, o presidente da Assembléia desconversou disse que vai votar, mas não revelou se é a favor ou contra a venda da empresa estatal • • • Enquanto, ocorria, a votação do projeto popular impedindo a venda da Copel, estava sendo decidida em Brasília, a possível dissolução da direção estadual do PSDB. • • • Terminou ontem, na Câmara Municipal, a reunião Lationo-americano de Parlamentares Municipais.

e-mail:poltica@gazetadopovo.com.br

Gazeta do Povo - 30/10/01 - Pg 15

PRIVATIZAÇÃO ▮ BOLSA DE VALORES, NO CENTRO DO RIO DE JANEIRO, ESTÁ CERCADA PELA POLÍCIA MILITAR

Praça XV fecha para impedir acesso popular ao leilão da Copel

Só 200 pessoas credenciadas poderão entrar na sala do pregão, nesta quarta-feira

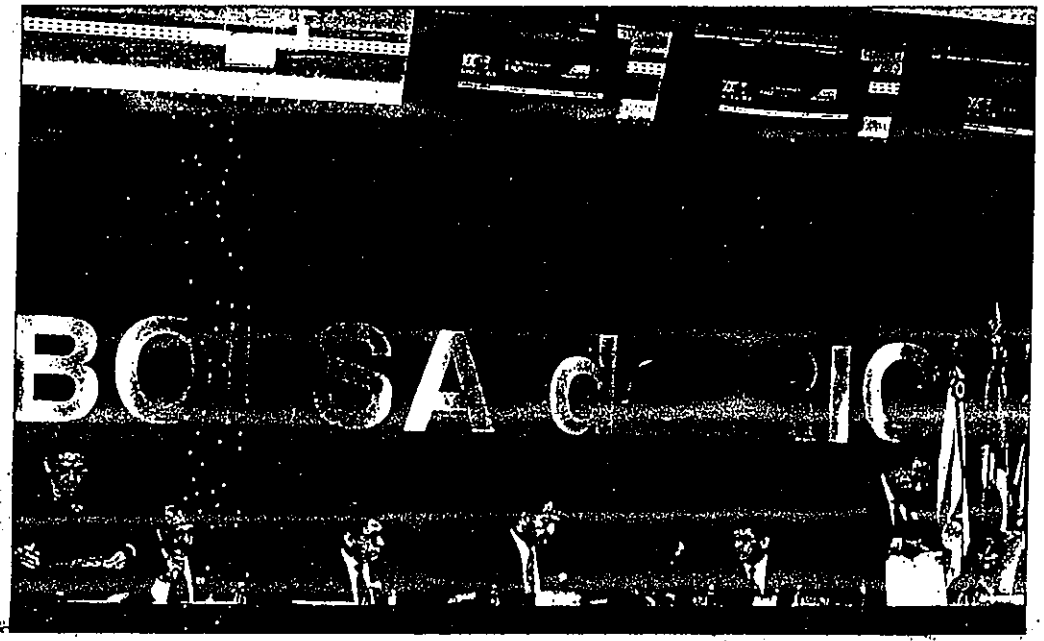
FALTANDO UM DIA PARA A REALIZAÇÃO DO leilão da Companhia Paranaense de Energia (Copel), a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro já tomou todas as providências para que não ocorra qualquer imprevisto durante o pregão. Desde a tarde do último domingo, todo o quarteirão da Praça XV, onde está localizada a bolsa, foi fechado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, informou ontem o presidente da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Reis. Somente terão acesso ao local da negociação as pessoas devidamente credenciadas pela Bolsa do Rio. O número de policiais que estarão trabalhando no local não foi revelado.

O secretário de Segurança do Paraná, José Tavares, telefonou na semana passada para a equipe de segurança pública do governador Antony Garotinho, alertando sobre a data do leilão e a necessidade de proteção policial contra possíveis protestos. O Fórum Popular contra a Venda da Copel e partidos de oposição, como o PMDB e o PT, estão organizando caravanas para o Rio de Janeiro para montar um acampamento em frente à bolsa. Em Curitiba, haverá mobilização a partir das 17 horas, no Centro Cívico. São esperadas 500 pessoas para levar velas acesas ao Palácio Iguaçu.

O leilão está marcado para começar às 10 horas, no Centro de Eventos Empresariais (CEE), que conta com uma área de 340 metros quadrados, e capacidade para até 200 pessoas.

Cinqüenta profissionais da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro estarão trabalhando no pregão. Cada um deles representará uma corretora. Os consórcios formados pela Dominó Holdings, GP Investimentos e Tractebel deverão se unir, fazendo uma proposta única.

Carlos Reis disse acreditar que se o governo paranaense não vender a empresa na data marcada corre o risco de perder uma grande oportunidade de negócio. O leilão de venda da Copel conta também com a participação da Bolsa de Valores do Paraná. O presidente da Bolsa de Valores do Paraná, Omar Camargo Filho, também não acredita em improvisos.



A Bolsa de Valores do Rio de Janeiro tem sediado leilões importantes, como o da banda E da telefonia móvel.

Fórum Popular organiza caravanas e acampamento em frente à bolsa

Justiça Federal indefere 2 liminares

PSC ajuíza no RJ duas ações contra a venda da empresa

O JUIZ FEDERAL ÁLVARO EDUARDO JÚNQUEIRA, da 7.ª Vara Federal de Curitiba, indeferiu ontem 2 duas liminares em ações populares que pediam a suspensão do leilão da Copel. Júnqueira entendeu que não há motivos para impedir que as empresas participem da licitação. O juiz Junqueira considerou "frágeis os argumentos levantados pelo autor".

Outra ação popular do mesmo autor também foi indeferida pela juíza substituta Stelly Gomes Pacheco, da 8.ª Vara Federal. Friedrich questionava o desvio de finalidade no ato administrativo que determinou a venda da Copel. Segundo a juíza, não cabe ao Poder Judiciário o julgamento [illegible] nando a manifestação dos réus em 72 horas por não haver tempo hábil para decisão antes do leilão.

PSC no Rio

O Partido Social Cristão (PSC), através dos integrantes da executiva regional, Giovani Gionédis, Mauro Moraes e Fábio Camargo, ingressou ontem com duas ações populares na Justiça Comum e na Federal [illegible]

Folha de Paraná - 13/12/98

Vender a Copel é 'insensatez', diz Richa

O ex-governador, hoje sem partido, não concorda com o processo de privatização colocado em curso pelo governo do Paraná

Leandro Donatti

O ex-governador José Richa (sem partido) não concorda com o processo de privatização da Copel, colocado em curso pelo governo do Paraná. Carro-chefe durante os quatro anos de sua administração, a Copel vai deixar de ser uma "companhia que leva o desenvolvimento para todos os pontos do Estado, na opinião do ex-governador. "Sou contra a privatização. A falta de recursos está sendo um instrumento de uma insensatez. O governo estadual pode vender o resto, o que quiser, mas não a Copel", defendeu Richa em entrevista concedida à Folha, durante a semana.

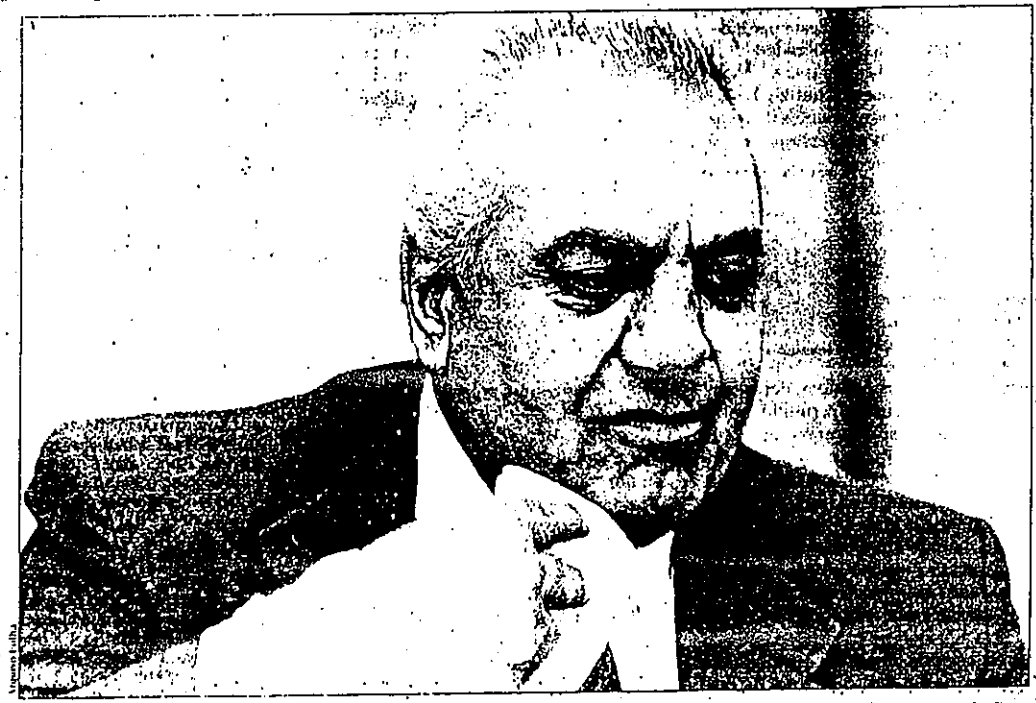
Na visão do ex-governador, a Copel "é um instrumento que deve continuar nas mãos do Estado". "É ilusão achar que a iniciativa privada vai ter interesse em estudar e buscar fontes alternativas." Richa chama a atenção ainda para as conseqüências e limitações dos recursos hídricos. "São recursos que causam problemas. No meu governo, desenvolvemos estudos que buscaram fontes alternativas de energia. A Copel não pode ser vista apenas como uma geradora de recursos energéticos, mas como um instrumento de incentivo para o setor como um todo", considerou.

Inconformado com os rumos que levam a companhia à privatização – na última terça-feira o governador Jaime Lerner (PFL) sancionou a lei que autoriza o governo a se desfazer de suas ações – José Richa lembra de como a Copel foi tratada durante seu governo. "Investimos R$ 300 milhões, R$ 104 milhões de um empréstimo feito ao Banco Mundial e R$ 200 milhões bancados pelo Paraná. Levamos energia para 127 mil propriedades rurais, o que representou o maior projeto da área desenvolvido na América Latina, o segundo maior do mundo", rememorou o ex-governador.

Segundo Richa, a fórmula para provar a importância estratégica da Copel é muito simples. "Não só no meu governo mas em qualquer governo, a eletrificação rural aumenta a renda das pequenas e das médias famílias; fixa o homem no campo; possibilita a implantação de um motor, para se produzir vassouras; traz o eletrodoméstico para as casas e melhora a qualidade de vida", exemplificou. "A Copel, desde que foi criada, numa visão excepcional do professor Parigot de Souza, foi sempre uma empresa de excelência na área de eletricidade."

Os argumentos apontados pelo governo – de que a entrega da companhia à iniciativa privada faz parte de uma política nacional desestatizante – não convencem o ex-governador. "A Copel sempre superou dificuldades e tirou os problemas de letra. Não temos a maior, mas a mais eficiente companhia elétrica do País, mais que as de São Paulo (Cesp) e de Minas Gerais (Cemig). Estamos em terceiro lugar no *ranking*", contabilizou. Richa entende que ainda que a entrega da Copel comprometa a infra-estrutura do Paraná. "O que deveria ser encarado como um setor vital."

Para o ex-governador, a entrega da Sanepar à iniciativa privada é um "sacrifício tolerável". O governo do Paraná já anunciou que até 2001 pretende privatizar a companhia e que, no momento, a empresa está sendo preparada legalmente e estruturalmente para o processo que se esboça. "O saneamento é também um setor muito importante para um governo estadual, mas incomparável com a Copel. Em último caso, a venda da Sanepar até poderia ser admitida. Por mim, poderia se desfazer do resto. Exceto da Copel, que não deve ser mexida", avaliou.



Arquivo Folha

Curto-circuito

José Richa, ex-governador, diz que o governo do Estado pode vender tudo menos a Copel. "A Copel é um instrumento que deve continuar nas mãos do Estado"

A estatal é rentável para o Estado do PR

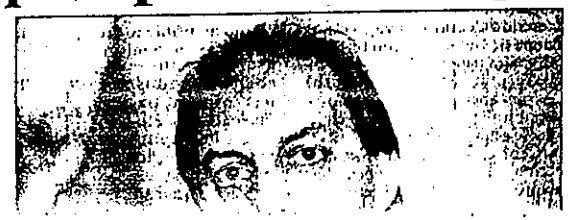
Em quatro décadas com a Copel sob o seu controle, o Paraná tornou-se o maior produtor de energia do Brasil, exportando em quase 80% a eletricidade produzida. Em 1997, suas usinas (16 hidrelétricas e três termelétricas) produziram 81 bilhões de quilowatts hora. Dos quais, 17 bilhões foram consumidos no Estado. O restante, cerca de 64 bilhões de quilowatts-hora foram distribuídos no eixo Sul/Sudeste/Centro-oeste.

Balancete fechado em setembro desse ano revela que o patrimônio líquido da Copel atingiu R$ 4,7 bilhões. O resultado da atividade foi de R$ 301,8 milhões nos primeiros nove meses do ano, 13,1% a mais do verificado em 1996 (R$ 266,8 milhões). E o lucro líquido do período de R$ 240 milhões, 14,5% a mais que no exercício anterior (R$ 209,7 milhões). A dívida da Copel hoje é de R$ 981,7 milhões, 20% do patrimônio líquido.

O êxito financeiro levou a direção da Copel a fazer negócios fora da sua esfera de atividade. Em maio desse ano, por R$ 186 milhões, a Companhia comprou 45% da composição acionária da Sercomtel. O consórcio formado pela Copel (20,69%), Vivendi (41,38%) e Construtora Andrade Gutierrez (37,93%) adquiriu um mês depois, em leilão, 39,7% do capital votante da Sanepar. A operação financeira movimentou R$ 249,8 milhões. (L.D)

Governo quer privatizar logo

Peça-chave na onda de privatizações declarada pelo governo Lerner, o secretário da Fazenda, Giovani Gionédis, não acredita que a privatização da Copel vai trazer prejuízos ao Paraná. "A Copel foi um carro-chefe para [illegible] as cidades boas, p[illegible] eletricidade. Hoje, [illegible] uma outra



G.P. 21/08/2001

BPF

Policiais e manifestantes se enfrentam no Centro Cívico

Três grandes conflitos marcaram o protesto de populares durante a votação dos deputados

O CENTRO CÍVICO SE TRANSFORMOU EM UM campo de batalha durante todo o dia de ontem. Manifestantes que queriam entrar para acompanhar a votação do projeto de lei contra a venda da Copel e policiais militares travaram vários conflitos. O primeiro confronto ocorreu pela manhã, quando os populares chegaram ao local e tentaram se aproximar da Assembléia Legislativa (AL). À tarde, em dois momentos também houve pancadaria – quando os manifestantes derrubaram as grades dos estacionamentos e apedrejaram o Tribunal de Justiça (TJ).

O Siate, do Corpo de Bombeiros havia atendido 13 pessoas até às 19 horas. Das pessoas feridas, cinco eram policiais militares e os socorridos foram encaminhados para os pronto-socorros dos hospitais Cajuru e Evangélico. Não há notícias de feridos com gravidade, apesar do grande tumulto e da confusão generalizada estabelecida durante os confrontos.

Batalhas

A PM fez um cordão de isolamento entre a AL e o Palácio da Justiça para impedir a aproximação dos cerca de três mil manifestantes. Em alguns momentos, populares tentavam furar o bloqueio da PM, que tinha na linha de frente soldados-alunos – sem capacete, colete e escudo. O coronel Justino informou que a corporação não dispunha de equipamento para todo o efetivo presente, segundo ele, 800 homens. Em um balanço, o coronel disse que o resultado da operação foi positivo. "Pela quantidade de pessoas e pelo tamanho da crise, a situação até que se manteve tranqüila", avalia.

De acordo com a PM, três estudantes foram presos – um por danos ao patrimônio e dois por portarem facas. Porém, a reportagem viu quatro jovens sendo levados para um carro da PM. Após o último conflito entre manifestantes e policiais, deputados federais da comissão de direitos humanos, que estavam na AL, atalmaram a situação discursando em caminhões de som.

Dos manifestantes presos, alguns deles foram acusados de danificar o carro Omega, que presta serviço ao desembargador Vicente Troiano Neto, que estava estacionado próximo ao local, presidente do Tribunal de Justiça.

– GLÁUCIA ELES

Policial arma golpe contra manifestante durante os conflitos de ontem no Centro Cívico.

Prédios próximos da Assembléia têm os vidros quebrados

A maioria dos integrantes do movimento era contra os atos dos vândalos

ALGUNS PRÉDIOS E EQUIPAMENTOS nas proximidades da Assembléia Legislativa (AL) foram depredados durante a manifestação. A grade do Tribunal de Justiça (TJ) também foram quebradas por pedradas. Um dos momentos mais marcantes foi quando um grupo de jovens arrancou as bandeiras do Brasil e do Paraná que estavam no mastro em frente ao tribunal.

Além disso, floreiras foram arrancadas para servir de lenha para uma fogueira que estava sendo acesa. Os integrantes do protesto também danificaram um Omega que estava estacionado em frente ao TJ. O prédio da Prefeitura teve de ser desocupado às pressas, pois alguns jovens tentavam invadir e quebrar o local.

Quando ocorreram os atos de vandalismo, os organizadores do movimento pediam para que os manifestantes parassem. Porém, os agitadores ignoravam as orientações, entrando em conflito com os próprios companheiros do movimento que repudiavam as ações violentas. "Nosso intuito não é quebrar nada. Isto está sendo realizado por pessoas que não tem consciência do real objetivo do protesto", lamentava o presidente da União Paranaense de Estudantes Secundaristas (Upes), Ednir Maciel.

Mais de 800 policiais foram mobilizados

Isolamento do Legislativo causou o primeiro conflito

POLÍCIA E MANIFESTANTES tiveram o primeiro conflito no Centro Cívico pela manhã. A Assembléia Legislativa foi isolada por policiais desde a noite de domingo. O esquema de segurança impediu o acesso de populares num raio de 200 metros do prédio do Legislativo. Por volta das 11 horas, três caminhões de som que acompanhavam uma passeata foram barrados na rotatória em frente a prefeitura de Curitiba: começam os gritos, os pontapés e as agressões com cassetetes. O londrinense Fábio Martins, 23 anos, professor de cursinho, foi ferido na cabeça. Agressões entre manifestantes e PMs continuaram e 20 minutos depois os caminhões conseguiram chegar até o prédio da Justiça Federal, onde a entrada foi definitivamente proibida.

A previsão da polícia era deslocar 800 homens para garantir a votação do projeto de iniciativa popular, mas entre meio-dia e uma hora a segurança foi reforçada, passando de mil homens. "De outra forma não conseguiríamos controlar as pessoas", justificou o coronel Justino, sobre a distância em que os manifestantes foram mantidos e sobre o número de policiais. Três barreiras de soldados e cavalaria impediam a passagem. A tropa de choque com cães se manteve mais próxima da Assembléia. Líderes sindicais, Movimento dos Sem-terra, estudantes secundaristas e universitários, mulheres de PMs, funcionários públicos federais em greve, vereadores e integrantes de diversos partidos políticos formavam a massa, que entoou palavras de ordem desde o início da manhã.

– ANA PAULA RODRIGUES

GAZETA DO POVO 21/08/2001

Votação vira batalha campal

Cinco PMs e 11 manifestantes são feridos em confronto em frente à Assembléia

BPP

JORNAL DO ESTADO 21/08/01 PAG a4

Ivan Santos

Cinco policiais e 11 manifestantes feridos, três pessoas detidas — uma por porte ilegal de arma - um veículo destruído, explosão de bomba caseira e confrontos durante todo o dia. Esse era, no início da noite de ontem, o saldo da "batalha campal" em que se transformou a terceira sessão consecutiva da Assembléia Legislativa, que rejeitou o projeto de iniciativa popular contra a privatização da Copel.

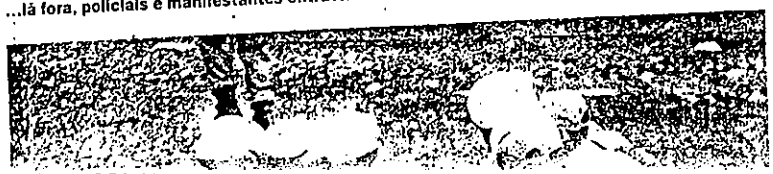
A tensão começou logo cedo. Mais de 800 policiais cercaram o prédio da Assembléia, impedindo a aproximação dos manifestantes, que chegaram no final da manhã. Um pouco antes do meio-dia, aconteceu o primeiro confronto, quando os manifestantes tentaram forçar a passagem de um carro de som e foram impedidos pelo cerco policial.

Dentro da Assembléia, somente deputados, funcionários da Casa, assessores, jornalistas e convidados foram autorizados a acompanhar a sessão, que começou às 15 horas, com 30 minutos de atraso. Logo no início, deputados de oposição contestaram a decisão do presidente da Assembléia, Hermas Brandão (PTB), que iniciou nova sessão, mesmo não tendo encerrado oficialmente a que foi interrompida na quarta-feira da semana passada, após a invasão do plenário por estudantes. Para os oposicionistas, a decisão de Brandão teria sido uma manobra anti regimental para permitir a participação na votação de Nelson Justus — secretário dos Transportes que foi exonerado do cargo para assumir a vaga do suplente Custódio da Silva, que havia declara-

Fotos: Jonas Oliveira

Enquanto os deputados discutiam, em mais uma maratona no plenário da Assembléia...

...lá fora, policiais e manifestantes entravam em confronto aberto, em frente ao prédio do TJ



so. Logo no início, deputados de oposição contestaram a decisão do presidente da Assembléia, Hermas Brandão (PTB), que iniciou nova sessão, mesmo não tendo encerrado oficialmente a que foi interrompida na quarta-feira da semana passada, após a invasão do plenário por estudantes. Para os oposicionistas, a decisão de Brandão teria sido uma manobra anti regimental para permitir a participação na votação de Nelson Justus — secretário dos Transportes que foi exonerado do cargo para assumir a vaga do suplente Custódio da Silva, que havia declarado ser contrário à privatização. Além de Justus, os governistas contavam com outro reforço — Luiz Fernando Litro (PSDB), que deixou o hospital onde estava internado desde a semana passada, especialmente para votar contra o projeto. Com isso, recuperaram a vantagem, somando 27 votos pró-privatização contra 26 da oposição.

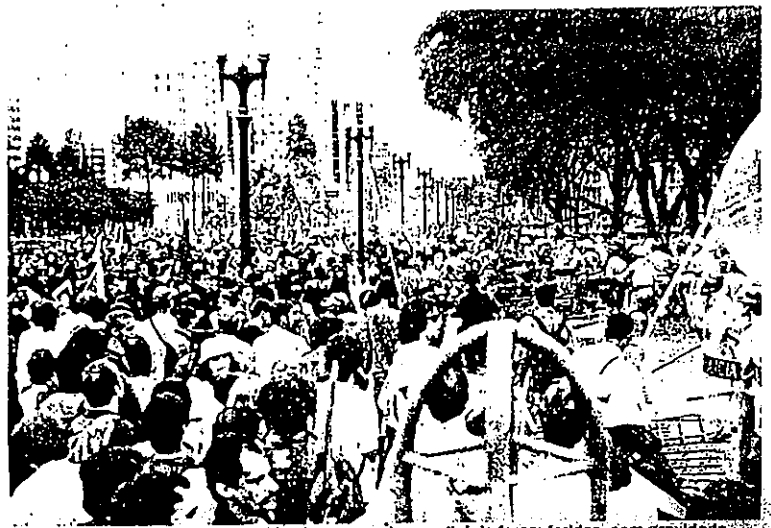
A exemplo do que já havia acontecido na semana passada, parlamentares oposicionistas e governistas iniciaram então uma nova guerra verbal no plenário. De um lado, a oposição, em minoria, tentando protelar a votação. Do outro, os governistas, procurando acelerar o processo para liquidar de vez o assunto.

Bomba — Um pouco antes das 18 horas, explodiu novo confronto, quando manifestantes atacaram policiais à pedradas, sendo rechaçados com violência. Um carro estacionado em frente ao prédio do Tribunal de Justiça foi atacado e parcialmente destruído. A situação só se acalmou no início da noite, quando a maioria dos manifestantes se dispersou.

Um pouco antes das 21 horas, outro incidente, desta vez do lado de dentro da Assembléia. Uma explosão ocorrida no banheiro localizado atrás do plenário, assustou os deputados, tranquilizados em seguida pela segurança da Casa, segundo a qual tudo não teria passado de uma bomba caseira, sem maiores consequências.

...lá fora, policiais e manifestantes entravam em confronto aberto, em frente ao prédio do TJ

Atacados a pedradas, PMs responderam com violência, e prenderam participantes do protesto



No confronto, 11 manifestantes e pelo menos cinco policiais foram feridos, sem gravidade

O Estado do Paraná 17/08/003 pg.10

O ESTADO DO PARANÁ 17/08/003 pg 10

Para lembrar da luta

Elizângela Wroniski

Uma exposição de fotografias retrata a luta de estudantes, políticos, sindicatos e até da igreja contra a tentativa de privatizar a Copel (Companhia Paranaense de Energia), em 2001. Nas lentes dos fotógrafos Carlos Alfredo Gomes, Everson Bressant, Denis Ferreira Neto (de O Estado), Marlise Bassfeld e Pablito Pereira, ficaram registradas as imagens que ajudaram a escrever este capítulo da história do Paraná. A mostra fica aberta ao público até o fim deste mês, na Biblioteca Pública do Paraná.

Há dois anos a Assembléia Legislativa votava um projeto de lei que permitiria ao governo do Estado privatizar a Copel. Vários setores da sociedade se reuniram contra a transação, e realizaram diversas manifestações de repúdio.

Pablito Pereira, o curador da exposição, diz que a mostra apresenta vários fatos que marcaram o acontecimento político. Talvez, por isso mesmo, que a mostra apresente imagens tão diferentes sobre o mesmo assunto. É possível contrastar a truculência entre policiais e manifestantes com o pacato manifesto de um grupo de idosos segurando bandeirinhas com a palavra "Não". Outra imagem mostra policiais enfileirados, como se formassem um muro de proteção, que mais tarde veio abaixo pela força dos manifestantes. Eles conseguiram entrar na Assembléia e impedir a votação final sobre o projeto. A irreverência também foi flagrada: no meio da multidão, um boneco representando a morte, segurando a Copel nas mãos.

Para Pablito, a fotografia desempenhou um papel importante na desistência de venda da Copel. Ele explica que ela serviu como ponte entre o que ocorreu naqueles dias e a população. "A fotografia é segunda realidade, a primeira é a vida real", enfatiza.

A estudante de jornalismo Michele Sessi, 21 anos, aprovou a qualidade do material apresentado. Conta que o que mais chamou sua atenção foi a fotografia de Denis, onde um rapaz ferido oferece uma flor a um policial. "É triste ver esse tipo de cena. Existem outras maneiras para resolver os problemas sociais", fala. Willian Jhonnes, 25 anos, estava lá no dia em que houve o conflito. "As fo-

Oposição espera 10 mil em marcha

Fórum já reúne 120 entidades

O Fórum, que mobilizou os últimos três meses a população paranaense, foi lançado oficialmente no dia 15 de março. Mais de 120 entidades, movimentos populares e sindicais, parlamentares, partidos políticos e personalidades fazem parte dessa organização em defesa de um patrimônio do Paraná. Dentre eles destacam-se a Associação Comercial do Paraná (ACP), o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea), a APP Sindicato, o Sindicato dos Engenheiros do Paraná (Senge), a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), a Igreja Católica e a Central Única dos Trabalhadores (CUT). "A venda da Copel é incompreensível, uma insensatez. É um crime que lesa o Paraná para esta e outras gerações", afirmou Friedrich.

Dentre os argumentos do Fórum Popular, destacam-se o esforço econômico, tecnológico e social, que contabilizam em dezoito usinas; o lucro líquido da empresa no ano passado de quase R$ 400 milhões; a atuação da Copel no Brasil, China, Argentina, Colômbia, Malásia, Paraguai e Chile; e a qualidade na geração, transmissão e distribuição de energia. "Os argumentos técnicos e jurídicos são superiores a qualquer argumento de venda. Eu acredito que a empresa não será privatizada porque não há como explicar uma manifestação social", opinou Nelton Friedrich.

A primeira assinatura contra a venda da estatal foi a do governador de Minas Gerais, Itamar Franco (PMDB), que esteve em Curitiba no dia 19 de março. "Como defendo o sistema energético brasileiro é claro que não defendo a privatização", afirmou Itamar na época. "Os argumentos para a privatização são muito frágeis". Neste período diversas manifestações de manifesto foram promovidas, como a realização de palestras, distribuição de panfletos e velas, e a colocação de um 'placar da ética' com o nome dos deputados estaduais

Fórum entregará ao presidente da AL projeto popular contra venda da Copel.

Fabiane Prohmann

Dez mil pessoas de todo o Paraná estão sendo esperadas amanhã na Praça Santos Andrade, em Curitiba, para a Marcha do Paraná, uma iniciativa do Fórum Popular Contra a Venda da Copel. O ponto final da caminhada será a Assembléia Legislativa, quando vai ser entregue ao presidente da Casa, deputado Hermas Brandão (PTB), as mais de 95 mil assinaturas necessárias para dar início ao Projeto de Iniciativa Popular que pede a não privatização da Companhia Paranaense de Energia Elétrica.

Os três senadores paranaenses, assim como diversos deputados federais, estaduais e vereadores, já confirmaram presença. Também Dom Pedro Fedalto, arcebispo metropolitano, garantiu que estará no evento. Esta é a primeira vez na história do Paraná que a Assembléia recebe um projeto de iniciativa popular.

A concentração tem início às 11h, na Praça Santos Andrade, em frente à Universidade Federal do Paraná. "Escolhemos o local de propósito, porque a universidade foi escolhida como símbolo de Curitiba", lembra o coordenador-geral do Fórum, Nelton Friedrich, expresidente do Conselho Administrativo da empresa.

Projeto

De lá, a marcha segue pela Marechal Deodoro e Marechal Floriano Peixoto, até a Praça Tiradentes, pegando a Barão do Cerro Azul e terminando na Cândido de Abreu, em frente à Assembléia. Lá foi montado um palco, de 14 metros, onde será realizado o ato de entrega do Projeto Popular. "O presidente da Casa subirá ao palco para receber as assinaturas", contou o coordenador do Fórum.

Segundo o artigo 67 da Constituição Estadual para que ele seja votado pela Assembléia Legislativa é necessário obter 1% de assinaturas equivalente ao eleitorado, o que corresponde a 63 mil assinaturas, que durante os últimos meses foram coletadas em cinqüenta municípios. Só em Curitiba eram necessárias cerca de doze mil. O número de assinaturas, 95 mil até sexta-feira pela manhã, foi acima do exigido por lei, e muito mais do que esperavam os próprios coordenadores do Fórum. Como é popular o projeto não terá que passar pelas Comissões da Casa, e irá automaticamente para votação em plenário.

☐ *Nelton Friedrich: 95 mil assinaturas contra a privatização da Copel.*

☐ *Hermas Brandão receberá o projeto em um palco montado em frente à AL.*

Placar ainda continua favorável ao governo

Embora alguns deputados garantam que mudaram de opinião, o 'placar' do fórum continuava até o final da semana em 26 votos contra a venda e 28 a favor. No entanto, todos os deputados foram convidados a serem co-autores do projeto, através de sua assinatura, comprovando com isso definitivamente sua posição. "Eles serão chamados, um a um, para subir no palco e dizer perante todos os manifestantes qual é sua posição", explicou Friedrich. Na verdade esse posicionamento dos deputados refere-se à revogação da Lei n.º 12.355, que permite a venda das ações da Copel, e não ao projeto popular.

Os três senadores paranaenses, Roberto Requião (PMDB), Álvaro Dias e Osmar

início da discussão se colocaram contrários à privatização. Segundo eles, nada justifica a venda de um patrimônio como a Copel, que nos últimos anos só tem dado lucros ao Estado.

Já entre os deputados federais, Rubens Bueno (PPS), Luiz Carlos Hauly (PSDB), Max Rosenmann (PSDB), Gustavo Fruet (PMDB), Padre Roque Zimmerman (PT) e Florisvaldo Fier, o Dr. Rosinha (PT) se posicionaram contra a venda, e questionaram os motivos apresentados pelo governador do Paraná, Jaime Lerner (PFL), como a perda de competitividade a longo prazo. Entre os 35 vereadores curitibanos, 24 também declararam ser contrários à posição do governo em querer privatizar a compa-

O ESTADO DO PARANÁ
CURITIBA, DOMINGO, 10 DE JUNHO DE 2001

Gazeta do Povo - 02/10/01

PRIVATIZAÇÃO | MAIS TRÊS EMPRESAS E UM CONSÓRCIO DEMONSTRARAM INTERESSE NA COMPANHIA

Leilão da Copel atrai gigantes mundiais do setor de energia

Para especialistas, compra da estatal é um dos melhores negócios do Brasil

MAIS TRÊS EMPRESAS E UM CONSÓRCIO demonstraram interesse no leilão da Copel, programado para 31 de outubro e que possivelmente será realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O data-room da estatal paranaense recebeu inscrições da Duke Energy, 17.ª colocada no cobiçado ranking da revista Fortune que elege as maiores companhias dos Estados Unidos; a NRG Energy, tida como uma das mais competitivas do setor no mundo; e a italiana Enel, que quer estender sua atuação para fora da Europa. O Consórcio VBC, formado pelos grupos Votorantim, Bradespar e Camargo Corrêa e que detém, entre outras, participações sobre a Bandeirante Energia e a RGE, fez uma consulta informal aos técnicos do sistema.

Ao todo, já são 10 empresas que pagaram cada uma US$ 35 mil para ter acesso aos dados referentes à companhia. As demais inscritas são a norte-americana AES, a Electricité de France (EDF), a belga Tractebel, a alemã RWE, a espanhola Endesa e a canadense Hydro Quebec. De capital nacional, inscreveu-se apenas a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig).

Até agora no país, só foram privatizadas pequenas distribuidoras

O mercado nos EUA e na Europa está praticamente estagnado

Para economista, energia é hojeum dos negócios mais rentáveis do mundo

Segundo o diretor de energia da Enel, é um dos melhores negócios não houve grandes privatizações no mundo, à exceção de Inglaterra e Espanha (esta, coincidentemente também vive o problema do apagão). E, além desses dois países, somente na Austrália, Bélgica e Japão predomina o capital privado no sistema elétrico. Para se ter uma idéia, nos Estados Unidos, a meca do liberalismo, existem 3.178 concessionárias: 2.009 públicas (municipais, estaduais ou federais), 930 cooperativas e somente 239 privadas. Essas distribuidoras da iniciativa privada têm, em média, patrimônio de US$ 2,5 bilhões. No mercado brasileiro, contudo, as empresas do setor atendem aproximadamente 15 vezes mais consumidores e atuam em área 30 vezes maior.

E há ainda mais um detalhe: o consumo no Brasil cresce 5% ao ano, enquanto nos EUA, assim como na Europa, o mercado está praticamente estagnado. "Um negócio como a Copel é algo que empresário americano jamais sonhou", afirma o consultor da área de energia Ivo Pugnaloni, diretor do Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Ilumina). O consultor de empresas e economista Luiz Antonio Fayet, ex-diretor do Banco do Brasil, concorda. "A Co-

PERFIL DAS EMPRESAS INTERESSADAS

Dez empresas já demonstraram interesse na estatal paranaense. São gigantes do setor elétrico em todo mundo. Apenas uma delas é de capital nacional, a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig). Já o consórcio brasileiro VBC fez, por enquanto, uma consulta informal aos técnicos da empresa.

Empresa	Quem é	Onde atua	Clientes
Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig)	Maior distribuidora da América Latina.	Minas Gerais	5 milhões
Electrecité de France (EDF)	Uma das principais multinacionais do setor. No Brasil, é acionista da Light.	Europa, América Latina, África e Ásia	31 milhões
RWE	Maior empresa de eletricidade da Alemanha e terceira da Europa.	Europa e América do Norte	10 milhões (somente Alemanha)
Endesa	Maior empresa do setor elétrico e segunda em telecomunicações na Espanha.	Espanha e mais 11 países	21 milhões
AES	Multinacional norte-americana com 134 usinas no mundo.	Estados Unidos e mais 18 países	11 milhões
Tractebel	Braço energético do Grupo Suez, um dos gigantes da indústria européia.	Tem projetos em mais de 100 países	12 milhões
Hydro Quebec	Um dos líderes do setor de geração da América do Norte.	Canadá	4 milhões
Duke Energy	É a empresa americana de número 17 no ranking da Revista Fortune.	Em mais de 50 países	1 milhão
NRG	Grupo eleito pela Global Power Report como o terceiro mais competitivo do mundo (cresce 25% ao ano).	Américas do Norte e Latina, Ásia, Pacífico e Europa	1 milhão
Enel	Empresa italiana que recentemente iniciou expansão internacional.	Europa	1 milhão

inscreveu-se apenas a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig), a maior distribuidora de energia da América Latina. Entretanto, o edital de privatização veta a participação de empresas públicas, o que vai obrigar a estatal mineira a se associar a capital privado.

O interesse pela Copel justifica-se. Até agora, praticamente, só foram privatizadas pequenas distribuidoras no Brasil (o valor médio arrecadado foi de US$ 1,2 bilhão por venda). Falta vender as empresas graúdas, mas dentre essas, só a concessionária do Paraná vai a leilão. O governo federal admite vender Furnas só a partir de 2003 e para a CHESF e Eletronorte ainda nem iniciou o processo. Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Minas Gerais voltaram atrás quanto a se desfazer de suas companhias energéticas e o leilão da Cesp-Paraná foi suspenso pela Justiça.

Além disso, ao contrário do pensamento corrente no país, empresas e economista Luiz Antonio Fayet, ex-diretor do Banco do Brasil, concorda. "A Copel é um dos melhores negócios do Brasil e não estou me limitando ao setor elétrico", acredita. Segundo ele, a geração de energia será um negócio cada vez mais rentável e esse quadro dificilmente vai se alterar nos próximos 10 anos.

energia é hojeum dos negócios mais rentávies do mundo

Presença

Contudo, o interesse pelo mercado tupiniquim não é de agora. Entre as empresas inscritas no data-room da Copel encontram-se multinacionais que já fincaram o pé no mercado brasileiro, como a EDF, acionista da Light (concessionária do Rio de Janeiro), a Endesa que recentemente adquiriu o controle da usina de Cachoeira Dourada (Goiás), a AES, presente no país com suas subsidiárias AES Sul e AES Urtiguaiana, e a Duke Energy, que venceu o leilão de privatização da Companhia de Geração de Energia Elétrica Paranapanema.

– Roseli de Brito Neto

NRG	terceiro mais competitivo do mundo (cresce 25% ao ano).	e Latina, Asia, Pacifico e Europa
Enel	Empresa italiana que recentemente iniciou expansão internacional.	Europa
Consórcio VBC	Participa da Bandeirante Energia e da RGE.	Brasil

Edital sai na quinta-feira

Governo faz suspense sobre preço mínimo e local do leilão

O GOVERNO ESTADUAL GARANTE QUE VAI publicar o edital de privatização da Copel até o dia 6 de setembro (quinta-feira). Na última sexta-feira, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) aprovou as regras e procedimentos previstos no texto do documento.

O Palácio Iguaçu, entretanto, faz suspense sobre as duas informações mais polêmicas do edital: o preço mínimo da estatal paranaense e o local do leilão. Sobre esse último item, tudo indica que a venda será sacramentada na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, palco das principais privatizações do país. O local já constava na minuta do texto, o que estimulou protestos por parte da bolsa paranaense. A decisão pela casa carioca deve-se, sobretudo, à certeza de que um leilão em Curitiba seria bastante tumultuado.

Além de estabelecer o compromisso de ampliar a capacidade de geração em 20% ao longo dos próximos 10 anos, o edital determina que o futuro dono da Copel destine 1% da receita operacional a projetos da área de pesquisa e desenvolvimento dentro do prazo de concessão, que é de 30 anos.

Desestatização e crise podem aumentar as tarifas

Brasil já tem alguns dos valores mais caros do mundo

A PRIVATIZAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO BRASILEIRO e o racionamento de energia pode m levar a um aumento significativo das tarifas. A legislação que legitima a desestatização da energia elétrica data de 1995, quando havia superávit de produção. A lei previu a descontratação progressiva do mercado, a partir de 2002. Quer dizer, a partir do ano que vem, 25% dos contratos, por ano, serão revogados, liberando os consumidores para comprarem eletricidade de quem bem entenderem. E as tarifas, até hoje homologadas pela Aneel, vão passar a ser livres.

"Quando há superávit, essa medida reduz preços porque aumenta a concorrência. Mas na falta de energia, como estamos agora, promove a elevação das tarifas", sinaliza o consultor Ivo Pugnaloni, diretor da ONG Ilumina. "Como a conjuntura de escassez não foi por falta de chuvas, mas sim pela redução de investimentos, a conclusão óbvia é que o governo quer forçar a alta dos preços", critica.

O Brasil já tem algumas das tarifas mais caras do mundo. O preço da eletricidade da Light para o consumidor residencial, por exemplo, só perde para a dos clientes de duas distribuidoras de Nova Iorque e de uma da Califórnia. Contudo, o governo federal já sinalizou que é sobre a tarifa industrial que devem pesar os próximos aumentos, pois a residencial sempre foi mais penalizada (cresceu 60% em valores reais desde 1963).

O coordenador de economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Luiz Oswaldo Norris Aranha, aponta ainda outro fator de aumento. É que precisam ser construídas usinas mais longe dos centros urbanos.

Estudantes acampam na Assembléia

Protestando contra a venda da Copel, os jovens tomaram conta do plenário.

Cíntia Vêgas

Estudantes de diversas instituições públicas de ensino superior do Paraná, em conjunto com alunos do Colégio Estadual do Paraná e membros da União Paranaense dos Estudantes (UPE), invadiram ontem a Assembléia Legislativa, durante a votação do projeto de iniciativa popular proibindo a privatização da Copel, em Curitiba.

A movimentação dos estudantes começou às 8h30, na Praça Santos Andrade. Com caminhão de som e faixas, eles protestavam contra o sucateamento do ensino público no Estado e contra a cobrança de taxas abusivas e indevidas na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Também era motivo de discussão um projeto do deputado Divanir Braz Palma (PST), derrubado pela Assembléia na última quinta-feira, que pretendia fazer com que estudantes com dependência ou que passem pela segunda vez por uma instituição de ensino superior pública paguem pelo curso. "O projeto recebeu um parecer negativo, mas a idéia ainda está na mente de alguns deputados. Queremos mostrar que somos totalmente contra isso. Temos direito ao ensino gratuito e não vamos abrir mão", dizia a tesoureira da UPE e estudante de Pedagogia Edina Paffenzeller.

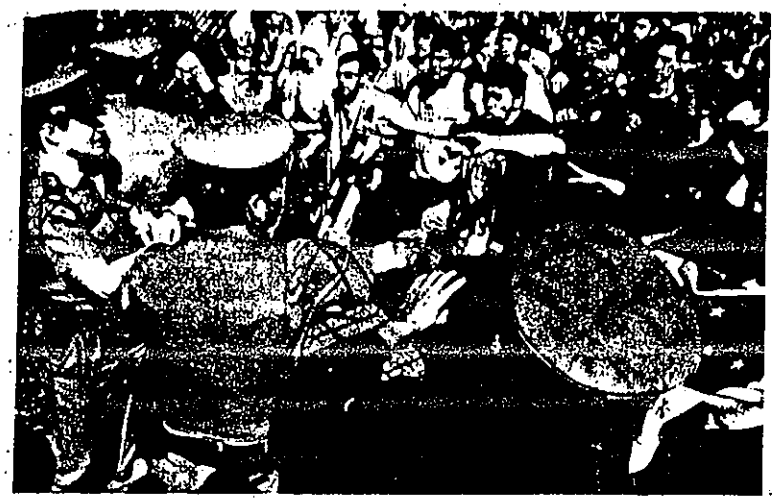
Às 10h30, os estudantes deixaram a Santos Andrade e seguiram a pé até a Assembléia para protestar contra a venda da Copel. Quando chegaram, foram impedidos por policiais militares de entrar no Palácio 19 de Dezembro, cujos portões foram fechados com correntes. Revoltados, queimaram dois bonecos de pano, um representando o presidente Fernando Henrique Cardoso e outro o governador Jaime Lerner, derrubaram a grade de ferro que cerca a Casa, quebraram uma porta de vidro e invadiram as galerias portando bandeiras e gritando palavras de ordem. Os policiais, em número reduzido, ficaram sem ação.

☐ *Em passeata, os manifestantes chegaram ao Centro Cívico no fim da manhã.*

No momento da invasão, os deputados que participavam da discussão se retiraram e o presidente da Mesa, deputado Hermas Brandão (PTB) suspendeu a sessão. Ângelo Vanhoni, do PT, tentou conter os estudantes pedindo que eles agissem de forma pacífica e mantivessem a calma. Foi ovacionado, mas apesar dos apelos não conseguiu evitar que os gritos de protesto nem que os estudantes subissem nas bancadas do plenário e tomassem conta até da Mesa, entoando o Hino Nacional.

Ao meio-dia, diante da decisão dos manifestantes em permanecer no local até que a sessão fosse suspensa, a tropa de choque foi colocada de prontidão em todas as entradas da Assembléia, ameaçando invadir o lugar a qualquer momento.

Os estudantes picharam as paredes, fizeram uma chuva de papéis picados, sentaram no chão, pularam nas mesas e cadeiras, fizeram discursos. "Não preservaram nosso direito à democracia, então resolvemos invadir. O artigo primeiro da Constituição diz que todo poder emana do povo e o povo não quer que a Copel seja privatizada", afirmou o estudante de Letras da Unicentro, de Irati, Anderson Sprada. "Temos o direito de protestar e estamos representando toda a população do Paraná. Não podemos assistir ao desmoronamento de nosso Estado calados. Tudo o que está acontecendo é culpa destes governantes incompetentes que estão no poder." Policiais presentes na Assembléia calculam que cerca de 3 mil estudantes participaram da manifestação. (Cíntia Vêgas) - *fotos de Denis Ferreira.*



☐ *A polícia tentou evitar que os estudantes ocupassem o prédio.*

☐ *Em protesto, os jovens queimaram bonecos de FHC e Lerner.*

☐ *Relembrando os caras-pintadas que depuseram Collor.*

pelo
para

nomem no campo; possibilita a implantação de um motor, para

cem o ex-governador. "A Copel sempre superou dificuldades e ti-

ga d
da é a

iniciativa priva-
serviço tolerável". O

pel, que não deve ser mexida",
avalion

nepar. A operação financeira
movimentou R$ 249,8 milhões.
(L.D)

Governo quer privatizar logo

Peça-chave na onda de privatizações declarada pelo governo Lerner, o secretário da Fazenda, Giovani Gionédis, não acredita que a privatização da Copel vai trazer prejuízos ao Paraná. "A Copel foi um carro-chefe para deixar as cidades boas, para levar a eletricidade. Hoje, o setor vive uma outra realidade. A iniciativa privada abrirá possibilidades para uma ampliação tecnológica", apostou ele.

Segundo Gionédis, "não há como o Paraná resistir". "Todo o sistema elétrico foi privatizado. O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) não empresta mais dinheiro para estatais e as operações de financiamentos externos estão cada vez mais limitadas", emendou. Para o secretário, a manutenção da Copel nas mãos do Estado é um preço alto que pode levar a companhia a um "colapso".

"A concorrência será grande. E nós não vamos poder competir. Se a Copel não se abrir, vai quebrar gradualmente. Não dá para ir na contramão da história. Tivemos competência para segurar a companhia até agora. A Copel é uma empresa sólida, mas que infelizmente sob o controle estatal não tem como crescer. Não temos previsão de financiamentos para a construção de novas usinas, é a estagnação", avaliou Gionédis.

Arquivo Folha

Gionédis: "Concorrência será grande. Não vamos poder competir"

"É como a guerra travada no sistema de telefonia", comparou. O secretário não soube informar se a transmissão e geração de energia no Paraná continuarão nas mãos do governo estadual, ficando apenas a fatia da distribuição a cargo do setor privado como chegou a cogitar o governador Jaime Lerner, há cerca de 20 dias. "Tudo isso vai depender da modelagem (levantamento detalhado da empresa)", ressalvou.

Gionédis confirmou que ficará a cargo do BNDES Participações, um dos braços do BNDES, a feitura da modelagem. Num primeiro momento, o governo se volta à venda das ações da companhia para transformar os papéis em dinheiro no caixa. A próxima etapa, cuja duração pode chegar a até seis meses, é a do desmembramento da Copel em companhias de distribuição, transmissão e geração de energia. (L.D.)

Maior parte da energia é gerada para indústrias

A maior parte da energia produzida pela Copel e distribuída no Paraná vai para indústrias. Nos primeiros nove meses desse ano, foram gerados 11,2 bilhões de quilowatts/hora. Do total, 4,4 bi de quilowatts sustentaram 41.920 unidades de consumo. Os 2.075.974 pontos residenciais ficaram com 3,1 bi de quilowatts do bolo. Os estabelecimentos comerciais, 1,6 bi de quilowatts e as propriedades rurais, outros 775 milhões de quilowatts/hora.

A indústria do papel, papelão e celulose consumiu 1,1 bilhão de quilowatts/hora de janeiro a setembro passados. Os produtos alimentares estão em segundo lugar no *ranking* das principais consumidoras da Copel, fechando o período com 930 milhões de quilowatts/hora. Seguido do setor de minerais não metalálicos (fábricas de cal e cimenteiras), com 479 milhões de quilowatts; químico, 402 milhões; e da madeira, 218 milhões.

O governo do Estado entende que a transferência do controle acionário da Companhia não vai comprometer o desenvolvimento industrial do Estado. "Sob o controle da ANEEL (agência de fiscalização do setor energético), estamos impedidos de dar isenções tarifárias para atrair indústrias", avisa o secretário Giovani Gionédis. Ele não vê a Copel de hoje como um diferencial na busca por novos negócios e indústrias para o Estado. (L.D.)

Internet traz história da eletrificação

A Copel mantém na Internet *home page* com sua história. O primeiro esforço para a eletrificação registrado no Paraná foi em 1890, quando o presidente da Intendência Municipal de Curitiba, Vicente Machado, assinou contrato com a Companhia de Água e Luz de São Paulo, para iluminar a cidade com "força de onze mil velas".

Em 26 de outubro de 1954, há 44 anos, o governo Bento Munhoz da Rocha Netto baixava um decreto criando a Copel. Foi com companhia que o governo começou a solucionar, na segunda metade dos anos 50, um problema: a falta de um sistema capaz de sustentar o processo de industrialização e diversificação da economia. Nos anos 70, a Copel passou a construir usinas de grande porte. (L.D.)

GAZETA DO POVO - 30/10/01 - PG 11

EXECUTIVO ▪ PALÁCIO IGUAÇU ANUNCIA PLANO DE INVESTIMENTOS NOS PRÓXIMOS DIAS

Governo aposta na venda da Copel para melhorar imagem

Obras serão realizadas com recursos obtidos com o leilão de amanhã

O GOVERNO DO ESTADO PRETENDE ANUNCIAR já na próxima semana uma lista de obras que serão realizadas com o dinheiro obtido no leilão de venda da Copel. O grupo do governador Jaime Lerner (PFL) acredita que com isso consegue reverter o atual quadro político e melhorar a imagem de seus aliados, abalada com o processo de privatização da empresa.

O chefe da Casa Civil, Alceni Guerra (PFL), afirma que o "plano de investimentos" que será divulgado colocará o atual governo em "ótimas condições para as eleições do ano que vem". Atualmente, o Palácio Iguaçu tem lutado com problemas de caixa para honrar convênios assinados com prefeituras e para iniciar novas obras no estado.

Os membros da aliança governista esperam ansiosamente pela entrada do dinheiro em caixa para poder atender suas bases políticas no interior e garantir apoio para as eleições do ano que vem. Segundo o líder do governo na Assembléia Legislativa, Durval Amaral (PFL), já a partir da próxima semana os situacionistas passarão a tirar dividendos políticos da venda da empresa.

Governistas sofreram pressão para derrubar projeto popular.

"Agora nós é que vamos partir para o ataque", afirmou Amaral ontem. "Vamos usar as mesmas táticas que os norte-americanos estão empregando no Afeganistão. Atacaremos a oposição por ar e por terra", disse o líder governista. Amaral aposta que depois que a Copel for vendida os oposicionistas não apenas perderão sua principal bandeira como não poderão se beneficiar do dinheiro que entrar no caixa do estado.

Amaral afirma que a verba obtida com o leilão de quarta-feira será fundamental para que o governo consolide sua base de apoio no interior do estado e na Assembléia. O número de integrantes do grupo de apoio a Lerner, porém, não deverá subir muito. "Os deputados que arcaram com o ônus de apoiar a privatização não aceitam mais do que 32 parlamentares na base", diz Durval Amaral.

Segundo Alceni Guerra, o governador ainda analisa o pedido dos deputados estaduais governistas, que querem ver seus municípios beneficiados antes dos outros. A oposição promete fiscalizar a distribuição dos recursos e garante que não vai recuar na disputa de território contra os governistas. "Vamos lembrar aos eleitores até o dia das eleições quem foi que vendeu a Copel", afirma o deputado José Maria Ferreira (PDT).

De acordo com a lei que prevê a venda do comando acionário da Copel, 70% do dinheiro será usado para capitalizar o fundo de previdência dos servidores públicos estaduais. Os 30% restantes serão empregados em obras. Caso a empresa seja vendida sem ágio, o volume de investimentos será de aproximadamente R$ 1,5 bilhão, mas há uma forte expectativa quanto ao crescimento do valor do ágio.

▪ ROGÉRIO WALDRIGUES GALINDO

Historiador diz que paranaenses deixaram de discutir o principal

O que interessa ao Paraná é a continuidade do processo social gerado pela Copel.

eletricidade. Até então, era comum que a Copel vendesse energia para uma série de empresas que eram apenas distribuidoras, renunciando assim a participar do processo de venda no varejo da eletricidade, área de expressiva lucratividade.

"Ao dominar a distribuição, a Copel se mostrou à altura da res-

razões essencialmente técnicas e do interesse público, Dennison de Oliveira aponta também as razões políticas que devem ser levadas em conta no processo de privatização. O historiador avalia que a questão realmente estratégica para o futuro do estado não chegou a ser travada porque a discussão sobre a regulação dos dos mo-

Privatização é ponto vital para Lerner

VENDER A COPEL É FUNDAMENTAL PARA A continuidade do projeto político do governador Jaime Lerner, explica o professor da UFPR, Dennison de Oliveira. Efetivar a transferência do controle da estatal, entende ele, é a chance que o governo tem de se livrar de alguns encargos financeiros mais urgentes. Porém, a

poder atender suas bases políticas no interior e garantir apoio para as eleições do ano que vem. Segundo o líder do governo na Assembléia Legislativa, Durval Amaral (PFL), já a partir da próxima semana os situacionistas passarão a tirar divi[illegible] ontem. [illegible] táticas que os norte-americanos estão empregando no Afeganistão. Atacaremos a oposição por ar e por terra", disse o líder governista. Amaral aposta que depois que a Copel for vendida os oposicionistas [illegible] olonda com o leilão de quarta-feira será fundamental para que o governo consolide sua base de apoio no interior do estado e na Assembléia. O número de integrantes do grupo de apoio a Lerner, [illegible] volume de investimentos [illegible] aproximadamente R$ 1,5 bilhão, mas há uma forte expectativa quanto ao crescimento do valor do ágio.

– Rogério Waldrigues Galício

Historiador diz que paranaenses deixaram de discutir o principal

O que interessa ao Paraná é a continuidade do processo social gerado pela Copel.

VENDER OU NÃO VENDER O QUE SOBROU DA Copel não é o mais importante, alerta o historiador Dennison de Oliveira, professor da UFPR, autor de "Curitiba e o Mito da Cidade Modelo" e co-autor de "Um século de eletricidade no Paraná". O que os paranaenses deveriam estar discutindo é: "como se pode conceber privatizar um monopólio público dessa importância sem se garantir a continuidade do seu papel social, econômico, científico e tecnológico?"

Fazendo duras críticas sobre o foco dos debates que aconteceram até o momento, o historiador sugere que a discussão deveria ter outro tom, deixando de "seguir a tradição privatizante brasileira no que ela tem de pior: primeiro se privatiza, e a regulação legal fica para um outro dia. Dessa maneira, garantimos imensos privilégios aos novos proprietários privados destes monopólios com base no direito adquirido".

O que interessa ao Paraná é a continuidade do processo social, econômico e tecnológico e científico gerado pela Copel. Segundo o professor, nos anos 70, depois de um extenso processo de assimilação de empresas produtoras de energia de âmbito municipal e regional, a empresa de energia paranaense entrou de forma incisiva no ramo da distribuição de eletricidade. Até então, era comum que a Copel vendesse energia para uma série de empresas que eram apenas distribuidoras, renunciando assim a participar do processo de venda no varejo da eletricidade, área de expressiva lucratividade.

"Ao dominar a distribuição, a Copel se mostrou à altura da responsabilidade pelo fornecimento de energia ao setor industrial, exatamente na época em que crescia esse tipo de consumo", aponta o historiador Dennison de Oliveira.

Segundo ele, existem referências a um grande excedente de energia elétrica no Paraná dos anos 70. E um dos fatores que levaram a Copel a se envolver com o projeto de criação da Cidade Industrial de Curitiba foi exatamente a oportunidade de direcionar o consumo desse excedente.

> *"A história dos grupos em choque dá razões para duvidar da sinceridade de boa parte dos envolvidos"*

> *Existe um nexo entre o crescimento da Copel e o aumento do PIB industrial do Paraná*

Para Dennison, existe um nexo evidente entre esta fase de crescimento da Copel e os seguintes fatos: a partir de 1976, o PIB industrial do Paraná finalmente superou o agrícola e no censo seguinte (1980) a população urbana também ultrapassa a soma das populações rurais no estado. "Desde a segunda metade da década de 1970, o Paraná já é um estado industrializado que, logo em seguida, se urbanizou. Duvido que ambos os processos tivessem se realizado tão cedo sem a Copel", considera.

Além desta análise sobre as razões essencialmente técnicas e de interesse público, Dennison de Oliveira aponta também as razões políticas que devem ser levadas em conta no processo de privatização. O historiador avalia que a questão realmente estratégica para o futuro do estado não chegou a ser travada porque a discussão sobre a regulação dos dos monopólios de água e energia no Paraná não é do interesse nem do atual governo e nem das oposições.

"Se levarmos em conta a história dos grupos em choque, encontraremos razões para duvidar da sinceridade de boa parte dos envolvidos", diz ele, lembrando que o senador Álvaro Dias presidiu a privatização da Telepar, além de ter liquidado o Banco de Desenvolvimento do Paraná (Badep) quando governador; Roberto Requião também venden ações da Copel em poder do estado para fazer caixa; até mesmo o coordenador do Fórum Contra a Privatização da Copel, Nelton Friedrich, foi o liquidante, no governo Álvaro Dias, da Radipar (Radiodifusão Paranaense S.A.), empresa pública responsável pela interiorização do sinal de TV no Paraná nos anos 70; e Giovanni Gionédis, teve papel decisivo na privatização do Banestado. "Por tudo isso, não se pode ter certeza de que os grupos em confronto venham a colher os benefícios que pretendem".

Privatização é ponto vital para Lerner

VENDER A COPEL É FUNDAMENTAL PARA A continuidade do projeto político do governador Jaime Lerner, explica o professor da UFPR, Dennison de Oliveira. Efetivar a transferência do controle da estatal, entende ele, é a chance que o governo tem de se livrar de alguns encargos financeiros mais urgentes. Porém, a falta de concorrentes e o indicativo de que haverá pouco ou nenhum ágio deixa dúvidas se sobrará recursos para outros investimentos. Outras alternativas, como endividamento alto, recolhimento antecipado de receita tributária, adiantamento de royalties de Itaipu e outros já foram totalmente esgotados, afirma Oliveira.

Na hipótese de o leilão ser suspenso pela Justiça, Dennison prevê um agravamento nas dificuldades do atual governo. "O primeiro sintoma seria a incapacidade de Lerner influenciar a Assembléia Legislativa e até mesmo comandar a própria sucessão", aposta o historiador.

A batalha judicial que já está acontecendo provoca um um evidente desgaste para o governador Jaime Lerner, mas Dennison de Oliveira, como historiador, explica que esse não é um efeito irreparável. "Não se pode subestimar a capacidade do poder estabelecido nesse país, incluindo aí a possibilidade até mesmo da recuperação do prestígio do governador Jaime Lerner".

Por outro lado, se Lerner pode não ser beneficiado com a venda da estatal, é também difícil prever se os opositores da venda conseguirão, por seu turno, extrair benefícios políticos, independente do resultado da privatização.

Feriado 02 de novembro Programe-se
Traga sua família para Dorizzon. Venha para Dorizzon.
DORIZZON aperto 200 km de Curitiba!
Todas as piscinas são térmicas, tanto internas quanto externas. Quadra poliesportiva, sauna, massagem terapêutica, pescaria, playground, trilhas, passeio a cavalo, restaurante e muito mais!
RESERVAS (42)542-1383
dorizzon@dorizzon.com.br
www.dorizzon.com.br

LEILÃO

BPP DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARANAENSE

PRESSÃO ADIA VENDA DA COPEL

Os três consórcios pré-qualificados anunciaram ao governo que não apresentariam propostas

A FALTA DE INTERESSADOS, QUE SE ausentaram em bloco da disputa, fez o governo do Paraná ceder e adiar ontem o leilão da Companhia Paranaense de Energia (Copel), que estava marcado para às 10h de hoje, na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. O governo confirmou que nenhum dos três grupos pré-qualificados fez o depósito das garantias financeiras, no valor de R$ 400 milhões, até às 18h, na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLC), em São Paulo.

Segundo o governo, a Bolsa de Valores de São Paulo dará novo prazo para que as empresas façam o depósito. A data limite seria 6 de novembro, mas a definição oficial será anunciada hoje.

Ao ceder às pressões do mercado, encurralado pela falta de propostas financeiras e pela enxurrada de liminares, o governo contradisse a própria tese apresentada ao longo da semana: a de que adiando o pregão criaria uma situação privilegiada para poucas empresas, abrindo a possibilidade de discussão jurídica sobre os resultados da privatização.

Ontem mesmo, as [illegible] começavam a fazer no[illegible] desta vez sobre o pr[illegible] Leia mais na página 4

litaram a participar do leilão, entregando documentação à CBLC, no chamado processo de pré-qualificação.

Os grupos habilitados são Alteres Participações S.A., do banco de investimentos GP Participações, a belga Tractebel (registrada como Beta Participações) e o consórcio Maromba S.A., formado por Votorantim e Vale do Rio Doce. O Maromba e a Tractebel chegaram a pedir ao governo do estado que adiasse o leilão, para ter tempo hábil de formar um consórcio. O governo não atendeu ao pedido à época.

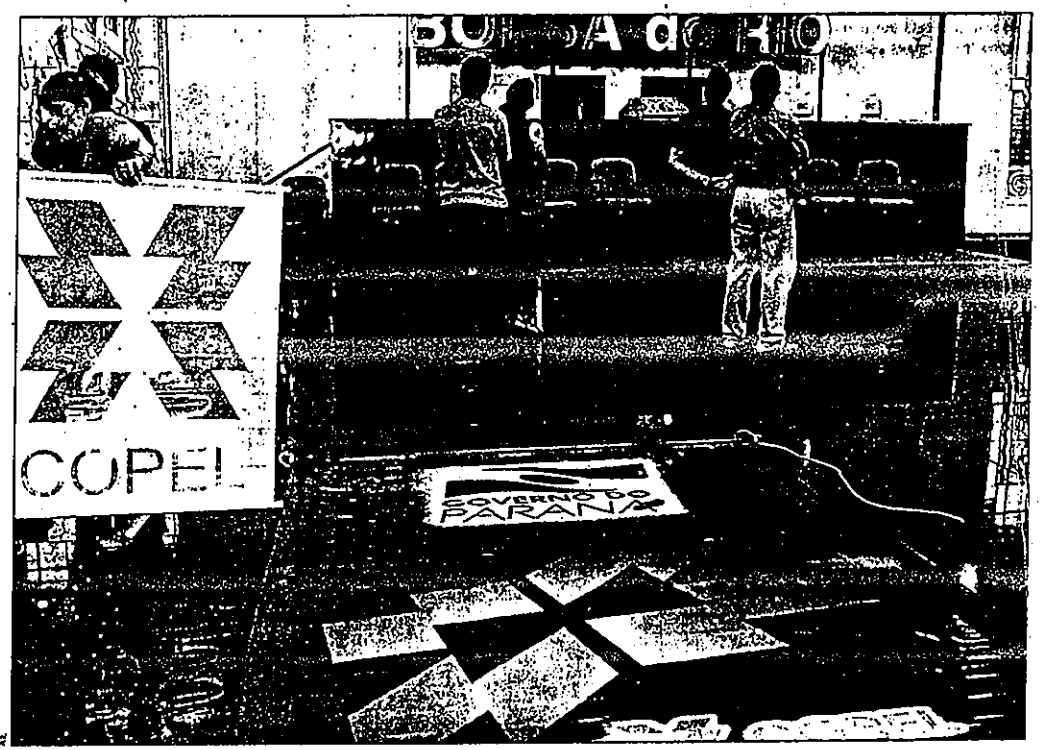
O presidente da Copel e secretário estadual da Fazenda, Ingo Hübert, disse que o governo foi procurado ontem por representantes dos três consórcios, solicitando o adiamento do leilão, para que tivessem tempo de concretizar a operação de investimento na Copel. Segundo Hübert, os grupos disseram que continuam interessados em participar do leilão.

O anúncio do cancelamento do leilão da Copel foi precedido de uma série de derrotas do governo na Justiça. Pelo menos [illegible] liminares concedidas ontem [illegible] Justiça Federal suspendiam o [illegible] de privatização da Copel. O [illegible] chegou a recorrer ao TRF

Palavra-chave

Preço

O preço mínimo para a venda da Copel foi fixado em R$ 5.068 bilhões. O governo está leiloando 88,64% das ações ordinárias nominativas da Copel. Ao todo se[illegible] 98,69% das ações ordinár[illegible] equivalente a 52,2[illegible] total da Copel.



AE

Funcionários da Bolsa de Valores do Rio desmontaram ainda ontem o cenário do pregão que venderia a empresa de energia do Paraná.

Investidores ga[illegible]ham mais 12 dias

Segundo o governo, a Bolsa de Valores de São Paulo dará novo prazo para que as empresas façam o depósito. A data limite seria 6 de novembro, mas a definição oficial será anunciada hoje.

Ao ceder às pressões do mercado, encurralado pela falta de propostas financeiras e pela enxurrada de liminares, o governo contradisse a própria tese apresentada ao longo da semana: a de que adiando o pregão criaria uma situação privilegiada para poucas empresas, abrindo a possibilidade de discussão jurídica sobre os resultados da privatização.

Ontem mesmo, as empresas já começavam a fazer nova pressão, desta vez sobre o preço mínimo. (leia mais na página 4).

O cancelamento do leilão frustrou o governo, que já havia enviado integrantes de sua equipe ao Rio de Janeiro e mobilizado equipes do departamento jurídico em vários estados para tentar cassar liminares que suspendessem o leilão.

O leilão da Copel despertou o interesse de pelo menos 11 grupos (nove deles estrangeiros), que pagaram para ter acesso à sala virtual com as principais informações sobre a empresa. Mas apenas três grupos se habilitaram a participar do leilão. Segundo o governo, o tempo não foi suficiente para a formação de consórcios.

O presidente da Copel e secretário estadual da Fazenda, Ingo Hübert, disse que o governo foi procurado ontem por representantes dos três consórcios, solicitando o adiamento do leilão, para que tivessem tempo de concretizar a operação de investimento na Copel. Segundo Hübert, os grupos disseram que continuam interessados em participar do leilão.

O anúncio do cancelamento do leilão da Copel foi precedido de uma série de derrotas do governo na Justiça. Pelo menos quatro liminares concedidas ontem pela Justiça Federal suspendiam o leilão de privatização da Copel. O governo chegou a recorrer ao TRF (Tribunal Regional Federal) da 1ª Região para tentar cassar as liminares (leia mais na página 6).

As empresas interessadas – Vale do Rio Doce, Votorantim e Tractebel – pressionaram o governo paranaense para o adiamento. A Vale do Rio Doce e a Votorantim, por exemplo, já haviam adiantado que não participariam do leilão caso não fosse adiado. Agora, essa posição poderá ser revista. Além dessas empresas, também está na disputa o GP Investimentos.

Palavra-chave

Preço

O preço mínimo para a venda da Copel foi fixado em R$ 5.068 bilhões. O governo está leiloando 88,64% das ações ordinárias nominativas da Copel. Ao todo serão vendidas 98,49% das ações ordinárias, o equivalente a 52,2% do capital total da Copel.

Funcionários da Bolsa de Valores do Rio desmontaram ainda ontem o cenário do pregão que venderia a empresa de energia do Paraná.

Investidores ganham mais 12 dias

Governo deve anunciar hoje a nova data do leilão

O GOVERNO DO ESTADO ANUNCIA HOJE as novas datas, escolhidas para a privatização da Copel. Os interessados em comprar a companhia poderão depositar a garantia na CBLC até a próxima terça-feira, dia 6. O martelo deverá ser batido no dia 12 de novembro.

Estes prazos não poderiam ser oficializados enquanto houvesse qualquer decisão judicial contra a privatização da companhia. Por isso, o Palácio Iguaçu estava empenhado em derrubar todas as liminares concedidas pela Justiça Federal ainda na noite de ontem.

De acordo com o ex-secretário da Fazenda, Giovani Gionédis, o governo do estado está impedido juridicamente de marcar nova data para o leilão da Copel mesmo após a cassação das liminares. "Este edital não teve seus prazos cumpridos e está viciado. Determinar um novo dia para que as empresas depositem as garantias seria mais uma irregularidade neste processo cheio de procedimentos questionáveis", afirmou Gionédis ontem à noite.

Ele, que foi o principal responsável pelo processo de privatização do Banestado, acredita que para poder continuar com a venda o governo precisaria antes de mais nada providenciar uma nova avaliação dos ativos da companhia e um novo edital de venda. O ex-secretário afirma que, caso o governo insista em realizar o leilão sem voltar ao início do processo, entrará com mais ações na Justiça para impedir a privatização.

– ROGERIO WALDRIGUES GALINDO

PRIMEIRA HORA 16/08/2001

E no meio do caminho havia uma votação

Manifestação de estudantes e sindicalistas estava marcada havia dias; com o atraso da votação na Assembléia, houve o confronto

Estava tido marcado desde o início do mês. Os estudantes, servidores federais e sindicatos fariam uma manifestação contra o governo no dia 15 de agosto. Ela começaria na Praça Santos Andrade e depois percorreria o Centro. No dia marcado, às 9 horas, estavam lá. Muitos em greve, como os funcionários do INSS e da Universidade Federal, incluindo os do Hospital de Clínicas. Eram cerca de 3 mil pessoas.

Ao mesmo tempo, na Assembléia Legislativa, o projeto de iniciativa popular contra a venda da Copel estava sendo votado desde a tarde anterior. A idéia de levar os manifestantes à Assembléia, para mostrar sua indignação com a venda da Copel, era natural. Foi assim que começou o que se tornaria uma invasão.

"Fizemos piquete desde às 6h30 no Politécnico, impedimos os professores e estudantes de entrar. Isso somou mais gente para participar do ato", explicou Antônio Neris de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores Técnico Administrativos da Federal (Sindifest).

Muitos grevistas e sindicalistas deixaram o plenário depois da ocupação, que ficou por conta dos estudantes. Com a votação suspensa, eles esperam conquistar deputados para a causa. "Alguns mudaram de opinião", disse Gustavo Petta, diretor da União Nacional dos Estudantes. Os estudantes estão orgulhosos da conquista da Assembléia. "Foi o maior ato dos estudantes paranaenses dos últimos 5 ou 10 anos", disse o presidente da União Paranaense de Estudantes Universitários, Madsson de Oliveira.

(Delse Roza)

Ratel Müller

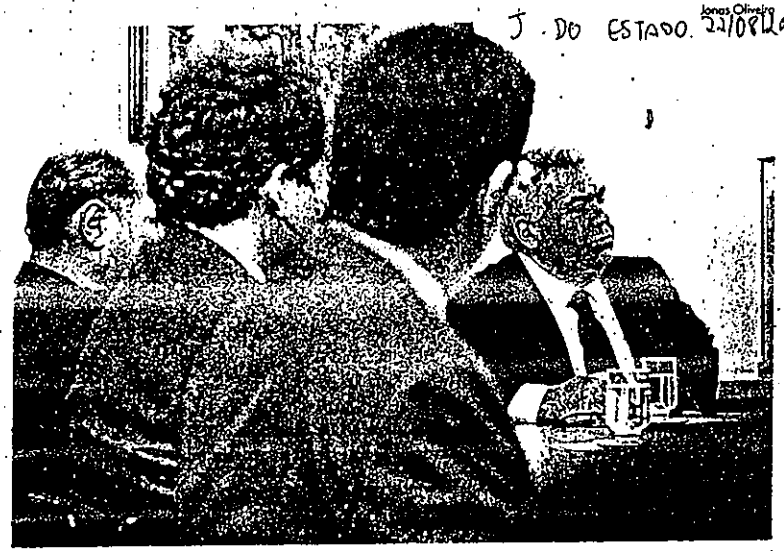
ATO seria no Centro, mas se dirigiu à AL para acompanhar a votação

"Não há vencidos", diz Lerner

Governador rebate acusações de compra de votos na discussão do projeto da Copel

Jonas Oliveira J. DO ESTADO 22/08/2001

Ivan Santos



Lerner: "Se houve barganha, foi feita pela oposição, que cooptou deputados da base governista"

Em sua primeira aparição pública um dia depois da vitória do governo na Assembléia Legislativa que enterrou o projeto popular contra a privatização da Copel, o governador Jaime Lerner comemorou ontem o resultado da votação e rechaçou as acusações da oposição sobre compra de votos de deputados. Repetindo os argumentos já alegados desde o início da polêmica pelo governo, Lerner reafirmou que não há alternativa para evitar a perda de competitividade da empresa e para a solução do rombo previdenciário a não ser a privatização da companhia. O governador admitiu ainda que a medida é impopular, mas garantiu não estar preocupado com o desgaste de sua imagem. "Se tivesse medo do desgaste não teria feito o que fiz em Curitiba ou no Estado", afirmou.

Demonstrando bom humor após uma semana de tensão, Lerner inicialmente procurou fazer um discurso conciliador ao comentar o resultado da votação. "Não há vencidos nem vencedores", disse. Para o governador, toda a polêmica armada pela oposição é fruto da falta de informação sobre o processo de desestatização do setor energético. "Existe uma grande desinformação sobre esse assunto, que foi trabalhada oportunisticamente pela oposição", comentou, lembrando que 85% da energia produzida no País já está sob o controle da iniciativa privada.

Lerner voltou a afirmar que a primeira lei autorizando o Estado a se desfazer das ações da companhia foi aprovada no governo de seu antecessor Roberto Requião (PMDB) e que

Recursos vão para área social

A desestatização da Copel é a única do país que tem os recursos direcionados para a área social. A afirmação é do governador Jaime Lerner. Segundo ele, a população vai reconhecer a importância da privatização da empresa para o desenvolvimento do Paraná. "Nem toda medida é popular no início. Mas, com transparência em todo o processo, a opinião pública vai sendo esclarecida e terá posição favorável", afirmou Lerner.

Do valor obtido com a transferência do controle acionário da Copel, 30% serão aplicados diretamente em projetos nas áreas de educação, [illegible]egurança pública, [illegible]e projetos para ge[illegible]mprego e renda. O restante vai capitalizar a previdência dos servidores. Serão liberados por mês R$ 90 milhões para novos investimentos sociais.

"Não estamos resolvendo um problema desta administração e sim solucionando questões dos próximos governos", disse o governador. Lerner disse que muitos Estados brasileiros interromperam os investimentos e que o Paraná, mesmo arcando com dívidas de administrações anteriores, continuou desenvolvendo programas para beneficiar a população, "graças ao esforço em levantar recursos para viabilizar programas estaduais".

Todos os municípios do Paraná serão beneficiados com atendimento em áreas prioritárias, independente da posição política do administrador, garantiu o governador. "Vamos participar de uma nova revolução no Estado. Acabamos de assinar convênios com municípios de partidos de oposição e isto ninguém contesta", confirmou Lerner.

Qualidade — O novo controlador da companhia paranaense de energia terá que manter a sede da empresa no Paraná e garantir a qualidade dos serviços. "Vai crescer a capacidade de geração e os investimentos no Estado e no país", acrescentou o governador Jaime Lerner. O Estado continuará com o papel estratégico de controlar e fiscalizar o sistema, através de uma agência reguladora.

tas do INSS realizaram um ato de repúdio à política salarial que atinge os servidores públicos federais. Funcionários do Hospital de Clínicas e dos demais setores da UFPR, em greve há mais de 20 dias, também se uniram ao manifesto. Alunos de várias universidades estaduais do interior do estado estavam presentes. Entre des-

"Queremos que a sessão seja suspensa e que aconteça apenas na próxima semana"

contentes, grevistas, estudantes e simpatizantes, mais de duas mil pessoas saíram da praça para as ruas centrais de Curitiba, em direção ao Centro Cívico, falando sobre os problemas e convocando a população com destino à Assembléia Legislativa.

Negociação

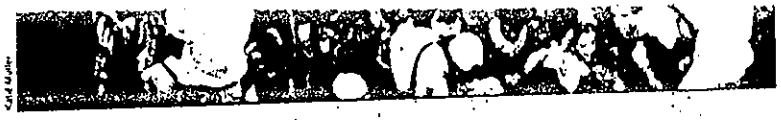
Depois da invasão, os manifestantes se reuniram com alguns deputados e a presidência da Casa. "Queremos que a sessão seja suspensa e que aconteça apenas na próxima semana", disse o representante da União Nacional dos Estudantes (UNE), Gustavo Petta. Pelos corredores do Legislativo o deputado líder da bancada peemedebista Nereu Moura, comemorava: "Não temos nada a ver com esse manifesto, mas ele foi providencial e nos deu um fôlego", disse.

Reforço

Enquanto isso, o esquema policial era reforçado do lado de fora da Assembléia. A tropa de choque da Polícia Militar [illegible] de plantão nos portões. A possibilidade de invasão agitou ainda mais os ânimos. Segundo Petta, cinco estudantes teriam sido detidos pela polícia. "Ninguém foi preso", negou o Major Sampaio, que comandava a operação.

O arcebispo de Curitiba, Dom Pedro Fedaldo e representantes da Igreja Católica, foram até a Assembléia na intensão de intermediar as negociações e evitar o confronto entre polícia e manifestantes.

– Ana Paula Rodrigues



Manifestantes ocuparam o plenário da Assembléia e impediu [illegible] votação

Alvaro discursa no Senado

O SENADOR ALVARO DIAS (PSDB) usou ontem a tribuna do Senado Federal, durante 20 minutos, para contestar o processo de venda da Copel. Em seu discurso, Dias disse que nos últimos dias, aconteceram alguns fatos "surpreendentes" na tentativa de privatizar a empresa de energia elétrica. "O governo está praticando aliciamento, prometendo vantagens aos deputados". O senador disse , que já estudam a possibilidade denunciar ao Ministério Público os atos de aliciamento que estão sendo utilizados pelos governistas.

O senador discorda também do preço que o estado pretende repassar a Copel à iniciativa privada. Alvaro não concorda com a avaliação sobre o preço da empresa. "Vender a Copel por R$ 8 bilhões, quando na verdade ela vale aproximadamente R$ 22 bilhões é contrariar os interesses públicos."

"Caso o Assembléia vote pela privatização da Copel, tenho plena certeza que a Justiça vai receber uma enxurrada de ações". Alvaro Dias que é pré-candidato a governador em 2002, assumiu um compromisso público, que caso eleito pretende utilizar todos os meios legais para desfazer a operação de compra e venda do controle acionário da Copel. O senador diz que é contra venda da companhia porque será prejudicial aos interesses permanentes do paranáenses.

POPULAR CONTRA a venda da Copel é o ponto crucial de uma história iniciada há quase três anos e que em 2001 se transformou no centro de uma grande polêmica. Aprovado em dezembro de 1998 pela Assembléia Legislativa, o projeto de lei que autoriza a privatização da estatal (Lei Estadual 12.355/98) só começou a "receber as críticas mais contundentes a partir do início deste ano. Antes disso, as atenções estiveram voltadas para a venda do Banestado.

Foi também no início do ano que o estado iniciou a preparar a estatal para a privatização. No final de fevereiro, os deputados estaduais de oposição criaram o Fórum Popular Contra a Venda da Copel, responsável pela elaboração do projeto que deve ser votado hoje. A divulgação, em março deste ano, do balanço da

[illegible] do Paraná (Crepi, Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná (Senge) e Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Crea) declararam posição contrária à privatização. Algumas delas, num total de 50, aderiram ao fórum. Em junho, a Assembléia Legislativa recebeu o projeto popular, com 138.700 assinaturas de moradores de 255 municípios do estado. O leilão da empresa está marcado para 31 de outubro.

O patrimônio da Copel é de R$ 4,9 bilhões. O governo do estado detém 31% das ações ordinárias da companhia. As 18 usinas (uma delas térmica) têm capacidade para produzir 4.545 megawatts e atendem 2,8 milhões de consumidores no Paraná. A produção da Copel representa 7,6% da energia gerada no Brasil.

Deputado passa mal diante da pressão política

Litro é hospitalizado depois da noite tensa de negociações

O DEPUTADO LUIZ FERNANDES LITRO (PSDB) passou mal e foi hospitalizado na manhã de ontem. Depois de quase 24 horas em sessão plenária, ele saiu da Assembléia Legislativa numa ambulância, por volta das 13 horas. O deputado e médico Luiz Acorsi (PTB), que o acompanhava desde as 10h30, afirmou que o colega teve um princípio de infarto. Mas o boletim médico do Hospital Vita, onde está internado, descarta a possibilidade.

Litro tem 47 anos e não tem histórico de problemas cardíacos. Ele saiu da Assembléia consciente, mas numa cadeira de rodas e muito abatido. "A pressão vem de todos os lados e ele não está acostumado com isso", disse o deputado Valdir Rossoni (PTB).

Litro passou a noite com pressão alta. Ele teria sido um dos principais alvos do governo e da oposição para mudar seu voto sobre o projeto que suspende a venda da Copel. As fortes dores de cabeça e no peito que sentiu teriam sido provocadas pelo stress da sessão.

Segundo o boletim médico, o deputado passa por exames nas próximas 24 horas. Os resultados devem determinar o tempo que ele ficará internado. Seu quadro clínico é estável.

Sérgio Spada (PSDB) foi outro dos personagens durante a sessão mais longa. Depois de passar longe da Assembléia durante a terça-feira apareceu ontem disposto a votar. O deputado criticou ontem, os 14 parlamentares do bloco oposicionista, depois de declarar voto contra a privatização da Copel em inesperada aparição. "Estou sendo hostilizado pelos deputados da oposição. Só eles querem levantar a bandeira contra a venda da Copel e parecem não querer que o projeto popular seja aprovado", afirmou.

"A pressão vem de todos os lados e ele não está acostumado", disse Rossoni

O desabafo do tucano foi feito após receber críticas pesadas dos deputados Angelo Vanhoni (PT), Antônio Anibelli (PMDB) e José Maria Ferreira (PSDB), que usaram a tribuna da Casa para acusá-lo de oportunista. "O deputado Spada deveria estar aqui ontem, durante toda a sessão, e não só no último momento, quando as decisões mais importantes já foram tomadas", argumentou Vanhoni. "A escola que você frequenta não é a mesma que a minha", arrematou o deputado Antônio Anibelli (PMDB).

Spada subiu à tribuna em meio às vaias dos manifestantes. "A verborragia da bancada da oposição não aceita que alguém possa votar ao seu lado, sem fazer parte do seu grupo. Não estou preocupado com as manifestacões da galeria porque são apenas cabos eleitorais de alguns deputados", retrucou.

Às vésperas da votação, o deputado afirmou que votaria a favor do projeto popular, obedecendo a decisão do partido, que fechou questão contra a venda da Copel.

– Katia Chagas e Ana Paula Rodrigues

Gazeta, 25/07/2001

PRIVATIZAÇÃO

Espanhola Indesa é a primeira empresa a obter dados da Copel

Técnicos europeus estão há vários dias no data room

NOS PRIMEIROS SETE DIAS ÚTEIS DE funcionamento, a sala de dados (data room) da Companhia Paranaense de Energia (Copel) foi visitada por uma empresa interessada em sua aquisição, a espanhola Indesa – do setor elétrico –, cujos técnicos ainda permanecem no local. Três outros investidores estão pleiteando o agendamento ao local e mais de uma dezena de investidores nacionais e estrangeiros estão fazendo consultas à coordenação do data room.

Funcionando numa área de 2 mil metros quadrados, contendo três salas de informações divididas em seis andares de um edifício na Rua Presidente Faria, em Curitiba, o data room está aberto diariamente das 8h30 às 19 horas. Para ter acesso a todas as informações da Copel na sala de dados, os interessados terão que pagar US$ 35 mil.

Cada investidor poderá enviar 30 técnicos ao data room da Copel, sendo dez para cada sala de dados. No local estão trabalhando 20 técnicos que foram devidamente preparados para responder a todas as questões sobre a empresa, que será privatizada em outubro próximo.

A Copel responde hoje por 5% da energia elétrica do país, atendendo 2,8 milhões de consumidores. No ano passado, a companhia investiu R$ 400,2 milhões, tendo obtido lucro líquido no período de R$ 430,6 milhões, o maior de toda a história da Copel. Do total do capital investido, R$ 130 milhões foram aplicados em geração e R$ 270,2 milhões em distribuição de energia.

Audiência

A primeira audiência pública com vistas à privatização da Copel está marcada para o próximo dia 2 de agosto, às 9 horas, em Santa Cândida, onde funcionava a sede do conglomerado Banestado. Na ocasião, será anunciada a data do leilão de privatização da Copel, o valor mínimo de venda e a forma pela qual a companhia será vendida.

Participarão da audiência pública, o secretário estadual da Fazenda, Ingo Hübert, membros da comissão executiva de licitação, técnicos da Secretaria da Fazenda e da Copel. A reunião será aberta ao público em geral.

Fl. Pr. 25/07

Copel

O deputado Antônio Carlos Belinati (PSL) contestou ontem a decisão do Fórum Popular Contra a Venda da Copel, que fará vigília hoje em frente à sua casa em Londrina. Como não foi consultado pelo fórum, Belinatinho diz que já havia agendado inúmeras reuniões em seu gabinete na Assembléia com lideranças da região de Londrina.

Posição

O deputado, filho do ex-prefeito de Londrina, que até agora se mostrou favorável à privatização, garante que pode rever sua posição. Ele se diz aberto ao diálogo e pode votar contra se for convencido pelos argumentos das entidades que querem impedir o governo de vender a Copel. E confessa que constatou junto às bases uma preocupação generalizada quanto ao destino que o governo pretende dar ao dinheiro da venda da empresa.

1948 2001
CURITIBA SUL
CENTRO OESTE
SUDOESTE
NOROESTE

FOLHA DO PARANÁ

FUNDADOR: JOÃO MILANEZ

QUINTA-FEIRA, 26 DE JULHO DE 2001

ANO 52 Nº 15.227 R$ 1,00

OFERTAS DE HOJE NO
CLASSIFOLHA
Automóveis 3607
Empregos 172
Imóveis 4576
Outros 380

Governo corta R$ 1 bilhão do Orçamento

Fórum Contra Venda da Copel inicia caravana

Manifestantes do Fórum Polar Contra a Venda da Co- l começaram ontem em ndrina uma série de vigí- s nas casas dos deputados aduais favoráveis à venda estatal de energia. Objeti- é pressionar os parlamen- es para que mudem de po- ío. ■ Governo do Estado nunciou ontem à Bolsa de Paulo a intenção de com- r ações dos sócios minori- os da Copel. Iniciativa fez es terem alta de 12%.

PÁG. 6 e ECONOMIA

José Sussumo

DE PARTIDA
Integrantes do movimento na praça da Assembléia Legislativa, antes do embarque para Londrina

O governo vai cortar R$ 1 bilhão nas despesas de custeio e investimento previstas no Orçamento deste ano, como tentativa de ajudar o setor público a exceder o superávit primário previsto no acordo com o Fundo Monetário Internacional. O ajuste fiscal, segundo o secretário-adjunto do Tesouro Público, Eduardo Guardia, é necessário para isolar o Brasil da crise argentina e conter a trajetória de crescimento da dívida pública. Além do corte, o governo decidiu remanejar recursos para beneficiar alguns ministérios. Entre os que vão ganhar mais verbas está o Minitério da Saúde, dirigido pelo presidenciável José Serra. O maior corte ficará com a pasta das Comunicações, que deixará de receber R$ 497 milhões destinados a um fundo criado para melhorar os serviços de telefonia em comunidades carentes. Também perderão recursos os minitérios das Minas e Energia e do Meio Ambiente.

ECONOMIA

CARTEL O delegado Márcio Ferreira Amaro disse ontem existirem fortes indícios de cartel de postos de combustíveis em Londrina. "Não está havendo livre concorrência", disse Amaro, que preside Inquérito aberto para apurar denúncias de combinação de preços no setor.

ECONOMIA

'DESINFORMADO' O relatório da comissão criada para apurar os motivos da crise energética isenta o presidente Fernando Henrique Cardoso de responsabilidade no colapso do setor. Ministério das Minas e Energia não teria alertado devidamente FHC sobre a gravidade da situação.

ECONOMIA

uerra insiste na tese de privatização

Secretário reafirma que venda da Copel vai viabilizar sistema de previdência do PR.

As aposentadorias e pensões de funcionários públicos do Paraná vão custar R$ 41 bilhões até 2030. A maior parte da conta — cerca de 75% — terá de ser paga pelo Tesouro Estadual, caso a ParanáPrevidência não receba recursos para assumir gradativamente a responsabilidade pelo pagamento de inativos. Quem afirma é a Secretaria Estadual da Administração e Previdência. Segundo a secretaria, daqui a 30 anos o Paraná terá 134 mil funcionários públicos inativos, entre aposentados e pensionistas. Hoje, os inativos são 83 mil, 39% do quadro total de 215 mil servidores públicos.

"A questão previdenciária, como ela está colocada hoje, é uma bomba-relógio que precisa ser urgentemente desarmada", afirma o secretário-chefe da Casa Civil, Alceni Guerra. "O quadro é alarmante e pode levar o Estado à insolvência nos próximos anos, caso não tenhamos a solução que está sendo proposta pelo governo, com a desestatização da Copel e a capitalização da ParanáPrevidência", afirmou.

☐ *Guerra: "A questão previdenciária é uma bomba-relógio que precisa ser urgentemente desarmada".*

Neste ano, o Paraná vai gastar R$ 1,121 bilhão com o pagamento de aposentadorias e pensões. Em 2002, a despesa deve saltar para R$ 1,141 bilhão. Em 2010, será de R$ 1,307 bilhão, com 102 mil inativos. Em 2020, vai chegar a R$ 1,436 bilhão, com 118 mil inativos. E em 2030, será de R$ 1,578 bilhão, com 134 mil inativos. Todas as projeções foram feitas com base em valores de hoje.

Projeções

Somada, a despesa com o pagamento de inativos nos próximos 30 anos será de R$ 41 bilhões. "A desestatização da Copel vai destinar 70% dos recursos obtidos para capitalizar a ParanáPrevidência", lembra Alceni Guerra. "Isso talvez signifique alguma coisa em torno de R$ 3 bilhões. Ou seja, com a capitalização no fundo previdenciário o Estado poderá economizar recursos vitais para investir em educação, saúde e segurança pública", diz.

De acordo com as projeções da Secretaria da Administração, a transferência de recursos da desestatização da Copel para a ParanáPrevidência é "o início da solução definitiva da questão previdenciária no Estado". "Os recursos serão aplicados para gerar novas fontes de custeio para o pagamento dos inativos", esclarece o secretário Ricardo Smijtink.

Criada em outubro de 1999, a ParanáPrevidência é responsável pelo pagamento de 3.663 benefícios. São 2.179 aposentadorias e 1.484 pensões, segundo o balanço fechado em maio. O patrimônio da instituição é de R$ 1,7 bilhão, o que a coloca como o 9.º maior fundo previdenciário do Brasil — e o primeiro em número de associados, com cerca de 104 mil pessoas.

A ParanáPrevidência vem sendo capitalizada mensalmente com as contribuições de servidores e do governo — que contribuem em partes iguais. Os servidores que ganham até R$ 1.200,00 de salário descontam 10% para a previdência. A parcela que excede a R$ 1.200,00 recolhe alíquota de 14%. A maior parte do patrimônio da ParanáPrevidência — R$ 1,6 bilhão — é formada por títulos federais recebidos pela instituição, por conta da antecipação de royalties que o Estado tinha direito junto à Hidrelétrica de Itaipu.

COPEL ▮ GOVERNO DO ESTADO QUER PRIVATIZAR A COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA ATÉ O FIM DO ANO

Presidente defende a venda Copel

BIBLIOTECA DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR BPP

Gazeta do Povo - 12/04/01 P. 15

Fernando Henrique afirma que venda das companhias está prevista na Constituição de 1988

O PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE Cardoso (PSDB) afirmou ontem que o melhor momento para privatizar a Copel é agora, mas que a decisão é exclusivamente dos paranaenses. FH lembrou que a privatização das companhias elétricas brasileiras estava prevista na Constituição de 1988 e foram autorizadas em uma lei de 1995. Em entrevista ao programa de rádio do deputado Luiz Carlos Martins (PSDB), o presidente destacou que a decisão final será dos paranaenses sobre a forma de privatizar a companhia.

"Em primeiro lugar esta é uma decisão que corresponde ao Paraná, porque a Copel pertence ao Paraná", destacou o presidente. Na opinião de Fernando Henrique, o governador Jaime Lerner está empenhado na privatização porque deve ter argumentos para concluir que é o momento adequado.

"No país todo houve a privatização de mais 25 empresas, de modo que a política não é minha, já estava implantada quando assumimos", lembrou FH. O presidente destacou ainda que é uma lei aprovada pelo Congresso.

A lei manda privatizar as empresas sob o controle da União, e no caso dos estados depende de leis elaboradas pelas assembléias legislativas de cada estado. No caso do Paraná, uma lei que autoriza o estado a privatizar a companhia foi aprovada no ano passado e a oposição faz campanha, neste ano, para revogar esta lei.

"A Copel é uma empresa extraordinária, é uma das melhores que o Brasil dispõe"

"Quando entrei no governo havia 23 usinas paradas, hoje, 15 já estão funcionando"

"Tivemos um aumento de 50% da produção de grãos no Brasil, nos últimos anos"

"A Copel é uma empresa extraordinária, é uma das melhores empresas que o Brasil dispõe", elogia Fernando Henrique. O presidente lembrou que o modelo de privatização adotado para a privatização do setor energético no Brasil é o de vender as empresas para três áreas diferentes: a geração, transmissão e a distribuição. "No que diz respeito à distribuição, o governo federal não tem mais nenhuma empresa", afirma o presidente.

Sobre a transmissão, Fernando Henrique lembra que o setor tem que ficar subordinada à Organização Nacional do Sistema Elétrico. "Nós queríamos chamar o produtor independente: quem quiser produz e joga na rede", analisa FH, justificando que o controle sobre a transmissão garante a função social da energia elétrica.

Fernando Henrique admite que o setor de geração ainda não estea com processo de privatização adiantado. Segundo o presidente, apenas a Eletrosul passou para a iniciativa privada, e que os casos de Furnas e outras centrais geradoras ainda estão sendo estudadas. "Estamos analisando caso a caso", justifica. Na avaliação do presidente, o modelo de privatizar o setor dividindo por pedaços teve experiências positivas, como em São Paulo. "Houve aumento de investimentos. Quando eu entrei no governo havia 23 usinas paradas, hoje, 15 já estão funcionando".

Supersafra

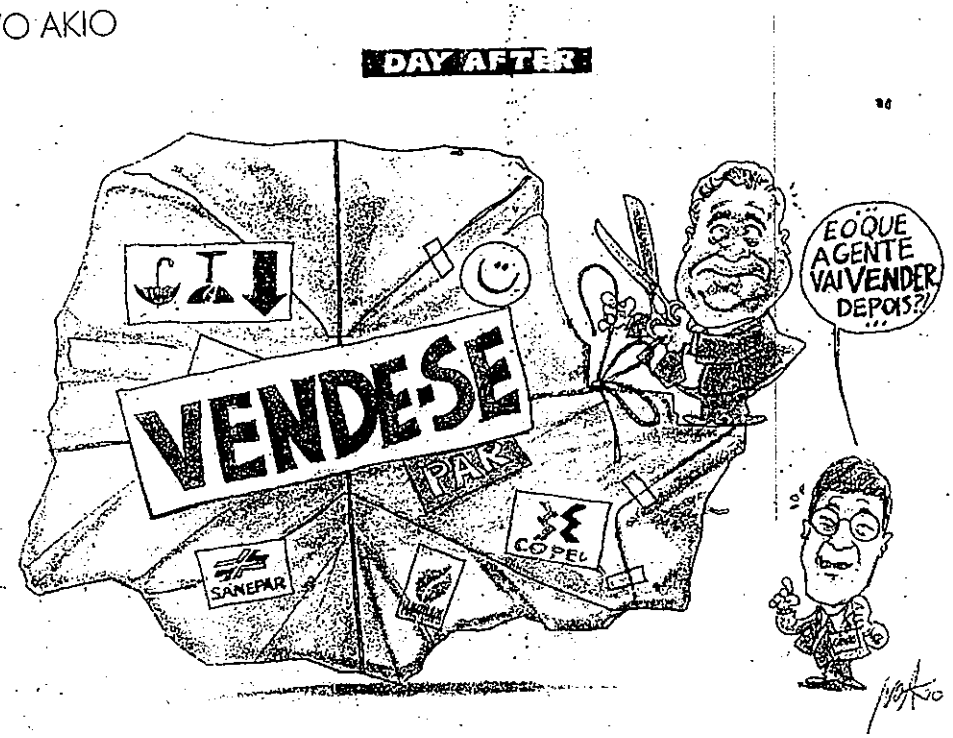
Fernando Henrique ainda destacou a supresafra de grãos do Paraná e no Brasil. "No fundo é bom sinal, porque é a fila da fartura", diz FH. O presidente destacou ainda o Porto de Paranaguá, "que deu um salto enorme", afirma. "Este ano vamos ter uma porduçõo de mais de 90 milhões de toneladas de grãos, no começo da década de 90, o Brasil produzia cerca de 60 milhões de toneladas. Tivemos um aumento de 50% da produção de grãos no Brasil, no ano que vem a projeção é de 100 milhões, o que era um sonho, que esta começando a virar realidade", conclui.

FH afirma que a maior parte do setor elétrico está privatizado.

Folha do Paraná, 23/7/01

OPINIÃO

IVO AKIO



Gazeta, 23/07

Nem tanto

Os deputados que votam contra a venda da Copel agendaram reunião com quatro deputados que votam com o governo, mas nem tanto. Os oposicionistas consideram que será fácil convencer o quarteto a mudar de lado.

Compromisso

"Temos compromisso com o governo do estado até o último dia de mandato. Para as eleições do ano que vem não temos compromisso com ninguém. Estamos abertos para conversar", afirmou o novo presidente do PTB, Valdir Rossoni. Ele aguarda o final do recesso para marcar a reunião da executiva que vai definir o cronograma de trabalho do

Gazeta do Povo 21/12/2001 pag 19

Gazeta do Povo 21/12/01 pag 19

PRIVATIZAÇÃO ▮ SEGUNDO GOVERNADOR, PARANÁ COMEÇA 2002 COM FINANÇAS EM DI

Lerner diz que governo não precisa mais vender a Copel

Cenário internacional é que vai determinar o momento para o leilão

O GOVERNADOR JAIME LERNER AFIRMOU ontem que o governo do Paraná não precisa mais vender a Companhia Paranaense de Energia (Copel), o que fará quando achar oportuno. Segundo Lerner, não há data limite para a venda da empresa no ano que vem. "Temos que saber interpretar o cenário econômico mundial, cujo contexto é que vai determinar o momento certo de vender a empresa."

Segundo Jaime Lerner, todos os argumentos de que o governo do Paraná precisava vender a Copel porque estava em situação difícil caíram por terra. Uma prova disso é que o estado está entrando em 2002 com sua situação resolvida, o funcionalismo está em dia com os seus vencimentos, o ajuste fiscal foi feito, os investimentos sociais aumentaram e as finanças estão em ordem. "Tudo isso aconteceu sem que a Copel fosse vendida", ressaltou Lerner. De acordo com o governador, o Paraná vive hoje o melhor momento da sua história.

Lerner afirmou que não há necessidade de datas para vender a Copel, mas que o governo continua analisando todas as possibilidades de continuidade do processo de privatização, independente do rumo que a economia mundial tomará.

Questionado sobre o discurso do governo em torno da modernidade do setor elétrico e sobre a necessidade de privatizar a empresa em função dos investimentos que o setor requer, o governador disse que tudo isso continua valendo, e que é necessário privatizar, deixando o setor nas mãos de quem realmente tem capacidade. "Porém, é preciso ver o momento mais adequado para a realização do leilão."

Jaime Lerner: só ele pode falar sobre o destino da Copel.

Vale lembrar que o leilão da Copel marcado para 31 de outubro acabou não acontecendo por que as empresas pré-qualificadas não apresentaram a carta fiança no valor de R$ 400 milhões. O preço mínimo determinado para a companhia foi de R$ 5,06 bilhões.

A pedido das empresas interessadas, o governo do Paraná estendeu o prazo para apresentação das propostas para 6 de novembro. Mesmo assim, nenhum dos grupos interessados depositou as garantias.

O Superior Tribunal de Justiça deverá analisar hoje a decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que na última segunda-feira decidiu pela paralisação do processo de privatização da Copel até o julgamento do mérito das ações que tramitam contra a venda da empresa. O governo, através da Procuradoria Geral do Estado (PGE), recorreu ao STJ em Brasília. Para Lerner, a exemplo de outras decisões judiciais, também neste caso o governo deverá ter situação favorável.

Gazeta do Povo 19/12/01 pág 26

PRIVATIZAÇÃO ▮ FÓRUM COMEMORA DECISÃO DO TRF COMO A MAIOR VITÓRIA NA GUERRA JUDICIAL

Governo tenta reverter em Brasília a suspensão da venda da Copel

Paralisação judicial do processo coincide com indefinição do governador Jaime Lerner

O GOVERNO DO ESTADO RECORREU ONTEM da decisão do Tribunal Regional Federal (TRF), de Porto Alegre, que na segunda-feira paralisou o processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel) ao impedir a publicação de novo edital até que seja julgado o mérito das ações que tramitam na Justiça. O secretário de governo, José Cid Campêlo Filho, espera para hoje uma decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de Brasília, e está confiante de que ela será favorável ao estado. "A Justiça acolheu da melhor forma possível todos os nossos argumentos, até agora. Todas as liminares foram cassadas ou suspensas. Vamos derrubar essa também", afirmou.

O Fórum Popular Contra a Venda da Copel, entretanto, comemorou a decisão do TRF como a mais importante vitória, até o momento. "Foi a pá de cal sobre essa privatização", afirmou Nelton Friedrich, coordenador do Fórum e autor da ação. No despacho, o relator do processo, desembargador Edgar Antônio Lippmann Júnior, determinou a paralisação do processo até que haja uma decisão de mérito. Isso porque um julgamento após a venda resultaria em difícil reparação por perdas e danos, caso fossem detectadas irregularidades na desestatização.

Lippmann embasou sua decisão com uma retrospectiva de todas as suspeitas que pesam sobre a venda, tais como subavaliação, celebração de contratos irregulares (Tradener, Escoelectric e Foz do Chopim, por exemplo), caução de títulos podres em poder do Banestado com ações da Copel e outros "vícios formais".

Nelton Friedrich, do Fórum Popular: "pá de cal sobre o leilão".

O governo do estado mantém o silêncio sobre os próximos passos da desestatização. Secretários de governo informaram que se trata de uma decisão do governador, Jaime Lerner, por sua vez, disse que fará o anúncio no momento oportuno. Frente ao cenário de batalha judicial (que está longe de ter esfriado), descrédito no mercado financeiro quanto à realização de novo leilão e desinteresse da Votorantim (até então a candidata mais forte), há poucas chances de haver uma definição quanto à venda ainda neste ano.

Contudo, o Palácio Iguaçu sustenta a versão de que um possível fracasso não inviabiliza o caixa do governo. O secretário da Comunicação Social, Rafael Greca de Macedo, disse que a privatização da Copel nunca esteve relacionada com o ajuste das contas do estado, que já se enquadrou na Lei de Responsabilidade Fiscal. "Este governo vai terminar com as contas em dia. Já os governos futuros, por conta dos crescentes gastos com a previdência, não vão se enquadrar", afirmou.

A boa notícia para o governo, no âmbito da energia, é o projeto do senador Geraldo Melo, do Rio Grande do Norte, que transfere a cobrança do ICMS sobre eletricidade do estado consumidor para o produtor. O projeto está na pauta de votação do Senado. "Isso repara uma gravíssima injustiça contra o Paraná. O imposto sobre um bem produzido aqui fica com São Paulo", disse Greca. Segundo o deputado federal Gustavo Fruet, do Paraná, se aprovada, a lei vai aumentar a arrecadação paranaense em R$ 600 milhões por ano, o equivalente a 20% do valor que o estado alcançaria com a venda da Copel.

NA JUSTIÇA

Ações são mais de 100

A ação do coordenador do Fórum Contra a Venda da Copel, Nelton Friedrich, é uma das mais de 100 que tramitam na Justiça. Dessas, 91 são do projeto Justiça Cidadã, que fornecia um modelo de ação popular pela Internet. Essa iniciativa foi suspensa por uma liminar favorável ao governo do estado. Existem outras 20 ações de vários autores, que se encontram tanto na Justiça Estadual quanto Federal. E mais 20 recursos tramitam no TRF, em Porto Alegre. A mais recente ação relacionada à privatização é do ex-superintendente de usinas da Copel, Aldino Beal, que questiona um contrato entre a concessionária e a Cien, para compra de eletricidade gerada por termelétricas na Argentina. Beal alega que a Copel é obrigada a pagar uma cota mensal, mesmo quando não faz uso da energia. Existem ainda cláusulas secretas e multas abusivas em caso de rompimento de contrato.

Lerner inicia processo de venda da Cop

Governo cria conselho que vai reestruturar empresa e prepará-la para a privatização.

O governador Jaime Lerner (PFL) assinou ontem o decreto que institui o Conselho de Desestatização da Copel (Companhia Paranaense de Energia), que vai implantar o processo de reestruturação societária e privatização da empresa. O conselho será presidido pelo ex-governador Ney Braga. O secretário da Fazenda, Giovani Gionédis, será o vice-presidente. O conselho ainda é integrado pelos secretários-estaduais de Assuntos Estratégicos, Alexandre Beltrão, do Planejamento, Miguel Salomão, e pelo presidente do Banestado, Reinhold Stephanes.

Entre as atribuições do conselho estão a elaboração, para aprovação final pelo governador, do cronograma de desestatização da empresa, do preço mínimo das ações e das condições de oferta das ações ao público em geral e aos empregados da Copel, que também poderão participar da privatização. A participação no conselho não será remunerada. "Aceitei ser o presidente e vou defender aquilo que for melhor para o Paraná", afirmou o ex-governador Ney Braga, ao comentar a criação do conselho, ontem à tarde.

Todas as recomendações do conselho serão encaminhadas diretamente ao governador Jaime Lerner. Depois de aprovados, os documentos do processo de desestatização serão enviados para a apreciação do Tribunal de Contas do Estado. O conselho também vai decidir sobre a reorganização societária da Copel, que pode incluir a cisão, fusão ou incorporação de subsidiárias. Nesse trabalho, os conselheiros poderão ser auxiliados por consultorias externas. A privatização da Copel foi aprovada pela Assembléia Legislativa em dezembro do ano passado.

Empresa lucrativa

Em 1998, a Copel teve um lucro líquido de R$ 403 milhões. O resultado é 33% superior ao obtido em 1997. No ano passado, o mercado de energia no Paraná cresceu 5,5%, aumentando em 10,8% a receita líquida da empresa. No mesmo período houve um esforço interno na companhia para redução dos custos operacionais. O número de empregados baixou 6,9% e o total de consumidores por funcionário aumentou 11,1%.

A empresa tem projetados investimentos de R$ 2,3 bilhões até 2004, na expansão e melhoria das condições de operação do sistema elétrico. Há pouco mais de um mês, Lerner e o presidente Fernando Henrique Cardoso participaram da inauguração da usina de Salto Caxias, um investimento de R$ 1 bilhão. A usina, situada no Rio Iguaçu, acrescentou mais 1.240 megawatts de capacidade de geração ao sistema elétrico do Paraná, energia suficiente para abastecer uma cidade com quatro milhões de habitantes.

Documentação B.P.P.

Folha do Paraná - 15/01/01 - pg 1 - Economia

VENDA DA COPEL

Estado entregará seu melhor patrimônio, dizem opositores

A intenção do governo de privatizar a Copel começa a enfrentar resistência de sindicalistas e políticos: "É um erro", garantem

Carmem Murara
De Curitiba

A intenção do governo do Estado de privatizar a Companhia Paranaense de Energia (Copel) começa a ser alvo de críticas por parte de alguns especialistas do setor. Engenheiros, professores e políticos consultados nesta semana avaliaram que há um equívoco no programa nacional de privatização do setor elétrico. A maior crítica está no fato de os governos estaduais estarem vendendo suas empresas para aplicar o dinheiro no ajuste fiscal.

O presidente do Sindicato dos Engenheiros do Paraná, Carlos Bittencourt, critica esta estratégia. "É um erro privatizar para fazer caixa. O Estado abre mão de uma empresa que era usada como referência até para conquistar empréstimos internacionais", avalia.

O engenheiro Luiz Carlos Soares, diretor do Sindicato, lembra que as empresas estatais aplicam seus lucros no Brasil e, desta forma, promovem o desenvolvimento. "As empresas privadas estrangeiras lucram e remetem os lucros para o exterior", diz Soares. A remessa de lucro para o exterior foi de US$ 1,9 bilhão, em 1995. No ano passado, a estimativa é que tenha chegado próxima a US$ 7 bilhões.

O governo do Estado justifica a ver[illegible] Copel como sendo a [illegible]rnativa para não en[illegible] empresa, que [illegible] perder competitivi[illegible]ção aos grupos pri[illegible]esidente da Copel e [illegible] da Fazenda, Ingo [illegible]ituma dizer que a lei [illegible]oes impõem regras

Esta fórmula adotada pelo governo federal é alvo de críticas por parte do deputado federal Gustavo Fruet (PMDB). "Não concordo com o modelo de privatização adotado no País, onde os recursos são usados para o ajuste fiscal", diz o deputado.

O coordenador do curso de graduação em Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ewaldo Luiz de Mattos Mehl, avalia que privatizar as empresas de energia no Brasil é apenas uma questão política que nada tem a ver com economia ou eficiência. "Uma empresa estatal pode ser bem ou mal administrada da mesma forma como ocorre com a iniciativa privada", opina.

Mehl lembra de que a maioria das estatais de hoje já foram empresas privadas no passado. "Basta lembrar dos problemas daquela época, que chegaram até a envolver o embaixador norte-americano contra o prefeito João Moreira Garcez devido à exploração de uma empresa totalmente insensível à necessidade do povo", conta o professor.

> *Crítica dos engenheiros: usar o dinheiro para fazer caixa*

"Na minha avaliação, a venda é injustificável e até irresponsável", diz Mehl. Ele cita que as indústrias cada vez serão mais dependentes da energia elétrica e para a Copel produzir energia basta que chova, pois o parque gerador é formado por usinas hidráulicas. "Vender a Copel é o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Teremos um belo jantar, mas nunca mais teremos os ovos", compara.

O professor do curso de Engenharia Elétrica da UFPR,

Governo quer acelerar privatização

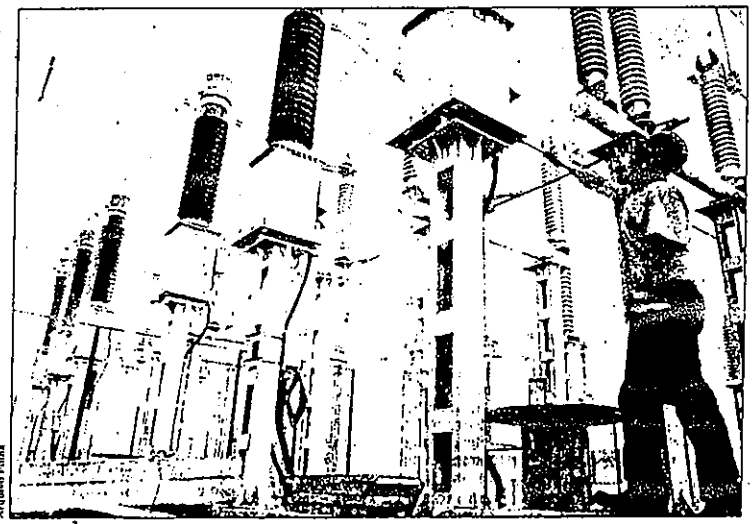
A desregulamentação do setor de energia no País teve início em 1995 e já atinge cerca de 30% das estatais que pertenciam a governos estaduais e municipais. Das 25 distribuidoras de energia, 18 foram privatizadas entre elas a Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) e Bandeirantes, ambas em São Paulo, e a CEEE do Rio Grande do Sul. O governo federal espera poder privatizar as geradoras Furnas e Chesf ainda este ano.

O presidente da Copel, Ingo Hubert, ressalta que a desregulamentação do setor elétrico é uma tendência mundial. Alguns países como a Inglaterra, Alemanha e Argentina já venderam suas companhias elétricas para a iniciativa privada. Estados Unidos, Itália, Austrália, Espanha e Portugal seguiram o mesmo exemplo.

Para pressionar os governos estaduais a privatizarem, o governo federal adotou uma série de restrições às empresas estatais. Elas não podem tomar empréstimos de entidades financeiras públicas. Também é proibido lançar novas ações em bolsas, estratégia utilizada pelas empresas para captar recursos.

Paralelo ao processo de desregulamentação do setor de energia elétrica do País, ocorre uma abertura para que os consumidores possam comprar energia da empresa que quiserem. Hoje, apenas 20% dos consumidores são livres. Eles representam as grandes empresas que gastam mais de 3 megawatts de energia. São as indústrias e algumas empresas comerciais. A partir de 2003, serão incluídos os consumidores que tenham qualquer nível de consumo, desde que estejam em tensão acima de 69 quilowatts, ou seja, condomínios e pequenas indústrias.

Eles poderão escolher se comprarão energia da Copel ou da Eletropaulo, por exemplo. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que até o final de 2005 todos os consumidores, incluindo os residenciais, estarão livres para comprar energia de qualquer companhia. (C.M.)



Arquivo Folha

PATRIMÔNIO
Além do seu patrimônio sólido, Copel participa de 19 empresas congêneres. É majoritária de algumas

HISTÓRICO

1954: A Copel é criada pelo governo do Estado para atuar na geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Integra o plano do governo de colocar o setor de energia sob controle estatal.

1970: Inicia o período de expansão da Copel. A companhia compra as principais empresas privadas do setor elétrico localizadas no Paraná.

1970 a 77: Expansão de redes de transmissão e distribuição da Copel. A companhia se conecta com outros estados.

1979: Muda a legislação estadual e a Copel pode ex[illegible] suas atividades de geração para incluir produção

RADIOGRAFIA

Números da Copel mostram uma empresa forte, com participação em várias empresas, entre elas a Compagás, a Sercomtel e Sercomtel Celular

- R$ 288,7 milhões foi o lucro de janeiro a setembro
- R$ 4,9 bilhões é o patrimônio líquido
- 2.821.515 é o número de consumidores da Copel
- 6.165 é a quantidade de empregados da Copel
- 18 são as usinas da Copel em operação
- 4545 megawatts são gerados
- 6.490 quilômetros de linhas de transmissão
- 148,6 mil quilômetros de linhas de distribuição

Participação em outras empresas:

Empresa	Atuação	Participação
Tradener	comercialização de energia	45%
Compagás	distribuição de gás	51%
Sercomtel	telefonia fixa	45%
Sercomtel Celular	telefonia celular	45%
CNI-Onda	Internet	24,5%
Araucária UEG	usina termelétrica	20%
Machadinho	usina hidrelétrica	5,2%
Campos Novos	usina hidrelétrica	15%
Dona Francisca	usina hidrelétrica	23%
Foz do Chopim	usina hidrelétrica	35,8%
Palmas	usina eólica	30%
Dominó Holding	saneamento	15%
EscoElectric	serviços de engenharia	40%
Braspower	engenharia e infraestrutura	49%

desregulamentação do setor de energia elétrica do País, ocorre uma abertura para que os consumidores possam comprar energia da empresa que quiserem. Hoje, apenas 20% dos consumidores são livres. Eles representam as grandes empresas que gastam mais de 3 megawatts de energia. São as indústrias e algumas empresas comerciais. A partir de 2003, serão incluídos os consumidores que tenham qualquer nível de consumo, desde que estejam em tensão acima de 69 quilowatts, ou seja, condomínios e pequenas indústrias.

Eles poderão escolher se comprarão energia da Copel ou da Eletropaulo, por exemplo. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estima que até o final de 2005 todos os consumidores, incluindo os residenciais, estarão livres para comprar energia de qualquer companhia. (C.M.)

HISTÓRICO

1954: A Copel é criada pelo governo do Estado para atuar na geração, transmissão e distribuição de eletricidade. Integra o plano do governo de colocar o setor de energia sob controle estatal.

1970: Inicia o período de expansão da Copel. A companhia compra as principais empresas privadas do setor elétrico localizadas no Paraná.

1970 a 77: Expansão de redes de transmissão e distribuição da Copel. A companhia se conecta com outros Estados.

1979: Muda a legislação estadual e a Copel pode expandir suas atividades de geração para incluir produção de outras fontes além de usinas hidrelétricas.

1994: As ações da Copel são registradas para negociação na Bolsa de Valores no Brasil.

1997: Copel emite ADRs (American Depositary Shares), que representam ações preferenciais nominativas, e as listam na Bolsa de Valores de Nova York.

1997: Copel é autorizada a desenvolver atividades na área de transmissão de informações eletrônicas, comunicações e controles eletrônicos de telefonia celular.

1999: Copel possui 17 usinas hidrelétricas e uma termelétrica. Juntas têm uma capacidade instalada de 4.545 megawatts.

RADIOGRAFIA

Números da Copel mostram uma empresa forte, com participação em várias empresas, entre elas a Compagás, a Sercomtel e Sercomtel celular:

- R$ 288,7 milhões foi o lucro de janeiro a setembro
- R$ 4,9 bilhões é o patrimônio líquido
- 2.821.515 é o número de consumidores da Copel
- 6.165 é a quantidade de empregados da Copel
- 18 são as usinas da Copel em operação
- 4545 megawatts são gerados
- 6.490 quilômetros de linhas de transmissão
- 148,6 mil quilômetros de linhas de distribuição

Participação em outras empresas:

Empresa	Atuação	Participação
Tradener	comercialização de energia	45%
Compagás	distribuição de gás	51%
Sercomtel	telefonia fixa	45%
Sercomtel Celular	telefonia celular	45%
CNI-Onda	Internet	24,5%
Araucária UEG	usina termelétrica	20%
Machadinho	usina hidrelétrica	5,2%
Campos Novos	usina hidrelétrica	15%
Dona Francisca	usina hidrelétrica	23%
Foz do Chopim	usina hidrelétrica	35,8%
Paineiras	[illegible]	30%
Dominó Holding	saneamento	15%
EscoElectric	serviços de engenharia	40%
Braspower	engenharia e infraestrutura	49%
Copel Agra	engenharia	48%
Lactec	pesquisa e desenvolvimento	20%
Cetis	pesquisa e desenvolvimento	16%
Nova Holanda	agrobusiness	11%

Fonte: Copel

Composição acionária da Copel

Acionista	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total
Estado do PR	58,6%	0%	31,1%
Eletrobras	1,1%	0%	0,6%
BNDESPar	26,4%	22,2%	24,4%
Em Bolsa	13,3%	79,2%	43,5%
Outros	0,6%	0,2%	0,5%

Fonte: Copel

mão de uma empresa que era usada como referência até para conquistar empréstimos internacionais", avalia.

O engenheiro Luiz Carlos Soares, diretor do Sindicato, lembra que as empresas estatais aplicam seus lucros no Brasil e, desta forma, promovem o desenvolvimento. "As empresas privadas estrangeiras lucram e remetem os lucros para o exterior", diz Soares. A remessa de lucro para o exterior foi de US$ 1,9 bilhão, em 1995. No ano passado, a estimativa é que tenha chegado próxima a US$ 7 bilhões.

Crítica dos engenheiros: usar o dinheiro para fazer caixa

O governo do Estado justifica a venda da Copel como sendo a única alternativa para não engessar a empresa, que começaria a perder competitividade em relação aos grupos privados. O presidente da Copel e secretário da Fazenda, Ingo Hubert, costuma dizer que a lei de licitações impõem regras rígidas para as estatais, enquanto as empresas privadas ganham agilidade.

O BNDES também está impedido de liberar financiamento para as estatais investirem em novos projetos, enquanto libera financiamento para a iniciativa privada. "As estatais estão em franca desvantagem porque o conjunto de leis e regulamentos que as cerca impõem uma série de restrições e as torna mais lenta que as empresas privadas", afirma Ingo Hubert.

[illegible] for [illegible] empresas privadas no passado. "Basta lembrar dos problemas daquela época, que chegaram até a envolver o embaixador norte-americano contra o prefeito João Moreira Garcez devido à exploração de uma empresa totalmente insensível à necessidade do povo", conta o professor.

"Na minha avaliação, a venda é injustificável e até irresponsável", diz Mehl. Ele cita que as indústrias cada vez serão mais dependentes da energia elétrica e para a Copel produzir energia basta que chova, pois o parque gerador é formado por usinas hidráulicas. "Vender a Copel é o mesmo que matar a galinha dos ovos de ouro. Teremos um belo jantar, mas nunca mais teremos os ovos", compara.

O professor do curso de Engenharia Elétrica da UFPR, Eduardo Parente Ribeiro, também afirma ser contra a privatização da Copel, apesar de defender a administração pela iniciativa privada. Mas ele avalia que não é o momento de privatizar. "Ter um monopólio privado é pior do que um estatal. Resta saber se o governo conseguirá realizar a fiscalização". Ele questiona ainda: "Somente agora as hidrelétricas da Copel estão se pagando. A empresa dá lucro. Por que vender agora?".

'AJUSTE SELETIVO'

Plano de demissão leva 'terror' a Copel

Redução das equipes de manutenção e dos estoques de materiais coloca atendimento ao público em risco, dizem funcionários

ENXUGAMENTO

Elsson Spigolon, superintendente em Londrina: "Esses funcionários são aqueles que apresentam baixo desempenho e não estão comprometidos com suas atribuições na empresa"

Renê Blanchi
De Londrina

O plano batizado de Ajuste Seletivo instituído pela Companhia Paranaense de Energia (Copel) este mês, associado à notícia que a Folha divulgou no dia 4 de maio de que a Eletrobrás comprará as ações da companhia em poder do governo, instituiu um "clima de terror" entre os funcionários. O medo da demissão sem justa causa tomou conta da grande maioria dos contratados, que reclama da falta de informações e transparência no processo.

O receio é tanto que a Folha tinha marcado um encontro com um grupo de funcionários mas apenas dois compareceram. "Muitos disseram que viriam, mas ficaram com medo de serem descobertos", disse um deles, preferindo o anonimato. "Na nossa visão, as gerências querem limpar o quadro para mostrar poder", diz ele, referindo-se às demissões. Convicto de que o enxugamento ocorre para preparar a empresa para a privatização, ele e um colega de trabalho reclamam das atuais condições de trabalho.

Segundo eles, as equipes de manutenção foram reduzidas e a empresa tem pouco material no almoxarifado. "Acho que não existem 300 lâmpadas no estoque", diz um deles. A redução das equipes de trabalho, afirmaram, já pôde ser sentida após uma tempestade que atingiu Londrina na última semana. "Numa situação como esta, resolveríamos todos os problemas na mesma noite. Só que desta vez trabalhamos dois dias, porque não temos veículos, equipamentos, materiais e pessoal suficientes," afirma.

'Por precariedade, fizemos em 2 dias o trabalho que antes resolvíamos em um só'

Os funcionários relatam que as seis equipes de manutenção eram formadas por seis pessoas, incluindo um encarregado. Hoje, são duas equipes com três pessoas e não há encarregado. No setor de emergência, trabalhavam duas pessoas. Hoje é apenas uma. Também relatam que as agências de Ireré e Guaravera foram fechadas, assim como foram centralizadas na Rua Chile as equipes que antes trabalhavam em regiões estratégicas da cidade, para agilizar o atendimento.

A redução de pessoas, segundo os funcionários, pode colocar em risco a vida dos moradores. Como exemplo, eles citam o caso de queda de um cabo energizado, que pode ficar no chão por um período longo de tempo, expondo as pessoas ao perigo de serem eletrocutadas.

Dentro da empresa, afirmam os funcionários, há muita pressão tanto psicológica quanto verbal. "As pessoas mal conversam. Está triste trabalhar lá. Antes trabalhávamos com alegria, vestíamos a camisa da empresa. Hoje, vestimos a camisa por obrigação", diz um dos entrevistados.

O Sindicato dos Eletricitários endossa a afirmação dos funcionários e diz que o clima de medo vivido na Copel permite classificar o plano de ajuste como sendo de "demissão indicada". "Não existem regras claras para as demissões. Eles não estão poupando nem mesmo as pessoas com mais de 20 anos de casa. O funcionário que hoje é chamado para a sala da gerência treme", comenta Renê Morato, presidente da entidade.

Na última quinta-feira, Morato fez duas rescisões de trabalho, em Apucarana. Uma delas foi a de Ivone Zunardo Ally, que trabalhava há 21 anos na empresa. Ivone relata que foi chamada na sala da gerência e informada que a empresa não precisava mais de seus serviços.

"No outro dia cheguei para trabalhar e ao tentar acessar minha máquina constava que eu era funcionária demitida", conta ela, que trabalhava no setor de faturamento. Ivone reconhece que teve problemas com a empresa, tendo sido suspensa após pedir a uma amiga para bater seu cartão e ir embora mais cedo. "Acontece que fiz isso porque o clima lá dentro estava insuportável. Quando voltei das minhas férias, há pouco mais de um mês, tinham colocado uma outra pessoa no meu lugar e me deixaram, até ser demitida, sem nenhuma função", reclama.

O Sindicato também denuncia que, das verbas repassadas ao funcionário demitido, em forma de "incentivo", é descontado o valor da multa de 40% que a empresa paga ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) no caso de demissões sem justa causa. Com isso muitos funcionários podem sair da empresa, na prática, sem incentivo algum.

Num exemplo hipotético de um funcionário com salário de R$ 100,00 e com 20 anos de trabalho na Copel, o plano prevê o pagamento de 0,8 vezes o valor do salário por cada ano de trabalho, até 10 anos, somando R$ 800,00. Após esse tempo, o valor é multiplicado por 0,4, acrescentando mais R$ 400,00. O total do incentivo seria de R$ 1.200,00. Se a multa do FGTS for equivalente a R$ 800,00, esse valor será descontado dos R$ 1.200,00. Sobraria ao funcionário R$ 400,00 a título de incentivo. Se o valor da multa for igual ou superior aos R$ 1.200,00, o incentivo será igual a zero.

Programa visa os 'indesejáveis'

Copel nega clima de terrorismo, mas admite plano de demissão sem justa causa

A superintendência da Copel em Londrina rebate as afirmações dos funcionários. O superintendente regional de distribuição Norte, Elsson Marcos Spigolon, diz que não há clima de terrorismo, os estoques de materiais, equipamentos e número de equipes disponíveis são suficientes para oferecer um atendimento de qualidade e preço competitivo. Mas admite que pela primeira vez a Copel está fazendo um plano mais amplo de demissões sem justa causa.

O Plano de Ajuste Seletivo do Quadro de Pessoal foi instituído para vigorar apenas este mês. O plano atinge os funcionários que não têm mais função na empresa e também aqueles "indesejáveis", como classifica Spigolon. "Esses funcionários são aqueles que apresentam baixo desempenho e não estão comprometidos com suas atribuições na empresa".

Segundo Spigolon, desde 95 a Copel vem aplicando, administrativamente, planos de demissão incentivada ou de demissão voluntária. "São instrumentos administrativos que permitem uma compatibilização entre a demanda de trabalho e o número de funcionários. Sistematicamente há mudanças de processos, com aplicação de recursos tecnológicos que, às vezes, implicam na diminuição de mão-de-obra", comenta. Para o plano específico para este mês, muitos funcionários estão deixando a empresa porque suas funções estão sendo extintas.

"Como se vê, estamos enxugando nosso quadro desde 95 e até agora a empresa não foi privatizada. Portanto, não é por esse motivo que foi elaborado este plano."

O superintendente regional admite que há desconto de 40% do valor da multa do FGTS, que incide sobre o valor das verbas pagas a título de incentivo, como acusam os trabalhadores. "É o mecanismo de bonificação escolhido pela empresa", justifica.

Com os sucessivos planos de demissão e as aposentadorias registradas, a Copel passou de 10 mil funcionários, em 95, para 6.500 atualmente. Na regional de Londrina, que atende 96 municípios, são 720 funcionários e mais 117 terceirizados. Segundo Spigolon, o trabalho na regional poderia ser feito com cerca de 680 dos 720 funcionários contratados. "Tivemos subestações automatizadas, o atendimento que era de forma personalizada agora é feito por telefone, centralizamos processos", diz Spigolon, para explicar a necessidade de enxugamento do quadro de pessoal. A Regional já chegou a ter mais de 1.100 funcionários.

Empresa tinha 10 mil empregados em 95; atualmente são só 6,5 mil

Quanto às reclamações dos funcionários de que está havendo um 'desmonte' da Copel, Spigolon é enfático: "Temos um contrato com o poder concedente – a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Temos obrigações a cumprir, sob pena de sermos multados ou termos o contrato cancelado".

Ele informa que a Copel tem um programa de acompanhamento dos trabalhos e os indicadores de qualidade da empresa melhoram dia a dia. "O tempo de atendimento urbano, segundo ele, está na média de 1h14 e a meta é chegar ao final do ano com a média de 1h06; na zona rural, o tempo hoje é 2h03 e a meta é atingir 1h53", exemplifica o superintendente.

Ele reconhece que há demissões de pessoas com bastante tempo de casa, mas diz que isso ocorre porque os demitidos não correspondem mais às expectativas da empresa. E isso acontece, segundo ele, não por falta de incentivos da Copel. "Oferecemos treinamentos constantes a nossos funcionários." (B.B

Gazeta do Povo 26/01/2002 pag 1 & 8.

PRIVATIZAÇÃO | COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA VAI CONTINUAR SOB CONTROLE DO GOVERNO DO PARANÁ

Lerner desiste de vender a Copel

Governador atribui a decisão às novas regras que aumentam o controle estatal sobre o setor

O GOVERNADOR JAIME LERNER ANUNCIOU ontem no fim da tarde o cancelamento do processo de privatização da Companhia Paranaense de Energia (Copel), trinta e sete meses depois que a Assembléia Legislativa aprovou a lei estadual autorizando a venda da empresa. Lerner atribuiu sua decisão às novas regras da política energética do país, que adiam a abertura total do mercado para as empresas privadas, e ainda a um conjunto de fatores que passa pelo cenário internacional pós onda de terror e pela crise argentina.

A notícia foi intensamente comemorada ontem mesmo por personalidades paranaenses como o presidente brasileiro da Itaipu Binacional, Euclides Scalco. "Sempre fui contrário à privatização. Acho que foi uma atitude sensata do governador acompanhar o que o governo federal estabeleceu."

Água fria

As novas regras do setor elétrico, definidas pela União há duas semanas, aumentaram o controle público sobre o setor energético, afastando os potenciais investidores, e, por isso, representaram um verdadeiro "balde de água fria" na privatização da Copel. A reforma federal complicou ainda mais o processo de venda da empresa, que foi rejeitada pelas compradoras inicialmente interessadas, nas duas vezes em que o governo tentou realizar o leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, em outubro e novembro passados.

Além de ver frustrada sua intenção junto ao mercado investidor, que reclamou do preço das ações e não chegou a fazer ofertas financeiras pela empresa, o governador ainda estava impedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) de continuar o processo de privatização - pelo menos até o julgamento de todas as ações contra a venda que tramitam em diferentes instâncias judiciais.

"Vamos continuar o programa de investimentos, embora sem a mesma velocidade."

Jaime Lerner
GOVERNADOR DO PARANÁ

cuidades para competir com outras empresas privadas no fornecimento de energia elétrica".

Os recursos que o estado obteria com a venda da empresa - cerca de R$ 900 milhões - para investimentos na área social não vão fazer falta, segundo o governador. "O dinheiro seria importante, mas o equilíbrio orçamentário e fiscal conquistado pelo estado no ano passado assegura novas condições para continuarmos o programa de investimentos - claro, que não com a mesma velocidade", disse.

Alívio eleitoral

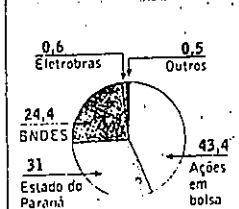
Em pleno ano eleitoral, hora de definições sobre seu sucessor, Lerner acabou fazendo uma troca que pode lhe ser vantajosa. [illegible] dinheiro em

FIM DE LINHA

A maior empresa do Paraná continua sob controle do estado, depois de um longo processo de privatização iniciado em 1998 e cancelado ontem

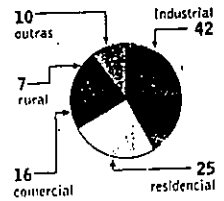
Composição acionária

Valores em %



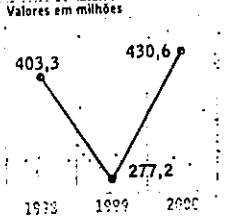
Consumidores

Valores em % do consumo



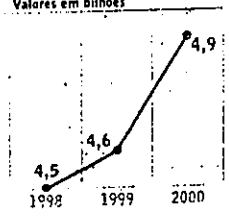
Lucro nos últimos três anos

Valores em milhões



Evolução patrimonial

Valores em bilhões



Cronologia

- Criação da Copel pelo governador Bento Munhoz da Rocha Netto
- A Copel incorpora a Hidrelétrica do Vale do Ivaí
- Incorporação da Companhia Força e Luz do Paraná, da região de Curitiba
- Incorporação da Companhia Prado de Eletricidade da região de Ponta Grossa e da Empresa de Eletricidade Alexandre Schiefelman, da região de União da Vitória
- Incorporação da Empresa Elétrica de Londrina
- Incorporação da Companhia Hidrelétrica do Paranapanema, que atendia 20 municípios no Norte Pioneiro do estado
- Assembléia Legislativa aprova a venda da Copel
- O consórcio Diamante e a consultoria Booz Allen iniciaram o trabalho de formatação e precificação da empresa
- Audiência pública para discutir a privatização com representantes da sociedade
- Votação do projeto popular contra a venda da Copel, que foi rejeitado por 27 a 25 votos, na Assembléia Legislativa
- As quatro empresas habilitadas para o leilão do dia 31 não apresentaram garantias financeiras. Na véspera da privatização, o leilão foi suspenso

REPERCUSSÃO

ACP

Desejo da maioria

O presidente da Associação Comercial do Paraná, Marcos Domakoski, está nos Estados Unidos e comentou, por telefone, o cancelamento da privatização da Copel. Para ele, a decisão foi acertada, pois "atende ao desejo da maioria da sociedade paranaense, que vinha se manifestando contra a venda do controle acionário da melhor companhia energética do país". O vice-presidente da ACP e coordenador do Conselho Político, Cláudio Slaviero, também comemorou a postura do governo do estado. "Nós só temos que aplaudir essa decisão, que agora sim é coerente, inteligente, racional – diferentemente da insistência em vender a Copel, que só gerou confusão." Para Slaviero, não haveria mais clima para vender a Copel, até porque não existem empresas interessadas em participar do leilão.

SENADO

"Vitória popular"

Os senadores Roberto Requião (PMDB) e Álvaro Dias (PDT) comemoraram a decisão do governador Jaime Lerner de não vender mais a Copel. Ambos fizeram a mesma afirmação, de que o cancelamento é uma "vitória da sociedade". Para Requião, a Copel, como estatal, vai viabilizar o próximo governo do estado. A partir de 2003, disse, com o início da descontratação do setor, a empresa vai poder crescer em áreas deprimidas do estado. Segundo o senador, agora, é importante que sejam contabilizados os recursos gastos na processo de privatização. O senador Álvaro Dias afirmou que não foi o governo que cancelou a venda, mas sim as empresas inicialmente interes- [illegible] que se afastaram do pro-

outubro e novembro passados.

Além de ver frustrada sua intenção junto ao mercado investidor, que reclamou do preço das ações e não chegou a fazer ofertas financeiras pela empresa, o governador ainda estava impedido pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) de continuar o processo de privatização – pelo menos até o julgamento de todas as ações contra a venda que tramitam em diferentes instâncias judiciais.

Pilar

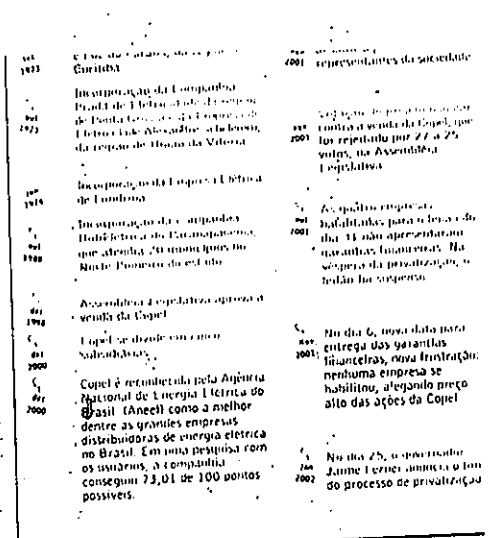
Lerner disse ontem que acredita estar encerrada a temporada de privatizações do setor elétrico brasileiro, e por isso pôde voltar atrás na decisão que lhe custou tanto desgaste. Mas insistiu que a intenção de vender era responsável e a mais correta para o momento: "Se o mercado fosse aberto em 2003, como estava previsto no plano original do governo federal, a nossa Copel teria dificuldade [illegible]".

nador. "O dinheiro seria importante, mas o equilíbrio orçamentário e fiscal conquistado pelo estado no ano passado assegura novas condições para continuarmos o programa de investimentos – claro, que não com a mesma velocidade", disse.

Alívio eleitoral

Em pleno ano eleitoral, hora de definições sobre seu sucessor, Lerner acabou fazendo uma troca que pode lhe ser vantajosa. Perdeu o ingresso de dinheiro que espalharia placas de obras pelo estado, mas afastou o carimbo de liquidante da empresa preferida dos paranaenses. Cauteloso como sempre em suas declarações, o governador não reconhece nem uma coisa nem outra, mas deixa escapar que apreciou a possibilidade de voltar atrás. "Toda a decisão em benefício da população merece celebração", disse.

– [illegible]



Líder do Fórum diz que trabalho continua

Oposição pretende acompanhar a gestão e cobrar mais participação

APESAR DE TER CELEBRADO O CANCELAMENTO definitivo da privatização, o Fórum Popular Contra a Venda da Copel não considera seu trabalho encerrado. Eufórico, o presidente do movimento, Nelton Friedrich, afirmou que, de agora em diante, vai trabalhar em três frentes: a primeira é a continuidade das ações na Justiça que questionam atos administrativos da diretoria da empresa e do governo; a segunda é o acompanhamento da gestão da companhia; e a terceira, a discussão com a sociedade de um novo modelo para a estatal, que valorize seu papel como agente de desenvolvimento.

O coordenador jurídico do Fórum, Guilherme Amintas, explicou que as ações que pedem o cancelamento da venda perdem o objeto e serão automaticamente arquivadas. No total, são cerca de 100 processos tramitando na Justiça Estadual e Federal. Com a diminuição do número de ações, o Fórum espera que os julgamentos de processos relacionados à gestão da Copel sejam agilizados. "Achamos que essa última gestão andou relaxando por conta da venda. Por isso, vamos continuar investigando e, se necessário, entraremos com novas ações", disse Amintas.

Para o vereador André Passos (PT), que também participa do Fórum, a decisão do governador foi racional, embora obtida "a fórceps". Perguntado sobre o impacto da atitude de Lerner nesse início de ano eleitoral, Passos apontou que o desgaste já ocorreu e é irreversível. "As conseqüências eleitorais já foram definidas desde a votação do projeto de lei de iniciativa popular, em setembro, na Assembléia Legislativa", afirmou.

– Romeo de Bruns Neto

DÍVIDA

Itaú é credor de R$ 600 mi

Com o cancelamento da venda da Copel, o governo do estado tem pela frente o resgate de R$ 600 milhões em títulos precatórios podres, que estavam de posse do Banestado quando o banco foi vendido ao Itaú. Para resolver a pendenga, foi feito um acordo de transferência desse valor diretamente do comprador da Copel para os cofres do Itaú. O mesmo contrato estabeleceu 31 de março como prazo final para saldar a dívida. A assessoria de imprensa do Itaú informou que o governo do estado está tentando renegociar o acordo, fato não confirmado pela Secretaria de Estado da Fazenda. A falta de informações tem provocado muitos boatos no mercado. Há quem afirme que o governo estaria tentando transferir o controle acionário para o BNDES e para a Petrobrás. Contudo, analistas ouvidos pela Gazeta do Povo acham que isso é pouco provável, já que o BNDES também tentava se livrar de suas ações na Copel (15% do capital). E a Petrobrás, segundo uma fonte, só entrou nessa história porque o presidente da Copel, Ingo Hübert, fez uma palestra na empresa, no Rio de Janeiro, em novembro. Mas o evento nada teve a ver com privatização.

estatal, vai viabilizar o próximo governo do estado. A partir de 2003, disse, com o início da descontratação do setor, a empresa vai poder crescer em áreas deprimidas do estado. Segundo o senador, agora, é importante que sejam contabilizados os recursos gastos no processo de privatização. O senador Álvaro Dias afirmou que não foi o governo que cancelou a venda, mas sim as empresas inicialmente interessadas que se afastaram do processo. A razão para isso, explicou, foi o cenário de insegurança econômica e também social, visto a pressão popular.

MERCADO

Tranqüilidade

O anúncio do governador Jaime Lerner, desistindo da privatização, tranqüilizou o mercado. Essa é a avaliação do consultor Ivo Pugnaloni, que também é diretor do Instituto Ilumina. Segundo ele, entre os produtores de energia de pequeno e médio porte, o fato de a Copel permanecer estatal significa que a energia da empresa não estará sujeita a descontratação a partir de 2003, mas sim que terá os preços regulados. "O mercado fica muito mais interessante para os produtores independentes", analisou. O impacto também será positivo para os consumidores cativos, incluindo os residenciais, já que se afasta o risco de explosão tarifária. "Seria algo insano vender a Copel neste momento. É importante agora que sejam apuradas todas as irregularidades no processo", disse.

CIDADES O Estado do Paraná 12.12.01 pág. 08

Lerner tem 72 horas para explicar contrato

Justiça dá prazo para governo esclarecer contrato entre Copel e Cien

Lyrian Saiki

O governador Jaime Lerner, o Estado do Paraná, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), diretores da Companhia Paranaense de Energia (Copel) e da Cien (Companhia de Interconexão Energética, subsidiária da espanhola Endesa) têm 72 horas para se manifestar e prestar informações sobre as supostas irregularidades no contrato firmado entre a Copel e a Cien, em 1999, e o processo de privatização da companhia.

A determinação foi dada ontem pela juíza da 8.ª Vara da Justiça Federal em Curitiba, Stelly Gomes Leal da Cruz. Segundo o despacho, somente após o prazo de 72 horas o pedido de liminar que originou a medida será analisado.

A ação popular, protocolada na última sexta-feira na Justiça Federal em Curitiba, é mais uma entre várias já apresentadas na tentativa de suspender o processo de privatização da Copel. A diferença é que dessa vez os autores da ação - o advogado Maximiliano Nagl Garcez e o engenheiro Aldino Beal, ex-superintendente da Copel - denunciam uma transação ultamente prejudicial à empresa paranaense e aos cofres públicos: o contrato firmado entre a Copel e Cien, que prevê a compra de energia da Argentina.

De acordo com o advogado, que também é representante do Fórum Popular contra a Venda da Copel, "em primeiro lugar, a importação de energia é absolutamente desnecessária, pois o Paraná sempre foi superavitário em energia". Garcez lembra ainda que o contrato foi feito sem a licitação obrigatória. "Como se não bastasse, o contrato foi feito em caráter sigiloso, com cláusula de confidencialidade, o que é absolutamente irregular em se tratando de negócio público", critica. Os argumentos do advogado estão baseados em consultas ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos de Curitiba.

Vigência

O valor e o período de vigência do contrato (R$ 228 milhões durante 20 anos) também são motivo de desconfiança para os autores da ação. "O valor é muito alto, incompatível com o mercado, e essa duração é inexplicável", pondera o advogado, que afirma não ter idéia de quanto já foi desembolsado da Copel desde a assinatura do contrato. A falta de acesso ao *datarom* (a sala de informações destinada aos interessados da aquisição da Copel, mediante a taxa de US$ 35 mil) também é criticada por Maximiliano Garcez. "Por isso, estamos solicitando na ação também o acesso ao *datarom*, bem como todas as informações referentes ao contrato".

A cláusula *take and pay*, que obriga a Copel a continuar pagando pela energia mesmo sem utilizá-la, é outro "absurdo" apontado pelo advogado. Sem falar na escolha de Paris como foro para a solução de divergências contratuais. "Isso é absolutamente ilegal," conforme a Lei 9.307, pois os negócios com empresas públicas têm de se submeter ao interesse público, e os seus interesses são indisponíveis", denuncia.

Na ação, os dois autores pedem a anulação do contrato com a Cien, a disponibilidade de todas as informações sobre a transação e o ressarcimento do que já foi pago, além da suspensão do processo de privatização da Copel.

BIBLIOTECA DE OCCIDENTE BIBLIOTECA PARANAENSE

ECONOMIA

Justiça Federal suspende leilão de venda da Copel

Liminar atende representação de ação popular. Governo vai recorrer

Olavo Pesch

O leilão de privatização da Copel (Companhia Paranaense de Energia), marcado para 31 de outubro, está suspenso por liminar concedida na quinta-feira pela juíza federal substituta Ivanise Corrêa Rodrigues, da 9.ª Vara Cível, e anunciada ontem pelo Fórum Popular Contra a Venda da Copel.

A decisão sobre a ação popular ingressada pelo vereador André Passos e pelo deputado estadual Irineu Colombo, ambos do PT, representando o Fórum Popular, se baseou em irregularidades na audiência pública ocorrida em 2 de agosto último. O governo do Estado vai recorrer ao Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre.

"Considerando que a invalidade da audiência acarreta a nulidade do procedimento licitatório e a relevância dos direitos envolvidos, entendo ser de maior prudência a suspensão do procedimento até a decisão final do processo. De modo a evitar dano maior se restar verificada, após a alienação, marcada para o próximo dia 30 (sic), nulidades no procedimento que acarretem também a nulidade da contratação, situação que já envolverá direitos de terceiros", diz a decisão.

Os autores da ação pediram a anulação da audiência pública e a suspensão dos atos de alienação da Copel alegando vícios de publicidade apontados no processo. "O governo do Estado sistematicamente vem contrariando a Constituição, sobretudo atos de participação popular", afirmou o coordenador jurídico do Fórum, Guilherme Amintas, citando que o artigo 37 da Constituição Federal fala do princípio da publicidade, que não teria sido observado na audiência.

A juíza reconhece que houve ampla publicidade, mas ressalta que "mais da metade dos questionamentos dos presentes não foram respondidos no ato público que tinha por finalidade propiciar a ampla discussão acerca da discussão. Não se prestando como remédio a resposta enviada particularmente para o autor da questão, vez que o que se quer com o ato é justamente a discussão pública da licitação com aqueles por ela responsáveis".

Sustenta que "com facilidade vê-se a necessidade de reparos no procedimento de licitação para alienação da Companhia Paranaense de Energia (Copel), a fim de torná-lo escorreito como devem ser todos os atos da administração, e ainda mais aqueles que envolvem tão vultoso patrimônio público". Ivanise esclarece que a audiência não foi anulada, e que a decisão é apenas pela suspensão do processo de alienação das ações da Copel até que saia a decisão final da ação.

Salienta que não cabe como desculpa a continuidade do processo sem os ajustes necessários, usando a argumentação de que a suspensão nesse momento prejudicaria a cotação das ações da empresa, porque estas são influenciadas por várias outras variáveis da conjuntura internacional. "No entendimento dela, o prejuízo posterior será maior, se forem verificadas, além destas, outras falhas no processo. "O interesse público na lisura dos atos administrativos não admite ponderações ou o cumprimento parcial dos princípios da administração pública."

Conclui o despacho, dizendo que "cuidando-se de alienação que irá reverter para a sociedade, em qualquer tempo que seja feita, é preferível que se aguarde serem sanados todos os aparentes vícios a prosseguir-se aos atos finais de procedimento já agora questionado no que se refere a observância de princípios básicos da administração".

Falando nisso...

Contrato questionado

O Senge-PR protocolou ontem representações no Ministério Público Federal e Estadual e no Tribunal de Contas, solicitando a abertura de inquérito civil público contra o governador Jaime Lerner, o presidente da Copel e secretário estadual da Fazenda, Ingo Hübert, e os diretores da Tradener (comercializadora de energia excedente da Copel, que detém 45% do capital), por improbidade administrativa. O Senge-PR exibiu cópias do contrato entre a Copel e a Tradener, classificado pelo presidente da entidade, Carlos Roberto Bittencourt como um "escândalo". As ilegalidades apontadas por ele no contrato são: falta de licitação para a parceria, falta de aptidão financeira e lesão ao patrimônio público e ao consumidor. Os executivos da Tradener são ex-diretores da Copel. "Esses tipos de situações, se fiscalizadas pela Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), podem resultar inclusive na suspensão da concessão da Copel", declarou. (OP)

As razões para a não-privatização da Copel

GAZETA DO POVO. 30/01/2002 pg 12.

JAIME LERNER

Ao iniciar o processo de desestatização da Copel, há 37 meses, eu tinha plena convicção de que este era o melhor caminho para assegurar ao povo paranaense, na forma de investimentos sociais, os benefícios imediatos do dinheiro que o governo tem na empresa como como acionista majoritário. Diferente do que queriam fazer crer nossos adversários ao explorar a boa-fé dos paranaenses, a privatização era induzida pela política do governo federal, que havia estabelecido para 2003 a abertura do mercado de energia para a competição entre as empresas do setor.

O modelo brasileiro previa o fim do monopólio e o início da competição. A desregulamentação do setor elétrico traria a crescente participação da iniciativa privada, que hoje controla 23 distribuidoras de energia. E o consumidor se beneficiaria com a concorrência.

Nesse quadro, como empresa pública, a Copel teria dificuldades para sobreviver num mercado livre, estabelecido pelo Programa Nacional de Desestatização, até porque as empresas estatais estavam impedidas de buscar financiamentos para a realização de novos projetos.

Estas condições mudaram há poucos dias, com as alterações anunciadas pelo governo federal nas regras da política energética brasileira. A principal medida anunciada é a que adia por tempo indeterminado a abertura total do mercado elétrico nacional para a competição. Desaparece, assim, um dos pilares da política de privatização implantada no País.

Por isso, decidi cancelar o processo de privatização da Copel, com a certeza de que no curto prazo o futuro da estatal está garantido. A mesma consciência que tive ao iniciar a desestatização da companhia foi aplicada agora. Minha decisão é fruto de avaliações criteriosas, que também levaram em conta as mudanças na economia mundial pós-atentados nos Estados Unidos e a situação na Argentina.

É importante lembrar que este processo não foi iniciado para cobrir rombos de caixa, como pregava a oposição. Com um discurso fácil, chegou-se a levantar a suspeita de que o preço mínimo estabelecido para a parte do Estado na empresa estava subavaliado. Se assim fosse, o que explicaria a falta de propostas por parte dos investidores interessados?

Claro que os recursos da venda das ações que o Governo do Estado detém na empresa seriam importantes para aumentar os investimentos na área social, que ganharia novas obras em setores essenciais, como educação, saúde e segurança. A privatização também resgataria a dívida previdenciária, a maior das herdadas dos governos anteriores.

Ao desmistificar os argumentos contrários, quero esclarecer também que o cancelamento da privatização da Copel não vai paralisar o Paraná. O Estado conquistou o equilíbrio das suas contas. O cumprimento de todas as metas do ajuste fiscal, por exemplo, foi reconhecido pelo Ministério da Fazenda no ano passado. Isto nos dá a tranqüilidade necessária para dizer que continuaremos investindo na melhoria das condições de vida da nossa gente.

Vamos realizar mais obras importantes, independente do que estava programado caso os recursos da Copel entrassem nos cofres do Governo do Estado. Elas se transformarão em realidade, como aconteceu com as 12 mil obras já entregues no meu governo. Estou tão confiante que, na primeira reunião com o novo secretariado, determinei que todas as obras em andamento no Estado sejam concluídas até o final deste ano. Prova também de que o ritmo de trabalho continua, são os R$ 235 milhões já contratados nos últimos três meses para a recuperação das rodovias estaduais.

Neste episódio da Copel, os paranaenses podem estar certos que sempre teremos uma empresa que é referência para o Brasil e que continuará nos ajudando a construir um Paraná cada vez melhor.

• JAIME LERNER É GOVERNADOR DO PARANÁ

Gazeta do Povo 30/01/2002 Pag 12

GAZETA DO POVO 23/11/2001 P. 18

PRIVATIZAÇÃO | GOVERNADOR QUER LEILOAR A COMPANHIA DE ENERGIA AINDA NESTE ANO

Ingo Hübert diz que vender a Copel agora é precipitação

ACERVO DE DOCUMENTAÇÃO PARLAMENTAR BPP

Posição mostra racha no governo em relação à urgência do leilão

O PRESIDENTE DA COMPANHIA PARANAENSE de Energia (Copel), Ingo Hübert, admitiu ontem, pela primeira vez, que julga preferível esperar mais algum tempo para privatizar a empresa, por causa da complexidade do momento econômico nacional e internacional. Hübert, que também é secretário da Fazenda e liderou o processo de privatização, atualmente suspenso, disse que insistir na venda agora poderia ser "precipitação". A opinião coincide com a que foi manifestada pelo secretário do Planejamento, Miguel Salomão, há duas semanas, de que não haveria pressa na venda porque "não estamos vendendo um estoque de sorvete para ser consumido no verão".

A posição do presidente da empresa contraria a do governador Jaime Lerner, que ontem voltou a afirmar que quer vender a Copel ainda neste ano e que o novo edital trará o mesmo preço mínimo que afugentou os investidores nas duas tentativas feitas pelo governo para fazer o leilão.

Nos dias 30 de outubro e seis de novembro, nenhuma das três empresas pré-qualificadas depositou na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia as garantias financeiras no valor de R$ 400 milhões. Elas alegaram que o preço mínimo está muito alto e que a venda em bloco dificulta a aquisição da Copel. "O governo não fará concessões. O novo edital, no momento em que surgir, virá com o mesmo preço mínimo", enfatizou o governador.

Foto Sérgio

Hübert: questões complexas atrapalhariam retomada do processo.

A parte do governo na Copel está avaliada em R$ 4,324 bilhões. Com a adesão de parte dos acionistas minoritários, o valor sobe para R$ 5,06 bilhões. No novo edital, os minoritários poderão novamente aderir à opção de compra pelo estado.

"O governo não fará concessões. O novo edital virá com o mesmo preço mínimo."

O presidente da Copel informa que o grupo do governo encarregado de fazer uma nova avaliação sobre a venda da empresa vem se reunindo diariamente. Fazem parte deste grupo, o governador Jaime Lerner, o presidente da Copel, o secretário de governo, José Cid Campêlo Filho, as empresas contratadas para fazer a modelagem da companhia e advogados da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e da Comissão de Licitação.

Entre as questões mais complexas do momento, que dificultam a venda da Copel e que estão sendo analisadas por este grupo, estão o cenário internacional, a conjuntura brasileira, a volatilidade do câmbio, a disposição dos investidores em comprarem a empresa paranaense, agravamento da crise da Argentina e a questão regulatória do setor energético. "Todas estas questões são bastante complexas, então é preferível dar mais tempo do que precipitar as coisas", salientou Ingo.

Venda

O governo, segundo o presidente da Copel, ainda não decidiu se venderá a empresa em bloco ou se as subsidiárias de geração, transmissão e distribuição serão oferecidas em separado. Jaime Lerner reafirmou ontem que o governo agiu direito ao fixar o preço mínimo para a venda da empresa. "Mas ninguém podia adivinhar o 11 de setembro e ninguém podia adivinhar a situação da Argentina", disse. Segundo ele, esses dois fatores aliados à indefinição sobre o processo regulatório do setor de energia foram fundamentais para afastar os investidores.

A situação do processo regulatório no país assusta e não dá garantias suficientes, aponta o governador. O governador acredita que, do mesmo modo que o governo federal conseguiu regulamentar o setor de telecomunicações, poderá também fazer com o de energia. "O governo já está sinalizando nesse sentido, tendo havido várias entrevistas do ministro Pedro Parente no sentido de tranqüilizar os que pretendem fazer investimentos", afirmou Lerner ontem.

– Miriam Gasparin